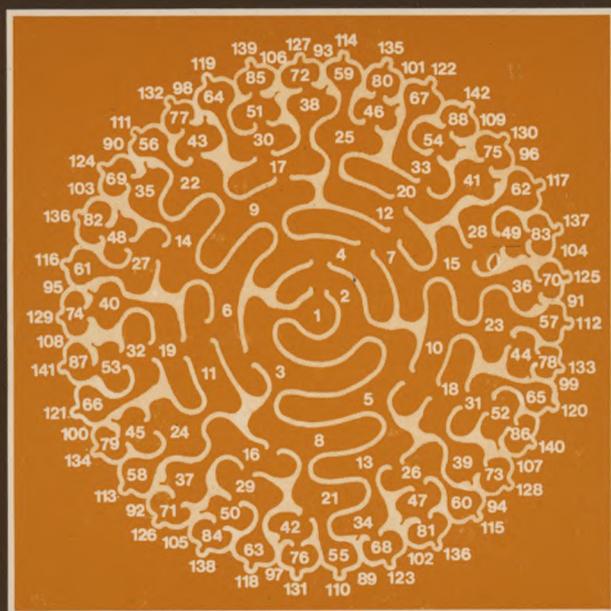


Antônio Sérgio



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1983

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

Publicação anual do Instituto de História e Teoria das Ideias
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Vol. V — 1983

Fundador: J. S. da Silva Dias

Director: Luís Reis Torgal

Secretários de Direcção: Manuel Augusto Rodrigues e Fernanda Catroga

Conselho de Redacção: Amadeu Carvalho Homem, Ana Cristina Araújo, Ana Leonor Pereira, António Resende de Oliveira, Fernando Catroga, Isabel Vargues, João Gouveia Monteiro, Joaquim Ramos de Carvalho, José Antunes, Luís Reis Torgal, Manuel Augusto Rodrigues, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Olga Ferreira, Rui Bebiano e Vítor Neto

Administração: Joaquim Ramos de Carvalho e Maria do Rosário Azenha

Apoio Técnico: Maria do Rosário Azenha

Capa: Vítor Torres

Motivo da Capa: Segundo um cartaz do grupo Dvijení (Vol. I)
Lima de Freitas, in *Almada e o número* (Vol. II)

Composição e Impressão: ARTIPOL — Artes Tipográficas, Lda.
Aguada de Baixo — 3750 Águeda

Assinaturas e Distribuição: Livraria Finisterra
R. Alexandre Herculano, 3 — Apartado 1017
3000 Coimbra Codex
Telefone: 27176

A correspondência relativa a colaboração, pedidos de permuta, oferta de publicações, etc., deve ser dirigida ao
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
Faculdade de Letras, 3049 Coimbra Codex. Telef. 25551



Revista de Historia das Ideias — 5

ANTÓNIO SÉRGIO

* *

PUBLICAÇÃO COM O APOIO DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GUL-
BENKIAN, DO INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO E DA JUNTA
NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

ANTÓNIO SÉRGIO

* *

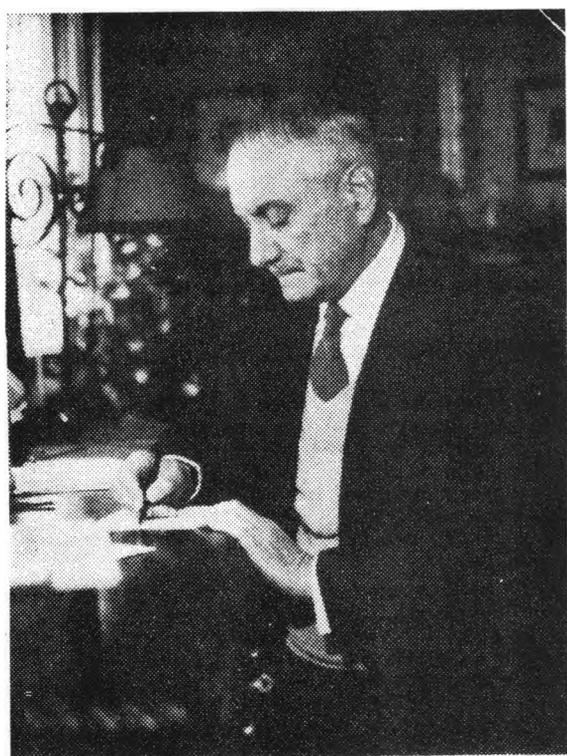
*NÚMERO ESPECIAL DO 1º CENTENÁRIO
DO SEU NASCIMENTO*

Coordenação de:

Fernando Catroga e Amadeu José Carvalho Homem

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
1983

OS TRABALHOS ASSINADOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES



ANTÓNIO SÉRGIO,
MINISTRO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Estudar a acção de António Sérgio como ministro da Instrução Pública, na sua passagem fugaz pelo Poder entre 18 de Dezembro de 1923 e 28 de Fevereiro de 1924, terá porventura algum interesse para além do plano biográfico? Tentando perseguir os passos do autor dos *Ensaïos* durante esse curtíssimo trajecto de setenta e três dias, acaso não nos arriscamos a cair no anedotismo empírico em que se compraz tantas vezes a historiografia nacional da educação?

Sendo certo que não deixa de ter certo fascínio a análise dessa confrontação episódica do intelectual idealista com as rugosidades de um «real político» exposto à sua intervenção directa, o nosso escopo é bem diverso. Longe de pretendermos preencher uma espécie de certidão *de vita et moribus* que reconduza António Sérgio à escala humana, trata-se, no fundamental, de reconsiderar um momento preciso da política de educação da 1.^a República, inserindo tal exame no quadro geral dos problemas relativos à estruturação e funcionamento dos sistemas de ensino.

Deste modo, eis-nos remetidos para o território da história social da educação, tão sujeito, nestes dias de hoje, aos desafios de territórios vizinhos, designadamente da história e da sociologia 0). *

* Ensaista.

C) Cf. Antoine Léon, *Introduction à l'histoire des faits éducatifs*, Paris, P.U.F., 1980 e ainda, *L'histoire de l'éducation aujourd'hui. Champ. Orientations. Fonctions*, Paris, U.E.R. de l'éducation — Paris V, 1982, (mimeog.), cujo conhecimento devemos à amabilidade do autor.

Quanto aos problemas teóricos enfrentados em sociologia da educação, cf. Margaret S. Archer, «Systèmes d'enseignement», *Revue internationale de sciences sociales. L'historiographie moderne. Discipline scientifique? Discipline littéraire?*, 38 (4), Paris, Unesco, 1981, pp. 284 ss.

Por nossa parte, e antes de mais, ambicionamos repensar os esforços de António Sérgio no sentido da reestruturação do sistema de ensino, determinar-lhes a significação perante as forças sociais e políticas em presença, reconstituir o processo de *negociação social* daí emergente e, por fim, as suas consequências. Para tudo dizer em poucas palavras, importa-nos essencialmente a reavaliação objectiva da política de educação de António Sérgio no âmbito da transformação das estruturas educativas portuguesas após a revolução republicana.

Como instituição macro-social, o sistema de ensino está ligado aos traços essenciais da sociedade global e da sua evolução. Relação complexa e frequentemente contraditória, se ela interdiz o estabelecimento de correspondências lineares entre as duas estruturas, aponta, contudo, no sentido da determinação das respectivas interfaces.

Sociedade portuguesa e sistema de ensino entre 1910 e 1923

Num breve mas sugestivo estudo da evolução económico-social portuguesa entre 1910 e 1925, salientou Armando de Castro que a proclamação do regime republicano não alterou as linhas dominantes em que se operava o ritmo do crescimento económico.

O subdesenvolvimento português continua a caracterizar a 1.^a República tal como caracterizara a Monarquia. O domínio das actividades primárias é o seu índice mais evidente: em 1925 perto de metade da nossa população activa empregava-se na agricultura. Apenas duas regiões — Lisboa e Porto — haviam alcançado um grau de industrialização acima da média, seguidas de algumas zonas dos distritos de Aveiro, Braga e Setúbal. Em 1911 a parte da população industrial na população activa oscilava entre 1,8% no distrito de Beja e 20,5% no do Porto (2).

(2) Para tudo o que precede ver: Armando de Castro, *Características principais e sentido da evolução económico-social de 1910 a 1925*, in «História ilustrada das grandes literaturas. Literatura portuguesa. Época Contemporânea», Lisboa, Editorial Estúdios Cor, s.d., pp. 441 ss.; *id.*, *A revolução industrial em Portugal no século XX*, 4.^a ed., Porco, Limiar, 1978; António Viana Martins, *Da 1 República ao Estado Novo*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976; Fernando Medeiros, *A Sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978; António José Têlo, *Decadência e queda da 1 República Portuguesa*, 1.^o vol., Lisboa, A Regra do Jogo, 1980; *História da 1.^a República Portuguesa*, dir. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d.

A emigração para o exterior e a emigração interna para centros urbanos (na sua maior parte, contudo, semi-rurais), a par de intensas lutas sociais tanto nas cidades como nos campos, traduzem a resistência, por um lado, das populações camponesas à proletarização crescente em proveito dos grandes agrários e, por outro, da classe operária ao agravamento constante das condições de vida e de trabalho (3).

Se é facto, porém, que, até 1925, Armando de Castro tem justos motivos para assinalar a persistência do «atraso português relativamente aos países europeus mais evoluídos» (para um salário real operário igual a 100, em Londres, o seu índice em Lisboa seria de 32, de 55 em Berlim, de 214 em Filadélfia), a realidade económico-social portuguesa não estava imóvel.

Desenvolvem-se neste período as primeiras grandes unidades fabris, tais como a CUF, no Barreiro, os cimentos, em Leiria, as conservas, a cerveja, a moagem, as massas alimentícias, a metalomecânica pesada, etc. Sem perder de vista o carácter relativo destes índices, a partir de 1914-1919 é mais vultosa pela primeira vez em Portugal a parte do capital das sociedades que se consagram à indústria do que a daquelas que se dedicam ao comércio. Em 1914 registavam-se unicamente 285 sociedades industriais. Dez anos depois, o seu número é de 1359, agrupando, na sua maioria, pequenos capitais.

Assim, durante a 1.^a República, a pequena e média empresa detinham predomínio apreciável na indústria, no comércio, na agricultura e até na banca. Sem embargo da existência de monopólios, não existiam ainda grandes grupos monopolistas e o capital financeiro não dominava a economia portuguesa, afirma Alvaro Cunhal num dos seus ensaios. «O desenvolvimento industrial esbarrava com o fraco nível de acumulação, a escassez de capital — dinheiro indispensável aos grandes investimentos — a indigência energética e o primitivismo do sector I da produção (produção de meios de produção), acrescida. O colonialismo português e as posições do imperialismo estrangeiro em Portugal, embora com influências contraditórias, constituíram no essencial entraves adicionais à acumulação do capital e ao desenvolvimento económico do país» (4).

(3) Cf. designadamente César Oliveira, *O operariado e a república democrática. 1910-1914*, Porto, Afrontamento, 1972; António Ventura, *Subsídios para a história do movimento sindical rural no Alto Alentejo. 1910-1914*, Lisboa, Seara Nova, 1976.

(4) Alvaro Cunhal, *O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista*, 3.^a ed., Lisboa, Edições Avante!, 1974, p. 19.

O desenvolvimento educacional reflectia as linhas fundamentais do desenvolvimento económico ao longo do período considerado.

Desde a proclamação da República até à entrada de António Sérgio no Ministério da Instrução, o sistema de ensino perfilhado pelo Poder republicano conservou os traços essenciais do legado monárquico.

O seu primeiro aspecto saliente é a persistência de uma insuficiente escolarização ao nível do ensino primário elementar. A taxa de analfabetismo, que em 1910 rondaria os 76,1%, terá descido apenas para 70,5% dez anos depois (5). Por outro lado, a frequência do citado grau de ensino e consequentemente a aplicação efectiva do princípio da obrigatoriedade escolar registam importantes flutuações. A percentagem de crianças inscritas nas escolas primárias oficiais, relativamente aos totais de recenseadas, era de 43,5% em 1911-1912, de 30,5% em 1916-1917 e de 25,7% em 1918-1919 (6).

A análise estatística vem comprovar, adicionalmente, que a fuga ao cumprimento da escolaridade primária era muito mais pronunciada quanto ao sexo feminino (7).

Entre as causas do decréscimo de matrículas, particularmente evidenciado em 1918-1919, os próprios responsáveis pelo ensino colocavam em primeiro lugar «a falta duma eficaz e bem distribuída assistência escolar» (8). Embora se não conferisse carácter exclusivo a este condicionalismo, ele confirma, de modo indirecto, serem as crianças procedentes das classes populares as mais afectadas por uma escolarização elementar insuficiente. O trabalho infantil e juvenil constituía obstáculo insuperável ao acesso à escola (9).

Sobre esta base precária, o sistema de ensino divergia em duas grandes vias a partir da escola primária elementar. Em paralelo com a sequência *ensino liceal - ensino superior e*

(5) Rui Grácio, *Ensino Primário e Analfabetismo*, in «Dicionário de História de Portugal», dir. de João Serrão, vol. 2, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d., p. 53.

(6) José Salgado Sampaio, *O ensino primário. 1911-1969. Contribuição monográfica*, vol. 1, 1.º período. 1911-1926, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência-Centro de Investigação Pedagógica, 1975, p. 44.

O *Idem*, *ibidem*.

C) *Idem*, p. 43.

(9) A nossa história industrial, diz-nos Armando de Castro, registou em 1910 pelo menos um movimento grevista de crianças entre os 6 e os 11 anos de idade. Em 1921, numa empresa têxtil, em Castanheira de Pera, os menores trabalhavam como os adultos, 16 horas por dia, das 5 ou 6 da manhã à meia-noite (*A revolução... cit.*, p. 179 e nt. 1).

universitário existiam as sequências *técnico-profissionais* de carácter *industrial, comercial e agrícola* e respectivos institutos médios.

Do ponto de vista institucional não se podia dizer, a rigor, que as vias técnico-profissionais integrassem propriamente o sistema de ensino. Em 1923-1924, dez anos após a criação do Ministério da Instrução Pública, as vias técnico-profissionais dependiam dos Ministérios do Comércio e Comunicações e da Agricultura, onde dispunham de serviços próprios.

Esta dualidade tinha uma função social evidente. A sequência *ensino liceal - ensino superior e universitário* abria caminho aos mais elevados escalões das profissões liberais e do alto funcionalismo. As *vias técnico-profissionais*, abrangendo escolas técnicas elementares, de artes e ofícios e institutos médios facultavam o ingresso nos postos inferiores e médios do sistema produtivo e do aparelho do Estado.

Mantendo intactos os traços essenciais deste sistema, a 1.^a República fizera-o entrar, porém, num ciclo de reelaborações parciais.

Ao nível elementar, a principal disposição reformadora consistiu na criação das escolas móveis oficiais, destinadas a promover a instrução primária de crianças, adolescentes e adultos nas freguesias onde não fosse exequível o estabelecimento de escolas fixas ⁽¹⁰⁾.

Após um período de quebra de inscrições, o número de inscritos nas escolas móveis estabilizara na média de 14000 alunos, com acentuada predominância do sexo masculino.

Ao nível pós-elementar, a 1.^a República cria o ensino primário superior como via alternativa ao ensino secundário ^(x1).

Segundo a reforma de 29 de Março de 1911, abrangendo os ensinos infantil e primário, este último ensino dividir-se-ia em três graus. O grau elementar, com três anos de duração, frequentável a partir dos 7 anos, seria seguido do complementar (2 anos), para os indivíduos com não menos de 10 anos de idade, e do superior (3 anos), para os indivíduos com o mínimo de 12 anos de idade, aprovados no complementar ou equivalente.

⁽¹⁰⁾ José Salvado Sampaio, «Escolas Móveis. Contribuição monográfica» in *Boletim Bibliográfico e Informativo*, (9), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro de Investigação Pedagógica, 1969.

⁽¹¹⁾ O único estudo global deste grau de ensino deve-se a José Salvado Sampaio, «O Ensino Primário Superior. Contribuição monográfica», in *Boletim...*, *cit.*, (12), Lisboa, 1970.

O ensino primário superior aparece concebido como um grau de ensino polivalente, integrando ao mesmo tempo finalidades de preparação para o prosseguimento de estudos e objectivos de natureza profissionalizante ou prática. As respectivas escolas destinaram-se não somente ao aperfeiçoamento dos conhecimentos obtidos nas elementares e complementares, «mas também, e principalmente, a estimular, desenvolver e educar, por uma aprendizagem conveniente, nos alunos que as frequentam, as aptidões naturais que possuam e que desejam valorizar para a vida» (12).

Deste modo, o curso geral ambicionava compreender um vasto conjunto de matérias: língua portuguesa, duas línguas estrangeiras (francês e inglês), história (especialmente a de Portugal), geografia geral (especialmente a de Portugal e colónias) e económica, noções de economia, direito usual, matemáticas elementares (aritmética, geometria, álgebra e agrimensura), contabilidade, ciências físico-químicas e histórico-naturais e suas aplicações, designadamente à agricultura, ao comércio e à indústria, consoante as necessidades regionais, desenho, higiene, moral, instrução cívica, educação física, exercícios militares, ginástica, jogos, natação, remo, etc., música, canto coral, prática em aulas - escritório, estenografia, oficinas, campos experimentais. Este curso geral teria, porém, cursos práticos especiais, «para o ensino agrícola, industrial, comercial ou marítimo, consoante as necessidades das regiões a que as escolas pertencam» e de harmonia com programas adequados às diversas secções (13).

Esta nova componente do ensino primário apresentava graus diversos de permeabilidade quanto à sequência de estudos e à inserção na vida activa.

Com efeito, o respectivo certificado daria acesso à classe correspondente do ensino liceal, mediante exame de admissão cujo programa se prometia decretar ulteriormente. A sequência de estudos não ficava, portanto, automaticamente assegurada em relação à via *ensino liceal - ensino superior*. Em contrapartida, o mesmo certificado permitiria, sem restrições, a matrícula nas escolas normais primárias (transformadas, pelo mesmo decreto, em escolas primárias superiores, bem como as de habilitação para o magistério primário), nos cursos regulares das escolas industriais, agrícolas, comerciais, profissionais e técnicas, além de que dispensaria da prestação de provas públicas para o exercício de todos os cargos oficiais

C2) Decreto de 29 de Março de 1911, art. 32.º.

(13) Idem, art.º 11.º.

de categoria inferior a 400\$000 réis, exceptuados os que fossem de competência técnica ⁽¹⁴⁾.

Ministrado com carácter facultativo, laico, gratuito e em regime de coeducação de sexos, o ensino primário superior pretendia constituir, pois, uma alternativa ao secundário liceal (muito insuficientemente desenvolvido em relação ao sexo feminino) mas, sobretudo, uma via de preparação profissional, com particular incidência na formação docente para o ensino elementar.

As classes populares e os sectores intermédios da sociedade portuguesa — a pequena-burguesia urbana — seriam, em princípio, os principais beneficiários deste novo grau de ensino. Assim, o governo provisório cometia às câmaras municipais o encargo da criação de escolas primárias superiores em todos os bairros de Lisboa e Porto, nas capitais de distrito, em todas as povoações de população aglomerada superior a 10 000 habitantes, e em todos os centros fabris ou comerciais de importância reconhecida.

As despesas principais com o ensino primário, no seu conjunto, ficariam, de resto, a cargo dos municípios (cabendo ao Estado apenas as relativas à direcção e fiscalização).

Quanto ao pessoal docente das escolas primárias superiores, seria nomeado pelo Governo de entre os habilitados com o curso da escola normal superior ou de entre professores de instrução primária, precedendo concurso de provas públicas. Os professores dos cursos práticos e os mestres das oficinas das citadas escolas seriam contratados pelos Municípios, sob parecer do Conselho Superior de Instrução Pública, de entre indivíduos nacionais ou estrangeiros, portadores de adequadas habilitações ⁽¹⁵⁾.

Recaindo sobre os municípios os encargos mais vultosos quanto ao ensino primário superior, não é de surpreender que o início do seu efectivo funcionamento ocorresse apenas sete anos depois ⁽¹⁶⁾.

Ao tentar-se a concretização prática do ensino primário superior, a ambiguidade dos seus objectivos toma-se patente. A sucessão de disposições legislativas de que é objecto, a partir de 1919, reflecte as indeterminações do processo de desenvolvimento económico-social que, em princípio, se destinava a apoiar. Mantendo sempre articulação com outros graus e ramos de ensino, as escolas primárias superiores vêem oscilar

⁽¹⁴⁾ *Idem*, art.ºs 33.º e 34.º.

⁽¹⁵⁾ *Idem*, art.ºs 35.º, 52.º, 53.º e 81.º.

⁽¹⁶⁾ José Salvado Sampaio, *O Ensino Primário Superior...*, *cit.*, p. 35.

entre finalidades bem diversas os objectivos propostos ao seu currículo.

Assim, em 1919, as escolas primárias superiores tendem a ganhar o carácter de escolas técnicas profissionais. A 5 de Maio desse ano, o decreto n.º 5504 transforma em escolas superiores as antigas escolas normais de Lisboa, Porto e Coimbra, bem como as de habilitação para o magistério do ensino primário. O pessoal docente das escolas normais e de habilitação transita para os estabelecimentos em que foram convertidas. Cinco dias depois, o decreto n.º 5787-B, capitulando de particular interesse para «a grande massa popular» este grau de ensino, pretende associar por seu intermédio a educação geral e a preparação técnica de carácter geral, facultando a existência de secções comerciais, agrícolas, industriais, marítimas e domésticas, em regime de opção após o 1.º ano de escolaridade.

O diploma das escolas primárias superiores habilitaria à matrícula nas escolas normais primárias e na parte especializada das correspondentes escolas técnicas, e bem assim a requerer exame final do curso geral dos liceus, 2.ª secção. Permitia, ainda, obter o diploma de aptidão pedagógica nas escolas normais primárias com vista à docência no ensino primário particular, bem como o concurso a todos os cargos públicos para cujo provimento se exigisse o exame de saída do curso geral dos liceus. Constituiria, ainda, factor preferencial de admissão em fábricas, oficinas, arsenais ou quaisquer outros estabelecimentos estatais, ao passo que as diplomadas pela secção doméstica teriam a preferência quanto ao ingresso nos quadros do pessoal menor ou vigilante nos estabelecimentos de educação e ensino (17).

Estas disposições legais não viriam, contudo, a concretizar-se tão cedo. Só em Dezembro de 1921 se determinaria a criação provisória, e a título experimental, de secções técnicas comerciais nas escolas primárias superiores de Lisboa e Porto. Após essa experiência, apenas em 7 de Setembro de 1923 vemos abrir-se a porta à criação efectiva das secções previstas no decreto n.º 5787-B!

Entretanto, e não obstante o carácter democrático que se pretende atribuir às escolas primárias superiores, a ver-

(17) *Idem*, pp. 37-38. Em escolas primárias superiores obtidas por conversão das antigas escolas normais e de habilitação para o magistério, a coexistência de corpos docentes com preparações muito diferenciadas originava dificuldades consideráveis, a ajuizar pelos conflitos havidos em Leiria e de que o jornal *A Verdade* nos dá testemunho. (Cf. *A Verdade*, Leiria, 1922-1923).

dade é que o seu funcionamento revelava contradições dificilmente sanáveis.

Em primeiro lugar, os critérios de implantação da respectiva rede e de preenchimento dos seus quadros de docentes e funcionários parecem ter obedecido a pressões de carácter político indefensável mais do que à consideração da necessidade social e da competência profissional.

Desse modo, o decreto n.º 7082, de 14 de Novembro de 1921, se qualifica de «profundamente democrático» o ensino primário superior, atribuindo-lhe essa função, quanto à cultura geral, «especialmente nos pontos em que a carência de escolas secundárias mais acentuadamente se fazia sentir, como sucede nos centros industriais e agrícolas» (18), pretende todavia corrigir, por um lado, as distorções da rede escolar e, por outro lado, o excesso de professores e de empregados, o qual, em certos casos, superaria o número de alunos.

A mesma preocupação de obviar à plethora de docentes e funcionários origina ulteriormente várias tentativas de redução dos quadros das escolas primárias superiores. A sucessão de disposições legais tomadas em tal sentido testemunha sobre a amplitude das resistências encontradas. É o que comprovam o decreto n.º 8491, de 17 de Novembro de 1922, logo suspenso a 30 de Dezembro do mesmo ano pelo decreto n.º 8556, o decreto n.º 8932, de 19 de Julho de 1923, e a lei n.º 1448, de 12 de Junho do mesmo ano, repondo em vigor o decreto n.º 8491 do final do ano precedente.

Não obstante o facto de se considerar que tais escolas dispunham de professores e empregados em excesso face às necessidades, a lei n.º 1068, de 18 de Novembro de 1920, condicionaria o ingresso nas escolas primárias superiores a uma prova de admissão, cujo programa viria a ser publicado no ano seguinte, identificando-o com o da 5.ª classe do então ensino primário geral, exceptuadas as disciplinas de Trabalhos Manuais, Música e Educação Física.

Em que medida a procura do ensino primário superior testemunha sobre a existência real de uma necessidade a que se destinaria a responder?

Dispomos de dados estatísticos a partir do ano lectivo de 1919-1920 até 1924-1925, embora só retenhamos o período que nos interessa.

O número de estabelecimentos de ensino primário superior oscila entre 50 e 51 desde o ano lectivo considerado até ao de 1923-1924. De 3646 alunos inscritos no 1.º e 2.º anos

(18) José Salvado Sampaio, *ob. cit.*, pp. 41-42.

do novo curso do ensino primário superior em 1920-1921, passa-se para 2311 em 1923-1924.

Aparentemente, esta quebra de inscrições denotaria considerável diminuição da procura. A verdade, porém, é que no ano de 1921 se apresentam 510 candidatos à admissão (índice 100), ao passo que no ano de 1923 se apresentam 1413 (índice 277). A percentagem de aprovações nesse exame passa de 92,7 em 1921 para 94,7% em 1923 ⁽¹⁹⁾.

Embora, globalmente, o número de alunos do sexo masculino tenha diminuído de 1336, em 1920-1921, para 1016 em 1922-1923 e 973 em 1923-1924, a sua percentagem, relativamente aos totais de inscritos, passa de 29,8 para 42,1 naqueles anos extremos. Apesar disso, porém, as escolas primárias superiores são essencialmente *femininas*, o que se explica pela natureza dos seus objectivos e pelo insuficientíssimo desenvolvimento do ensino liceal para aquele sexo.

As taxas de aprovação e de conclusão apresentam índices diversos. Quanto às primeiras, a percentagem foi de 77,8 em 1920-1921, baixando para 69,2 e 65,8 nos dois anos lectivos seguintes, ao passo que em 1923-1924 volta a subir para 72,6. Relativamente às conclusões, a taxa foi de 18,6 em 1920-1921, subindo para 19,9, em 1921-1922, 23,2 em 1922-1923, e descendo para 21,9 em 1923-1924. Não se pode afirmar, pois, que as escolas primárias superiores apresentem produtividade elevada.

Quanto à estrutura do corpo docente, a percentagem de professores do sexo masculino, como observa José Salgado Sampaio, excede em todos os anos dois terços do total, com uma variação fraca de 70,7 em 1923-1924 e de 67,4 em 1924-1925.

Sobressai também a elevada percentagem de professores efectivos, atingindo os 97,6 em 1921-1922 ⁽²⁰⁾.

Se a sucessão de alterações legislativas de que o ensino primário superior é objecto a partir de 1919 indicia a existência de disfuncionamentos, não é menos certo que ele estava longe de merecer o consenso dos principais interessados.

Assim, no âmbito das constantes intervenções do jornal operário *A Batalha* nas questões de instrução pública — traduzidas em posições críticas sobre a situação do ensino, no apoio ao movimento sindical docente, em reivindicações pe-

⁽¹⁹⁾ Dados estatísticos recolhidos em José Salgado Sampaio, ob. cit., pp. 49-50. É interessante constatar que, em 1921, a percentagem de candidatos do sexo masculino era de 47,6. Contudo, em 1923, passa a ser de 56,6%. Este facto parece denunciar uma revalorização social das escolas primárias superiores.

⁽²⁰⁾ Idem, p. 51.

dagógicas, em iniciativas associativas de promoção cultural, avultando entre elas a Universidade Popular Portuguesa, e em abundantes artigos sobre os progressos do ensino popular na União Soviética —, o ensino primário superior é incidentalmente referido em 1921. O n.º 900 de *A Batalha* pronuncia-se, por um lado, contra o possível encerramento de escolas a pretexto da necessidade de redução das despesas públicas mas no n.º 903 defende a reforma desse grau de ensino, num artigo intitulado *As escolas primárias superiores portuguesas — como estão funcionando não prestam* (21).

A ideia de uma reforma global do sistema de ensino lavrava a fundo nos meios operários e intelectuais. As associações profissionais docentes, o movimento operário, os teóricos do movimento da «escola nova», entre os quais se destacavam António Sérgio e Faria de Vasconcelos (este último colaborando estreitamente com as organizações sindicais), a Sociedade de Estudos Pedagógicos e outros centros não-estatais voltados para a inovação educacional tomam parte activa numa campanha que, todavia, estava longe de se caracterizar pela unanimidade.

A participação de António Sérgio na reforma de João Camoesas

A reflexão sobre as questões educacionais e pedagógicas tem desde cedo um lugar central na vida e na obra de António Sérgio (22).

Todavia, Sérgio não exercerá a actividade docente a não ser em curtíssimos períodos da sua vida. Em 1911, pouco depois de se ter demitido da Marinha portuguesa, sabemos das suas infrutíferas tentativas no sentido de criar em Lisboa uma Universidade Popular ligada, como as do Porto e de Coimbra, à Renascença Portuguesa. Por essa mesma época terá pensado em concorrer a um lugar de professor de Geografia, possivelmente na Faculdade de Letras de Lisboa, mas o concurso foi adiado e acabou por se não efectivar. Mais tarde, em 1917, animaria em casa de Fortunato Abecassis um pequeno núcleo

(21) Sobre o diário *A Batalha* ver Jacinto Baptista, *Surgindo vem ao longe a nova aurora... Para a história do diário sindicalista A Batalha. 1919-1927*, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d. (1977).

(22) O pensamento pedagógico de Sérgio forneceu ensejo a dois estudos: Rui Grácio, *Educação e Educadores*, Lisboa, Livros Horizonte, e Rogério Fernandes, *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, s.d. (1979), pp. 43 e ss.

de educação infantil ou primária, após o que ele próprio fundou uma escola desse tipo. Sabemos que as suas relações com os discípulos eram excelentes (23). Em 1921-1922, período em que lançou no Brasil uma empresa editora com Alvaro Pinto, responsável pela publicação de *A Águia* no outro lado do Atlântico, Sérgio revelará, referindo-se com amargura aos próceres da 1.ª República e, na ocorrência, a Agostinho Fortes, outra frustrada tentativa de ingresso no ensino superior. «Soube com efeito que a cadeira de Pedagogia da Universidade de Lisboa, confidenciara em carta a Raul Proença, que o Adolfo Coelho propôs em conselho do Curso Superior de Letras que fosse confiada a mim, e que o Queiroz Velloso reclamou para a sua pessoa, veio a parar às mãos competentíssimas do dito [Agostinho Fortes]. Seja feita a vontade de quem manda!» (24).

Essa limitadíssima experiência de ensino não seria, contudo, impeditiva de larga actividade teórica sobre questões educacionais. Tendo estagiado em Genebra com Claparède, com quem viria a estabelecer relações de amizade extensivas a Ferrière (25), Sérgio é um dos mais persistentes divulgadores, entre nós, das correntes pedagógicas da *escola activa* (26).

A importância atribuída pelo autor dos *Ensaio*s aos problemas educativos decorre do carácter verdadeiramente *reformista* da sua ideologia social e económica. No seu entender, seria através da educação — concretamente do jardim-escola, da escola-oficina, da universidade popular, da revista, da conferência, do debate, etc. — que se operaria entre nós o que chama *revolução construtiva*, o contrário, em suma, do regime social-económico vigente na 1.ª República. Deste ponto de vista, seria «a escola trabalhando, e não na praça pública a barricada, quem pode vir a fundar a verdadeira democracia» (27).

A «ilusão revolucionária» de Sérgio levá-lo-ia, por um lado, a conferir à educação um poder determinante de reestruc-

(23) Rogério Fernandes, *ob. cit.*, p. 44 e p. 151.

(24) *Biblioteca Nacional. Reservados. Espólios. El. Caixa 31, Doc.º n.º 74.* Temos notícia de que Sérgio terá sido, muito mais tarde, professor do ensino secundário liceal particular na extinta Escola (ou Colégio) de Pedro Nunes, sita na Rua Ferreira Borges, a Campo de Ourique.

(25) Ver o trabalho de António Nóvoa, *Adolphe Ferrière et le Mouvement de VÉducation Nouvelle au Portugal. 1920-1935*, Université de Genève, FAPS, 1981-1982.

(*) Ver a esse respeito, Rogério Fernandes, *ob. cit.*, p. 83 e p. 96. Consulte-se, ainda, *Cartas de Antonio Sérgio a Alvaro Pinto*, Lisboa, Ocidente, 1972, p. 35.

?) «Prefácio a *O Método Montessori* de Luisa Sérgio», *A Águia*, (42) Junho, 1915, p. 255.

turação social e, por outro lado, a confiar a uma pretensa *elite dirigente* o papel de vanguarda.

Esta posição de classe, característica da cleresia portuguesa mais avançada e de que o Grupo «Seara Nova» foi, a partir de 1921, o núcleo actuante, conduziria Sérgio frequentemente a posições de distanciação e de isolamento em relação ao movimento operário e popular.

Como exerceria a educação essa função social em que Sérgio via o motor do progresso?

Submetendo a educação portuguesa a uma crítica cerqueira, ainda hoje válida em aspectos essenciais, Sérgio queria ver nela, contudo, o lugar de conagração das classes sociais antagonistas. «Só a escola essencialmente activa, para ricos e para pobres, pode fundir todas as classes numa comunidade humana superior, afirmar-se nos *Ensaios*: por um lado, elevando o trabalho à dignidade de uma concepção geral e filosófica; por outro, banindo o dualismo pedagógico que divorcia as classes desde a escola: em baixo a simples instrução do *abc*, mecânica e utilitária, para o homem do povo; em cima, essa etérea educação falsamente aristocrática, meramente especulativa e sem ligação com o trabalho, que se dá, ainda hoje, às classes dirigentes da sociedade». Neste caminho, Sérgio chegará mesmo a defender posições de colaboração de classes. «É absolutamente necessário, sentenciará, unir as classes sociais dentro da escola, impregnando todas elas de uma mentalidade cooperativista». A reunião do intelectual, do pequeno-burguês e do operário «na mesma escola de educação activa» (entendida como uma «mesma comunidade de trabalho») daria «um agente de realização plena do ressurgimento português» (28).

Sem atender, precisamente, a que a abolição do «dualismo pedagógico» pressupunha a abolição do «dualismo social», isto é, uma sociedade a caminho do Socialismo, Sérgio vai bater-se utópicamente, até ao fim da vida, pelo que chamou «a escola do trabalho». Nenhum outro teorista enquadrado no democratismo burguês irá tão longe, e com tanto ardor, na defesa de um sistema de ensino baseado no *trabalho e na prática*, e portanto na união intrínseca do trabalho *intelectual* e do trabalho *manual*. O trabalho seria, para Sérgio, o eixo fundamental de toda a acção educativa, «um instrumento de todo

C²⁸) «Paideia (Sugestões e Conselhos de há mais de trinta anos)», in *Ensaios*, VIII, Ed. Sá da Costa, pp. 226-227, e «Divagações pedagógicas», *idem*, II, p. 187. (Texto datado 1923).

o progresso de consciência», o mais perfeito instrumento de humanização⁽²⁹⁾.

No âmago da teoria da «escola única do trabalho», isto é, da substituição da escola «para lustrar» pela escola «para produzir»⁽³⁰⁾, Sérgio colocava o que apelidou *ensino de continuação*.

Esta via de ensino correspondia, no essencial, ao ensino primário superior criado pelo Poder republicano em 1911 mas só muito mais tarde concretizado. De facto, em 1918, Sérgio delinearía o seu projecto de sistema de ensino com base num «tronco comum» que compreenderia a *escola infantil* (dos 3 aos 7 anos) e a *escola primária*. A partir dos 12 anos, o sistema, segundo a terminologia de Sérgio, bifurcaria pelo *ensino primário superior e de continuação*, até aos 18 anos, e por uma via paralela de *ensino secundário* por meio da qual se ingressaria na Universidade⁽³¹⁾.

Firmando-se numa escola primária elementar que já contaria componentes práticas, o *ensino primário de continuação* destinar-se-ia aos jovens que se não destinassem à Universidade e que, na opinião de Sérgio, deveriam constituir o maior número. Essas escolas seriam frequentadas dos 14 aos 18 anos, cumulativamente com o exercício de uma actividade profissional de que o período dos 12 aos 14 anos parecia constituir a fase preparatória⁽³²⁾.

O *ensino de continuação* abrangeria instrução prática e teórica em oficinas, laboratórios e granjas escolares, conferida por profissionais especializados no ofício a que o* aluno aspirasse e sob os auspícios de uma associação de classe.

Além dessa formação prático-profissional, pretendia Sérgio que o currículo incluísse instrução comercial, estudos sociais, cultura literária e artística, bem como educação cívica teórica e prática, ministrada esta última em «corporações de self-government»⁽³³⁾.

Conforme esclarecerá mais tarde, mas é desde logo visível, o *ensino primário superior ou de continuação* destina-

(29) «Prefácio a Henri Le Chatelier», *Indústria e Ciência*, Lisboa, p. 11.

(30) «A Escola: órgão parasitário; necessidade da sua reforma sob a ideia directriz do trabalho produtivo», in *Pela Grei*, (3-4), 1918, p. 219.

(31) *O Ensino como factor de ressurgimento nacional*, Porto, Renascença Portuguesa, s.d. (1918), p. 40. De notar que Sérgio defendia igualmente uma reforma profunda do ensino secundário.

(32) Sérgio falará, nesta época, dos «sandwich courses», isto é, de alternâncias «estudo-trabalho».

C⁽³³⁾ *Idem*, p. 41.

va-se a criar quadros para o sistema produtivo e a desviar do ensino superior a grande massa de estudantes que concluía a escola primária ⁽³⁴⁾.

A 23 de Maio de 1919, ao iniciar-se a publicação do diário operário *A Batalha*, António Sérgio criticará, uma vez mais, a escola portuguesa. O sistema de ensino, diria nessa altura, «serve para fabricar parasitas». E acrescentaria: «Os seus fins reais são os seguintes: sustentar professores, editores e autores de compêndios e de cartilhas; preparar os filhos dos burgueses para empregados públicos, destruindo-lhes os dons de iniciativa; preparar os filhos do povo para vadios».

Reafirmando que «a ideia dominante da reforma (da escola)» deve ser a do trabalho produtivo, Sérgio defenderá nas suas linhas gerais um esquema de reorganização do ensino «própria da Democracia social dos novos tempos», na base de um plano geral de reestruturação económica ⁽³⁵⁾.

Para a efectivação dessa reforma, pretendia Sérgio se desencadeasse um amplo movimento de opinião pública. Para ele concitava *A Batalha*, sem que o seu entrevistador, aliás, repelisse o convite.

Não obstante Sérgio ambicionasse uma reestruturação global da sociedade portuguesa, nos limites do social-democratismo, de que a reforma da educação seria uma das componentes, não desdenhava as oportunidades de intervenção na esfera do Estado, embora sob condições. Nomeado em 1918 para integrar uma Comissão encarregada da reforma do ensino normal, pretendeu que ela ultrapassasse o plano da mera acção legislativa. Conjuntamente com Celestino da Costa, elabora, nessa ocasião, o projecto de uma Junta cuja função seria «criar focos para a reforma da cultura em Portugal», inspirando-se numa experiência espanhola contemporânea. O projecto não vai adiante pelo facto de Sérgio ter pedido a exoneração, persuadido de que, atenta a composição do grupo, nada de positivo poderia resultar do seu trabalho ⁽³⁶⁾.

O período que decorre até 1923-1924 marca um notável ascenso da sua actividade no sentido da reforma do sistema de ensino. Esta acção inseria-se na linha que lhe é peculiar, exprimindo-se em propostas globais de reestruturação da vida pública. Sob esse aspecto, salienta-se o «Apelo à Nação», publicado na *Seara Nova*. Assinado por Sérgio, Afonso Duarte, Ferreira de Macedo, António Augusto Gonçalves, Bazílio Teles,

⁽³⁴⁾ Rogério Fernandes, *ob. cit.*, pp. 88-89.

⁽³⁵⁾ Cf. Jacinto Baptista, *ob. cit.*, pp. 179-181. Estas declarações não deixariam de suscitar polémica. Ver *A Batalha*, n.º 13 e n.º 17.

⁽³⁶⁾ Rogério Fernandes, *ob. cit.*, p. 95.

Faria de Vasconcelos, Augusto Casimiro, Carlos Selvagem, Ezequiel de Campos, etc., esse documento alinha, como «medidas imediatas, compatíveis com os actuais recursos do país», para o sector da educação, o que poderia considerar-se, aproximadamente, uma súmula do projecto de reforma subscrito mais tarde por João Camoesas.

Com efeito, as 11 medidas preconizadas abrangem a reorganização das escolas normais e seus programas, com a criação de quatro escolas modelos — infantil, primária, secundária e de continuação —; remodelação dos programas de instrução primária e secundária, desenvolvimento do escotismo e da educação cívica pelo *self-government*; criação de uma Junta da Educação, com «liberdade de movimentos» e exercendo funções inspectivas, de avaliação pedagógica e executivas; fomento da educação cívica e apoio, no mesmo sentido, à acção das municipalidades; criação do «Tesouro da Educação Nacional» administrado pela Junta; adaptação da escola primária rural ao meio ambiente; criação de uma Junta de Orientação dos Estudos; criação de uma Residência de Estudantes e de consultórios de orientação profissional; criação de escolas de trabalhos manuais, anexas a grupos de escolas, e de museus pedagógicos; e, finalmente, criação da escola de continuação, «com estudos gerais e técnicos, que substituirá a secundária e superior para os indivíduos que não devem destinar-se à alta cultura intelectual» (37).

É patente a influência das ideias pedagógicas de Sérgio em muitos dos aspectos centrais deste programa, designadamente quanto ao ensino de continuação, à reforma das escolas normais, à criação da Junta de Educação e da Junta de Orientação dos Estudos, independentes do Poder político. A sua acção no interior da *União Cívica* era, de resto, determinante. Assim, dirigindo-se a Proença, e em referência a uma personagem cuja identificação não lográmos, Sérgio caracteriza a orientação da *União Cívica*, pondo particular ênfase no que parecia ser um triunfo das suas concepções em matéria pedagógica e económica. «Rogo-lhe q. diga a este homem, (pediria), entre tudo mais q. lhe ocorrer, que:

1.º Ele está ainda na fase romântica e bárbara de q. só se regeneram sociedades com actos revolucionários teatrais: plebes com chuços, berraria, dinamite, etc. Nós, pelo contrário, acreditamos na acção pacífica e persistente das ideias claras propagadas por uma elite.

(37) *Seara Nova* (21), Março, 1923, p. 134.

2º Que, se a União Cívica lhe parece morta, é porque ele só sabe ver as manifestações materiais. As *ideias* da União Cívica estão mostrando, pelo contrário, uma vitalidade enorme, como o provam:

a reforma da inst.^{ão}

a criação da Junta da Educação

a reforma agrária q. o ministro da Agricultura propõe ao Parlamento» (35).

A projectada reforma de ensino de João Camoesas, datada de 1923, permitir-lhe-ia, em seguida, tentar fazer passar à prática algumas das suas concepções.

A participação do Grupo da «Seara Nova» na elaboração do projecto de Camoesas tem na pessoa de Faria de Vasconcelos e na de António Sérgio os dois elementos de maior projecção.

Algumas cartas de Sérgio permitem divisar, contudo, os limites, restrições e conflitos de que a sua participação pessoal se acompanhou. A crer na versão que apresenta dos factos, enquanto Faria de Vasconcelos tenderia a aceitar passivamente as orientações do ministro, Sérgio procuraria, *de dentro*, fazê-las inflectir no sentido que julgava mais consentâneo com o rumo progressista da educação. Assim, confidenciaria a Raul Proença numa carta inédita: «O Faria, de cócoras diante do ministro e hipnotizado por S. Ex.^a, não me responde às cartas, nas quais lhe fazia com inteira e fraternal sinceridade os mais gentis oferecimentos. As relações *oficiais* já as cortou comigo; não sei se quer cortar também as particulares. Já lhe declarei q. combateria pela Reforma como guerrilheiro independente das forças regulares e dos seus chefes; mas há problemas da Junta de Educação, estranhos, pois, a Sua Excelência - o - Ministro, que eu precisava de combinar com ele. Mas não me responde por mais cartas q. eu lhe escreva, e não sei se me cumpre proceder, também aí, como se ele não existisse» (39).

Noutra carta, voltaria a queixar-se a Raul Proença da passividade de Faria de Vasconcelos, que diz «enfeitado» pelo ministro. E desabafa: «Em vez de se aliar comigo, para impormos *sempre* ao político as boas doutrinas (o q. verifiquei ser fácilimo) deixou de pensar pela própria cabeça, e cede, apaga-se, aniquila-se, ao menor gesto de capricho de S. Ex.^a» (40).

(15) *Biblioteca Nacional...*, cit., doc.º n.º 143.

(36) *Idem*, doc.º n.º 97.

(40) *Idem*, doc.º n.º 60.

A proposta de lei da Reforma da Educação é apresentada pelo ministro João Camoesas ao Parlamento com data de 21 de Junho de 1923.

Projecto notabilíssimo, talvez o mais notável na história da nossa instrução pública, abria por uma vigorosa análise crítica do sistema de ensino.

A necessidade de transformação do «sistema de instrução pública» português era justificada pelas novas realidades emergentes da Guerra, em paralelo com o movimento de reforma educacional em curso nos demais países europeus.

Em primeiro lugar, salientava-se que, em matéria de ensino, o país não lograva «resultados correspondentes aos seus esforços em dinheiro e homens» (41). Apontavam-se, em seguida as deficiências fundamentais dos diferentes patamares do sistema e das diversas actividades por ele compreendidas.

A directriz fundamental da reforma corresponde, no essencial, às concepções defendidas por Sérgio. Essa directriz, subjacente às críticas tanto quanto às disposições inovadoras, tem implícito o reconhecimento da necessidade imperativa da criação do que chamava a «escola do trabalho», em contraste com a orientação prevalecente. O texto do projecto de lei reproduz quase fielmente neste ponto o que Sérgio deixara estampado em *O Ensino como factor cie ressurgimento nacional*. «Quando se formula o problema da organização do ensino em termos e em função das espécies e classes de homens adestrados de que o país necessita, escreve-se na secção n.º 12 da proposta, nota-se a flagrante inversão da proporcionalidade natural das profissões e categorias. Gasta-se com o ensino secundário e superior ‘liberar quase 6 000 000\$ e não chega a metade o que se despen.de com todos os graus, elementar, complementar e superior do ensino técnico (agrícola, colonial, comercial, industrial e profissional). Quer dizer, tem-se procedido como se o nosso exército social de trabalho não devesse compor-se na sua grande maioria senão de generais e oficiais de uma só arma (as profissões chamadas «liberais»), que logicamente deve ser a menos numerosa, e pudesse dispor de um número insignificante de subalternos e soldados qualificados de todas as outras (as profissões «usuais» da agricultura, da indústria e do comércio)». E rematava-se: «Pelo nosso sistema escolar a grande maioria da juventude é desgra-

(41) *Ministério da Instrução Pública. Pteforma da Educação. Proposta de lei. (Separata do «Diário do Governo» de 2 de Julho de 1922). Para a distribuição gratuita, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923, p. 3.*

çadamente solicitada e dirigida para as profissões liberais, com prejuízo manifesto da economia e do equilíbrio social e político do país»⁽⁴²⁾.

Feito o balanço da situação, a proposta apresentada pelo ministro João Camoesas continha um conjunto de 24 bases que implicavam a completa reestruturação da escola portuguesa.

A montante do sistema situava-se o jardim-de-infância, que tenderia para a obrigatoriedade, após o que se passava à escola primária obrigatória, de dois graus (dos 7 aos 12 anos de idade). A partir daí o sistema bifurcava entre o curso geral dos liceus e as escolas elementares técnicas (prevendo-se a colocação, sob a responsabilidade do futuro Ministério da Educação Nacional, de todos os organismos de educação existentes noutros Ministérios).

Entre o curso geral dos liceus e as escolas elementares técnicas não se estabelecia qualquer trânsito horizontal. O primeiro desses cursos daria acesso ao curso especial dos liceus (correspondente a um complementar), ao passo que as segundas permitiriam o ingresso em escolas complementares técnicas ou em escolas profissionais.

Neste ponto, porém, a estrutura cruzava-se: do curso geral dos liceus poder-se-ia transitar às escolas complementares técnicas, e das elementares técnicas ao curso especial dos liceus.

Quanto ao acesso ao ensino superior e universitário, ele era possível a partir de ambas as vias, existindo em paralelo os cursos populares superiores e as Universidades populares, aos quais se teria acesso a partir das escolas elementares ou complementares técnicas, ou das escolas profissionais.

As escolas primárias superiores desapareciam deste esquema. Criticadas no preâmbulo por não corresponderem à sua finalidade e «por assumirem carácter de organismos liceais», fundir-se-iam com as escolas de artes e ofícios, aulas comerciais, escolas preparatórias de comércio e indústria, escolas industriais e comerciais, e com as escolas elementares agrícolas. Em lugar de todos estes estabelecimentos surgiriam Escolas Técnicas Elementares de vários tipos: agrícola, comercial, doméstico, industrial e marítimo. Preparariam para o ingresso directo na vida activa ou para a frequência das Escolas Complementares correspondentes, em que seriam convertidos os liceus femininos de Lisboa, Porto e Coimbra⁽⁴³⁾.

⁽⁴²⁾ *Idem*, p. 11.

⁽⁴³⁾ *Idem*, p. 9 e pp. 25-26 e p. 28.

Elaborada a proposta sob a responsabilidade política do ministro João Camoegas, o processo de *negociação* exigido pela sua aprovação e aplicação pretendia-se que fosse amplamente participado. Conforme também se declara no preâmbulo, procedera-se a um largo inquérito entre o professorado, cuja intensidade de resposta, notava-se de passagem, deixara a desejar, ouvira-se o maior número possível «das individualidades eminentes do ambiente pedagógico nacional» e, finalmente, obtivera-se «a colaboração de homens experimentados, com um passado profissional que os eleva ao plano superior das verdadeiras autoridades» (44).

Na mesma perspectiva, ambicionava-se igualmente que a proposta de lei desse origem a um intenso debate nacional. Assim, e ainda no preâmbulo, os ministros da Instrução e das Finanças, ambos signatários, comprometiam-se a procurar promover «por todos os meios adequados (e fiéis aos princípios da verdadeira democracia que animam todo este trabalho) o conhecimento e a análise da presente proposta, uma intensa agitação de ideias, uma viva concorrência de aspirações, um proveitoso, elevado e tolerante debate de consciências e inteligências que prepare e anime a discussão desta matéria no Congresso da República e o possa encaminhar seguramente às deliberações frutuosas e patrióticas» (45).

É neste plano que se insere a publicação da Proposta de Lei em separata do *Diário do Governo* de 2 de Julho de 1923, com vista à sua distribuição gratuita.

Sérgio parece ter tido uma intervenção decisiva quanto ao desbloqueamento do texto na Imprensa Nacional e ao arranque do debate, não obstante o seu desacordo em relação a certas disposições concretas da reforma e às presumíveis complacências de Faria de Vasconcelos para com as ideias do ministro. Outra carta inédita de Sérgio a Raul Proença aflora ambos os pontos: «O Camoegas está amuado comigo. Muito correcto (46), mas dá a entender q. eu não fui bastante gentil para com ele. Coisas em que me mete o nosso amigo Faria, com as suas infinitas condescendências e molezas em relação ao Poder e às Forças Supremas do Estado. De aí resulta q. eu faço contraste, e me vejo obrigado por vezes a praticar reacções, em favor da obra, como quando tive q. ir à Imprensa Nacional pôr e dispor. Já se murmurava do ministro, q. não fazia conhecer largamente a reforma, como pro-

(44) *Idem*, pp. 16-17.

(45) *Idem*, p. 17.

(46) Sérgio escrevera: «amável» mas riscou e substituiu a palavra.

meta; fui eu q. os salvei de fazer tolice: e ainda por cima me pintam de tirano. Já sei q. vão cair sobre mim nenhuma das glórias (no que me estou nas tintas) e todas as antipatias da obra. O Camara Reys já atribuiu ao Faria todas as tendências *sociais* da reforma, a q. o Faria não deu consideração alguma nos seus primeiros planos (ensino de continuação, etc.) e q. mesmo assim ficaram menos desenvolvidos do q. eu propus na conferência da *União Cívica*. Paciência» (47).

(47) *Biblioteca Nacional...*, cit., doc.º n.º 155. Em duas cartas para Afonso Lopes Vieira, desta mesma época, Sérgio alude às suas divergências com o ministro e aos limites que se auto-impusera à sua colaboração. Redarguindo ao poeta, que decerto o censurara por essa aproximação, diz o nosso ensaísta: «Sou o Pafnúncio da Thaís-Camoesas. Também V., querido amigo, foi o Pafnúncio, ou coisa q. o valha, do João de Deus Ramos — tão jacobino como o Camoesas, mas mais desorientado (muito mais!) em questão de pedagogias. Com uma diferença: o Camoesas tem estado, desde o princípio, amado comigo. Copio-lhe um trecho da sua última carta: «Não sou dado ao ressentimento. Costumei-me a não me indispor nem conflitar sem reflectir. E um mínimo de reflexão facilmente me conduz a não sacrificar o êxito de uma obra de alto interesse nacional à satisfação de quaisquer preocupações pessoais, mesmo justas.» «Como vê, o Camoesas não me acha simpático; supõe ter justas razões de ressentimento contra mim. Mas não importa. Não colaboramos por simpatia ou por amizade, nós. Ambos, porém, nos escravizamos à obra. Da minha parte, o sacrifício é fácil, porque realmente não existe. Da parte dele, Ministro, Poder, superior hierárquico, é difícil. E aí temos de reconhecer q. o Camoesas é nobre. Colaboro com Thaís, sem amar Thaís; o Pafnúncio -Afonso amou a sua». E noutra carta, referindo-se provavelmente ao afastamento de Camoesas da orientação política dominante nos partidos burgueses da 1.ª República: «Sobre a conversão do Camoesas não tenho ilusões, e por isso me conservo a boa distância: basta-me q. ele seja o instrumento de uma obra fecunda; não é a alma de s. ex.ª q. eu quero salvar, mas as de outros, por intermédio da vaidade dele, que sonha armar em grande homem à custa do Faria de Vasconcelos e da minha pessoa». («Duas cartas inéditas de António Sérgio para Afonso Lopes Vieira» apresentadas por Rogério Fernandes, in *Colóquio-Letras*, (46), Lisboa, 1978, pp. 60-61, p. 63 e p. 65).

Noutro documento existente no já citado espólio da Biblioteca Nacional, Sérgio atribuía certos desabafos à irritação causada pela falta de resposta de Camoesas e de Faria de Vasconcelos às suas cartas. É possível que esse colorido pessoal também interferisse nas razões de fundo da tensão eram obviamente outras.

Com efeito, o conflito Camoesas-Faria de Vasconcelos-Sérgio tem razões políticas que tencionamos aprofundar em estudo ulterior sobre este projecto de reforma do ensino. As acusações de «esquerdismo» procedentes das facções mais conservadoras do republicanismo estão talvez na origem da minimização, feita por Camoesas, da colaboração de Faria de Vasconcelos e do «defensismo» deste último pedagogo, tão acerbamente criticado pelo autor das *Cartas de Problemativa*. Por outro lado, a reprovação do Grupo «Seara Nova» dos processos da governação republicana teriam levado, neste caso con-

creto, o ministro Camoesas a diminuir o mais possível a participação da gente da *Seara* no seu projecto pessoal.

Uma carta inédita de Sérgio a Ferreira de Macedo, amavelmente cedida do seu espólio pelos Filhos do grande impulsionador da Universidade Popular Portuguesa, refere a existência de uma tomada de posição de Alves dos Santos e da réplica de Sérgio, que serão objecto de análise no nosso estudo supracitado.

A carta a Ferreira de Macedo data, segundo tudo indica, de 1923, provavelmente do Verão.

Repare-se que ela transcreve da carta de João Camoesas dirigida a Sérgio um trecho mais extenso do que aquele que Sérgio dera a conhecer a Afonso Lipes Vieira:

Escola Agrícola de Bemcanta Coimbra
Sexta-feira

Querido amigo. Como tem passado? E como vão esses planos de trabalhos pessoais? Na mesma? modificou-os? preparou a execução? Estou curioso de saber quais sejam.

Camosesas entrou francamente no caminho de se mostrar amuado comigo e de nos comer a cabeça aos dois — a mim e ao Faria. No Congresso de Leiria disse o seguinte, q. copio do *Século*:

«Elogiou os seus colaboradores srs. Faria de Vasconcelos e Teófilo Júnior, afirmando q. nenhum dos três diz ser sua a reforma, porque é da nação».

Esta idea peregrina de dizer q. aquilo foi feito pela nação é uma esperteza muito linda para roubar o Faria do reconhecimento do q. lhe deve, e distribuir a coisa igualmente pelos três: Faria, ele Camoesas [palavra escrita sobre outra, ilegível, e seguida de uma palavra riscada]... e Teófilo Júnior. «Nenhum dos três diz ser sua a reforma». É impagável. O discurso marca, além disso, o rompimento comigo. Até aqui s. ex.^a costumava incluir-me na lista dos seus colaboradores — com o Faria... e o Teófilo: Dizia, é certo, que *só no jim* (o q. é mentira), mas chegou a declarar q. esse fim fora a revisão geral da obra. Adiante. Percebe que, *em si*, nada me importa o q. diga de mim o Camoesas; não é de ali q. há-de vir o juízo definitivo sobre o mérito ou demérito dos meus trabalhos; mas tudo isto importa como *índice* da atitude do homem: insinuar q., grande [riscado: *homem*] como ele é, um Faria não o ajudou mais do q. um Teófilo Júnior. Diante dele, Himalaia, essas duas colinas teem a mesma altura. Ora, é esta preocupação de vaidade, de *comer* o Faria (e a mim) q. entristece, sem desanimar. Vou-lhe contar uma história. Um dia um amigo meu (J. Bensaude) falava a um amigo e correlegionário do Camoesas (Lago Cerqueira). Incidiu a palestra, em certa altura, sobre a reforma. O meu amigo pronunciou o nome do Faria (q. ele conhece por meu intermédio) e o meu. E o Lago Cerqueira: «Qual Faria! Qual Sérgio! Esses cavalheiros não fizeram nada, sei-o eu; auxiliam o ministro na propaganda. Aquilo é tudo obra do Camoesas».

Não conto ao Faria estas coisas. Para quê? Entristecia-o, *sem provocar nele uma reacção de hombridade*, que é o q. se quereria. Já o tenho na conta de incurável alforreca. Resigno-me. E o ministro também: quando não não chegaria a dizer o q. disse no congresso de Leiria. Não percebe aquele idiota do Camoesas q. faria uma lindíssima figura se reconhecesse

em público, francamente, o seu papel de *político*, realizador, sem se enfeitar estupidamente com as penas de técnico. Que fez o Pombal (e era Pombal)? Nomeou D. Francisco de Lemos, assistido de Cenáculo, reformador da Universidade, e pronto. Publicou q. quem reformava era o técnico; ele estava ali como cabeça política, para fazer executar os planos do sábio.

E tudo isto se teria evitado se o Faria, desde o princípio, se tivesse posto no seu lugar! Se tivesse compreendido q. o seu aliado *natural* era eu; se se tivesse unido a mim para nos apoiarmos reciprocamente nas nossas relações com o político, em vez de se pôr na esteira do político, dando-lhe sempre razão contra mim.

Ao chegar aqui, Bemcanta, escrevi ao Camoegas uma carta. Dizia-lhe q. me não pudera despedir dele na noite da conferência do Faria, véspera da minha partida, porque ele desaparecera sem eu esperar; q. me custara achar ele q. eu não correspondia bastantemente às amabilidades que ele me prodigalizara; q. se era verdade ser essa a impressão dele, tudo levaria atribuir a uma questão de temperamento pouco expansivo da minha parte, a não ser com pessoas muito íntimas, etc.; que, aliás, era eu o primeiro a reconhecer q. a familiaridade portuguesa era melhor e mais simpática do q. a minha reserva, mas q. era difícil uma pessoa contrariar o seu temperamento, etc. Esperava q. ele me respondesse q. eu fora mal informado, etc. Pois, não senhor. Respondeu-me isto:

«Muito agradeço a V. as explicações q. teve a bondade de me endereçar. Estou habituado a dominar a minha sensibilidade. Também não sou dado ao ressentimento. Costumei-me, por isso, a não me indispor nem conflitar sem refletir. E um mínimo de reflexão facilmente me conduz a não sacrificar o êxito de uma obra de alto interesse nacional à satisfação de quaisquer preocupações pessoais, mesmo justas. Não quero deixar de agradecer ainda a V. a disposição em q. continua de ajudar a implantação da reforma. Até Outubro aguentaremos o q. está feito, intensificando então os trabalhos. Fácil me tem sido, com prazer o registo, aguentar a altura moral com q. desde o início coloquei esta obra. Espero q. conseguirei mantê-la com a mesma facilidade. Reiterando os meus agradecimentos, etc.»

Que diz a isto? Se se não tratasse de uma obra q. está muito acima das impulsões pessoais, mandava-o já pintar macacos. Mas não pode ser. Escrevi ao Faria, q. me dissesse quais são os crimes concretos praticados pela minha pessoa. Não passar os meus dias no gabinete ministerial e respectiva antecâmara? Não me respondeu. Não sei se reparou q. na minha resposta ao Alves dos Santos eu me pus bem subalterno em relação ao Faria, lhe dei a ele todas as honras da reforma. Pois [três palavras riscadas] o Faria queria responder dizendo q. deixava de lado o ataque pessoal, e mais nada, como q. me reprovava a réplica, q. eu tomara à minha conta, a essa parte mais desagradável e difícil de tratar. Fiz-lhe notar q. lhe não ficava bem a ele deixar de dizer q. não respondia a essa parte porque já eu me encarregara dela. Tudo isto, *em si*, não tem a menor importância; e tudo afinal importa muito, pela péssima atitude de espírito q. denuncia.

Cumprimentos nossos a V.V.

Am. e admor.

A. S.

Também no debate de que se acompanha a divulgação da proposta, o Grupo da «Seara Nova» e, em especial, António Sérgio tiveram activa intervenção.

Com efeito, o n.º 25 da *Seara Nova*, correspondente a Julho de 1923, insere vários materiais relativos à proposta e à sua discussão pública.

Em primeiro lugar, um artigo de Jaime Cortesão, intitulado «A Reforma da Educação», em que a *Seara Nova* era vinculada ao projecto apresentado por Camoesas, dada a concordância dos seus traços essenciais com o programa do Grupo e com o da *União Cívica* (48).

Cortesão fazia notar, depois, que a alegada filiação da reforma no ideário seareiro não diminuía o alcance da iniciativa de Camoesas. «O ministro fez o mais e o melhor que podia fazer, escrevia, numa aparente concessão aos presumíveis pruridos do responsável pela instrução pública: chamar as competências a colaborar consigo; e compreendeu, caso raro nas esferas da governação, que a função do político é exactamente dar realidade prática às ideias reformadoras dos técnicos e dos doutrinários, e que a sua principal virtude é a capacidade de acção e o sentido das realidades e nunca esse pretenso enciclopedismo, que leva os nossos homens públicos tantas vezes a uma legiferação impertinente e estéril» (49).

Aplaudindo Camoesas por ter chamado a colaborar em toda a reforma Faria de Vasconcelos e em parte dela António Sérgio, e por tê-la sujeitado em seguida a uma discussão ampla, Cortesão procedia a um balanço valorativo do projecto.

O seu núcleo mais positivo localiza-o sintomaticamente num aspecto que ele próprio diz não constituir um compromisso claro. «Não o declara nitidamente a reforma, mas a instituição do ensino elementar técnico obrigatório e o de-

P.S. — Aconselhe-me sobre o q. devo fazer.

Note-se, ainda, a intenção de Camoesas de implantar a reforma e o facto de Sérgio ter oferecido a sua colaboração nesse trabalho; e ainda, na esbatida alusão de Camoesas, no final do trecho transcrito, às palavras em que Sérgio se referia, numa nota da *Seara Nova*, atrás citada, à «tensão moral» necessária para executar a reforma.

(48) *Seara Nova*, (25), Julho, 1923, p. 11. Cortesão comentava em seguida, com humor, uma crítica publicada no *Correio da Manhã* (jornal, como se vê, com larga tradição de direita) em que se descobriam no projecto feições «bolchevikistas» devido à participação que nela tivera Faria de Vasconcelos, personalidade benquista nos meios operários anarco-sindicalistas.

(49) *Idem, ibidem.*

envolvimento dado a todo o ensino técnico, — para nós a linha mais original da sua arquitectura, — propõe-se satisfazer a mais urgente das nossas necessidades, a de equilibrar as profissões dentro da economia nacional», afirma, num esbatido que marca, todavia, um certo grau de insatisfação do grupo da «Seara», liderado por António Sérgio.

Cortesão assinalava, depois, os pontos capitais do projecto em torno dos quais a sua adesão se fazia sem restrições: diferenciação da educação secundária em cinco secções, divisão dos estudos universitários em «profissionais» e de «alta cultura»; criação da Junta Nacional de Fomento das Actividades Sociais e Investigações Científicas; atenção à educação física, «descondensação» dos programas, princípio do *self-government*, ou seja, dos trabalhos de carácter prático e do estudo confiados à escola, concessão de bolsas de estudo no estrangeiro e contratação de professores de além-fronteiras, a democratização do ensino por intermédio da assistência escolar, a gratuidade, obrigatoriedade e outras disposições destinadas a proteger e facilitar o ensino técnico elementar, a protecção a dar às Universidades populares e a criação de cursos sistemáticos para operários, com particular destaque para duas medidas de carácter imediato: a criação de um fundo da Educação Nacional e da Inspeção Técnica do Ensino ⁽⁵⁰⁾.

Quanto aos aspectos críticos, o articulista apontava a necessidade de a reforma ser mais explícita e ampla nos fins que se propunha. Entendia que se deveria dar mais saliência ao ensino agrícola, ao ensino colonial e às escolas de emigrantes, e sobretudo, às «medidas práticas de possível realização imediata», visto que a maior parte dos objectivos indicados só a prazo seria exequível.

Indicava, ainda, a necessidade de alargar as competências da Inspeção Técnica às Universidades e, ao mesmo tempo, de lhe restringir as funções pedagógicas em matéria de programas e normas para a elaboração de compêndios, bem como a extensão da concessão das bolsas de estudo aos estudantes pobres de todos os graus de ensino.

Finalizava Cortesão com algumas considerações de carácter tático, no sentido de que a reforma deveria ter sido subscrita não só pelos ministros da Instrução e das Finanças mas também pelos da Agricultura, do Comércio e das Colónias. E rematava o artigo, com uma indicação bem clara das esperanças dos homens da *Seara* quanto ao alastramento gradual

(50) *Idem*, pp. 11-13.

das suas opiniões: «A penetração das ideias da Reforma no governo fez-se, como era natural, pelo ponto de menor resistência, isto é, por onde os interesses de classes possivelmente feridos ou chocados são menores. Esperemos que daí se alargue até que um grupo de homens, partidários ou não, possuídos tanto da visão clara das necessidades nacionais, como de coragem moral, lance ombros à execução de um plano geral, tanto pelos lados de menor resistência, como naqueles onde o choque de interesses há-de atear o incêndio das piores paixões» (51).

Como se vê, o artigo de Cortesão, exprimindo obviamente a opinião «oficiosa» do Grupo «Seara Nova», apenas aparece restritivo, em relação ao conteúdo da reforma, na questão das escolas técnicas elementares e na falta de inserção destas no quadro da escolaridade obrigatória.

Sérgio, por seu turno, inseria uma nota no mesmo número da revista, chamando a atenção para os debates levados a cabo na «assembleia dos professores primários», bem como para o questionário de 18 pontos publicado na página seguinte e que acompanhava os exemplares da proposta submetida à discussão pública. Considerava, nessa nota, como «muito provável» o triunfo «da ideia da reforma», se, acrescentava numa possível alusão a Camoesas e Faria de Vasconcelos, «os superiores timoneiros das fainas executivas mantiverem o grau de tensão moral indispensável a uma obra destas» (52).

Entretanto, porém, Sérgio continuava a pugnar, por debaixo da capa, pelo *ensino de continuação*, prejudicado, na reforma, pela concepção das escolas técnicas elementares. Numa carta, também inédita, a Raul Proença, junto de quem já se lamentara pelo abandono, ou menosprezo, do *ensino de continuação*, dizia: «peço-lhe que não deixe de responder ao *questionário* da reforma; e, se estiver de acordo, proponha q. as escolas q. no projecto se denominaram técnicas elementares e complementares recebam o seu nome verdadeiro de *escolas de continuação*. Chamar-lhes escolas técnicas, como o M. quer, é tolice; mas o F. não teve a insistência necessária para o convencer» (53).

Do vasto acervo de ideias e objectivos explanados no projecto subscrito por João Camoesas, e que perfilhava no essencial, é visível que Sérgio selecciona alguns pontos limitados.

(51) *Idem*, p. 13.

(52) *Idem*, p. 19.

(53) *Biblioteca Nacional...*, *cit.*, doc. n.º 69.

Assim, na conferência proferida a 25 desse mesmo mês de Julho de 1923 na Sociedade de Geografia e cujo texto viria a ser dedicado a Câmara Reys, defende a reforma por seis motivos fundamentais.

O primeiro, por ser «sincera e efectiva», isto é, por prevenir «que só gradual, e lenta, e experimentalmente, se poderá fazer a reorganização» (54). Esta leitura que parece todavia pessoalíssima, correspondia no fundo à efectivação de dois elementos estratégicos da sua própria concepção de «reforma do ensino»: criação de escolas-modelos, com pessoal seleccionado, que Sérgio não indica a que grau de ensino pertenceriam, escolas normais e bolsas de estudo destinadas à preparação de professores no estrangeiro (55).

Em seguida, criação de «um conselho de homens idóneos, imparciais, apontados pelos que se temem da imoralidade na execução, e encarregado de policiar, sob esse aspecto, o procedimento dos executantes» (56).

Esta razão central, a que se adicionavam o carácter sistemático e coordenado da reforma, o seu acordo com os princípios da moderna pedagogia, as suas virtualidades em ordem à formação de «uma elite para as necessidades do nosso país», a sua índole democrática, e bem assim a sua coordenação com as demais reformas necessárias, justificava o compromisso de Sérgio.

Sérgio no Ministério da Instrução

O ingresso de Sérgio como ministro da Instrução Pública no governo presidido por Alvaro de Castro fora precedido de uma «Carta aberta dirigida a S. Ex.^a o Presidente da República» pelo Grupo «Seara Nova» (57). Esse documento, de excepcional importância política, contém desenvolvida referência ao «problema pedagógico».

A marca de Sérgio é visível no texto. Comprovam-no, além de outras concordâncias, as alusões indirectas à sua atitude pessoal em relação à reforma de João Camoesas. «É costume de portugueses insistir no que nos separa, e não naquilo que os pode unir: nos pretextos de antagonismo e não nos motivos de cooperação», escreve-se na «Carta aberta». «Falta-

(M) *Virtudes fundamentais da reforma da educação*, p. 4.

(*) *Idem*, p. 5.

(¹) *Idem*, p. 6.

(61) *Seara Nova*, s. n.º, 27 de Novembro, 1923, pp. 51-54.

-nos o senso social, somos irreductíveis e absolutistas: ninguém se contenta, por isso, de poder impor parcialmente a sua opinião ou o seu critério; e, se se diverge num pormenor, não se procura colaborar: ataca-se a obra no seu conjunto, com arranques de nevroptata e cegueiras de louco em fúria». E, de modo mais explícito: «Não procederam desta forma os indivíduos que colaboraram com o Ministro sr. Camoesas: comportam-se assim, todavia, a mor parte dos poucos críticos e adversários do projecto».

Em seguida, assinalando-se um acordo relativo com as suas principais disposições, considera-se o projecto meramente como uma base de trabalho: «Sente-se neste o concurso, ou convergência, de critérios diferentes mas complementares, e sem prejuízo, portanto, da sua unidade. O sensato, tanto nos defensores como nos críticos, seria reconhecer, antes de tudo, o que há excelente na tentativa, e apresentar depois com simpatia as correcções e aditamentos, *pois como um esboço para ser emendado se apresentou, aliás, o projecto de lei*»⁽⁵⁸⁾.

Aditando-se, em seguida, as «medidas susceptíveis de realização imediata», enunciava-se um conjunto de propostas muito semelhantes às que tinham ficado indicadas, poucos meses atrás, no «Apelo à Nação»: criação de quatro escolas experimentais — infantil, primária, secundária e de continuação—, com novo regime de composição de cursos; modificação de programas; criação do Museu Pedagógico de Lisboa, com a finalidade de organizar material de ensino para as escolas, publicar guias para os professores, etc.; remodelação do ensino normal e criação do Instituto de Ciências da Educação; criação de uma Junta de Promoção de Estudos; criação de uma Junta de Estudos Sociais; criação de uma Residência de Estudantes; fundação de um internato no tipo das Escolas Novas; contratação de professores estrangeiros, para, sobretudo, o ensino de continuação e o ensino técnico; nomeação de uma comissão executiva das reformas, e de uma comissão de reforma do ensino superior⁽⁵⁹⁾.

Deste modo, é referenciável a preocupação crescente de Sérgio em isolar um conjunto de medidas a realizar por interposta pessoa ou directamente.

A evolução da conjuntura política não tardaria, entretanto, a proporcionar-lhe a sua única experiência de Governo.

⁽⁵⁸⁾ *Idem*, pp. 53-54.

⁽⁶⁹⁾ *Idem*, p. 54.

A equipe Álvaro de Castro — ele próprio dissidente do Partido Nacionalista, de Cunha Leal — pretendia ter feição extrapartidária. Firmava-se, todavia, em três ministros com filiação no Partido Republicano Português, «mas com base de apoio neste partido, ainda hoje a mais sólida e bem organizada força do regime», escrevia *O Século*, a 3 de Janeiro de 1924, bem como no conjunto de deputados e senadores que, saídos do Partido Nacionalista, como o próprio Álvaro de Castro, tinham constituído o Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Integrava democratas de orientação radical como José Domingues dos Santos, Domingos Pereira e Mariano Martins, e dois representantes do Grupo da «Seara Nova»: Azevedo Gomes, na pasta da Agricultura, e António Sérgio na da Instrução Pública. O ministro da Guerra, major Ribeiro de Carvalho, embora não pertencesse à «Seara Nova», fora indicado pelo Grupo ⁽⁶⁰⁾.

Constituído numa fase de aguda crise financeira, o governo de Álvaro de Castro enfrentava uma conjuntura política marcada pelo ascenso das forças da direita em direcção à ditadura militar. Reclamava-a o Partido Nacionalista, tendo à sua frente Cunha Leal, juntamente com todas as forças conservadoras que possuíam no Parlamento e nos quartéis as suas pontas de lança. Mussolini, na Itália, e Primo de Rivera, em Espanha, constituíam os modelos políticos que a direita pretendia implantar entre nós.

Álvaro de Castro assenta a sua prática governativa em três tipos de disposições: diminuição das despesas do Estado, aumento das receitas públicas, obtenção de divisas e controlo

⁽⁶⁰⁾ *O Século*, na edição de 18-12-1923, afirma ter Álvaro de Castro principiado por convidar Cortesão a aceitar a pasta da Instrução Pública. Que o grande historiador foi convidado pelo Presidente do Ministério a entrar no Governo é facto declarado pela própria *Seara Nova*. Face à recusa de Cortesão, por ser convicção do Grupo «que os problemas nacionais se não resolviam parcelarmente, mas integrando-os numa obra de conjunto», Álvaro de Castro terá proposto a entrega de três pastas àquele núcleo de acção política: Instrução, Agricultura e Guerra. Para as duas primeiras, como representantes do Grupo, a *Seara* indicou Sérgio e Azevedo Gomes, respectivamente. Para a terceira, o major Ribeiro de Carvalho, conquanto não pertencesse ao Grupo da «Seara Nova». («No Governo», in *Seara Nova*, (28), 1923, p. 71). De entre os representantes da *Seara*, Sérgio seria o ministro mais visado desde o início pelas ironias de duvidoso gosto de um deputado como Jorge Nunes, do Partido Nacionalista, ou de um Carvalho da Silva, monárquico de extrema direita. Assinale-se, a propósito, a atitude respeitosa e de admiração por Sérgio assumida por Lino Neto, deputado da minoria católica.

do mercado de câmbios com vista a obstar à constante desvalorização do escudo ⁽⁶¹⁾.

A despeito dos aspectos impopulares deste programa quanto à redução das despesas com o funcionalismo, o Governo consegue obter, episodicamente, o apoio do movimento operário e das forças democráticas ante a conspiração fascizante visivelmente em curso. As jornadas de 15, 16 e 17 de Fevereiro de 1924 assinalam os períodos culminantes do movimento unitário contra a ameaça de ditadura.

O movimento operário e democrático, entretanto, não está disposto a apoiar um governo que se revelava sem coragem para melhorar as condições de vida, sujeitas, dia-a-dia, a novos agravamentos. Uma manifestação calculada em perto de 150 000 pessoas, e convocada pelas Juntas de Freguesia de Lisboa, reclama no Terreiro do Paço medidas eficazes «contra a carestia de vida», contra «os moageiros, comerciantes, banqueiros e todos os exploradores». Coroada por incidentais assaltos a padarias, a manifestação é pretexto para que o governo proíba um comício republicano-operário a 23 do mesmo mês na capital, apesar de a proibição não ser extensiva a outros pontos do território.

A falta de uma política de conteúdo popular, o governo Álvaro de Castro acabaria por perder definitivamente o apoio da única base social capaz de obstar ao avanço da direita fascizante: o movimento operário e o movimento democrático.

E neste contexto social, político e financeiro que Sérgio inicia a sua primeira e única experiência governativa.

No acto de transmissão de poderes que decorre no Ministério da Instrução, Sérgio não enuncia quaisquer propósitos de rotura em relação a João Camoesas e a Melo e Simas, seus antecessores imediatos naquela pasta. Pelo contrário, frisa a continuidade de acção que pretende estabelecer e compromete-se a aplicar, na sua área, os princípios defendidos pelo Grupo «Seara Nova» ⁽⁶²⁾.

Os dois primeiros actos de política da educação praticados por Sérgio têm a ver, por um lado, com a organização

⁽⁶¹⁾ António José Telo, *Decadência...*, cit., pp. 268 e ss., em especial p. 273. Embora dissesse recusar a ditadura (que o eng.º Cunha Leal declarava imprescindível à resolução dos problemas nacionais, assim como o anterior chefe do governo, Ginestal Machado), Álvaro de Castro (como a própria *Seara*) era manifestamente adepto da chamada «democracia musculada». A sua declaração política ao Parlamento não deixa a esse respeito quaisquer dúvidas. (*Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 15, 21-12-1923).

⁽⁶²⁾ O *Século*, 19-12-1923, e *Seara Nova*, (28), Dezembro, 1923, p. 71.

de um ramo de investigação científica na base de elementos pré-existentes e, por outro lado, na tentativa de criação, no aparelho do Estado, de um organismo orientador de toda a pesquisa educativa e científica, com carácter independente do poder político.

Criação do Instituto do Cancro

Com efeito, o decreto n.º 9333, depois de historiar, no seu preâmbulo, as iniciativas levadas a efeito entre nós no sentido da investigação científica do cancro de 1901 a 1915, com Azevedo Neves, Soares Branco Gentil e Raposo de Magalhães, cria em Lisboa o Instituto Português para o estudo do Cancro, a funcionar provisoriamente no Hospital Escolar de Santa Marta.

O mesmo decreto reconhecia ao novo Instituto a autonomia técnica, científica e administrativa, «sem prejuízo do auxílio oficial que possa vir a ser-lhe prestado». Atribuía-lhe desde logo utilidade pública (dada a gravidade que a disseminação da doença tinha entre nós e a necessidade de a combater) e, como finalidades, organizar a luta contra o cancro em Portugal, manter e desenvolver um centro regional dessa luta em Lisboa, bem como promover e auxiliar a criação de outros centros regionais, praticar o estudo e a pesquisa científica da doença e divulgar os seus resultados, realizar campanhas de educação sanitária, melhorar as condições de trabalho dos seus investigadores e técnicos, fundar laboratórios de investigação científica, e adquirir equipamentos com vista à pesquisa e tratamento da doença.

O Instituto ficava igualmente autorizado a angariar e administrar os fundos que lhe fossem necessários e para os efeitos da sua direcção era nomeada uma comissão de cientistas, constituída pelos Drs. Francisco Gentil, Marck Athias, João Emílio Raposo de Magalhães, Henrique Fragoso, Domingos Parreira e pelo director do Serviço de Radiologia do Hospital Escolar, Francisco Bénard Guedes. A Comissão, cujas funções seriam gratuitamente desempenhadas, era presidida por Francisco Gentil, e os dois últimos elementos seriam os secretários (63).

(63) *Diário do Governo*, I.^a série, n.º 278, 29-12-1932, pp. 1512-1513.

De todas as iniciativas tomadas por Sérgio na qualidade de ministro da Instrução Pública foi esta, por certo, a que teve mais largo futuro e mais duradoura projecção. As nossas actuais instituições de combate e investigação do cancro tiveram aqui a sua raiz.

A *Seara Nova*, referindo com louvor a iniciativa, acrescenta, significativamente, ter ela sido tomada «sem a menor despesa para o Estado» (64).

«Velha aspiração» lhe chamaria Sérgio pouco depois (65), finalmente concretizada, o certo é que ela não figurava em nenhum dos pontos programáticos precisos que tivesse enunciado. Tudo indica que o ponto de partida foi uma realidade, apesar de tudo, já em marcha — a investigação e o tratamento científico do cancro—e não uma ideia apriorística, inscrita no universo estelar das «ideias».

A Junta de Orientação dos Estudos e o boicote parlamentar

No mesmo dia, a folha oficial inseria também o decreto n.º 9332, que dava realidade jurídica dessa vez a uma das ambições mais gratas do novo ministro. Considerando tornar-se indispensável «criar um organismo técnico permanente que oriente e coordene não só todos os esforços de actualização do ensino português, como todos os trabalhos de investigação científica», escreve-se no respectivo preâmbulo, criava-se no Ministério da Instrução Pública «um organismo técnico permanente, que se denominará: Junta de Orientação dos Estudos.....

A Junta de Orientação dos Estudos, segundo a opinião de Sérgio, teria funções assaz complexas. Seriam seus objectos organizar e fiscalizar um serviço de bolsas de estudo, promover a colocação dos ex-bolseiros segundo as habilitações obtidas, subsidiar investigações científicas, assim como a publicação dos respectivos resultados, fundar, manter ou auxiliar centros de estudo, fundar e dirigir escolas experimentais em todos os graus de ensino, exceptuando o superior, fundar e dirigir museus pedagógicos, e representar ao governo, de sua própria iniciativa, sobre assuntos de instrução.

(64) *Seara Nova*, (29), Janeiro, 1924, p. 91.

(65) *Idem*, (34), 9-4-1924, p. 195.

É visível que, exceptuados os próprios estabelecimentos experimentais sob a sua alçada, a Junta não teria intervenção no sistema de ensino em funcionamento. O decreto facultava-lhe, porém, que considerasse «como centros de estudo seus aderentes» os estabelecimentos científicos, literários ou artísticos, assim oficiais como particulares, que quisessem colaborar nas suas actividades, «convencionando com esses estabelecimentos um regime de trabalho».

A Junta de Orientação dos Estudos seria sobretudo, pois, um instituto de investigação científica e pedagógica, com funções de organização e execução dentro da sua esfera de actividade.

Como pessoa colectiva, gozaria de autonomia administrativa e de capacidade jurídica para adquirir bens e os administrar, assim como à dotação que recebesse do Estado com vista à consecução das suas finalidades.

Sob o ponto de vista científico, a sua autonomia seria igualmente integral: cabe-lhe decidir, escreve-se no mesmo decreto, «sobre todos os casos das suas atribuições, fixará os programas e condições das bolsas de estudo e das escolas experimentais, fiscalizará o aproveitamento dos seus bolseiros e a sua colocação nos centros de estudo, concederá os subsídios ou auxílios necessários e contratará os funcionários e o pessoal docente de todas as instituições».

Quanto à sua composição, a Junta de Orientação dos Estudos seria constituída de vinte e um vogais cujas funções eram desempenhadas gratuitamente. Os primeiros sete seriam de início nomeados pelo Governo. Os sete vogais seguintes seriam também de nomeação governamental mas sob proposta da Junta, bem como os restantes. Os vogais escolheriam de entre si a comissão executiva e o presidente, tendo ainda a Junta a faculdade de requisitar, em comissão de serviço, para as suas instituições, com autorização do Governo, os funcionários e professores oficiais de que carecesse. Caber-lhe-ia, também, propôr ao Governo os regulamentos indispensáveis ao seu funcionamento e seria ouvida obrigatoriamente quando tivesse de ser modificada a organização estabelecida pelo decreto.

A independência da Junta em relação ao poder político era, como se vê, quase completa. Pela nomeação dos vogais o Governo poderia, até certo ponto, controlar-lhe a composição inicial. Quanto ao seu funcionamento, a nova instituição ficava obrigada a publicar anualmente uma memória, dando conta dos seus trabalhos e dos seus actos administrativos, a ser presente ao ministro da Instrução. O seu orça-

mento anual, bem como as condições a que a sua gestão obedeceria, deveriam ser submetidos ao Parlamento (66).

O projecto de criação da Junta de Orientação dos Estudos suscitaria, naturalmente, reacções díspares.

Sérgio recorre à Imprensa afecta ao Governo para aclarar e precisar certos aspectos do seu pensamento. O traço que sublinha em primeiro lugar é o da independência da Junta relativamente ao poder político. Numa entrevista concedida ao jornal *O Século*, a 29 de Dezembro, afirma que a instituição seria «um organismo autónomo», congregando «as nossas primeiras sumidades científicas e pedagógicas», que teria como seus aderentes os estabelecimentos oficiais ou particulares que livremente postulassem essa colaboração. Não se trataria de um órgão consultivo mas actuante, que actuaría «com plena independência, livre de peias burocráticas, de transigências políticas e que, declara, trabalhará paralelamente à organização oficial da instrução sem nela intervir, a não ser pelo exemplo e sem dela receber quaisquer indicações».

Esta ideia de reestruturar o macro-sistema de ensino a partir de um micro-sistema que exercesse sobre o primeiro uma espécie de «contaminação» inovadora, é por certo um dos frutos mais directos do reformismo de Sérgio e constitui o traço definidor da sua política de educação.

A possibilidade de conflito institucional era evidente. Assim, enquanto a *Seara Nova*, nesse mesmo mês, aproxima a Junta de Orientação dos Estudos de um organismo análogo existente em Espanha, «renovador da ciência e da técnica espanhola», e lhe atribui o poder onipotente de criar «sábios de verdade e técnicos para a agricultura, para o comércio, para a instrução, para toda a actividade nacional, — instrumentos de ligação e de preparação que estabeleçam o imediato

(66)*Diário do Governo...*, cit., pp. 1511-1512. Sérgio procurava realizar, como ministro, uma iniciativa, ao que parece gorada, da *União Cívica*, da qual dá notícia a *Seara Nova*, em Maio de 1923, pela pena do próprio Sérgio: «Uma das reclamações mais importantes da União Cívica, escreve Sérgio, vai ser realizada por iniciativa particular. Têm-se efectuado, no Instituto Bacteriológico, as sessões preparatórias de uma Junta de Educação, instituto promotor do melhoramento da cultura nacional e da investigação científica. O seu principal objectivo será o de dar pensões de estudo no estrangeiro (de preferência aos que desejem consagrar-se às especialidades científicas de mais directa aplicação à utilidade nacional), criar institutos e auxiliar os que já existem, e fundar Residências de Estudantes. Cremos desnecessário encarecer a importância deste facto, e limitamo-nos a pedir para a Junta o amparo de todos os bons patriotas de todas as almas generosas da Nação» (p. 192).

contacto com as forças produtivas» (67), Sérgio é muito mais cauteloso e modesto. A uma pergunta do entrevistador, que estabelecia uma aproximação entre a Junta de Orientação dos Estudos e a Junta de Ampliação dos Estudos de Espanha, o ministro seareiro apenas reconhece «muito ligeiros pontos de contacto» entre uma e outra. E apressa-se a acrescentar que a instituição agora criada «não vem, por exemplo, declarar guerra ao ensino universitário, como a espanhola».

O programa imediato de actividade da Junta portuguesa cifrar-se-ia, predominantemente, na organização da actividade científica e na promoção da investigação pedagógica experimental. Os propósitos enunciados desde a *União Cívica* e no próprio projecto de lei de João Camoesas vêm à tona uma vez mais.

Primeiramente, diz, a Junta «procederá a estudos de investigação científica, tanto no país como no estrangeiro, especialmente encaminhados no sentido do fomento agrícola e industrial da metrópole e das colónias». Para tanto instituiria bolsas de estudo, dado que o sistema existente não era satisfatório, e manteria, no país, institutos de aplicação onde os bolseiros pudessem transformar os conhecimentos hauridos além-fronteiras para utilidade nacional.

Em matéria pedagógica, a Junta deveria fundar, manter e dirigir superiormente escolas-modelos de ensino *infantil, primário, secundário* e de *continuação*, bem como um *mu-seu pedagógico* destinado à difusão de material didáctico, livros, etc.

Quanto aos recursos financeiros necessários, Sérgio revela a intenção de apresentar ao Parlamento uma proposta de lei destinada a criar receitas, ou antes, «transferindo fundos para ocorrer às necessidades da Junta» e que, além disso, contava com o auxílio de particulares. Revela igualmente a sua intenção de instalar a Junta em meados de Janeiro seguinte, presidindo ao acto o Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, que, diz Sérgio, «muito se tem interessado por esta ideia e que usará da palavra, significando-lhe o seu inteiro aplauso», aditando que ele próprio proferiria nessa altura uma conferência: «A finalidade nacional da reforma dos estudos; a reforma dos estudos e as duas políticas nacionais».

Se o projecto de Sérgio é acolhido com simpatia nos meios científicos — a ajuizar, por exemplo, pelas declarações de Aurélio Quintanilha, feitas, nessa altura ao *Diário de Lis-*

(67) *Seara Nova*, (29), Janeiro, 1924, p. 91.

boa, apesar do seu cepticismo em relação à benemerência particular —, nos meios políticos não tardaria a encontrar resistências.

No dia seguinte, 30 de Dezembro, *O Século* julgava poder revelar os nomes das sete primeiras individualidades cujo diploma de nomeação para a Junta deveria ter sido apresentado na véspera à assinatura presidencial e que Sérgio, na entrevista precedente, apenas dissera serem todos professores e terem «um carácter o menos oficial possível». A pergunta do entrevistador sobre se fariam parte da Junta os reitores das Universidades e directores dos estabelecimentos científicos e pedagógicos, Sérgio especificara que seriam recrutados «indistintamente».

Pelas informações de *O Século* e da *Seara Nova*, a identidade dos indigitados justificava o ponto de vista do ministro da Instrução: eram Anibal de Bettencourt, Mark Athias, Gomes Teixeira, Luciano Pereira da Silva, Agostinho de Campos, José de Magalhães e Marques Leitão (68).

Entretanto, porém, as nomeações não viriam a ser feitas. A reabertura do Parlamento após o período de férias, a oposição declarava-se disposta a atacar o projecto considerando-o inconstitucional. Desse modo, Sérgio prefere aguardar uma definição clara das forças políticas a esse respeito, como se lê na *Seara Nova* de 31 de Janeiro de 1924. «Os membros iniciais da Junta Orientadora de Estudos não foram ainda nomeados, nem apresentada ao Parlamento a proposta de lei que cria as receitas necessárias e regula o seu regime financeiro, escreve-se na secção 'No Governo', porque o Ministro entendeu mais conveniente só a fazer depois de realizado pela oposição o ataque, que anunciou, à constitucionalidade do decreto que instituiu a Junta» (69).

A situação arrastava-se e a 8 de Fevereiro noticiava *O Século* que o Ministro da Instrução continuava a aguardar que o Parlamento se pronunciasse quanto à matéria.

A 16 de Fevereiro saem todavia na folha oficial duas propostas de lei relativas à administração da Junta e à obtenção dos recursos financeiros necessários ao seu funcionamento, as quais haviam sido enviadas ao Parlamento a 14 do mesmo mês.

Pela primeira proposta, confiava-se à Junta o seu próprio governo económico. Como pessoa colectiva eram-lhe atri-

(68) *Idem, ibidem* e *O Século*, 30-12-1924. Anunciava-se para esse dia uma conferência de Imprensa de Sérgio sobre o mesmo tema.

(69) *Loc. cit.*, p. 113.

buídas as prerrogativas inseridas no decreto instituidor e conferiam-se-lhe as seguintes receitas: bens, rendas, dotações ou subsídios que o Estado, ou quaisquer entidades, corporações administrativas ou particulares lhe concedessem; o produto da cobrança de quaisquer impostos especiais que por lei viessem a ser-lhe consignados como receita privativa; bens adquiridos ou procedentes de legados ou doações de particulares; o produto da venda de publicações e dos cursos remunerados ou instituições que organizasse.

Além de se regular o processo de aquisição de bens ou de aceitação de doações, estabelecia-se que a Junta decidiria sobre a aplicação dos seus rendimentos, «podendo contratar o pessoal docente e os funcionários de que carecer para o funcionamento dos serviços que instituir e arbitrar-lhe os respectivos vencimentos».

Finalmente, declarava-se que as escolas fundadas ou auxiliadas pela Junta (caso em que ficariam sujeitas à sua fiscalização pedagógica e administrativa) seriam, para todos os efeitos, «equivalentes às escolas oficiais correspondentes» (70).

Esta proposta de lei continha, virtualmente, largos elementos de conflito. A passo que era completamente omissa quanto aos poderes da Junta para colocar bolseiros, fundar, organizar e dirigir instituições de investigação científica, conferia-lhe poderes de criação de um sistema de ensino paralelo, concorrencial com o existente, e extensivo não só a estabelecimentos oficiais como a particulares.

Poucos dias depois, a proposta é republicada no *Diário do Governo* por ter saído com inexactidões. O novo articulado, porém, apresenta uma só diferença. No § único do art.º 5.º, onde se dizia que a Junta poderia converter em moeda corrente os fundos públicos a que se referia o artigo, sempre que tal fosse necessário para adquirir os «bens imobiliários» adequados aos seus fins, especificava-se que eles poderiam ser «rústicos ou urbanos» e acrescentava-se: «assim como expropriar por utilidade pública esses mesmos imóveis» (71).

Este poder adicional desencadearia, certamente, sob o ponto de vista político, ainda mais dificuldades que os anteriores. Sérgio deverá ter recuado, porquanto, poucos dias depois, o *Diário do Governo* vem rectificar... a rectificação, no texto seguinte: «Para os devidos efeitos, e por ordem superior, se comunica que o texto da proposta de lei do Sr. Ministro da Instrução Pública, inserto no *Diário do Governo*,

(70) *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 38, 16-2-1924, pp. 594-595.

(71) *Idem, ibidem*, n.º 45, 25-2-1924, pp. 707 e ss.

n.º 45, de 25 do corrente, não está exacto, mas sim o publicado no *Diário do Governo*, n.º 38, de 16 do corrente» (72).

Sérgio previa, contudo, um processo menos «revolucionário» de obtenção dos recursos financeiros necessários ao funcionamento da Junta de Orientação dos Estudos. Uma proposta de lei inserida no mesmo número 38 do *Diário do Governo* criava um imposto de selo especial sobre as instalações eléctricas para iluminação de uso privado, a escriturar nas contas públicas sob a rubrica «Fundo Especial dos Estudos» e que se destinava a cobrir os encargos da Junta.

O imposto seria anual e recairia nas lâmpadas de energia eléctrica para iluminação, na base de \$10 sobre lâmpadas até 25 velas, \$20 para as de 25 a 50 velas, \$30 para as lâmpadas de 50 a 100 velas e de \$60 para as lâmpadas de poder iluminante superior a 100 velas (73).

É de admitir que tal imposto não tivesse uma produtividade financeira muito significativa, atendendo à relativa difusão da energia eléctrica. Recairia, contudo, sobre as classes sociais abastadas, as únicas que usufruíam deste conforto doméstico (74).

Poucos dias depois, Sérgio admitia ainda que a Junta de Orientação dos Estudos viesse a entrar em funcionamento. A Portaria n.º 3914, reconhecendo a conveniência de promover a divulgação das publicações oficiais de carácter pedagógico, que o Ministério da Instrução iniciara com a edição do *Boletim Pedagógico* e de um folheto sobre a Junta, mandava que se confiasse a esta, e, enquanto não funcionasse, à Biblioteca Nacional de Lisboa, o serviço de distribuição e venda das citadas publicações, prestando as respectivas contas, nos termos legais, às instâncias superiores (75).

O projecto da Junta de Orientação dos Estudos não iria, contudo, avante. No acto de transmissão de poderes ao seu sucessor, coronel Helder Ribeiro, Sérgio afirma não ter nomeado os seus membros por não terem sido ainda aprovadas nas Câmaras as propostas relativas ao governo económico dela e à percepção das receitas necessárias ao seu funcionamento. «Logo declarei ser-me indiferente a maneira de obter essas receitas, diria nessa ocasião; importa ao pedagogo que elas existam, não a sua proveniência: e creio que o me-

(72) *Idem, ibidem*, n.º 48, 28-2-1924, p. 750.

(73) *Idem, ibidem*, n.º 38, *cit.*, p. 594.

(74) Cf. David de Carvalho, *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa. 1910-1926*, Lisboa, Seara Nova, 1977, p. 21.

(75) *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 43, 25-2-1924, p. 318.

lhor serviço que poderiam prestar as oposições seria apontarem-nos as fontes que lhes parecem de recomendar» (76).

É manifesto não ter Sérgio compreendido — nem, segundo parece, o Grupo «Seara Nova» — que as razões profundas do boicote parlamentar à Junta de Orientação dos Estudos eram múltiplas e tinham a ver com o cerne da política educativa ministerial.

O conflito do ensino primário superior

Ao mesmo tempo que tentava reestruturar o sistema de ensino unicamente por intermédio da activação de pressões endógenas e se afadigava em obter os fundos necessários ao lançamento de um micro-sistema paralelo, cujos efeitos se poderiam manifestar apenas no longo prazo, Sérgio tomava disposições altamente controversas em relação ao sistema de ensino em funcionamento.

Com efeito, um dos mais graves incidentes da sua carreira no governo tem a ver com as escolas primárias superiores e com a concepção do *ensino de continuação*.

Apesar da indiscutível função social que desempenhavam em benefício das classes médias e populares, sobretudo quanto ao sexo feminino, as escolas primárias superiores vinham sendo objecto de críticas contundentes.

A tentação de as suprimir já se manifestara, aliás, no governo de Ginestal Machado, sendo Melo e Simas ministro da Instrução Pública. Contra essa intenção se desenvolvera nos meios republicanos uma vigorosa campanha (77).

Em começo de 1924, e no âmbito da política de «redução de despesas públicas», uma das directrizes fundamentais do Governo de Alvaro de Castro, as escolas primárias superiores são suprimidas. A 3 de Janeiro, *O Século* noticia em primeira página: «A compressão de despesas. São extintos o Supremo Tribunal Administrativo, as auditorias administrativas e as escolas primárias superiores. As divisões militares são reduzidas a quatro».

No vasto conjunto de disposições adoptadas, e que estão longe de se circunscrever às enunciadas no título de O

(76) «No Governo» in *Seara Nova*, (34), 9-4-1924, p. 195.

(n) Ver, por exemplo, *O Rebate*: 28-11-1923, 29-11-1923, 30-11-1923, 6-12-1923, 9-12-1923, 12-12-1923; 13-12-1923. Serra Frazão e Lino da Silva são, neste jornal, os grandes artífices dessa campanha de defesa das escolas ameaçadas.

Século, figurava na verdade a supressão das escolas primárias superiores estatais.

Essa determinação veio pouco depois a ser objecto do decreto n.º 9354, emanado do Ministério da Instrução Pública.

O respectivo preâmbulo começava por considerar como «organismo da maior importância no sistema de educação pública de uma sociedade moderna e democrática» o «tipo de instituição educativa denominado Escola Primária Superior, ou de Continuação».

Considerava em seguida, e por isso mesmo, cumprir que os vários estabelecimentos desse tipo fossem organizados de harmonia com «a definida finalidade que lhes corresponde» — e que o decreto não dizia qual fosse — e, acrescentava-se, «com o maior escrúpulo pedagógico, quer na sua estrutura legal, quer na composição do seu pessoal docente».

Aduzia depois o decreto, nos seus considerandos, que as escolas primárias superiores portuguesas não haviam sido organizadas «segundo aquela bem definida finalidade social que compete a esse tipo de escolas, nem com o necessário rigor na admissão do pessoal docente, nem segundo os melhores princípios pedagógicos».

Afirmava-se, ainda, a conveniência de «seleccionar esse pessoal, submetendo a concurso de provas públicas aqueles dos seus membros que foram admitidos sem demonstração suficiente do seu saber nos ramos de ciência que ensinam e nas didácticas respectivas»; a necessidade «de estabelecer uma nova estrutura pedagógica das nossas escolas primárias superiores, de acordo com a função social que compete a esse género de escolas e com as mais recentes experiências pedagógicas neste ramo de ensino»; e, por último, evocava-se o decreto com força de lei de 29 de Março de 1911, segundo o qual competiam aos municípios as despesas inerentes ao referido grau de ensino.

Com base nestas considerações, Sérgio deita por terra em cinco breves artigos todo o edifício do ensino primário superior. A partir de 30 de Março daquele ano, seriam suprimidas todas as Escolas Primárias Superiores criadas pelo Estado. Poderiam todavia subsistir aquelas cujas despesas, na sua totalidade, fossem directamente providas pelos Municípios ou pelas Juntas Gerais dos Distritos, sob a condição de o respectivo pessoal reunir «as condições de idoneidade necessárias para o exercício da sua função, verificadas nos termos que oportunamente forem fixados».

Todo o pessoal docente, administrativo e menor das escolas suprimidas passaria à situação de adido, nos termos do decreto n.º 8469, de 6 de Novembro de 1922. Contudo, os

docentes que acumulassem outras funções do magistério ou de qualquer outro serviço público não receberiam vencimento como adidos em razão da supressão das mesmas escolas.

Por fim, o decreto comprometia o Governo a apresentar oportunamente ao Parlamento «as medidas necessárias para a remodelação do ensino primário superior nos moldes do ensino de continuação que melhores provas tem dado na experiência pedagógica, e para selecção do respectivo pessoal docente» (78).

De golpe, Sérgio eliminava 51 estabelecimentos de ensino, albergando 2311 alunos (1338 dos quais eram do sexo feminino) e 638 professores, na sua quase totalidade efectivos. E se é certo que a eventual passagem ao quadro de adidos significaria 5/6 do vencimento para o pessoal (a menos que exercessem a docência em acumulação), para os alunos a extinção das escolas, para mais a partir de 30 de Março, isto é, antes do final do ano lectivo, significava a inutilização de todo um curso.

Um relatório do Governo, publicado a 9 de Janeiro, justificando as actividades até então desenvolvidas, afirma sobranceiramente: «Quando a opinião esclarecida verifica que um instituto de ensino é inútil, o Estado tem o dever ou de o remodelar profundamente ou de o suprimir. Por agora o Governo entendeu optar por este caminho. A extinção das escolas primárias superiores do país, há tanto tempo reclamada com razão, é, pois, um facto».

Essa «opinião esclarecida» era, sobretudo, a de alguns elementos do Grupo «Seara Nova» já que, no projecto João Camoesas, as escolas primárias superiores seriam globalmente convertidas em escolas técnicas elementares. Bem podia, pois, a *Seara Nova* regozijar-se com a supressão das «escandalosas escolas primárias superiores», que não podiam defender a sua existência, afirmava-se na revista, «tais como funcionaram, senão apontando outros graves abusos, outros escândalos, a necessidade de supressão de outros males nacionais» (79).

Não era a opinião de milhares de alunos, professores, encarregados de educação, órgãos do poder local, deputados e senadores.

A campanha contra a extinção das escolas primárias superiores vai ser conduzida, na Imprensa e fora dela, pelos professores — que dispunham, desde 1922, de uma Associação do Professorado das Escolas Primárias Superiores e de outras or-

(78) *Diário do Governo*, I.^a série, n.º 4, 7-1-1924, pp. 18-19.

(79) *Seara Nova*, 29, Janeiro, 1924, p. 91.

ganizações de carácter sindical —, pelos encarregados de educação, pela oposição parlamentar e, entre outros jornais, pelo diário *A Batalha*, que não nutria pelo Grupo «Seara Nova» e, em especial por Sérgio, nenhuma simpatia política⁽⁸⁰⁾.

O professorado diligenciou, desde logo, ser recebido pelo Ministro da Instrução Pública num encontro que esteve longe de decorrer de forma pacífica.

Com efeito, a 9 de Janeiro, no Parlamento, o deputado Hermano de Medeiros dirige-se a Sérgio para fazer considerações sobre factos de «carácter grave». Na véspera, dia 8, na imediata sequência da publicação do decreto, afirma o deputado terem ido os professores das escolas primárias superiores, «em manifestação ordeira», procurar o ministro, «para pedirem justiça — é o termo». Constava, acrescenta, que Sérgio se recusara a recebê-los, a pretexto de ter um dia reservado a tais audiências. «Esses professores pretendiam defender junto de Sua Excelência a sua causa, observa o deputado, mas chegou a ser dada ordem para um esquadrão da guarda republicana ir destroçar esses professores, entre os quais há nomes que se devem respeitar».

O ministro desdramatiza o incidente. Os professores tinham-se dirigido ao Ministério no próprio dia da publicação do decreto no *Diário do Governo*. Recebidos por um secretário⁽⁸¹⁾, ter-se-ia «esboçado um pequeno conflito» que o ministro mandara averiguar por outro secretário.

Sérgio acabara por se avistar com os docentes na manhã do dia 8 e quanto à eventualidade de intervenção da

⁽⁸⁰⁾ Veja-se o artigo «O Grupo ‘Seara Nova’ — Três pastas e um ministro que põem fim a uma ilusão e a um programa», in *A Batalha*, 29-12-1923, p. 1. A referência a António Sérgio é especialmente mordaz (e com laivos de injusta) mas fundada em razões políticas: «O sr. António Sérgio, tão conservador, que preconizou no famoso manifesto da União Cívica — uma das metamorfoses da ‘Seara Nova’ — o combate das ideias sindicalistas, anarquistas e comunistas, limita-se apenas a ter uma ambição como outra qualquer pessoa banal... E a ‘Seara Nova’? a ‘União Cívica’? e os ‘Homens Livres’? Três ambições com pastas de ministro no Terreiro do Paço».

Refira-se, todavia, que, logo a 12 de Janeiro, o jornal *O Rebate* insere um artigo de Serra Frazão de ataque a Sérgio.

⁽⁸¹⁾ Data de 26 de Dezembro de 1923 a portaria de nomeação do assistente da Faculdade de Medicina, Dr. Luís Robertes Simões Raposo para chefe de gabinete de Sérgio, com a gratificação mensal de 83\$33 (*Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 299, p. 4478). Augusto Reis Machado, professor efectivo do 4.º grupo do Liceu de Mousinho da Silveira (Portalegre) é nomeado secretário do ministro apenas em 22 de Janeiro de 1924 (*Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 18, p. 9.269).

Guarda Republicana, limita-se a declarar textualmente: «eu não a requeira» (82).

Hermano Medeiros, que diz saber ter tido o Ministro do Interior (Sá Cardoso) «passada a ordem para sair um esquadrão da guarda republicana para o referido fim», não se dá por satisfeito e declara desejar interpelar Sérgio sobre a supressão das escolas (83).

Em números sucessivos, *A Batalha* levará por diante a luta extra-parlamentar com incansável energia.

O Governo, por intermédio de uma nota distribuída à Imprensa insinuara a existência de um núcleo de docentes que tentava semear a insânia entre a classe. Essa manobra desmobilizadora não surte efeito. Em meados de Janeiro reúnem-se na Escola Adolfo Coelho, na capital, os professores das Escolas Primárias Superiores com larga representação, diz o jornal, de todo o país.

Embora a situação material dos professores das extintas escolas primárias superiores não fosse considerada lesiva, os docentes repudiam a imposição de se submeterem a concursos de provas públicas, que, em Portugal, diz *A Batalha*, eram sempre «uma ficção».

A assembleia de professores aprova uma moção em que se pede ao Parlamento a suspensão imediata do decreto e ao Governo «um estudo ponderado do assunto para a eficaz remodelação das Escolas, como se impõe».

Com vista ao prosseguimento da luta é nomeada uma comissão constituída por Alberto Magno, Mendes da Costa, Amaro de Oliveira, Artur Neves, Monteiro de Andrade, Virgílio Pedrosa, Lino da Silva, Aníbal Passos e Eduardo Marcelo (84).

A fim de melhor poderem conduzir a campanha contra a extinção das escolas primárias superiores, os respectivos docentes organizam comissões regionais: uma na zona norte e outra das escolas aquém-Mondego. Como era de prever, não tardarão a receber testemunhos de solidariedade por parte de outros sectores da classe docente. Na reunião havida na Escola Adolfo Coelho, os professores das antigas Escolas Normais, que haviam sido incorporadas nas escolas primárias superiores, declaram pretender apresentar-se também a concurso, ao lado dos colegas.

^{c82)} *Diário da Câmara de Deputados*, sessão n.º 17, 9-1-1924, p. 9.

^(“) *Idem, ibidem*, p. 25.

ⁱ⁸⁴⁾ *A Batalha*, 15-1-1924, p. 2.

A Associação dos Professores de Portugal, aderente à Internacional dos Educadores, distribui por seu turno uma nota oficiosa em que Sérgio, os critérios do governo e o próprio Grupo da «Seara Nova» são violentamente contestados. A Associação dos Professores de Portugal constata a urgente necessidade de «remodelar profundamente todo o nosso sistema educativo, no sentido de o integrar nas necessidades da colectividade, formando o homem integral e profissional que há-de edificar o novo mundo que o determinismo social lhe impõe..... Observa ainda que «a extensão e intensificação da cultura das massas populares é a pedra angular de todo o progresso social», pelo que protesta contra a extinção das escolas primárias superiores. Considera esse acto, em primeiro lugar, como um atentado «contra uma alta conquista das classes populares e contra os legítimos direitos de cultura»; em segundo lugar, «por constituir uma violenta e odiosa medida de excepção ante a deficiente produção de todo o corpo da educação nacional, em face das imperiosas necessidades da hora presente». Regista, depois, «o estranho facto» de que o governo e o Grupo «Seara Nova» preferissem comprimir as despesas públicas do Ministério da Educação às do Ministério da Guerra, e conclui: «A Associação dos Professores de Portugal, vivendo acima de estreitos interesses de corporativismo, norteadas pelos mais altos ideais pedagógicos e humanos, afirma mais a doutrina de que os governos, por mais patriotas que sejam os seus homens, não têm o direito de ser parciais nem de remir com a miséria e a humilhação dos funcionários públicos os crimes acumulados do Estado» (85).

Sobre estas tomadas de posição acrescentavam-se pressões de origem diversa na Câmara de Deputados. A 8 de Janeiro, é recebido um ofício do director da Escola Primária Superior de Mangualde enviando uma moção de protesto contra a supressão das escolas. Vinte dias depois, é a Comissão do Professorado do Ensino Primário Superior da zona norte que reclama. Protestavam também, por telegrama, o Centro Democrático e Associativo dos Artistas e Operários de Gouveia, e as Câmaras Municipais de Fafe, Famalicão, Arcos de Valdevez

(85) *Idem*, 22-1-1924, p. 1. O funcionalismo público era duramente atingido pelas medidas de Álvaro de Castro. Sobre o desenvolvimento do movimento sindical na função pública, ver: Nogueira de Brito, *Em marcha. Notas e comentários sobre a greve do funcionalismo público em 1920*, Lisboa, Seara Nova, 1976; Beatriz Ruivo e Eugênio Leitão, *O Sindicalismo do Funcionalismo Público na I República*, Lisboa, Seara Nova, 1977.

e Santarém, bem como o Partido Republicano Nacionalista de Mirandela ⁽⁸⁶⁾.

Se as associações de professores e outras organizações sociais se manifestavam contrárias à supressão das escolas primárias superiores, os pais e encarregados de educação não se mostravam menos activos.

No mesmo dia em que a assembleia de professores se reunira na Escola Adolfo Coelho, congregava-se uma assembleia de pais na sede da Universidade Livre. Os interesses dos alunos não tinham sido devidamente acautelados pelo decreto, tanto mais que as escolas seriam extintas a 30 de Março, isto é, antes do final do ano lectivo. Assim, além de um telegrama de protesto e da nomeação de uma comissão de luta, formula-se até a proposta, não retida nas resoluções finais, valha a verdade, de se facultar aos alunos o direito de se matricularem em qualquer curso de escolas superiores com o aproveitamento obtido nas cadeiras que terminassem ⁽⁸⁷⁾.

A reunião de pais cifrava-se num vigoroso ataque à política do governo e da burguesia. Assim, depois de se focar a existência de cerca de 70% de analfabetos na população portuguesa, afirmava-se que se abriam liceus e se alargavam Universidades, ao mesmo tempo que se votava «ao mais profundo desprezo a assistência escolar e o incremento do ensino primário e profissional». Havia, assim, um excedente de diplomados, a par com «a falta absoluta da cultura profissional nas oficinas, no comércio e na agricultura».

Os pais reclamavam, a um tempo, contra a supressão de comarcas (também decretada pelo Governo) e contra o encerramento das escolas primárias superiores. Propunham que se saneassem os parasitas, se assegurasse a independência dos homens públicos nas empresas capitalistas, se aproveitassem melhor os funcionários. Propunham ainda o encerramento das escolas de preparação militar e que se aplicassem os oficiais em serviços úteis. «O que se dispensa, acrescentavam, são decretos que mandam fechar escolas, que afastam a frequência e causam o descrédito dos professores. O que se precisa é que o senhor ministro visite as escolas e veja do que elas carecem e o que fazem».

C) *Diário da Câmara dos Deputados*: Sessão n.º 16, 8-1-1924, pp. 3-4; *idem*, Sessão n.º 20, 15-1-1924, p. 3; *idem*, sessão n.º 25, 22-1-1924, p. 4; *idem*, sessão n.º 29, 28-1-1924, p. 3; *idem*, sessão n.º 31, 6-2-1924, p. 4; *idem*, sessão n.º 41, 21-2-1924, p. 3; *idem*, sessão n.º 43, 15-2-1924, p. 3.

⁽⁸⁷⁾ Vd. *O Século*, 14-1-1924 e *A Batalha*, 15-1-1924.

Nesta perspectiva, a assembleia reivindica a revogação do decreto, «que nem sequer acautela os direitos dos alunos matriculados», que «o ensino se organize de modo a atender à cultura geral, prática e técnica, de preferência à preparação universitária» e, finalmente «se faça incidir sobre os exploradores do povo — a finança — uma contribuição que se destine à assistência e ao desenvolvimento intenso da instrução primária e profissional» (88).

Pouco depois, os pais dos alunos avistam-se com o Ministro da Instrução «e fizeram-lhe ver, escreve *A Batalha*, que alunos haviam, e muitos, que ficam com os seus cursos incompletos, e que, hoje, manter uma criança numa escola custava muitos sacrifícios e muito dinheiro. A supressão dessas escolas, aditava-se, vinha tornar vãos todos esses sacrifícios, todo esse esforço considerável» (89).

Esta situação era bem real. Poucos dias depois, inseria o mesmo jornal uma carta da estudante Alzira Santos, saudando *A Batalha* e protestando veementemente contra a medida de Antônio Sérgio. A sua identificação social era clara e por certo bem representativa de milhares de colegas: «Sou forçada a interromper os meus estudos, escrevia a jovem, porque sou pobre, escasseando por isso os meios de frequentar o liceu» (90).

A campanha contra a supressão das escolas primárias superiores continuará a desenvolver-se de acordo com três linhas de força principais: desacordo com a extinção; acentuação do papel social das escolas, essencialmente procuradas pelas classes populares e camadas médias; proposta de reforma das mesmas escolas no sentido da sua ligação à vida e ao trabalho.

Assim, *A Batalha*, criticando a decisão «iníqua» de Sérgio, rejeita a justificação de que a supressão das escolas seria o único remédio a aplicar à sua falta de utilidade social e, principalmente, a ausência de solução alternativa (91). «Não negamos, escrevera pouco antes o mesmo jornal, que as Escolas Primárias Superiores tinham um programa educativo deficiente. Mas mesmo assim deficientes as Escolas Primárias Superiores eram mais úteis abertas que fechadas». E acrescentava: «A pretexto de economias fechar escolas que alguma coisa de útil produzem é um contrasenso. Não realizaria

(88) *A Batalha*, 24-1-1924, p. 1.

(89) *Idem*, 19-1-1924, p. 1.

(90) *Idem*, 22-1-1924, p. 1.

(91) *Idem*, 22-1-1924, p. 1.

o Estado muito maiores economias encerrando por exemplo a Escola de Guerra e a Escola Naval? Essas sim, são absolutamente inúteis, porque oficiais que vivem à custa do povo para o mandar acutilar já existem muitos» (92).

Na verdade, enquanto o orçamento do Ministério da Guerra, para 1924-1925, inscrevia um total de 225.030.514\$32, o da Instrução Pública somava apenas 95.759.975\$30 (93).

Não surpreende, pois, que *A Batalha* não poupasse a política orçamental do Governo, considerando-a um reflexo dos interesses do grande capital. Em editorial, e sob o título «A compressão de despesas. Poupa-se o orçamento da Guerra e sacrifica-se o orçamento da Instrução», *A Batalha* acusava o ministério Álvaro de Castro de obedecer às chamadas «forças vivas», que bem podiam declarar «o Estado somos nós». Evocando os denominados «congressos económicos», que dizia serem «assembleias magnas compostas por industriais e comerciantes, por toda a espécie de capitalistas», invariavelmente «assistidas por ministros», afirmava que nelas se «trovejara» e «grunhira» em todos os tons o *slogan*: «a redução das despesas do Estado». E acrescentava: «Está feita, ou antes quase concluída a expressão da vontade das forças vivas. Entrou-se nas medidas reclamadas pelos que vivem de explorar toda a população do país».

A Batalha continuava com energia: «O pensamento das forças vivas sobre a vida é tudo quanto há de mais simples, ganhar a maior porção de dinheiro ao povo e dar o menos possível ao Estado. O pensamento do actual governo afina pelo diapasão das chamadas forças vivas: arrancar o máximo dinheiro aos contribuintes e retribuir-lhes o menos possível». Pondo em contraste a diferença entre as verbas orçamentadas para os Ministérios da Instrução e da Guerra, *A Batalha* concluía: «As forças vivas pensam orgulhosamente, patrioticamente, que um povo quanto mais ignorante mais obediente. As tiranias assentam na obediência. A melhor obediência é a que não raciocina. E a ignorância é incapaz de uma boa reflexão». «O país, assim como está, prosseguia causticamente o editorialista, é que convém. A ignorância é um filão inextinguível. As forças vivas não agrada, pois, a instrução. E em obediência a esse desagrado, o ministério da instrução é um dos mais atingidos pela chamada compressão de despesas».

A questão das escolas primárias superiores é evocada pelo articulista neste contexto. «Para tapar a boca aos pre-

(92) *Idem*, 19-1-1924, p. 1.

(93) *O Século*, 16-1-1924.

juízos causados e aos protestos dos prejudicados e dos que sensatamente discordam de semelhante medida, fala-se em arranjar modo de as substituir. Sobre esse modo de substituir, o actual ministro da Instrução não precisa a sua ideia. Limita-se a anunciá-la, muito no vago, muito no ar... Concretamente: deitam-se abaixo de uma assentada, as Escolas Primárias Superiores. Abstractamente: promete-se encontrar maneira de evitar os prejuízos que essa destruição acarreta»⁽⁹⁴⁾.

A acção de Sérgio não deixaria de ser combatida no jornal ao longo de todo o mês de Janeiro. Sob o título contundente e jocoso de «As Escolas Primárias Superiores. — Comentários azedos à obra do actual ministro da Instrução, luminar da 'Seara Nova', alta montanha da pedagogia que afinal deu à luz um rato. — Serena autópsia ao ratinho recém-nascido», novo editorial era consagrado, poucos dias depois, ao ministro «seareiro» da Instrução.

O editorialista começava por afirmar as elevadas responsabilidades contraídas pela «Seara Nova» em razão das suas críticas aos processos de governação republicana. Evoca ironicamente as expectativas existentes em relação a Sérgio, não, é certo, sem laivos de injustiça. No essencial, porém, a crítica é pertinente. Incidia, sobretudo, no facto de Sérgio, visando reestruturar o sistema de ensino, não atacar os seus problemas fundamentais. «Depois de s. ex.^a dar à luz a Junta Orientadora dos Estudos, escreve *A Batalha*, os bons dos nossos crentes esperavam que o seu homem, fugindo aos contactos mortíferos da grande porca, subisse às altas regiões da *Orientação*, congregando as energias positivas de todo o ensino, irradiando luz potente, amorosa e criadora sobre esta triste charneca que é o analfabetismo intelectualista de Portugal».

Assim, prosseguia *A Batalha*, esperava-se que Sérgio, «vendo o organismo social crivado, sugado e desnorteado por espessas nuvens de parasitas diplomados, transformasse os liceus, como medida de salvação pública, em escolas de continuação, de educação integral, ou de qualquer outra coisa útil que não tivesse portas para a mesa do orçamento. Houve até quem asseverasse que a envergadura moral do sr. António Sérgio não permitiria que ao orçamento da instrução se cortasse um só centavo, enquanto não fossem enviados aos nossos milhões de analfabetos os 3000 professores que aí an-

dam miseravelmente por gazetas e ministérios a pedir pão e trabalho».

A dualidade dos critérios reformadores do ministro, resultantes da sua opção pessoal pelo ensino de continuação, tornava-se, deste modo, de uma dolorosa evidência. Em todas as suas anteriores tomadas de posição pública sobre questões de educação, o autor dos *Ensaio*s criticara acerbamente o carácter verbalista e livresco do ensino liceal. Considerava, porém, de maior urgência o estabelecimento do ensino de continuação, por ser essa a via que faria decrescer a frequência dos liceus e das Universidades, alfobres de inúteis diplomados.

Sem a menor dúvida, a supressão das escolas primárias superiores provocava um estranho contraste com a imunidade a que pareciam votados outros ramos socialmente «nobres». Começara-se a «reforma» com a extinção de uma via de ensino popular, produzindo-se, por tal modo, o efeito contrário ao pretendido.

«Em frente do panorama do ensino, dos seus defeitos, continuava o editorial de *A Batalha* no seu ataque a Sérgio, arma em banalíssimo político: abre os olhos para uns, fechar-os para outros, deixa-se infiltrar de ódios e, num gesto de vai ou racha, assim à Cunha Leal, extingue as escolas primárias superiores, como quem decreta por atacado a moralização pedagógica e financeira da República». E concluía: «O sr. António Sérgio faria mil vezes mais em favor da instrução do povo e do pobre doente que é a instrução nacional, vasando as escolas primárias superiores nos moldes precisos e orientando generosamente o seu pessoal em vez de o desprestigiar»⁽⁹⁵⁾.

Essa dualidade reflectia-se, ainda, noutra facto. Ao mesmo tempo que anunciava a extinção do ensino primário superior, *O Século* fazia saber, a 6 de Janeiro, a intenção do Ministério da Instrução Pública de consultar o presidente da Associação do Magistério Liceal sobre as economias a realizar no ensino secundário. «Que admirável igualdade de tratamento!», comenta, e com razão sobeja, *A Batalha* no mesmo artigo.

A argumentação de *A Batalha* e de outros intervenientes no debate vai salientar que a extinção das escolas primárias superiores visava, mais do que a realização de economias, a «moralização» do seu corpo docente, obrigando-o a provar a sua competência profissional.

De facto, como sublinha o jornal, no artigo citado, a maioria dos docentes ficaria na situação de adido com ven-

(95) *Idem*, 16-1-1924.

cimento. O próprio pessoal menor seria transferido para os liceus, que deste modo viam reforçados os seus meios de acção ⁽⁹⁶⁾. Subsistia, portanto, como questão de fundo, a da competência dos professores, em que *A Batalha* via a real determinante da extinção das citadas escolas.

A crítica a uma política de compadrio quanto ao preenchimento dos quadros do ensino primário superior vinha de longe. *A Batalha* não a rejeitava por completo mas atribuía ao Estado a responsabilidade dessa política. «Se o ministério da Instrução tem sido uma alcova da política, não são as Escolas Primárias Superiores que merecem ser suprimidas, escreve-se noutra editorial. Suprimam, mas é ao Ministério da Instrução, a alcova das cartas de empenho, das transigências vergonhosas e fáceis... Expurgue-se as Escolas Primárias Superiores das incompetências que as infiltram» ⁽⁹⁷⁾.

A necessidade de reforma das escolas primárias superiores e de correcção das anomalias imputáveis aos favoritismos nas nomeações do respectivo pessoal era reconhecida pelos próprios defensores desse ramo de ensino. Carvalhão Duarte, protestando contra o gesto de Sérgio, que, em seu entender, ia contra a essência do regime republicano e demonstrava «um soberano desprezo pelos direitos do povo e pouca atenção pela Instrução Popular», marcava todavia o seu desacordo com a política prevalecente no preenchimento dos lugares nessas escolas. Aquando da criação daquele grau de ensino, escreve, «discordámos da maneira como foi seleccionado o seu pessoal». E que, prosseguia, «os governos de então, salvo muitas excepções, fizeram prevalecer sobre a preferência da competência a preferência do compadrio». Esse falso critério, porém, não vigorava apenas em relação às escolas primárias superiores...

Carvalhão Duarte aceita, ainda, se diga haver excesso de professores e de pessoal menor nessas escolas. Nem por isso concorda com a extinção, nem com a exigência de provas de competência aos professores nomeados. Recusando o princípio de realizar economias (ainda por cima fictícias dado que os adidos venciam 5/6 do ordenado) à custa dos filhos dos trabalhadores, e apontando a GNR e o Exército como alvos preferenciais delas, pugnavam por um ensino mais prático, sobretudo técnico, regionalizado, conjuntamente com o ensino científico e literário do curso geral, devendo permitir

(⁹⁶) Decretos n.ºs 9423 e 9468, in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.ºs 32 e 49, respectivamente, pp. 269 e 344.
O *A Batalha*, 27-1-1924, p. 1.

o ingresso nos estudos superiores mediante um sistema de bolsas que captasse os estudantes pobres «que quisessem seguir a carreira das letras», e preconizando a difusão de tais escolas à escala das sedes de concelho ⁽⁹⁸⁾.

Poder-se-ia, contudo, operar a reconversão das escolas primárias superiores, no sentido por que lutava Carvalhão Duarte (e, bem vistas as coisas, não muito distante, sob esse aspecto, da concepção de Sérgio), sem proceder a uma reconversão dos seus professores?

Numa conferência sobre «Educação Popular», proferida na mesma ocasião, recordava Aníbal Passos que a questão da «incompetência» dos professores fora sempre a base de combate às escolas móveis oficiais e às escolas primárias superiores, as duas grandes realizações republicanas de democratização da instrução. O orador demonstrava a falsidade da acusação, salientando que, na sua maior parte, os professores das escolas primárias superiores tinham leccionado nas antigas escolas normais e que os restantes eram, sobretudo, médicos e advogados (").

Poder-se-ia, com esses professores, conferir o carácter técnico e prático que Sérgio pretendia imprimir ao *ensino de continuação*?

Neste ponto as dificuldades seriam, certamente, consideráveis. No seu afã de procurar uma alternativa para a supressão de 51 escolas, Sérgio revelar-se-ia, contudo, totalmente incapaz de criar, sob esse aspecto, as condições favoráveis à reforma e de satisfazer as justas reclamações do professorado, das famílias e dos estudantes.

O decreto n.º 9354, que extinguiu as escolas primárias superiores, é republicado a 9 de Fevereiro, «por ter saído com inexactidões».

As duas emendas principais situam-se, em primeiro lugar, num dos respectivos considerandos. Onde se escrevera que tais escolas não tinham sido organizadas segundo uma «bem definida finalidade social», nem «segundo os melhores princípios pedagógicos», nem «com o necessário rigor na admissão do pessoal docente», esta última frase era suprimida. Tratava-se de uma satisfação formal ao professorado agre-

⁽⁹⁸⁾ *A Batalha*, 5-2-1924, p. 1 e 15-2-1924, p. 2. Note-se que a defesa da tecnicização do ensino pós-elementar, com ou sem despenalização relativamente aos estudos superiores, é assaz comum na época nos meios operários e revolucionários. Veja-se, por exemplo, César Oliveira, *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*, Lisboa, Seara Nova, 1975, pp. 62-63.

(") *A Batalha*, 8-2-1924, p. 1.

dido, mas deveras incompleta visto manter-se a exigência da prestação de provas.

Em segundo e último lugar, a supressão das escolas era protelada para 30 de Junho, ou seja, para o termo do ano lectivo, o que, salvaguardando melhor os interesses dos alunos, estava longe de resolver o problema de fundo que era a ausência de equivalências e portanto a impossibilidade de prosseguir estudos ⁽¹⁰⁰⁾.

As declarações de Sérgio sobre o que viria a ser o ensino primário superior ou de continuação eram, com efeito, demasiado vagas e nada tranquilizantes. Não abriam quaisquer perspectivas positivas aos dois milhares de alunos que no fim do ano lectivo ficariam sem escola.

«As escolas primárias superiores, escrevia a *Seara Nova*, em finais de Janeiro, ecoando, certamente, as ideias oficiais, serão substituídas por um ensino que prepare os indivíduos para o exercício das profissões médias, fundando desde já a Junta [de Orientação dos Estudos] uma escola modelo com pessoal estrangeiro habilitado» ⁽¹⁰¹⁾.

Este projecto de uma escola-modelo, como contrapartida para meia centena de escolas eliminadas, e, ainda por cima, orientada por professores estrangeiros, era com efeito de molde a provocar um irado cepticismo.

Sérgio persistiria nessa orientação, embora a luta desenvolvida por *A Batalha* acabasse por produzir efeitos.

Assim, na tempestuosa sessão comemorativa do aniversário de Monsanto, levada a efeito em Lisboa no Centro Tomaz Cabreira e a que adiante nos referiremos, Sérgio diria tencionar apresentar, entre outros, um projecto de lei que lhe permitisse «desenvolver e aperfeiçoar o ensino primário superior, tirando-lhe o carácter doutoral, e dando-lhe um carácter de treino prático para as necessidades da vida do trabalho e da cultura cívica democrática, — de maneira que, a par de uma cultura geral suficiente, prepare para os cargos médios das profissões, como sejam chefes de oficina, empregados de escritório, caixeiros viajantes, regentes agrícolas, etc.» ⁽¹⁰²⁾.

Nem por isso desistia, contudo, do projecto de uma escola experimental de continuação com as características que sempre defendera.

Deslocando-se à capital do Norte na comitiva de Teixeira Gomes, terá uma reunião com delegados da Câmara

⁽¹⁰⁰⁾ *Diário do Governo*, n.º 30, 1.ª série, 9-2-1924, p. 255.

⁽¹⁰¹⁾ *Seara Nova*, (29), Janeiro, 1924, p. 91.

⁽¹⁰²⁾ *Idem*, (30), 31-1-1924, p. 114.

Municipal, das Associações Comercial e Industrial, do Instituto Superior de Comércio e da Faculdade Técnica. A reunião, de que os professores nortenhos do ensino primário superior eram excluídos, destinava-se a obter apoio para a criação de uma escola primária desse tipo mas «sem os programas fantásticos das actuais e com secções dirigidas por técnicos estrangeiros, possivelmente alemães, como alemão poderia ser o material didáctico e até o pavilhão onde funcionasse». Quanto aos meios de efectivação deste projecto, tanto mais vago quanto era certo não dever ser a língua alemã acessível aos presumíveis discípulos de tais professores, declara Sérgio ter-se lembrado da Alemanha por termos em nosso poder valores alemães, tais como as prestações em dívida das indemnizações de guerra, bens dos alemães nos Açores e em Moçambique e algumas cargas dos vapores daquela nacionalidade.

Em resposta, o representante do Município do Porto limitou-se a dizer tencionar reunir-se com as Juntas de Freguesia, como «legítimas representantes do povo». Nada de mais concludente, segundo o noticiário, parece ter saído da reunião, a não ser a oferta de Sérgio para a realização de conferências de propaganda ⁽¹⁰³⁾.

O ministro recebe, no dia seguinte, a Comissão de Defesa das Escolas Primárias Superiores da Zona Norte e a sua linguagem destina-se, visivelmente, a apaziguar-lhe os ânimos. Assegura que, não convidando para a reunião da véspera os docentes das escolas suprimidas, não quisera desconsiderar nem o professorado nem a Comissão. Quisera, apenas, «conseguir opinião» para a entrega das preciosidades assírias (parte dos bens alemães) em troca de material didáctico. Desculpa frágil, como são as restantes declarações proferidas, segundo o relato de *O Século*: «Em resposta ao sr. dr. Alvaro Corte Real, que disse ao sr. António Sérgio da mágoa que lavra no pessoal docente das Escolas Primárias Superiores, pela injustiça havida para com ele, nos considerandos que antecedem o decreto 9354, afirmou o sr. ministro, diz o jornal, não ter o propósito de ferir a prestimosa classe dos professores primários superiores, nem tão pouco o de extinguir este grau de ensino. Pensa apenas em o reorganizar....»

Comunicara igualmente o ministro, informa o mesmo jornal, «que uma maneira interessante e verdadeiramente moral de fazer economias no seu Ministério seria restituir às escolas do ensino primário a sua primordial função, actualmente exercida pelos liceus, que, para o ensino da instrução secun-

⁽¹⁰³⁾ *O Século*, 8-2-1924.

dária, ocupam uma enorme quantidade de professores, agregados e provisórios, o que constitui para o orçamento do Estado um encargo bem mais pesado que o da sustentação das Escolas Primárias Superiores» (104).

Estas palavras conciliatórias, onde é visível o impacto da campanha desenvolvida por *A Batalha*, não tranquilizavam o professorado. Aprazada nova reunião para Lisboa, a Comissão não deixaria de indicar ao ministro «várias modificações a fazer em relação ao pessoal superior do seu ministério, as quais trariam sensível economia sem prejuízo do serviço» (105).

Por outro lado, a Comissão tem o cuidado de se munir de uma proposta alternativa. Assim, avista-se com o reitor Augusto Nobre para lhe apresentar as modificações introduzidas pela classe no projecto de lei por ele apresentado quando ministro. Mostrando-se concordante com essas propostas, Augusto Nobre promete agir em defesa das escolas primárias superiores» (106).

As palavras de Sérgio dariam base, por outro lado, a três artigos inseridos em *A Batalha* e assinados D.M.C.

No primeiro, salienta o autor a função social das escolas primárias superiores em relação aos filhos dos proletários, apesar da «brutalidade» dos programas. Quanto à sua função primordial, que actualmente, segundo Sérgio, seria exercida pelos liceus, D.M.C. comenta com ironia que ela se reduz à realização do exame do 2.º grau.

O segundo artigo é mais extenso e mais incisivo. Abre com uma crítica devastadora ao ensino liceal português e ao sistema de bolsas de estudo existentes para os estudantes pobres, só facultadas aos alunos que ficassem distintos nos exames. «Os governantes da República, na sua maioria, diz D.M.C., têm sido cruéis com a instrução popular». Não teriam feito mais, aliás, do que desorganizá-la por completo, reservando todas as atenções para com a instrução dos ricos e «descuidando por completo a educação e instrução da classe proletária».

No terceiro artigo, D.M.C., que diz ser um «velho professor», apresenta sugestões concretas em relação ao futuro das Escolas Primárias Superiores.

«Por mais de uma vez, escreve, se tem afirmado que uma das funções mais importantes das Escolas Primárias

(104) *Idem*, 10-2-1924.

(105) *Idem*, 11-2-1924.

(106) *Idem*, 15-2-1924.

Superiores seria o que tivesse por fim a transição gradual e suave entre a instrução primária e a secundária e ninguém melhor que os professores primários com aptidões para o desempenho dessa melindrosa missão se poderia encarregar dela».

Nas condições do sistema de ensino existente, D.M.C. apresenta uma proposta engenhosa e exequível. O ensino dos primeiros três anos dos cursos liceais passaria a ser ministrado nas Escolas Primárias Superiores, «com grande vantagem para a instrução e educação; e com extraordinária economia para os cofres do Estado».

Os alunos pobres, ou os que se matriculassem com a expressa declaração de desejarem obter o curso como habilitação necessária para as artes ou ofícios ou para a entrada nas escolas técnicas, não pagariam matrícula, ao contrário dos restantes. «Modificando-se os programas de forma que os alunos possam aproveitar tanto quanto possível, e dando-se pelo menos 15 tempos de serviço semanal a cada um dos professores, estava resolvido o problema das Escolas Primárias Superiores, conclui, e os menos favorecidos da fortuna terão, como os ricos, institutos acessíveis à instrução e educação dos seus filhos» (107).

Sérgio inflectiria a sua política educativa em relação às escolas primárias superiores à medida que a campanha de protesto se desenrolava.

É certo não ter abandonado o projecto de criação de uma escola experimental de «continuação» regida por mestres de além-fronteiras e que tal projecto parece, finalmente, concretizável. A *Seara Nova*, em Fevereiro, inclui, entre outras iniciativas do Ministério da Instrução Pública, o entendimento com a Câmara Municipal do Porto, com as Associações Comercial e Industrial da mesma cidade e com os directores do ensino técnico superior, «com recursos financeiros, especificava a revista, que essas entidades se esforçarão por conseguir» para o fim de fundar uma Escola de Continuação «com pessoal estrangeiro para os trabalhos manuais e secções técnicas» (108).

Aponta igualmente a *Seara Nova* a nomeação de uma Comissão Pedagógica que, entre outros encargos, receberia o de estudar o programa das futuras «escolas de continuação». Constituída pelos professores José António de Magalhães, Augusto Pires Celestino da Costa, Adolfo Bernardino

(107) *A Batalha*, 13-2-1924, p. 2; 16-2-1924, p. 1; 20-2-1924, p. 1.

(108) *Seara Nova*, (31), 15-2-1924, p. 132.

Sena Marques e Cunha, Carlos Adolfo Marques Leitão, João da Silva Correia Júnior e Manuel de Jesus Subtil, tal Comissão destinava-se a «estudar algumas reformas urgentes, que pelo Ministro lhe serão indicadas, a introduzir na organização do ensino, e quanto possível de acordo com as bases do projecto de reforma de educação apresentada pelo ex-Ministro Dr. João Camoesas, tendo a dita comissão a faculdade de agregar quem queira, para estudos especiais e de pormenor» (109).

Ao abandonar as suas funções ministeriais, Sérgio reafirmaria ao seu sucessor a intenção, no âmbito do intercâmbio com a Alemanha, de «determinar a vinda de professores deste país, pela conta das reparações ou das cargas dos navios ex-alemães, inclusivé para as aulas de carácter técnico de uma escola de continuação modelo, que pretendia criar no Porto» (110).

Quanto às Escolas Primárias Superiores, apenas se lhes refere num pós-escrito do relatório apresentado a Helder Ribeiro, com quem afirma já ter tratado verbalmente do assunto. «Era minha ideia, (com que S. Ex.^a concordou), diz Sérgio, que os trabalhos de gabinete e de inspecção para a reforma do Ensino Primário Superior estivessem ultimados antes de Julho, de maneira que durante as férias se preparasse tudo para a abertura das escolas reformadas no princípio do próximo ano lectivo. S. Ex.^a, finaliza o ex-Ministro, concordou comigo, e nesse sentido se está trabalhando actualmente» (111).

Esta declaração era a segunda e última que Sérgio enunciava quanto à intenção de restaurar as escolas primárias superiores reformadas e não apenas de fundar uma escola-modelo desse tipo.

Tal inflexão era, obviamente, o resultado da campanha conduzida por *A Batalha*, pelo professorado e pelos pais, embora o decreto de supressão não tivesse sido revogado pelo governo nem pelas Câmaras (112).

(109) *Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 36, 14-2-1924, p. 863.

(110) *Idem*, p. 197.

(111) *Idem*, p. 197.

(112) Sérgio terá um diálogo cordato com Silva Barreto, no Senado, acerca das escolas primárias superiores e diz ter nomeado uma comissão de pessoas competentes para a reforma dos diferentes serviços do mesmo grau de instrução primária. (*O Século*, 20-2-1924).

Projectos de reforma do ensino liceal

A polémica sobre a extinção das escolas primárias superiores fora acompanhada, como vimos, de frequentes alusões à estranha imunidade do ensino liceal face à energia reformadora de que Sérgio dera provas.

Essas referências eram, por vezes, assaz precisas. Um leitor, J. C. Alves, dirige-se ao jornal *O Século* para evocar os princípios da reforma de João Camoesas e salientar a nomeação de 750 professores interinos para os liceus devido ao excesso de alunos, com os quais se gastaria a verba de 5 200 contos. Afirma, depois, que a redução do curso liceal para cinco anos e o provável aumento do número de horas de serviço docente obrigatório, libertaria o Governo, de futuro, da necessidade de nomear um só professor provisório, realizando uma economia que permitiria custear as despesas do ensino técnico nas escolas primárias superiores ⁽¹¹³⁾.

O Governo fizera saber, com efeito, o propósito de realizar reformas e economias no ensino liceal, para o que se propunha, como vimos, consultar o presidente da Associação do respectivo professorado ⁽¹¹⁴⁾.

O Século noticiava igualmente, em Janeiro, que o Ministro da Instrução pensava aumentar para 18 horas semanais obrigatórias o serviço docente nos liceus. O Ministro informava, dizia ainda o jornal, que o Conselho de Ministros apenas aprovara, «em princípio, a necessidade do aumento do serviço obrigatório, o qual seria variável segundo o número de anos de serviço dos professores do ensino liceal», tornando-se tal determinação extensiva, «por equidade», ao corpo docente dos demais ramos de ensino ⁽¹¹⁵⁾.

A rapidez de reacção do professorado liceal é fulminante. Uma Comissão de professores dos liceus Alexandre Herculano, Rodrigues de Freitas e Feminino, do Porto, e do Liceu de Grão-Vasco, de Viseu, pede audiência ao ministro devido ao projectado aumento de horas de serviço, que qualifica de exagerado ⁽¹¹⁶⁾.

Esta determinação, que Sérgio apresentará mais tarde como consumada mas de que não achamos rasto jurídico ⁽¹¹⁷⁾, era acompanhada da intenção de adoptar medidas de carac-

⁽¹¹³⁾ *O Século*, 12-2-1924.

⁽¹¹⁴⁾ Cf. Gomes Bento, *História do Movimento Associativo dos professores do ensino secundário. 1891-1932*, Porto, 1973.

⁽¹¹⁵⁾ *O Século*, 23-1-1924.

⁽¹¹⁶⁾ *Idem*, 25-1-1924.

C") *Seara Nova*, (30), 31-1-1924, p. 113.

ter restritivo em relação ao ensino liceal. Assim, *O Século* noticiara, ainda em Janeiro, que, pela pasta da Instrução, se deliberara passar de centrais a nacionais alguns liceus do país e extinguir aqueles cujo movimento escolar não justificasse a existência ^(11S).

Além disso, Sérgio insistirá no cumprimento da lei orçamental n.º 403 quanto às justificações de faltas dos professores dos liceus. Em primeiro lugar por intermédio de uma circular de 7 de Fevereiro e, depois pela Portaria n.º 3910, esclarecendo-se que estas disposições legais eram igualmente aplicáveis aos professores, em tudo o que não contradissesse as disposições regulamentares do decreto n.º 7558 ou estivesse em desarmonia «com a natureza especial das suas funções docentes» ⁽¹¹⁹⁾.

Quanto à reforma do ensino liceal, não disporá de tempo para a concretizar embora tenha tido lugar na sua acção. Já em Janeiro referira *O Século* ser intento do Ministro «aperfeiçoar os programas das diversas disciplinas dos liceus, reduzindo-os ao que é indispensável e coordenar entre si os da mesma classe» ^(12º).

A preocupação de racionalizar a estrutura curricular dos liceus sob o ponto de vista vertical, libertando-a de matérias inúteis, e de lhe assegurar uma correcta articulação horizontal interdisciplinar é visível como directriz no projecto de reforma em esboço. Assim parece confirmar a referência de Sérgio aos trabalhos da Comissão Pedagógica por ele nomeada, a qual, apesar das poucas sessões realizadas, pudera determinar, segundo afirma, «o esquema da organização do ensino primário e secundário, os seus vínculos com o universitário e o especial» e escolher os professores encarregados de delinear os novos programas, os quais, aditava, «deverão ser muito podados em relação aos actuais, e coordenados entre si, de maneira tal que constituam, enfim, a unidade da classe, o que entre nós nunca se deu» ⁽¹²¹⁾.

^(1S) *O Século*, 5-1-1924. Sérgio extinguirá também 34 lugares de guardas em diversos liceus (Decreto n.º 9413, *Diário do Governo*, 1.ª série, (28), 7-2-1924).

^(11B) *O Século*, 2-2-1924 e *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 38, 19-2-1924, p. 299.

^(12º) *O Século*, 21-1-1924.

⁽²¹⁾ *Seara Nova*, (34), 9-4-1924, p. 195. De notar que a expressão «ensino especial» significava, na época, ensino profissional ou profissionalizante.

Acção de Sérgio no ensino superior e a demissão do reitor da Universidade de Coimbra

Em relação aos demais problemas do sistema de ensino registam-se intervenções pontuais de Sérgio, marcadas às vezes, pela emergência de dissonâncias ou até de rasgados conflitos.

É o caso do ensino superior e, designadamente, da Universidade de Coimbra.

A preocupação de «racionalização» dos serviços e de eliminação dos «excedentes» de pessoal levou Sérgio, na mesma data em que extinguiu as escolas primárias superiores, a suprimir também as secretarias privativas das Faculdades e Escolas daquela Universidade.

O facto de funcionarem nos mesmos edifícios ou em edifícios muito próximos, e de a única razão da sua existência ser uma paridade apenas aparente com as demais Universidades, as ditas secretarias são extintas, passando todo o expediente a fazer-se, como antes da sua criação, pela Secretaria-Geral.

O pessoal administrativo e menor que não acumulasse o exercício de funções com outras quaisquer funções públicas remuneradas passaria à situação de adido, não percebendo vencimento, nessa qualidade, aquele que acumulasse outras funções públicas ⁽¹²²⁾.

Se a determinação não suscita, em si mesma, reacções negativas, já o mesmo não sucede com a nomeação do chefe da extinta secretaria da Faculdade de Medicina da Universidade para o lugar de oficial-maior da Secretaria-Geral.

Tal nomeação, que recaía numa influente figura política local, e, segundo se diz na Imprensa do tempo, amigo pessoal de Alvaro de Castro, vinha preterir as expectativas de promoção do 1.º oficial da mesma Secretaria-Geral, promoção que, a ocorrer, teria arrastado a subsequente promoção dos restantes funcionários.

Este mecanismo do preenchimento de uma vaga, aliás existente desde 11 de Maio de 1922, firmava-se em legislação de 1911 e de 1918 mas a proposta do seu provimento, apresentada pelo Reitor António Luís Gomes a 13 de Maio de 1923, não obtivera sanção ministerial, visto que a lei n.º 971, de 17 de Maio de 1920, suspendia as promoções até à remodelação dos serviços públicos.

⁽¹²²⁾ Decreto n.º 9353, in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 4, 7-1-1924, p. 18.

A nomeação feita por Sérgio, além de retirar um só funcionário da situação de adido, significava, de facto, uma promoção, visto que, saltando por sobre funcionários mais antigos, passava de um ordenado de 1 080|00 para o de 1 440\$00 mensais.

Aos protestos do trabalhador preterido junta-se o de todos os amanuenses e o do Reitor António Luís Gomes, que, recusando-se a aplicar o decreto de nomeação, se demite.

Colhido de surpresa, o ministro tenta sem êxito demover António Luís Gomes, que, porém, não só abandona o cargo como se retira para a sua casa do Porto.

O Senado, por seu turno, toma posição em apoio do reitor demissionário, salientando, sobretudo, o contraste entre a rapidez de resolução de um caso pessoal e a considerável demora na solução de outros problemas, bem mais graves, da Universidade, tais como o da concessão de uma verba de 50 contos em dívida por parte do Estado, e o do provimento «de lugares técnicos que há muito se arrasta perante as instâncias superiores e cujo adiamento tem causado os mais graves embaraços».

Opina o Senado, também, que o cargo de oficial-maior da Secretaria-Geral não só não devia ser provido como devia ser extinto, o que leva o funcionário nomeado a pedir o seu regresso à anterior situação de adido e Sérgio a publicar o decreto n.º 9458 que extingue o cargo de oficial-maior da Secretaria-Geral da Universidade de Coimbra (123).

Sérgio nomeará reitor interino o Prof. Manuel Fernandes Costa, da Faculdade de Farmácia, e tentará substituir António Luís Gomes.

O primeiro indigitado será Bernardino Machado, a quem o ministro visita na sua casa da Cruz Quebrada mas que declina o convite em nome do princípio da autonomia univer- * 47

(123) Sobre esta questão refiram-se, apenas, os documentos essenciais: Decreto n.º 9353, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 4, 7-1-1924, p. 18; idem, 2.ª série, n.º 9, 11-1-1924, p. 130; idem, 1.ª série, n.º 47, 29-2-1924, pp. 333-334; *A Batalha*, 5-2-1924; *O Século*, 5-2-1924; entrevista de António Luís Gomes, *Diário de Lisboa*, 6-2-1924 e, ainda, no mesmo jornal, noticiário de 9-2-1924. Acerca do mesmo assunto, consulte-se também «Epistolário da Biblioteca Municipal de Coimbra. 534. De António Sérgio a Manuel da Silva Gayo», *Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal*, dir. de Armando Carneiro da Silva, (25), Coimbra, 1970, n.ºs 552 e 553, pp. 360-361, e *Seara Nova*, (31), 15-2-1924, pp. 132-133. A versão dada pela revista corresponde certamente à de Sérgio e tem pelo menos o mérito de corroborar a sua boa fé política.

sitária e da elegibilidade dos reitores, referindo *O Século* o eventual convite subsequente a António José de Almeida ⁽¹²⁴⁾.

A demissão do Reitor António Luís Gomes, porém, só em Março, quando Sérgio se não achava já no Ministério, virá a ser publicada na folha oficial, sendo a data respectiva a de 27 de Fevereiro, véspera da própria exoneração do ministro ⁽¹²⁵⁾.

A questão da autonomia universitária e do princípio da elegibilidade dos Reitores não deixou de preocupar Sérgio. Assim, uma das tarefas cometidas à Comissão Pedagógica teria sido o estudo do primeiro daqueles problemas. No respeitante ao segundo, declara ao seu sucessor ter sido sua intenção «voltar à completa autonomia das Universidades, que elegeriam os seus reitores, com um delegado do Governo junto delas» ⁽¹²⁶⁾.

Para Sérgio — contrariamente ao ponto de vista de Bernardino Machado — o regresso ao regime de elegibilidade dos reitores universitários não implicava uma autonomia completa, na medida em que previa o princípio da interferência governamental, particularmente perigosa, aliás, sob o ponto de vista político, naquela conjuntura.

Como quer que fosse, o certo é ter tido Sérgio, por duas vezes, ocasião de pôr em prática o princípio da elegibilidade dos órgãos de gestão universitária e se ter absterido de o fazer. Deve-se-lhe, com efeito, não só a nomeação do reitor interino da Universidade de Coimbra, embora nesse caso se admita o carácter urgente desse acto, mas também a do vice-reitor da Universidade do Porto, Dr. António Joaquim de Sousa Júnior, professor ordinário da Faculdade de Medicina respectiva ⁽¹²⁷⁾.

Para além de despachos de nomeação de pessoal docente ⁽¹²⁸⁾, Sérgio não deixaria de dar alguma atenção à Universidade oficial.

⁽¹²⁴⁾ *O Século*, 24-1-1924; idem, 31-1-1924; *Diário de Lisboa*, 30-1-1924.

⁽¹²⁵⁾ *Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 55, 9-3-1924, p. 821.

⁽¹²⁶⁾ *Seara Nova*, (34), 9-4-1924, p. 116.

⁽¹²⁷⁾ *Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 41, 20-2-1924, p. 643.

⁽¹²⁸⁾ Para a substituição de Alves dos Santos, entretanto falecido, nas cadeiras de pedagogia e psicologia infantil e do curso de moral e instrução cívica superior da Escola Normal Superior de Coimbra, Sérgio nomeará, precedendo proposta do director respectivo, os profs. José Joaquim de Oliveira Guimarães, Joaquim de Carvalho e Maximino Correia (*Diário do Governo*, 2.^a série, 5-3-1924, p. 789).

Será igualmente por despacho de Sérgio que Paulo Mereia, professor ordinário da Faculdade de Direito de Coimbra, veria possibilitada a sua colocação em lugar idêntico na Faculdade de Direito da

Em relação à Universidade do Porto, receberá, em Janeiro, uma comissão encabeçada por Leonardo Coimbra, que se desloca a Lisboa para protestar contra o anúncio de supressão de várias Faculdades universitárias. A verdade é que tal anúncio fora feito pelo ministro Ginestal Machado, mas atendendo à continuidade de orientação que, sob esse aspecto, se verificava, a Universidade do Porto considerava mais acertado antecipar-se. Sérgio tranquilizou a comissão, assegurando não existir, por então, tal projecto ⁽¹²⁹⁾.

Mais tarde, por ocasião da sua deslocação ao norte, visitará diversos estabelecimentos de ensino e terá uma reunião de trabalho na Reitoria. Entre os assuntos ventilados terão figurado algumas questões particularmente árduas, sendo formulados alvitre sobre a actualização das propinas, a autonomia universitária, a inspecção do ensino e a criação de cursos livres mas também focados problemas relativos ao regime de classes no ensino liceal, à redução dos programas e à comparticipação de professores universitários nos júris dos exames liceais ⁽¹³⁰⁾.

Quanto à Faculdade de Medicina do Porto, Sérgio terá diligenciado obter-lhe melhores instalações, transferindo-a para um edifício ocupado pela Guarda Nacional Republicana, e estabelecendo, para esse efeito, negociações com o Ministro do Interior ⁽¹³¹⁾.

As suas iniciativas específicas em relação ao ensino superior lisboeta, além da criação do Instituto do Cancro, circunscreveram-se à demorada conferência com os conselhos escolares dos Institutos Superior Técnico e Superior de Comércio com vista à remodelação de programas de ensino ⁽¹³²⁾.

capital a partir do fim do ano lectivo de 1923-1924. (*Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 7, 9-1-1924, p. 96).

Sérgio, aliás, referira-se, em carta a Manuel da Silva Gayo, (acertadamente situada por Armando Carneiro da Silva entre Novembro-Dezembro de 1923) a Paulo Mereia e ao seu desejo de se deslocar para Lisboa: «Falou-me em tempos em se arranjar para o Merêa uma situação em Lisboa. Escrevi a este há pouco consultando-o sobre a possibilidade de ele aceitar uma comissão de estudos de reformas agrárias e políticas; mas ele, contra a minha expectativa, escusou-se» (in *Arquivo Coimbrão...*, cit., pp. 359-360).

⁽¹²⁹⁾ *O Século*, 12-1-1924.

⁽¹³⁰⁾ *Idem*, 8-2-1924.

⁽¹³¹⁾ *Seara Nova*, (34), 9-4-1924, p. 196. Em relação à Faculdade de Medicina de Coimbra, limitar-se-á a transformar a cadeira de Psiquiatria num curso e a realizar operação inversa quanto à Prope-dêutica Médica. (Decreto n.º 946, *Diário do Governo*, 1.^a série, 3-3-1924, p. 343).

⁽¹³²⁾ *O Século*, 21 e 28-1-1924.

As Universidades debatem-se, nesta fase, com graves dificuldades orçamentais, para as quais o Senado de Coimbra, como já advertimos, reclama providências. Por outro lado, na Câmara de Deputados, o ex-ministro João Camoegas também chamou a atenção de Sérgio para o facto de a falta de pagamento aos empregados dos institutos científicos, que, observa, careciam de meios de funcionamento. «Encontram-se alguns na situação de não terem sequer os recursos necessários, como o Instituto de Anatomia Patológica, para autópsias, nem pessoal para a limpeza do laboratório, particulariza o antecessor de Sérgio. Os próprios médicos, que ali trabalham gratuitamente, fazem a sustentação da limpeza». Camoegas apresentava, em seguida, uma alternativa concreta dentro da verba orçamental existente, na convicção de que não poderia ser negado o voto a uma proposta nesse sentido.

Em resposta, o ministro dará o seu assentimento a esses pontos de vista e diria já ser seu propósito fazer que os institutos fossem dotados com os necessários meios. Tal proposta não viria, contudo, a ser apresentada à Câmara de Deputados ⁽¹³³⁾.

A política universitária de Sérgio não se distingue por qualquer traço expansionista. Era seu convencimento, pelo contrário, de que o carácter socialmente elitista do ensino geral criava uma população discente universitária destituída de reais aptidões para esse grau de ensino.

Assim, nesse período, terá ocasião de declarar que um dos aspectos da democratização do ensino seria «dificultar o acesso das altas carreiras universitárias aos filhos dos ricos que não têm capacidade para os mais difíceis trabalhos de ciência e da literatura; e, *pelo contrário*, facilitar esse acesso aos filhos dos pobres que nasceram com talentos» ⁽¹³⁴⁾.

A pretexto de democratização do ensino superior e face à crise financeira, Sérgio considerou dispositivos correctivos que, no plano imediato, poderiam acarretar a diminuição da sua frequência e que, portanto, se apresentavam entre si contraditórios.

Com efeito, deve-se-lhe a declaração pública de pretender aumentar o preço das propinas das Universidades, «de maneira a dificultar o seu acesso aos pouco aptos para a alta cultura, obtendo dinheiro, ao mesmo tempo, para as bolsas

⁽¹³³⁾ *Diário da Câmara de Deputados*, Sessão n.º 23, 18-1-1924, pp. 25-26.

⁽¹³⁴⁾ *Seara Nova*, (30), 31-1-1924, p. 114.

de estudo aos filhos dos pobres que tenham talento para as altas funções intelectuais» (135).

Tornar mais cara a frequência do ensino superior sem a contrapartida nítida da sua gratuidade aos filhos das classes populares e sem outros princípios de discriminação positiva a favor dos mesmos, seria tomá-lo ainda mais elitista sob o ponto de vista social. Se os «menos aptos» eram os «mais ricos», esses poderiam suportar sempre o aumento de propinas, ao passo que os «outros» veriam esse grau de ensino ainda mais distante. Por outro lado, o ensino de continuação, tal como o concebia, aparecia apontado a objectivos profissionalizantes assaz restritos, e, pela força desse facto, havia de constituir um bloqueio aos estudos subsequentes.

Como quer que seja e surpreendentemente, tais objectivos sociais não tardam a desaparecer do horizonte. As bolsas de estudo para estudantes pobres acabam por não ser contempladas neste plano. «Está pendente um projecto de aumento de propinas, dirá no acto de posse de Helder Ribeiro, que permitiria libertar a verba de 250 contos inscrita no orçamento para material escolar dos vários liceus, e metade destinada às Universidades. Estas somas tencionava eu propor que se repartissem por serviços que carecem de recursos; entre as aplicações mais necessárias, especificaria, figura uma anuidade para pagamento de juros e amortização de um empréstimo destinado a melhorar as instalações dos liceus do Porto, um reforço à dotação da Faculdade Técnica desta cidade, e subsídios a publicações científicas e a universidades populares» (136).

Quanto às Universidades populares existentes ao tempo — a Universidade Popular Portuguesa e a Universidade Livre para Educação Popular, de Lisboa — o certo é que não tiveram grande peso nas suas preocupações imediatas. A primeira terá passado, até, por um período crítico por falta de um pequeno subsídio estatal que lhe era concedido, crise de que *A Batalha* se fez eco em vigorosa notícia: «A Universidade Popular vai desaparecer por culpa do Estado» (137).

(135) *Idem, ibidem.*

(136) *Idem* (34), cit., p. 196.

(137) *A Batalha*, 12-1-1924, p. 2.

Ação social escolar e condições materiais de ensino

Em relação ao ensino primário geral, Sérgio terá procurado atender à crítica situação em que se achavam as escolas mas a sua preocupação fundamental seria prepará-las para novas tarefas educativas. Desse modo, referia a Imprensa em Janeiro, o Ministro da Instrução começaria em breve as suas visitas às escolas da capital, «a fim de verificar o estado em que muitas delas se encontram e as urgentes modificações que convirá introduzir-lhes, por forma a tirar-se resultado do que se prescreve na Reforma do Ensino e antes mesmo de ser aprovada a parte propriamente pedagógica» (138).

Ignoramos se tais visitas se efectuaram (139). Em contrapartida, noticia-se pouco depois não terem podido ser satisfeitas as requisições de material de ensino emitidas pelas professoras das escolas infantis, porque a verba respectiva tinha sido reduzida no orçamento, e que as escolas primárias funcionavam, pela maior parte, em casas alugadas (140).

As condições de frequência escolar eram deploráveis. O professorado, já nessa época, sugeria o recurso à construção «leve», para o que alvitrava a realização de um empréstimo «destinado à construção de casas ligeiras, sempre por empreitada, com a devida fiscalização do Governo....» (141).

Quanto a este aspecto, contudo, o Ministro da Instrução colocará grande ênfase no louvor à iniciativa particular benévola, de poderes locais ou de indivíduos, a favor da frequência do ensino primário: à Câmara Municipal de Aveiro e ao dr. Lourenço Simões Peixinho, presidente da respectiva Comissão executiva, «pela sua obra educativa e pela devotada assistência que têm prestado às escolas oficiais de Aveiro» (142); a diversos particulares, incluindo uma firma ribatejana, por terem oferecido edifícios ou equipamentos (143).

Durante o período em que Sérgio foi responsável pela Instrução Pública as 8 escolas de ensino primário geral criadas, em 31 de Dezembro de 1923, 26 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1924, serão quase todas instaladas em edifícios ofe-

(138) *O Século*, 8-1-1924.

(139) Sabe-se, pelo contrário, pelo mesmo jornal, de 24-2-1924 ter o Ministro adiado visita idêntica a Évora.

(140) *Idem*, 30-1-1924.

(141) *Idem*, 21-2-1924.

(142) *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 29, 6-2-1924, p. 447.

(143) *Idem*, 2.ª série, n.º 38, 16-2-1924.

recidos por particulares tendo como contrapartida a nomeação de professores por eles escolhidos para as regerem. A única que não estava nessas condições ficava dependente da futura aquisição de casa, mobiliário e material de ensino.

O Decreto n.º 9 485, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 53, de 10 de Março de 1924 mas datado de 18 de Fevereiro do mesmo ano e ainda assinado por Sérgio, reconhecia a gravidade da situação.

No seu preâmbulo afirma-se haver no país inúmeros edifícios escolares em construção já adiantada mas com as obras suspensas devido ao esgotamento das dotações consignadas. Considerava-se urgente concluir os edifícios aludidos, não só com vista a desobrigar o Estado do pagamento de rendas por instalações provisórias de escolas, «algumas em más condições higiénicas», mas ainda para evitar que «a acção do tempo cada vez mais as arruine elevando os encargos para as referidas conclusões». Apontava-se, ainda, a inadiável premência da realização de obras de reparação em muitos outros imóveis, sem o que se correria o risco de encerramento dessas mesmas escolas.

Nestas circunstâncias, e dando prioridade, nos termos legais, à conclusão de obras já encetadas, em prejuízo do início de outras, e tendo em conta o imperativo de reforçar as dotações destinadas a vistorias de edifícios doados, Sérgio determina a anulação de todos os subsídios concedidos para escolas ainda não começadas e a sua devolução no caso de já terem sido entregues.

Ascendia a 529 300\$00 o total de subsídios anulados a Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, à Associação Popular da Paróquia Civil do 3.º Bairro de Lisboa, a duas Comissões de Habitantes e à Direcção Escolar Livramentense do 1.º de Maio. A esmagadora maioria das entidades afectadas por esta medida localizava-se em concelhos, freguesias e localidades rurais dos distritos de Castelo Branco, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Évora, Faro, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Além de considerar insuficientes para as finalidades previstas na sua anterior concessão, o Decreto citado institui novos critérios na aplicação futura dos subsídios, quer em construções, quer em reparações. Na respectiva distribuição atender-se-ia ao estado de adiantamento da construção, às verbas já gastas e implicadas pela conclusão visada, à importância do edifício quanto à frequência escolar e ao estado das instalações existentes, assim como aos «auxílios materiais e financeiros que as várias entidades ofereçam para as referidas conclusões, diminuindo assim os encargos do Estado».

Este último critério, inserindo-se na preocupação governamental de cercear despesas, atenuaria fortemente as possibilidades das zonas mais carecidas de recursos.

O decreto reservava, ainda, a concessão de subsídios às escolas cujos planos obedecessem às normas técnicas, pedagógicas e higiénicas e cujas obras interrompidas estivessem «em sofrível estado de conservação». Quer dizer que, muito possivelmente, aquelas que estivessem interrompidas há longos anos seriam em definitivo abandonadas, bem como as que se não acordassem com os projectos architectónicos oficiais, de problemático acatamento quando se tratava de iniciativas de base popular.

De notar, também que, em contradição flagrante com uma política de compressão de despesas, o mesmo decreto apenas admite o sistema de obras em regime de administração directa (que traria sensíveis economias), no caso de a empreitada não ser adjudicada por falta de concorrentes!

Sem prejuízo de reconhecermos a dificuldade do desenho de uma política correcta numa situação de penúria quase generalizada, é de duvidar que ela não viesse a ferir interesses mais do que legítimos e a redundar, por seu turno, em novas situações de injustiça.

Também no domínio do que então se chamava «assistência escolar» a situação era certamente muitíssimo negativa. Chegava-se ao ponto de crianças portuguesas, em localidades próximas da raia, frequentarem escolas gratuitas de congregações espanholas ⁽¹⁴⁴⁾.

De resto, apesar do virulento anti-clericalismo da 1.^a República, o ensino particular confessional estava longe de ter desaparecido. Esse facto levou o deputado Almeida Ribeiro a chamar a atenção do Ministro da Instrução, que se não achava presente, para o funcionamento, em Évora, de colégios dirigidos por congreganistas, não só porque o considerava contrário à lei da separação mas ainda porque, vivendo esses colégios de esmolas e subsídios, e dirigidos por irmãos da caridade, podiam praticar preços inferiores aos dos colégios laicos ⁽¹⁴⁵⁾. Embora sob a mira de promover a educação religiosa das crianças, é altamente provável que tais colégios desempenhassem ampla função assistencial nas circunstâncias prevaletentes durante aquele período.

⁽¹⁴⁴⁾ > *O Século*, 13-1-1924.

⁽¹⁴⁵⁾ *Diário da Câmara de Deputados*, Sessão n.º 34, 11-2-1924,

A verdade é que a acção estatal se revela particularmente frouxa no plano da «assistência escolar». O carácter pontual e precário das decisões adoptadas neste domínio bastaria, só por si, para o comprovar.

Assim, quanto à assistência médica escolar, aproveitam-se os postos da antiga linha férrea da Buraca e de Alcanfins, cedidos pelo Ministro das Finanças ao da Instrução, para neles serem instaladas «escolas ao ar livre e outras obras de assistência médica escolar», de cuja organização e direcção ficara encarregada a Junta de Sanidade Escolar⁽¹⁴⁶⁾. Ou então, nomeia-se médico oftalmologista do Liceu de Passos Manuel, o médico escolar do mesmo estabelecimento, Joaquim Fernandes de Brito Camelo de Gouveia, sem direito a remuneração alguma pelo exercício das funções mas com a obrigação de examinar «todos os alunos das escolas primárias e secundárias de Lisboa que lhe forem enviados pelos médicos escolares da mesma cidade»⁽¹⁴⁷⁾.

No respeitante à educação física das crianças é de crer que, nas condições evocadas, não tivesse lugar nas escolas primárias, nem, tão-pouco, em muitos liceus. Não vemos nós o louvor concedido por Sérgio ao professor de educação física do Liceu Nacional de Fernão de Magalhães, em Chaves, João Fernandes Azevedo, por ter patenteado excepcional interesse pela cultura física dos alunos, chegando a ceder um salão da sua residência para a realização de exercícios ginásticos visto que o liceu não dispunha de local apropriado?⁽¹⁴⁸⁾.

Visivelmente, procurava-se estimular por todos os modos a iniciativa benévola, atenta a incapacidade do Estado para assegurar as condições materiais adequadas a uma acção educativa integral.

Quanto ao estudantado do ensino superior, Sérgio concederá uma casa destinada a Residência de Estudantes. Corresponhia, desse modo, à iniciativa de dois académicos, José Maria de Brito Paiva e Fernando Calado, que tivera o beneplácito do Presidente da República. Obtida a instalação, seriam precisas obras, apelando-se, mais uma vez, para o concurso das boas almas⁽¹⁴⁹⁾.

⁽¹⁴⁶⁾ *A Batalha*, 29-1-1924.

⁽¹⁴⁷⁾ *Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 30, 7-2-1924, p. 466.

⁽¹⁴⁸⁾ *Idem, ibidem*, n.º 26, 1-2-1924, p. 402.

⁽¹⁴⁹⁾ *Diário de Lisboa*, 29-1-1924 e *O Século*, 28-1-1924.

Sérgio e as reivindicações do professorado

A situação do professorado, em especial a dos docentes do ensino primário, revestia igualmente grande gravidade.

Todo o período em que Sérgio está no Governo seria caracterizado por uma relativa inoperância perante o carácter concreto e premente das reivindicações dos professores. Essas reivindicações caracterizam uma conjuntura típica de crise aguda.

Um dos seus aspectos é realçado pelo deputado António Correia, que chama a atenção do ministro, em Fevereiro, para o facto de os professores de instrução primária não terem conseguido receber os seus vencimentos, o que os colocava numa situação que qualifica de «verdadeira miséria». Também *O Século*, pela mesma ocasião, dirá que os professores interinos (eventuais) não recebiam vencimentos desde Outubro-Novembro (150).

As reivindicações dos interinos tinham o seu peso particular. Providos no ensino primário geral para escolas vagas ou encerradas por motivos de doença, nos termos da lei n.º 432, de 14 de Setembro de 1915, foram nomeados em muito maior número, pelo menos durante o período de que nos ocupamos, do que os efectivos. Assim, entre 18 de Dezembro de 1923 e 28 de Janeiro de 1924 recensámos 26 professores providos em definitivo, segundo o art.º 92.º do Regulamento do Ensino Primário Normal de 29-9-1919, ao passo que entre aquela primeira data e 22 de Fevereiro de 1924 se nomeiam 1283 interinos.

As reivindicações dos interinos cifravam-se na obtenção de subsídio de renda de casa como os efectivos, melhoria de vencimento e outras regalias, bem como na concessão do visto, para efeitos de vencimentos, pelas Juntas Escolares (organismos parcialmente eleitos, ao escalão concelhio) e não pelo Conselho Superior de Finanças e pelo poder central, evitando-se, desse modo, os verificados atrasos de pagamento (151).

Outra categoria específica de reclamações tinha a ver com os directores das escolas primárias da capital e com os professores dos cursos nocturnos, que não obtinham deferimento para os requerimentos em que solicitavam as gratificações que lhe eram devidas nos termos do art.º 26.º da lei n.º 1452 de 20 de Julho de 1923 (152).

(150) *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 38, 18-2-1924 e *O Século*, 24-2-1924.

(151) *O Século*, 17-2-1924.

(152) *Idem*, 2-2-1924.

Novo aspecto do panorama reivindicativo era a questão dos diplomados sem colocação. O art.º 35.º do decreto n.º 9223 permitia aos professores do ensino primário que não dispusessem de instalação para o funcionamento da sua escola serem colocados noutra estabelecimento onde fizessem falta. Os professores no desemprego reclamavam no sentido de se obterem as instalações escolares necessárias, porque, diz a Imprensa, «com o aumento constante das escolas em mau estado, cada vez se lhes torna mais difícil a colocação, por não serem postas a concurso as escolas regidas temporariamente por aqueles professores em comissão»⁽¹⁵³⁾. A sugestão, de que nos fizemos eco, do recurso a «casas ligeiras» terá aqui, por certo, uma das razões determinantes.

O sindicalismo docente, no sector do ensino primário, pugnava pela solução dos problemas globais da classe. «A Comissão Executiva do Professorado Primário, escreve *O Século* poucos dias antes da exoneração de Sérgio, tem continuado a instar junto do novo ministro da Instrução pelo cumprimento das reclamações que tem feito aos anteriores ministros que não as puderam satisfazer pela sua curta duração no poder». O jornal identificava-as sucintamente: estabelecimento de folhas provisórias para que não sofresse demora o pagamento dos vencimentos; dispensa de «visto» nos decretos de nomeação dos professores interinos e temporários; lei que reestruturasse o quadro dos professores primários da capital e de outras localidades; emendas ao decreto n.º 9223, como já fora proposto pela Comissão; estabelecimento de pensão condigna aos docentes em inactividade; pagamento adiantado das verbas de expediente e limpeza das escolas; autonomia financeira das Juntas Escolares, sem a qual, especificava-se, «os edifícios escolares dentro em breve se não poderão utilizar»; exoneração do director da secção masculina do Instituto do Professorado Primário, por não pertencer àquele grau de ensino, «nomeando-se professor competente da classe, sendo o demais pessoal também constituído por professores primários»; actualização dos subsídios de residência e rendas de casa do professorado primário; criação das escolas primárias necessárias nas localidades que ainda não as possuísem e, finalmente, o direito à negociação e ao diálogo, isto é, «que as modificações a fazer nas leis e regu-

⁽¹⁵³⁾ *Idem*, 12-2-1924.

lamentos do ensino primário se não façam sem que o professorado primário seja ouvido» (154).

A Imprensa fazia-se ocasionalmente eco de outras aspirações da classe docente: reivindicações de que o serviço obrigatório dos professores primários passasse apenas de 24 para 30 horas, e não para 36, revogação da lei 1246 e criação de uma prova de exame da 4.^a classe dando direito a admissão ao secundário, primário superior, elementar técnico e artístico (155).

Que medidas concretas tomou Sérgio em relação a este vasto acervo de problemas? Que projectos terá alimentado a esperança de realizar?

Algumas dessas disposições visam, claramente, «disciplinar» o professorado.

Em primeiro lugar, pelo decreto n.º 9471, determinava aos directores de todos os estabelecimentos de instrução pública o rigoroso cumprimento das normas contidas na lei orçamental n.º 403, de 9 de Setembro de 1915, que regulava minuciosamente o regime de vencimentos, gratificações, faltas, licenças, etc. E, pela mesma ocasião, estatuirá que os directores de todos os estabelecimentos dependentes do Ministério enviassem com a maior urgência às respectivas direcções gerais, uma nota dos funcionários providos em mais de um cargo oficial e quais as localidades e estabelecimentos em que exerciam ou deveriam exercer essas funções (156).

A preocupação de eliminar situações irregulares ou acumulações indevidas é acompanhada, pouco depois, de determinações que parecem destinadas a satisfazer reivindicações da União do Professorado Oficial quanto ao decreto n.º 9223, de 6 de Novembro de 1923 e que a Imprensa (157), em Janeiro, noticiava não terem ainda sido atendidas. Tratava-se da questão de licenças por doença ou incapacidade.

O Decreto n.º 9408, de Fevereiro, revogava o art.º 51.º do citado decreto e dava nova redacção a outros artigos. Quanto ao 57.º, estabelecia-se que os professores fora do exercício de funções por motivo de doença não poderiam ausentar-se da área da sua residência oficial, sob pena de imediata

(164) *Idem*, 26-2-1924. O caso do director do Instituto do Professorado Primário punha em foco o professor Joaquim^ Correia Salgueiro, cuja nomeação como efectivo do Liceu de Camões em Lisboa já fizera escândalo, acabando por ser considerada legal (Cf. *Diário da Câmara de Deputados*, sessão n.º 13, 19-12-1923, pp. 3-4).

(155) *O Século*, 25-1-1924 e 2-2-1924.

(156) *Diário do Governo*, 1.^a série, n.º 50, 6-2-1924, p. 349; *idem*, 2.^a série, n.º 28, 4-2-1924, p. 433.

(167) *O Século*, 25-1-1924.

perda de vencimento e de sujeição a processo disciplinar por abandono de funções. Exceptuavam-se da primeira parte do artigo os docentes cuja doença, verificada e comprovada, carecesse de tratamento especial fora daquela área ou distrito. Esse tratamento deveria ser aconselhado, por escrito, sob compromisso de honra pelo médico assistente, devendo porém tal prescrição ser confirmada pelo médico escolar ou seu substituto, ou ainda pela Junta de Sanidade Escolar.

O decreto estipulava igualmente as modalidades de controlo destas situações, regulamentava os casos de afastamento do serviço por doença ou incapacidade física, a concessão de licenças por doença e o seu controlo pela Inspeção Geral de Sanidade, médicos escolares ou seus substitutos, devendo, para as licenças até 30 dias, haver informações sobre a assiduidade do requerente. Para as licenças de mais de 30 dias, seria indispensável o parecer da Junta de Sanidade Escolar, havendo direito de recurso para uma Junta especial, em que figurariam professores da Faculdade de Medicina de Lisboa, cabendo ao interessado o pagamento antecipado dos honorários desses vogais e dos dois restantes que seriam médicos escolares indicados pelo Ministério ⁽¹⁵⁸⁾.

Tais dispositivos mais parecem destinados a apertar o controlo sobre a concessão de licenças por doença (e provavelmente a evitar abusos) do que a eliminar situações de injustiça. O certo é que as Juntas de Sanidade Escolar continuarão a conceder licenças por doença ao longo de todo o período em que Sérgio foi ministro, num total que, sem exagero, podemos computar em cerca de 2000 dias só para o ensino primário!

Também sobre este problema a acção de Sérgio é débil. No plano da assistência na doença aos professores do mesmo grau de ensino, tem-se conhecimento de que o Ministro da Instrução Pública solicitou ao seu colega das Finanças a cédência do edifício do antigo posto de Vale do Forno. A Inspeção de Sanidade Escolar tencionava organizar aí um serviço destinado ao tratamento dos docentes do ensino primário que carecessem de submeter-se a uma cura de repouso ⁽¹⁵⁹⁾. Não temos, porém, mais notícias desse plano.

Sabemos pela *Seara Nova* ter o Ministro encarregado a Comissão Pedagógica de estudar, entre o desempenho de outras tarefas, as reclamações do professorado primário ⁽¹⁶⁰⁾. É difícil apurar se esse estudo terá chegado' a concluir-se.

⁽¹⁵⁸⁾ *Diário do Governo*, 1.^a série, n.º 27, 6-2-1924, pp. 217-218.

⁽¹⁵⁹⁾ *A Batalha*, 29-1-1924.

⁽¹⁶⁰⁾ *Seara Nova*, (31), 15-2-1924, p. 132.

Contudo, resultou da acção de Sérgio, pelo menos, a elaboração de uma proposta de lei, entregue ao seu sucessor, visando resolver o problema do pagamento aos professores interinos do ensino primário, que diz ter vindo achar em grande atraso. Sérgio confessa não ter tido tempo «de remover as dificuldades burocráticas que se opunham à solução rápida dessa triste situação»⁽¹⁶¹⁾.

Ainda em relação ao professorado, Sérgio terá o cuidado de regulamentar o artigo 5.º da lei n.º 410, de 31 de Agosto de 1915. Determinava esse artigo não poder ser provida «em qualquer cargo dos estabelecimentos de ensino, seja qual for o ramo de instrução, nem ser inscrita no professorado livre, qualquer pessoa que não tenha provado, por actos e factos, a sua franca adesão às instituições republicanas».

Esta nova regulamentação visava simplificar o processo e eliminar eventuais arbitrariedades na aplicação prática. Assim, tal prova seria exigível apenas quando se tratasse de pessoas que não exercessem ainda cargo público oficial, por meio de atestado passado nos precisos termos do mesmo artigo pelo administrador do concelho ou bairro onde residisse o interessado. Para os indivíduos que já exercessem cargo público oficial, o atestado seria substituído por declaração escrita, devidamente autenticada, do superior hierárquico sob cujas ordens estivessem prestando ou tivessem prestado serviço. Quando qualquer dessas entidades se recusasse a passar o atestado ou a declaração exigíveis, deveria concretizar por escrito no requerimento os factos em que fundamentava a recusa. Finalmente, o decreto estabelecia que nenhuma nomeação se efectuaria, nem nenhum diploma de professor do ensino livre poderia ser conferido sem que junto aos respectivos processos figurasse o documento citado⁽¹⁶²⁾.

Deste modo, é visível ter Sérgio pretendido essencialmente minorar efeitos negativos na aplicação da lei, quer devido às demoras burocráticas inerentes, quer devido à recusa discricionária da passagem de atestados ou declarações⁽¹⁸³⁾.

⁽¹⁶¹⁾ *Idem*, (34), 9-4-1924, p. 196.

⁽¹⁶²⁾ Decreto n.º 9412, in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 28, 7-2-1924, p. 237. O ensino «livre» é, ao tempo, a designação dada ao ensino particular.

⁽¹⁶³⁾ Foram, por isso mesmo, caluniosas e confusionistas as acusações de Trigo de Negreiros a Sérgio, assacando-lhe a paternidade de uma lei que se limitou a regulamentar, atenuando, ainda assim, as incidências negativas que poderia ter na sua aplicação. Sobre estes assuntos, ver: Jacinto Baptista, «Cartas inéditas trocadas entre António Sérgio e João Sarmento Pimentel», in *O Ponto*, 27-5-1982 e «A questão da índia Portuguesa apreciada por António Sérgio em 1954», *idem*, 3-6-1982.

No sector do ensino primário, como em relação a todo o sistema de ensino, são francamente insuficientes os resultados práticos da intervenção de Sérgio em ordem a atender as reivindicações mais urgentes e imediatas do professorado.

Por uma nova pedagogia e organização do ensino primário

Tal facto depõe sobre o tipo de prioridades que elegeu, neste campo como em todos os demais. A sua preferência pelo que chamava «questões pedagógicas» era directa consequência da sua estratégia de reestruturação do sistema de ensino.

Em matéria de instrução, diria Sérgio na passagem da pasta a Hei der Ribeiro, «o que mais importa é a formação de professores e a existência de escolas modelares ou experimentais, donde parta para as outras o exemplo e o impulso reformador...»⁽¹⁶⁴⁾.

Além dos seus planos de envio de bolseiros para o estrangeiro e de criação de escolas experimentais, Sérgio tomara outras iniciativas de renovação pedagógica e avançaria para projectos de reforma no âmbito do ensino primário geral.

A primeira em data está inserta numa portaria de 23 de Janeiro de 1924. Reconhecendo «da maior conveniência pedagógica difundir pelo professorado primário instruções sobre a aplicação dos modernos jogos para aprendizagem da leitura», estabelecia-se que Alberto Pimentel e João da Silva Correia, respectivamente professores de pedagogia geral e de língua e literatura portuguesa da Escola Normal Primária de Lisboa, redigissem, «num prazo de tempo que não deveria exceder oito dias», um conjunto de instruções, «inspirados mormente nos processos de iniciação da leitura da Dr.^a Montessori e do Dr. Decroly»⁽¹⁶⁵⁾.

Alberto Pimentel e João da Silva Correia desempenham-se brilhantemente do encargo. Tais instruções começariam por ser publicadas na folha oficial através da Portaria n.º 3891. Considerando da maior importância orientar os professores do grau infantil e primário geral para os processos modernos

⁽¹⁶⁴⁾ *Seara Nova*, (34)..., *cit.*, p. 195.

⁽¹⁶⁵⁾ *Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 19, 23-1-1924, p. 285. Corrige-se, neste ponto, o que escrevemos a p. 78 do nosso estudo *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*, *cit.*..., em que atribuímos a autoria destas instruções a Alberto Pimentel e a Adolfo Lima.

de iniciação à leitura e à escrita que aproveitasse principalmente das contribuições didácticas de Montessori e de Decroly, com tanto êxito no ensino das crianças anormais, dizia-se que tais processos permitiriam, «pelo seu carácter intuitivo e marcha psico-pedagógica», combater, «desde o começo do aprendizado escolar, dois vícios gravíssimos da velha metodologia: o psitacismo ou papagueio maquinal de palavras e o verbalismo ou excesso de vazio retórico»⁽¹⁶⁶⁾.

Com a difusão de tais instruções visava-se «começar a tentar-se entre nós, no ensino oficial, uma experiência de que muito há a esperar». Para o seu bom êxito determinava-se ao professorado que requeresse às Inspecções Escolares e às Escolas Normais Primárias o esclarecimento das suas «hesitações ou dúvidas», e, ainda, que comunicasse à Direcção Geral do Ensino Primário e Normal «os resultados dos seus tentames ou aplicações experimentais»⁽¹⁶⁷⁾.

O texto das instruções começava por assinalar o que se designava por «momentos psicológicos do ensino da leitura e da escrita». Indicava o modo de realização de exercícios e os jogos apropriados, na base de uma metodologia de aprendizagem global que partia da palavra (ou até da frase) para a sílaba e o fonema ou sinal e, finalmente, para a denominação da letra⁽¹⁶⁸⁾.

Tratava-se, obviamente, de uma inversão completa da metodologia de ensino da leitura e da escrita mais divulgada entre nós. A dificuldade que o professorado do ensino primário enfrentaria por certo na sua aplicação, acrescia um outro óbice. Pode-se dizer que, na quase totalidade, os jogos didácticos pressupunham a existência de um material que, não obstante a sua rudimentaridade, as escolas não sabiam, nem poderiam produzir, devido à escassez de verbas.

Deste modo, nova Portaria viria tentar obviar a essa dificuldade. Nesse documento atribuía-se às Escolas Normais Primárias um papel activo no que chamaríamos formação permanente do professorado primário de todos os graus, qualificando-as de «constantemente e activos centros de orientação». Dispondo tais estabelecimentos de aulas de trabalhos manuais em que era possível executar-se material didáctico, estatuiu-se que nelas se construísse «com a maior brevidade possível o material-tipo para os jogos de leitura e de escrita» que tinham sido objecto das instruções referenciadas⁽¹⁶⁹⁾.

⁽¹⁶⁶⁾ *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 25, 2-2-1924, p. 207.

⁽¹⁶⁷⁾ *Idem, ibidem*.

⁽¹⁶⁸⁾ *Idem, ibidem*, pp. 207-210.

⁽¹⁶⁹⁾ *Idem*, 1.ª série, n.º 25, 15-2-1924, p. 289.

É difícil averiguar a medida em que tal encargo poderia passar à prática. É bem possível que as Escolas Normais Primárias se não salientassem por uma acção relevante quanto ao ensino de tais disciplinas. Caso contrário, a organização de exposições de trabalhos manuais escolares não deveria ser tão excepcional nas escolas primárias que merecesse louvor no *Diário do Governo*. E todavia é esse o objectivo de uma portaria de Sérgio, que distingue o corpo docente da escola central do ensino primário geral de Silves «pela boa vontade, competência e zelo manifestados» na preparação de exposições de trabalhos manuais no termo dos anos lectivos de 1921-1922 e 1922-1923 ⁽¹⁷⁰⁾.

Por outro lado, seria duvidoso que o professorado do ensino primário não carecesse, para os efeitos da inovação metodológica pretendida, de apoio directo mais eficaz.

Durante o período em que Sérgio desempenhou funções ministeriais, seria aprovada uma verba de 50 000\$00 destinada a inspecções a escolas de ensino primário geral e infantil. Que se não tratava de uma acção maciça de apoio ao corpo docente em exercício com vista à difusão da nova metodologia de ensino patenteava-se pelo facto de se determinar que os inspectores visitassem de preferência as escolas que não tinham sido inspecionadas no ano anterior e remetessem no prazo regulamentar o relatório e mapas estatísticos a que estavam obrigados por imposição legal ⁽¹⁷¹⁾.

Os quadros da inspecção seriam, certamente, insuficientes e, com toda a probabilidade, impreparados para a implementação de inovações pedagógicas com as quais não teriam grande familiaridade prática ⁽¹⁷²⁾.

Mais do que numa acção directa de apoio, para a qual não dispunha de meios apropriados, o Ministro *seareiro* lançará mão do material escrito. Daí deriva a edição de um *Boletim Pedagógico*, em que são republicadas as instruções elaboradas por Alberto Pimentel e João da Silva Correia, e cuja criação obedecera «à conveniência de fornecer aos professores informações de carácter prático, concretas, facilmente

⁽¹⁷⁰⁾ *Idem*, 2.^a série, n.º 13, 16-1-1924.

⁽¹⁷¹⁾ Decreto n.º 9467, in *Diário do Governo*, 1.^a série, n.º 49, 3-3-1924, pp. 343 e ss. Em anexo procedia-se à repartição das verbas por regiões do Continente e Ilhas.

⁽¹⁷²⁾ Havia casos de exercício de lugares de inspecção por professores, a título interino. Veja-se o louvor a Joaquim Pedro Dias, «pela competência, zelo e inteligência com que desempenhou o cargo de inspector interino do círculo escolar do 3.º bairro de Lisboa» (*Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 29, 6-2-1924, p. 447).

utilizáveis, sobre novos processos de ensino de que lhes é difícil ter notícia, já pela actual carestia de todas as obras estrangeiras, já pelo obstáculo que a maioria encontra no ler o inglês e o alemão». Era sua intenção, acrescenta Sérgio, que o segundo número viesse explicar «a organização e funcionamento das sociedades escolares florestais» e que o terceiro expusesse «algumas modernas directivas do ensino primário e secundário das ciências naturais» (173).

No mesmo âmbito de intenções se filiavam as instruções dadas ao cônsul de Portugal em Londres no sentido da aquisição dos direitos de tradução das *Object Lessons*, de Murché, «cuja difusão entre os professores primários, acrescenta, deveria dar um grande impulso à tão necessária modernização da técnica pedagógica entre nós» (174).

Criação do «cinema educativo»

Outra inovação de carácter pedagógico-didáctico introduzida por Sérgio tem a ver com a utilização do cinema educativo. Projectava o ministro difundido não só nas escolas oficiais mas também nas Universidades populares, onde o recurso à imagem fixa já era corrente desde os começos do século.

Sérgio trabalhou na organização de um serviço de «sessões cinematográficas instrutivas». Essa ideia apoiava-se na iniciativa particular, anunciando-se até que um dos amigos do Ministro se achava no estrangeiro a tratar do assunto e que dentro em breve começaria a circular por várias escolas uma máquina Pathé-Baby com fitas instrutivas (175).

O «cinema instrutivo» viria a concretizar-se, pelo menos parcialmente, na escola portuguesa, devido à oferta feita pelo sr. António Joaquim Moquenco, ao Museu Pedagógico da Junta de Orientação dos Estudos — ainda inexistentes de facto — de, precisamente, uma Pathé-Baby. A oferta vale-lhe um louvor na folha oficial, pelo seu «alto significado cívico» e pelo in-

(173) *Seara Nova*, (34)..., cit., p. 126.

(174) *Idem, ibidem*, pp. 195-196. Sérgio já conhecia e recomendava essa obra desde há anos, como se vê por uma carta remetida do Rio de Janeiro a Silva Gayo, e datada de 1920. (*Arquivo...*, cit., p. 354). O livro só em 1925 virá a ser publicado, em tradução e adaptação de José Rodrigues Miguéis, com prefácio de Sérgio. Cf. *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea...*, cit., p. 97 e p. 157.

(175) *O Século*, 5-2-1924.

teresse do oferecimento para «os modernos processos de ensino»⁽¹⁷⁶⁾.

A «1.^a sessão de fitas instrutivas» ter-se-á realizado na escola oficial n.º 28 da Rua da Palma, pertencente ao ensino primário geral, segundo *O Século* de 21 de Fevereiro de 1924. Atendendo a que o jornal se publicava de manhã, terá ocorrido na véspera, senão a primeira, pelo menos uma das primeiras exhibições de cinema educativo no ensino oficial português.

A utilização deste meio didáctico não era, contudo, tema pacífico⁽¹⁷⁷⁾. Assim, poucos dias depois dessa primeira sessão, anunciava-se uma próxima consulta à Inspeção de Saneidade Escolar sobre o carácter eventualmente prejudicial do cinema instrutivo, dado que, acrescentava-se, noutros países já se pusera de parte!⁽¹⁷⁸⁾.

De todos os modos, Sérgio não abandona o projecto. É o que se deduz da informação prestada ao seu sucessor de que criara «um serviço especial de cinematógrafos circulantes, com fitas instrutivas», com base na máquina de projecção oferecida, e de que trabalhava «na organização de uma sociedade particular de indivíduos beneméritos, para aquisição de aparelhos e fitas, e sua distribuição pelas escolas e universidades populares», no que também estaria interessado, específica, o sr. José de Matos Braancamp⁽¹⁷⁹⁾.

Sérgio considerava sem dúvida o ensino primário como um elemento fulcral da «reforma da mentalidade», pré-requisito, no seu pensar idealista, da «reforma social».

Nessa linha de orientação, de que boa parte dos seus anteriores trabalhos de pedagogia constituíam suporte teórico, dirá pretender «remodelar» a escola primária, «no sentido de a ligar o mais possível com o trabalho profissional da região e com as necessidades do nosso povo», e «instituir» a educação cívica, «pela República Escolar e pela organização corporativa dos grupos de estudantes»⁽¹⁸⁰⁾. * 34

⁽¹⁷⁶⁾ *Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 39, 18-2-1924, p. 602.

^(v) Veja-se o nosso estudo *Para a história dos meios audiovisuais na escola portuguesa*, sep. da *Revista de Portugal*, série A, vol. 34, 1969, pp. 14 e ss.

⁽¹⁷⁸⁾ *O Século*, 24-2-1924.

⁽¹⁷⁹⁾ *Seara Nova*, (31), 15-2-1924, p. 132 e (34)..., cit., p. 196.

⁽¹⁸⁰⁾ *Idem*, (30), 31-1-1924, p. 114. Apesar disso, o ministro seareiro não deixará de recorrer aos meios clássicos de educação pelo *exemplo* e não pela prática. Assim, mandaria dar o nome do «glorioso marinheiro Patrão Joaquim Lopes», «exemplo nobilíssimo de virtudes morais, de abnegação e de sacrifício» às escolas de ensino primário geral de Paço d'Arcos (*Diário do Governo*, 1.^a série, n.º 35, 15-2-1924, p. 289).

Embora Sérgio não tenha chegado a avançar para o projecto da escola primária rural, sabe-se ter pedido a Azevedo Gomes, então na pasta da Agricultura, que encarregasse um agrónomo de elaborar indicações sobre as sociedades escolares florestais. Destinar-se-iam tais instruções a ser difundidas entre os professores do ensino primário, prevendo-se a concessão de um prémio aos que se distinguissem quanto ao funcionamento de tais sociedades ⁽¹⁸¹⁾.

Sob o ponto de vista da organização deste grau de ensino, deixou Sérgio em projecto algumas disposições de que se desconhece a feição concreta. Todavia, afirma a Helder Ribeiro estar redigido e a ser cuidadosamente ponderado um novo regulamento dos serviços do ensino primário. Sob o ponto de vista administrativo adoptava uma perspectiva mista de descentralização e desconcentração, já que consultara os municípios sobre a eventualidade de se encarregarem da administração deste grau de ensino, «fornecendo o Estado mensalmente os fundos necessários para pagar ao pessoal, e dispondo os municípios das verbas dos seus orçamentos destinadas a rendas de casas para escolas, mobiliário, material didáctico, e conservação e reparação dos edifícios escolares». As importâncias fornecidas pelo Estado proviriam da contribuição de 32% para o fundo de instrução primária, nos termos do art.º 66.º da lei de 21 de Setembro de 1922, num regime de «cuidadosa fiscalização do Estado» ⁽¹⁸²⁾.

Os ensinos normal e artístico

Quanto ao ensino normal primário sabe-se ter encarregado a Comissão Pedagógica de estudar a criação de cursos de aperfeiçoamento mas tais trabalhos não parecem ter desembocado em resultados dignos de menção ⁽¹⁸³⁾.

O ensino artístico não receberá da parte de Sérgio nenhum impulso particular.

Os programas do Conservatório Nacional de Música serão publicados e a seguir rectificadas na folha oficial. São postos a concurso dois lugares de pensionistas do Estado, no estrangeiro, um da classe de violoncelo, outro de composição ⁽¹⁸⁴⁾. A tão pouco se resume a sua intervenção neste domínio.

⁽¹⁸¹⁾ *Idem, ibidem*, pp. 112-113.

⁽¹⁸²⁾ *Idem*, p. 195 e p. 196.

⁽¹⁸³⁾ *Idem*, (31)..., *cit.*, p. 132.

⁽¹⁸⁴⁾ *Diário do Governo*, 1.ª série, n.ºs 10 e 29, de 15-1-1924, e de 8-2-1924; *idem*, 2.ª série, n.º 21, 25-1-1924.

Primeiros ensaios do «ensino especial»

Sérgio procurou intervir a fundo no âmbito da estrutura do aparelho do Estado no sentido de responder a carências determinadas do sistema de ensino, aos níveis executivo, de concepção e planeamento, de controlo e avaliação.

Além do novo serviço de cinema educativo e não obstante os seus termos precários, deve-se ao autor dos *Ensaio*s a primeira tentativa de criação de ensino especial para deficientes e de um serviço correspondente no âmbito do Ministério da Instrução.

Com efeito, considerando «de urgente necessidade organizar em Portugal a assistência aos anormais escolares» e a existência, «em avultado número», nas escolas dependentes do Ministério, de alunos que «os médicos escolares reputam prejudiciais ao regular aproveitamento das escolas que frequentam», Sérgio constituiu uma comissão junto da Inspeção Geral de Sanidade Escolar, com o encargo «de estudar a forma de organizar essa assistência e de a dirigir, depois de ser superiormente aprovada e decretada a proposta que sobre o assunto elaborar».

Tal comissão era constituída pelo dr. Sebastião Cabral da Costa Sacadura, inspector-geral de Sanidade Escolar, dr. José Guilherme Pacheco de Miranda, médico chefe da secção primária da mesma Inspeção, Fernando Palvart Pinto Ferreira, director pedagógico do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, e, finalmente, dr. Vitor Hugo Moreira Fontes, médico do mesmo Instituto⁽¹⁸⁵⁾.

O objectivo da Comissão, a que a *Seara Nova* chamava «dos Anormais Escolares», seria fazer as crianças «anormais» ingressarem nas aulas existentes no Instituto de Santa Isabel da Casa Pia. Pouco depois, a mesma revista inscrevia no activo do Ministério da Instrução a criação do serviço de assistência aos anormais de idade escolar⁽¹⁸⁶⁾.

O relatório da Comissão, embora datada de 12 de Fevereiro de 1924, só viria a ser publicado no *Diário do Governo* dez dias depois.

A comissão, evocando algumas experiências realizadas, e tidos em conta os recursos disponíveis, considera fácil a empresa a tentar, com vista a prestar assistência, de mo-

⁽¹⁸⁵⁾ *Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 17, 21-1-1924, p. 255.

⁽¹⁸⁶⁾ *Seara Nova*, (30), cit, p. 112, e (31)...., cit, p. 132.

mento, a uma pequena parte das crianças anormais, mas com tendência a atingir a grande maioria delas, diz a Comissão, «em curto espaço de tempo, quando todos os serviços estiverem bem organizados e encaminhados» (187)-

O plano da Comissão consiste, simplesmente, na criação de classes especiais junto das escolas primárias públicas, as quais não necessitam, acrescenta-se, de aparelhagem, de mobiliário excepcionais, de material didáctico dispendioso ou de não fácil realização pelos professores e alunos.

Entende também a Comissão ser igualmente fácil a preparação* do professor, «tanto mais que é lícito supor, por fundamento legal, que ele tenha os conhecimentos necessários para a regência dessas novas classes a estabelecer». Não havendo essencial diferença entre a pedagogia das classes regulares e das especiais, considera-se bastante a passagem do professor, durante poucos dias e para fins de aperfeiçoamento, pelo Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia.

A selecção das crianças destinadas às classes especiais também não apresentaria dificuldades. Ninguém melhor do que o professor, afirma-se, poderia efectuá-la com base no insucesso escolar das crianças. Um aluno, lê-se no relatório, «com frequência regular, com uma demora de dois anos numa classe, por exemplo, sem aproveitamento, quando o professor é pontual e trabalhador, e os demais aproveitam, não necessita, para a determinação da sua inferioridade, nem de Binet-Simon, nem de Treves-Saffiotti, Healy, Porteus ou quaisquer outros, ou aparelhos custosos».

A Comissão relegava para mais tarde o estudo de institutos médico-pedagógicos e de serviços especializados, julgando-os incompatíveis com a situação financeira nacional, propunha a entrega da assistência às crianças anormais à Inspeção Geral da Sanidade Escolar e ao Inspectorado Primário e terminava preconizando a instituição de classes especiais como programa de praticabilidade imediata (188).

Sérgio concordará com o relatório — o qual, todavia, envolvia o perigo de uma selecção empírica e altamente discutível da criança «anormal», conforme viria a demonstrar a prática ulterior das classes especiais — e decide tornar permanente a mesma Comissão a fim de se encarregar de tal serviço (189).

(187) *Diário do Governo*, 2ª. série, n.º 43, 22-2-1924, p. 683.

(188) *Idem, ibidem*, pp. 683-684.

(189) *Seara Nova*, n.º 34..., *cit.*, p. 195.

Projectos de reforma do Ministério da Instrução

Quanto aos órgãos superiores do Ministério e às suas relações com o funcionalismo, a intervenção de Sérgio caracteriza-se igualmente pela tentativa de inovações pontuais e pelo projecto de reformas de estrutura.

Muito cedo reconheceu Sérgio as dificuldades de funcionamento da máquina burocrática do Ministério da Instrução Pública. «A actual organização dos serviços... parece que visa propositadamente a não deixar trabalhar a sério, opinará junto do seu sucessor. O Ministro só pode trabalhar de manhã: de manhã, porém, não estão no ministério os funcionários; à tarde tem o Ministro Parlamento: há no ministério os funcionários mas não há Ministro. Conviria, creio eu, acrescenta, ritmar a vida oficial pela vida civil, fixar a entrada do pessoal às 10 horas (suponhamos) saída para lanche das 12 $\frac{1}{2}$ às 2, e saída definitiva pelas 6». Preconiza também alterações ao nível da própria estrutura do Governo, com a existência de subsecretários de Estado que não só substituíssem o Ministro no Parlamento durante os debates menos importantes como evitassem a subida à sua decisão das «questiúnculas mais pequenas, com perda do tempo considerabilíssimo, e prejuízo muito grave para a continuidade na execução da lei»⁽¹⁹⁰⁾.

Por outro lado, sob o ângulo político, o Ministério da Instrução Pública não estava imune de parcialidades e subjetivismos interpessoais. Em resposta a observações do deputado António Correia que lhe censurava a nomeação de um sindicante, Sérgio não vacilará em dizer: «...um indivíduo que entra para um Ministério pela primeira vez, e desconhece as questões pessoais e de facção que lá se passam, pode ser facilmente iludido, e assim praticar um acto no género, que parece ter sucedido comigo»⁽¹⁹¹⁾.

Confessaria também, mais tarde, não ter tido tempo para corrigir «vários defeitos administrativos»⁽¹⁹²⁾.

Entretanto, através da prática ou de estudos em curso, reconhece-se a sua sensibilidade aos problemas da estrutura funcional ao seu dispor.

E patente o implícito reconhecimento da necessidade de um órgão de *concepção* e de *planeamento* ao nível da assessoria ministerial. A Comissão Pedagógica, por ele nomeada,

⁽¹⁹⁰⁾ Idem, *ibidem*, pp. 196-197.

⁽¹⁹¹⁾ *Diário da Câmara de Deputados*, sessão n.º 21, 16-1-1924, pp. 23-24.

⁽¹⁹²⁾ *Seara Nova*, n.º 34...., *cit.*, p. 195.

era sobretudo um órgão de estudo ao qual confia problemas muito diversos, tais como novos programas, as futuras escolas de continuação, as reclamações do professorado do ensino primário, a administração da instrução primária pelas Câmaras Municipais, a remodelação do Conselho Superior de Instrução Pública, a criação do Inspectorado Técnico do Ensino, a autonomia universitária, os cursos de aperfeiçoamento das Escolas Normais Primárias ⁽¹⁹³⁾.

Era também sua intenção criar a Inspeção Técnica do Ensino Geral ⁽¹⁹⁴⁾ e remodelar o Conselho Superior de Instrução Pública.

Sobre o primeiro daqueles órgãos nada mais sabemos. Acerca do segundo, pretendia dividi-lo em duas Comissões — uma Pedagógica e outra Administrativa—, encaminhando-se para esta última a maioria dos casos submetidos, até então, a despacho ministerial ⁽¹⁹⁵⁾.

No relatório entregue a Helder Ribeiro, Sérgio precisará melhor o seu ponto de vista. Considerando a impossibilidade de funcionamento do Conselho, o ministro cessante revelava ter redigido uma remodelação desse organismo que não chegara a levar ao Parlamento por desejar que o examinasse em primeiro lugar a Comissão Pedagógica. O Conselho, no projecto de Sérgio, integraria uma *secção electiva*, que teria em Outubro a sua reunião anual antes da abertura das aulas, e uma *secção nomeada* e permanente, dividida em duas sub-secções ou comissões: uma *administrativa* e outra *pedagógica*. Esta última teria como encargo «ir ajustando de contínuo o funcionamento dos estudos (cumpre abandonar, aditava, a velha ideia das reformas instantâneas e definitivas, legisladas num momento)», ao passo que a primeira solucionaria os casos de «natureza pessoal, burocrática, que hoje ocupam exageradamente a atenção de quem é ministro, tirando-lhe tempo para se consagrar aos negócios gerais do ensino público» ⁽¹⁹⁸⁾.

Sérgio procurará também pôr cobro a situações inaceitáveis no Ministério da Instrução, designadamente num período caracterizado pela «austeridade», ou, como então se dizia, pela «compressão de despesas». Desse modo, pouco depois de se ter avistado com a Comissão do Professorado das Es-

⁽¹⁹³⁾ *Idem*, n.º 30..., *cit.*, p. 132.

^(m) *Idem*, n.º 34..., *cit.*, p. 196.

⁽¹⁹⁵⁾ *Idem*, n.º 30, ..., *cit.*, p. 113.

⁽¹⁹⁶⁾ *Idem*, n.º 34..., *cit.*, p. 196. A actividade governativa de Sérgio desdobrar-se-á na verdade por uma sucessão de decisões sobre problemas de maior ou menor alcance.

colas Primárias Superiores do Norte, que sugeriu a efectivação de «economias» entre o pessoal superior do Ministério, Sérgio apresenta uma proposta de lei que revogaria o art.º 30.º e seu § único do Regulamento respectivo, ficando obrigados à regência de aulas os directores gerais e chefes de repartição que fossem professores de qualquer grau de ensino, e sujeitos, na parte referente a vencimentos, às disposições gerais sobre acumulações⁽¹⁹⁷⁾.

A «racionalização» e «simplificação» dos Serviços (acarretando a passagem de funcionários à situação de adidos) eram, como vimos, um dos pontos programáticos do Governo Álvaro de Castro. No Ministério da Instrução Pública, tal como em outros órgãos do aparelho do Estado, por iniciativa dos ministros *seareiros*, nomeiam-se «comissões de economias», encarregadas de estudar em concreto o processo de redução de despesas.

Assim, em começos de Janeiro de 1924, anunciava a *Seara Nova* que, para pôr termo «a sinecuras e imoralidades que há muito vêm sendo objecto de crítica no Ministério da Instrução», seria nomeada uma comissão com o encargo de examinar as despesas daquele sector e as possíveis reduções a fazer. «Não é evidentemente este o caminho que seguem as pessoas que pretendem conquistar a popularidade», acrescentava a revista na antevisão das reacções que tal projecto encontraria⁽¹⁹⁸⁾.

Nos finais do mês a *Seara* ainda não dava a Comissão por constituída, visto que a Associação Comercial de Lisboa não indicara representante até ao momento. A sua inclusão na Comissão encarregada de propor «os cortes de despesas» devia-se à orientação ministerial de que as «forças vivas», por intermédio de delegados, pudessem verificar, diz a *Seara Nova* com tranquila ingenuidade, «que o Governo prossegue a sério a obra de saneamento financeiro que empreendeu, a qual lhe dará toda a autoridade moral para impor aos cidadãos (*muito especialmente aos que tem mais recursos*) aquela parte de sacrifícios que por justiça lhes compete, e que cumpre começar a exigir-lhes o mais brevemente que for possível»⁽¹⁹⁹⁾.

(m) *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 38, 16-2-1924, p. 595. Pelo art.º 30.º do Regulamento, os funcionários superiores do Ministério acumulavam por inteiro os vencimentos de funcionários e os de professores, sem exercerem a docência, e recebiam como horas extraordinárias aquelas que leccionassem (*Seara Nova*, (30), ..., *cit.*, p. 113).

(198) *Seara Nova*, (29), ..., *cit.*, p. 91, e *idem*, (34),..., *cit.*, p. 192.

(199) *Idem*, (30), ..., *cit.*, p. 113, e *idem*, (34),..., *cit.*, p. 195.

Cuidar que a oligarquia dos banqueiros e «moageiros» reconhecera na redução das despesas do Estado um fundamento de justiça para a aceitação de sacrifícios, sobretudo no momento em que não pagavam ao mesmo Estado as contribuições devidas, como era o caso da Companhia dos Tabacos, é um dos exemplos mais evidentes do idealismo burguês *seareiro*.

Só em meados de Fevereiro acabaria por ser nomeada a «comissão de economias» do Ministério da Instrução Pública, cujo presidente seria João de Barros, sendo secretário Raul Proença. Moses Bensabat Amzalak figura nessa comissão como representante da Associação Comercial ⁽²⁰⁰⁾.

Sérgio dirá, mais tarde, não ter prosseguido na correção de anomalias administrativas, nem começado o processo de simplificação de serviços porque cedo se persuadira da conveniência de «atacar esses problemas simultaneamente e em conjunto», ficando a aguardar o relatório da Comissão.

Em relação ao pessoal não-docente, e para além da decisão de reintegração do consultor jurídico do Ministério, que tinha sido colocado igualmente fora do serviço ⁽²⁰¹⁾, Sérgio tornaria extensiva às empregadas menores do ensino normal primário, primário superior, primário geral e infantil o regime prescrito pelo decreto n.º 7704, de 7 de Setembro de 1921. Esse decreto dispensava do serviço por espaço de dois meses, durante o último período da gravidez e em seguida ao parto, as professoras do ensino primário, independentemente de serem ou não casadas ⁽²⁰²⁾.

Seria, contudo, devido ao pessoal feminino do Ministério que teria de enfrentar uma das mais graves tempestades políticas da sua curta passagem pelo Governo.

O incidente revestiu sem dúvida aspectos delicados. Mas, tanto a sua exploração na Imprensa, designadamente em *O Rebate*, propriedade das Comissões do Partido Republicano Português em Lisboa, como em *A Batalha*, inseria-se na campanha que visava derrubar Sérgio, os demais ministros indicados pela *Seara Nova* e desacreditar o próprio Grupo *seareiro*.

Assim, enquanto *O Rebate* se interrogava: «O Ministério da Instrução feito campo de manobras religiosas?», *A Batalha* ampliava o assunto acusando Luisa Sérgio, mulher do ministro, católica praticante, de imaginar, «como prolonga-

⁽²⁰⁰⁾ *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 38, 16-2-1924, p. 590.

⁽²⁰¹⁾ *Idem*, 1ª série, n.º 49, 3-3-1924, p. 343.

⁽²⁰²⁾ *Idem, ibidem*, 10-1-1924, p. 36.

mento da sua acção na instituição católica beneficente das 'Florinhas da Rua', um sindicato feminino com bases religiosas».

Para tal «sindicato feminino», acrescentava o diário, Luisa Sérgio convidara o funcionalismo feminino do Ministério, que o Ministro lhe apresentara no seu gabinete como susceptível de ser pessoal «para um sindicato católico e feminino».

A Batalha espraiaava-se depois em comentários humorescos, afirmando que a família começara «a acrescentar aos aposentos que a constituem mais outro que é simultaneamente cozinha e casa de jantar — o gabinete do ministro com quem se está matrimoniado» (203).

O assunto seria tratado no Parlamento como «negócio urgente» pelo deputado Sá Pereira, que pertencia ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana.

O deputado começaria por criticar que dentro das repartições públicas se fizesse propaganda religiosa, e muito menos no Gabinete de um ministro.

Sérgio explica serenamente do que se tratava. «A obra a que o Sr. Sá Pereira se referiu, dirá, existe em todos os países civilizados; existe em países protestantes e aí teve origem; existe em países católicos. É uma instituição que nesses países recebe o auxílio do Estado e dos particulares, e que, entre outras funções beneméritas, protege as raparigas que viajam desacompanhadas, as quais encontram nas gares senhoras que se fazem conhecer por distintivos especiais e que as protegem e guiam, pois, como V. Exas. sabem, a muitos perigos estão expostas as raparigas que viajam sós».

O Ministro afirma, depois, ter visto funcionar essa instituição, sobretudo na Suíça, achando «naturalíssimo» que viesse a funcionar igualmente em Portugal. Não se tratando, porém, de propaganda religiosa mas apenas de uma obra de beneficência, Sérgio toma o compromisso de que tais factos se não repetiriam se acaso feriam os costumes portugueses.

Apesar de agradecer as explicações do Ministro, Sá Pereira continua a referir-se a «missões de propaganda» e a invocar a neutralidade do Estado em relação à religião ou à irreligiosidade.

Colocaria, contudo, em foco vários aspectos do problema de que Sérgio, estranhamente, não parecia ter-se aperce-

(203) ver, designadamente, *O Rebate*, 23-1-1924, e *A Batalha*, 25-1-1924.

bido. Convidadas para uma reunião no gabinete do Ministro e pela própria esposa deste, as funcionárias do Ministério sentiam-se coagidas, «visto que no Gabinete do Ministro elas na verdade não se sentiam em condições de aceitar ou repelir com consciência uma proposta que era feita pela esposa do Ministro». Outras funcionárias, cujos contratos terminavam no mês de Maio seguinte, sentir-se-iam igualmente «coactas para se resolver a aceitar urna coisa que porventura não desejavam» (204).

O debate, porém, não tardaria a deslizar para o «republicanismo» de Sérgio, que muitos punham em dúvida, em razão do seu pedido de demissão de oficial da Marinha após 1910. O ministro confessa-se ateu mas possivelmente cristão— o que origina surpreendidos apartes— e, evocando o facto de servir o país num momento grave, termina por dizer-se «um republicano das horas difíceis e não um republicano das horas de regabofe!» (205). O incidente fica pouco depois encerrado: pesará, contudo, largos anos no espírito de Sérgio.

Intercâmbio científico e acção cultural

No âmbito propriamente do intercâmbio científico, a intervenção de Sérgio, sendo modesta, marcou todavia uma directriz definida.

Sem subestimar o intercâmbio luso-francês — louvará publicamente Júlio Monteiro Aillaud pela proficiência, zelo inexcedível e competência postos na organização da Biblioteca de Literatura Portuguesa junto da Universidade de Paris (206)— terá o cuidado de ampliar o campo da Comissão

(**) *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 28, 25-1-1924, pp. 11 e ss.

r⁵) Sobre este assunto, ver, ainda, *Diário de Lisboa*, 25-1-1924 e: R.P. [Raul Proença], «António Sérgio e o seu monarquismo ante o olhar puríssimo de certas vestais republicanas», in *Seara Nova*, (29), 20-1-1924, pp. 100-101.

Na véspera da sessão parlamentar, Sérgio participara, como convidado, no Centro Tomás Cabreira, numa sessão comemorativa do aniversário de Monsanto. Vejam-se, acerca dessa sessão, *O Rebate* e o *Diário de Lisboa*, de 25-1-1924, e ainda *Seara Nova*, (30), de 31-1-1924, pp. 113-114.

Cf. ainda, sobre as palavras de Sérgio, a interessantíssima carta endereçada de Paris a Bernardino Machado, possivelmente em 1932, publicada por Jacinto Baptista no *Correio do Minho*, 15-1-1983.

(**) *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 43, 22-2-1924, p. 683.

de Intercâmbio Universitário Franco-Português, «de modo que ela possa não só organizar o intercâmbio universitário com outras nações além da França, mas ainda estender a sua acção a outros ramos de ensino», pelo que passaria a designar-le «Comissão de Intercâmbio Intelectual» (207).

Essa diversificação do intercâmbio científico traduziu-se de imediato no encetamento de negociações com a Alemanha, a Espanha e a Itália, sendo o ensino de continuação o tema das conversações com o primeiro daqueles países (208).

No plano cultural interno, o Governo, sob proposta de Sérgio, prorrogaria o contrato do Teatro de S. Carlos com a companhia que, nesse momento, detinha a sua exploração.

Também essa decisão seria objecto de controvérsia, recaíndo a acusação de «escândalo» sobre Sérgio. A *Seara Nova* defendê-lo-á em termos que reproduzem, certamente, o ponto de vista do ministro e que punham em causa a lisura desses ataques, movidos, segundo parece, pelo empresário José Loureiro. «Militam, como dizia uma das informações da respectiva repartição, a favor dessa deliberação fortes razões morais, escreve a *Seara*. A sociedade actual não só tem por vezes lutado com extremas dificuldades e realizado verdadeiros sacrifícios, como prestou um alto serviço à República, reabrindo aquele Teatro, que os inimigos do regime diziam para sempre fechado. Além disso, — e esta razão é decisiva — enquanto a actual sociedade é composta de pessoas cultas e competentes no género que aquele Teatro explora, e tem, durante a sua gerência, prestado reais serviços à Arte, o empresário Loureiro, que lhes disputava o contrato, pertence a um *trust* de teatros, ao qual o Estado nunca poderia pertencer, pois deve servir apenas a Arte e a cultura artística e não a sua perigosa industrialização» (209).

No referente à investigação histórica, não se pode afirmar que Sérgio lhe tenha prestado mais do que apoio moral. Se, de facto, louva publicamente o cônsul de Portugal em Tânger e o sr. Michaus Bellaire pela conservação de monumentos respeitantes à presença portuguesa, deve-se-lhe tam-

C207) Portaria n.º 3915, *idem*, 1.ª série, n.º 43, 15-2-1924, p. 318.

(208) *Seara Nova*, (34)..., *cit.*, p. 196.

(209) *Idem*, (29), Janeiro, 1924, p. 92. Sérgio respeitaria, escrupulosamente a autonomia de órgãos, oficiais ou não, ligados à vida artística. Ver os despachos de confirmação de eleições para o Conselho Teatral, para os lugares de tesoureiro da Sociedade Artística do Teatro Nacional de Almeida Garrett e do Conselho de Administração do Cofre de Subsídios e Socorros do mesmo Teatro: *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 28, 4-2-1924, p. 436.

bém o decreto n.º 9404. Sob proposta do inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos Nacionais, eleva 150 por cento, sobre os 100 por cento estabelecidos pelo decreto de 29 de Julho de 1921, as importâncias fixadas nas tabelas anexas ao regulamento da Torre do Tombo e respeitantes aos emolumentos devidos aos funcionários por certidões e cópias particulares ⁽²¹⁰⁾.

Ainda que tais subidas de preços incidissem, sucessivamente, sobre tabelas existentes desde 1901, a verdade é que surgiam num momento de agravamento das condições de vida, tornando-se factores obstrutivos ao desenvolvimento da pesquisa arquivística.

Conclusão

Entre outras discordâncias, a chamada «questão dos sargentos» precipitaria a saída do Governo dos representantes do Grupo «Seara Nova» ⁽²¹¹⁾.

Sérgio apontaria, contudo, como causa principal do seu próprio pedido de demissão, o não ter podido começar a executar a lei de criação da Junta de Orientação dos Estudos pelo facto de o Parlamento não haver chegado a discutir o diploma que permitiria obter a necessária receita ⁽²¹²⁾.

No âmago da sua política educativa achava-se, pois, esse organismo de investigação e inovação pedagógicas. Através dele, era seu projecto criar um microsistema paralelo, a partir do qual faria irradiar o impulso de reelaboração global. A reforma do sistema far-se-ia, portanto, por intermédio das *pressões endógenas* ao nível da instituição escolar e não por intermédio das *pressões exógenas*, isto é, das activações procedentes, precisamente, das forças sociais interessadas — movimento operário e democrático, professorado — em que se apoiaria uma política de educação efectivamente inovadora.

A opção «reformista» de Sérgio, (condizente, aliás, com o seu reformismo social), é a razão fundamental do malogro * ²⁹

⁽²¹⁰⁾ *Idem*, 1.ª série, n.º 25, 2-2-1924, p. 210; *idem*, 2.ª série, n.º 29, 6-2-1924.

⁽²¹¹⁾ «O Grupo Seara Nova ao país. Porque razão abandonaram o governo os ministros indicados pelo Grupo ao sr. Presidente do Ministério», in *Seara Nova*, (34), 9-4-1924, pp. 191 e ss.

⁽²¹²⁾ Cf. Jacinto Baptista, «Cartas inéditas...», *cit.*

completo da sua política como Ministro da Instrução em relação aos objectivos principais.

Sérgio aspirava indiscutivelmente à democratização do sistema de ensino. No Centro Tomás Cabreira, durante o acto comemorativo do aniversário de Monsanto, e depois de suportar cerca de três horas de exaltadas dúvidas sobre o seu republicanismo, abordará o tema «da educação republicana, da instrução pública democrática».

Como a definia o ministro *seareiro*?

As necessidades da instrução pública no nosso país por ele reputadas «mais urgentes» seriam «o aperfeiçoamento dos nossos técnicos nas melhores escolas do estrangeiro e a democratização do ensino». Por esta, entendia Sérgio a existência de escolas onde, afirmava, «se adquiram *hábitos*, aquelas maneiras de proceder, que devem caracterizar o cidadão republicano», ou seja, «fazer da própria escola, do conjunto dos estudantes, uma sociedade democrática».

Sérgio critica fortemente, por um lado, a educação ideológica, promovida pelo republicanismo pequeno-burguês, assente, diz, na «pregação de doutrinas políticas, sociais e religiosas» pelos respectivos mestres, considerando-a contraproducente.

Evocando os seus estudos sobre educação cívica, propõe, como alternativa, a organização da escola sob o que chama «a forma de democracia», isto é, «elegendo os seus magistrados, desde o Presidente da República até aos vereadores e aos juizes, e habituando-se assim a proceder republicaneamente. Seria isto, senhores, conclui nesta parte da sua intervenção, a democratização da mocidade, não por *palavras* mas por *actos*».

Em segundo lugar, Sérgio critica também o carácter abstracto e livresco do ensino republicano, a separação entre o trabalho intelectual e o manual. «Democratizar a escola» seria, ainda, no seu entender, «desvanecer o mais possível a velha distinção das classes *liberais* e das classes *mecânicas*, obrigando os futuros cidadãos, a qualquer classe que eles pertençam, ao trabalho manual na escola; dando carácter e base científica e portanto *liberal*, aos trabalhos mecânicos; colocando nas mesmas escolas, em comunidade de trabalho, os filhos do povo e os da burguesia, e organizando os grupos de alunos em corporações profissionais».

Democratizar a escola seria, finalmente, «dificultar o acesso das altas carreiras universitárias aos filhos dos ricos que não têm capacidade para os mais difíceis trabalhos de

ciência e de literatura; e, *pelo contrário*, facilitar esse acesso aos filhos dos pobres que nasceram com talento» (213).

Sérgio não ultrapassa, quanto ao primeiro e segundo pontos, o *formalismo burguês* em que se inspirava o movimento da *escola nova* e de que fora, na realidade, esforçado divulgador entre nós (214). Formalismo na medida em que se limita a reproduzir na «comunidade» escolar a forma democrática burguesa da organização do Estado. Formalismo na medida em que a união do trabalho manual e do trabalho intelectual não se liga de facto à *produção material* e acaba por conduzir, por esse facto, ao «bricolage». Formalismo, ainda, na medida em que a «comunidade» escolar não constitui, verdadeiramente, uma comunidade de pessoas enfrentando problemas comuns mas um agregado de jovens procedentes das classes sociais antagónicas realmente existentes na sociedade global.

Sem menosprezar o considerável avanço ideológico que tais concepções apresentam na evolução das teorias pedagógicas entre nós, sobretudo quando as confrontamos com a prática educativa republicana, elas não ultrapassam, todavia, as limitações inerentes a toda a filosofia pedagógica da *escola nova*. Constituem, de facto, o extremo limite a que chegaria a consciência pedagógica pequeno-burguesa.

É visível ter Sérgio renunciado, à data do seu ingresso no Ministério da Instrução, à ideia de uma reforma global, ele que fora um colaborador, exigente e actuante, do projecto de João Camoesas.

É certo que a Comissão Pedagógica, por ele nomeada, recebeu a orientação de se guiar pelas bases gerais do projecto de Camoesas. Mas, para além disso, Sérgio nada chegou a fazer para que esse projecto fosse avante.

Por falta de tempo? Ou porque dele o separava uma distância que não revelara antes publicamente, e porque reconhecia agora, no concreto, as dificuldades da sua aplicação?

Sob esse aspecto, são relevantes as palavras proferidas na passagem de testemunho a Helder Ribeiro. «Está pendente dos Deputados um projecto de lei que ali apresentou um dos nossos antecessores, dirá. Tendo sido chamado a interferir na redacção desse projecto, e a dar-lhe uma revisão sumária de carácter pedagógico e estilístico, quase que só prestei

(213) Para tudo o que precede ver *Seara Nova*, (30), ...» cit., pp. 113-114.

(214) Ver o nosso estudo *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*, cit.

atenção à sua parte pedagógica, pois que no que respeita à administrativa havia divergências fundamentais entre mim, por um lado, e pelo outro o sr. Faria de Vasconcelos e o Ministro Sr. João Camoesas: a reunião de todos os órgãos no gabinete do Ministro-, sob a presidência do respectivo chefe, julguei-a sempre insustentável. Parecendo-me boas as intenções daqueles senhores, e as genéricas directrizes da parte pedagógica do projecto, prestei-lhes a minha colaboração, com a condição de se pôr em relevo o que eu classificava de susceptível de realização imediata, e reservando-me o discutir pormenores quanto chegasse a oportunidade. Não pude impulsionar a discussão do projecto durante a minha estada no Ministério, esclarece, porque o Sr. Dr. João Camoesas, membro e presidente de uma das Comissões parlamentares de instrução pública, declarou-me ser-lhe impossível o tratar de tais assuntos (porque estava então a fazer um livro), ajunta Sérgio com ironia. Pelo que toca ao Dr. Faria de Vasconcelos, sofreu de desgostos e de doenças, que o impediram de trabalhar e de falar comigo, desde a minha entrada no Ministério. Por isso, repito, nada pude adiantar em tal assunto»⁽²¹⁵⁾.

Perante esta explicação, algumas dúvidas ressaltam de imediato.

Em primeiro lugar, para salientar que nunca Sérgio dera a conhecer, durante o debate público do projecto de reforma, a divergência de fundo agora manifestada. Tratar-se-ia, de facto, de um «pormenor» a deixar para momento ulterior?

Em segundo lugar, para manifestar estranheza pelo facto de Sérgio ter considerado como razão bastante para a travagem da discussão do projecto, os momentâneos impedimentos, supostos ou reais, de João Camoesas e Faria de Vasconcelos. Seriam esses os únicos interlocutores válidos no processo de negociação que a aprovação e implementação de tal reforma implicava?

Sob este aspecto é significativa a posição do movimento operário, ou, pelo menos, da sua vanguarda.

Num incisivo artigo publicado sem assinatura após a exoneração de Sérgio⁽²¹⁶⁾ *A Batalha* traçava um sombrio balanço da sua política de educação.

⁽²¹⁵⁾ *Seara Nova*, (34),..., *cit.*, p. 196. Estas afirmações de Sérgio sobre a sua colaboração na reforma de Camoesas trazem nova luz acerca da sua frustração por não ter achado em Faria de Vasconcelos um aliado natural contra o político.

⁽²¹⁶⁾ «Palavras, palavras... e palavras. A obra do sr. António Sérgio, ministro da Instrução. Com esta nova experiência política, o Grupo 'Seara Nova' é mais uma ilusão que se desfez», in *A Batalha. Suplemento semanal ilustrado*, 1 (14), 3-3-1924, p. 2.

Salientava o articulista anónimo, em primeiro lugar, ter a proposta de reforma de João Camoesas despertado vivamente o interesse do proletariado pelo problema pedagógico, «interesse que até então não havia sido exteriorizado» pela descrença absoluta de que dentro do regime republicano pudesse ser tentada «uma honesta e proficiente obra pedagógica».

O proletariado apoiara, nesse ponto, João Camoesas, manifestando «que compreendia e aplaudia o alcance da reforma» e para o incitar a dar-lhe plena execução.

Se a primeira «desilusão» em relação a Sérgio fora *A Batalha* tê-lo visto aceitar a pasta da Instrução «num ministério que tinha por divisa — redução de despesas», do que resultou, lembra o jornal, «vermos um pedagogo, um propagandista da cultura popular consentir em reduzir as despesas com a instrução num país de analfabetos e onde em matéria de educação e ensino está tudo por fazer ainda», a segunda desilusão foi nunca se ter visto empenhado o ex-ministro em pôr em prática a mesma reforma.

O primeiro motivo de surpresa, aponta *A Batalha*, residia no facto de Sérgio ter colaborado nela e a ter defendido na Imprensa. O segundo, anota pertinentemente o autor do artigo, consistiu em que, «depois da condenação oficial de toda a instrução pública portuguesa» inscrita na justificação da proposta de lei, «qualquer ministro da Instrução não tem outra coisa que fazer que não seja remodelar imediatamente esse sistema educativo em vigor, *condenado pelo espírito científico e desconceituado pela experiência*».

Entretanto, a intervenção de Sérgio em relação ao sistema de ensino em funcionamento contradiria frontalmente a terceira componente do seu visionado processo de democratização da escola portuguesa.

A extinção do ensino primário superior vinha privar de facto os filhos dos trabalhadores e dos sectores intermédios da única via acessível, embora insatisfatória, de escolaridade pós-primária.

Devido à luta de massas desencadeada, Sérgio acabaria por ser forçado a procurar no plano imediato uma alternativa mais válida do que a criação de uma escola experimental de continuação dirigida por mestres estrangeiros e equipada com material estrangeiro. Sairia, todavia, do Ministério sem o ter conseguido.

Esse aspecto da sua política ser-lhe-ia, aliás, violentamente censurado por *A Batalha* no artigo supracitado.

Para além de alegadas incoerências pessoais de Sérgio como ministro da Instrução, apontadas por *A Batalha* nem sempre com justiça, condena-se-lhe o facto de ter exposto

mais «pontos de vista» e «declarações de intenção» do que realizações efectivas.

Filiando em antagonismos de orientação ministerial a inoperância de que a burguesia sempre derá provas na instrução pública, *A Batalha* censurava depois a incapacidade do ex-ministro para achar soluções alternativas às negativas realidades existentes. «O Sr. António Sérgio disse mal da organização das Escolas Primárias Superiores. O Sr. António Sérgio disse mal dos programas; são maus, péssimos, monstruosos, acentuava o jornal operário. Mas não deu um modelo, concreto, de um *bom programa* feito por ele».

Agravado o descabro em que se achava esta via de escolaridade pós-primária, caía igualmente por terra o proclamado propósito de democratização do acesso ao ensino superior.

Ao mesmo tempo, a anunciada elevação do custo das matrículas no ensino liceal, congeminado, por um momento, na ilusória perspectiva de dificultar o acesso ao ensino superior aos filhos da burguesia sem «talento» para esses altos níveis de ensino e de, pelo contrário, facilitá-lo aos filhos dos «pobres» por um sistema de bolsas, adquiria, no plano imediato, uma significação iniludível, à falta de outros mecanismos de discriminação positiva: a de tornar ainda mais inacessível tal ramo de ensino aos beneficiários supostos dessa medida.

A concretização dos referidos mecanismos pressupunha a reorganização e democratização da escola elementar e pós-elementar, bem como a eliminação de todas as causas sócio-económicas de insucesso escolar e de abandono dos estudos: o trabalho infantil e juvenil, as condições de vida, a frequência irregular da escola, a própria situação de «privação cultural» das classes trabalhadoras e das camadas intermédias.

Ora, a intervenção de Sérgio é em extremo frouxa no plano da acção social escolar e do aperfeiçoamento das condições materiais de ensino sob o ponto de vista de instalações e de equipamento.

No plano da prática pedagógica, é certo caber-lhe o assinalado mérito de ter tentado introduzir inovações quanto aos métodos de ensino da leitura e à utilização do cinema educativo. Os efeitos de tais inovações, porém, só se fariam sentir a prazo, e ainda assim com a condição de existirem os meios didácticos indispensáveis, e a esse problema também Sérgio não deu resposta satisfatória.

Em contrapartida, sem ter em conta as determinantes sócio-culturais do insucesso escolar, (como, aliás, a médico-pedagogia do tempo), Sérgio recorreria à criação do chamado

ensino especial, com a abertura de «classes especiais» junto das escolas primárias. Assente a selecção dos alunos no mais rasteiro empirismo, que lhe é proposto por uma Comissão mais atenta à falta de recursos financeiros do que às necessidades de organização de tal ensino em bases científicas, muitas crianças portuguesas viriam a ser desviadas para essas «classes-ghetto» devido a insucessos cuja origem não era, de facto, a «anormalidade» mas, pelo contrário, as condições sócio-culturais familiares.

Se pertence indiscutivelmente a Sérgio a iniciativa de ter ensaiado pela primeira vez entre nós um serviço de ensino especial, cabe-lhe igualmente a responsabilidade histórica de ter podido insinuar-se através dele o que não passaria da sua completa mistificação, facto que, façamos-lhe justiça, teria sido o primeiro a repudiar se disso houvesse podido aperceber-se nestes dias de hoje.

Por outro lado, é patente a sua incapacidade para satisfazer as reivindicações imediatas do professorado, acumuladas ao longo dos anos e dos sucessivos governos. A dualidade das suas atitudes em relação ao «diálogo» com os docentes, o seu paternalismo para com a fracção mais numerosa dos professores — os dos graus primários — em contraste com a sua disponibilidade para com os de outros graus de ensino, o agravamento generalizado das condições de trabalho, ditas *de cima* mesmo quando parecem justas, priva Sérgio de qualquer apoio entre os que poderiam ser, alguma vez, os seus parceiros num projecto praticável de reestruturação do sistema.

Sérgio não se revelou nunca à altura de compreender as dificuldades mais sentidas pelo professorado de que se achava profissionalmente e culturalmente distante. Tudo isto, ainda, agravado pela orientação do Governo de que fazia parte em relação ao funcionalismo público, professores incluídos, governo cujo Conselho de Ministro chega a deliberar a suspensão dos funcionários em greve ⁽²¹⁷⁾.

Sob esse aspecto, são particularmente significativos o seu conflito com o Reitor e, depois, com o próprio Senado da Universidade de Coimbra, bem como a flagrante desatenção a que devotou as dificuldades de funcionamento dos institutos científicos. Exceptuada a criação do Instituto do Cancro e a tentativa de solução para o problema das instalações

(2X7) *Q século*, 28-2-1924. O facto de Sérgio ter sido exonerado nesse mesmo dia é diferente, se atendermos ao que a *Seara Nova* escreve a propósito das greves. Cf. *Seara Nova* (34), *cit.*

da Faculdade portuense de Medicina, Sérgio daria escassa importância ao ensino superior, em relação a cuja frequência, como vimos, adoptou uma orientação malthusiana.

Deste modo, se é certo que as chamadas «forças vivas» não terão visto com maus olhos o seu projecto de uma escola experimental de continuação, isto é, de criação de um ensino técnico como futura alternativa ao ensino primário superior; se é certo que a burguesia capitalista aceitava de bom grado essa via de formação da mão-de-obra de que carecia, já o mesmo se não poderia dizer dos obstáculos propostos por Sérgio à frequência do ensino liceal e universitário.

O perigo potencial que tais concepções representavam feria os interesses da própria burguesia republicana e democrática que, por momentos, se incorporava na luta unitária de massas contra o avanço das forças reaccionárias. A este aspecto da sua política adicionava-se o facto de não ter tido Sérgio o tacto nem a sensibilidade necessárias para evitar situações equívocas que lhe alienariam o apoio político necessário no Parlamento.

Sérgio perderá, por isso mesmo, todos os suportes sociais necessários à reestruturação progressista do sistema de ensino.

Por outro lado, não é menos certo que o movimento operário, de que *A Batalha* constituía, ao tempo, a ponta de lança, nem sempre soube achar a via mais correcta para a condução da luta.

Esquecendo que o motor da reestruturação dos sistemas de ensino são as novas exigências da sociedade global, expressas através do poder político, *A Batalha* renunciava a uma firme e consequente posição de classe e caía num voluntarismo e imediatismo sem perspectivas.

Assim, no mesmo balanço crítico que censurava a Sérgio o abandono do projecto Câmoesas, *A Batalha* acabaria por apostar, afinal como o ex-ministro da Instrução Pública, na reelaboração endógena do sistema de ensino.

«A nosso ver o mal ou bem não está nas leis, nem nos regulamentos ou programas, afirmava-se no mesmo artigo. Uma boa interpretação, uma boa execução, ou abnegação, com *carolice*, com paixão sentida e não fingida, e com liberdade e boa fé seria o suficiente para fazer com eficácia a grande obra da Educação».

Esta concepção voluntarista tinha, adiante, uma particularização surpreendente: «Se quem interpreta tem boa orientação pedagógica e boa vontade em acertar, se o educador não é apenas um funcionário do Estado pago às horas, que faz o mínimo que pode e falta o mais que pode; se há inte-

ligência, saúde moral, concluía-se, todos os programas são bons».

Ía mais longe ainda *A Batalha*. «Não são precisas mais reformas, mais leis e regulamentos, acrescentava; o que era necessário era acabar com o ministério de Instrução Pública que faliu e entregar a obra da Educação aos pedotécnicos».

Este simplista modo de ver, era a seguir desdobrado numa série de pontos programáticos que, afinal, contradiziam a peregrina ideia de entregar o ensino aos «pedotécnicos». Assim, seria preciso «emancipar o professorado dos vexames da 10.^a Repartição de Contabilidade». Ao mesmo tempo, «sanear o ensino, limpando-o dos aventureiros, dos parasitas, que fazem do magistério um balcão»; purificar — é o termo usado — «a atmosfera social das escolas, desinfectando-as de toda a espécie de reacções em que os falsos educadores fazem um criminoso trabalho de destruição, e uma propaganda dissolvente a favor de todos os vícios que corroem a sociedade em que vivemos».

Nos seus diversos temas, como poderia tal programa concretizar-se independentemente do contexto real da luta de classes e da questão do poder? Desprovida de uma concepção ideológica que lhe permitisse analisar a questão do ensino e da reelaboração do respectivo sistema, *A Batalha* não ultrapassava, no fundo, o acanhado horizonte do republicanismo pequeno-burguês. O problema político reduzia-se, erroneamente, a mera questão de homens. Quanto às escolas-modelos evocadas por Sérgio, por exemplo, se a sua utilidade era posta em dúvida, era porque tais escolas ficariam «à mercê dos vendavais da política e do capricho de um ministro qualquer, que, embirrando com elas, as extinguirá com uma penada ou as reformará segundo o figurino alemão, norte-americano, francês, suíço!». As escolas-modelos seriam bem-vindas, rematava *A Batalha*, se «quem as organize e faça funcionar nos garanta que é um modelo de probidade e de moralidade e autêntica e sincera dedicação à causa da educação do Povo!»⁽²¹⁸⁾.

Fazer depender unicamente da vontade e «boa consciência» individuais a reelaboração de um sistema de ensino, isolando esse processo de todo o contexto social, imaginar que a «causa da educação do Povo» poderia ter solução independentemente da questão do poder — e portanto da questão do Estado e da luta de classes — era uma ilusão de que também *A Batalha* se não dava conta.

⁽²¹⁸⁾ *A Batalha. Suplemento..., cit.*

António Sérgio

*

* *

Sérgio representa, sem dúvida, a linha mais avançada da filosofia pedagógica da burguesia liberal republicana. O seu esforço de aprofundamento teórico das questões da educação e do ensino constitui o legado mais positivo e mais firmemente articulado do pensamento português do tempo e uma das mais lúcidas manifestações do ideário internacional da «escola nova» no nosso país.

As suas concepções contêm aspectos progressistas que a prática pedagógica de hoje incorpora e rectifica em projectos educacionais de mais ampla dimensão. A educação e o ensino não se processam num «deserto social», na atmosfera «pura» de um «laboratório escolar», mas no duro terreno da luta histórica.

Sendo assim, um sistema de ensino, qualquer que ele seja, nos seus ciclos sucessivos de reelaboração, é expressão dessa mesma luta e está indissolivelmente ligado aos ciclos de transformação da própria sociedade global.

A OPOSIÇÃO ELEITORAL AO SALAZARISMO

O estudo da oposição é de uma importância decisiva para a caracterização dos modernos regimes políticos, não só em termos substantivos, para a análise das relações de força políticas que corporizam, mas sobretudo em termos formais, para a análise do sistema político que consagram. Deste último ponto de vista, a presença ou ausência legal de uma oposição é mesmo considerada como a característica mais distintiva entre regimes democráticos e regimes ditatoriais (*).

A importância do estudo da oposição para a análise dos regimes democráticos, tal como foi posta em evidência sobretudo por Robert Dahl, prende-se com o facto de se entender que os regimes políticos são caracterizados fundamentalmente pela participação e pela competitividade no e pelo poder (2). Nessa perspectiva, o estudo da oposição afigura-se por isso tão necessário como o estudo do governo, enquanto forma de controle e de limitação política do poder e do seu exercício.

O estudo da oposição oferece porém um motivo de suplementar interesse para a análise dos regimes ditatoriais. É que dos limites da sua expressão e actuação pode depender a caracterização sub-típica das ditaduras, nomeadamente a diferenciação entre totalitarismo e autoritarismo. Enquanto

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

C) Cf. Robert A. Dahl (ed.), *Political Oppositions in Western Democracies*, New Haven, London, and Yale University Press 1970 (1966); e Ghita Ionescu and Isabel de Madariaga, *Opposition: Past and Present of a Political Institution*, London, 1968; e ainda Rodney Barker (ed.) *Studies in Opposition*, London, Macmillan, 1971.

C) Cf. Robert A. Dahl, *Regimes and Oppositions*, New Haven and London, Yale University Press, 1973.

o primeiro não permitiria qualquer espécie de controle político e, por conseguinte, de oposição, o segundo limitar-se-ia a reprimir mas não a suprimir a manifestação da oposição.

Particular interesse oferece ainda porém o estudo da oposição em regimes ditatoriais autoritários que, além de não a suprimirem, a não reprimem sistemática e permanentemente, não proibindo de todo a sua emergência ocasional, consentindo-lhe alguma esporádica «concorrência controlada». O comportamento eleitoral da oposição afigura-se então particularmente elucidativo não só dessa oposição como do próprio sistema. A oposição deixa então de estar reduzida à clandestinidade para passar a ter um estatuto de semi-legalidade ou de legalidade temporária nos momentos eleitorais. As eleições tornam-se assim o momento-chave para compreender até que ponto a oposição se desclandestiniza e se legaliza, aceitando jogar o jogo do sistema, isto é, a sua constitucionalidade, por um lado, e até que ponto o sistema deixa jogar, ou seja, se deixa controlar ou criticar legalmente e também contitucionalmente, por outro lado. Desse modo, assim como a distinção entre «oposição responsável» e «irresponsável» é relevante para o quadro da oposição constitucional, como sublinha Sartori (3), da mesma maneira, neste caso de oposição semi-constitucional, a diferença importante é entre oposição *interna* e *externa* ao sistema que, como precisa Juan Linz, não necessariamente coincide com a oposição legal e ilegal (4).

Esta é a razão pela qual, no âmbito de um estudo mais vasto sobre o salazarismo (5), entendemos necessário debruçar-nos sobre os comportamentos legais, melhor dito eleitorais da oposição. Em primeiro lugar, o comportamento perante a constitucionalidade mesma do regime, que caracteriza e distingue a sua natureza ou colocação *interna* ou *externa* em relação ao sistema. Consoante a oposição se dispõe a aceitar ou recusar parcial ou totalmente o quadro constitucional, assim se posiciona estrategicamente em face do regime e das eleições. A alternativa entre *acatamento* e *rotura* das bases institucionais do regime condiciona a alternativa estratégica entre os propósitos de *reforma* ou de *revolução* no aprobei-

(3) Giovanni Sartori, «Opposition and Control: Problems and Prospects» in R. Barker (ed.), *ob. cit.*, p. 35.

(4) Juan Linz, «Opposition in and under an Authoritarian Regime: The Case of Spain», in Robert A. Dahl, *Regimes and Oppositions** *ob. cit.*, pp. 191 e ss.

(5) Este trabalho é parte de um mais vasto estudo realizado no Instituto de Ciências Sociais acerca do salazarismo, com vista à realização de uma tese de doutoramento sobre o partido no Estado Novo.

tamento das eleições. E condiciona sobretudo as relações internas à própria oposição, entre os seus sectores político-ideológicos mais notórios, desde a *unidade* de acção à *divisão* e variedade de formas de comportamento.

Em segundo lugar, os comportamentos tácticos de actuação em face dos condicionamentos postos pelo governo à concorrência tolerada: desde o *abstencionismo à partida*, por razões fundamentalmente cívicas e denunciadoras, ao *intervenционismo até ao fim*, como forma de disputa do direito à existência, passando pelo mero aproveitamento do período de campanha com *desistência à boca das urnas*, para colher os benefícios propagandísticos e evitar os custos de cooptação.

Antes disso, porém, convém recordar a natureza própria do regime e o papel que nele desempenhou a existência de eleições, combinando simultaneamente objectivos de legislação e de controle políticos.

Urna das características mais distintivas do salazarismo, em relação aos demais regimes autoritários contemporâneos, foi a consagração constitucional do *princípio representativo* e do *princípio electivo*, com a instituição de uma Câmara política de representação nacional — a Assembleia Nacional — e a estipulação de mecanismos electivos para a designação da Presidência da República e dessa mesma Assembleia Nacional.

A concretização, porém, desses princípios foi viciada pela ausência de liberdade política e de aplicação de rígidos mecanismos de controle que lhe desvirtuaram a natureza. A representação política do salazarismo foi, ao longo de todo o regime, uma «representação monística», de que o pluralismo formal, nomeadamente partidário, esteve sempre ausente, apesar de um certo pluralismo substancial, com notória evidência sobretudo na legislatura de 1969.-73, com a constituição de uma «ala liberal». E o regime eleitoral, privado da real liberdade de voto de grandes maiorias de cidadãos, converteu-se na prática em sistemas de «eleições sem escolha» (6).

Não foi sempre o mesmo porém nem o eleitorado nem o regime eleitoral, ao longo do tempo, para a designação quer da chefia do Estado quer da representação política. O eleitorado, configurado não só pelo direito de voto como pelos mecanismos legais e administrativos do recenseamento eleitoral, foi porém sempre fortemente restritivo. Era limitado o direito

(6) Guy Hermet, Alain Rouquié, Juan J. Linz, *Des élections pas comme les autres*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, e Richard Rose, Guy Hermet, Alain Rouquié, *Elections without Choice*, Macmillan, 1978.

de voto, muitos os impedimentos (sobretudo de ordem política) e fortemente controladas, quer administrativamente quer politicamente, as operações de recenseamento. Tudo isso conformava um eleitorado reduzido e, à partida, maioritariamente afecto ao regime, porque fundamentalmente baseado no funcionalismo público estadual, administrativo e corporativo. O regime eleitoral, por seu lado, variou também. Para as eleições presidenciais, o *sufrágio directo* que vigorou até 1958 foi substituído pelo *sufrágio orgânico* restrito colegial, na revisão constitucional de 1959, a fim de evitar a repetição da possibilidade de um «golpe de Estado constitucional», na conhecida expressão de Salazar. Para as eleições da Assembleia Nacional, o regime, que fora até à guerra *plebiscitário e não-concorrencial*, isto é de lista única e círculo único, evoluiu a partir de 1945, para um regime de listas e círculos distritais de maioria simples, ou seja, na prática, para um regime de *concorrência controlada* embora de *hegemonia (e até unicidade) garantida* (7).

Foi então a partir de 1945, apenas quando o regime eleitoral se abriu a alguma concorrência, se bem que controlada, que a oposição resolveu manifestar-se eleitoralmente.

É certo que a primeira tentativa de participação eleitoral da oposição remonta a 1931, a quando do anúncio das primeiras eleições administrativas (8). A recém-formada Aliança Republicana-Socialista, que reunia internamente as forças republicanas e socialistas de oposição à Ditadura (9), ao serem anunciadas as eleições, aconselhou aos seus correligionários o recenseamento eleitoral e solicitou, a 2 de Junho, uma audiência ao Presidente da República que recebeu, na presença do Ministro do Interior, como seus representantes, o General Norton de Matos e os Contra-Almirantes Mendes Cabeçadas e Tito de Moraes. Como pretendessem saber se teriam liberdade de propaganda no caso de a elas concorrerem, foram in-

(7) Para uma mais detalhada exposição sobre a configuração e evolução do eleitorado e do regime eleitoral, bem como sobre o controle dos actos e resultados eleitorais, cf. o capítulo relativo às «Eleições no Estado Novo» do trabalho já referido, de futura publicação, sobre *O Partido e o Estado no salazarismo*.

(8) O recenseamento eleitoral e as eleições foram reguladas então pelo Dec. n.º 19.694 de 5 de Maio de 1931.

(9) Dizemos «internamente» porque a 22 e 23 de Novembro desse ano, se realizou no sul de França uma conferência política destinada a criar uma Frente Unida contra a Ditadura que, a par da ARS, no interior, manteria no exterior um Comité Supremo, composto sobretudo por exilados, com o objectivo de preparar a revolução (Cf. Oliveira Marques, *Afonso Costa*, Arcádia, 1972, pp. 224-225).

formados pelo governo que a teriam, desde que não fosse por ela atacada a ditadura. No dia seguinte, a 3 de Junho, publicava o Directorio da ARS um *Manifesto ao País* em que, a par de um apelo ao regresso urgente à normalidade constitucional expunha o ideário democrático comum às forças que congregava: o cidadão como realidade política fundamental, o Estado representativo, a liberdade na sua tríplice expressão política-económica-cultural, a igualdade de oportunidades, o sufrágio universal, a descentralização, a harmonização entre o capital e o trabalho, a necessidade do parlamento e da organização partidária, a harmonia entre o legislativo e o executivo, a independência do poder judicial, a tolerância religiosa, a defesa territorial, a aproximação entre os povos ⁽¹⁰⁾.

No entanto, só a partir de finais da 2.^a Guerra Mundial, a oposição se decide manifestar eleitoralmente. A vitória aliada obrigava Salazar a dar para o exterior a imagem de uma abertura política, a simular um certo alinhamento «democrático». Marcelo Caetano vai mesmo ao ponto de dizer que era intenção de Salazar tolerar uma oposição colaboracionista desde que não comunista, em ordem a uma «evolução progressiva do regime» ^(1X). E Franco Nogueira relata até rumores de ter sido encarregado Albino dos Reis de preparar a transição ⁽¹²⁾.

Várias medidas, efectivamente, pareciam deixar supô-lo. A 18 de Agosto de 1945, é concedida uma parcial amnistia política a «condenados por crimes contra a segurança exterior e interior do Estado» ⁽¹³⁾. Dos 200 presos políticos no Campo do Tarrafal e da Fortaleza de Peniche são libertados 98 ⁽¹⁴⁾. Dias depois é instituído em Portugal o «habeas corpus», e a censura, que fora redobrada durante a guerra, alargando-se à correspondência, conhece um certo abrandamento, e deixará, legalmente, de existir, no decurso da campanha eleitoral seguinte, para avisos e convocações eleitorais, para notícias e reportagens de campanha, para propaganda de candidatos e apreciações aos actos de governo ⁽¹⁵⁾. A 22 de Setembro é promulgada nova lei eleitoral e a 27 do mesmo mês, o Conselho de Estado apoia a proposta do governo para a disso-

⁽¹⁰⁾ *República*, 3.VIL31.

^(X) Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo, 1977, p. 247.

⁽¹²⁾ Franco Nogueira, *Salazar*, vol. III, Coimbra, Atlântida, 1978.

⁽¹³⁾ Dec. Lei n.º 35.041 de 18 de Agosto de 1945.

⁽¹⁴⁾ Nota Oficial do Gabinete do Ministro da Justiça, *Diário da Manhã*, 26.X.45.

⁽¹⁵⁾ *Diário da Manhã*, 13.X.45.

lução da Assembleia Nacional pelo Presidente da República. A imprensa estrangeira reconhece em tais medidas indícios de liberalização política e o *Times* londrino, por exemplo, acredita mesmo convictamente num «avanço em direcção ao liberalismo por parte de um governo de partido único», graças à «derrocada dos sistemas totalitários por toda a Europa»⁽¹⁶⁾.

O certo é que as eleições, a partir de 1945, deixam apenas de servir para plebiscitação e legitimação do regime, e passam também a funcionar como mecanismo de identificação e controlo político das forças que clandestinamente se opunham ao regime, e ainda como válvula de segurança ou escape regulador de tensões políticas adversas, que poderiam fazer perigar equilíbrios internos. As eleições passaram então a traduzir compromissos concretos entre o governo e a oposição, oscilando consoante a variação de forças globais que entre ambos se estabeleciam na sociedade política portuguesa. Vejamos, pois, como foi evoluindo esse compromisso.

1. *As campanhas unitárias do MUD (1945) e do general Norton de Matos (1949)*

A oposição, que em Dezembro de 1943 se agrupara clandestinamente nas estruturas unitárias do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), englobando representantes do PRP, da Esquerda Democrática, da SPIO, da Seara Nova, do PCP, da Maçonaria, e da União Socialista, além de republicanos e democratas independentes, e cujo Conselho Nacional elabora em Agosto de 1944 um *Programa de Emergência do Governo Provisório*⁽¹⁷⁾, decide-se a tirar partido das novas possibilidades de actuação, nomeadamente da esporádica e ocasional legalização que o regime passa a permitir-lhe. Sem tolerar que se pense no regresso ao parlamentarismo e ao sistema de partidos, Salazar aceita que, por períodos curtos e espaçados, e sempre sob rígido controlo do poder estabelecido — a PVDE é reorganizada e passa a denominar-se PIDE nesse mês de Outubro de 1945⁽¹⁸⁾ — se formem o que Mário de Figueiredo classifica impropriamente de «partidos ocasionais»⁽¹⁹⁾.

⁽¹⁶⁾ Citado por *Diário da Manhã*, 14.X.45.

⁽¹⁷⁾ Magalhães Godinho, «Salazar, Franco Nogueira e o MUD, I», *O Jornal*, 9.V.30.

⁽¹⁸⁾ *Diário da Manhã*, 17.X.45.

⁽¹⁹⁾ Mário de Figueiredo, «Política Nacional cu Política de Partido», *II Conf. da União Nacional*, Lisboa, UN, 1949, pp. 35-45.

A 29 de Setembro, um grupo de oposicionistas ⁽²⁰⁾ solicita ao Governador Civil de Lisboa autorização para poder proceder a uma reunião para examinar se, à luz da nova legislação eleitoral, «devem tomar iniciativa de sugerir, à generalidade de cidadãos eleitores, a necessidade do seu concurso às primeiras eleições legislativas que vierem a realizar-se, no sentido de obterem representação na futura Assembleia Nacional, para as tendências políticas e opiniões que não prestam o seu acordo à orientação política e administrativa do Governo» ⁽²¹⁾.

Como porém, pouco depois, o Conselho de Estado tivesse aprovado a proposta do Governo de dissolver a Assembleia Nacional, e como a partir da dissolução não podiam ser introduzidas alterações na lei eleitoral, o mesmo grupo de oposicionistas, alargado de mais assinaturas, dirige-se ao Presidente da República a 4 de Outubro, para que antes da dissolução seja ouvida a opinião democrática acerca da mesma legislação eleitoral, opinião essa que seria expressa a partir de uma próxima reunião que fora já solicitada.

A 8 de Outubro de 1945 tem efectivamente lugar no Centro Escolar Republicano Almirante Reis, em Lisboa ⁽²²⁾, a reunião presidida pelo Prof. Barbosa de Magalhães que vai dar origem ao MUD, a cuja Comissão Organizadora preside Mário de Lima Alves. O MUD, que em breve revela em Conferência de Imprensa ter conseguido 50.145 assinaturas ⁽²³⁾ (mais do que os 48.818 que nas últimas eleições para as Juntas de Freguesia em Lisboa haviam votado pela UN) ⁽²⁴⁾ apresenta publicamente, algumas exigências políticas de democratização do regime para concorrer às eleições, a saber: adiamento de seis meses do acto eleitoral para normalização dos conhecimentos políticos da opinião pública, através da organização de partidos; atribuição de poderes constituintes à nova assembleia; garantia das liberdades de opinião, de reunião e de expressão, a extinção do campo de concentração do Tarrafal, possibilidade de fundação de novos jornais; permi-

C^o) Compunham-no José de Magalhães Godinho, Teófilo Carvalho dos Santos, Armando Adão e Silva, Gustavo Soromenho, Manuel Catarino Duarte, Manuel Mendes, Guilherme Canas Pereira, Afonso Costa (Filho), Luis da Câmara Reis, Alberto Candeias, Mário de Lima Alves.

⁽²¹⁾ Cf. *Seara Nova*, suplemento ao n.º 948, Ano XXV, 13.X.45.

⁽²²⁾ Situado na Rua do Benfornoso, n.º 30, nome pelo qual pejorativamente o movimento também havia de ser alcunhado nas hostes do regime.

C²³) Cf. *Seara Nova*, suplemento ao n.º 949 Ano XXV, 26.X.45.

⁽²⁴⁾ *Diário da Manhã*, 25.X.45.

tir a participação política aos emigrados; conceder representação política às minorias; possibilidade de fiscalização eleitoral; liberdade de candidaturas ou de capacidade eleitoral passiva; novo recenseamento eleitoral. E dota-se de uma Comissão Central, de cuja Comissão Executiva faziam parte Mário de Lima Alves, Teófilo Carvalho dos Santos e Manuel Mendes.

Em torno destas reivindicações se encontram unânime-mente vastos sectores de opinião pública: democratas liberais e republicanos da Esquerda Democrática e do Partido Republicano Português, monárquicos independentes como Vieira de Almeida Socialistas da SPIO e da União Socialista, comunistas do PCP, anarquistas da CGT, nacionais-sindicalistas de Rolão Preto, democratas cristãos do Grupo Era Nova (como Francisco Veloso ⁽²⁵⁾ e o P. Joaquim Alves Correia). E também nomes de vulto das artes, das letras, do foro, das ciências, da Universidade, das Forças Armadas.

Na hipótese, que começava a adivinhar-se, de não aceitação de tais condições de participação, é preconizada pelo MUD a abstenção, numa reunião a 10 de Outubro, realizada no Teatro Taborda, o que acabará efectivamente por acontecer.

A 16 de Outubro, o Governo Civil de Lisboa dava a conhecer como resposta do Governo, a decisão de manter as disposições legais respeitantes às candidaturas e sua elegibilidade, de não adiar as eleições, de não alterar as restrições às liberdades e as normas vigentes de fiscalização eleitoral, e de não proceder a novo recenseamento.

Perante o indeferimento das reclamações pelo Governo que assim era comunicado, os representantes do MUD dirigem-se então ao Presidente da República no dia seguinte, véspera do termo do prazo de entrega das candidaturas, para reiterar o pedido de adiamento das eleições, sem o qual se tornava impossível a participação da oposição. Informam então Carmona da persistência da censura, da proibição imposta pela polícia política aos comerciantes de terem nos seus estabelecimentos as listas do MUD para recolha de adesões, etc. Como o Presidente da República tivesse recusado interferir nas resoluções do Governo, o MUD interpõe recurso para o Supremo Tribunal Administrativo para que suspenda o decreto de marcação das eleições. Em comunicado público dá conta da «campanha de boatos e intimidação» que é movida

⁽²⁵⁾ Sobrinho do dirigente democristão dos finais da Monarquia, Prof. Francisco José de Sousa Gomes, com quem foi educado na infância.

contra os aderentes, denuncia a ameaça de represálias, o interrogatório a funcionários públicos nalgumas repartições sobre a sua adesão ao MUD e, por fim, a ameaça de devassar o movimento e quem lhe deu aplauso.

Efectivamente, a 25 de Outubro, o Ministro do Interior anuncia ir proceder a um inquérito às listas de apoio ao MUD, pretextuando querer averiguar da autenticidade das assinaturas anunciadas numericamente. Levado pelo desejo de defender o prestígio moral do movimento, mas também por intimação governativa, o Dr. Lima Alves acaba por entregar ao Governo e, por este, à PIDE, as longas enumerações de opositores com que a polícia política actualizou os seus ficheiros, e que permitiu ao Governo iniciar acções de intimidação e de punição de funcionários públicos por adesão ao MUD. A primeira vítima seria o Ten. Cor. Plínio da Silva, suspenso telegráficamente das funções de comando militar que exercia em Ponta Delgada, e mandado regressar imediatamente ao Continente. O mesmo acontece, apesar dos protestos de ilegitimidade e ilegalidade, noutros pontos do país. Em alguns, porém, como no Porto, a Comissão Distrital do MUD acabaria por recusar-se a fazê-lo sem que previamente fosse garantido que não seriam exercidas represálias sobre os subscritores das listas e sem estarem definidos os casos específicos que, com o inquérito, se pretendiam comprovar. Por essa razão foram presos alguns membros dessa Comissão Distrital, como Rui Luis Gomes, Mário Cal Brandão, António Barros Machado e Olivio França.

Pretendendo porém dar a ideia de uma oposição disciplinada e respeitadora do quadro legal, a Comissão Central do MUD dá instruções para terminarem as sessões de propaganda a partir do dia 27 e até ao dia 10 de Novembro, sem que isso signifique porém que se deixe de trabalhar na organização das comissões locais e na propaganda das reclamações apresentadas. Ordena ainda que se preparem reuniões nas sedes de Distrito, devidamente autorizadas, como encerramento da actuação⁽²⁶⁾. Efectivamente, tem lugar em Lisboa a 10 de Novembro uma sessão no Teatro Taborda, para apresentação de um relatório de balanço da Comissão Central do MUD. «O movimento procurou por um lado consolidar e desenvolver direitos políticos e por outro arquivar provas da contradição entre as afirmações do Governo e os seus desígnios»⁽²⁷⁾ disse então Mário de Lima Alves. Propõe-se que o^(*)

(*) *República*, 24.X.45.

(27) *Seara Nova*, n.º 952, Ano XXV, 10.XI.45.

movimento continue a lutar pelo adiamento das eleições, pela satisfação de outras reivindicações, que, no caso de não serem atendidas, se defenda a abstenção eleitoral, se alarguem os corpos dirigentes e se continue a melhorar a organização.

Da Comissão Central passaram então a fazer parte Barbosa de Magalhães, Bento de Jesus Caraça, Fernando Mayer Garção, Pedro Pita, Alves Redol, o operário Alberto Dias, e os membros da Comissão Executiva: Lima Alves, Teófilo C. Santos, Manuel Mendes. E uma Comissão Consultiva foi também constituída, integrando entre outros os nomes de Norton de Matos, Duarte Leite, António Luis Gomes, António Sérgio, Lobo Vilela, José Bacelar, Rui Luis Gomes, António Macedo, Carvalho Duarte, etc. (28).

O Governo que considerava o MUD, no dizer do Ministro do Interior, um movimento «heterogéneo», «amalgama sem coesão orgânica, sem espírito de coligação, sem comunidade de interesses, sem objectivo comum a atingir, sem unidade de direcção — massa arregimentada apenas sob o signo da democracia no irreflectido desejo de escala ao Poder» (29), mantém em relação a ele uma atitude de relativa tolerância. Mas uma entrevista de Armando Cortesão (no exílio) ao *Cité-Soir*, nos começos de Novembro, em que revelava publicamente a presença de comunistas num Conselho Superior de direcção da resistência portuguesa, cria problemas internos ao MUD e permite às forças situacionistas desencadear sobre ele uma campanha de acusações anti-comunistas.

Isso não impediu, porém, que um programa democrático frentista fosse publicado, preconizando três fases de democratização do Estado: a primeira seria de medidas urgentes de destruição do regime e de defesa do povo; a segunda seria de período eleitoral, para a formação de uma assembleia Constituinte; e a terceira, de normalidade constitucional (30).

No ano seguinte, o MUD, tendo prosseguido as suas actividades dota-se de nova Comissão Central, agora presidida por Mário de Azevedo Gomes, e onde se fazem representar de novo progressistas independentes ligados ao MUNAF, socialistas da União, comunistas, velhos republicanos e anarquistas (31). A 6 de Setembro de 1946 a Comissão Central publica um manifesto sobre o veto de admissão de Portugal (*)

(*) *República*, 11.XI.45.

(“) *Diário da Manhã*, 15.XI.45.

(30) *Diário da Manhã*, 15.XI.45.

(31) Mário Soares, *Le Portugal Bailloné Témoignage*, Paris, Calmann-Levy, 1972, pp. 60-61.

na ONU onde se afirma que «a admissão de Portugal na comunidade internacional implica a integração do Estado numa ordem democrática para que pudesse tal admissão constituir um direito» (32). Como represália são demitidos das suas cátedras universitárias Mário de Azevedo Gomes e Bento de Jesus Caraça, e são presos e julgados, sob a acusação de traição, todos os signatários.

Isso não impede que no último dia do mês de Novembro desse mesmo ano, se realize na Voz do Operário uma importante reunião pública, destinada a apreciar o momento político e as condições de participação do MUD na vida política. Dela saem, de novo, reivindicações respeitantes à restauração das liberdades fundamentais e à democratização do Estado (33).

No ano seguinte, entre 21 e 28 de Março de 1947, o MUD organiza uma *Semana da Juventude*. O MUD-Juvenil fora aliás uma importante derivação do movimento. Formado na sequência da reunião do Centro Almirante Reis, pretendeu estender inicialmente as reivindicações de liberalização do movimento à Universidade, nomeadamente com os pedidos de libertação dos estudantes presos, de reintegração dos professores afastados por razões políticas, de eleições livres para as associações académicas, de representação de estudantes nos Conselhos da Faculdade, e de democratização do ensino em geral (34). Mais tarde porém, alargaria as suas actividades para além dos sectores estudantis. A Comissão Central do MUD-Juvenil era presidida por Mário Soares e dela fizeram parte entre outros Salgado Zenha, Júlio Pomar, Rui Grácio, Mário de Sacramento, Octávio Pato.

A proximidade do termo do terceiro mandato presidencial de Carmona levou a oposição a pensar tirar proveito da eleição que se avizinhava, para de novo mobilizar a opinião pública em torno das reivindicações cívicas e políticas de democratização do país, que o MUD vinha agitando numa semi-legalidade até que em Março de 1948 foi oficialmente proibido. O concurso eleitoral permitir-lhe-ia de novo uma actuação legal. Para isso havia pois que encontrar um candidato. Apesar de haver quem desejasse que a escolha recaísse no

(32) «O MUD perante a admissão de Portugal na ONU», *Diário da Manhã*, 6.IX.46.

(33) Cf. *A Sessão de 30 de Novembro de 1946 do MUD*, Edição da Comissão Central, MUD, Lisboa, 1946.

(34) Das actividades do MUD estudantil deu conta a respectiva Comissão em relatório publicado em *Seara Nova* de 6.XI.45.

presidente da Comissão Central, Mário de Azevedo Gomes — como foi o caso de Mário Soares, então representante do MUD Juvenil naquela comissão ⁽³⁵⁾ — ou antes num homem descomprometido com o passado da 1.^a República — como o pretendia António Sérgio, que para isso indicou o nome do Gen. Costa Ferreira ⁽³⁶⁾ — o candidato escolhido, em Março de 1947 ⁽³⁷⁾ por indicação da Comissão Distrital do MUD portuense, foi o Gen. Norton de Matos que fora membro do PRP, grão-mestre da maçonaria, ministro da República, Governador Geral de Angola, dirigente da Aliança Republicana-Socialista, presidente do Conselho Nacional do MUNAF e membro da Comissão Consultiva do MUD.

Norton de Matos, que aceitara o convite em Abril de 1948, apresenta publicamente a sua candidatura ao Supremo Tribunal de Justiça a 9 de Julho de 1948 e redige então num manifesto à Nação, as linhas da sua candidatura, que apresenta em conferência de imprensa a 12 desse mês. Sendo uma candidatura da oposição democrática e liberal propõe-se levar a cabo a unidade nacional — unidade territorial, económica e de acção — mediante a valorização e povoamento das Colónias, o reforço da produção agrícola sem deixar de fazer avançar a industrialização, uma «planificação geral» superiormente concebida. Para isso, porém, propõe-se reintegrar o povo num «regime liberal», restituindo-lhe as liberdades fundamentais, reconhecendo o «cidadão» com os seus atributos inamovíveis como base de todo o sistema. Entre as reivindicações imediatas a satisfazer enumera a abolição da polícia política, a extinção de campos de concentração, a amnistia para presos políticos, o regresso dos exilados, a abolição da censura, a liberdade de formação de partidos políticos e novos jornais, a abolição do corporativismo, o fomento cooperativo, a aceitação do princípio da nacionalização desde que imposta pelo bem comum, a reforma do ensino, o alargamento da assistência e segurança sociais, a resolução dos problemas de alimentação e habitação. Se ganhar, promete promover eleições livres para uma Assembleia Constituinte, e uma vez

⁽³⁵⁾ Mário Soares, *ob. cit.*, pp. 64-65.

⁽³⁶⁾ M. Sertório, «A candidatura de Cunha Leal à Presidência da República», *O Jornal*, 5.III.82.

⁽³⁷⁾ A escolha, segundo ele próprio relata em *Os dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República*, Lisboa, Ed. Autor 1948, fora de facto já feita em Março de 1947, e disso lhe foi dado conta quando recebeu felicitações em Ponte de Lima, por ocasião do seu aniversário natalício, em Maio desse ano, de inúmeros representantes da oposição. Mas só em Abril de 1948 aceitaria formalmente a candidatura.

promulgada a nova constituição, retirar-se-á para que novo Presidente seja eleito.

Avisa porém que aceita concorrer apenas se os actos públicos pré-eleitorais e eleitorais tiverem as características democráticas da liberdade, seriedade e independência. Não se dispõe de facto, a sancionar com o silêncio «nem os vícios da lei, nem as práticas dolosas» que a desrespeitam. De outra forma não serviria a função e o mandato que lhe era entregue.

Colocando-se «sempre escrupulosamente dentro da mais estrita legalidade», Norton de Matos propõe-se democratizar o regime sem para tanto sentir necessidade de sair fora dos limites da Constituição de 1933. «Um dos pressupostos da minha candidatura é permitir ao país, que substitua por outra, se quiser, a actual Constituição» — dizia — nomeando novo Governo para preparar «a eleição inteiramente livre de uma Câmara Constituinte. Para tanto, o Presidente da República não carecerá de saltar fora da Constituição em vigor» (38).

Os apoios à candidatura assim expressa vêm de um largo leque de forças democráticas opositoras do regime, mesmo de muitos membros do Directorio do Partido Republicano, previamente contactados pela província. «Homens de diversas crenças religiosas, monárquicos de vários matizes, republicanos de diversos partidos, conservadores, liberais, socialistas e os mais recentes na nossa vida política — os comunistas» — assim definiu à imprensa Norton de Matos os seus apoios (39). A parte Cunha Leal, que atacara violentamente a acção de Norton de Matos em Angola, num opúsculo que o regime vai agora usar contra o candidato da oposição — *Caligula em Angola* era o seu título —, apenas a Comissão Executiva do Partido Republicano era contrária à sua candidatura, porque achava inevitável e necessária a desistência e a abstenção. Em Abril de 1948 considerava em circular, «inoportuna a apresentação de qualquer candidatura por parte da oposição ao Governo, enquanto este não modificasse a actual lei eleitoral no sentido de se garantir a genuinidade do sufrágio». Nos começos de 1949, Manuel Serras, secretário geral do partido, reiterará em declarações públicas, a mesma posição: «ou o governo previamente rodeava o acto eleitoral das garantias que a oposição legitimamente reclamava, de forma que esta pudesse decente e seriamente tomar nele parte, ou não o fazia (e como se vê, até agora não o fez) e, nesse caso, a opo-

(38) Norton de Matos, *ob. cit.*, p. 52.

(39) *Idem*, p. 36.

sição não emprestava a sua colaboração, nem mesmo em princípio, a uma comédia destinada a dar fora do país a errada impressão da existência, em Portugal, de uma liberdade que continua praticamente suprimida»⁽⁴⁰⁾.

A Comissão Executiva do Partido Republicano, para quem o Governo, com a sua intransigência em não tolerar qualquer mudança para uma situação democrática, estaria a fabricar comunistas todos os dias, estava, de facto, no fundo, bem mais empenhada em fazer o que chamava, na sua mensagem de Ano Novo de 1949, «oposição construtiva», disposição essa que encontrava aliás nas hostes republicanas do regime eco favorável. Botelho Moniz, por exemplo, defenderia, em plena campanha eleitoral, aos microfones do Rádio Clube Português: a amnistia; o abrandamento da censura; maior liberdade de reunião; liberdade de associações da oposição, para dar maior vitalidade e combatividade à União Nacional, e para que a oposição fiscalize e critique na Assembleia Nacional; mas também, repressão ao comunismo; isto é, um alargamento do consenso, com abertura a uma oposição colaborante e participante⁽⁴¹⁾.

Na realidade, as garantias de uma campanha livre estavam longe de estar estabelecidas. O primeiro indício teve-o Norton de Matos quando, a 19 de Agosto de 1948, chamou a sua casa dez amigos para lhes apresentar uma proposta de organização dos serviços da sua candidatura. A polícia cercou a casa, e prendeu os que dela saíram, só vindo a ser libertados por pressão de Norton de Matos junto de Salazar⁽⁴²⁾.

Dias depois, a 8 de Setembro de 1948, Norton de Matos escrevia a Salazar para protestar contra os «vexames, as violências, e principalmente a privação de direitos, de regalias, de respeito» por parte das autoridades administrativas e policiais; contra o «regime policial de excepção» em que fora colocado, «como se se tratasse de um criminoso»; e exigia que pudesse dar início à sua propaganda eleitoral⁽⁴³⁾. A 23 desse mês era informado pelo Presidente do Conselho do equívoco «em se considerar já candidato à Presidência da República», e em pretender por isso «direitos especiais» ou «ini-

⁽⁴⁰⁾ *Diário de Lisboa*, 4 de Janeiro de 1949.

⁽⁴¹⁾ Botelho Moniz, *Campanha Eleitoral (palestras radiofónicas)*, Lisboa Parceria A. Maria Pereira, 1949, p. 158-160.

⁽⁴²⁾ Norton de Matos, *ob. cit.*, pp. 63-65.

D Idem, p. 69.

ciado o período eleitoral» (44), já que a candidatura fora apresentada ao Supremo Tribunal de Justiça, mas este não se pronunciara ainda sobre ela.

A 29 de Setembro desse ano enviava Norton de Matos ao Presidente da República uma representação para que «a eleição presidencial se realize num ambiente de grande elevação cívica», solicitando para esse efeito uma amnistia para os presos políticos, a abolição da polícia política, a supressão completa de maus tratos a prisioneiros, o encerramento do Campo do Tarrafal, a possibilidade de criar e fazer circular novos jornais, a cessação da censura, a liberdade de organização e actuação de partidos políticos (45). Tais reivindicações voltarão a ser apresentadas por Norton de Matos a Carmona a 22 de Dezembro desse mesmo ano (46). E a 9 de Outubro, avisa Salazar em carta, de que se as eleições não forem livres e fiscalizadas «grande mal fatalmente resultará para Portugal em consequência do desprestígio e da desconsideração que lhe acarretarão eleições sem liberdade e sem fiscalização», e que contra isso protestará formalmente (46a).

Quando os delegados das Comissões de Serviços Distritais de Candidatura (47) se reuniram em assembleia nacional a 30 de Dezembro de 1948, para preparar a Campanha Eleitoral que ia iniciar-se, confrontaram-se já com uma constatação lesiva da liberdade eleitoral: o corte «indevido e abusivo» (48) de milhares de nomes no recenseamento eleitoral entre os quais os de inúmeros vultos da oposição, tais como os de Prof. Fernando da Fonseca, Alves Redol, Lopes Graça, Acácio de Gouveia, Adão e Silva, Rui Luis Gomes, Domingos Pereira, etc. (49). Por isso Norton de Matos dirige de novo a Salazar, a 31 de Dezembro, uma exposição em que fixa o mínimo de reclamações pré*eleitorais e eleitorais a serem satisfeitas, entre as quais a consulta dos cadernos eleitorais e a fiscalização isenta das eleições. E avisa solenemente: «Não me prestarei a colaborar numa farsa eleitoral e deixarei ao Governo a responsabilidade de manifestar a todo o mundo que em Portugal não há eleições livres, só podendo votar e

(44) Norton de Matos, *Mais quatro meses da minha candidatura à Presidência da República*, Porto, Ed. do Autor, 1949, p. 38.

(45) *Idem*, p. 75.

(46) *Idem*, p. 90.

(46a) *Idem*, p. 85.

(47) Sobre a organização dos serviços de candidatura cf. Norton de Matos, *Os dois primeiros meses...*, pp. 115-121.

(48) *Diário de Lisboa*, 3.1.49.

(49) Norton de Matos, *Os dois primeiros meses...*, p. 27.

ser eleitor aqueles que, em sua soberana vontade, ele quiser»⁽⁵⁰⁾.

Dessa exposição manda também cópia a Carmona, pedindo-lhe que interviesse na boa solução dessas exigências: «Considera que a dignidade de nós dois, como cidadãos portugueses e candidatos à Presidência da República, está igualmente envolvida no deferimento [das reclamações apresentadas ao Presidente do Conselho]»⁽⁵¹⁾.

Mas mal começada a campanha eleitoral, a 1 de Janeiro de 1949, verifica-se que a censura à imprensa e à propaganda eleitoral não desaparecera, antes continuava a cercear a liberdade de actuação da oposição. «Os serviços de Censura haviam dado instruções aos jornais para que lhes fosse submetida toda a matéria que diz respeito ao acto eleitoral»⁽⁵²⁾. Norton de Matos denuncia-o na Conferência de Imprensa, de abertura da campanha, a 3 de Janeiro de 1949 em que saúda o povo português como «candidato dos liberais e democratas», desejando-lhe o que solicitara por duas vezes já ao Presidente da República: amnistia para presos políticos com o desaparecimento do campo de concentração do Tarrafal e o restabelecimento das liberdades públicas.

Denuncia publicamente a censura prévia à sua propaganda na imprensa, reivindica igualdade de tratamento para os dois candidatos quando lhe negam a possibilidade de realizar manifestações de rua, exige a revisão da lei eleitoral e dos processos de fiscalização, denuncia os vícios do recenseamento e a abusiva intromissão da União Nacional na elaboração dos cadernos, explicita as suas acusações de violação dos direitos humanos por parte do regime no tratamento de exilados, deportados e perseguidos⁽⁵³⁾.

De facto acontecia que as intromissões da censura eram constantes; a polícia política apreendia documentos de candidatura, procedia a buscas domiciliárias, e interrogava representantes da oposição; as autoridades proibiam o uso de altifalantes à oposição, enquanto a União Nacional dispunha à vontade dos microfones da Emissora Nacional. As manifes-

⁽⁵⁰⁾ *Diário de Lisboa*, 3.1.49 e Norton de Matos, *Mais quatro meses...*, p. 95.

⁽⁵¹⁾ Norton de Matos, *A Nação*, Edição dos Serviços Centrais de Candidatura, Lisboa, 1949, p. 8; *Diário de Lisboa*, 3.1.49 e Norton de Matos, *Mais quatro meses...*, p. 102.

⁽⁵²⁾ *República*, 5.1.49.

⁽⁵³⁾ «Conferência de Imprensa de Norton de Matos», *Diário de Lisboa*, 3.1.49.

tações públicas, mesmo as comemorativas como as de 31 de Janeiro, foram proibidas.

Oposicionistas houve que foram presos, ou por serem acusados de serem comunistas ou por declarações políticas prestadas à imprensa, como foi o caso do Prof. Rodrigues Lapa que foi objecto de mandato de captura e vítima de procedimento criminal por ter feito considerações sobre a recusa da entrada de Portugal na ONU. O Ministro da Justiça justificava tais procedimentos afirmando, no início da campanha eleitoral, que a crítica ao regime apenas se aceitava se feita «com elevação, com espírito construtivo, sem características dissolventes». A censura era, por isso, aconselhável; a propaganda não deveria realizar-se «na via pública» para que a ordem não fosse perturbada; e negava a existência de exilados e presos políticos, para admitir apenas presos por alta traição e terrorismo ⁽⁵⁴⁾.

Com o aproximar-se da data das eleições, como não fossem satisfeitas as exigências postas para a fiscalização do acto eleitoral, nomeadamente as que Norton de Matos apresentara sucessivas vezes ao Governo em relação à consulta dos cadernos eleitorais e aos «delegados eleitorais, seus direitos, e garantias insofismáveis» ⁽⁵⁵⁾ a oposição ameaça desistir. É a 12 de Fevereiro, véspera do dia das eleições, Norton de Matos anuncia publicamente a desistência, que apresenta em requerimento ao Supremo Tribunal da Justiça ⁽⁵⁶⁾. Salazar, cinicamente, responde a Norton de Matos que não o pode ajudar a ganhar as eleições.

A campanha de Norton de Matos reunira em torno de um velho liberal que se propunha «levantar as classes trabalhadoras e diminuir o mais possível a miséria» ⁽⁵⁷⁾ a quase totalidade da oposição, excepção feita para alguns nomes de vulto, como os de Cunha Leal e de alguns membros da Comissão Executiva do Partido Republicano.

⁽⁵⁴⁾ *Diário da Manhã*, 5 de Janeiro 1949.

⁽⁵⁵⁾ Cf. Comunicado à Imprensa da Candidatura de Norton de Matos sobre «A consulta dos Cadernos Eleitorais» in *As eleições no regime fascista* Lx., Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o fascismo, 1979.

⁽⁵⁶⁾ Em resposta ao requerimento de Norton de Matos, o Presidente do Supremo Tribunal exarou um despacho onde o considera fora da competência do Tribunal, apenas limitada ao «reconhecimento da elegibilidade dos candidatos, elegibilidade que não é renunciável, e ao agrupamento final de votos a favor dos candidatos reconhecidos elegíveis» (Cf. Arquivo do Ministério do Interior).

⁽⁵⁷⁾ Norton de Matos, *A Nação*, p. 18.

Cunha Leal acusara os comunistas de, num golpe de antecipação, terem feito arrancar a candidatura do velho general ⁽⁵⁸⁾. A presença dos comunistas fora discutida de facto no seio da candidatura, havendo quem pretendesse a sua subalternidade ou até marginalização. O próprio Partido Comunista atacou violentamente na sua imprensa clandestina nomes como os de Nuno Simões, Cunha Leal, Lima Alves, António Sérgio, Ramada Curto, José de Sousa, acusando-os como «desagregadores, divisionistas, sabotadores, oportunistas e traidores», como «agentes, mais ou menos camuflados, do salazarismo, dos imperialistas anglo-americanos, e até do Vaticano» ⁽⁵⁹⁾. Norton de Matos teria que ocupar-se forçosamente da questão do apoio comunista à sua candidatura. Falando no Comício do Porto, começou por recusar a acusação de que a oposição ao regime seria apenas composta por comunistas, para lembrar de seguida que o objectivo da sua campanha era apenas o derrube do regime e que, para tal objectivo, poderiam colaborar também os comunistas, que considerou «portugueses e patriotas, como todos os outros meus companheiros nesta formidável luta». Mas, como liberal, acrescentou — num clara referência ao comunismo — estar convencido que «a melhor maneira de fazer desaparecer ideologias que não vejo forma de se adaptarem à mentalidade e às tradições históricas do Povo Português, é a liberdade, a ampla discussão dos diversos problemas políticos, económicos e sociais, sempre feita à clara luz do dia, o melhoramento das condições de vida do nosso Povo, e o combate constante à miséria de qualquer espécie» ⁽⁶⁰⁾.

Esta unidade da oposição que em termos sociais associava pessoas de vária extracção profissional e de diversa posição ideológica — no dizer de Norton de Matos ⁽⁶¹⁾ — feita em torno de um objectivo tão simples quanto concreto, como era o derrube do regime, cedo se rompeu após o termo da campanha eleitoral. As tensões no interior da candidatura, em relação à posição a tomar face ao acto eleitoral — desistência ou participação — o mesmo era dizer face ao regime — haviam já minado a unidade em torno de Norton de Matos.

Não admira pois que, encerrada a campanha eleitoral para a PR, a oposição se viesse a dividir em duas grandes tendências: por um lado um sector que integrava o PCP, e

⁽⁵⁸⁾ *Diário de Lisboa*, 22.1.49.

⁽⁵⁹⁾ Cf. J. Botelho Moniz, *ob. cit.*, pp. 113 e ss.

⁽⁶⁰⁾ *Diário de Lisboa*, 23.1.49.

⁽⁶¹⁾ Norton de Matos, *Os dois primeiros meses...*, pp. 28-29.

era por ele liderada, que viria a corporizar-se no Movimento Nacional Democrático, nesse ano de 1949, que será extinto em 1956, e terá considerável expressão nas eleições de 1957; e por outro lado, o sector liderado pelo *Directorio Democrático Social* ou Comissão dos 24 (tal era o número dos assinantes de um documento então divulgado).

A oposição, desunida a partir de então, assim permanecerá dividida até às eleições presidenciais de 1958, quando então se congregou de novo à volta da figura do General Humberto Delgado.

2. *A oposição dividida: abstencionismo versus intervencionismo (1949-1957)*

A disputa entre abstencionismo e intervencionismo no seio da oposição, manifestara-se já como vimos no decurso da campanha de Norton de Matos. Ao *abstencionismo por princípio* da C. Executiva do PRP, associara-se o *intervencionismo táctico* do MUD, também defendido pelo PCP, e partilhado pela maioria dos apoiantes do General, e também o *intervencionismo até ao fim* do PSP, que nesse sentido tentou pressionar todo o movimento de candidatura com um comunicado emitido a 5 de Fevereiro de 1949⁽⁶²⁾ e que parecia ter sido partilhado pelo próprio Norton de Matos⁽⁶³⁾.

Com a proximidade das novas eleições — as legislativas de 49 — o diferendo estratégico vai agravar-se no seio da Oposição e dividi-la.

No entanto, a polémica em torno do problema da intervenção eleitoral mais não é do que um aspecto da questão bem mais funda da estratégia de luta para o derrube do regime e do posicionamento perante ele, bem como da luta interna pela hegemonia da oposição ao Estado Novo.

Curiosamente como veremos, o abstencionismo e o intervencionismo não serão sequer apanágio permanente das mesmas correntes da oposição, que abraçarão ora uma ou outra das duas posições, consoante as conveniências tácticas do momento, em função dessas mais profundas questões que apontámos. Os que em 1949 e 1953 aparecerão como intervencionistas estarão em 1957 como abstencionistas, enquanto que os abstencionistas das duas primeiras datas surgirão como intervencionistas na última.

^(#2) Botelho Moniz, *ob. cit.*, p. 282.

^(“) M. Soares, *ob. cit.*, p. 71.

A oposição saíra em discussão da campanha eleitoral de Norton de Matos. Questões de estratégia política — como a participação eleitoral e a participação comunista — dividiram sectores até então unidos. A assinatura por Portugal do Tratado do Atlântico Norte em Abril de 1949, e o desencadear da «guerra fria» a nível internacional, mais agudizaram a fractura da oposição. De um lado os democratas atlantistas que, defendendo o alinhamento político de Portugal com os países da NATO procuravam forçar Salazar à democratização interna. De outro lado, os anti-atlantistas, para quem a assinatura do Tratado de Washington, reforçaria e consolidaria interna e externamente o regime. Entre estes, os comunistas que, nessa primavera viam presos os seus máximos dirigentes Alvaro Cunhal e Militão Ribeiro e desmantelado o aparelho tipográfico clandestino do Partido.

Com a ocorrência das eleições para a AN em Novembro desse mesmo ano de 1949, esta clivagem vai começar a manifestar-se publicamente. Cunha Leal, membro proeminente da facção liberal-democrata da oposição, que não pertencera ao MUD e se mantivera afastado na campanha de Norton de Matos, decide entrar na luta eleitoral, para ir até ao fim. Considerando que fora um erro de manobra eleitoral a aliança com os comunistas, em 1945, e a sujeição à sua direcção de alguns democratas, que se traduzira numa irredutibilidade de posições perante o regime, preconiza antes uma «oposição construtiva». E alia-se, para esse efeito, aos sectores mais conservadores da oposição, a um grupo de grandes agricultores da Beira-Alta e do Alto-Alentejo, alguns dos quais ligados ao extinto Integralismo Lusitano. Surgem assim duas listas «regionalistas independentes» em oposição às da União Nacional, em Castelo Branco e Portalgre. A primeira, encabeçada por Cunha Leal, integrava os nomes do Marquês da Graciosa (Fernando Afonso Pereira de Figueiredo), Almeida Garrett, e do integralista P. Ribeiro Cardoso. A segunda era liderada por José Pequito Rebelo e integrava os nomes de Dr. André de Mello Castro Ribeiro, Dr. Jorge da Fonseca Bastos e Eng.º Agr.º João Picão Caldeira.

Enquanto Cunha Leal se apresenta na Beira Baixa a fazer decididamente mais oposição ao governo do que ao regime, criticando sobretudo a acção governativa nas suas incidências locais, de que o *Manifesto à Nação e ao Governo*, e a conferência na Covilhã sobre «Razões e objectives da candidatura» são testemunho, Pequito Rebelo, no Alto Alentejo, frisa bem que a «a lista de que faço parte não pretende ser de oposição, mas simplesmente representativa da opinião do eleitorado, livre da perturbação de quaisquer abusivas in-

fluências políticas», ou melhor, «essencialmente construtiva e colaboracionista»⁽⁶⁴⁾.

Como reacção à débil representação dos interesses agrícolas da região nas listas da União Nacional, e à «formação anómola, patológica», da Assembleia Nacional, «como expressão do monopólio político da Burocracia», é uma lista de proprietários agrícolas, que visa reduzir na mesma assembleia «o seu carácter unilateral de sindicato da indústria do emprego público»⁽⁶⁵⁾.

O móbil desta última candidatura estava precisamente na insatisfação pela exígua representatividade na lista local da União Nacional não só dos interesses da grande lavoura, como da opinião monárquica. O próprio Pequito Rebelo recusara a inclusão do seu nome, superiormente desejada, na lista da União Nacional. «A lista da União Nacional — diria após a eleição o jornal *Rabeca* de Portalegre — triunfou com clareza e teve um apoio mais substancial da oposição republicana democrática, certamente por ser constituída por indivíduos de feição republicana, ao contrário da «agrária» formada por elementos confessadamente monárquicos»⁽⁶⁶⁾.

O Movimento Nacional Democrático, presidido por Rui Luis Gomes, mantém-se numa posição abstencionista, desinteressando-se de todo do acto eleitoral.

Não foi fácil a campanha para estas listas regionalistas que, sobretudo no caso de Portalegre, chegaram a acusar o Governo de ter viciado o acto eleitoral e a pedir a anulação da eleição. Pequito Rebelo em telegrama a Salazar, denunciaria a violação do segredo de voto, com a impressão de listas em papéis diferenciáveis, a coacção moral sobre o eleitorado com a «execução apressada de benefícios públicos e promessas oficiais e oficiosas», a limitação de liberdade pela censura, e as suspeitas de falsificações dos resultados por insuficiente fiscalização⁽⁶⁷⁾.

As listas de oposição vão de facto até às umas pela primeira vez, não conseguindo porém mais do que 964 votos em Castelo Branco (2,45%) e 3.642 em Portalegre (14,39%).

A morte de Carmona e a realização de novas eleições presidenciais, em 1951, surpreende a oposição profundamente dividida. O Movimento Nacional Democrático resolve apresentar a candidatura do seu presidente Rui Luis Gomes, en-

^{C64)} Pequito Rebelo, *As eleições de Portalegre (Documentos)*, Lisboa 1950, p. 39.

⁽⁶⁵⁾ *Idem*, p. 38.

⁽⁶⁶⁾ Citado por Pequito Rebelo, *ob. cit.*, p. 37.

^{C7)} Pequito Rebelo, *ob. cit.*, p. 37.

quanto os sectores mais liberais próximos do Directorio optam pela candidatura do Almirante Quintão Meireles, militar na reserva que fora membro de um governo da Ditadura saída do 28 de Maio mas, mais tarde, se viria a afastar do regime.

Como o próprio Quintão Meireles o explicou, a abrir o seu *Manifesto ao País*, «partiram de um grupo de oficiais e alguns civis, fundadores, animadores, e participantes do movimento do 28 de Maio de 1926, e depois defensores da situação criada, em momentos críticos da sua existência (Fevereiro de 1927, Agosto de 1931, etc.)» (68), a ideia e o convite que, por fim, determinaram a apresentação da minha candidatura» (69). A candidatura colocava-se na linha de crítica à 1.ª República e ao Estado Novo, contra o partido único «de facto» da primeira e o partido único «de direito» da segunda, reivindicando a pureza dos ideais do 28 de Maio, os quais seriam o derrube do poder descricionário, a eliminação dos desmandos de administração e de distribuição injustificável de benesses, o ataque à corrupção, que agora como então proliferariam. Mais: a candidatura invocava «os mais sagrados interesses do País como nação compreendida no quadro ocidental de civilização europeia» (70).

Era, por conseguinte, uma candidatura de correcção do regime destinada a permitir a aproximação de alguns sectores da situação interna com uma certa oposição externa, liberal, republicana e democrata, e da qual seria obviamente excluído qualquer compromisso ou entendimento com o Partido Comunista e forças que com ele colaborassem. Não era por certo uma candidatura de *oposição ao regime*, visando o seu imediato derrube procurando para isso, o mais vasto leque possível de apoios como o fora a de Norton de Matos. Expressão da Guerra Fria no seio da oposição ao salazarismo, era também a manifestação de uma nova táctica, de ataque ao regime, enquanto regime de partido único. Propondo-se a pacificação e unificação dos portugueses «em torno do ideal da Pátria», Quintão Meireles excluía porém expressamente dessa ideia de nacionalismo os «totalitaristas, comunistas ou anti-comunistas, que obedecem à inspiração e directivas de uma potência estrangeira ou que pelos seus métodos despóticos prepararam a passividade das massas para o mesmo fim».

Não enjeita alguns elogios ao regime, nomeadamente em matéria de reorganização financeira e reconstrução material,

(68) Levantamentos militares contra a Ditadura.

(69) *República*, 4.VII.51.

(70) *Idem*.

para o criticar porém politicamente, pela destruição das liberdades políticas e do civismo, e pela difusão do arbítrio do poder, da corrupção, da censura. O primeiro ponto do seu programa era o de «acatar e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa vigente, repudiando o recurso a sofismas que, de alguma forma, a deturpem ou viciem». Era por conseguinte, uma candidatura que procurava não só mover-se dentro da legalidade vigente, como até acatar a legitimidade do regime.

Tal como se posicionou Quintão Meireles, em carta aberta a Craveiro Lopes, ele não seria mesmo um adversário do regime, mas antes um rectificador. Referindo-se às candidaturas de ambos, precisava: «Não se trata, por um lado, de uma contenda entre partidários e adversários da actual situação política. O que explica o aparecimento das nossas duas candidaturas é a existência, dentro do situacionismo, de duas correntes de opinião—a dos homens que fizeram o «28 de Maio», com o objectivo de destruir o monopólio do poder por um partido único, de tomar eficiente e moral a actividade governativa e de elevar o baixo nível material e espiritual da vida portuguesa, e a dos homens que, aproveitando-se da isenção dos primeiros, se alcandoraram no poder e acabaram por deturpar, e mesmo inverter, as intenções iniciais do «28 de Maio» (71).

Nesse sentido se explicam as instruções dadas pelos serviços de candidatura, no sentido de o eleitorado que o apoia se abster «de ataques pessoais subjectivos, de empregar expressões que ofendam a dignidade dos candidatos contrários, de rasgar ou inutilizar os impressos de propaganda da União Nacional e da Legião Portuguesa, de escrever frases ofensivas nas paredes ou nos pavimentos das ruas — enfim de todas as actividades que, de alguma forma, sacrifiquem o alto exemplo da ordem, elevação, serenidade e consciência de força que vamos dar ao País e às forças minoritárias adversas» (72).

A apoiar esta candidatura surgem efectivamente, ao lado de eminentes personalidades dos sectores liberais-democratas e até socialistas da oposição, alguns monárquicos dissidentes, nomes ligados ao 28 de Maio e, até há pouco, alinhados com o regime. Assim, ao lado de Egas Moniz (recém galardoado com o Prémio Nobel da Medicina (73) e que fora, por indicação

(⁷¹) *República*, 7 de Julho de 1951.

(⁷²) *República*, 7 de Julho de 1951.

(⁷³) O prémio Nobel fora-lhe atribuído efectivamente a 27 de Outubro de 1949.

de Norton de Matos, o primeiro a ser convidado a aceitar a candidatura), de Cunha Leal, Acácio Gouveia, Teófilo Carvalho dos Santos, Vasco da Gama Fernandes e António Sérgio, entre outros, surgem os nomes de Rolão Preto, Alcaça Padez, Vieira de Almeida, Almeida Braga, Vasco de Carvalho e Mário Pessoa, e ainda militares prestigiados, alguns dos quais com passado ligado à Ditadura ou ao regime, como Mendes Cabeçadas, Sousa Dias, Henrique Galvão⁽⁷⁴⁾, Com.^{te} Azevedo Coutinho, etc. O Partido Republicano, mau grado as críticas proferidas por Quintão Meireles à 1.^a República e ao próprio partido, acabaria também por dar-lhe a sua indicação de voto.

A candidatura de Rui Luis Gomes era manifestamente diversa, porque candidatura de oposição ao regime. Nesse sentido, afirma-se continuadora do MUD e da candidatura de Norton de Matos, não porque tivesse o apoio do velho general republicano (que estava antes com Quintão Meireles), mas porque pretendia herdar e continuar a mesma estratégia frontal e frentista de oposição ao Estado Novo⁽⁷⁵⁾, sem porém conseguir a mesma largueza de apoios. Surgem de facto apenas a apoiar o professor nortenho os seus pares do Movimento Nacional Democrático, (cujas Comissão Central era composta por ele próprio e por Virgínia Moura, Albertino Macedo, José Morgado, Lobão Vital, David Carvalho, Salomão Figueiredo, Júlio Martins e Fernando Cipriano) e algumas figuras proeminentes do extinto MUD, como Isabel Aboim Inglês, Cal Brandão, Tito de Moraes. Os sectores republicanos, liberais e alguns socialistas, da candidatura de Norton de Matos, estavam agora com a candidatura de Quintão Meireles.

O apoio e a hegemonia do Partido Comunista no Movimento Nacional Democrático e, por ele, na candidatura de Rui Luis Gomes⁽⁷⁶⁾, bloqueava o alargamento das adesões, e motivara por isso desde logo uma peremptória demarcação denunciadora da candidatura de Quintão Meireles: «Não há,

(74) Henrique Galvão participará, pouco depois, na conjura militar do Brigadeiro Maia e dos Coronéis Martins dos Reis e Tadeu, que a polícia neutralizará no dia 8 de Janeiro de 1952. Por esse facto, será julgado e condenado, em 31 de Março de 1953, a 3 anos de prisão maior.

(75) Os objectivos das reivindicações da candidatura eram condensados em três palavras de ordem: «República e Liberdade»; «Pão e Trabalho»; «Independência Nacional e Paz», e largamente expostos num manifesto *Ao Povo*, de 8 de Junho de 1951 (in *Eleições Presidenciais 1951*, Presidência do Conselho de Ministros. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1983, pp. 11-17).

(76) Segundo certa imprensa brasileira, o PCP teria apoiado Rui Luis Gomes depois de haver recusado as candidaturas do Prof. Barbosa de Magalhães, e dos Drs. Domingos Pereira e Manuel Monteiro (cf. *Diário da Manhã*, 2 de Agosto de 1951).

nem haverá, não se criaram, não se esperam, não se desejam — dizia o Almirante — quaisquer entendimentos, ligações ou formas de «aparentamento» com o grupo que propõe a candidatura do Prof. Dr. Rui Luis Gomes ou com quaisquer grupos ou partidos cuja acção se encontra directa ou indirectamente na dependência de uma potência estrangeira» (77).

O Movimento Nacional Democrático, uma vez constatada a impossibilidade de unidade de acção com a candidatura de Quintão Meireles, procura disputar-lhe os apoios, acusando-a de ser mais uma candidatura dissidente do regime do que uma candidatura da Oposição, «uma cisão no campo governamental e não no movimento democrático», como se disse num comício em Santarém, onde Quintão Meireles foi particularmente acusado: «Nada existe que o identifique com a democracia, porque ele foi um colaboracionista».

A divisão da oposição tornou-a obviamente vulnerável aos ataques do regime, que começou por atingir o MND, neutralizando depois a candidatura de Quintão Meireles. A 13 de Junho, o Supremo Tribunal de Justiça rejeitava a candidatura de Rui Luis Gomes, considerando-o politicamente ineligiável. Pouco depois, a censura e a discriminação administrativa iam tomar inviável a campanha de Quintão Meireles.

A 7 de Julho, em carta aberta a Craveiro Lopes (78), de militar para militar, de candidato para candidato, Quintão Meireles convida-o a recusar a «fraude eleitoral» ou as «indecorsas inibições opostas à livre manifestação da vontade nacional» avisando-o de que, «escolhido pela União Nacional como seu candidato, vai beneficiar, e está beneficiando dos favores do Estado». Por isso entende ser seu direito e dever «reclamar dos poderes públicos absoluta honestidade eleitoral, para o que devemos ser postos em condições de igualdade no tocante a propaganda e a fiscalização das urnas», devendo «abster-se os órgãos do Estado de quaisquer coacções ou intervenções tendentes a impedir a liberdade do voto».

Não era porém isso o que estava a acontecer, como o comprovam as acusações que Quintão Meireles apresenta numa carta ao Ministro do Interior (79):

- «1) Os cadernos eleitorais foram organizados com o propósito de eliminação de eleitores não incondicionais, ao mesmo tempo que se introduziram ne-

(77) *República*, 2 de Julho de 1951; *Diário da Manhã*, 4 de Julho de 1951.

(78) *República*, 7.VII.51.

(79) *República*, 14.VII.51.

- les os nomes dos indivíduos dos dois sexos, adictos à ordem política existente, mas sem direito a voto.
- 2) Não se tem dado aos candidatos, sem a chancela da União Nacional, o direito da fiscalização das mesas das Assembleias primárias e apuramento de eleições.
 - 3) Tem-se procurado violar o segredo do voto pelo emprego das listas fabricadas em papel especial, que as torne identificáveis exteriormente, tendo sucedido assim nas últimas eleições para a Assembleia Legislativa nos distritos de Castelo Branco e Portalegre.
 - 4) As autoridades administrativas têm feito uma política de intimidação e suborno tanto de indivíduos como de localidades recalitrantes ou indecisos».

Perante tais condições, não restam a Quintão Meireles, na esteira de outras candidaturas anteriores, outras hipóteses além da abstenção. Depois de um último grande comício em Lisboa, realizado a 16 de Julho na Garagem Monumental do Areeiro, Quintão Meireles anuncia a 19 de Julho em «Manifesto» ao país, a sua decisão de renúncia, dada a «impossibilidade de lutar por mais tempo em terreno desigual» e por considerar «um atentado à inteligência, à moral política e à dignidade cívica, persistir por mais tempo no propósito de colaborar num simulacro de eleição presidencial»⁽⁸⁰⁾. No mesmo dia, comunica a decisão também a Salazar, avisando-o que «o Presidente da República será nomeado por mera formalidade eleitoral. Não posso colaborar, pois, no acto que se prepara e menos emprestar-lhe, com a minha colaboração, visos de aparente legitimidade»⁽⁸¹⁾.

A oposição, politicamente dividida, fora assim de novo eleitoralmente neutralizada.

As eleições legislativas de 1953 e 1957 vão porém agitar de novo a oposição que, embora permanecendo dividida, interverá curiosamente os comportamentos eleitorais: os intervencionistas de 1953 defenderão a abstenção em 1957, enquanto os abstencionistas de 1953 intervirão em 1957.

A constante e permanente ausência de condições de equidade política, que até aí levava a oposição a desistir em 1945, em 1949 e em 1951, vai porém provocar, nas eleições subse-

n *República*, 20.VII.51.

(*) *Idem*.

quentes de 1953 e 1957, o aparecimento de uma força cívica, ao lado das duas facções da oposição: a Comissão Promotora do Voto, dirigida por António Sérgio, disposta, não tanto a participar na luta eleitoral, mas a exigir condições dignas de participação.

Foi, de facto, na primavera de 1953, longe ainda da data das eleições, que a recém-constituída Comissão Promotora do Voto começou, através de uma exposição ao Presidente da República com 72 assinaturas ⁽⁸²⁾ e mais tarde por várias representações ao Ministro da Presidência ⁽⁸³⁾, a exigir garantias quanto ao recenseamento eleitoral e às operações do acto eleitoral. A saber: compromisso do Governo em não consentir perseguições por motivo de actividades eleitorais; em fornecer meios de verificação do recenseamento; em não dificultar pela censura a propaganda eleitoral; em não impedir a cedência de salas para a realização de sessões; em facultar o uso de emisoras a todos os candidatos por igual; em garantir, em termos de rigorosa paridade, a impressão e distribuição das listas concorrentes; em permitir uma fiscalização pelos candidatos ou seus representantes das umas e do apuramento dos resultados.

Perante o compromisso dado pelo Governo de cumprimento escrupuloso da Constituição convenceu-se um sector da oposição de que algo se havia conseguido nas matérias objecto de reivindicação, e decidiu-se por isso a concorrer. Três listas surgem em Lisboa, Porto e Aveiro, compostas por oposicionistas próximos do Directorio Democrático-Social ⁽⁸⁴⁾. O objectivo da participação, definem-no os candidatos de Lisboa no primeiro Manifesto: «despertar a consciência cívica

⁽⁸²⁾ *Diário de Lisboa*, 15 de Maio de 1953.

⁽⁸³⁾ Estas representações eram apenas assinadas por um grupo de representantes dos 72, composto por António Sérgio, Manuel Duarte, Luis Moitinho de Almeida, João Pedro dos Santos, Armando Adão e Silva, Nuno Rodrigues dos Santos, Fernando Mayer Garção.

⁽⁸⁴⁾ Eram assim compostas as listas: LISBOA: Mendes Cabeçadas, Cunha Leal, Moreira de Campos, Nuno Rodrigues dos Santos, Vasco da Gama Fernandes, Acácio Gouveia, Sá Cardoso, Fernando Mayer Garção, Constantino Fernandes, Adão e Silva, Câmara Reis, António Rodrigues Direito; PORTO: António Macedo, Carlos Cal Brandão, Eduardo Ralha, Olívio França, Luis Veiga, Eurico Felgueiras, J. Correia Guimarães, Júlio Semedo, Cardoso Junior, Sousa Pereira; AVEIRO: Manuel Figueiredo, Manuel das Neves, Alcides Monteiro, Alberto Vidal, Basílio Lopes Pereira, Virgílio Pereira da Silva.

dos cidadãos, vitalizar o corpo político que é a Nação, combater a indiferença e o medo, a apatia e a deserção, e levar o povo a construir ele próprio, revivendo as virtudes ancestrais, a obra democrática que se impõe». Para isso, prometem, através de «luta legal», exigir em 1.º lugar a consulta dos cadernos eleitorais para denunciar as fraudes e irregularidades que se venham a encontrar no recenseamento. E como programa de actuação, propõem-se defender os direitos humanos, protestando contra as prepotências do poder e os abusos da administração, contra a existência da censura e da polícia política, da Legião e da Mocidade, das prisões políticas e das perseguições e demissão de funcionários, bem como denunciar o «funcionamento deficiente ou economicamente errado da máquina administrativa». Sintetizaram por fim o seu esforço em dois objectivos: «a luta pela conquista das liberdades fundamentais», e a «luta pela conquista das condições de vida que verdadeiramente o inclui entre os povos civilizados da terra» (85).

A estes objectivos, os candidatos do Porto acrescentam no seu manifesto um outro: «Reclamamos o direito de nos organizarmos permanentemente e termos jus à vida política, não nestas estranhas quaresmas eleitorais que antecedem o carnaval do voto, mas durante os quatro anos que entremeiam duas legislaturas» (86). Idênticos propósitos são também expressos pelos candidatos de Aveiro no seu manifesto.

Perante tal apresentação, o MND vem não só (87) defender a abstenção, pelo facto de não estarem satisfeitas as condições mínimas de participação — «recenseamento honesto, liberdade de propaganda, fiscalização do acto eleitoral» — como atacar duramente a ocorrida apresentação de listas, que não considera serem da oposição democrática, mas antes um acto de colaboração com o actual regime e de abdicação relativamente às reivindicações da Oposição Democrática portuguesa, sempre formuladas desde 1945». Em vez disso, preconiza a luta pela satisfação das condições mínimas (88).

A resposta dos intervencionistas não se fez esperar e, em comunicados tornados públicos a 10 e 11 de Outubro, repudiavam a acusação do MND a quem, como «pequena minoria * i

(85) *República*, 8.X.53.

(86) *República*, 10.X.53.

(87) *República*, 11.X.53.

(88) *Diário de Lisboa*, 8.X.53.

dissidente», não reconhecem «a qualidade de representante da Oposição» e reiteram o propósito de combater o regime «dentro do caminho legal» (89).

O abstencionismo não era porém exclusivo do MND. Era igualmente adoptado ou defendido por outras forças políticas, com intenções e colocações políticas diversas. A um abstencionismo apoiante da oposição, outro abstencionismo ultranquista se manifestou contrário à apresentação de candidaturas. Assim, o PRP pela voz do Dr. Carlos Olavo, membro do seu Directorio, manifesta a sua abstenção, já que «não quer dar, com a sua presença e a sua participação, foros de regularidade a umas eleições em que as listas dos candidatos se não apresentam em igualdade de condições». No entanto, não nega a sua simpatia às listas apresentadas pela oposição, «pelos princípios que proclamam e pelo denodo que manifestam os candidatos», e promete até a colaboração possível: «cada um de nós fará o que estiver ao seu alcance para que esse triunfo seja uma realidade» (90).

O Partido Socialista, através de um comunicado da Conferência Socialista de Lisboa, embora louve e saude «a coragem cívica dos homens que figuram nas listas apresentadas em três círculos, pela Oposição», vinca a sua independência e isolamento, não se considerando representado nessa candidatura.

É que, «para que das próximas eleições adviesse algum benefício para o país, mesmo com a derrota total das oposições seria indispensável um mínimo de condições morais, que infelizmente não existem». Além disso a sua estratégia é outra, «precisa de anos e apóstolos para frutificar». O que não impede porém que dê «liberdade aos seus companheiros para votar e fiscalizarem as urnas até à contagem», sem porém participarem nas comissões ou assumirem delegação dos candidatos (91). Também o Movimento Nacional Popular de Rolão Preto, embora sem concorrer, veio a público defender a convergência nacional em defesa da liberdade, recomendando o cumprimento do dever cívico no dia das eleições, o mesmo é dizer, convidando a votar na oposição (92).

Trata-se portanto de um abstencionismo colaborante, diverso do abstencionismo não pactuante, senão mesmo atacante, que vemos expresso pelo MND e ainda pela SPIO, e

O República, 10.X.53 e 11.X.53.

C⁹⁰) Diário de Lisboa, 15.X.53.

(⁰¹) República, 21.X.53.

D República, 21.X.53.

por um então desconhecido Partido Cristão Democrata (em organização), de duvidosa origem.

A SPIO, contra cujo comunicado o do Partido Socialista se insurgia, contestando-lhe representatividade, defendera, dias antes, o alheamento das eleições, «por não reconhecer a existência de um mínimo de liberdades e de garantias fundamentais de todos para todos» (93). O Partido Cristão Democrata, que nunca se identificou pessoalmente em público, e dizia que «só entrará em actividade pública, depois do reconhecimento e legalização pelas entidades oficiais» (94), vai mais longe: não se limitando a defender a abstenção, ataca a apresentação de listas e a oposição, os processos dos seus «pseudo-dirigentes», que apenas têm provocado o «desprestígio do movimento democrático», para defender uma oposição colaborante e mediadora: «uma oposição bem intencionada é a melhor colaboradora de um governo bem intencionado. Pode haver processos de execução diferentes mas o que deve interessar é que seja atingido o objectivo que se pretende: a melhoria de vida e dos direitos do povo português» (95).

No entanto a mais forte crítica do intervencionismo pertenceu ao MND que a 14 de Outubro num extenso comunicado — «O MND perante o actual momento político» — reiterou as razões do seu abstencionismo eleitoral. Responderam-lhe os intervencionistas de Lisboa — rotulando-os de «doidos da extrema esquerda» (96) — e os de Aveiro que, através de um dos candidatos, foram ao ponto de acusar o MND de não ser nem nacional nem Democrático, porque «visa simplesmente servir a causa do alargamento do imperialismo russo», denunciando-o como «nova alcunha dos chamados comunistas» (97).

A divisão da oposição diminuiu a intensidade crítica da campanha contra o governo. Curiosamente, a maior luta foi dada ainda a nível cívico pela Comissão Promotora de Voto, que se bateu com o Governo por uma dignificação do processo eleitoral. * (*)

(93) *Diário da Manhã*, 11.X.53.

(94) O Manifesto de tal Partido, por não ser assinado, despertou compreensíveis dúvidas sobre a genuinidade dos seus impulsionadores. O P. Abel Varzim, que, como deputado, se notabilizaria durante a guerra pelas suas intervenções e preocupações sociais, desmentiria qualquer identificação e demarcar-se-ia dos promotores que considerou estarem «muito afastados das realidades» (*Diário de Lisboa*, 14.X.53).

(95) *Diário de Lisboa*, 10.X.53.

(96) *Diário de Lisboa*, 15.X.53.

(97) *República*, 18.X.53.

Partindo da constatação, referida por António Sérgio, de que «com o recenseamento como foi feito e o medo que tolhe os cidadãos portugueses, nenhum candidato independente pode ter a esperança de ganhar eleições»⁽⁹⁸⁾, a Comissão Promotora de Voto desencadeou uma série de protestos e exigências tendentes a rectificar o recenseamento e a possibilitar a fiscalização do acto eleitoral.

Em primeiro lugar, exigiu do Governo a possibilidade de consultar livre e integralmente os cadernos eleitorais para que também a oposição, e não só a União Nacional, pudesse averiguar da totalidade do recenseamento, o que era diferente da consulta restrita e individual de cada eleitor acerca da sua inscrição pessoal, que as autoridades queriam apenas autorizar⁽⁹⁹⁾, ou da obtenção, altamente dispendiosa, de certidões individuais, que também se possibilitava.

Como tal consulta fosse recusada, reivindicava então o envio à Comissão Promotora de Voto de «cadernos idênticos às cópias parcelares, idênticas às que vão ser remetidas, em breves dias, aos presidentes das assembleias de voto», o que, atendendo à exiguidade do número de círculos em que a oposição concorria, se afigurava tarefa comportável.

Só assim, de facto, se poderia obstar a que várias irregularidades ocorressem ou fossem arbitrariamente cometidas, como a não inclusão ou o corte abusivo, tantas vezes detectado, de nomes de pessoas contrárias ao regime, ou a multiplicação de nomes de pessoas afectas à situação, ou ainda a não exclusão de pessoas falecidas ou incapacitadas pelas quais outras indevidamente se atreviam a votar⁽¹⁰⁰⁾. Só assim seriam dadas à oposição as mesmas possibilidades, conferidas à União Nacional, não só de controlar o recenseamento, como também de envio domiciliário das próprias listas de voto, evitando assim que quem quisesse votar na oposição tivesse que

⁽⁹⁸⁾ Entrevista ao *República*, 11.X.53.

⁽⁹⁹⁾ Diz António Sérgio que até 1953 não havia cadernos, mas ficheiros, e que cada eleitor podia apenas consultar a sua ficha. O ficheiro, em 1948, ainda estava à vista, mas em 1953 nem isso. Era um «ficheiro oculto e a consulta exclusiva do funcionário» (idem).

⁽¹⁰⁰⁾ Um comunicado da Conferência Socialista de Lisboa, explicava como era facilmente conseguido esse «voto plural»: «Alguns bons milhares de cidadãos encontram-se legalmente recenseados duas, três, quatro, dez vezes mais e nada impede dentro da lei que eles aproveitem a oportunidade. Esses cidadãos que assim se destacam do vulgo são recenseados normalmente pela residência, mas pagam contribuições pelo comércio ou indústria que exercem, também com toda a normalidade, em freguesia diferente; generosamente a lei, impõe-lhes a pluralidade» (*República*, 21.X.53).

procurar por seus meios a respectiva lista, e que ninguém, por outro lado, se sentiria obrigado a votar na lista da União Nacional que era exclusivamente distribuída domiciliariamente pela polícia. De facto, reconhecia-se, «foi imposta a todos a ida às urnas, já que os nomes são enviados aos agentes recenseados pelas próprias repartições, e já que por hábil conselho dos chefes, ou por simples receio de denúncia, raros se terão negado ao acto, fiscalizável e fiscalizado, da comparência. Daí que, portadores todos da mesma lista, não puderam fazer mais do que votar nos nomes indicados»⁽¹⁰¹⁾.

Exigiu seguidamente a Comissão Promotora de Voto que todas as listas fossem impressas em idênticas condições, no mesmo local e em igual papel, contrariando casos passados em que isso não se verificara, e eliminando dificuldades invocadas na altura para obtenção do mesmo papel, o que efectivamente veio a conseguir.

Exigiu ainda igualdade de facilidades na utilização de microfones de emissoras e de edifícios públicos para sessões de propaganda, o que, ao contrário de garantias dadas pelo Ministro da Presidência nesse sentido, se aconteceu em Lisboa com a cedência do Liceu Camões, não se repetiu já em Lisboa com o Pavilhão dos Desportos e com o Estádio Nacional, e no Porto com a recusa do Liceu Carolina Michaëllis, ambos usados pela UN⁽¹⁰²⁾. O mesmo não aconteceu também com o Rádio Clube Português que retirou os microfones à oposição a partir do meio da campanha.

Exigiu por fim que os candidatos, ou delegados seus, pudessem exercer fiscalização nas mesas de voto e nas assembleias de apuramento, para que pessoas recenseadas votassem mais do que uma vez ou não recenseadas o fizessem, como acontecia; para que não pudesse dar-se o caso de se saber antecipadamente o número de votos das listas antes do encerramento e contagem das urnas, como se verificou; para que a apresentação e identificação dos eleitores se fizesse pelos nomes e não pelos números constantes nos subscritos da União Nacional, como também se deu em mesas, cujos presidentes chegaram a perguntar por esses sobrescritos; para que não se adulterasse ou alterasse a contagem final dos votos.

Foi uma aguerrida luta travada com o Governo, com troca frequente de comunicados, que a Comissão Promotora de Voto viu muito longe de ter sido coroada de êxito. Os cadernos não foram facultados, as listas de oposição não foram

⁽¹⁰¹⁾ *República*, 24.X.53.

^(m) *República*, 25.X.53.

domiciliariamente distribuídas, a fiscalização não só não foi completa, como muitos candidatos e delegados se viram impossibilitados de a fazer por recusa pura e simples da sua presença ou de credencial apresentada, ou porque algum escrutínio se fez à porta fechada.

A advertência de Egas Moniz no decurso da campanha — de que «eleições sem fiscalização da oposição, que segundo me disseram, o partido do governo não admite que exista, não merecem esse nome. São nomeações que podiam ser feitas no Ministério do Interior»⁽¹⁰³⁾—não demoveu porém os intervencionistas de prosseguir. Tratava-se no dizer do Candidato portuense António Macedo em entrevista à *República* de «aproveitar as oportunidades para fazer a denúncia perante o país das irregularidades e das anomalias eleitorais que o governo seja obrigado a praticar para sobreviver»⁽¹⁰⁴⁾, mas também de ir forçando o governo a satisfazer as reivindicações apresentadas para eleições dignas e livres.

Apesar de não terem sido dadas todas as garantias suficientes, a oposição comunica publicamente que decide participar até ao fim e ir às urnas, porque entende «que as sucessivas desistências mais não têm feito do que enfraquecer as energias cívicas da população e que a elas cabem sérias responsabilidades neste marasmo político com que a situação se compraz, para viver, descuidada, na sua vida folgada e farta»⁽¹⁰⁵⁾.

Como era de esperar os resultados conseguidos pela oposição foram modestos: 6.821 (8,7%) em Aveiro, 21.104 (9,98%) em Lisboa, 15.843 (11,8%) no Porto, embora tenham obrigado os resultados da União Nacional, nesses círculos, a não irem além de 52,1% em Aveiro, 50,1% em Lisboa, e 52,9% no Porto.

As eleições de 1957 vão porém inverter curiosamente as posições no seio da oposição ainda dividida, e onde a Comissão Promotora de Voto de António Sérgio continua a pugnar pela dignidade cívica e moral das eleições⁽¹⁰⁶⁾. Os intervencionistas de ontem aparecem agora a defender a abstenção, já que, como justificam numa longa exposição enviada ao Presidente da República a 4 de Outubro, o governo se recusa a «promover a realização de eleições livres» e insiste em man-

⁽¹⁰³⁾ *República*, 28.X.53.

⁽¹⁰⁴⁾ *República*, 14.X.53.

⁽¹⁰⁵⁾ *Diário de Lisboa*, 4.XI.53.

⁽¹⁰⁶⁾ A Comissão Promotora do Voto dirigiu ao Ministro da Presidência duas exposições a 15 de Fevereiro e a 13 de Maio que ficaram sem resposta.

ter as «insuficiências da lei eleitoral» (107). Cunha Leal, que não figura entre os assinantes, virá mais tarde a defender idêntica posição (108). E Rolão Preto, convidado a integrar como independente a lista de Lisboa, recusará alegando também não estarem satisfeitas as garantias de fiscalização do acto eleitoral por parte do Governo (109).

Por outro lado, um novo intervencionismo surge, mais disposto a disputar ao Governo o direito de existir como oposição, e a criticá-lo no terreno da governação, a que o PCP dá a sua adesão, invertendo a tática até aí seguida. «O Partido — autocriticava-se *O Militante* (110), — tomando os seus desejos por realidades, considerou o Movimento Nacional Democrático como a forma mais acabada de unidade e, por analogia, considerou o seu candidato à presidência da República, o Prof. Rui Luis Gomes, como o candidato que, na altura, melhor correspondia aos interesses de luta anti-salazarista». Por isso, o PCP retirado o seu apoio ao MND, que é dissolvido ainda em 1956, abandona e advoga a participação eleitoral, com base numa plataforma comum de reivindicações de condições mínimas: novo recenseamento, ampla liberdade de propaganda eleitoral e participação de democratas nas mesas de voto e assembleias de apuramento (111).

Surgem assim, como resultado desse novo intervencionismo listas de candidatos da oposição em Lisboa, Porto, Braga e Aveiro (112).

(107) *Representação dos Democratas Abstencionistas a sua Ex.^a o Presidente da República. Eleições para a Assembleia Nacional em 3 de Novembro de 1957. Entregue em 4 de Outubro de 1957.*

(108) *Diário de Lisboa*, 23.X.57.

(109) *Diário de Lisboa*, 12.X.57.

(110) *O Militante*, n.º 92 (Abril) 1957, citado por *Diário da Manhã*, 9.X.57.

(111) *Diário da Manhã*, 28.X.57.

(112) Eram as seguintes as listas apresentadas:

LISBOA: Gen. Ferreira Martins, Lídia da Fonseca, M. J. Palma Carlos, Rui Cabeçadas, Câmara Reis, Rogério Paulo, Manuel Sertório, Arlindo Vicente, Nikias Skapinakis, José da Cruz Ferreira, Domingos Carvalho, Óscar dos Reis Figueiredo; AVEIRO: Manuel Neves, Virgílio Pereira da Silva, Júlio Calisto, Alfredo Magalhães, Costa Pereira, Manuel Pato; PORTO: Mem Verdial, Artur de Oliveira Valença, Artur Santos Silva, Manuel Coelho dos Santos, Augusto César de Barros, Amadeu Morais, Jaime Vilhena de Andrade, Artur Vieira de Andrade, Pedro Veiga, Rodrigo Teixeira Mendes Abreu; BRAGA: Luis Caseiro, José Justino Amorim, Eduardo Pereira Santos, Francisco Pinto Rodrigues, Guilherme Branco, Joaquim Borgia.

Apenas Câmara Reis, em Lisboa, e 2 candidatos por Aveiro da lista de 1953, figuravam de novo nas listas dos mesmos distritos. Em Lisboa é visível a participação de um importante núcleo da nova Direcção da *Seara Nova*.

Contrariamente ao que acontecera com a intervenção da oposição em 1953, que fora fundamentalmente civilista, isto é, mais voltada para a denúncia da antidemocraticidade e das irregularidades do processo eleitoral, e para a exigência da liberdade e pureza das eleições, (o que lhe valeria a crítica por parte da situação de não possuir um programa) ⁽¹¹³⁾, a intervenção, sem descurar a exigência das condições e a denúncia dos atropelos à liberdade eleitoral, vai palear-se agora por uma crítica política ao governo e às suas políticas sectoriais, produzindo as candidaturas manifestos programáticos onde atacam o Governo na sua actuação política, económica, social.

Tal foi o caso dos candidatos de Braga, com um longo Manifesto ⁽¹¹⁴⁾, onde é visado particularmente o sub-desenvolvimento do país que o regime governa há 3 décadas, e onde se apontam medidas tendentes à modernização da agricultura, ao desenvolvimento da indústria, ao alargamento das vias de comunicação, à melhoria dos salários, à revisão dos impostos, ao exercício das liberdades fundamentais. Desde logo porém se avisa aí que «estamos dispostos a disputar as eleições, e disputá-las-emos desde que o governo dê ao acto eleitoral as condições mínimas de dignidade, sem as quais esse concurso atraí-ria os sérios propósitos que nos animam» ⁽¹¹⁵⁾.

Tal foi o caso igualmente dos candidatos do Porto que, proclamando-se independentes e não comunistas, contrários aos «totalitarismos das esquerdas e das direitas», denunciam o regime na «Proclamação ao Povo Português» ⁽¹¹⁶⁾ como responsável pelo sub-desenvolvimento do país, e apresentam no Manifesto uma série de pontos programáticos de actuação futura quer política (democratização das instituições, li-

⁽¹¹³⁾ António Sérgio, virá no final da campanha justificar essa ausência, dizendo não ser objectivo da candidatura da oposição, tornar-le governo, não precisando nem devendo ter a preocupação de um programa de governo. Em todo o caso, dá a conhecer um esboço de programa que alguns democratas a ele ligados haviam elaborado em oito Bases, (*República*, 5.XI.53).

⁽¹¹⁴⁾ *República*, 6.X.57.

⁽¹¹⁵⁾ *República*, 6.X.57.

⁽¹¹⁶⁾ *República*, 7.X.57.

berdades e garantias fundamentais) quer económica (revigoração da iniciativa individual e empresas colectivas, valorização da agricultura e da indústria sem monopólios, protecção às pequenas e médias indústria e lavoura, adesão à CEE, mercado único português com o Ultramar) quer social (elevação do nível de vida, cooperativismo, seguro e previdência social, reformas fiscal e judiciária, protecção à infância, velhice e invalidez) ⁽¹¹⁷⁾.

Tal foi ainda o caso dos candidatos de Lisboa, em cujo primeiro comunicado se vê pela primeira vez, manifestar «repúdio do ideário totalitário do Governo e do capitalismo monopolista dominante, beneficiário e inspirador daquele». Considerando-se não «como candidatos da Oposição, mas sim como candidatos oposicionistas» explicam porque decidem intervir: «Desistimos de solicitar indefinidamente a concessão das condições necessárias ao livre exercício de voto como realidade prévia ao início do prélio... é lutando, plenamente, até à exaustão, nas condições de momento, que paulatinamente poderemos alcançar no campo eleitoral aquilo de que carecemos: uma legislação honesta. Entendemos que nos tornaremos mais amplos, como cidadãos, a exercer o direito de voto nas condições peculiares ao normal exercício da Democracia, exercendo-o ainda nas piores condições do que renunciando voluntariamente a esse exercício por imperfeito». E respondendo aos abstencionistas: «não só nós, oposicionistas, nos robusteceremos cívicamente pelo exercício conseqüente dos direitos políticos que nos são reconhecidos como a nossa presença no pleito eleitoral funcionará precisamente como a única força moralizante do mesmo». Nesse sentido reivindicam do Governo uma cópia dos cadernos eleitorais e a possibilidade de fiscalização do escrutínio que põem como condições «imprescindíveis para a honestidade do acto eleitoral e seriedade dos resultados apurados» ⁽¹¹⁸⁾. E muito embora reconheçam não lhes incumbir a apresentação de um programa de Governo, insistem porém em traçar algumas normas programáticas de orientação: regulamentação na Assembleia Nacional de todos os direitos fundamentais, amnistia, abrogação das «medidas de segurança», elevação do nível de vida, distribuição equitativa de crédito, protecção às pequenas e médias actividades

⁽¹¹⁷⁾ *República*, 15.X.57.

⁽¹¹⁸⁾ *República*, 16.X.57.

económicas, redistribuição dos encargos fiscais, liberalização do associativismo de classe e cultural, novo estatuto civil da mulher, autonomia universitária e estudantil, plano de divulgação de cultura, abolição da censura e promulgação de uma lei de imprensa, estabilidade pecuniária e social dos artistas, ensino artístico) (119). Tais pontos mereciam um mais desenvolvido tratamento, num esboço do programa publicado pouco depois apresentado para estudo e debate das demais candidaturas (120) e que fora elaborado muito antes da campanha eleitoral por uma comissão de Candidaturas do Círculo Eleitoral de Lisboa, constituída em Julho, presidida por Azevedo Gomes, composta por Vieira de Almeida, Moreira de Campos, Carlos Pereira, Sá Cardoso, Mayer Garção, Acácio Gouveia, Nuno Rodrigues dos Santos, Fernando Homem de Figueiredo (ferroviário), José Hipólito dos Santos (estudante) mas que face à ausência de garantias a dar pelo governo optaria pela abstenção (121).

Tal foi, por último o caso dos deputados de Aveiro, que no documento de apresentação da candidatura fixaram também programáticamente «os objectivos imediatos de uma política de ressurgimento nacional»: actualização de salários, redução de intermediários, fomento de exportação, reforma fiscal, apoio técnico à agricultura, estímulo ao investimento agrícola, redução de despesas militares, reforço das verbas para a educação, justa aplicação dos fundos sociais, assistência materno-infantil, serviços médico-sociais, solução do problema da habitação, aumento da escolaridade obrigatória, igualdade sexual de direitos, amnistia política e substituição da censura por uma lei de imprensa (122).

Esta dualidade de comportamentos da oposição não escapou ao próprio governo, que dele procurou colher dividendos. Trigo de Negreiros, Ministro do Interior, falando no Porto a 9 de Outubro de 57, diferenciou publicamente os «liberais e democráticos» e os «de mentalidade diversa e por vezes oposta, que constituem, em muitos países, o partido do estrangeiro». «A abstenção de uns significará, por ventura, simples processo de combate — acrescentou — enquanto que a atitude de outros reflectirá o ódio à organização social e po-

(119) *República*, 16.X.57.

(120) *República*, 23.X.57.

(121) *Diário de Lisboa*, 20.X.57.

(122) *Diário de Lisboa*, 17.X.57.

lítica e às instituições representativas, num nível e com alcance que transcendem o Regime. E esta mesma distinção ainda é verdadeira quando se trata de analisar no aspecto ideológico os agrupamentos oposicionistas que à abstenção preferem a acção». Reconheceu porém o ministro que entre os intervencionistas «que serão possivelmente abstencionistas a prazo», há «confusões em que se corre o risco de se ser injusto. Mas dessa confusão não somos nós culpados. A responsabilidade pertence aqueles que não souberam preservar-se de contactos indesejáveis e alienar corajosamente solidariedades comprometedoras» (123).

Era um repto à Oposição, um convite à demarcação dos comunistas, se não queria ver-se tratada pelo Governo como eles eram tratados.

Era um apelo à colaboração, uma tentativa de descolar a «oposição construtiva» da «oposição sistemática e facciosa». «A oposição — disse o Ministro dias depois em Aveiro (124) — entendida como crítica independente e fiscalizadora, capaz de censurar e louvar com imparcialidade, tem um papel útil e pode utilmente servir o país».

Os candidatos de Braga e do Porto, sensíveis à pressão das autoridades, enjeitam a acusação de «comunismo». «Somos homens liberais — diziam os primeiros (125) — abertos à convivência com todos, sem compromissos nem com o PC nem com a União Nacional. Homens independentes — cujos nomes, por isso mesmo, têm resistido intactos às calúnias de alguns dos nossos opositores, por mera exploração política já incapaz de iludir seja quem for, ora insinuam que somos comunistas (em discursos e comunicados) ora nos chamam burgueses-socialistas (no *Diário da Manhã*), enquanto, por outro lado, o Prof. Mário de Figueiredo, na sessão da União Nacional, em Braga, declarou, não acreditar que sejamos comunistas». Os segundos, por seu turno, voltam a insistir que são «alheios a partidos e contrários a totalitarismos da esquerda ou de direita, que não preconizam o regresso ao Partido nem concordam com a ordem política do Presente, antes proclamam a necessidade urgente de Portugal se integrar de facto e de direito na Comunidade Política dos Povos Livres do Ocidente, através de uma imediata e progressiva democratização das leis e das instituições» (126).

(123) *Diário da Manhã*, 9.X.57.

(124) *Diário da Manhã*, 17.X.57.

(125) *Diário de Lisboa*, 25.X.57.

(126) *República*, 23.X.57.

Só os candidatos de Lisboa, em cujo programa figuravam pela primeira vez, uma crítica ao capitalismo monopolista, se furtou a tais declarações ou classificações. O Governo tomou-o por isso como alvo preferido, rejeitando a apresentação da candidatura. Os recursos interpostos pelos candidatos Palma Carlos e M. Sertório, não são atendidos pelo Supremo Tribunal Administrativo, e a oposição vê-se em Lisboa impossibilitada de concorrer.

Nos demais distritos, formulam-se então ao governo exigências mínimas como condição de participação, nomeadamente a obtenção de cópias dos cadernos de recenseamento, presença nas mesas eleitorais pelo menos de um secretário e de um escrutinador indicados pela oposição, e um boletim único incluindo as duas listas ⁽¹²⁷⁾.

A resposta do governo é a mesma de sempre: será facultada a consulta (obviamente individual) mas não qualquer cópia dos cadernos eleitorais ⁽¹²⁸⁾. E como a passagem de certidões carece de indicação prévia dos nomes dos cidadãos que as requerem, que só a posse dos cadernos permitiria, os candidatos do Porto e de Aveiro, pedem ao Presidente da República, a 1 de Novembro, o adiamento das eleições por dificuldade de consulta dos cadernos em tão curto espaço de tempo, e no dia seguinte, véspera das eleições, perante o indeferimento das suas exigências, anunciam que se retiram.

Só os candidatos de Braga persistem na ideia de ir até ao fim, apesar das limitações da organização de propaganda, e do processo eleitoral. «Só indo às urnas — justificam-se — contribuimos para despertar o eleitorado pela indiferença pela Coisa Pública em que o lançaram. É só indo às urnas que contribuiremos para levar todos a exercerem o seu direito de intervir na vida da Nação e, portanto, a cooperarem desde já activamente na resolução dos problemas do povo português» ⁽¹²⁹⁾.

A 3 de Novembro, a lista de Braga obtinha apenas 5.138 votos, isto é, 5,8% da opinião do eleitorado do distrito, contra 67,7% obtida pela União Nacional.

Esta campanha eleitoral fez porém surgir novos sectores na oposição. Importantes correntes de opinião pública

⁽¹²⁷⁾ «9.º Comunicado. Os candidatos independentes do Porto perante o acto eleitoral», *República*, 23.X.57.

⁽¹²⁸⁾ *Diário de Lisboa*, 26.X.57.

⁽¹²⁹⁾ *Diário de Lisboa*, 25.X.57.

exprimiram pela primeira vez e de maneira nova o seu desacordo com o regime.

Tal foi o caso de um jovem grupo de monárquicos, entre os quais Francisco de Sousa Tavares, Barrilaro Ruas, Ribeiro Teles, Domingos Megre, Portugal da Silveira, João Camossa, que, aproveitando a formal «liberdade de voto» preconizada pela Causa Monárquica ⁽¹³⁰⁾, veio a público demarcar-se do regime. Embora, não lhe negando até alguns elogios, dizem que é com um «sentimento de tristeza e de mágoa intelectual» que vêm o regime persistir no «dogma da intangibilidade governativa e da excelência administrativa» e no «princípio de autolegitimação do partido único». Denunciam a «inconstitucionalidade do sistema, e portanto, a continuação já anormal do Estado da Ditadura do País» e preconizam «o caminho para uma nova constitucionalidade», que passe pela melhoria das condições de vida e pela solução da crise cultural, mediante a restauração do prestígio da inteligência e hábitos da cultura, através da reforma da mentalidade.

Tal foi ainda o caso de alguns sectores católicos que, afastando-se do regime, obrigam o *Novidades* a precisar que «se os católicos ... não regateiam a sua admiração e o seu apreço pela figura extraordinária do Presidente do Conselho, não se lhes pode exigir, pelo facto de serem católicos, tenham de apoiar forçosamente todas as iniciativas políticas. Nas actuais circunstâncias não pretendem organizar nenhum partido político [como algum candidato situacionista propalara], nem desejam imiscuir-se nas lutas partidárias, mas ninguém tem o direito de lhes impor o sacrifício da sua maneira pessoal»... «Os católicos nunca regatearam a sua colaboração ao governo na obra construtiva, mas não podem ser, como tais serventuários de nenhuma situação política» ⁽¹³¹⁾.

Com as eleições de 1957 encerra-se um ciclo de vida da oposição ao regime iniciado em Outubro de 1949. O Governo não soubera tirar partido da guerra fria para cooptar parte da Oposição que chegara a mostrar-se disponível para uma cooperação, desde que o regime abrisse a representação parlamentar à presença de minorias não pertencentes à União Nacional. E o PC

⁽¹³⁰⁾ Dizemos «formal» pois a posição substancial da Causa era outra. Assim, o comunicado que concedia essa «liberdade de voto», dizia também que «sob a chefia excepcional do Presidente do Conselho, verdadeiro intérprete dos interesses nacionais, a nação não terá certamente de hesitar no caminho a seguir» (*Diário de Lisboa*, 16.X.57).

⁽¹³¹⁾ *Diário de Lisboa*, 19.X.57.

consequira evitar a fractura da Oposição e manter válida a estratégia frentista por ele liderada. A par disso alargara-se com o descontentamento alastrante, o leque de sectores de opinião que integravam a oposição ao regime. Estavam de novo criadas as condições para uma reunificação e ampliação da oposição, que vai verificar-se na campanha para as eleições presidenciais de 1958.

3. *A reunificação da oposição: campanha do general Humberto Delgado*

Quando após as eleições para a Assembleia Nacional de 1957 a oposição começou a pensar no aproveitamento das eleições presidenciais do ano seguinte, estava longe da unidade que viria por fim a conseguir em Junho. E disso foi indício a apresentação de mais do que uma candidatura.

O Directorio Democrático Social pensou na reedição da candidatura do Aim. Quintão Meireles e no lançamento da candidatura de Jaime Cortesão. Para isso porém apresentou ao Presidente do Conselho uma série de reivindicações como condição de participação: liberdade para preparar a candidatura; cópia dos cadernos eleitorais; cédulas de eleitor; regulamento eleitoral que contemplasse a abolição da censura, a igualdade de acesso à rádio e televisão, e liberdade de reunião; reconhecimento dos delegados eleitorais para a fiscalização das operações de voto; segredo de voto garantido pela igual impressão de listas e integridade das urnas. E estabeleceu um prazo de dez dias para uma resposta satisfatória.

Como a resposta de Salazar não correspondesse positivamente às exigências postas, o Directorio, constatando aue «são impossíveis, com o actual regime, eleições livres»⁽¹³²⁾, resolve por isso, não apresentar candidatura própria, muito embora ressalvem simultaneamente que não se desinteressarão do acto eleitoral⁽¹³³⁾.

Tal ressalva justificava-se pelo facto de ter sido lançada por pressão de António Sérgio — que sempre preferira candidatos militares no activo —, a candidatura independente de Humberto Delgado, que o Directorio bem depressa passaria a encarar com interesse e sem reservas⁽¹³⁴⁾, e logo a seguir a apoiar abertamente.

⁽¹³²⁾ Carta ao Presidente da República (*República*, 2.IV.58).

⁽¹³³⁾ Carta a Salazar de 8 de Abril.

⁽¹³⁴⁾ Entrevista de M. Azevedo Gomes à *República*, 11 de Maio 58.

Os sectores mais à esquerda da Oposição, por seu lado, onde o PC ocupava lugar de destaque, preferiram um civil e «um candidato que se propusesse levar a campanha até ao escrutínio, aprofundando, assim a dinâmica do movimento de massas» ⁽¹³⁵⁾. Nesse sentido conseguiram, primeiro, a aquiescência de Cunha Leal e, na impossibilidade deste, por motivo de saúde, apresentariam a candidatura de Arlindo Vicente, advogado lisboeta que fora membro da recusada lista de candidatos oposicionistas por Lisboa em 1957 ⁽¹³⁶⁾.

As duas candidaturas apresentam-se ao eleitorado nos primeiros dias de Maio, com a publicação das respectivas proclamações.

Humberto Delgado um dos mais jovens generais portugueses, que ocupava no regime cargos importantes ⁽¹³⁷⁾, apresenta-se como desiludido do 28 de Maio e do regime. Tendo dado a um e a outro a sua colaboração dispõe-se agora a repor a pureza do ideário do primeiro e da constitucionalidade do segundo, que julga traído e desfigurado. Candidato Independente — assim se proclama — «acima dos movimentos e particularidades partidárias», embora acusado pelos extremos

⁽¹³⁵⁾ M. Sertório, «A candidatura de Cunha Leal...» in *O Jornal*, 5.III.82.

⁽¹³⁶⁾ Cf. M. Sertório, *idem* e a polémica que se seguiu entre ele e o Contra-Almirante Ramos Rocha (genro de Cunha Leal) nos números subsequentes do mesmo jornal.

⁽¹³⁷⁾ Humberto Delgado fora efectivamente um homem do regime. Revolucionário do 28 de Maio, esteve com as forças da ditadura no 7 de Fevereiro contra os revoltosos. Comissário adjunto da Mocidade Portuguesa e Adjunto Militar do Comando Geral da Legião Portuguesa em 1936, viria a ser mais tarde procurador à Câmara Corporativa (em 1951 e 1952), Adido Militar em Washington, representante português no Comité Militar da NATO e, por último, Director-Geral da Aeronáutica Civil. Admirador de Salazar, a quem em 1937 dedicava um livro de palestras, (*Aviação, Exército, Marinha, Legião*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1937) «em fervorosa, modestíssima e imprópria homenagem», e de que enaltecera em 1939 as «qualidades de carácter, de fé no ressurgir da Pátria, de lealdade, de dedicação, de altruísmo, de honestidade, de sacrifício, de amor ao Exército», e ainda em 1958 reconhecia em entrevista ao *Diário Ilustrado* (10.V.58) que se lhe devia «no início uma obra de ‘arrumação’», mas que não era já «o economista que neste momento precisamos. Penso que chegou a sua hora... É certo: penso que chegou a sua hora. Todos os ditadores neste ponto são iguais — não largam o Poder. Atraí-os a vã cobiça de mandar, como acontece com os actores e atrizes que nunca se acham envelhecidos. O espírito de larga maioria, hoje, é o inerente a uma Nação ansiosa de que o Presidente do Conselho deixe de sacrificar-se mais por ela — se é sacrifício trocar a vida de mal conhecido professor de Coimbra pela do dono de uma Nação a que fez perder a virilidade, ao abusar do remédio para a curar». Cf. *Humberto Delgado. Antes... e... Depois...*, Lx. 1961.

de simpatizante ora do comunismo ora do fascismo, mas apoiado pelos «liberais», «democratas independentes e anti-totalitários», não enjeita, como «liberal» que se professa, qualquer apoio que lhe venha, desde que «ninguém, por deformação espiritual ou interesses desnacionalizados, nos queira privar, como povo ou indivíduos, dos elementos de dignidade humana essenciais na civilização cristã». Dirige-se não só à «Oposição declarada», mas também aos «sectores descontentes da situação», apresentando a sua candidatura como «ponto de partida para a solução pacífica, ordeira e evolutiva» da crise política. Promete opôr-se à «pressentida conjura para a restauração de uma monarquia absolutista» e ao «projecto urdido noutro sector de se suprimirem de futuro as eleições por sufrágio popular». Apresenta-se como defensor do regime republicano e da Constituição em vigor «enquanto a Nação não vir necessidade de livremente se decidir por outra», mas propõe desde já a «adopção progressiva e tão rápida quanto possível dos hábitos políticos correntes nos países democráticos». Defende o intervencionismo, contra o abstencionismo eleitoral dos que o propõem como candidato porque só assim se evitará o que está acontecendo: «o eleitorado vai perdendo o sentimento dos seus deveres cívicos e a parte de responsabilidade que lhe cabe na direcção dos negócios de Estado». O abstencionismo só serve para «justificar a suspensão do sufrágio popular e a substituição pelo voto orgânico corporativo».

Candidato da conciliação, entre oposicionistas inconformados, e situacionistas descontentes, estabelece como programa mínimo: o cumprimento da Constituição, nomeadamente no tocante aos direitos fundamentais; a garantia de ordem pública por uma autoridade forte mas limitada pela moral e pelo direito; o pôr termo à corrupção administrativa, aos abusos e à confusão de poderes; combater a doença e a miséria, e elevar o nível de vida dos mais desprotegidos e de classe média; actualizar a integridade ultramarina; pacificar, reintegrando os que foram afastados e amnistiando os presos, por motivos políticos; promulgar nova lei eleitoral e realizar novas eleições gerais; manter e consolidar os compromissos internacionais, nomeadamente os assumidos no âmbito da NATO ⁽¹³⁸⁾.

Era nos seus propósitos, e no seu programa mínimo, uma candidatura moderada e conciliadora, de uma conciliação que Cunha Leal, em entrevista ao RCP, assim explicava:

(ia)» Proclamação do Gen. Humberto Delgado. Candidato à Presidência da República.

«aceitação da Constituição de 1933, o que não significa a sua perduração ilimitada, como transigência dos oposicionistas, à qual corresponderia, como transigência dos situacionistas o respeito pelos direitos humanos, consignados no corpo do seu artigo 8.º, sem que leis regulamentares previstas em parágrafo, permitissem a proibição efectiva do seu exercício ou a sua restrição a limites intoleráveis e, a par disso, a promulgação de uma lei eleitoral decente, a reintegração de funcionários demitidos injustamente e uma ampla amnistia para os crimes político-sociais» (139).

Moderado e conciliador era também o leque dos seus principais apoiantes que integra figuras monárquicas como Vieira de Almeida, Rolão Preto, Almeida Braga, e republicanos como António Sérgio, Mário de Azevedo Gomes, Aquilino Ribeiro, Artur de Andrade, Olívio França, António Macedo, Vasco da Gama Fernandes, Teófilo Carvalho dos Santos.

Era ainda e sobretudo uma candidatura constitucional. Longe de pretender subverter ou alterar a Constituição, adoptava precisamente como programa cumpri-la, actuar sobretudo o seu artigo 8.º. Mas a 10 de Maio, na Conferência de Imprensa dada no Café Chave de Ouro, anuncia destemida e peremptoriamente que, se for eleito, dentro das prerrogativas constitucionais, demitirá Salazar. Mais do que destruir o regime, o propósito que anuncia é despessoalizá-lo, ou por outra repôr a institucionalidade constitucional.

Se assim é formalmente, na prática porém, dada a identificação do regime com Salazar, a candidatura de Delgado volve-se em candidatura de compromisso, isto é, paradoxalmente, de oposição ao regime, sem repúdio do quadro constitucional.

Nessa mesma conferência de imprensa, anuncia que constituirá «um governo de características militares, capaz de assegurar a ordem e a tranquilidade», que suprima «as leis que contrariam o art.º 8.º da Constituição», e permita, «a constituição de partidos». «Mas até que se eleve o nível político do nosso povo, haverá necessidade de um governo forte e de autoridade, embora, como digo na minha proclamação, limitado pelo direito e pela moral» (140).

Contrário à excessiva duração das ditaduras — «uma ditadura tráz consigo a ideia de certa duração. Prolongada, cai na divinização, na tortura «gestápica», no científico aniquilamento mental de uma nação, no escândalo administra-

(139) *General Humberto Delgado. «O Homem sem medo»* p. 27.

(140) *Gen. Humberto Delgado. O Homem sem medo»,* p. 7.

tivo, no regabofe dos protegidos do tipo *Yes man* — «sim senhor» — ⁽¹⁴¹⁾ e partidário da democracia como sistema político — «adentro das imperfeições dos homens, penso que a Democracia é o melhor compromisso para viver com dignidade e a felicidade ⁽¹⁴²⁾ — deseja que o prazo para a realização de eleições gerais livres, que promete convocar se for eleito, seja o mais curto possível pois deseja «que as Forças Armadas, como nos países realmente civilizados, estejam fora da Política» ⁽¹⁴³⁾.

E quando lhe põem o problema do comunismo, se legalizará o PC, se aceitará o seu apoio, limita-se a dizer que não resolve problemas cujos dados desconhece, e que, em princípio, como candidato independente, aceita que indivíduos livremente o apoiem e não como representantes de partidos ⁽¹⁴⁴⁾.

Arlindo Vicente, por seu turno, era, decididamente um homem de oposição, sem qualquer ligação passada ao regime. Ao apresentar a sua candidatura em Manifesto ao País ⁽¹⁴⁵⁾ coloca-se na tradição do MUD e das campanhas de 1949 e 1951, que diz ter-se consolidado em 1957 com o «movimento cívico intervencionista». Entre os seus apoiantes estão, de facto, muitos dos intervencionistas de 1957, sobretudo os mais próximos do PCP: Câmara Reis e o novo Grupo da Seara Nova, Mem Verdial, M. J. Palma Carlos, M. I. Aboim Inglês, Julião Quintinha, Papiniano Carlos, Ferreira da Costa, J. Seíça Neves, Pulido Valente, Blanchi Teixeira, etc.

Em relação à outra candidatura, observaria na primeira entrevista ⁽¹⁴⁶⁾ com alguma intenção crítica, que «nós não temos qualquer responsabilidade no passado nem nos meandros da Ditadura». Um dos seus apoiantes iria mesmo mais longe numa sessão ao dizer publicamente que quem estava dividido em matéria de candidatura não era a oposição mas o regime ⁽¹⁴⁷⁾.

No entanto o seu programa em nada contradizia o de Delgado. Propunha-se se fosse eleito acabar com a censura, libertar os presos político, formar um governo que garantisse a organização dos partidos — inclusivé o PCP — e a realização de eleições livres ⁽¹⁴⁸⁾, garantir a permanência de Portugal

⁽¹⁴¹⁾ *Idem*, p. 11.

⁽¹⁴²⁾ *Idem*, p. 13.

⁽¹⁴³⁾ *Idem*, p. 14.

⁽¹⁴⁴⁾ *idem*, pp. 6, 7 e 23,

⁽¹⁴⁵⁾ *República*, 8.V.58.

⁽¹⁴⁶⁾ *República*, 9.V.58.

⁽¹⁴⁷⁾ *República*, 12.V.58.

⁽¹⁴⁸⁾ *República*, 9.V.58.

na NATO, colaborar com a Igreja. Única proposta diversa: propunha-se adoptar medidas visando a melhoria das condições de vida, antes mesmo da convocação das eleições ⁽¹⁴⁹⁾.

A sua actuação pretendia-se igualmente na linha da candidatura de Delgado. Aberto a todos os apoios, reivindicava do governo, tal como Delgado, as garantias de um concurso eleitoral leal ⁽¹⁵⁰⁾.

Mas é a campanha de H. Delgado que desperta contudo grandes movimentações de massas por todo o país, de que foram impressionantes manifestações a recepção no Porto, a 15 de Maio, e a chegada a Lisboa, no dia seguinte.

Os apoios inclinavam-se crescentemente para a candidatura de Delgado. A Comissão executiva do PS, o Directorio do Partido Republicano, o Directorio Democrático Social, a par de personalidades de renome (como Cunha Leal) e de grupos qualificados de oposicionistas «socialistas e democratas» ⁽¹⁵¹⁾ entre os quais alguns antigos candidatos às eleições de 1957, vêem a público manifestar a sua adesão ao «general sem medo». Mário de Azevedo Gomes, vem defender a público também a complementaridade das candidaturas, em entrevista ao *República*, a 11 de Maio. A 26 desse mês, Manuel Sertorio, elemento preponderante do grupo *Seara Nova*, apoiante de Arlindo Vicente, defende publicamente a sua renúncia em favor de Delgado, e a constituição de um comando único eleitoral e de um organismo de salvação nacional ⁽¹⁵²⁾.

A fusão das candidaturas era inevitável. A 30 de Julho é celebrado um acordo entre Humberto Delgado e Arlindo Vicente — conhecido por Pacto de Cacilhas — pelo qual o segundo desiste em favor do primeiro.

«A Oposição Independente e a Oposição Democrática, assim dizia a proclamação conjunta ⁽¹⁵³⁾ — representadas pelos seus candidatos à Presidência da República, senhor General Humberto Delgado e senhor Dr. Arlindo Vicente em face

⁽¹⁴⁹⁾ Conferência de Imprensa de Arlindo Vicente, *República*, 14.V.58.

⁽¹⁵⁰⁾ Delgado escrevia logo a 7 de Maio ao Ministro do Interior dando-lhe conta das dificuldades encontradas em não poucos sítios na cópia dos cadernos eleitorais. O mesmo fará Arlindo Vicente a 10 de Maio denunciando junto do Ministro, a dificuldade na obtenção de certidões de eleitor, e solicitando para fotografar os cadernos. E como tivesse pedido em vão a Américo Tomás, informação sobre o tipo de papel em que se propunha imprimir as suas listas, sugeriu a 14 de Maio ao Ministro do Interior que os três nomes dos candidatos fossem impressos numa só lista.

⁽¹⁵¹⁾ *República*, 25 de Maio de 1958.

⁽¹⁵²⁾ *República*, 26.V.58.

⁽¹⁵³⁾ *República*, 31.V.58.

da necessidade de estabelecer, nas urnas, uma unidade de acção contra o Governo verificaram ser útil, e até decisivo, proceder imediatamente a tal unidade, e para isso, estabelecer a actuação comum nos seguintes termos, que se comunicam à Nação.

As candidaturas prosseguirão, a partir desta data, a trabalhar em conjunto, e a final, representadas nas urnas por um só candidato, o General Humberto Delgado, que se compromete, por sua honra e salvo caso de força maior, a tornar efectivo o exercício do voto até às urnas e a estabelecer, em caso de êxito, o seguinte:

- a) Condições imediatas de aplicação do artigo 8.º da Constituição;
- b) Exercício de uma lei eleitoral honesta;
- c) Realização de eleições livres até um ano após a constituição do seu Governo;
- d) Libertação dos presos políticos e sociais;
- e) Medidas imediatas tendentes à democratização do País».

No dia seguinte, Arlindo Vicente convidava os seus apoiantes a votar em Delgado e a União Nacional aproveitava para logo atacar Delgado de ser o candidato dos comunistas. Delgado esclarece por isso de imediato em comunicado que, efectivamente, A. Vicente desistira em seu favor, mas que «jamais em qualquer momento, esperamos obter a adesão ou os votos dos comunistas, com os quais, por formação mental e política, nada temos a ver. Na defesa das liberdades, deles nos encontramos bem mais distanciados dos que os que julgam combater o comunismo. Tendo sido atacado pelos comunistas, como é do conhecimento público, o Candidato Independente não pode nem quer contar com os seus votos. De resto, todo o acordo estabelecido o foi com uma força da oposição autorizada, que estava realizando, na Imprensa e em Sessões Públicas, a sua campanha política. Não nos entendemos com qualquer partido, mas com um sector de descontentamento nacional, que tinha o seu candidato proposto»⁽¹⁵⁴⁾.

O Governo, surpreendido com a força da Oposição e com o impacto da candidatura de Delgado, procurara dificultar os movimentos do General, intimidando-o a ele e aos seus apoiantes. Várias medidas repressivas, limitativas ou intimidativas, são ou consentidas ou promovidas, desde ataques «anónimos» à residência de Delgado em Lisboa, à prisão de

⁽¹⁵⁴⁾ *República*, -1.VI.58.

activistas da oposição, à proibição de publicações pela censura de comunicados e fotografias das recepções a Delgado, à proibição de reuniões em recintos abertos, às dificuldades criadas na afixação de cartazes e à sua apreensão, ao impedimento de deslocações (como aconteceu com a proibição da ida a Braga no dia 1 de Junho, a pretexto de perturbar uma peregrinação ao Sameiro), às cargas da polícia sobre manifestantes (como a de 18 de Maio em Lisboa, por ocasião da sessão no liceu Camões), e, para cúmulo, como aconteceu em Lisboa e em várias zonas do país, ao afastamento compulsivo pela polícia do candidato das multidões e dos seus apoiantes, a quando das recepções e manifestações⁽¹⁵⁵⁾. Tudo isso justificava o Governo a pretexto de que, «em vez do esclarecimento do eleitorado, se procurava criar um clima de agitação social, de desordem e intranquilidade pública»⁽¹⁵⁶⁾ e de que havia «propósito evidente de criar uma atmosfera insurreccional»⁽¹⁵⁷⁾. Por isso, se reuniram, numa clara manifestação intimidatória, a 19 de Maio e a 6 de Junho, os Altos Comandos Militares para «estudar medidas de segurança necessárias à manutenção da ordem e paz públicas»⁽¹⁵⁸⁾ no primeiro caso, e para advertir solenemente, no segundo caso, na véspera de eleições, que «se compete à Nação ganhar a paz no dia 8, compete-nos a nós mantê-la intransigentemente, inflexivelmente, sem reticências de qualquer natureza, no dia 9, e sempre»⁽¹⁵⁹⁾.

A limitação de liberdade de propaganda eleitoral, acrescentou o Governo as já tradicionais dificuldades de controle das operações de recenseamento e de voto. Em vão solicitou

⁽¹⁵⁵⁾ No regresso a Lisboa, depois da apoteótica recepção no Porto, Delgado foi afastado pela polícia do percurso previsto, onde muita gente o aguardava, e obrigado a regressar a casa por outro trajecto. «Depois de vários incidentes — relata Delgado no discurso da sessão do Liceu Camões — e de Lisboa ter assistido a cargas de cavalaria e tiroteio, fiquei detido pela Pide e por forças policiais na minha residência. Ao querer dirigir-me para a sede dos serviços da minha candidatura, elementos que deviam ser da Pide e sem qualquer respeito pelas minhas prerrogativas de Oficial General, resistiram à minha tentativa para sair de casa».

Também no Norte a Comitiva que acompanhava Delgado era reduzida de vários a um ou outro carró apenas, porque a GNR, barando as estradas não deixava passar os demais. (Cf. *General H. Delgado*, «*O Homem sem medo*», pp. 35-36).

⁽¹⁵⁶⁾ Nota oficiosa do Presidente do Conselho, in *Diário da Manhã*, 17.V.58.

⁽¹⁵⁷⁾ Nota do Ministro do Interior (in *Diário da Manhã*, 19.V.58) sobre os incidentes da véspera.

⁽¹⁵⁸⁾ *Diário da Manhã*, 20.V.58.

⁽¹⁵⁹⁾ Discurso de Santos Costa, *Diário de Lisboa*, 6 Junho 58.

Humberto Delgado, ao Ministro do Interior «cópias completas dos cadernos eleitorais de recenseamento a utilizar na próxima eleição presidencial» ⁽¹⁶⁰⁾ ou que essa cópia, autorizada após 10 de Maio, pudesse ser feita não só por escrito mas também por gravação ou fotografia, já que «a UN recebe esse trabalho feito e actualizado» e «as suas listas são distribuídas pelo correio e pela PSP — que não é um organismo eleitoral — e portanto sabem quem são os eleitores» ⁽¹⁶¹⁾. A oposição ficou uma vez mais vedado o acesso completo aos cadernos e, como tal, a igualdade de condições dadas à União Nacional, o que fez Delgado protestar em carta junto do Ministro do Interior: «Não compete ao Governo ajudar os candidatos da oposição a ganhar as eleições, mas também não lhe compete ajudar a União Nacional a ganhá-las, e isso é o que a Nação não verifica» ⁽¹⁶²⁾.

Não foram também dadas garantias de fiscalização, existindo hoje não já apenas dúvidas mas a certeza de que os resultados finais oficialmente publicados, foram viciados. É o próprio Marcelo Caetano, que, nas suas *Memórias* o admite, embora em termos que não alterariam o resultado do voto ⁽¹⁶³⁾. De igual modo, António Sérgio, à frente de muitas outras assinaturas de apoiantes de H. Delgado, viria denunciar após o acto eleitoral, em exposição ao Presidente da República, que as eleições tinham sido uma «farsa indecorosa: na realização do acto eleitoral, um acervo de contradições, arbitrariedades, e violências; na distribuição geográfica e fundamentação social dos resultados da apuração, um absurdo tamanho, que só por si denuncia um estudado processo de viciação; e na sua totalidade, desde o começo até ao fim, uma espécie de assalto na via pública, que afronta o país e o desqualifica perante as nações civilizadas». E justificava: onde houve fiscalização, «a balança das listas inclinou-se a favor do candidato da Oposição», na organização dos cadernos eleitorais, «pela simples suspeita do seu liberalismo, milhares de cidadãos foram privados de sufrágio em todo o país»; quanto à distribuição das listas, uma «boa parte do País» fora privada delas, «antes de mais nada pela impossibilidade de as imprimir e as distribuir no pequeno espaço de tempo que o Governo concedeu às actividades eleitorais; em segundo lugar pelas dificuldades que as autoridades opuseram à sua dis-

⁽¹⁸⁰⁾ Carta ao Ministro do Interior de 21.VI.58 (Arquivo do Min. Interior).

⁽¹⁶¹⁾ *Idem* de 10.V.58.

⁽¹⁶²⁾ Carta ao Ministro do Interior de 10.V.58.

⁽¹⁶³⁾ Marcelo Caetano, *Minhas Memórias...*, p. 577.

tribuição, não excluindo o roubo de muitas milhares de listas»; na campanha eleitoral, mesmo nas vésperas das eleições, fizeram-se «muitas prisões para intimidar o eleitorado, proibiram-se sessões de propaganda», a censura amputou, truncou e suprimiu artigos, entrevistas, discursos e comunicados das comissões de oposição; a fiscalização do apuramento secreto da votação fora impedida, anularam-se listas por motivos irrisionários, houve mesmo um Presidente de mesa que abria as listas, logo que entregues, e «rasgava as que continha o nome do candidato da Oposição»; «várias secções fecharam antes da hora marcada», e em muitas mesas foram eliminadas milhares de listas com o nome de Delgado (164).

Apesar disso a Oposição conseguiu os mais favoráveis resultados de sempre da sua história: 17,7%, contra 52% do candidato do regime, triunfando mesmo em 429 freguesias do país (165).

Se Humberto Delgado saiu das eleições oficialmente derrotado os dividendos colhidos na campanha foram muitos. Nunca o regime fora tão profundamente abalado nos seus alicerces. Alguns dos seus apoios tradicionais começaram a dar indícios de importantes defeições, nomeadamente entre monárquicos e católicos.

Apesar de a Causa Monárquica ter mantido a tradicional posição de neutralidade formal favorável a Salazar, ou seja, enaltecendo Salazar deixa porém aos seus filiados a liberdade de voto tendo porém em vista a «manutenção do prestígio de Portugal no mundo e a salvaguarda do bem comum» (166), o certo é que importantes sectores monárquicos surgiram a apoiar H. Delgado. E entre os católicos, não foi só um grupo reduzido, mas significativo, de personalidades progressistas que lamentam publicamente a acção do jornal *Novidades* durante a campanha, que acusou de não ser nem esclarecedor nem imparcial. E também e sobretudo a famosa carta do Bispo do Porto a Salazar de 13.VII.58, explicando-lhe porque, ausente no estrangeiro, se recusava a vir a Portugal votar e exprimir o seu apoio ao regime.

No final da campanha, o próprio Salazar reconhecerá que a frente nacional de apoio ao regime fora rompida por «uns tantos, poucos, monárquicos» e por «alguns católicos». «Este último facto considero-o de maior gravidade, não pela perda de elementos que individualmente se afastem da frente

(164) In *Eleições no regime fascista*, Presidência do Conselho de Ministros. Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, 1979 (2.ª ed).

(165) Relatório do Ministério do Interior.

(166) *Diário da Manhã*, 25.V.58.

nacional, mas pela perturbação lançada em muitas consciências, até agora tranquilas, acerca da legitimidade das suas posições religiosas e políticas» (167).

No entanto, esta grande unidade eleitoral da oposição em tomo do General Humberto Delgado seria precária e cedo se dissolverá. O Movimento Nacional Independente por ele liderado, criado a 18.VI.58 após as eleições, para dar continuidade à campanha, será fortemente afectado pelas condições de clandestinidade e de exílio que o regime lhe imporá. Com efeito, Delgado é afastado do activo militar a 7 de Janeiro, acusado de violar o estatuto de oficial do Exército por exercer acção de carácter político, reincidir em «afirmações injuriosas para os membros do Governo e o Presidente da República», por se dedicar «à chefia e organização do movimento clandestino» e por prestar declarações políticas em entrevistas à imprensa estrangeira reputadas de «carácter abertamente subversivo» (168). É a 12 desse mês, para evitar a prisão iminente, pede asilo à Embaixada do Brasil em Lisboa, partindo definitivamente para o exílio a 20 de Abril de 1959. Em finais de Junho de 1960 acabará por ser demitido das Forças Armadas (169).

Com as condições que lhe são criadas, o leque dos apoios ao general vai-se progressivamente reduzindo, vindo no futuro a assumir maior importância o dos sectores mais radicais de esquerda, entre os quais o do PCP. Quando porém a PIDE o abate a tiro, em 1965, junto à fronteira luso-espanhola, Delgado era um homem praticamente só e abandonado.

4. *Retorno ao abstencionismo generalizado (1961-1965)*

A Oposição reunida em tomo de Humberto Delgado, desgarrara-se internamente com o exílio a que o General fora forçado, após as eleições. Além disso, o desenvolvimento de uma crescente oposição internacional à política colonial, que o caso de Goa e o desencadear das guerras de África vêm acelerar, nos começos da década de 60, repercutem-se no interior do país e da Oposição, criando novos problemas à unidade de oposição ao regime e proporcionando ao regime um alargamento do consenso com base na questão colonial. Ou

(167) Salazar, *Discursos*, vol. V, Coimbra Editora, p. 516.

(168) *Diário da Manhã*, 7 Janeiro 59.

(169) «Nota Oficial do Gabinete do Sec. Estado da Aeronáutica», *Diário da Manhã*, 28.VI.60.

melhor: a oposição, ao confrontar-se com a agudização das contradições do colonialismo português e com as suas repercussões ao nível interno e externo, vai ser obrigada a reexprimir-se e a reordenar-se.

É precisamente pela «gravidade do momento histórico» que se vive nos começos da década, ditada pelos «dados actuais do problema ultramarino», que um importante sector interno da «oposição democrática, republicana, liberal e socialista», sob a égide de Jaime Cortesão, e reunindo nomes tanto dos sectores abstencionista como intervencionista da década anterior, se dispõe a elaborar nos começos de 1961 um *Programa para a Democratização da República*. Dado que o regime persiste em adoptar respostas à grave crise nacional que apenas encaminham o país para o isolamento internacional, a Oposição decide vir a público tomar posição. Abandona o que considera «oposição clássica», que «por amor às suas convicções, por posição ideológica, por processo de raciocínio, sempre recusou ao regime qualquer espécie de colaboração «ou qualquer medida de apoio», e passa a adoptar uma nova atitude já que se formou «uma vaga crescente de descontentamento e de decepções, que hoje se identifica verdadeiramente com o próprio corpo do país». Porque «agora, a Oposição tem de preparar-se para ser Governo, robustecer em si a consciência das suas responsabilidades, as que detêm neste momento de viragem histórica e as que a esperam num futuro que se aproxima e se desenha à vista de todos», por isso mesmo «tem que entender que há uma nova medida e um novo estilo de necessidades dos povos, uma posição diferente de integrar o sentido e a urgência dos problemas nacionais, ser capaz de seriar cada particularismo no esquema inflexível do interesse de todos».

Por isso se abalança a Oposição a apresentar um programa que mais do que de governo é programa de transformação do regime, em linhas gerais, mas também em traços particulares, de políticas sectoriais. Assim, a par de medidas imediatas para a «restauração da ordem democrática» (como o restabelecimento das liberdades públicas, a promulgação de nova lei eleitoral, a liberdade de formação de partidos políticos, a libertação de presos políticos, a readmissão dos funcionários despedidos por razões políticas, a liberdade sindical, a extinção das organizações fascistas e paramilitares, a extinção da PIDE e dos Tribunais Plenários, inquérito aos abusos do poder e às fortunas fraudulentas a entregar aos tribunais) e para a «liquidação da organização corporativa» (extinção das corporações, integração na administração pública dos organismos de coordenação económica, transforma-

ção de grémios em associações de classe, e das casas do povo e dos pescadores em cooperativas), surgem arrumadas por capítulos, medidas para a reforma administrativa, para o estabelecimento da liberdade religiosa, para assegurar os direitos fundamentais aos povos do ultramar (na democratização, no desenvolvimento e na descentralização) para a reforma da justiça e do ensino, para o desenvolvimento da economia e a melhoria das condições de vida, para a reforma fiscal, agrária e industrial, e ainda para uma melhoria das condições de trabalho e previdência, de saúde, de habitação e de defesa nacional. Por último, um capítulo dedicado à política externa, a desenvolver de acordo com a carta da ONU, as alianças históricas, a abertura a todos os países da ONU e a normalização das relações com os novos estados independentes de África e da Ásia. O Programa, que fora elaborado antes do eclodir da revolta em Angola, mas que fora publicado já depois dela, com um apelo a «reencontrar na paz — nunca na guerra — o caminho do diálogo entre as populações e o assecuramento de todos os direitos» dos territórios ultramarinos.

O Programa para a Democratização da República — assinado a 31 de Janeiro, entregue na Presidência da República por Mário de Azevedo Gomes, Acácio Gouveia e Eduardo de Figueiredo, a 6 de Fevereiro, e tornado público em Conferência de Imprensa a 11 de Maio de 1961—vai ser o estandarte da Oposição nas eleições que no Outono dessa ano têm lugar, sob o signo agitado do começo da guerra de Angola, e ainda sob o efeito do abortado golpe de Estado do Gen. Botelho Moniz, em 14 de Abril de 1961.

A Oposição, reunida em torno desse Programa, cuja publicação o Governo proibira, chegando mesmo a prender alguns dos signatários (entre os quais Mário Soares, Piteira Santos, Acácio Gouveia e Gustavo Soromenho), sob o pretexto de o haverem distribuído à imprensa estrangeira, entra na campanha eleitoral de 1961, para dela apenas colher as possibilidades de propaganda e de denúncia do regime, vindo porém a desistir à boca das urnas, já que o Governo, uma vez mais, se recusa a satisfazer as condições de participação postas pela Oposição.

A 20 de Setembro foi entregue por Adão e Silva uma exposição da Oposição a Salazar em que exigem, como condições para a participação no acto eleitoral, a libertação dos oposicionistas presos sem culpa formada, entre os quais alguns signatários do PDR, como Mário Soares e Piteira Santos; a publicação do mesmo PDR; a igualdade de circunstâncias para a Oposição e para a União Nacional no uso dos meios de comunicação social para propaganda; a neutralidade do Gover-

no na campanha; a criação de um órgão de fiscalização e arbitragem do acto eleitoral; e a marcação da data das eleições. A resposta de Salazar é ou negativa ou evasiva ⁽¹⁷⁰⁾, e as exigências da oposição não são por isso satisfeitas. Em resposta ao novo requerimento da oposição republicana de Lisboa, de 19 de Outubro, o Governo, através do Ministro de Estado Correia de Oliveira, fundamenta mais detalhadamente as razões da recusa: o FDR não pode ser aceite como programa de campanha eleitoral da oposição «por se propor ou consentir a subversão de princípios que são a própria essência de Nação; a propaganda apenas pode ser feita pelos candidatos nos círculos onde se candidataram; os oposicionistas presos não o estão por serem signatários do PDR; não é praticável a consulta aos cadernos eleitorais, nem outra fiscalização diversa da que é confiada aos escolhidos do governo.

Mesmo assim, a Oposição decide apresentar listas em oito distritos do Continente — Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Lisboa, Porto e Santarém — no Funchal, e em Moçambique ⁽¹⁷¹⁾. Em Braga surgem mesmo duas listas da Oposição, reflectindo as duas tendências que, na década anterior, se haviam evidenciado no seio da Oposição. E em Lisboa, a par da candidatura da Oposição republicana e de-

⁽¹⁷⁰⁾ Despacho do Chefe do Governo, *Diário da Manhã*, 13.X.61.

^(m) Eram os seguintes, os membros das referidas comissões: AVEIRO: Adolfo de Almeida Ribeiro, António Teixeira da Silva, João Sarabando, José de Oliveira e Silva, Manuel das Neves, Virgílio Pereira da Silva; BRAGA: Lista B: Alfredo Vieira Gomes, António de Oliveira Braga, Guilherme Branco, Joaquim Borges, Miranda de Andrade; Lista C: António Pinheiro Braga, Elisio de Azevedo, Francisco Alberto Pinto Rodrigues, Luis Manuel Guedes Pinheiro, Mem Tinoco Verdial, Victor de Sá; CASTELO BRANCO: António Alçada Baptista, Armindo Gonçalves Ramos, João Alexandre Sá Lima e Vasco Luis Rodrigues da Conceição e Silva; COIMBRA: Carlos Almeida, Fernando Vale, Fernando Lopes, Manuel Lousã Henriques, M. Montezuma de Carvalho, Mário Silva; LEIRIA: Alberto Ferreira, Eduardo Carvalho da Silva, J. Constantino Correia Rosa, José Ferreira Júnior, Vasco da Gama Fernandes; LISBOA: Agostinho Sá Vieira, Augusto Casimiro, Carlos Prazeres Ferreira, César dos Reis Ferreira, Francisco Lino Neto, Gilberto Ramos, João Varela Gomes, Luis Dias Amado, Nikias Skapinakis, Nuno Pinto da Costa, Nuno Ribeiro dos Santos, Olindo de Figueiredo; PORTO: Alberto Andrade, Antonio Macedo, Armando Bacelar, Armando Costa, Arnaldo Veiga Pires, Artur Santos Silva, Helder Ribeiro, J. Araújo Correia, Mário Cal Brandão, Olívio França; SANTARÉM: Alfredo Coelho de Guimarães, António da Silva Teles, José F. Rodrigues Pinhão, José dos Santos Lopes, Orlando R. Duarte Pereira.

mocrática, surge, pela primeira vez, uma lista monárquica de oposição.

A Oposição republicana dos oito distritos do continente procura pela primeira vez, em eleições legislativas, uma coordenação de esforços a nível nacional. Nesse sentido promove uma reunião das respectivas comissões em Leiria a 14 de Outubro. Dele sai o primeiro *Manifesto* conjunto dos «oposicionistas republicanos» que é publicado na imprensa a 25 desse mês, onde se explicam as razões e as condições de participação. Embora a «falta de garantias e as fraudes registadas em actos anteriores» pudessem aconselhar a não intervir, para não «legitimar com a presença da oposição um processo político reprovável e permitir que se extraiam dos resultados, para efeitos de propaganda, ilações destituídas, na realidade, de fundamento», — como o pretendiam alguma franjas da oposição, a «hora crítica que o país atravessa», com o agravamento do problema ultramarino, e o crescente isolamento internacional que a política do governo provoca, levam a oposição a marcar posição, para que internacionalmente se saiba que não há «um geral acordo quanto à política do Governo, mormente nos aspectos cruciais do ultramar». Mais, entende a Oposição vir apresentar ao país uma «solução constitucional» para o problema da «substituição do actual governo, julgado como indispensável à restauração do nosso prestígio internacional».

Mais do que pedir votos ou «chamar sobre os seus nomes o favor do público», o propósito da oposição é o de condenar publicamente a política ultramarina do Governo, «a falta de visão, e a política errada que vem seguindo na administração ultramarina», para que «se prepare para o problema solução democrática que leve em conta a vontade, livremente expressa, dos povos interessados e os conduza a uma autonomia que se mostre indubitavelmente proveitosa ao seu progresso e valorização social».

Repete no entanto no *Manifesto* as condições para participar no acto eleitoral: libertação dos presos políticos, nomeadamente dos signatários do Programa para a Democratização da República; a publicação do mesmo Programa; e medidas que acautelem a «seriedade do acto eleitoral» ⁽¹⁷²⁾.

A este Manifesto conjunto outros manifestos se vieram juntar dos candidatos aos respectivos distritos, justificando

⁽¹⁷²⁾
Lisboa, 25.X.61.

«Manifesto dos Oposicionistas Republicanos», *Diário de*

a intervenção pela gravidade do momento político e estabelecendo as condições para levar ao fim a campanha eleitoral.

O Governo por seu turno, em face da pressão e das exigências da Oposição, preferiu atacá-la no seu terreno. Invoçando igualmente o problema ultramarino, não para defender a necessidade de debate, mas para justificar a recusa de qualquer abertura de brecha na rectaguarda, o Governo e a União Nacional acusaram por isso a Oposição de fazer o jogo do inimigo. «Não são possíveis as discussões quando o inimigo exterior se encontra à vista e a cidadela se sabe ameaçada. Os desentendimentos não contam quando as energias nacionais estão mobilizadas para intervir onde se mostre necessário à defesa do nosso Ultramar» — assim argumentava a União Nacional no seu primeiro comunicado de campanha do acto eleitoral ⁽¹⁷³⁾.

Acusando a Oposição de dividir, em primeiro lugar, ao pretender discutir, e de fomentar o separatismo com a simples defesa de auto-determinação, a União Nacional, que pretendia lançar sobre ela o labeu de anti-patriotismo, aproxima também, noutros dos seus comunicados ⁽¹⁷⁴⁾ o Manifesto da Oposição das posições do PCP de «liberdade e independência dos povos das colónias portuguesas».

E no tocante às reclamações respeitantes ao processo eleitoral, União Nacional e Governo invertem a acusação, e responsabilizam o eleitorado pelas reconhecidas deficiências do recenseamento. «As imperfeições que porventura no recenseamento eleitoral se verifiquem, atingindo cidadãos de qualquer dos sectores da opinião política, deve-se apenas, à inércia dos próprios interessados» — dizia outro comunicado da União Nacional ⁽¹⁷⁵⁾ confirmando o que, pouco depois, o governo repetiria pela voz do Ministro de Estado: «se, porventura não estão inscritos nos respectivos cadernos eleitorais todos aqueles que desejariam votar a favor das listas da Oposição, a responsabilidade desse facto não pode ser imputada ao governo mas tão só aos que dele, agora e só agora, reclamam» ⁽¹⁷⁶⁾.

Perante a persistência do Governo em não querer aceitar nem permitir a discussão do problema ultramarino e em não querer satisfazer as exigências relativas ao processo eleitoral, a Oposição decide, numa reunião nacional em Coim-

⁽¹⁷³⁾ *Diário da Manhã*, 25.X.61.

⁽¹⁷⁴⁾ *Diário da Manhã*, 31.X.61.

⁽¹⁷⁵⁾ *Diário da Manhã*, 26.X.61.

⁽¹⁷⁶⁾ *Diário da Manhã*, 21.X.61.

bra, a 28 de Outubro, enviar um apelo ao Presidente da República.

Já que o Governo de Salazar não tem apoio da Nação, não soube evitar a tempo, com uma «sábia e providente política ultramarina» a crise de Angola, que «criou no estrangeiro uma animadversão contra Portugal, que arrastou na sua onda avassaladora os nossos amigos e a nossa tradicional aliada», e persiste em fazer as eleições sem imparcialidade e isenção, a Oposição pede, «em último recurso» ao Presidente da República que substitua o governo por outro «que inicie uma nova era para Portugal, respeite a constituição e com ela os direitos e garantias dos cidadãos e presida, em perfeita posição de neutralidade, às eleições». Isto é, que se crie «um clima político, de compreensão e convivência cívica que.... possa no plano interno estruturar um Estado moderno e portanto, democrático, no plano do Ultramar criar condições que permitam, em base democrática, evitar a desintegração do Portugal Ultramarino, e no plano estrangeiro, com tais medidas, readquirir o prestígio perdido» (177).

Perante o mutismo do Presidente da República, a Oposição decide optar pela desistência colectiva, comunicada ao país em *Manifesto* a 7 de Novembro, por uma vez mais constatar «ser impossível em Portugal, sob a actual situação política, sem governo, sem mandatários e sequazes, a realização de eleições livres e decentes».

As eleições de 1961 vieram evidenciar o que já em 1958 se esboçara: a passagem declarada à Oposição ao regime de alguns mais importantes sectores monárquicos e católicos, e o aparecimento, pela primeira vez, de uma oposição organizada na Madeira e em Moçambique.

Claro indício do primeiro caso foi a apresentação de uma lista de monárquicos independentes (178) cuja aceitação o governo recusou. Preocupados com a questão do Ultramar, os monárquicos independentes, decidiram intervir por considerarem «injusto e perigoso, que a união dos portugueses, que se caldeia sob o signo da tragédia africana, viesse a tomar o aspecto de um plebiscito em favor do regime, visto que o que está em causa é a própria liberdade e a existência da Pátria; e assim a nossa presença de homens livres, que rejeitam as tiranias ideológicas, venham elas da esquerda ou da direita,

(177) *Diário de Lisboa*, 6.XI.61.

(178) A luta era integrada por Fernando Amado, Mário Pessoa, Ramos Ferreira, Sousa Tavares, G. Ribeiro Teles, Vasconcelos e Sousa, João Camossa, Almeida Monteiro, Vaz Pinto, Moutinho Rubio, Costa Félix, Maria Ofélia Portugal da Silveira.

deve servir neste acto de tamanha magnitude, ao esclarecimento das verdades essenciais» (179). Por outras palavras, entendendo que a «hora gravíssima para os nossos destinos» é uma hora de unidade, e que essa unidade «exige a maior consensualização dos perigos e dificuldades a vencer» e o «debate em nível político dos problemas nacionais», concluem que ela «não pode resultar senão de uma participação aberta dos portugueses de todos os sectores na vida nacional» e não de uma sujeição passiva aos ditames do Governo (180).

A própria Causa Monárquica entendeu vir a público lamentar que a elaboração das listas das «candidaturas propostas em apoio à acção nacional do Governo» não fosse suficientemente representativa e independente, por não dar «inteira satisfação aos legítimos anseios da Nação», nem se situar «ao nível das responsabilidades correspondentes aos sacrifícios que talvez sejam pedidos a todos os portugueses, no decurso dos quatro anos da próxima legislatura» (181).

No que toca aos católicos, tornou-se notório o aparecimento de alguns nomes conhecidos como católicos, conotados com o pensamento democrata-cristão, entre as candidaturas da oposição, nomeadamente os do Eng.º Francisco Lino Neto (182), em Lisboa, e do Dr. António Alçada Baptista (183), em Castelo Branco. Ambos pertenciam ao grupo de subscritores de vários documentos que, a partir de 1958, trouxe ao conhecimento público a existência de uma corrente católica progressista (184). E em Aveiro, um grupo de católicos enviou uma carta aberta às duas listas concorrentes da União Nacional e da Oposição (185). O Episcopado entendeu por isso vir a público falar do momento político, para refutar a acuação, contida no *Programa para a Democratização da República*, de que a Igreja estaria em Portugal «comprometida relativamente aos métodos de governação totalitária», para condenar igualmente a proposta aí contida de laicização do ensino, para avisar que

(179) *Diário de Lisboa*, 16.X.61.

(180) *Diário de Lisboa*, 28.X.61.

(181) *Diário de Lisboa*, 19.X.61.

(182) Filho do antigo presidente do Centro Católico, António

Lino Neto.

(iss) Director da Editora Moraes (que teve importante papel na divulgação no país da bibliografia conciliar e católico-progressista, de matriz personalista) e da Revista *O Tempo e o Modo*. O seu nome foi várias vezes associado à tentativa de lançamento em Portugal, nesses anos, de uma força política de orientação democrata-cristã.

(184) Cf. José Felicidade Alves (ed.) *Os católicos e a política, De Humberto Delgado a Marcelo Caetano*, Lisboa, s.d.

(185) *Diário da Manhã*, 3.XI.61.

«a nenhum católico é lícito aliar-se na empresa política, com aqueles que negam Cristo e querem destruir, ou pelo menos encadear e emudecer a Igreja» e para recordar que o Santo Ofício proibia os católicos de «votar não só nos comunistas mas ainda naqueles que se aliassem com eles». Voz discordante porém, em Moçambique, o jornal da Diocese da Beira pronunciava-se sobre o direito e dever de votar em termos onde implicitamente se criticavam acções do governo em matéria eleitoral. «O cidadão eleitor tem o direito de não ser excluído da votação e de pedir responsabilidades se, por culpa de outrem, fica impossibilitado de usar desse direito. Este último aspecto põe o problema da capacidade de votar. A capacidade para votar, ou, se se quiser, a maturidade política, depende não tanto das categorias particulares dos indivíduos como da educação política comum a todas as categorias de país determinado»⁽¹⁸⁶⁾.

Em Moçambique apareceu precisamente como dissemos, tal como na Madeira, pela primeira vez na história do regime, uma lista de candidatos da Oposição que viria a ser administrativamente silenciada sob a acusação de defenderem a auto-determinação do território.

Os anos de 1961 a 1965 viram intensificar-se a guerra colonial nas três frentes de Angola, Guiné e Moçambique. Os problemas do país agravaram-se com o alastrar da guerra, sem que o regime desse mostras de querer alterar a sua orientação e a sua indisponibilidade para aceitar qualquer colaboração da Oposição na sua resolução. Pelo contrário, o ataque às actividades oposicionistas não cessara, e conhecera no começo desse ano de 1965 um nível particular de gravidade, com o assassinato do Gen. Humberto Delgado.

Quando, por isso, no Outono de 1965 a Oposição se vê confrontada de novo com a perspectiva de eleições, o cepticismo político aconselhava de novo o abstencionismo. No entanto, porque «há verdades sufocadas no peito de cada patriota que precisam de ser ditas» — argumentou-se —, porque «há denúncias de graves atropelos que têm de ser publicamente formuladas», porque «há escandalosas negociatas, escondidas por detrás de sonoras tiradas de pseudopatriotas, que têm de ser conhecidas pela consciência nacional»⁽¹⁸⁷⁾, um sector da Oposição, onde estavam representados democratas, socialistas e comunistas, afirmou-se «partidário da interven-

⁽¹⁸⁶⁾ *Diário de Lisboa*, 17.X.61.

⁽¹⁸⁷⁾ «Manifesto à Nação da Oposição», *Diário de Lisboa*, 15.X.65.

ção». Apresenta candidaturas em 5 distritos — Lisboa, Porto, Leiria, Viseu e Braga —, e os candidatos dos quatro primeiros distritos apresentam ao país, em conferência de imprensa, um Manifesto onde, a par de uma solução pacífica e não militar para o problema ultramarino, «com base no princípio da auto-determinação, processada por métodos democráticos», indicam 5 pontos fundamentais sobre os quais pretendem que se faça um esclarecimento: o assassinato do General Humberto Delgado, o problema dos detidos pela PIDE, o encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores, o ocultamento à opinião pública do Relatório da ONU contra a política colonial, e o tratamento dado à juventude académica. Além disso, numa representação à Presidência da República, estabelecem-se claramente condições de participação não só no acto eleitoral mas na própria campanha, logo reiteradas publicamente no Manifesto ao País: conhecimento prévio dos cadernos eleitorais, liberdade e tempo de propaganda e de organização, acesso aos meios de comunicação social sem entraves da censura, acesso a recintos públicos para realização de sessões, fiscalização das assembleias de voto. Mas põe-se desde logo ao Presidente da República o dilema: «ou o governo nos assegura sem ambiguidades nem sofismas um mínimo de decência», ou na hipótese contrária, os signatários renunciarão *ab initio* a participar numa campanha condicionada segundo os interesses partidários do governo — o que só poderia conduzir à repetição, como nas campanhas anteriores, de nova farsa eleitoral»⁽¹⁸⁸⁾.

Foi o que efectivamente, poucos dias depois, aconteceu. Perante a ausência das garantias solicitadas, e face à reedição de medidas discriminatórias para com a Oposição, com a declaração de ineligibilidade de candidatos (que se verificou em Braga), a Oposição de Lisboa, Porto, Leiria e Viseu anunciou publicamente a sua desistência em carta ao Presidente da República, não sem previamente repudiar a acusação de traição à Pátria que os defensores do regime lhes lançaram pela defesa da autodeterminação ultramarina⁽¹⁸⁹⁾.

A lista oposicionista de Braga, a que o Supremo Tribunal Administrativo reconhecera, contra decisão anterior do

⁽¹⁸⁸⁾ *Idem.*

⁽¹⁸⁹⁾ *Diário de Lisboa*, 20.X.65. A carta assinada pelos candidatos de Lisboa (Acácio Gouveia, Adão e Silva, A. Felix Castanheira, Salgado Zenha, Gustavo Soromenho, J. Catanho de Menezes, J. Medeiros Ferreira, J. Paradela de Oliveira, Mário Soares, Sottomayor Cardia, Nuno Rodrigues dos Santos e Raul Rego) representa também as posições dos candidatos do Porto, de Leiria e de Viseu.

A oposição eleitoral ao salazarismo

Governador Civil, condições de elegibilidade, desde que substituídos os dois candidatos declarados ineligíveis, persiste porém no seu propósito de ir às urnas. Nesse sentido, solicitam a 2 de Novembro ao Presidente da República adiamento das eleições por 30 dias. Só perante a recusa enveredarão também pela desistência, a 6 de Novembro, véspera das eleições.

A participação na campanha eleitoral não se limitou porém apenas às listas que cedo se pronunciam pelo abstencionismo. Monárquicos independentes e um grupo de católicos tomaram também posição perante o momento eleitoral.

Os primeiros através de um documento em que, contrários à abstenção, porque isso, «seria colaborar no amolecimento dos caracteres, iludir os governantes e minar toda a obra de Portugal», tornam público que «foram apenas circunstâncias do condicionalismo criado pelo actual regime que impossibilitaram a realização do intento» de se apresentarem novamente ao eleitorado em Lisboa. Abstencionistas involuntários, os monárquicos democráticos aproveitam o momento para denunciar a falta de informação ao povo português sobre os dados fundamentais para a equação e compreensão dos problemas que é chamado a enfrentar. E enaltecem a dignidade do manifesto da Oposição Republicana, embora discordando de algumas das suas opiniões, concordando por fim, com a atitude e as razões da desistência ⁽¹⁹⁰⁾.

Também os católicos progressistas vieram novamente a público com um Manifesto apoiar o «significado moral e cívico» do Manifesto da Oposição e da exposição posterior ao Presidente da República. «Se há uma batalha de coragem neste país, a Oposição ganhou-a», já que «se ergueu na defesa de valores e direitos que, para um cristão são, ou devem ser, sagrados, valores e direitos que um poder que se reclama do catolicismo tem vindo sistematicamente a violar e a ofender», tais como o «direito à existência e a um nível de vida digno», o «direito à liberdade de manifestar e difundir as suas ideias», o «direito de possuir uma informação verdadeira dos acontecimentos públicos», o «direito de reunião e associação», o «direito de tomar parte activa na vida pública». Denunciam as perseguições da polícia política, o processo eleitoral «sem dignidade nem verdade, o baixo nível intelectual do país, a ausência de informação, o tratamento dado à juventude que luta pelos seus direitos, e a disparidade que neste como noutros pontos existe entre o pensamento da Igreja e a política do Governo». E a propósito do problema ultramarino mani-

⁽¹⁹⁰⁾ *Diário de Lisboa*, 4.XI.65.

festam simpatia pela «progressista realização do acesso à soberania dos povos» — na expressão de João XXIII—e defendem o «diálogo estabelecido na liberdade, na verdade, na justiça e no amor»^(1M).

Nas duas eleições de 1961 e 1965, a Oposição optou pela abstenção, não deixando porém de aproveitar o período de campanha para intervir, não tanto «eleitoralmente» quanto politicamente, para denunciar a impossibilidade de eleições livres e criticar a política do Governo, sobretudo no domínio da política ultramarina, porventura o mais grave e o maior problema nacional da década.

Será preciso esperar pela queda de Salazar e sua substituição por Marcelo Caetano, e pela «liberalização» encetada em 1968, para que nova estratégia fosse adoptada e seguida.

5. *A primeira disputa nacional das eleições legislativas pela Oposição (1969)*

A entrada de Marcelo Caetano para a chefia do Governo, no Outono de 1968, e a liberalização do regime que então se iniciou, vão dar à oposição razões para repensar a sua actuação nas eleições de 1969. Disposta a tirar partido da abertura esboçada, a Oposição decide responder ao repto liberalizante do sucessor de Salazar. Em Dezembro de 1968, um sector dela — os socialistas democráticos liderados por Mário Soares, António Macedo, J. Magalhães Godinho, T. Carvalho dos Santos e Raul Rego—aprova, num encontro nacional, um Manifesto à Nação⁽¹⁹²⁾.

«Para se estabelecer o diálogo político é fundamental haver liberdade de organização e actuação para as forças políticas que compõem o agregado nacional, acabando de uma vez com o monopólio do poder ao serviço de um partido único, e um mínimo de segurança para as pessoas, contra os arbítrios, por demais conhecidos, da polícia política e da censura». Nesse sentido, se exigia a promulgação de uma lei de imprensa, uma amnistia política, a extinção das «medidas de segurança» e uma nova lei eleitoral⁽¹⁹³⁾.

Nos começos de 1969, é constituída em Lisboa, com vista a preparar o acto eleitoral, uma Comissão Promotora de Voto,

^(1M) Felicidade Alves (ed.) ob. cit., pp. 175 e ss.

⁽¹⁹²⁾ A 16 de Dezembro de 1968 solicitaram em vão ao Presidente do Conselho a sua divulgação.

⁽¹⁹³⁾ J. Magalhães Godinho, «A fraca memória (?) de M. Caetano» ob. cit., e M. Soares, ob. cit., p. 236.

integrada por nomes representativos dos mais variados sectores da Oposição de cuja constituição é dado conhecimento ao Presidente do Conselho de Ministros, a 20 de Janeiro de 69⁽¹⁹⁴⁾.

Propunha-se essa Comissão Promotora de Voto «contribuir para a concretização das condições regulamentares e de consciência cívica conducentes à seriedade e autenticidade do próximo acto eleitoral».

Considerando que até aí «as autoridades procuraram e conseguiram tirar aos actos eleitorais qualquer significado de expressão da vontade da Nação», afirma como indispensável «a criação de um clima novo, que permita a intervenção de todas as tendências em competição sadia e ordeira», para o qual se propõe colaborar. Solicita assim ao Governo um novo recenseamento eleitoral, uma nova lei eleitoral que possibilite a fiscalização pré-eleitoral e eleitoral, a igualdade de tratamento aos contendores, a liberdade de organização e actuação das forças políticas, uma campanha de esclarecimento de opinião pública sobre as condições e exercício do direito de voto, e uma campanha junto das entidades responsáveis pelas operações eleitorais para respeitarem a autenticidade do voto⁽¹⁹⁵⁾.

Numa segunda exposição ao Presidente do Conselho depois de uma referência ao desejo de ver alargada a capacidade eleitoral quer aos maiores de 18 anos, quer aos portugueses residentes no estrangeiro, que porém se não reivindicam, pormenorizam-se apenas as reclamações mais urgentes e as correspondentes propostas de solução: que se restabeleça como condições de elegibilidade, o ter capacidade eleitoral, e não o estar recenseado já que o recenseamento é deficiente; que se suprima, como causa de ineligibilidade, «o professar ideais contrárias à existência de Portugal como Estado independente aos princípios fundamentais de ordem social estabelecida», por ser «uma cláusula que não é clara e expressamente definida, que fica dependente do critério de interpretação, e até do maior ou menor sectarismo político da autoridade que tem que aceitar ou recusar as candidaturas»⁽¹⁹⁶⁾; a admissão de «delegados eleitorais nas assembleias eleitorais» para fiscalização do acto eleitoral; a posse, por parte desses delegados, de cópias autênticas dos cadernos

(194) Qf *de 1.º de Outubro de 1969*, Lx., Europa-América, e J. Magalhães Godinho «A fraca memória (?) de M. Caetano», *cit.*
(195) *As eleições de Outubro de 1969*, Europa-América, p. 45.
(196) *Idem*, p. 49.

eleitorais, para realização dessa fiscalização; a obrigatoriedade de passagem de certidões quer do número de votos obtidos por qualquer candidato, quer do acto de apuramento; obrigar a realização do apuramento no próprio dia da eleição; alteração do regime eleitoral no sentido de «eleição por lista em círculos distritais, ressalvados os casos das cidades de Lisboa e Porto, cujos concelhos instituiriam circulares próprias, passando os demais concelhos a formar círculos eleitorais distritais autónomos, mas com a obrigação de garantir à minoria um quarto do número de deputados, desde que essa minoria alcance, no acto de votação, pelo menos do quinto ao quarto dos votos contados no apuramento» (197); defesa do segredo do voto, com a impressão das listas em papel igual; integridade das urnas, com a inspecção prévia pelos delegados eleitorais e condições de vigilância; transferência da apresentação de reclamações e recursos aos tribunais administrativos, de nomeação governativa, para os tribunais da relação; a abolição da censura durante a campanha eleitoral, a liberdade de reunião e a igualdade de tratamento dos vários candidatos.

A 3 de Fevereiro, porém, o Governador Civil de Lisboa notificou a Comissão Promotora de Voto de que o Governo lhe recusara existência legal e proibira por conseguinte a sua actividade, alegando que ela pretende intervir em matéria que é da exclusiva competência das entidades públicas; que pretende fazer campanha antes das listas serem aceites e, como tal, restaurar os partidos políticos. Contra tal medida protesta a Comissão junto do Presidente do Conselho, esclarecendo que a sua intervenção é de índole diversa, não colide por isso com a do Governo, só na fase pré-eleitoral se pode fazer, e que está longe de se poder identificar com a actuação de um partido. Mais: insiste que o seu funcionamento não pode depender da autorização, como se de qualquer associação se tratasse, já que se trata de um «agrupamento sui generis, que nem cabe na esfera jurídica das associações» (198).

Esta proibição governativa não impede porém que a Oposição se prepare para as eleições. A 13 de Abril é promovido em Alcobaça um primeiro encontro nacional de elementos da oposição favoráveis à intervenção. Em Maio, organiza-se em Aveiro de 15 a 17, o II Congresso da Oposição Democrática que, embora não tenha abordado expressamente o problema da intervenção eleitoral, contribui para o reforço dos

(197) *Idem*, p. 51.

(198) *Idem*.

laços de unidade entre a Oposição. Várias Comissões Eleitorais Democráticas (CED) começam a ser constituídas pelo país com o intuito de preparar a participação da Oposição nas próximas eleições de Outubro.

Foi precisamente por iniciativa da CED de Leiria que a 15 de Julho de 1969 se reúnem em S. Pedro de Muel, delegados distritais de todas as demais comissões do País, à excepção da de Bragança, tendo sido aprovada nesse II Encontro Nacional da Oposição, além de uma *Plataforma de Acção Comum* (contendo alguns princípios e reivindicações essenciais a defender nos planos político, económico, cultural, sanitário, administrativo, ultramarino e internacional), uma orientação — a constituição de uma frente coesa da Oposição e a participação nacional, e até final, no próximo acto eleitoral — e algumas resoluções entre as quais a de «reclamar do Governo a cópia dos cadernos eleitorais, a garantia da fiscalização do acto eleitoral, o acesso a todos os meios de informação, incluindo a RTP e a rádio, e a supressão da censura» (199).

A fim de dar execução ao que então é acordado, decide-se também a constituição, a nível distrital de «comissões partidárias» que deveriam integrar, em igual número, representantes dos vários sectores da Oposição, na disposição de concorrerem. Essa paridade é efectivamente conseguida na grande maioria dos distritos. Em Lisboa, Porto e Braga, porém, a unidade não é conseguida, e dois sectores da oposição — organizados em torno da CEUD e da CDE — surgem em finais de Julho a disputar as eleições. Rompera-se a coesão votada, mas cumpria-se a decisão de participar a nível nacional.

Na base desta cisão estavam processos de intervenção ou estratégias diferenciadas e inconciliáveis. Enquanto a CDE (em que se agrupavam católicos progressistas, democratas independentes e comunistas) preconizava uma metodologia basista, de fomento de participação alargada das bases, através da criação de Comissões de Freguesia e sócio-profissionais, que posteriormente elegeriam os seus representantes à Comissão Distrital, rejeitando por isso «a principiologia dos «acordos de cúpulas», do «equilíbrio entre as notabilidades» (200), a CEUD (em que sobressaíam os socialistas democratas, liderados por Mário Soares, próximos da Internacional Socialista) insistia à partida na necessidade de obter, na direcção distrital, uma paridade de representação das correntes em

(109) *Idem*, p. 61.

(200) *Idem*, p. 67.

jogo, recusando por isso a principiologia da CDE que considerava oportunista, e defendendo que «o critério dominante de estruturação do movimento de unidade democrático deve ser não o do *purismo ideológico*, mas o da *eficácia*, conjugado com a necessidade de proteger os quadros face à repressão» (201).

No fundo porém disputava-se a direcção do movimento de oposição ao regime. «Os socialistas — revelou-o Mário Soares numa das cartas de polémica com Armando Bacelar, publicadas em *A Vida Mundial* (202) — não estão dispostos a deixarem-se comandar por um sector que se pretende hegemónico e que se serve de elementos que não declaram a sua filiação partidária, para obter maiorias fictícias e assim impor o seu predomínio».

Por isso se goraram várias tentativas de reconciliação, quer nacionais, quer locais, em que avultaram as promovidas por uma Comissão de Apelo para a Unidade.

Embora dividida em três distritos, a Oposição Democrática apresenta-se eleitoralmente pela primeira vez na história do regime em quase todo o continente e Ilhas (à excepção de Portalegre, onde o processo de candidatura não pôde ser ultimado a tempo; de Bragança onde desistiu no decurso da campanha; de Angra do Heroísmo e da Horta). Em Moçambique foi rejeitada pelas autoridades administrativas uma lista da CED, liderada por Almeida Santos, com o fundamento em que os candidatos não fizeram prova de serem portugueses de origem e de residirem em Portugal há mais de cinco anos.

A 3 de Agosto, novo avanço organizativo se regista no III Encontro Nacional do Movimento Democrático Eleitoral, em Lisboa, com a decisão de se criar uma coordenadora, integrada por representantes de Lisboa (3), de Santarém (1), de Leiria (1), do Norte (5), do Centro (5), e do Sul (5) (203).

Além da Oposição Democrática, também os monárquicos dissidentes da Causa Monárquica se apresentam novamente às eleições pelo círculo de Lisboa, nas linhas de tomada de posição iniciadas em 1957, com a designação de Comissão Eleitoral Monárquica (204). Anunciada publicamente a

(TM) *Idem*, p. 75.

(^{C202}) *Vida Municipal* 19/IV/69 p. VII.

(²⁰³) *Cadernos Necessários*, Porto, Aproveitamento, pp. 170-178.

(²⁰⁴) Da lista de candidatos faziam parte os nomes de Rolão Preto, Barrilaro Ruas, Luís Vaz de Sampayo, Fernando Honrado, Francisco Lopes Roseira, Joaquim Toscano de Sampaio, Luiza Manuel de Vilhena, Fernando Teixeira Viana, M. Magalhães e Silva, Fernando Sylvan, Fernando Costa Quintais e António Pardete da Fonseca.

12 de Setembro, a Comissão Eleitoral Monárquica resultava da aliança da já conhecida Liga Popular Monárquica ⁽²⁰⁵⁾ com a recém formada Renovação Portuguesa ⁽²⁰⁶⁾. Reivindicando-se do «nacional-personalismo», a CEM assume como programa a «defesa intransigente da Pátria e a defesa não menos intransigente das liberdades humanas» ⁽²⁰⁷⁾, porque «a independência de Portugal passa pela liberdade dos Portugueses» ⁽²⁰⁸⁾. Do seu programa constava de facto, tanto a defesa e desenvolvimento do Ultramar como a restauração das liberdades, a modificação radical da estrutura económica (com a abolição do corporativismo), a agricultura, a habitação, a emigração, a previdência, o ensino, a política externa ⁽²⁰⁹⁾.

A Causa Monárquica, não deixou de vir a público desautorizar a CEM ⁽²¹⁰⁾, reivindicando que só ela «legítima e hierarquicamente é responsável pela acção política monárquica», e que os demais «não têm o direito de falar, criando equívocos políticos». Dias depois ⁽²¹¹⁾, recomendava a abstenção para, em declarações publicadas um mês depois ⁽²¹²⁾, alterar essa oposição e recomendar «aos monárquicos que não só se abstenham de votar nas listas da Oposição, mas que votem naqueles cujos nomes dão garantias inequívocas de defender a integridade territorial e moral da Nação e os princípios perenes da consciência nacional, podendo eliminar, com total independência e coerência, os nomes que não dêem essa garantia» ⁽²¹³⁾.

Ao lado das forças intervencionistas não faltava quem preconizasse a abstenção. A Acção Democrática Social, onde avultavam os nomes de Cunha Leal, Dias Amado, Acácio Gouveia, Nuno Rodrigues dos Santos, Sá Cardoso, Alberto Saave-

⁽²⁰⁵⁾ ^ Liga Popular Monárquica publicou a 29 de Setembro um comunicado defendendo a participação eleitoral, mas no caso de «distritos em que não foi possível a apresentação de uma lista monárquica, optaremos — diziam — por uma abstenção total, mas activa, no campo eleitoral», «preferindo uma ausência digna a uma maligna representação».

⁽²⁰⁶⁾ Criada em Maio de 1969, para «influir decisivamente na construção de uma vida política progressiva», segundo o manifesto então publicado na Imprensa, os seus primeiros dirigentes foram designados num almoço então realizado no Ribatejo, a que presidiu Rolão Preto, 26 de Setembro de 1969, Cf. *Vida Mundial*, pp. X-XI.

^(m) *Dossier da CEM*, Lisboa, 1973, p. 17.

⁽²⁰⁸⁾ *Idem*, p. 18.

⁽²⁰⁹⁾ *As Eleições de Outubro de 69*, p. 39 e ss.

⁽²¹⁰⁾ A 17.IX.69.

⁽²¹¹⁾ A 26.IX.69.

⁽²¹²⁾ *Ji*, 23 X 69

⁽²¹³⁾ *As Eleições de Outubro de 69*, pp. 138-139.

dra, entre outros, alegando a inexistência de condições mínimas de participação, defendia, num documento tornado público a 12 de Março, e mais tarde confirmado por novo documento, a 2 de Outubro, que a Oposição não devia correr o risco de uma aventura eleitoral, já que «a participação da Oposição em actos eleitorais é uma forma de colaboração com a situação». Por isso, «como única forma de cumprir deveres cívicos»⁽²¹⁴⁾, era apontada a abstenção.

Idêntica posição era assumida por uma auto-proclamada Terceira Força, de credo republicano, que se definia «movimento nacional, popular e democrático, nem liberal nem socialista, anti-corporativista e anti-monárquico»⁽²¹⁵⁾.

Também em Braga, surgiu uma lista de «nacionalistas independentes», como resultado da insatisfação local pela escolha de candidatos do distrito pela União Nacional, lista essa que viria porém a desistir por intervenção do próprio Presidente do Conselho.

O Governo, por seu turno, de acordo com as exigências formuladas pela União Nacional, de Melo e Castro, de igualdade eleitoral para todas as candidaturas, «não só no acesso aos cadernos eleitorais, como no controlo do próprio acto de eleição e nos meios necessários para preparação e apresentação dos elencos de candidatos»⁽²¹⁶⁾, garante formalmente pela primeira vez o acesso aos cadernos eleitorais⁽²¹⁷⁾, autoriza a constituição de comissões eleitorais (com um mínimo de 50 eleitores) e a fiscalização do acto pelos representantes das candidaturas. Dizemos «formalmente» porque, na prática, a cópia dos cadernos continuou a ser dificultada para a Oposição enquanto a União Nacional dispunha gratuitamente de cópias integrais⁽²¹⁸⁾.

Mas, apesar de se admitir, também pela primeira vez, um período pré-eleitoral, anterior ao período da campanha,

⁽²¹⁴⁾ *Idem*, p. 106.

⁽²¹⁵⁾ *Idem*, p. 114.

⁽²¹⁶⁾ Comunicação ao País do Ministro do Interior, *Diário da Manhã*, 28.VI.69.

⁽²¹⁷⁾ Melo e Castro na Posse das Comissões Distritais da UN de Braga e Viana do Castelo, in *Diário da Manhã*, 30.VIII.69.

⁽²¹⁸⁾ Cf. Magalhães Godinho, «A fraca memória (?) de Marcelo Caetano» (4 artigos) in *O Jornal* de 11.VIII.80 a 29.VIII.80. O Governador Civil com efeito, facultaria a consulta dos cadernos que, tendo em conta o prazo da entrega das listas de candidatura, teriam que ser feitas em 20 dias, e apenas no Governo Civil, condições de tempo e de espaço manifestamente insuficientes para copiar integralmente listas de milhares de eleitores. No entanto, foi graças a essa possibilidade que Alçada Baptista conseguiu a preciosa classificação socio-profissional do eleitorado recenseado na cidade da Covilhã (cf. A. A. Baptista, *Documentos Políticos*, Lisboa, Morais, 70, p. 70-71).

destinado a «facilitar a escolha dos candidatos e a elaboração dos respectivos processos de candidaturas», para cujo efeito se garante o «direito de reunião de eleitores» (219), a liberdade eleitoral nomeadamente a liberdade de propaganda, continuou porém a ser fortemente condicionada: autorizam-se reuniões e sessões de propaganda, mas desde que não ultrapassem em duração a meia-noite e sejam participadas às autoridades com a antecedência mínima de 48 horas, podendo a elas assistir essas mesmas «autoridades administrativas e policiais que as deverão dissolver quando se verifique incitamento à subversão, desobediência, resistência, injúria à autoridade ou outra infracção grave à lei»; continuam proibidas reuniões ou manifestações de rua; persiste a censura prévia a todo o material de propaganda, devendo além disso todos os manifestos e documentos ter editor responsável; a afixação de cartazes é limitada a espaços a esse efeito destinados, e altifalantes apenas são consentidos em recintos fechados; é proibido o uso de edifícios públicos para campanha eleitoral, e os acessos aos meios de informação fica reduzido às empresas particulares de rádio (220). A paridade de condições de propaganda e de concurso entre forças da União Nacional e da Oposição continua assim a ser legal e administrativamente desrespeitada.

Também o regime eleitoral e de recenseamento permanecem basicamente inalteráveis, apesar de ter sido legalmente alargado o voto feminino. Mediante a Lei n.º 2137 de 26.XII.68 abolira-se efectivamente a discriminação entre homens e mulheres em matéria eleitoral. Mas, a pretexto de recusar «processos de formação acelerada de cidadãos eleitores» (221), o governo persistiu em manter as formas tradicionais de recenseamento que, como reconheceria o próprio Ministro do Interior, assentavam grandemente na inscrição oficiosa (que se reconhecia defeituosa) e só minoritariamente no livre requerimento individual. Dos 1.816.148 eleitores inscritos em 1969, por exemplo, só 27.998 o haviam sido por solicitação individual. Contentou-se o Governo em registar o aumento de percentagem de eleitores, que atingiu efectivamente o melhor resultado de sempre: 19,9% de população total, mais 37,6% do que o recenseamento de 1965.

A Oposição reunida em Leiria no seu IV Encontro Nacional em 22 de Setembro, não deixou de analisar as altera-

(219) Nota do Ministro do Interior, in *Diário da Manhã*, 12.VIII.69.

(220) Cf. *Diário da Manhã*, 23.IX.69.

(221) Discurso do Ministro do Interior G. Rapazote, in *Diário da Manhã*, 28.VI.69.

ções à Lei eleitoral de 10 de Setembro (222), e de sobre elas formular um protesto por se terem «incluído ou integrado disposições que podem tirar a legitimidade ao acto eleitoral e impedir a livre expressão da opinião popular», como a possibilidade de os governadores civis recusarem candidaturas, e por não estarem ainda com eles «preenchidos os requisitos necessários para que o acto eleitoral se revista de condições susceptíveis de assegurar a sua integral autenticidade e a indispensável igualdade de exercício dos direitos eleitorais entre as listas concorrentes». A Oposição exige, por isso, o pleno e livre funcionamento das Comissões Eleitorais, o fornecimento officioso de uma cópia autêntica do recenseamento do círculo ao mandatário de cada lista, o aumento de delegados de fiscalização, o fornecimento gratuito de todas as listas pela Imprensa Nacional, a igualdade de tratamento e acesso à TV-rádio, e a abolição da censura (223).

Além disso, essas mesmas alterações à legislação eleitoral seriam mais detalhadamente criticadas por expoentes juristas da oposição que as consideraram insuficientes (Acácio Gouveia e J. Magalhães Godinho) (224), aconselhando por isso a própria oposição à desistência, bem como ainda pela CEUD de Lisboa (225).

Perante a resposta dada pela Presidência do Conselho ao protesto de Leiria, novo documento é elaborado no V Encontro Nacional da Oposição Democrática em Coimbra, a 13 de Outubro, em que são apresentadas novas queixas a M. Caetano contra as «arbitrariedades do Poder», «contra a ilegítima intromissão do governo na campanha eleitoral, contra a utilização da EN e da RTP para propaganda da União Nacional; contra a actuação da censura, contra a arbitrária actuação dos Governadores Civis, contra a intimidação de que têm sido alvo os candidatos, as comissões eleitorais e os eleitores». E como «atitude comum futura» decide a Oposição «não se submeter a qualquer pretensão ilegal das autoridades administrativas», «não aceitar submeter a qualquer visto ou censura prévia os documentos directamente emitidos pelos candidatos», e «não

(222) As alterações consistiam basicamente na alteração de 20 para 50 do número de proponentes de candidaturas; no restabelecimento de delegados eleitorais para as assembleias e secções de voto; no reconhecimento transitório de comissões eleitorais; e no pagamento pelo Estado do custo das listas que obtenham 20% dos votos.

(223) *Vida Mundial* 26.IX.69, III e IV; e *As Eleições de Outubro de 69*, p. 92 e ss.

(224) *Vida Mundial*, 19.IX.69, pp. XIV e XV.

(225) *As Eleições de Outubro de 69*, p. 98.

aceitar como legítimas interpretações manifestamente erróneas da lei, nomeadamente no que respeita às questões do visto prévio e da fiscalização do acto eleitoral» (226).

Efectivamente, a Oposição ia dando conta através de sucessivos comunicados das múltiplas dificuldades encontradas na realização da sua propaganda eleitoral: apreensão de material pelas forças policiais, proibições de conferências de imprensa e de sessões, etc. (227). Alguns candidatos a deputados viram os seus nomes rejeitados pelos Governadores Cívicos, quer porque acusados de professarem ideias contrárias à ordem estabelecida, (Humberto Soeiro em Braga; Alberto Bernardo da Costa em Leiria; Blasco H. Fernandes em Santarém; e Firmino Martins da CDE em Lisboa), quer por se alegar não terem residido no país nos últimos 5 anos (Victor de Sá em Braga).

Apesar de tudo, a Oposição desenvolveu uma importante campanha eleitoral que, embora não decorrendo sob o signo da unidade, se moveu em torno de objectivos políticos comuns, tais como a democratização, o desenvolvimento e a solução do problema ultramarino.

Entre as medidas mais preconizadas para a democratização da vida política, figuram entre os vários Comunicados das Comissões Eleitorais, a restauração das liberdades fundamentais, a extinção e a supressão dos aparelhos repressivos do sistema (PIDE, Censura, Tribunais Plenários, medidas de segurança), a libertação dos presos políticos e a reintegração dos afastados por razões políticas; a restauração da separação dos poderes com a independência do poder judicial; o restabelecimento do sufrágio directo na eleição do Presidente da República e do presidencialismo unicéfalo; a legalização dos partidos políticos, a promulgação de uma nova lei eleitoral e a realização de novo recenseamento eleitoral; uma nova lei de imprensa; a abolição do corporativismo e a liberdade sindical; a descentralização administrativa, a electividade dos municípios e a regionalização.

A denúncia do subdesenvolvimento e dos seus sintomas económicos, sociais e culturais é acompanhada também de uma série de propósitos desenvolvimentistas: sustar o fluxo emigratório e promover o regresso dos emigrantes com o desenvolvimento da indústria e a modernização da agricultura; combater o latifúndio e o capital monopolista, mediante a realização de uma reforma agrária e a nacionalização de bancos

(226) *Idem*, p. 78.

(227) *Vida Mundial*, 17.X.69, p. 43.

emissores e de empresas que dependam da segurança e economia nacionais; democratizar e desenvolver o ensino e a cultura; garantir a liberdade religiosa; melhorar as comunicações; enfrentar o problema da habitação; reestruturar os serviços de assistência médica e de previdência social; promover socialmente a mulher; aumentar o nível de vida; planificar o turismo de massas; incrementar o desporto; traçar uma política de juventude. É a este nível que surgem, pela primeira vez, nítidos conteúdos socializantes nas propostas políticas da Oposição, nomeadamente, as nacionalizações e o controlo operário.

Mas o principal problema político da campanha, foi a questão ultramarina, sobre o qual a oposição assumiu variadas posições, desde o preconizar uma simples advertência para o perigo da situação (Aveiro) passando pela defesa de um amplo debate nacional sobre a questão (Braga, Évora), até preconizar a autodeterminação, enquanto ligada à libertação dos portugueses (C. Branco), ou a autodeterminação como direito, cujo reconhecimento seria a base de uma solução política negociada para conduzir à paz e ao fim da guerra (Lisboa, CDE e CEUD) (228).

A mobilização política conseguida pela Oposição com a campanha eleitoral foi sem dúvida superior aos resultados por ela obtidos que, apesar de tudo, obrigaram a União Nacional, a uma das mais baixas percentagens de votos da sua história: 54,7%.

Além disso, a denúncia internacional por parte da oposição das limitações da sua actuação, de que a expulsão da delegação da Internacional Socialista, que viera para observar as eleições (229), foi eloquente testemunho, serviu para reduzir o efeito de legitimação externa do regime, que se procurava com a eleição.

6. *A participação bloqueada: a última abstenção (1973)*

A participação da Oposição nas eleições de 1969 fizera-se em plena liberalização marcelista. A partir de 1971, porém, desfaziam-se as ilusões de abertura perdendo-se as duas grandes oportunidades de mudança gradual do regime: a revisão da Constituição em 1971 e a eleição presidencial em 1972.

(228) *As Eleições de Outubro de 69.*

(229) Uma delegação da Internacional Socialista chegou a Lisboa a 20.X.69 para observar as eleições. Foi expulsa a 21. Cf. *As eleições de Outubro de 69....*

Quando em 1973, têm lugar de novo eleições para a Assembleia Nacional, a situação política no país era outra, e a Oposição tinha já perdido as veleidades de uma disputa leal das umas com o Governo, que se atrevera a manter quatro anos antes.

Com efeito, a situação política endurecera. Os apoios internos e externos do governo diminuíram e, em contrapartida, recrudesceu a repressão. Radicalizara-se por isso a acção da oposição. Nas frentes de guerra, os movimentos de libertação conseguiram progressivamente maior solidariedade e audiência internacional, fazendo-se aceitar como observadores na Comissão de Descolonização da ONU e nos organismos internacionais ⁽²³⁰⁾. Dessa maneira acentuava-se o isolamento diplomático do governo marcelista, apesar das tentativas de estreitamento de relações com os governos de Londres, Paris, Washington, Madrid e Pretória.

Internamente, radicalizava-se e ampliava-se a luta da oposição com o aparecimento de novas frentes. A luta armada, com ataques pontuais a alvos militares, desenvolvia-se por parte de algumas organizações revolucionárias. As movimentações estudantis de protesto contra a guerra e repressão atingiam níveis e dimensões inusitadas. Sectores católicos desencadeavam no Continente e em Moçambique com grande impacto interno e internacional protestos abertos contra a política de guerra e contra os massacres recentemente divulgados, perpetrados nos cenários de guerra.

Os apoios a Marcelo Caetano diminuíam também pela direita, onde os sectores mais conservadores se movimentavam contra as ambiguidades da política ultramarina do seu governo, com particular eco entre militares e antigos combatentes ⁽²⁸¹⁾.

Em face desta situação a Oposição Democrática dispunha-se a entrar na Campanha eleitoral ciente dos limites de actuação, mas disposta a explorar as possibilidades de aproveitamento da margem de liberdade concedida.

O 3.º Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro de 4 a 8 de Abril de 1973, votara por isso entre as suas conclusões, o aproveitamento político das eleições de

⁽²³⁰⁾ A independência da Guiné, proclamada pelo PAIGC nas matas de Medina do Boé, nos finais de Setembro de 1973, será inscrita na agenda da Assembleia Geral da ONU, pouco depois, que aprovaria o pedido de retirada das tropas portuguesas daquele território em Novembro de 1973.

⁽²³¹⁾ O Congresso dos Antigos Combatentes do Ultramar teve lugar no Porto em começos de Junho de 1973.

Outubro: «As próximas eleições para deputados abrem largas perspectivas ao Movimento Democrático. Devem ser encaradas como um período excepcional para a abertura do Movimento a todas as camadas populares. Esse período, o ano eleitoral no seu todo, oferece condições favoráveis, para um aproveitamento organizativo. Deve-se, pois, participar nelas, aproveitando as mínimas garantias de actuação política para desenvolver uma larga batalha de massas pelos objectivos democráticos fundamentais. Sem quaisquer ilusões (ou erros) eleitoristas que condicionam ou desviem o Movimento, deve este procurar organizar-se visando a sua continuação para além das «eleições» encaradas e apenas como um momento alto da sua acção pela Democracia». E acrescentava-se: «Um aproveitamento correcto das eleições por parte da Oposição Democrática não dá ao regime qualquer legitimidade, antes pelo contrário, obriga-o a desmascarar-se; logo, é politicamente importante» (232).

Esta linha era compartilhada por três sectores que compunham o Movimento Democrático Português: os socialistas do recém-criado Partido Socialista, liderado por Mário Soares, oriundos da extinta CEUD de 1969; os comunistas do PCP e seus mais próximos colaboradores que, nas eleições anteriores, haviam evidenciado quatro anos antes e eram agora identificados como «esquerda CDE».

No entanto, surgiram divergências quanto à perspectivação do aproveitamento político das eleições. Enquanto os socialistas do PS e comunistas do PC insistiam numa perspectiva frentista de ampla unidade democrática, a «esquerda CDE», que pressionava no sentido da adopção de uma «política de classe» e da inclusão de objectivos de luta mais avançados, expressamente anti-capitalistas, abandonou o MDP na cisão de 8 de Julho de 1973.

É a luz destas directrizes dominantes que no *Encontro Nacional do Movimento Democrático Português*, em que se fizeram representar as Comissões Democráticas Eleitorais de Beja, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Porto, Setúbal e Vila Real, se analisam as possibilidades de participação no acto eleitoral. Enquanto algumas comissões optam expressamente pela abstenção, alegando a inexistência de con-

(232) 3.º Congresso da Oposição Democrática. Aveiro, a 4 e 8 de Abril de 1973. *Conclusões*, Lisboa, Seara Nova, p. 147.

dições mínimas de liberdade de participação eleitoral — como foi o caso de Braga e da Guarda — embora sem abandonar o trabalho político durante a campanha — outras enveredaram pela participação. Surgem assim listas de candidatos em Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Setúbal e Ponta Delgada, vindo porém esta última lista a ser recusada, por alegada deficiente instrução do processo de candidatura. Geograficamente, a abstenção situa-se assim mais no Norte (Minho e Trás os-Montes), no sul (Beja e Faro) e em três distritos do interior (Guarda, Viseu e Portalegre), e nas Ilhas, enquanto a participação na campanha se situa de preferência no Centro e no litoral, nos grandes centros urbanos e mais industrializados. Apesar da desigualdade de atitudes, as Comissões Democráticas continuaram a reunir-se a nível nacional—como aconteceu a 30 de Setembro na Marinha Grande — aceitando coordenar as respectivas actividades.

Tentaram igualmente os monárquicos independentes reeditar a participação de 1969, mas o encontro da *Convergência Monárquica*, onde avultava agora a figura de Gonçalo Ribeiro Teles, viu-se proibido pelo Governador Civil de Lisboa, que invocou a necessidade de uma autorização da Causa Monárquica nunca antes reivindicada. Decidiram assim os monárquicos independentes criar Comissões Eleitorais Monárquicas de Intervenção Popular para, através delas, «participar na Campanha, sem ir às urnas», a fim de discutir os problemas fundamentais do panorama político português (233).

Também os Liberais, decepcionados com o fracasso da abertura marcelista, reunidos num encontro em Lisboa, em Julho de 1973, analisaram as possibilidades de intervenção sem contudo decidirem pela participação.

O Governo, conhecedor da disposição da Oposição de encarar «instrumentalmente» as eleições, decidiu contrariá-la, aplicando sanções aos candidatos ou membros das Comissões Eleitorais que convidem à abstenção (234), nomeadamente a privação de direitos políticos por 5 anos (e portanto, de emprego, para os funcionários públicos) a quem retirasse a candidatura já apresentada. E dá publicamente instruções aos Governadores civis para que se não consinta «qualquer tentativa para converter em agitação pré-revolucionária a campanha eleitoral» (235).

(“) *Vida Mundial*, 7.IX.73.

(84) *Epoca*, 11.IX.73.

(235) *Epoca*, 29.IX.73.

Nesse sentido são reeditadas as prescrições limitativas de liberdade de propaganda já praticadas em 1969: legalização das Comissões Eleitorais, condicionamento legal das reuniões e sessões de propaganda, proibição de reuniões e manifestações de rua, assinatura de manifestos e documentos para circulação, limitação à afixação' de cartazes, censura política a todo o material de propaganda, proibição de altifalantes fora de recintos fechados, de utilização de edifícios públicos e da RTP e EN (23e).

A limitação da liberdade de actuação da Oposição, mais do que por disposições legais, seria porém levada a cabo por disposições administrativas, com pretextos legais, tais como: substituição de um candidato em Setúbal, considerado ineligível por suspensão de direitos políticos; prisão de militantes quando distribuíam propaganda; restrição do uso da palavra nas sessões de propaganda aos candidatos, e exigência de sujeição à censura dos textos dos discursos; arranque de cartazes da Oposição pela polícia; busca policial a residências particulares de opositoristas; intimidações sobre colectividades para não cedência de salas para comícios; invasão de sedes pela polícia, e intervenção em reuniões de trabalho nas sedes da oposição; proibição, interrupção e encerramento de sessões de propaganda pelos representantes das autoridades; encerramento de sedes; proibição de conferências de imprensa; identificação policial de participantes em reuniões da Oposição; espancamento policial de manifestantes de rua; ameaças de extinção das Comissões Eleitorais; aplicação de multas a opositoristas; interrupção de reuniões particulares em casas de opositoristas, etc. (237).

Apesar de tudo, as Comissões Democráticas Eleitorais persistiram no aproveitamento possível da campanha para fazer a denúncia das limitações do próprio processo eleitoral, e ultrapassá-las até, vindo apenas a desistir da ida às urnas na antevéspera do acto eleitoral.

(236) *Idem.*

(w) Todas estas medidas repressivas e limitativas estão amplamente descritas e referidas em J. Soares Martins (ed.) *Outubro: Eleições em Portugal*, Vila Nova de Gaia, 1973.

Conclusão

Como acabamos de ver, a oposição variou ao longo do regime. Variou em primeiro lugar na sua composição e unidade interna e, consoante ela, nos seus objectivos e estratégias de actuação.

Mais do que de «oposição» deve falar-se de «oposições», de uma oposição com várias componentes, algumas das quais perfeitamente identificáveis política e ideologicamente, outras porém mais híbridas. Assim, ao lado de uma oposição *comunista*, talvez o sector mais facilmente identificável, do ponto de vista ideológico e organizativo, cuja actividade se desenvolveu mais ininterruptamente, apesar de flutuações de identidade, são detectáveis uma linha *liberal-republicana*, uma linha *socialista-democrática*, uma linha *popular-monárquica* e uma linha *católico-democrática*. As fronteiras entre estes sectores não são de todo rígidas ou estanques, nem a homogeneidade interna é neles completa. Cremos porém que com esta designação e divisão se detectam os elementos mais distintivos e caracterizantes dos vários grupos e linhas que se entrecruzaram! no seio da oposição eleitoral ao salazarismo.

Entre os *liberais-republicanos* incluímos os defensores da mudança de regime político, num regime republicano, democrático e parlamentar, aceitando para tanto a rectificação reformista do quadro constitucional, e preconizando simultaneamente a liberalização do regime económico, mediante a eliminação dos freios do sistema corporativo. São integráveis neste sector os *republicanos* do velho Partido Republicano Português, que estiveram no MUD, na candidatura de Norton de Matos e, embora não tão incondicionalmente, na de Quintão Meireles; que nas eleições de 1953 e 1957 mantiveram uma posição abstencionista de recusa «cívica» em pactuar com o sistema; que apoiaram Humberto Delgado em 1958 e apareceram ainda a subscrever o Programa para a Democratização da República em 1961, mas que, com o deflagrar das guerras de África tendem a desaparecer do quadro da oposição activa. E ao lado destes republicanos, são também integráveis neste sector os *liberais* que não aceitaram a colaboração que o regime lhes ofereceu, e o atravessaram numa posição de permanente crítica. Estão neste caso os homens da União Liberal Republicana, que se mantiveram fiéis a Cunha Leal, que o acompanharam na sua candidatura de 1949 e nas demais intervenções públicas, que apoiaram Quintão Meireles em 1951, estiveram com o Directorio Democrático Social na intervenção de 1953 e na abstenção de 1957, apoiaram Humberto Delgado em 1958 e vão eclipsar-se na década de 60, para

se manifestarem cívicamente em 1969 como Acção Democrático-Social e como Terceira Força, pugnando a abstenção como forma mais coerente de actuação. Este liberalismo é de matriz distinta da conhecida «ala liberal» da Assembleia Nacional a partir da legislatura iniciada em 1969.

O sector *socialista-democrático* é, porventura, o mais heterogéneo internamente. Agrupa todos os que preconizam a mudança de sistema político e de sistema económico numa perspectiva reformista e de conteúdos sociais avançados, mas defendendo a democratização da República e a liberdade económica. Estão neste caso os homens da primeira geração da *Seara Nova*, os velhos membros do Partido Socialista da última liderança de Ramada Curto, os sectores mais democráticos e socialistas da Aliança Republicana Socialista de 1931, os socialistas da nova União Socialista do pós-guerra, socialistas independentes de esquerda da renovação da *Seara Nova* nos finais da década de 50, homens da Acção Socialista Portuguesa dos anos 60' que formarão a CEUD em 1969 e, mais tarde, fundarão em 1973 o Partido Socialista de Mário Soares, e ainda alguns sectores de esquerda socialista da CDE de 1969, que se radicalizarão nos anos finais do regime. Constituem juntamente com os comunistas, e em rivalidade com eles, o sector mais importante da oposição eleitoral ao regime. Estiveram unidos no MUD e com Norton de Matos, mas na década de 50, a guerra fria e a «questão comunista» dividi-los-iam, aproximando-se uns do sector liberal-republicano, e com eles integrando o Directorio Democrático Social, preferindo outros mais de esquerda a colaboração com os comunistas no Movimento Nacional Democrático. A campanha de Humberto Delgado voltará a reuni-los, conferindo-lhes a liderança da oposição eleitoral. Na década de 60, com o Programa para a Democratização da República, pertence-lhes também de novo boa parte da iniciativa política das acções legais da oposição. Em 1969, estiveram de novo repartidos pela CEUD e pela CDE de Lisboa, Porto e Braga, vindo porém a aceitar a unidade de acção com os comunistas no Movimento Democrático Português em 1973.

O sector *popular-monárquico* agrupa, por seu lado, a globalidade dos monárquicos que, à margem da Causa Monárquica, fizeram oposição ao regime, desde os antigos *integralistas* defensores das liberdades institucionais e do sindicalismo social, que aceitaram apoiar individualmente os grandes movimentos unitários de oposição ao regime, desde o MUD até às candidaturas de Norton de Matos, Quintão Meireles e Humberto Delgado, ou concorreram mesmo organizadamente nas eleições de 1949 (Pequito Rebelo, no Alto Alen-

tejo), até aos monárquicos que, a partir dos finais da década de 50, cindindo com a Causa Monárquica, decidiram aparecer e intervir organizadamente nas várias eleições de 1957, de 1961, de 1969 e de 1973. Visando todos eles a restauração e defesa do regime monárquico, aproximaram-se porém da restante oposição republicana pela defesa da restauração das liberdades política, cultural e económica.

Por último, o sector *católico* formado por todos os que, reclamando-se publicamente ou sendo publicamente identificados como militantes católicos (clérigos ou leigos), defendiam a democratização política e económica. Estão neste grupo, os poucos subscritores das reivindicações do MUD em 1945 (com destaque para o P. Alves Correia e para o ceadecista Francisco Veloso), os católicos sociais que na década de 50 vão formulando crescentemente críticas ao corporativismo, e os católicos progressistas que, sobretudo na década de 60, multiplicam tomadas de posição de denúncia crítica da instrumentalização política do catolicismo pelo regime e da violação dos direitos humanos, na esteira das encíclicas sociais papais e dos documentos conciliares dessa década. Nunca organizados como tais, tiveram participações individuais de relevo nas lutas eleitorais a partir de 1957 (com a apresentação sobretudo das candidaturas de Alçada Baptista e Lino Neto), destacando-se além disso documentos colectivos nalgumas das eleições da década de 60. Inicialmente mais *democrata-cristãos*, acabariam porém por prevalecer neste sector, nos finais do regime, as perspectivas *socialistas*.

Consoante variaram os momentos de unidade e de divisão no interior da oposição eleitoral, assim variaram também as suas estratégias de actuação.

A primeira estratégia adoptada pela oposição, nos seus grandes momentos unitários da campanha do MUD, em 1945, e da campanha presidencial de Norton de Matos, em 1949, foi uma estratégia de *intervencionismo condicionado*, convertida em abstencionismo à boca das urnas. A oposição, chamada a participar eleitoralmente estabelece unitariamente condições à partida para uma participação integral, aproveitando o período de campanha para denunciar o regime, exigir o seu derrube e a sua substituição por uma nova constitucionalidade. Não sendo aceites as condições postas, ou exigiam a democraticidade da concorrência eleitoral, a oposição desiste à boca das urnas, colhendo porém dividendos organizativos e políticos da contestação desenvolvida.

Na década de 50 (mais concretamente entre as eleições para a Assembleia Nacional de 1949 e 1957) assiste-se à divisão da oposição e ao aparecimento de estratégias contrapo s-

tas. A assinatura pelo governo do Tratado do Atlântico Norte, em Abril de 1949, e o desencadear internacional e interno da guerra fria, cavaram divisões na oposição: de um lado, os democratas atlantistas que, defendendo o alinhamento político de Portugal com os países da NATO, procuravam forçar Salazar à democratização do regime; do outro lado, os anti-atlantistas, para quem a assinatura do Tratado de Washington reforçaria e consolidaria interna e externamente o regime.

Enquanto os primeiros — reunidos sobretudo à volta do Directorio Democrático-Social — inflectem de rumo, e adoptam uma estratégia reformista do regime, acatando o seu quadro constitucional, chegando por isso a aceitar ir às urnas nas legislativas de 1949 e 1953, os segundos — reunidos no Movimento Nacional Democrático — persistem na estratégia de derrube do regime com rotura constitucional, enjeitando por isso qualquer disputa das urnas e limitando-se ao aproveitamento da tolerância, concedida nas campanhas eleitorais. As candidaturas presidenciais de Quintão Meireles e Rui Luís Gomes, em 1951, incarnam precisamente esta dualidade de estratégias.

Nas eleições legislativas de 1957, no entanto, invertem-se táticamente posições nas estratégias da oposição dividida. Os intervencionistas reformistas aparecem a defender a abstenção, alegando inexistência de condições de participação digna, enquanto nos sectores identificados com o MUD nos princípios da década, surge um novo intervencionismo tático, mais disposto a disputar ao governo, frontalmente, o direito de existir como oposição, do que a aceitar as regras da concorrência proposta.

É assim que nas eleições presidenciais de 1958 essas duas estratégias, com as evoluções táticas conhecidas ao longo da década, se traduzem na apresentação das candidaturas de Humberto Delgado e Arlindo Vicente, respectivamente. A dinâmica desencadeada pela primeira, forçará a segunda à desistência, acordada no conhecido Pacto de Cacilhas de finais de Maio de 1958. A oposição acaba por se unir momentaneamente em torno da candidatura de H. Delgado, que se propunha a demissão de Salazar dentro do quadro constitucional do regime. Saldava-se dessa forma o compromisso das duas estratégias até aí vigentes, associando-se o «intervencionismo até ao fim» da oposição partidária da rotura com a «aceitação tática dos limites constitucionais» dos reformistas do regime.

O ludíbrio que vitimou essa estratégia unitária de compromisso determinaria, ao longo da década de 60, a adopção generalizada de uma atitude de abstencionismo denunciador

por parte das oposições que, quer em 1961 quer em 1965, desistiriam alegando inexistência de condições de concorrência.

Só em 1969, após a abertura liberalizante do marcelismo, se vai assistir à reformulação da estratégia da oposição que, pela primeira vez, em eleições para a Assembleia Nacional, decide concorrer até ao fim, ao nível de quase todos os círculos eleitorais, e com várias listas: CDE, CEUD, CDM. Mais do que a reforma ou o derrube imediato do regime, ou a aceitação ou rejeição do seu quadro constitucional, é uma estratégia intervencionista virada para a instalação efectiva de um pluralismo político, visando contrariar o monismo não só da representação da Assembleia Nacional mas também do próprio regime político.

O fracasso dessa experiência, o bloqueamento da liberalização a partir da revisão constitucional de 1971 e consumado com a eleição presidencial de 1972, farão com que, nas últimas eleições do regime, em 1973, a oposição, apesar de unida, opte de novo pelo abstencionismo à boca das urnas, depois de explorar a campanha para denúncia da ausência de condições concorrenciais.

A crescente participação da oposição nos processos eleitorais do regime, com a crescente apresentação de listas distritais (2 em 1949, 3 em 1953, 4 em 1957, 10 em 1961, 5 em 1965, 22 em 1969, e 10 em 1973), não só não legitimou o sistema eleitoral e representativo mas antes atenuou o carácter plebiscitário e monístico de um e de outro.

Por outro lado, com o convite às oposições para participarem nas eleições, o regime pretendeu dividi-las, para marginalizar e reprimir as oposições comunista e socialista, e cooptar a oposição liberal e republicana. Essa estratégia governativa, se não resultou nunca, no sentido de que nunca as oposições aceitaram o regime e a colaboração sequer pontual com ele, conseguiu pelo menos minar e dificultar a unidade interna das oposições. As dificuldades postas à sua expressão e organização permanente no campo legal levaram logicamente ao reforço das suas expressões e organizações ilegais e clandestinas, terreno que favorecia a hegemonia, só episodicamente contrariada ou discutida, das forças partidárias da rotura constitucional e das estratégias de aproveitamento meramente instrumental das eleições.

CARTAS INÉDITAS

DA JUVENTUDE DE ANTÓNIO SÉRGIO

Algumas cartas inéditas

1. APRESENTAÇÃO

Os cerca de cem documentos originais da juventude de António Sérgio, que estavam na sua quase totalidade inéditos ^{C)} e agora se apresentam ao público, terão, pelo menos, um triplice interesse. Eles são, desde logo, um testemunho, com uma qualidade literária e intelectual rara em documentos espontâneos, dos pensadores que então mais interessavam António Sérgio, das leituras em que mais se comprazia, dos problemas com que se preocupava — e confirmam amplamente a tese, que tenho defendido, da importância do espiritualismo sergiano, enriquecendo, assim, a imagem comum de um Sérgio rigidamente racionalista. Em segundo lugar, creio que estes textos ajudam a conhecer melhor o «jovem Sérgio», então entre os 19 e os 26 anos, dotado de inteligência pujante e já de uma invulgar maturidade, em época crucial da sua opção de vida, nos domínios intelectual, profissional, sentimental também... Em terceiro lugar, estas cartas mostram o itinerário primeiro da longa história de amor de António e Luísa Sérgio, esposa dedicadíssima e colaboradora de mérito ao longo de quase cinquenta anos: nelas palpita um romance de amor vivo, que iria continuar por toda a vida de ambos. Romance que, como todo o verdadeiro «romance», é romântico, sem deixar de ser reflectido, reflexivo e lúcido.

Trata-se, então, do que vulgarmente se poderia chamar umas «cartas de namoro». Se fossem apenas isso, não teriam elas porventura suficiente interesse cultural, nem haveria talvez o direito moral de as

C¹) Transcrevi alguns extractos desta colecção de cartas (que ainda agora não foi possível publicar integralmente, faltando ainda diversas cartas, sobretudo de Luísa Sérgio) em dois meus trabalhos anteriores: «António Sérgio — Cartas inéditas da juventude», in *JL—Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 57, 26 de Abril de 1983; «O espiritualismo de António Sérgio e a necessidade de investigação da obra sergiana», comunicação em 2 de Outubro de 1983, na Fundação Calouste Gulbenkian, por ocasião da inauguração das comemorações nacionais do 1.º Centenário do Nascimento de António Sérgio. Foi ainda feita transcrição de uma carta, embora sem indicação de proveniência, pelo Prof. Vasco Magalhães-Vilhena: «Em torno da génese do idealismo filosófico de António Sérgio», in *Academia das Ciências de Lisboa, Instituto de Altos Estudos — Homenagem a António Sérgio*, Lisboa, 1976, pp. 136-137.

revelar. Mas estas cartas ultrapassam, parece-me, o mero interesse biográfico, e chegam, pelo seu conteúdo, cheio de beleza formal e espiritual, a assumir valor não pequeno para a cultura portuguesa.

A leitura destas cartas convenceu-me de que elas podem dar azo a numerosos e interessantes estudos sobre a vida de António Sérgio e a génese do seu pensamento. Nelas se reflectem, com a clareza que costuma marcar por vezes os escritos de juventude, as suas leituras dominantes — tanto no campo das preferências literárias como no da reflexão estética (?) —, os problemas existenciais que mais marcaram esta fase da vida de António Sérgio, o seu ambiente familiar e os amigos que tinha ao tempo. De nada disso me proponho agora tratar em profundidade, pois acho que antes do mais interessa divulgar estes documentos e facilitar a sua leitura.

Com tal intenção, nesta desprezenciosa introdução darei apenas alguns esclarecimentos relativamente às - referências feitas nestas cartas a alguns locais, pessoas de família, amigos e conhecidos, que foi possível identificar. Penso que se trata de elementos imprescindíveis para o cabal entendimento das cartas. Mas eles poderão ainda ser úteis para elucidar a biografia de António Sérgio que, por vezes, mesmo em autores de responsabilidade, enferma de erros ou inexactidões sobre dados ou elementos de mais difícil acesso a quem não tem o privilégio, como a autora destas linhas, de ser familiar do grande pensador.

Antes do mais, cumpre situar as cartas que ora se publicam; depois, tentar-se-á ajudar o leitor mais atento com algumas indicações que, apesar da sua aridez, permitirão entender melhor múltiplas referências feitas nas cartas, além de fornecerem dados inéditos sobre a família de António Sérgio.

2. ENQUADRAMENTO DAS CARTAS: O TEMPO E OS LOCAIS

A primeira carta data de Outubro de 1902. António Sérgio tinha feito 19 anos em 3 de Setembro anterior e era aluno da Escola Naval, pois tinha escolhido, a exemplo do avô (?) e do pai (4), a carreira da Marinha.

O Será interessante atentar na seguinte lista, por ordem alfabética do último (ou principal) nome, dos autores referidos, citados ou comentados nestas cartas:

Mariana Alcoforado, Moniz Barreto, João de Barros, Boileau, Paul Bourget, F. Brunetière, Camilo, Camões, Carlyle, Castilho, Santa Catarina de Siena, Cervantes, M. Pinheiro Chagas, Chateaubriand, Júlio Dantas, René Doumic, Epicteto, Ésquilo, Evangelho (segundo S. Mateus), Flaubert, Fromentin, Garrett, Goethe, Delfim Guimarães, Georges Guyau, Homero, Horácio, Ibsen, La Bruyère, La Fontaine, Lamartine, Monsenhor Landriot, Leconte de Lisle, Maeterlinck, Marco Aurélio, Oliveira Martins, Lopes de Mendonça, C. Michaëlis, Michelet, Molière, Montaigne, Musset, Gaston Paris, Marco Pilo, P'atão, Charles de Pomairols, Antero de Quental, Racine, Salomon Reinach, Renan, Silvio Romero, Ronsard, Rousseau, Sainte-Beuve, George Sand, Shakespeare, Shelley, Souriau, Sully-Prudhomme, Taine, Augustin Thierry, Victor Hugo, Vigny, H. Vilhena e Voltaire.

(?) O avô foi o Visconde Almirante António Sérgio de -Sousa (1809-1878)* o qual, partidário do regime liberal, foi forçado a emigrar para Inglaterra em Junho de 1831 e, segundo a revista *O Occidente* de 1 de Junho de 1878, «foi um dos officiaes da armada que mais dedicadamente batalhou pelas instituições liberaes». Tomou, assim, parte nas acções desenvolvidas na Ilha Terceira, no Mindelo e no cerco do Portó, no Combate naval do Cabo de S. Vicente, tendo a sua intervenção sido muito elogiada pelo Almirante Napier. Logo após as vitórias dos liberais, exerceu importantes comissões, entre as quais as de governa-

Da juventude de Antonio Sérgio

Anote-se que estas cartas são contemporâneas dos primeiros livros que António Sérgio publica. Nelas se lhes faz referência e transcrevem-se mesmo extractos. *Rimas*, publicado em 1908, constituído por quarenta e duas poesias agrupadas em três núcleos: «Os Navegadores», «A Natureza e a Idéa» e «Via Dolorosa»; e *Notas sobre os Sonetos e as Tendências Gerais da Filosofia de Antero de Quental*, redigido entre 1903 e 1908 e publicado em 1909. Ambos estes livros foram impressos na Tipografia do Anuário Comercial, da qual era então proprietário Manuel José da Silva, pai da então sua namorada e depois sua mulher, Luisa Estefânia da Silva.

Concluído o curso da Escola Naval em 1904, é nomeado guarda-marinha e vai para Macau, onde permanece, em 1905, durante quase o ano todo. Em 1906 efectua uma viagem rápida a New-Castle e, ainda nesse ano, tem uma permanência, que dura até Maio de 1907, em Cabo Verde. Em Março de 1907 é promovido a segundo-tenente e em Julho de 1907 está já colocado na metrópole, no Corpo de Marinheiros da Armada e não torna a realizar viagens de serviço (5). Na entrevista que António Sérgio deu a Igrejas Caeiro, em Julho de 1958, ele próprio refere que, como oficial de marinha, foi a Moçambique, Índia Inglesa, Macau, Filipinas, Zâmbia, Cabo Verde.

Nas cartas que agora se publicam, vê-se, por exemplo, que em 4 de Setembro de 1905 Sérgio se encontra em Macau, em inícios de Julho do ano seguinte escreve de uma quinta da família, perto de Torres Novas, onde também está, por exemplo, em meados de Agosto de 1908 e em numerosas outras ocasiões.

dor de Moçamedes e Angola (de 1849 a 1854), a de governador da província de Macau e Timor (de 1868 a 1872) e a de Governador-Geral da Índia, de 1877 à data da sua morte. Alguma bibliografia: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 28, p. 412; Augusto Carlos Xavier *O Visconde de Sérgio de Sousa*, Lisboa, 1878; Mendonça Torres *O Distrito de Mossamedes*, Lisboa, 1950; A. Felner *Angola*, vol. I, Lisboa, 1940; José F. Ferreira Martins *Os Vice-Reis da Índia, 1505-1917*, Lisboa, 1935; *Tratado de todos os Vice-Reis e Governadores da Índia*, Lisboa, 1962; *Nobreza de Portugal*, Editorial Enciclopédia, vol. III, Lisboa, 1961, pp. 371-373; Albana da Silva Pinto, Visconde de Sanches de Baena *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, vol. II, Lisboa [1890], p. 607.

(4) O pai foi um «homem excepcional», segundo a própria expressão de António Sérgio na entrevista radiofónica concedida a Igrejas Caeiro. Foi filho terceiro de António Sérgio de Sousa e segundo filho varão, chamou-se também António Sérgio de Sousa, nasceu em 1842, faleceu, em Lisboa, em 1906, tendo, como o pai, atingido o posto de vice-almirante. Seguiu a mesma carreira do progenitor, enquanto o seu irmão mais velho, José Zeferino, enveredou para o exército, onde atingiu o posto de general de brigada. António Sérgio de Sousa foi ajudante do Governador de Angó'a (1868) e do de Macau (1869). Quando esteve em Luanda, em 1873, era então 1.º tenente, dirigiu o mensário «O Meteoro», dedicado aos problemas económicos e administrativos de Angola. Em 1878 governou o distrito de Dm e foi governador do distrito de Damão, até finais de 1883, estando no desempenho destas funções, em Damão, quando aí nasceu, em 3 de Setembro de 1883, o único filho varão, o terceiro António Sérgio de Sousa. Em 1890 foi nomeado governador do recém-criado distrito do Congo, o qual incrementou muito, e regressou à metrópole em 1894. Aqui, foi chefe da 1.ª Repartição do Conselho do Almirantado, depois secretário e faleceu como comandante do Corpo de Marinheiros. Foi do Conselho de Sua Majestade e, como o pai, teve numerosas condecorações. Alguma bibliografia: «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», vol. 28, p. 412; «Nobreza de Portugal», Editorial Enciclopédia, vol. III, Lisboa, 1961, p. 373; Júlio de Castro Lopo, «Jornalismo em Angola»; Lopes Rodrigues, artigo cit. na nota 24.

(5) Mário Sottomayor Cardia «O pensamento filosófico do jovem Sérgio», in *Cultura—História e Filosofia*, vol. I, Lisboa, 1982, pp. 411-467.

A correspondência que se refere consiste na quase totalidade em cartas, mas também bilhetes-postais e mesmo cartões de visita, conforme se anota em cada caso.

Qual foi o universo físico que viu estas missivas de António Sérgio serem escritas? Muitas não têm indicação da data nem de local, mas dos elementos de que disponho posso dizer que quase todas são redigidas em Lisboa, vários escritos o são da Quinta dos Vargos e há a referida carta de Macau.

António Sérgio vivia, então, em Lisboa, na Rua Maria Andrade, n.º 55, 4.º andar e a noiva, também em Lisboa, na Rua António Maria Cardoso, n.ºs 22/24. A Quinta dos Vargos, que serve de cenário a muitos dos escritos e dos acontecimentos referidos era então propriedade da tia de António Sérgio, Maria do Pilar Sérgio de Sousa Paes. No *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Santarém*, refere-se, no concelho de Torres Novas, o Solar dos Vargos como «grande residência rural do século XVIII, com entrada nobre e escadaria de bela traça...» (6). A capela do solar tem a data de 1726 e é revestida de azulejos; a casa, hoje bastante deteriorada, mas conservando restos da antiga grandeza, costumava ser (como, aliás, se depreende das cartas) animado local de convívio, da numerosa família e amigos, entre os quais se contavam Luisa Estefânia Gerschey da Silva, futura mulher de António Sérgio e a quem se dirigem estas cartas.

A tia Pilar faleceu em 1910, sem geração, e a casa dos Vargos ficou para a sua irmã mais nova, madrinha de António Sérgio, Matilde Sérgio de Sousa Quintanilha, que faleceu em 1927. Os Vargos foram herdados pela filha mais nova, também Matilde e, depois, pela filha desta, outra Matilde, a actual proprietária.

Se me detenho um pouco a referir os Vargos, é porque ali, naquele ambiente campestre e romântico, onde o próprio António Sérgio revela que desenhava as árvores (carta de 29 de Maio de 1909), é que foi o local onde começou, desde 1901 ou 1902, a estimar Luisa Silva, como ele mesmo escreve (carta de 9 de Junho de 1909).

?. PESSOAS REFERIDAS NAS CARTAS

3.1 *Luisa Estefânia Gerschey da Silva, seu pai e irmão*

A destinatária destas cartas e de várias poesias de António Sérgio, agora também divulgadas, era, como atrás disse, Luisa Estefânia Gerschey da Silva.

Luisa Estefânia nasceu, em Lisboa, a 4 de Setembro de 1879 e faleceu, na mesma cidade, na sua casa da Travessa do Moinho de Vento, n.º 4, à Estrela, freguesia da Lapa, em 29 de Fevereiro de 1960. Era filha de Manuel José da Silva, grande comerciante, de ascendência nobre, que nasceu em Lisboa em 4 de Agosto de 1854 e faleceu no Rio de Janeiro, onde viveu vários anos, a 16 de Julho de 1932, e de sua mulher Estefânia Gerschey, que, em Lisboa, nasceu, casou e, a 19 de Junho de 1882, faleceu. Estefânia Gerschey era filha de Francisco Augusto Gerschey, de nacionalidade húngara, que veio para

(6) *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Santarém*, publicação da Academia Nacional de Belas-Artes, vol. III, Lisboa, 1949, p. 140. O Solar dos Vargos pertencera a Simão Paes de Faria Pereira do Amaral e Menezes, marido da tia Pilar e padrinho de António Sérgio; este foi baptizado, em perigo de vida, em Damão e, solenemente, em Lisboa, na Igreja de Santos-o-Velho, em 1885.

Da juventude de Antonio Sérgio

Portugal em 1836, com a comitiva de D. Fernando II, e irmã do distinto violinista Augusto Ladislau Gerschey, que faleceu em Lisboa em 1915.

Manuel José da Silva e Estefânia Gerschey tiveram ainda outro filho, João Cristiano Gerschey da Silva (7), nascido em Junho de 1881 e referido nas cartas apenas com o nome de João.

Luisa e João ficaram, portanto, órfãos de mãe em tenra idade* mas o pai deu-lhes esmerada educação.

Luisa Estefânia foi uma mulher notável: inteligente, culta, extremamente bondosa, sensata. Católica fervorosa, era membro activo da Conferência de S. Vicente de Paulo e será interessante referir que o marido, embora agnóstico, a acompanhava frequentemente nas suas manifestações de fé. Revelou-se artista de variadas facetas: pianista e cantora de mérito (e como tal referida na documentação que agora se publica), era também dotada pintora. Pintou, a óleo sobre tela, flores e retratos, com influência de Columbano e Malhoa. Também pintou louça, sobre porcelanas da Vista Alegre e estrangeiras, no estilo das antigas decorações de Saxe e de Sèvres e, como tal, aparece citada na fundamental obra *Cerâmica Portuguesa* de José Queirós* cuja primeira edição data de 1907. Luisa Estefânia era poliglota e mesmo tradutora. Em 1902, publicou, com o pseudónimo de Lakmé d'Avlis, o romance *Um Momento no Paraíso*, imitação do alemão, mencionado nas cartas.

Nestas missivas, António Sérgio mostra já bem a sua grande preocupação com os problemas de educação, começando por «educar» a noiva.

Talvez por influência do marido (com quem se casou em 14 de Junho de 1910), Luisa Sérgio publicou, em 1915, *O Método Montessori*, com prefácio e notas de Sérgio, a primeira obra que em Portugal mostrou a orientação pedagógica de Maria Montessori. Com o marido colaborou numa série de histórias infantis e, também com ele, publicou, em 1919, *Contribuição para o estabelecimento de uma escala de pontos dos níveis mentais das crianças portuguesas*.

3.2 A mãe e as irmãs de António Sérgio (8)

A mãe de António Sérgio chamava-se Ana Maria Salema Henriques de Brito Sérgio de Sousa. Nasceu, em Pondá, em 1855 e faleceu, em Lisboa, em 1948. Era filha do governador da Praça de Aguada, General José Inácio de Brito, e de Juliana Luisa Salema Henriques (9). Descendia do General Almirante Henrique Carlos Henriques, o qual,

(7) Casou civilmente, em Nova Iorque, a 16 de Julho de 1915 com Gabriel le Guittard, que nasceu em S. Francisco (Estados Unidos da América) em 1883 e a qual faleceu em Londres, em 1964.

(8) António Sérgio, o escritor, terceiro António Sérgio de Sousa, o qual assina algumas destas cartas como António Sérgio de Sousa Júnior.

(9) Tiveram mais dez filhos (Ana foi a que nasceu em 1.º lugar): Constantino José de Brito, General de Engenharia, casou com Maria José B. Lapa; Luís José de Brito, Tenente da Guarnição da Índia, casou com Josefa C. Caiado; Adelaide Amávia, casou com Constancio dos Santos; Hedwiges Hipólita, casou, pela 1.ª vez, com o tabelião Frederico de Oliveira Pegado e, pela 2.ª vez, com o Coronel Augusto Correia Mendes; Adriano Heitor de Brito; Eugênio Albino de Brito, casou com Maria do Carmo Martins; Joaquim Carlos de Brito, casou com Valentina Lemos; Frederico Aníbal de Brito, casou com Sofia de Campos; Maria Adelina, casou com João Carlos A. Diniz d'Ayalla; Francisco Xavier de Brito, coronel na Índia, que casou com Leonor Luisa Carnero de Sousa e Faro.

nascido na metrópole, se distinguiu, na Índia, no século XVIII. Casou, talvez em 1879, com António Sérgio de Sousa, o segundo deste nome.

Consta, na família, que era das senhoras mais bonitas que frequentavam o paço real (será exagero?) e que terá tido grande desgosto por o filho, António Sérgio, não ter querido ser apresentado à família real.

O pai de António Sérgio, por quem este nutria grande admiração e estima, já foi atrás detalhadamente referido⁽¹⁰⁾. Faleceu em 1906, quando os documentos agora publicados são ainda esparsos. Este segundo António Sérgio de Sousa teve cinco filhos, quatro raparigas e um único rapaz, o escritor António Sérgio, nascido em 4.º lugar.

António Sérgio refere-se, numerosas vezes, nas cartas, às irmãs:

— Maria — Maria da Conceição Sérgio de Sousa Torres Vaz Freire, que faleceu em 1949. Casou com João Barreiros de Torres Vaz Freire, de quem teve dois filhos (José Sebastião e Jacinto) e enviuvou em 1900. Vivia em Évora, tendo tornado a casa onde residia — o solar que pertencera ao Bispo D. João da Silveira — num verdadeiro centro cultural, como o provam as notícias publicadas na imprensa da época.

— Pilar — Maria do Pilar Sérgio de Sousa, a qual casou, em 1926, com o Mestre Escultor João da Silva⁽¹¹⁾. Foi pianista de mérito, discipula de Mestre Viana da Mota, com o qual chegou a tocar, em concertos com dois pianos. Tirou o curso de piano no Conservatório, em Lisboa. Esteve alguns anos na Suíça, onde foi professora. Faleceu, sem ter tido filhos, em Outubro de 1960, apenas meses depois da morte do marido.

— Matilde (que aparece nas cartas também designada pelo seu diminutivo de «Tuca») — Nasceu, como o irmão, em Damão e casou, em 1907, com António Alemão de Mendonça Cisneiros de Faria. António Cisneiros de Faria (conhecido, familiarmente, por Mene e, como tal, designado nestas cartas), foi distinto oficial de Marinha, funções nas quais apoiou a viagem aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, ao Brasil, e comandou o navio escola «Sagres»⁽¹²⁾. Tendo enviuvado em 1946, Matilde Sérgio de Sousa Cisneiros de Faria faleceu em 1961, sem geração.

— Juliana — A irmã mais nova nasceu em 5 de Julho de 1885, também na Índia, como os dois irmãos anteriores a si, mas em Bendorá (Bombaim). Casou, em 1908, com o oficial de Cavalaria Eduardo Augusto de Oliveira Pessoa, o qual é referido nestas cartas, por vezes, como «Cavalaria», segundo o usual gosto de António Sérgio em arranjar nomes aos seus familiares e amigos. Teve quatro filhos: José, que nasceu a 15 de Setembro de 1909 (e cujo nascimento é referido nestas cartas), Maria Adelaide, Carlota Matilde e António. Juliana Ana Henriques de Brito Sérgio de Sousa Oliveira Pessoa faleceu com 49 anos. O marido, que faleceu em 1956, atingiu o posto de coro-

⁽¹⁰⁾ Vd. a nota 4.

⁽¹¹⁾ Sobre João da Silva, consultem-se, por exemplo, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 28, p. 81; Prof. Escultor António Duarte «Homenagem ao Escultor João da Silva, no centenário do seu nascimento, pela Academia Nacional de Belas-Artes», in *Belas-Artes, Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, 3.ª série, n.º 2, Lisboa 1980, pp. 29-35; Dr. Fernando Castelo-Branco «No 1.º Centenário do Nascimento de João da Silva—quase uma polémica sobre a estátua equestre de D. João IV», *ibidem*, pp. 53-57; *Medalhas de João da Silva*, catálogo elaborado por Mário Correia de Sousa, Artur Santa Bárbara, Edição «Gravarte», Lisboa, 1983.

⁽¹²⁾ Veja-se, por exemplo, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 6, p. 877.

nel, tendo o seu nome sido dado a uma rua de Cascais, como benemérito que foi da vila e como aconteceu com outros membros da família Pessoa.

3.3 *Outros familiares*

Várias outras pessoas da família são ainda referidas nestas cartas, como as seguintes, que se indicam, também para ajudar a um melhor entendimento do seu texto:

— Tia Pilar — Designada, em família, como tia Pilar dos Vargas, para melhor se distinguir de homónimas, era a então proprietária da Quinta dos Vargas, a referida Maria do Pilar Sérgio de Sousa Paes, filha segunda do primeiro António Sérgio de Sousa, nascida em 1841, desde 1890 viúva de Simão Paes de Faria do Amaral e Menezes, senhor das Casas dos Vargas, do Caneiro⁽¹³⁾ e outros vínculos.

— Tios José e Carlota — Trata-se do General José Zeferino Sérgio de Sousa⁽¹⁴⁾, filho primogénito do primeiro António Sérgio de Sousa, o qual nasceu em 1836 e casou com Carlota Ferreira Maia, parece que em 1867, tendo morrido em 1929. Não tiveram filhos.

Tia Matilde — Matilde Sérgio de Sousa Quintanilha, nascida em 1846, quarta filha do primeiro António Sérgio de Sousa⁽¹⁵⁾, casada com o General Raimundo José Quintanilha, teve três filhos: Júlia, Raimundo e Matilde, os quais são também mencionados nas cartas. Júlia, casou-se com Pedro Pais de Faria Caupers e foi dona da referida Quinta do Caneiro. Matilde, casou-se com Gabriel Vítor Bugalho Pinho e herdou, como acima dissemos, a Quinta dos Vargas. Em relação com estas cartas, destes três primos de António Sérgio deve-se salientar Raimundo, que foi director da contabilidade do Ministério da Marinha e casou, em 1911, com Ruth de Freitas Noronha Waddington, a qual é, muitas vezes, referida nas cartas. Ruth morreu cedo, de parto, e sobre ela escreveu a advogada e poetisa Maria Cândida Parreira, no jornal *O Dia*, por ocasião da sua morte, em Junho(?) de 1914, um artigo, de que se transcrevem uns pedaços: ... «Pobre Ruth! Pobre amiga!... de uma intelligencia superior e d'uma não vulgar cultura intellectual, seu espirito prendia d'uma forma extraordinaria... Mas onde Ella se impunha sobretudo, era na formosura da sua alma! Não conheci ainda carácter mais nobre e mais elevado!»...

— Tia Maria José — Tia materna de António Sérgio, casada com o General Constantino José de Brito⁽¹⁶⁾ e filha dos Viscondes de Vila Nova de Ourém.

— Tia Helena — Tia paterna de Luisa Estefânia da Silva e irmã mais velha de seu pai. Nasceu em 1850 e morreu em 1935, no estado de solteira.

— Silva Teles, ou Primo Teles — Primo de António Sérgio, creio que pelo lado de sua mãe⁽¹⁷⁾. Trata-se de Francisco Xavier da Silva Teles, que nasceu em Pondá, Índia, em 1860, e morreu, em Lisboa, em 1930. Segundo o Professor Ilídio do Amaral foi: «...o primeiro

(13) Vd. mencionado volume do *Inventário Artístico de Portugal*, p. 153, referência à Casa da Quinta do Caneiro, próximo de Vila Nova de Ourém.

<4> Vd. nota 4.

C¹⁵) O primeiro António Sérgio de Sousa teve cinco filhos: José Zeferino, Maria do Pilar, António, Matilde e Luís Maria, o mais novo e que morreu ainda jovem e solteiro.

C<> Vd. nota 9.

O¹⁷) Note-se que um irmão da avó materna de António Sérgio era Francisco Xavier Salema Henriques, que nasceu e morreu em Pondá e casou com Leopoldina da Silva Teles.

professor universitário de Geografia no nosso país. Com ele abrir-se-ia um campo novo: o da geografia científica, que defendeu repetidas vezes...» (18). Sérgio, em 1913, dedica a este seu primo o estudo *Da Natureza da Affecção*, publicado no Rio de Janeiro.

— Roberto — Roberto Henriques de Brito Oliveira Pegado, primo direito de António Sérgio, pelo lado materno, filho de Hedwiges (19).

— Prima Adelina — Adelina Salter de Sousa f²⁰).

3.4 Outras pessoas mencionadas

Entre as pessoas mencionadas nas cartas e que não pertencem à família de António ou de Luisa Sérgio, são de destacar:

— Almirante Capelo — É o célebre explorador africano Hermenegildo de Brito Capelo (1841-1917), oficial de Marinha, que foi ajudante de campo dos reis, sucessivamente, desde D. Luís. Grande amigo do segundo António Sérgio de Sousa, foi, como este, vice-almirante e ajudante de campo do rei D. Carlos.

França — José de Campos França, oficial de Marinha. Colega de curso e amigo íntimo de António Sérgio e de Frederico Pinheiro Chagas. Era primo direito do Prof. Carlos França, eminente naturalista; Aquando da Revolução de 1910 não quis embarcar; ficou na Guiné e morreu lá com a febre amarela (21). Foi este amigo quem decidiu editar a primeira obra de Sérgio, *Rimas*. E o próprio António Sérgio quem o refere: «Jamais me propus publicar poemas. Compunha-os para mim, por necessidade interior (...). Foi um grande e excepcional amigo que decidiu editá-los à sua própria custa (com resistência minha), servindo-se de manuscritos que lhe tinha eu dado, e que ele colecionou e organizou» (22).

— Frederico ou Chagas — Frederico da Silva Pinheiro Chagas (1882-1910) era filho de Manuel Pinheiro Chagas e suicidou-se aquando da proclamação da República. Também grande amigo e colega, na Marinha, de António Sérgio, o qual, nestas cartas, menciona outros membros da família Pinheiro Chagas.

— Lopes de Mendonça — Vasco Lopes de Mendonça era filho (io. poeta e dramaturgo Henrique Lopes de Mendonça e foi amigo de António Sérgio desde o tempo do Colégio Militar.

— Monsarás — Deve tratar-se de Alberto de Monsarás (1889-1959), 2.º Conde de Monsarás, filho de António de Macedo Papança. Note-se que Alberto de Monsarás já em 1909 publicou um livro de versos, *Romper de Alva*.

— Ottolini — Foi único Visconde e 1.º Conde de Ottolini, Manuel Sarmiento Ottolini (1840-1898). Não se trata deste, nem, pelas datas, pode ser nenhum dos condes deste título.

— Ramos — Manuel Oliveira Ramos (1862-1931) foi major do Exército, Professor do Curso Superior de Letras e do Colégio Militar.

(18) In *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vai. 17, coluna 1226.

(19) Vd. nota 9.

Ç²®) Agradeço muito vivamente a ajuda que me foi prestada, mediante o fornecimento de elementos sobre membros das famílias de António e Luisa Sérgio, por meu primo Raimundo Waddington de Quíntanilha e Mendonça, médico e genealogista, cujas valiosas notas foram imprescindível meio de estudo, e por minha mãe, Carlota Matilde Sérgio Pessoa de Figueiredo.

(21) Elementos biográficos indicados pela sua familiar, Sr.^a Dona Helena França Rodrigues da Silva.

(22) *Ensaio*, tomo VII, Lisboa, 1954, pp. 12-13.

— Silvio Romero — É o célebre escritor e filósofo brasileiro (1851-1914).

— Henrique de Vilhena — É o conhecido professor universitário Henrique Jardim de Vilhena (1879-1958), o qual era então professor de Anatomia Artística na Escola de Belas-Artes de Lisboa.

4. ALGUMAS OBSERVAÇÕES FINAIS

Interessará aos leitores, porventura, saber qual a origem destas cartas. Apesar de sobrinha-neta de António Sérgio, só por um feliz acaso pude salvar estes documentos, que reputo bem valiosos. Foi em 1973 que encontrei vária documentação de António Sérgio colocada numa arrecadação de casa familiar: um sobrinhito fora-a desencantar para brincar, amachucando uns «papéis», que a empregada se preparava para deitar ao lixo. Por sorte deparei com esta cena, vi que se tratava de documentos — principalmente cartas — que me pareciam de interesse e evitei a sua perda. Entre esses documentos estavam as cartas de juventude que agora se publicam.

Mal os encontrei, dei disso conhecimento a meus pais e tios, sobrinhos directos e herdeiros de António Sérgio ^{t23}). Iniciei logo a transcrição das cartas, em vista à sua publicação. Contactei depois editores — entre os quais a editora que está publicando as *Obras Completas* —, investigadores da obra sergiana, em vista à publicação das cartas, mas nenhum por isso mostrou qualquer interesse.

Uma segunda observação respeita ao critério seguido nesta publicação. Por falta de tempo, deixou-se para outra oportunidade a anotação mais aprofundada dos textos — sem prejuízo dos elementos antes fornecidos para sua leitura e interpretação — e a edição de outros, que melhor poderão completar esta rica série epistolográfica.

E, todavia, sempre difícil avaliar a conveniência da publicação de textos deste tipo. Um critério defensável é o de que, dos homens célebres, «até interessam as contas de alfaite» (citando, de memória, Eça de Queirós); e o de que o direito do público à verdade prevalece sobre quaisquer outras considerações.

Procurei, todavia, não fazer uma aplicação cega destes critérios. A leitura destas cartas revela por vezes comentários agudos e mordazes: julgo, porém, que mesmo alguma observação menos lisonjeira para uma ou outra pessoa não deve ser entendida como tratamento desagradável, com o qual se magoem pessoas a elas ligadas por parentesco ou laços de afeição. Há apenas a comunicação de pontos de vista de António e Luisa Sérgio, que interessam sobretudo como expressão de reflexões ou juízos, para nós relevantes culturalmente, mas já sem dimensão pessoal, aliás nunca pejorativa ou deprimente.

Poderão alguns dizer que só haveriam de publicar-se estas cartas decorridos muitos anos, quando fossem já remotos e frios antepassados as pessoas a que elas se referem. No entanto, com tal entendimento estar-se-ia a furtar aos estudiosos e à cultura nacional elementos de valia para o entendimento da personalidade e do pensamento de Sérgio (não tanto na perspectiva, nada sergiana, do pormenor biográfico, mas no do entendimento da génese, rica, concreta e mesmo palpitante, de um pensamento vivo que foi o seu).

(23) Os sobrinhos, filhos de sua irmã Juliana, são quatro: José, Maria Adelaide, Carlota Matilde e António (por ordem de idade, como se pode ver na fotografia agora publicada).

António Sérgio

Acresce que estes documentos, significativos e genuínos, só são abonatórios para a personalidade cultural e moral de Luisa e António Sérgio — na sua relação a dois, e nas relações com terceiros ⁽²⁴⁾.

Entendo, enfim, que o primeiro centenário do nascimento de António Sérgio é um forte ensejo para assim participar no que deveria ser um esforço nacional de conhecimento crítico do seu pensamento e valor ação da sua obra (esforço de que me parece exemplar — embora bem mais excepcional do que seria de desejar — este número da *Revista de Historia das Ideias*).

Todavia, em raros casos, optei por não transcrever agora alguns textos — que aparecem assinalados com ⁽²⁵⁾. Pesaram nisso motivos de carácter familiar, que julgo atendíveis: note-se, contudo, que em caso algum os textos omissos o foram porque contivessem fosse o que fosse de menos conveniente ou pouco abonatório para Luisa e António Sérgio, e que esta decisão também em caso algum prejudicou o interesse cultural e humano das cartas.

Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa Franco

⁽²⁴⁾ Em aditamento à biografia de Luisa Sérgio, indica-se que António Sérgio escreveu, do Rio de Janeiro, a Álvaro Pinto, em Janeiro de 1914: «Consegui convencer minha mulher a rabiscar uns artiguinhos populares de educação»; em Junho de 1916 informa, de Genebra, a Manuel da Silva Gaio, que e'a «está fazendo nas escolas de aqui, sob a minha direcção, os seus estudos regulares, teóricos e práticos, de pedagogia e psicologia» e a Álvaro Pinto informa que Luisa Sérgio «se matriculou na Universidade e num Instituto especial» para adquirir «no assunto uma certa competência especial, que lhe permitirá fazer trabalhos um pouco mais decentes do que se fora uma simples curiosa». Estes elementos podem encontrar-se no documentado artigo de Lopes Rodrigues, «António Sérgio de Sousa Júnior», in *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, vol. 4, ed. Artis - Bompiani, 1982, pp. 3215-3222.

⁽²⁵⁾ Além desta, outras convenções e abreviaturas muito simples foram adoptadas, no que pretendeu ser uma edição rigorosa mas, por imposições de tempo, nunca aspirou a tornar-se em edição crítica. São elas: [] * — carta datada pelo dia do carimbo do correio; [] — carta que se encontrava datada a lápis; () — data tirada a partir do contexto; s. d. — sem data.



António Sérgio, quando oficial de Marinha



Luisa Estefânia da Silva Sérgio, mulher de Antonio Sérgio

1

Ex.^{ma} Senhõra
D. Luisa Stephanía da Silva
Casa dos Vargos
Correio de *Torres Novas*

[Lisboa, 18-10-02] *

Minha Senhõra

Para diversos casos, numerosos e variadíssimos, está consagrada a expressão «*tomar a liberdade*». Assim eu, escrevendo esta carta a V. Ex.^a, tomo uma liberdade. Nem mais, nem menos — Isto será talvez, segundo as regras, um atrevimento dos de peor especie, em extremo necessitado do perdão que a sua bondade houvesse por bem conceder-lhe; quanto a mim provaria, quando muito, que tomo liberdades com a espontaneidade, facilidade e simplêza com que a gente que se preza toma banhos de Caldas e toma águas. Que o chiquismo, na economia animal, manifesta-se pela dyspepsia. — Bem imaginada coisa! —

Valho-me desta vez de tal expediente para lhe comunicar que deverá receber pelo correio o volumesito da «*Casa de boneca*» de que nos Vargos lhe falei, e lhe pedir que aceite a homenagem do seu servo e admirador

[a parte inferior da carta está rasgada, no local onde se encontraria a assinatura]

2

CARTA DE LUÍSA STEPHANIA A ANTÓNIO SÉRGIO

Snr. Sergio,

A sua gentileza e amabilidade captivaram-me immensamente e devo confessar-lhe que fiquei ...* ao receber o voluminho tão desejado. Escusado será dizer que o principiei a ler logo, e com o maximo interesse fui seguindo e admirando a maneira por que Ibsen nos faz conhecer as suas personagens e tão magistralmente nos descreve as emoções porque vão passando. É terrível e empolgante aquelle desencadear subito da tempestade, que tão gradualmente se vae formando no horizonte desde o principio do drama.

Sabe Snr. Sergio? Supponho que na maior parte das vezes dar-se-hão coincidencias em que não faço reparo nem lhes presto a minima attenção, mas em certas occasiões tudo se nota, ponto é que a nossa alma esteja no *seu posto d'observação*: Esta manhã quando pensava justamente na «*Casa da Boneca*» entregaram me uma carta d'Allemanha em que me fallaram d'um caso muito parecido com o que conta Ibsen, que se deu ha apenas alguns dias. Não teve o

* [Degivel]

António Sérgio

mesmo desenlace porque felizmente casos d' estes não são vulgares, mas comprehendendo a transformação completa que soffreu a alma d' aquella mulher no momento em que ella se apercebeu da terrível realidade. E quantas vezes se dão em volta de nós casos semelhantes que nos passam completamente despercebidos?

Mas agora reparo que lhe estou roubando o precioso tempo, deixei-me levar pelo entusiasmo. Tenha paciencia!!! Não lhe faz falta o livro, posso conserval-o mais algum tempo não é verdade?

Creia-me sua dedicada

Luiza Stephania da Silva

21-10-02

3

Ex.^{ma} Senhora
D. Luisa Stephania da Silva
Casa dos *Vargos* correio de
Torres Novas
Portugal

Macau, 4 de Setembro de 1905

Minha Senhora:

Também eu hoje lhe queria fazer «*votos*»: mas não acha uma arrelia que os nossos «*votos*» sejam inúteis, e que a felicidade se não obtenha por *chapeladas*, como as cadeiras de deputado? Se assim não fôsse havia de ser eu o seu mais fervoroso *galopin*. Fica-me a esperança de que V. Ex.^a o acreditará, e de que me perdoará o não lhe saber dizer coisas mais bonitas; — que cada um é como Deus o fez, e *ainda peôr muitas vezes*, como já dizia o bom Sancho.

Todo este circuito vem a significar afinal que é dos mais patetas, mas em compensação dos mais dedicados,

O seu mesquinho servo

A. Sergio J.^{or}

4

À Ex.^{ma} Senhora D. Luisa Stephania da Silva — dalla bella voce —
distincta cantora de «*Novembre*»

NOVEMBRO

Novembro vem; e foi num mês assim
Que vendo o teu sentir no teu sorriso
Julguei, sem t'ó dizer, um paraíso
Junto de ti

Novembro vem — Quem nos houvera dito!
Não é certo que fomos bem creanças?
Como é bonito um sonho d'esperanças!
Como é bonito!

Da juventude de Antonio Sérgio

Novembro vem; — sentado no meu canto,
Doente e só, revi nos sonhos meus
Aquelle inverno em que eu amei a Deus,
E chorei tanto!

Novembro vem; — e vem a occasião
De pôr algumas flores num mausoléu...
Direi por um pobre sonho que morreu
Uma oração!

Traducção de *Novembre*
de P. Bourget
por
A. Sergio J.^{or}
Vargos, 3 de Julho 1906

5

Cumpro, Senhora, o dever
De mandar os promettidos
Versos, de ha muito nascidos,
Ahi num canto escondidos
Com vergonha de vos vêr:
São maus, sandeus e torcidos.
Se toada nunca houver
Com que possam ser cantados
Não vos dê isso cuidados,
Serão de tudo adornados
Se a vossa bôcca os disser:
Que mais musica hão mister
Que ser de vós recitados?

Antonio Sergio
18-1-908

6

ALVORADA

Mal sente a terra a luz da fresca Aurora
Beijar as gôttas d'água, que evapora,
E saltitar risonha nos seus flancos,
Appareces-me tu, minh'alma airosa,
Nas pontinhas dos pés e cautelosa,
Mostrando-me a sorrir uns dentes brancos...

Vens de não sei que mágicos paizes
E fallas-me tão bem... Não sei que dizes
Mas é como um cantar tão bom, tão brando...

Respondo-te enlevado, como em sonho,
Mil coisas desligadas, mas supponho
Que estás ouvindo attenta e vaes gostando...

E giras como fumo ao vento, emquanto,
Rodopiando, as dobras do teu manto
Os meus olhos de manso acariciam...
— Que feliz despertou como eu desperto?
Eram tal qual assim, pois não, decerto,
As coisas que se diz que os santos viam?

Com gesto serpentino, sobre mim
Vaes desfolhando as rosas de um jardim
Guardado por magia, encantamento,
Onde só entras tu, porque uma fada
Te fez imponderável, fluida, alada,
Como a luz do luar e como o vento...

Mas n'um prompto — ó dolosas fantasias!
Como as palavras vãs que me dizias
Teu corpo s'evahiu também no ar...
Fiquei na solidão co'as minhas penas,
Que para mim o bem é sonho apenas
E já não posso em nada acreditar:

Eu vivo só d'idéas insondáveis,
Só tenho crença em formas impalpáveis,
E quem n'um raio d'ouro me fallou
Ai não és tu, não és, mas tão somente
Uma imagem subtil que a pobre mente
N'um ondular ethéreo me forjou.

Antonio Sergio
18-1-08.

7

A UMA DAMA

Deu-me hoje a desvairada tontaria
De poetar também; dizer, Senhora,
A uma dama gentil de trança loura
As doidas semrazões da fantasia...

Mas antes, por temer a zombaria,
E vos saber de tudo entendedora,
Pensei em vos tomar por julgadora:
Se — para vos ouvir — vo-las diria...

E pois que em bom censor sempre ha branduras
Vou desprender, Senhora, estas loucuras
Que trago dentro d'alma encarceradas...

Ai de mim, que não sei o que prometto
Porque em summa, são coisas complicadas
Que não cabem nas rimas de um soneto.

Junho (?) 1908

8

Às Ex.^{mas} Senhoras D. R. W. e D. L. S. da S.

Vêde rompêr nos montes a manhan,
Que dôce e boa à terra se avisinha,
E no oscillante ramo uma àvesinha
Cantando a luz de Deus que vem louçan!

Assim qualquer de vós, que a lei christan
Com transporte e fervor no peito aninha,
É aurora que explende e me acarinha,
Mestre, guia, senhora, e minha irman;

E até, se em somnos mãos que maguas são,
Na taciturna paz da solidão
Rólo em sonhos de dor a noite inteira,

Cá vos sinto passar nas minhas feridas
Com mimos de creança e de enfermeira,
As caridosas mãos compadecidas.

Vargos, 17-8-08

9

OS BOIS

«Le songe intérieur qu'ils
n'achèvent jamais»
L. de Lisle.

Sobre vós, bois d'olhar manso,
Que branda que a noite vem!
Nos ramos, nem um balanço,
No vasto ceu que descanço!
E que paz em vós também!

O plaino é calmo e saudoso:
No fundo já quasi dorme
A serrania em repouso, ^
Curvando o corpo anguloso
Qual, sopito, um monstro enorme.

O tectosinho inclinado
Vae mergulhando na sombra:
Contempla o dono, enlevado,
Sobre o horizonte encarnado
A vastidão que o assombra.

Na pôça d'água estagnante
Revê-se a herva pendida,
A claridade expirante,
E a nuvem do ceu distante
Que perpassa esmorecida;

Na ramada, a cantilena
Que lhe diz a viração:
Em vós, bois d'alma serena,
Quando vem a tarde amena
Se reflecte a Creação!

Sonháveis, ao sol nascente,
O que andais sonhando ainda...
Segui, bois, tranquilamente
Na vaga luz d'essa mente
O sonho que nunca finda!

29-8-908

10

Á ILLUSÃO

Imagem formosíssima e celeste
Que pelas serras negras vaes assim,
Entre o cardo da dor e a mágua agreste,
Mudando a selva bruta num jardim;

Apparição donosa e sempre amada
Que nos salvas, nos guias, nos redimes,
Que dás á terra inhospita e queimada
Um reflexo da luz dos ceus sublimes.

Tu que esplendida fulges como a aurora,
E tens do entardecêr toda a doçura:
Que ao peito sonhador, que mais te adóra,
Fallas plena de graça e de ternura;

Tu, fada milagrosa, ovante e bella
Que, se vaes a mansão de acérba lida
É logo a mais escura e estreita cella
Em fabuloso alcácer convertida:

Que tens no albirosado e casto seio
Doce leite de amor que nos consola
Do mal, da solidão, da dor, do anceio
Que a inquieta insómnia desvairada rola:

Tu, deusa lirial de rósea bôca
Que tens nos finos lábios um tesoiro
Em que ri venturosa a esperança louca,
E guardas a chimera em cofres de oiro:

Bem dita sejas, illusão sagrada,
Que o mundo levas arrastado aos pés:
Por cada passo deixarás gravada
Etherea gemna de preciosa estrada
Que todos miram sem sabêr quem és!

Inspiradora das visões fecundas,
Da coisa ao homem, claramente ou não,
Nos ceus radiantes ou nas aguas fundas,
Por ti, belleza que de amor inundas,
Todos com éxtasi attrahidos vão!

Riquesas, glória, resplendor, ventura,
Nos mostra em névoas o teu braço amigo:
O jóven, crendo que te tem segura,
Exulta: aos velhos, sobre a sepultura,
A morte encontra-os a sonhar comtigo!

Tens mago filtro que os amantes guinda
A um sonho louco, sobrenatural:
Vê Julieta, como está tão linda!
Creança loira desvairada ainda
Pela mentira do amor ideal!

Que'importa que esses, quando emfim colhida
A rosa bella que a paixão formou
A sintam logo murhecêr pendida?
Seus filhos todos seguirão na vida
E [sic] mesma estrellã que os descaminhou!

Bem dita sejas, illusão sagrada,
Que o mundo levas arrastado aos pés:
Por cada passo deixarás gravada
Ethérea gêmna de preciosa estrada
Que todos miram sem saber quem és!

11-9-08

11

[25-9-08]

Para alem destas frases de ironia
Tão cheias de frieza e d'esquivanças,
Sou carinhoso e bom como as creanças...
Mas bem outro me tens na fantasia!...

Escuta: Sendo eu morto, um aureo dia,
Do tropel d'illusões e d'esperanças
Voltada de repente a más lembranças,
Virás resar-me à cova humilde e fria...

Sim, meu amor, virás... vens sim... Perdoa
Mal sabes como esfaima te abençoa
Vendo-te ajoelhada, em sonho...

Então,

Num murmurar dulcíssimo direi
Tudo que tenho a arder no coração
E te não digo já, porque não sei...

12

AMÔR E MORTE

«Tout être qui aime n'acquiert-il
pas un titre à l'immortalité?»

Gyau

«Está no pensamento como idea»
Camões

I

«Para alem d'estas frases d'ironia,
Tão cheias de frieza e d'esquivanças,
Sou carinhoso e bom como as crianças...
— Mas bem outro me tens na fantasia...

Escuta: sendo eu môrto, um aureo dia,
Do tropel d'illusões e d'esperanças
Voltada de repente a más lembranças,
Virás resárme á cova humilde e fria...

Sim, mer amor, virás... Vem sim... Perdoa:
Mal sabes como esfaima te abençoa
Vendo-te ajoelhada, em sonho...

Então

Num murmurar dulcíssimo direi
Tudo que tenho a ardêr no coração
E te não digo já, porque não sei...

II

Não sei, nem sabe alguém... Do teu pensar
Hão-de surgir o canto e a forma alada:
Não pode em língua humana sêr narrada
Essa harmonia que fugiu no ar...

Se a minha imagem viva em ti ficar
Já não terei, meu bem, descido ao nada:
Transformase o amador na coisa amada
Por virtude do muito imaginar...

Vencendo o transitório e vagabundo,
E dos momentos vãos a van cohorte,
Terás feito o mais bello e mais profundo

D'entre o sonhos [sic] que a alma oppõe á sorte:
Ditar o coração a lei ao mundo,
O amor, eterno, triunfar da morte!»

Antonio Sergio
[25-3-09]

13

Ex.^{ma} Senhóra
D. Luisa Stephanía da Silva
P/É./O.

Recebi hontem, Senhora minha, as duas estimadas estampas que tève a graciosa teimosia de me offerecér:

Por as águas do eterno esquecimento
Segura passará minha lembrança.

Pezarôso por ter truncado a sua collecção, espero vê-la recomposta a primeira vêz que tivér a honra de a visitar.

Entreguei à prima Ruth, para fazêr o obsequio de lh'a restituir, uma carta para si que foi encontrada num livro que me emprestou: *Caminho do Ceu*. Mil recomendações do seu humilde servo obrigadíssimo

Antonio Sergio
s. d.

14

[12-5-09]

Minha Senhora:

Não sei se lhe succede affeição-se às criaturas sem esmiuçar muito se as estima como a um pae, a um filho, a um tio, a um primo ou a um irmão... Questões de casuística sentimental, de que fujo um pouco. Não assim com o que se chama o *mundo*, que exige que entre um homem e uma Senhora haja exclusivamente duas situações admissíveis: ou uma completa e cerimoniosa indiferença, ou um sonho de noivado, declarado e official. A primeira hipótese não a desejo com sigio, porque a estimo e respeito; e quanto á segunda, sabe V. Ex.^a muito bem que nunca me deu confiança para eu têr o atrevimento de pensar nella, e que mesmo que assim não fosse, bastaria a minha situação social hoje para que a consciência me obrigasse a addiar essa idea, deixando a porta aberta ao futuro e á illusão...

Ora, voltando ao nosso caso: tenho a certêza de que o facto de me falar e de me ouvir a hade expôr a sêr alvejada por ^pequenas insinuações leves... Que quer que façam, minha Senhora, duas honestas más linguas em conversa? Nem sempre se hade tratar de arte, ou de sciencia, ou de caridade, ou de politica, ou das coisas sociaes, ou das letras... Eu nada tenho a perdêr com isso, e se pudesse envaidecêr-me com tão sérias coisas, só me succederia inchar

todo de infatuação e vaidade. Mas não posso afazêr-me a que por minha causa gire o seu nome entre os dentes de um maldoso, — ou de uma maldosa... Compreendo que a sua natural independencia se revolte contra a sujeição a o *que se diz*. Ao mesmo tempo a sua delicadeza teria receio de me ferir se me tratasse diante dos outros com muito cerimoniosa indiferença, — essa que usamos com as sociáveis pessoas que nos são apresentadas na *soirée* do Sn^r. Fulano... Venho pedir-lhe que o faça: faça-o para o publico. Diante do *mundo*— cumpra o que o *mundo* ordena. Desde que assim proceda a meu pedido, não tem a receiar ferir-me. *Devo* querêr sujeitar-me a isto. Fico assim com a consciencia mais tranquilla a seu respeito.

Fossem quaes fossem as situações em que eu para mim mesmo me collocasse, era minha obrigação ambicionar para si (em relação a si e em relação aos outros) uma liberdade completa, e vê-la a coberto de todas as supposições, ao mesmo tempo que pudesse acompanhar a sua vontade e seguir as suas ideas. Compete-me procurar que a sua caridade para commigo lhe não possa causar o mais pequeno embaraço. Talvez venha a precisar um dia de me fazêr sentir que me devo affastar um pouco: era para si uma difficuldade e para mim um desgosto enorme. De todas as situações se pode dizêr que é inútil e mau que o publico tenha conhecimento e espectáculo. Veja bem, minha Senhora, e seja feita a sua vontade assim nas pessoas como nas coisas. As nossas ideas dependem de nós; as dos outros são um misterio; e as circunstancias são a Fatalidade...

Oxalá me tenha entendido completamente e bem. Ao principio heide parecêr-lhe atrevido, descarado e bruto; talvez depois se convença— modéstia á parte — de que fui arrojadamente limpo, consciencioso e nobre. Garanto-lhe que, se sou capaz de procedêr com abnegação completa, estou procedendo agora assim. Olho exclusivamente á sua liberdade, ao justo orgulho que deve têr, á sua maxima tranquillidade, ao respeito absoluto que dos outros merece. Este caso de um homem acautelal d'esta forma uma dama a propósito de si mesmo é talvez unico. Vejo que saão das normas, mas as normas não são para se usarem em todos os casos, nem por todas as pessoas, nem com todas ellas.

Seu muito dedicado e respeitoso servo

Antonio Sergio de Sousa.

Minha Senhora:

Não me fiz comprehendêr bem. V. Ex.^a não praticou tal *exaggêros*. Protesto contra essa interpretação das minhas palavras. As suas falsas amigas é que do simples factó de falar commigo em casa das tias se aproveitavam já para cevar voluptuosamente a sua baixa inveja. Para mim, para o meu julgamento, andou sempre admiravelmente— vê bem?—: admiravelmente. Não me attribua o mesquinho criterio da gente linguareira. E exactamente porque subia na minha consideração é que me custava muitíssimo, — mais do que se julgaria natural, bem mais do que pareceria legitimo, muito mais do que pode V. Ex.^a imaginar, — por isso é que me custava immenso o sabê-la

alvejada pela criticazinha. Em resumo: á medida que eu pensava em a elevar dentro do meu coração, mais me custava vêr nos outros essa elevação desrespeitada.

Diz-me «que a norma lhe não serve, porque se lhe afigura indigna de um sentimento puro e verdadeiro tal comédia e tal fingimento». Ora até que enfim! No meio das preocupações que a sua carta me deixou, quasi soltei nesta passagem uma exclamação de victoria! É isso mesmo que eu queria ouvir, e é isso mesmo o que eu penso. Para a satisfação sêr pleníssima só me bastava têr a certêza de que julgava tal em virtude do apreço e da confiança que a minha maneira de sêr lhe inspirava. Infelizmente, desanimei outra vêz quando li a frase: «julgo que falei de mais». Porquê? Se falou verdades não podia têr falado de mais. Não tenha commigo preocupação alguma reservada, nenhum mêdo, nenhuma desconfiança. Garanto-lhe que a minha attenção é límpida como cristal. Amor próprio nenhum, vaidade nenhuma, nenhuma malícia.

Diz que me não comprehende muitas vêzes, ficando hesitante no pensamento. Quero-me confessar. Vae sorrir-se talvez da ingenuidade, quasi direi criancice da minha confissão. Tenho dois deuses em mim, duas urnas, duas chammas: a paixão da bondade, e a paixão do ideal das almas cândidas. Queria realizar alguma coisa muito transparente na amizade, no amor, no pensamento. Já hoje attingi uma, e foi a amizade. A do pensamento hade trazêr-me ainda muitas luctas, muitas indecisões, desalentos, dúvidas, — e no fim, naturalmente, a derrota... E no amor,— oh meu Deus, como encontrar a criatura Única que se sujeite a uma tão difficil educação de si mesma, para realizar commigo a perfeita união de duas almas que não é a paixão, nem talvêz ainda o que se chama vulgarmente o amôr, nem nada do que quasi todos poderão sonhar, porque é a absoluta identificação obtida por um tenacíssimo esforço de vontade intelligente e calma? Este meu sonho não tem a bellêza dramática da paixão vulgar, — porque tem a magnificência sublimíssima da idéa. Para se escravizar á minha extravagância, era necessário numa mulher o sêr tão maluca como eu, e têr muito mais bondade, muito mais energia, muito mais abnegação do que eu tenho. Não merêço que se faça por mim tal sacrificio; — é verdade, mas seria esse o meu sonho... Alguém que se compenetre d'isto: só vale o *que é alma*, e é preciso realizar pacientemente a identificação, a transubstanciação, a xransfusão absoluta de duas *almas*. Isto, minha Senhora, não é coisa que eu procure encontrar feita: é obra que é preciso tentar-se, que é preciso fazêr-se lentamente por uma educação laboriosa de nós mesmos. Quando tal se obtivesse, á força de franquêza e de lealdade, parece-me que não haveria verdadeiro amôr de Deus que pudesse sêr contrariado. Eram dois a amar a Deus, o misterioso Deus das almas...

Atire pela janella as desconfianças mundanas, medite, creia, e responda-me

II Pensieroso

P. S. Estava esta escrita e fechada quando lhe falei ao telefone. Digo-lhe, para se achar conveniente dizêr-me qualquer coisa, que estou de serviço durante a noite. Depois de àmanhan pernoito no Quartel.

[17-5-09]

Minha Senhora:

Vejo que me não comprehendeu por enquanto. Não tem nada que lutar, porque não tem nada que *decidir* (a meu respeito). A decisão vem depois, e não no principio. Não vê que isso seria cair logo no compromisso, na sujeição, na mentira? Já lhe disse que deverá conservar-se *livre* sempre, e reconheço que ainda não percebeu talvez porquê. Nunca eu pensaria em lhe pedir, como qualquer outro, que me *namorasse*, mas exactamente o contrário. A única coisa que teria a fazer, se quizesse, era *conhecêr-me*, e para isso não precisaria de sair da sua attitude até hoje.

Não creio que, como diz, se lhe depare agora a felicidade. Duvindo, pelo menos. A criatura raríssima que é o homem puro, quando lhe succede sêr, como eu, atormentado e exigente, tem seu quê de parecido com os logares saudáveis e onde se respira bem: não são sempre os mais risonhos. Nas nossas circunstancias actuaes seria até para si (por outras razões) uma grande infelicidade.

Não se préoccupe com coisa alguma, sinta em si corrêr a vida. *Viva no presente, e não no futuro*. Seja alegre. Trate muito da sua saúde, com o ideal de realizar o que direi sêr, imitando o poeta,

Le souffle de Platon dans le corps d'Aphrodite,
a alma de Platão num corpo de Afrodite. Seja *muito simples*, muito boa, *muito sincera*, sempre, com todos, e *com sigo antes de todos*. Estude, mas sem se cansar, as coisas bellas, lembrando-se da frase da Catharina de Sienna. Veja sobretudo que não ha *nada* de que estar preocupada, apressada, indecisa, pelo que me respeita... Pôde esperar, *indefinidamente*, por isso a que chama a inspiração do Senhor.

A sua frase: «é esse o meu ideal e *sempre foi*» veio remoêr-me uma chaga antiga. Paciência. Está decidido que a vida destrua em mim, por completo, a divina faculdade do entusiasmo. Esse caso triste faz-me tanto desconfiar! Chego a perdêr por completo a esperança de que me possa *vêr* bem. Julgou esse biltre, naturalmente, tão digno como me julga a mim, e se fossem outros os successos seria capaz de julgar outros... Não quero seguir hoje no assumpto. Repare que não ha aqui também de que incomodar-se por minha causa. A força de vontade estou, por assim dizêr, *anestesiado*: já as coisas felizmente me não trabalham com aquella extrema violencia antiga.

Perdoe. Bom dia. São 5 da manhan, e, como de costume, toda a noite acordado. Amanhan, 18, estou de serviço.

A. S.

«O intellecto nutre o affecto. Quem mais conhece mais ama; e mais amando mais gosta»

Santa Catarina

(frase escrita num pequeno cartão)

Senhora minha:

Foi tristíssima a impressão que me fez a sua carta de outro dia (mais tarde lhe direi porquê) e a de hoje, tão obscura, alegrou-me apesar de tudo, porque estava immenso receoso de que a tivesse magoado a minha ultima.

Preciso agora de esquêcêr todas as dúvidas que me alanceiam, e deixar-me embeber da imaginação fantasista, atrás de imagens fluidas que me fazem perdêr o pensamento. Sabe o que é um homem metamorfosear-se em vários sonhos e representar em si mesmo uma comédia longa, impalpável, indefinida, passada a qual lhe fica a impressão somente de uma poeira d'ouro que fugiu? Tenha paciência, e não me chame tolo. Passei a noite vagueando. Não achará muito poético, porque, primeiramente, foi na parada de um quartel; e depois, se vi, como qualquer bardo, as estrêllas de oiro e senti as brisas, atanasou-me a música fanhosa da feira de Alcantara que, de resto, acabou cêdo. Duas terríveis e positivas coisas. De vez em quando as sentinellas gritam *alerta*. Isto já tem seu ar aventureiro e épico. Se fôsse algum primitivo pastor longínquo dir-lhe-ia que tinha comparado os seus olhos a duas estrêllas scintillantes. Não comparei. Pois os *Dioscuros* lá estavam, juntinhos, a provocar a comparação. Fique sabendo que os *Dioscuros* eram dois manos muito amigos, Castor e Pollux, filhos de Leda, irmãos de Helena, a mais bella mulher que o mundo viu (um bardo não lhe diria isto, diria que era a segunda...)— a mais bella mulher que o mundo viu, e que suscitou, por suas volubilidades, uma terrível guerra na desditada Troia. Pollux era immortal; mas Castor, que o não era, muito naturalmente morreu. Desespêro do mano Pollux, que foi fazer uma grande imprecação ao tonante Jupiter. Finalmente foram transformados em estrêllas, ao pé uma da outra. Ora, é de sabêr que os *Dioscuros* foram propícios aos marinheiros, protectores das navegações, como agora, na nova crença, Santo Antonio o é dos noivinhos...

Hade dizêr que a história dos *Dioscuros* não tem graça. Pois engana-se, que tem. Pollux, não podendo conseguir de Jupiter que lhe immortalizasse o irmão, distribuiu com elle a immortalidade: vivem, resuscitam alternadamente, ora um e ora outro... Notará que isto é uma dissertação, que divago e que extravago. Faltava mais de um quarto de hora para acabar o meu serviço quando lhe comecei a escrevêr, e não falta quasi nada.

Ri, meio-oculta, a fresca Aurora,
Começa a noite a erguêr o veu:
Pállida, Venus nasce agora
Como uma lágrima do ceu.

Aqui tem uma quadrinha que acabo de fabricar e que lhe mando de presente. Por desdita, é o único presente que posso fazêr, seja a quem fôr...

Afinal, cá vim a dar nas coisas sérias. Tinha bellas tenções de fugir da situação em que nos encontramos hoje. Eu sou quasi um mendigo e tenho — felizmente — minha irman e minha mãe. Vós, cordeirinha gentil, sois rica, e sempre vivêstes como tal. Francamente, francamente, não contando já com outras coisas, a menos de um

milagre não lhe vejo solução. Não me queira mal, desejo que tenha dormido óptimamente a sua noite, e cerro-me agora porque já oiço lá longe o camarada que me rende. *Vive et me ama*, diziam os latinos para terminar. Eu não sei mesmo se lhe deva pedir que me ame

A. S.

18

[22-5-09]

Cordeira minha muito amada:

Por quem é, meu amor, não se ponha a fantasiar coisas tristes, nem desate a apoquentar-se, porque me faz adoecêr de afflicção. Fiquei com tanta vontade de a animar, de a alegrar, de a acariciar — como se acaricia uma rola pávida! Não me diga que a desgosto, porque me dá horror de mim mesmo. Fico a desconfiar que sou um monstro, quando não sou mais que um homem com a consciência muito nitida das suas responsabilidades com as almas. É esta constante e contradictoria união de uma emoção muito viva com uma análise muito lúcida. Se não quer que lhe fale nessas minhas responsabilidades, procederei como manda, mas mais tarde não me accuse de não têr sido previdente. Bem vê, não tenho nada a perdêr com esse procedimento, e sêr-me-ia mais agradável deslembrar devêres severos que a mim mesmo me imponho, para só me deliciar na suposição de que me ama, e só lhe dizêr de todas as formas que lhe quero muito, o que, Deus meu, é tão fácil, — e, sobretudo, tão verdadeiro!

Tão verdadeiro, meu amor, tão verdadeiro! Como é que não percebe isto: que a paixão amorosa é nos homens o mais egoísta dos sentimentos, e que bastava eu deixar-me cair um nadinha nesse egoísmo, para logo vêr em tudo facilidade e vantagem? Pense claramente: em qualquer hipóthese futura, eu só teria a ganhar em procedêr de modo contrário ao que procedi. Veja lá. Não é verdade? E agora conclua...

Atacam-me as emoções com tal profundidade que me abatem, mesmo aquellas que pareceria devessem exaltar-me. Preciso de cuidado em mim mesmo. Tenho quasi constantemente obrigado a minha alma a estar tendida, sempre, sempre, como um arco que sempre estivesse para despedir a sua setta. D'ahi o têr tornado o meu organismo mais delicado que as cordas de uma harpa em que se não pôde tocar porque quebram. Não é possível a vibração contínua; fiz a tolice de exigir da vida o de que ella é incapaz por natureza. E o resultado é este: não consigo escrever *amo-a* sem que me faça mal e muito mal. Tive que parar, vê, e ficou-me o peito quasi gelado.

Oiça, cordeirinha. Tenho sido muito estimado, por muita especie de gente e com muita especie de afeições. Tanto m'ò mostraram, pelo menos, que acabei por acreditar. Pois preciso de que me ame muito mais que todos juntos, com toda a profundêz, todo o enthusiasmo, toda a seriedade da sua alma. Preciso ainda que todos os dias amanhã com a alma mais profunda entusiasta e séria. Não somente companheira da minha vida, quero que o seja a da minha sensibilidade e a da minha intelligência. É o lugar mais vasto que pôde dar um homem dentro de si, a alguém que desejaria fazêr bem maior do

que é, muito maior do que se pode sêr. Não quero delirar, cordeirinha, adeus. Nunca pense mal de mim, e seja para mim muito verdadeira, muito compassiva, muito santa.

A. S.

19

26-5-09

Ah meu amor, que verdadeira, que jovem, que fresca carta a sua! Recebi-a agora mesmo (nove e meia da manhan). Tenho a avisa-la de que não *entro* hoje de serviço, mas *saio*. Entrei hontem, porque adoeceu um camarada. Volto a entrar depois de amanha, sexta-feira 28. Não posso sêr mais longo porque estou na faina de um auto que tenho de acabar antes do meio-dia. O telefone tem o grave inconveniente de as meninas da estação serem muito curiosas e terem pouco que fazêr... Intende?

Quero vê-la sempre assim, alegresinha como um pintasilgo. Trate muito da saude. Faça-o por minha intenção, estrellasinha, e por isso com a dedicação recolhida de quem pratica um rito. Não lhe parece que todas as acções da nossa amizade deverão assumir um carácter religioso? É preciso que na nossa vida não haja um único momento de discordância ou de friêza, um unico acto que não seja attractive, uma única palavra que não seja amor.

Seu seu e seu
A. S.

20

Nós os dois sentadinhos num banco
Muito bem um ao outro a mirar
Teu ôlhito é tão claro e tão franco!
Toda a vida quem dera assim estar

Mas ai Deus tudo vae, tudo foge,
Toda a flor hade em breve murchar
estamos?

Aqui vamos [sic] juntinhos por hoje,
Amanhã onde iremos parar?

Já que tudo por fim leva à morte,
É com força o prazer agarrar:
Sabe Deus que depressa hade a sorte,
Um ao norte, outro ao sul, atirar!

Rascunho com letra de António Sérgio não datado. Veja-se carta de Luisa Stephania de 7 de Julho de 1909.

[29-5-09]

Minha gemma:

Os autos não me fatigam, mas são coisas muito graves, conselheiras, muito sérias, com escrivão, testemunhas a depor, juramento aos Santos Evangelhos, e que não posso largar a meio para ir regar o meu jardim...

Até agora (meio-dia) ainda me não appareceu hoje nenhum. Enquanto não arranjo coragem para entrar no Shelley tenho-me entretido a reler um pouquinho de Shakespeare em tradução francêsa.

Mandei-lhe o Hamlet pela Pilar. Leia a peça attentamente, e a introdução do Mézières da página 171 em diante. Estude com muito cuidado o carácter do protagonista, e mande-me dizer as suas impressões como se se tratasse de um homem com quem tivesse conversado. Simpatizou muito? Qual o seu feitio? Ficou-lhe sendo affeçoada? Quereria tê-lo para amigo e conselheiro? Acha-lhe defeitos? ^Confiaria nelle inteiramente? A descripção do Mézières parece-lhe boa? A seguir ha-de lêr o *Misanthrope* de Molière, e comparar Alceste e Hamlet. Repare que lhe não peço apreciações *literárias*, sobre a factura das duas peças, profundidade de observação, convergência dos effectos, simplicidade dos meios, poesia, justêza das fórmulas, etc. Supponha que Shakespeare e Molière não existiram, mas que Alceste e Hamlet são duas positivas criaturas de carne e osso com quem fez conhecimento. Qual lhe agrada mais? Qual lhe parece superior? Qual mais intelligente? Quero-a absolutamente franca, sem se importar a principio com as opiniões d'outrem. Não se canse, mas não seja preguiçosa.

Como tivesse conseguido lêr finalmente o João de Barros, na noite em que a vi em S. Paulo fui para casa e comecei a *Ode* aos Congressistas, que ficou prompta na manhan seguinte (perto de 200 versos). Nesse mesmo dia li uma recente obra do Delfim Guimarães e rabisquei uma noticiazinha sobre ella que para o *Illustrado* me pediram. Ainda não veio estampada, não sei se por falta de espaço, se por quererem que eu mesmo reveja as provas. Hoje ao chegar ao Quartel tive a supréza de vêr que me tinham dado a honra de transcrevêr em artigo de fundo uns trechos do meu *Anthero*. Foi certamente gentilêza do Annibal Soares, redactor principal da folha e literato muito intelligente e simpático que ha tempo me foi apresentado. A propósito, não tenho tido paciência de indagar se o *Liberal* e a *Lucta* me criticaram já, como haviam promettido. Disseram-me que um dos ultimos números do *Brazil-Portugal* transcreveu o *Claustro*:

Aquí tem coisas pouco importantes, mas fui passando sobre ellas sem dar por isso. É verdade que assim correspondo ao tom da sua cartinha, que me agradou muito. Como quizesse escrevêr qualquer coisa para si, estive hontem a copiar pensamentos de vários autores num livro em branco que lhe hei-de dar. Porque não tinha outro em casa na occasião servi-me d'aquelle que o França me mandou aos Vargos para eu desenhar as árvores. Ha-de tê-lo à sua cabeceira e lêr duas linhas de vêz em quando. Ouviu? Não me engane...

Ai, minha Luisinha, cá me appareceu o auto. Tenho de interrompêr, sem saber se poderei ou não continuar logo a tempo ainda de mandar esta a horas. Antigamente recebia as suas cartas depois de entrar de serviço; agora já cá estão quando eu chego. É assim



Almirante Antonio Sérgio de Sousa, avô de António Sérgio

melhor. Pense sempre em mim. O *doux secret* é melhor continuar o mais *doux*, e o mais *secret* possível, para que o não profane a curiosidade dos mexeriqueiros e das mexeriqueiras. Não é esta a opinião da minha Luch?

Seu
Antonio

5 da tarde. Uf! Consegui libertar-me a tempo. Nunca mais me esquecerei d'aquelle seu: «Oh meu Deus, é tão bom!» da penúltima carta. Seja sempre absolutamente verdadeira comigo, e procure não se aborrecer do meu genio. Por algumas coisas a que os homens ligam grandissima importancia tenho eu um grande afastamento, mas perfeitamente natural, simples, espontâneo, sem a mínima sombra de *pose*, de desprêzo ou de orgulho. Não as desdenho por as achar pequenas ou baixas (bem ao contrário) mas, concordando que ellas teem o valor que os outros lhe dão, constato simplesmente que para o meu temperamento ellas passam despercebidas. Creio que me não espera o que se costuma chamar uma vida brilhante, d'estas de tentar os ambiciosos; mas quem vivêr commigo poderá têr um bem mais raro ainda: a serenidade d'alma, a limpidéz da consciência. É costume dizêr que o que faz a infelicidade de uma vida não são as grandes catástrofes, mas as pequeninas *agonias* caseiras e quotidianas. Pois bem: vejo que sou incapaz de causar pequeninas agonias seja em quem fôr. Tenho um genio doce, zango-me muitissimo poucas vêzes e só depois de me têr *enchido de razão*. Vejo a felicidade no socêgo, na monotonia da vida exterior e na riquêza da vida interior e contemplativa.

Herdei do meu pae simplesmente o amor à serenidade, a independência, o desprêzo das commodidades. Elle nunca chamava um criado, e eu nunca chamo. Em qualquer cama dormia, em qualquer sítio almoçava: sou assim também. Mas elle foi, o que não sou, um homem essencialmente de acção: teve uma mocidade de cavalleiro combativo. Eu herdei da minha mãe o mais íntimo do meu temperamento: a susceptibilidade profunda, a sensibilidade feminina de artista. O França completa-me: é-me tão superior na acção quanto eu lhe sou em intelligencia.

Sou pois um homem de pensamento, um intellectual e um contemplativo. Custa-me immenso o ferir alguêm. Os meus mais fundos sentimentos são os da piedade, da commiseração. Pequenas coisas me podem fazêr na alma uma resonância enorme, arrastando-me então ao cairrel de um precipício; mas nunca os desgostos me levaram a sêr duro com as pessoas, mesmo as mais íntimas, difficil de aturar ou impaciente com ellas. Tenho sempre, sempre, o senso da justiça. A minha serenidade resulta pois de um cuidado constante em me equilibrar, e não de que seja de natureza fundamentalmente descuidôso, confiado e risonho.

A minha intelligencia distingue-se pela lucidéz, pelo amôr das ideas claras, claramente enunciadadas. Mais nitidéz pois do que imaginação. Tenho uma grande tendencia a achar o lado verdadeiro de qualquer opinião, mesmo das que me contradizem. Não sou nada fanático, sectário, *magister dixit*, mas pelo contrário mantenho-me sempre aberto a tudo num espirito de duvida e de interrogação. Para a acção é isto mau, para a justêza é bom.

Tenho um grande amôr mistico pelas coisas puras, e sou christão em certa repugnancia instinctiva ao que às vêzes se chama a *naturêza*, quero dizêr à vida considerada por um criterio exclusivamente pagão e naturalista, mesmo no sentido nobre das palavras. Este

misticismo é exclusivamente sentimental, não intellectual. Pela cabeça sou um atheu completo, mas não um negadôr; *irreligioso*, mas nunca *antireligioso*.

Ai, meu bem, dirá que me deixei arrastar a bem prosaicos di-zêres! Mas ao menos confesse que o retrato está justo, que me não lisonjeio a mim próprio e que me conheço suficientemente. Para a indemnizar, vou vêr se consigo escrevêr-lhe alguns versos no mesmo metro dos francêses que me mandou. Ora tentemos. Ria-se d'elles, mas não de mim. Supponhamos uma serenata, um noctívago embuçado, co'a guitarra do Almaguiva. Um balcão, algum folhêdo rumorejante. Com ou sem lua, à vontade do frêguêz. O noctámbulo ergue o pescoço, aguça a voz, e canta:

Ó mágica açucena,
Não sei que hei-de entoar
Na sonora avena;
A terra, a selva, o mar,
Segredam sobre ti
Murmúrios de encantar...

A viração sorri
De lhe eu, se me desperta,
Dizêr: «não sei, não vi...»
— «Ó dodivana, àlerta!
Não vês a madrugada
Já no horizonte aberta?»

Vem sobre a luz doirada
A festival Manhan;
Pergunta-me, inclinada:
Que te contou a fada
Da noite embalsamada?

— «Sonhei co'a tua irman...»

E a verdade é que sonhei consigo, meu amor, toda esta noite, e a vi deslizar não sei porque meandros floridos...

A.

[31-5-09]

Minha pomba:

Muita e muita e muita alegria me deu. É escusado dizer-lhe que acertou nas suas supposições. A Pilar não está em casa. A minha mãe abriu a carta para ella e encarregou-me de lhe mandar as musicas. Não sei se serão só essas. Não encontrei outras. Não posso alongar-me por motivos que comprehenderá. Adeus, minha joia, minha noiva, minha irman, um milhão de saudades do muito seu

A.

[31-5-09]

Luisa:

Aproveito a ocasião de a minha mãe lhe mandar uma capa para lhe dizêr duas palavras mais. Sinto, minha rosa cândida, uma doçura enorme fluir, espalhar-se, effundir-se dentro em mim; tenho cá dentro o mesmo fulgor acariciante d'este sol estivo que nos alumia. Pudesse o meu alento corrêr ao pé de si como a agua de um regato, pudesse mettê-la no meu peito como um perfume imarcescível, pudesse cada carta minha mudar-se em flor na sua mão! Ponha toda a sua vontade em querêr realizar um amor exemplar, perfeito, sem uma mancha, uma sombra, uma quebra. Quaesquer que sejam os acontecimentos, brutaes ou inevitáveis, quaesquer que sejam os factos que a fatalidade das coisas nos trouxer, que as ideas e os sentimentos sejam sempre superiores, constantes, eternamente affirmativos da limpidêz das nossas almas: «*Deixa os teus olhos tornarse em luz!*» Sejam as nossa almas cada vêz mais claras!

Mostre-me constantemente que está alegre, diga-me constantemente que é feliz!

Espero por quinta feira como pela entrada num paraíso. Amanhan, quando entrar no quartel já lá deve estar a sua carta. Não lhe peço para falar ao telefone, sabe porquê: mas pode calcular quanto a coisa em si me seria agradável. Em todo caso, seremos curtos e um tanto cerimoniosos... Ou às nove da noite de amanha, ou às dez e meia do dia seguinte... ou em ambas as occasiões, minha Luisa muito amada, a quem mando tantas, tantas, tantas saudades!

Um aperto de mão do seu irmãosinho

António

[2-6-09]

Não gostei nada da tarde de hoje, meu amôr. A costureira, os trapos, tanta coisa, tudo me seccou a alma. Dá-me vontade de a ir lá buscar, trazê-la de novo para o pé de mim. Quanto melhor seria se estivéssemos só com a Pilar! Não a senti *minha*. Escreva-me uma bôa carta para o quartel, a dizêr-me muitas coisas doces, muito meiga, ouviu?

A.

4 à tardinha

[4-6-09]

Minha Luisa:

Recebi a sua cartinha, e não lhe respondi no quartel porque o serviço m'ò impediu, e porque tinha que fazêr cá fóra. Vou agora jantar e depois fazêr um pouco de companhia ao Frederico, que está doente de cama. Mande-me a tal carta «massuda» e diga-me porque estava abatida como me contou na de hoje. Espero recebêr e respondêr espaçadamente amanha.

Muitas saudades do seu

Antonio Sergio

Sabbado, no Quartel, 9 da noite.

[5-6-09]

Venho continuar a conversa do telefone. Fiquei cuidadoso de me não têr chegado ainda a sua carta. De manhan, ao entrar, alem do desapontamento que calcula, fiquei com receio de que lhe tivesse sobrevindo alguma coisa má, doença, desgosto, desalento, fosse o que fosse. Não que tencione medir o seu amôr pelo comprimento ou pelas amabilidades das suas cartas: mas uma falta assim tão sem esperar ha-de convir que é para dar preocupações. Uma palavrinha só, mas boa, deixar-me-ia sem cuidados, — e sem exigencias. Não quero que se esforce: escreva quanto, como e quando lhe appetecêr.

Explique-me que *exaggeros* temeu que eu achasse na sua carta. Se effectivamente houve exaggêro sou o primeiro a lamentar, porque nesse caso não me estima tanto quanto me diz — o que, valha a verdade, não é muito consolador...

Minha Luisa: — *Minha!*... Não penso no futuro sem o vêr fechado, mas não lhe falo nisso porque lhe desagrada, — sobretudo porque interpreta mal. A minha situação é *mais impossível* que a de qualquer outro, porque nem posso contar com o tempo: grão a grão... Os meus encargos de família varrem tudo, como o vento de outomno dispersa as folhas. Se me saísse um milagre de um alçapão, como nas mágicas, era questão para oito dias... Minha Luch, coitada, em que situação se foi mettêr! Já deve estar convencida de que se lhe digo isto não é porque me *pese* ou *desagrade* a nossa situação actual, como em tempos escreveu: por isso me atrevo a aflorar o assumpto. Chego a têr vergonha do que estou fazendo, sem têr a durêza de cumprir o que seria talvez o meu devêr: sacrificar o meu amôr e sacrificar o seu. Minha Luisa, minha Luisa, isto não a deve preoccupar, porque estou só falando e mais nada, expondo o que me passa pela cabeça, sem que tencione pôr nada em prática: deixarei corrêr as coisas como vão, na delicia de me suppôr amado e de lhe repetir que lhe quero muito...

Oiça, minha pomba: tem-me muito amor, muito, e *muito convicto*, lá de dentro, muito paciente, sem um só momento de interrupção, sem um unico desfalecimento? Desde quando? Já ha muito me tinha em melhor conta que todos os outros, ou chegou a julgar alguém tão bem como me julgou a mim? Terá a sua bondade a persistencia de ser sempre, e apesar de tudo, a grande consoladora a que me vá dessedentar de todas as sêdes, convallescêr de todas as febres? Veja lá, não venha a desilludir-me e a desfallecer um dia. Não me julgue melhor nem peor do que sou, e diga os defeitos que me encontra, para tentar libertar-me d'elles. Ai que maçador que eu estou, minha Luchezinha! Em idea, de cá de longê, beija-lhe respeitosa-mente as mãos o seu

Antonio Sergio

P. S. Escreva-me, mas está dispensada de respondêr às reflexões e às perguntas d'esta carta.

27

Segunda-feira, 7-6-09

Não estava triste, minha querida Luisa, mas bastante aborrecido por lhe não podêr falar à vontade e pela atmosfera de curiosidade e desconfiança que ali havia. A prima Ruth anda muito magoada commigo, e censura-me já com certa acrimonia, — censuras que acatarei sempre humilimente, por virem de quem veem. Faça o que fizer, ser-me-á sempre sagrada, tanto mais que a encontrei sempre bastante nobre. Não lhe posso levar a mal que se sinta cheia de razão contra mim, porque ella não sabe o que se passou no meu íntimo com relação a ella, porque não seria capaz de comprehendêr a extravagância dos meus sentimentos e do meu genio. Mal entendidos a que estão sujeitos os bichos muito originaes, exóticos, estrambóticos, desvairados, etc., etc., como este seu criado e amator. É claro que nunca descí à baixêza de me justificar fosse com quem fosse, nem com ella, nem com outros. Fui sempre mudo como uma estátua. São coisas de que só falaria à minha Luch (se a minha Luch o exigisse) e por sêr a minha Luch. Haveria o perigo de suppôr que arranjava os factos segundo os meus sentimentos e conveniências de hoje. É pecha de todos. Acreditaria o meu amor que eu fazia excepção? Com as cartas que por essa época escrevi (não as tenho em meu podêr) e uma leitura perspicaz da sua apertada fraseologia, demonstrar-lhe-ia à evidência a realidade. E tenho esta convicção: se soubesse como eu intimamente procedi com ella, haveria de approvar altamente (pelo menos apreciar) a conducia do seu Antonio Sergio. Ha-de julgar-me muito vaidoso, não é verdade? Pois não o sou. Nada d'isto é vaidade, mas só mania de bem fazêr, e de me mostrar muito digno de todo o amor que me possa têr. Voltando à prima Ruth, sou bem amigo d'ella, tenho motivos de a respeitar e admirar muitissimo, e é por ella que lamento que se tenha agora obscurecido um pouco a ponto de dizêr a alguém as censuras à minha pessoa que julga merecidas [.....]

Mudando de assumpto: não é da opinião de que as confidencias às amigas são uma enorme projação, reveladoras de uma grande

superficialidade de sentimento? Em mim, pelo menos, os sentimentos profundos são occultos, noctívagos, arrecadados como as coisas sagradas, guardados como os mistérios divinos. Diga-me o que pensa. A sua carta «*massuda*» só responderei se assim mandar. Adeus, minha Luisinha, aperto-lhe as mãos com muita alma. Quando lhe poderei *falar* finalmente, o que se chama *falar*? Esperarei com paciência. Faça um exame de consciência bem sincero, veja se me ama muito, muito, muito e mande-me o resultado. Seu

Antonio Sergio.

P. S. Percorra a *Historia da lit. francisa* do René Doumic, para depois entrar no *Marañal do Brunetière*.

28

[9-6-09]

Minha Luisinha muito amada (e muito amante?...):

Caiu-me um auto muito complicado que me deu hoje muito que fazêr e que terei de continuar amanha. A sua visita anda mal afortunada: oxalá se não tivesse decidido por amanha, porque terá de addiar novamente. Espero que me falará logo à noite pelo telefone, e então combinaremos. Estou maçadissimo de ouvir testemunhas, testemunhas, crime, revolver, accusações, delinquentes, uf!

Gostei muito das suas observações. Algumas revelam muita justiça e attenção, o defeito das outras provém quasi sempre da falta de hábito.

«Comment peut-on ne pas aimer toujours ce qu'on a aimé une fois?». Parece-lhe havêr uma contradicção em relação a esta frase, quando não ha. Nunca peguei num trecho sem reparar nos que o acompanham. «Il ne comprend pas *Voubli...*» Foi mesmo o meu amor que copiou isto duas linhas antes. Hamlet deixaria talvez de amar, mas tinha razões para tal, não foi por *esquecimento*. A pergunta do principe é esta: «como se pode, *simplesmente por esquecimento*, deixar de amar a criatura que todas as razões nos fazem estimar?» É o caso da Rainha em relação ao pae Hamlet, homem superior e que a mulher *esquece* (Hamlet não sabe ainda toda a hediondez do caso) para casar immediatamente com o cunhado, um surrelfa [?] (Scena 2.^a, me parece, conversa com os reis e monólogo de Hamlet sobre a differença dos dois maridos e a rapidêz do casamento). O amor de Hamlet pela verdade é admirável, *rarissimo* e muito significativo da época (Renasença) porque tem um alcance muito maior que o caso que constitue a tragedia. Lembre-se como elle se emprega todo em desmascarar os motivos de todas as acções; a ironia prespicaz com que vê, examina, desdobra, vira do avêssio e acaba por esmagar os cortezáos! Repare na amizade por Horacio. Veja como nunca, nunca perde a cabeça, e esquece designios, projectos, acções, sentimentos, para examinar, conhecêr como a naturêza é no fundo e as almas são por dentro. D'ahi o estimar só os homens que, como Horacio, «não são escravos das suas paixões», quer dizêr, nunca cegam, não deixam

passar nenhuma mentira pela peneira da reflexão. D'ahi, ^ ainda, o sêr tão severo para si próprio. É preciso começar por se sêr implacavelmente verdadeiro comsigo mesmo. A minha Luisa não percebe esta frase. Faz-me pena que a não perceba. Não vê como todos os homens se lisonjeiam, e se enganam a si próprios, attribuindo sinceramente às suas acções causas muito diferentes e mais bellas que as verdadeiras? Julgamos o proximo segundo as nossas paixões e sentimentos, e não segundo o nosso juizo. O juiz que trazemos dentro, somos os primeiros a corrompê-lo. Passamos a enganar-nos a todas as horas, a propósito de todos os actos. E a minha pombinha terá de se exercitar neste ponto, porque ainda talvez se illude^ bastante a si mesma. Não admira nada: a virtude da veracidade íntima, a mais rara de todas, é essencialmente masculina, não feminina.

Já comprehendeu por força o que são «les mensonges du coeur». Noventa e nove por cento das mentiras graves são do «coração». Como para seguir as suas paixões os homens atabafam, assassinaam a consciência à força de sofismar! como os amantes se mentem um ao outro! como as intenções mais vis se mascaram de amor elevado e nobre! como quasi todos os amores veem a naufragar num rocal de mentiras!

Vamos à scena com Ophelia. Hamlet amava a mãe, suppunha-a alta e pura como elle o era. Quando veio a sabêr a verdade, muito natural e *justamente* passou uma condemnação absoluta à apparencia feminina. Note ainda que Ophelia, não tendo carácter próprio, é fraca, amolda-se a tudo: *não merece confiança*. Será digna se dêr com um homem digno, mas deixar-se-a cair na objecção se der com um biltre. É o que Hamlet, entre muitas outras coisas, lhe dá a entender. Mesmo falando geralmente, a mulher vulgar é criatura irracional, impulsiva, deixando-se arrastar pela emoção do momento a escolhas de fazer blasfemar o mais scéptico. Não ha nada tão amargamente doloroso como isto - o sarcasmo, a blasfêmia, a retaliação de nós mesmos a surgir de vêz em quando do pensamento sobre uma mulher de quem se gosta. Ai dos homens que, como Hamlet, não podem cegar completamente! Ai dos que não esquecem, ai dos que são exigentes, ai dos que desconfiam! Uma criatura que querríamos vêr alta (como Hamlet à Rainha) ama um palhaço torpíssimo, como esse nojento Rei de que o pobre via toda a baixêza^ toda a sordidêz, ao mesmo tempo um bandido e um histrião. Então há como uma nódoa que alastra, e tudo nos apparece diluido e viciado. Os que não acreditam em Deus teem o unico recurso de só confiar plenamente no ideal imaginativo que dentro de si trazem, e de se elevarem pelo isolamento...

Le jour n'est pas plus pur que le fond de mon coeur...

Hamlet a fort raison de l'aimer, car si elle devenait sa femme, elle serait capable d'un inaltérable dévouement, précisément par ce pui lui manque d'élévation». Commentario seu: «então só as almas sem elevação são capazes de dedicação completa?». Isto, minha Luch, é um erro de análise grammatical. O Momtégut não diz que só as almas sem elevação são capazes, etc. Se por acaso ouvisse dizêr: «Fulano disse a verdade, ou confessou o crime, precisamente porque estava embriagado», não concluia naturalmente que só dizem a verdade os homens embriagados, ou só esses confessam os seus crimes, mas sim deveria concluir que entre as muitas razões que fazem às vezes dizêr a verdade, uma d'ellas (e a peor) é a embriaguêz. Applicando *al cuento*: uma das razões (e a peor) porque às vezes certas mulheres se tomam de forte apêgo a um homem, é a sua inércia de alma, a sua fraquêza, a limitação do seu horizonte. São umas pobresinhas

que nascem como uma flor à mercê de todos os ventos, que não teem em si força para resistir a coisa alguma, nem cabeça para julgar por si mesmas. Foram fadadas para escravas, para se diluírem e perderem na vontade do seu senhor, quer esse senhor seja bom ou mau, grande ou pequeno, virtuoso ou baixo. Agarram-se muito agarradinhas ao tronco de uma árvore, não porque percebam a bellêza da árvore, mas porque coitadinhas precisam de se apoiar a alguma coisa, à coisa que lhes apparecer a leva-las por esta vida, a defendê-las das rajadas... «Eu sou aquella que admira, obedece, não pensa e está», diz uma personagem de não me lembro que novella. São boas ou más, conforme o senhor:—pois se ellas não escolheram... Veja a Ophelia, pobresinha: à primeira desgraça enlouqueceu,—e que louca tão meiga, tão submissa, tão infantil. Canta muito innocente uma cantiga que o não é muito, distribue algumas flores, e morre. Affeição-se às pessoas como um cãosinho: mas são agarradinhas e fieis como o cão é.

Acostume-se a minha Luch a sêr poeta, a entrar nos sentimentos e nos caracteres, a sentir a riqueza, a variedade, a complicação das coisas. Fique sabendo que o mesmo resultado, o mesmo sentimento, o mesmo acto, se pode obtêr diversamente com causas muito diversas. Ophelia era dedicada a Hamlet, Julietta a Romeo, Desdemona a Otello, George Sand a Musset (*«je fai aimé comme un fils!»*) e até a Severa ao Conde de Vimioso, — e corn motivos muito diversos, em virtude de sentimentos, de ideas, de caracteres muito diversos.

Então queria que o Hamlet, depois de matar o Rei, o Polonio, c Laerte, os dois embaixadores, não fizesse sabêr a *verdade* e a justiça, illibando-se a si e ao pobre Laerte (que desceu à infamia das espadas seduzido pelas mentiras do Rei)? E porquê? Por causa da Rainha? Enquanto ella vivia, e vivia o Hamlet, percebe-se o escúpulo d'este, para não sêr matricida e não publicar uma vergonha que roçava por elle. Mas mortos os dois? Salvar à custa da sua a memoria de uma vibora e de um bandido que lhe tinham morto o pae (que continuaria in ulto)? Ha-de concordar que seria uma sublimidade irracional, injusta, absolutamente falta de criterio, indigna portanto do *justo*, do *verdadeiro* Hamlet. Era preciso além d'isso que a glória posthuma do Hamlet honrasse e premiasse o seu único grande affecto e o seu único grande amigo: o digníssimo, pobre, obscuro, dedicado Horacio.

Repito-lhe que gostei muito da sua carta. Apesar de lhe não achar razão, as observações que apresenta são finas, interessantes, intelligentemente apresentadas. O factó de têr achado objecções a fazêr ao Montégut (que nem sempre se exprime com muito rigor) já de si revela independencia e agudeza de critério. Seja sempre absolutamente franca nas suas opiniões, não deixe passar coisa alguma. Espero as notas sobre o *Misanthropo*.

Hontem examinei alguns problemas interessantes e compuz uma peçassinha de um cento e meio de versos que talvez mande para o *Brazil-Portugal*. Apesar de muito esvaído pela insomnia, e de pensar muito em si, chega-me o tempo para a cabeça continuar a cumprir o seu devêr. As minhas duas grandes consolações são a estima dos que me amam e o vigor do intellecto: oxalá me não traíam nunca! Até hoje tenho-me embrenhado em estudos de que o meu amôr não poderia fazêr idea alguma. Vou-lh'os sacrificar quanto m'o permite a minha curiosidade, e escolhêr outros que a minha Luch possa seguir mais ou menos e comprehendêr, para que seja minha companheira em tudo. Espero que esta decisão lhe dê bastante alegria. As pessoas não se unem verdadeiramente pelo factó de morarem na

mesma casa e comerem o mesmo jantar. Adeus, cheguei ao ultimo momento. Tenho de mandar esta já. Ame muito e muito o seu

Antonio Sergio

29

Quártel, 9 de Junho, (09) 9 da noite, ou pouco mais.

Disse-me a menina da estação que interrompera porque queriam ligar para si. Lembrei-me de que seria seu Pae que teria pressa de lhe falar e por isso pedisse para interromperem. Oxalá não tenha tido algum contratempo.

Vamos ao retrato. Lembra-se da primeira vêz que a vi depois da sua ultima ida ao estrangeiro? Foi de noite, em sua casa. Apareceu-nos de risca ao meio, uma dobrazinha para cima de cada lado e atrás uma fita negra de uma banda à outra. Queria uma assim. Para escolher, tire uma das provas de frente. É como em geral vejo as pessoas quando as evoco, a olhar para mim. Mas escusa de se incomodar com pressas, porque este provisoriamente satisfaz-me.

Quanto às perguntas da sua carta para que pede resposta, tenho a dizê-lhe muita coisa. Desde a primeira ocasião em que nos juntámos nos Vargos me teria attrahido *completamente* a si se não fosse o aspecto muito artificial da sua maneira de falar de então, onde julguei descobrir uma sensibilidade nada verdadeira, uma educação de sentimentos muito falsa e ainda uma esfriadôra camada de vaidade. Perdoe, mas foi assim que me appareceu. Nunca pude acreditar nos sentimentos que não teem o horror das frases convencionnaas. Como prova, peço-lhe que releia o prólogo que escreveu no *Momento no Paraiso*. Qual é a sua opinião, hoje, a respeito d'aquella página de rhetórica? Se a Luisa me fôsse completamente indifferente não ligaria importancia nenhuma ao caso. Divertir-me-ia observando-a, como num espectáculo. Não succedeu assim: fez-me pena e acrimonia. Para comprehendêr bem, dêvo dizer-lhe que eu passava então a primeira crise da minha vida. Ia feridissimo, doente d'alma até ao fundo, sensível e delicado como uma pétala. Acabáva o primeiro anno da Escola Naval com uma grande desillusão. Percebi que a minha carreira me não poderia dar nada do que esperára d'ella. Era uma vida completamente cortada. Atraíam-me a arte e a especulação, que via completamente incompatíveis com a vida marítima. O meu Pae (único recurso nessa época) não comprehendeu a minha lucta, e em vêz de entrar em mim, de me consolar, de me dirigir, atacou-me. Ninguém que conhecêsse o meu íntimo, que suspeitasse das ideas que me encantavam, que se interessasse pelo que me interessava! Dos amigos do Collegio Militar tinha-me separado inteiramente, porque nenhum viera para marinha. Do Collegio e da Politechnica vinha acostumado a que os professores me enchessem de homenagens, impondo-me a admiração dos condiscipulos. Lembro-me ainda que depois do meu exame de matemática na Politechnica todos que tinham sido do collegio me fizeram uma manifestação como uma gloria para elles. Por esse tempo, nem reparava nisso, porque nunca fui nada vaidoso, — mas depois, na Naval, que queda! Os professores eram uns burros enfatuados e oquíssimos, de quem todos troçavam, que me não inspiravam senão desdem. Quando um homem

na situação d'elles se não pode impor pelo mérito recorre à *pose*. Foi o que fizeram, — e vi os asnos a pavonearem-se commigo, depois de homens distinctíssimos me encherem de respeitos! Desdenhavam dos meus estudos. Filosofias! que diacho era isso? Um qualquer chamou-me «espírito empedernido pelo abuso das matemáticas», «coração dissecado pelo excesso da análise»; alguns, enfatuadamente paternaes, tinham sobrancérias protectoras; — e eu temendo que fosse sempre assim, pela carreira fóra, com todos os meus superiores!

A prima Ruth, que julgo soubéa alguma coisa pela Mathilde (que assistiu às minhas tristes scenas com o meu pae) a prima Ruth, levada pela admirável bondade do seu coração, falou-me, ouviu-me, pareceu-me comprehender. Até que emfim! Encontráva o ouvido, o coração, o confidente que me recebesse!—por isso ella foi, e ficará para sempre, uma personagem de primeira importancia no desenvolvimento da minha pessoa moral. Direi mesmo a de maior e incomparável importância: a minha historia interior, sem ella, seria completamente incomprehensível. Tinha finalmente o amigo necessário (só mais tarde atrahi seriamente o França, que se educou depois com facilidade ao meu modo de sêr). Passado algum tempo comprehendi que a amizade entre um homem e uma mulher se não pôde sustentar. A nossa affeição compromette-a, empata-a, faz nascer uma atmosfera absolutamente instável. Fiquei surprehendido: nunca pensára em amor, em mulheres, em casamento. A vida fóra para mim até ahí um jogo de imaginação puramente desinteressada e não-sentimental: lia muito história, saboreava a matemática, era no collegio muito vivo, revolucionário, excêntrico; deixei lenda. Os officias reprehendiam-me muito, e castigavam-me pouco por sêr o estudante que fui. Era sublimemente idealista, ingénuo e puro, absolutamente alheio a todas as realidades da vida. Não as via, por só sêr intellectualista; nem mesmo até lhes sabia da existência, por vivêr na abstracção. Como passava sem dar pelos homens, e como não tinha em mim paixões, não pensava na superioridade moral, por não conhecêr a inferioridade moral. Para mim, a única superioridade era a da intelligencia: considerava as pessoas inteligentes e sabedoras; as outras não existiam. As mulheres eram umas nuvens, saias, blusas e chapéus. Fiquei impressionadíssimo quando um dia, com 19 annos, descobri que por dentro d'esse vestido havia um corpo, por dentro d'esse corpo um coração. Tinha-as na conta de pouco inteligentes, ignorantes, e como tal não lhes dava importanda.

A Luisa chamou-me a attenção por muitos motivos. Mas considerei-a como a uma obra d'arte, uma estátua de marfim, uma flor, um poema, de que gostaria de me approximar, tão candida e innocentemente como uma criancinha, — que eu na realidade era, uma criancinha intellectualista e devaneadôra _____. As suas maneiras repeliaram-me; desgostou-me; culpei-a de a não encontrar como eu queria...

Como lhe disse, fiquei surprehendido nas minhas relações com a prima Ruth. Tinha-lhe uma amizade terna, *muito grata*, respeitosa, mas nunca me passara pela idea que uma mulher me pudesse amar, nem mesmo julgava isso possível. Era nesse ponto infinitamente modesto, talvez à força de sêr criança. Acaso lhe teria amor, mas eu não tinha consciencia d'isso. Respeitava-a e estimava-a muitissimo, era-lhe sobretudo muito e muito grato. Percebi em breve a falsidade da nossa situação; falava-se; convenceram-me de que as coisas eram outras do que eu supposéa. O que eu sentia seria uma paixão amorosa, pura e simplesmente uma paixão amorosa? Não, com certêza, posso jurá-lo firmemente, e *sempre o disse* a mim mesmo e a alguém mais. Entre os meus sentimentos têr-se-ia insinuado um

veiosinho de paixão amorosa, mais ou menos inconsciente? Só sei dizer que é impossível levar a esse ponto o esmiuçamento, o destrinçamento de um sentimento complexo como era o meu. Não digo redondamente que não nó por medo de errar. Sei ainda que vinha da Escola, tinha ao jantar questões terríveis com o meu Pae (em que chorava) e ia tomar ar para a rua e consolar-me em S. Paulo. Encontrava lá urna amiga, a unica que levava a sério as minhas aspirações, a unica que comprehendia o meu horror à Escola, a única que eu suppunha convicta da minha superioridade. Bemdita seja ella, que não calcula quanto é ainda o meu remorso e a minha gratidão! Mas como convencê-la agora d'esta minha gratidão, passado o que se passou depois?

Emfim, caindo na realidade, depois da primeira surprêza percebi que a minha situação de amigo íntimo de uma rapariga era mundanamente insustentável, e chegadas as coisas ao pé em que estavam julguei meu devêr declarar-me. Disse-o à Mathilde. Ella admirou-se; «nunca ninguém julgará seu devêr uma coisa tal; ninguém comprehenderia tal sentimento; jamais um homem assim procedêra». Lembro-me de que lhe respondi.

— Não quero sabêr do que fazem *os homens*; eu, se pudesse sêr um deus, — era-o. Ella chorou, e deu-me um grande beijo [.....]

Agora, finalmente, já posso respondêr às suas perguntas. Desde quando a estimo? Desde 1901, nos Vargos (ou 902, não me lembro bem do anno). A sua maneira de se apresentar e a simpatia d'outra pessoa vieram porem affastar-me de si, affastamento que a sua «malfadada loucura» levou ao maximo. Nunca porem me esqueci da sua pessoa (poderia demonstra-lo por cartas de Macau à Mathilde, etc.). Tornou a interessar-me vivamente ao voltar agora de Cabo-Verde, — principalmente desde o dia em que, tendo eu deixado de ir a uma *soiré* em sua casa por andar atormentado, appareceu na minha a sabêr de mim. Lembra-se? Sentou-se no sofá da sala, eu à sua esquerda na cadeira da India, a Pilar ao pé de mim, defronte de si a Miss; levava um chapéu de abas brancas. Depois veio o mês de Agosto nos Vargos, de que nunca mais nos esqueceremos, não é verdade? Ah minha Luch, minha Luch, que deliciosas noites aquellas, meu amôr, que danças, que cantos, que alegria! Que tristeza a retirada, e como eu a esperei no dia dos meus annos! Foi logo pela manhã o bilhetinho:

Sobre vós, bois d'olhar manso,
Que branda que a noite vem!...

«À Illusão» foi feita nos Vargos, mas escondi-o, porque me tinha servido de modêlo para a descripção.

Imagem formosíssima e celeste...
Bemdita sejas...

Comecei depois a suspeitar de que também me amaria, mas resolvi evita-la pela minha situação. Ora um dia, como sabe, as boas tenções periclitaram [.....]

Lembre-se todos os dias d'este período da sua ultima carta: «um amôr que *queremos* chegue ao máximo a que se pode chegar neste mundo». Prometta-me que será essa a sua constante preocupação. Que o amôr mais completo esteja sempre presente nos mais pequenos actos, em todos, todos os momentos. Só temos uma vida a vivêr cá na terra: não basta esta idea para que procure-

mos desde já fazê-la o mais alta que pudermos realizando uma afeição muito bella, muito bella? [.....]

Deixe-me olhar para o seu retrato, preciso de me esquecer, refugiar-me nalgumas ideas.

Contemplando o fulgor da pura Idea
Tu' alma entoará soberbos hinos
A belleza immortal que a senhorea!

Não tenho, talvez, frase mais «Sergiana» do que esta.

Será pueril, mas estou em cuidado no caso do telefone. Oxalá não succedesse nada de mau. Não me atrevo a pedir comunicação para sabêr, porque tenho mêdo que saia asneira, tenha visitas em casa, etc. A proposito, confesso-lhe que me custa ás vezes lembrar-me de que lhe escrevo sem auctorização do seu Pae. Mas que have-mos nós de fazêr? E tanta pena que as circunstancias nem sempre nos permittam a conducta ideal!

Porque será que fica nos retratos com uns contornos duros?

(Agora interrompi porque me chamaram para o telefone. Era a minha Luch. Fez bem, como vê pelo que disse nas linhas acima).

Tomara já o retrato de frente (ou quasi) e de bandos. Oxalá fique bom. Se a prova a 3/4 ficar melhor, escolha essa. Seja a seu gosto. Hoje mesmo mandei tirar reprodução do meu.

Pensa muito bem sobre as confidencias. Se alguma vêz fosse preciso recorrêr a alguém para nos prestar qualquer serviço de força maior, seria preferível metter no nosso segrêdo o França a qualquer outra pessoa, homem ou mulher, por sêr a unica criatura para mim de segrêdo absoluto, confiança absoluta e discreção absoluta. Se alguma vêz pois fôr necessário, já sabe que é d'elle que lançarei mão, e não tenha repugnancia, porque é d'aquelles em quem *sabe bem* a gente confiar as suas coisas.

Minha Luch, espero que esta carta a não apoquente porque nada tem de apoquentadôra. Se lhe disse o que disse foi para confessar *tudo*, como deve sêr entre nós: transparência perfeita.

Luisa, «vida, doçura e esperança minha»: não leve a mal que empregue as frases da oração; amo-a muito, amo-a muito bem, tinha vontade de a apertar tanto contra o coração que a mettesse dentro do meu peito. Penso em si, vejo-a estando ausente, beijo-lhe ferrosamente as mãos

Antonio Sergio

30

Quartel, 10 da noite. [12-6-09]

Minha Luisa

Foi preciso ouvir a sua voz para que acalmasse, e bastante, da desgraçada impressão que me fez a sua carta. Acabo de lhe falar ao telefone para lhe dizêr que estou melhor; não que me tivesse conformado com as suas extraordinarissimas palavras, mas porque vou conseguindo deixar de pensar nellas. Essas palavras, a maneira como afastou conselhos, avisos, etc., pelo J. Machado, dão-me a impressão de que elle foi para si mais do que o que eu jamais serei.



Almirante Antonio Sérgio de Sousa, pai de António Sérgio

Para remate li que guarda, respeitada, a lembrança d'elle *no coração*. Fazendo d'elle um heroe sublime, accusa-me a mim de mentir. Eu, Luisinha, não me sentiria bem com elle na mesma casa, quanto mais no mesmo coração [.....] Feliz d'elle, feliz d'elle, que conseguiu sem esforço algum o que jamais conseguirei depois de annos de uma existência votada *toda* ao amor das ideas santas. Só os homens veem os homens sem máscara: só os homens me fazem justiça, e desconfio que só já d'elles a posso esperar. Oiça, Luisa, uma coisa que bem pouca gente lhe poderia dizêr: se lhe fosse possível seguir a minha vida acto a acto, pensamento a pensamento, todos os minutos, não encontraria uma só coisa que eu tivesse de esconder, nada, nada. Mas isto é tolo, e não vem a propósito; ou por outra vem, para lhe dizer isto: eu não merecia, Luisa, que me desse o desgosto que me acaba de dar.

Mando a carta que lhe escrevi de dia. Não se apoquente, o tempo fechará a chaga. Vou ver se descanso um pouco, porque estou quasi a cair. São 11 horas: não descansarei nada. Adeus. Muitas, muitas, muitas saudades do seu.

António Sérgio

31

[13-6-09]

Minha Luch:

Mandei o homem embora antes de lêr a sua carta, e fiquei com muita pena de não mandar ao meu amôr a resposta que me pedia. Vou fazêr talvez asneira escrevendo-lhe agora, mas não quero que continue apoquentada enquanto o seu Antonio Sergio está já tão completamente pacificado e satisfeito.

Minha Luisinha muito amada, perdôe-me têr-lhe feito mal, mas não podia deixar de assim sêr, aliás não ligaria importancia a palavras graves que disse sem bem medir o que dizia. A minha Luch pensou e sentiu bem, mas escreveu mal. Está tudo explicado, e não se pensa mais nisso.

Quando verei eu a minha pomba, quando a verei eu! Gostaria que me visse, para verificar que já não ha sombras no meu gesto. Tenho a impressão de uma alvorada que murmura depois de uma noite muito feia. Minha noiva muito querida, já posso hoje adormecêr sorrindo e a pensar em si, e acordar logo amanhan da mesma forma, como se não houvesse interrupção. Esteja muito alegre, muito alegre, muito alegre e seja absolutamente transparente com o seu muito amante e respeitossissimo

Antonio Sergio

P. S. Vou amanhan de manhan ao Quartel, e estou de serviço depois de amanhan. Escreva portanto hoje e amanhan.

[13-6-09]

Minha Luisa:

Acompanhei, com a Pilar, de casa do França à Avenida Ressano Garcia a D. Elisa e a D. Valentina Pinheiro Chagas; e agora (meia-noite) ao chegar a casa, não quiz deixar de escrevêr duas palavras para o meu amôr recebêr amanha pela manhan. Espero que estará contente e já refeita do mau bocado que passámos; e amanha, se vir pela sua cartinha que já está perfeitamente calma, poderei responder ao que me disse na que hoje recebi. «Meu Sergio, que eu amo tanto, tanto!»: — ficou-me esta frase a tlintar cá dentro, e espero que m'a repita de quando em quando. Minha Luisa, pensei muito em si durante a noite, com muita vontade de a acariciar. Teria vontade de lhe escrevêr mais, mas preciso de sair para pôr esta no correio. Lembre-se sempre do seu Antonio Sergio, e diga lá muito para si que o ama, e que elle a ama. Convença-se de que, neste transe tão mau, não foi a minha noivasinha quem soffreu mais. Beija-lhe com muito amôr as mãos o seu marido muito respeitoso

Antonio Sergio

[14-6-09]

Minha Luisa:

Recebi a sua carta, — e agora, que está tudo passado, devemos fazêr como os marinheiros que na calma discutem e analisam as peripecias do mau tempo que já lá foi, para tirarem d'ellas ensinamento e aproveitamento para o futuro. Pela última vêz, façamos um exame consciencioso, imparcial, desinteressado, e aquelle de nós que errou tratará de se emendar para ao diante. Accusou-me de não confiar em si, emquanto a Luisa creria em mim «cegamente». Vamos por partes.

Primeiro, não crê tal em mim: — porque, tendo-lhe eu dito que *vi*, que *conheci* determinada pessoa (não importaria muito ao caso, agora, que pessoa) e que a achei muito torpe, a Luisa ainda na carta de hontem — *ainda!* — continua nos seus elogios entusiastas, protestando contra «*imerecidas* opiniões» [.....] Se tanta impressão me faz o facto, uma das causas é porque logo na sua segunda ou terceira carta começou a endeusar o homem. Enguli, fui soffredorissimo: limitei-me a dizêr que a achava «obscura», que deixava umas dúvidas para o futuro... Era o mais que podia, mal calculando que teria de engulir segunda dose, e aperfeiçoada. Vamos adiante. Segundo: lamenta que eu duvide de si. Mas, Deus meu, dou-lhe o direito pleno de fazêr o mesmo quando me vir em contradicções [.....] Distrahidamente, sem querêr, sem reparar, por simples esquecimento, deixou-se levar a escrever coisas um tanto vagas. Não é lá muito grave, mas dê-me o direito de lhe pedir que d'hoje em diante tenha mais rigor, mais attenção, mais cuidadoso escrúpulo nas affirmações que fizer. Minha Luisa, os factos valem mais do que as palavras. *Diz-me* que crê plenamente em mim,

mas *mostrou-me* contumazmente que não crê tal; *diz-me* que é toda franca, mas *mostrou-me* que o não é tanto. Quando o seu Antonio Sergio disser uma coisa que haja indícios de não sêr bem assim, pergunte-lhe, obrigue-o a explicar-se, e *condemne-o* quando elle merecêr.. Não quero que creia em mim «cegamente», como diz: quero que creia convictamente, porque vê, d'olhos abertos. Tenho muito prazêr em que olhe para dentro de mim, indague, esmiuce: nutro a esperança (que talvez seja vaidade estulta) de que só tenho a ganhar com isso. Oiça as pessoas que me conhecem, saiba o que faço, o que digo, a todos os momentos, em todas as circunstancias. Recebo também cartas anónimas, mas a meu proprio respeito. Resumem-se a chamar-me homem sem sensibilidade, que os meus versos são mais de um filósofo que d'um poeta, que só sei «andar pelas alturas». Ora como «andar pelas alturas» é para mim a mais bella qualidade de um homem, em vêz de me incommodar lisonjeiam-me. Uma vêz falavam de si: seria talvez da mesma criatura que lhe escreveu.

Ainda bem que concorda que vir dizêr-me a mim que tinha a «lembrança» do outro no «coração», faz pavor ao próprio inferno. Depois das minhas afirmações, então, é um cúmulo inaudito: comtudo lá está, indelevel, por mais que não quizesse acreditar. Não sentiu queimarem-se-lhe as mãos, nem a cabeça, nem os labios ao escrevêr; levou tão longe o seu entusiasmo que tornou a minha posição caricata: a mais mesquinha dignidade impunha o *dever* de lhe pedir explicações. Não posso concebêr o seu estado de espirito ao dizêr aquillo [.....]

Eu prefiro a verdade dolorosa à illusão benéfica, mas reconheço que os que não são nisto como eu, são como eu tão dignos, e mais bondosos. Ora a minha Luisa evidentemente é mais bondosa do que eu. A paixão da verdade, a mim, faz-me duro, sacrifico-lhe tudo: é para mim importantíssima. E por isso que muitas pessoas, não conseguindo ir ao fundo, teem de mim opinião análoga à do tal anónimo que lhe escreveu; é por isso ainda que lhe perguntei se gostava do Hamlet: quem não gosta do Hamlet não pode gosiar de mim, e eu não quero que a minha Luisa vá enganada. Mas acho perfeitamente natural que se prefira S. Francisco de Assis a Hamlet, a minha Luch ao Antonio Sergio.

Já agora seguirei hoje no assumpto *educação*, caracteres, costumes. A quasi totalidade dos homens tende a fazêr da sua mulher uma *coisa* que se abisma na individualidade do seu marido, sem individualidade propria, sem iniciativa, sem pensamento, sem responsabilidade das suas palavras e dos seus actos. Não é uma companheira da sua vida, dos seus trabalhos, dos seus projectos; para isso servem os amigos. Portanto não a educam. É uma companheira de casa, uma governanta e um entretenimento. Toma só parte nas acções e nos pensamentos mais superficiaes e banaes do seu marido. Conhece o problema: é o da *Casa de Boneca*, de Ibsen. Todos protestaram contra as ideas do Ibsen, porque todos fazendo isto, todos acham natural. Deve têr satisfação em que eu jamais pensasse em fazêr o mesmo: por isso ligo importancia às suas palavras; por isso quero que se instrua, e que se interesse pelas coisas bellas. Precisa de estudar muito,— sempre, é claro, com a reserva de lhe não fazer mal. Muitas vêzes os homens não querem que as mulheres se instruem, por mêdo de perderem a sua superioridade; eu desejaria que a minha Luch, pelo contrário, se approximasse o mais possível do meu plano intellectual. Tudo, é claro, sem perdêr nenhuma das qualidades essen-

cialmente e encantadôramente femininas. Há-de lêr os versos de Guyau. São bem poucos. Repare nisto:

VISAGES ET ÂMES

Je vois bien des charmants visages,
De grands jeux, parfois bien osés,
Et de petits yeux bleus très sages,
Au sol modestement baissés.

Je vois bien des rondes épaules,
Qui se découvrent sans regrets,
Des lèvres ou deux mots frivoles
Font perler de doux vires grais...

Comme on admire des statues,
Blanches sous la charté des cieux,
Toutes ces formes entrevues
Peuplent ma mémoire et mes yeux.

Que vous manque-t-il donc, ô belles?
Parfois, je vous en fois l'aveu,
Je me demande: Vivent-elles?
Hélas, elles pensent si peu!...

Quel Pygmalion, de son âme,
Douce formes, vous animant,
Vous dira: Vivez, soyez femme,
Au lieu d'être un jouet charmant!

Laissez là ces mines guindées:
Qu'on sente en vous courir le sang!
Ayez pour les grandes idées
Un sein qui baïte, jeune et franc!

Tout ce qui dans vos coeurs s'implante,
Faute de sève, s'amoindrit:
La science devient pédante,
L'art se dessèche et se flétrit...

Toi qu'on dit fort comme la flamme
Et la mort même, amour sacré,
Pourras-tu *remplir de mon âme*
La femme qu'un jour j'aimerai?
Pourras-tu mêler nos pensées
Dans Vivresse des grands essors?

Par instants, oubliant la terre,
Nous envolerons-nous tous deux
Dans cet infini solitaire
Que nous peuplerous de nos dieux?

O toi que j'aime, et que j'ignore,
Vers qui mes vers vont s'égarant,
De toi je ne sais rien encore,
Mais je te demande un coeur grand,

Un noble coeur auquel soit chère
Toute clarté venant d'en haut,
Droit comme un rayon de lumière
Et comme lui vibrant et chaud!

Leia muitas vêzes isto, minha noivasinha, que tem de sêr o programma da sua vida.

A proposito ainda, um conselho. Não fui só eu o mal impressionado pela sua maneira de falar. Sei de várias pessoas mais. Tenho uma maneira singela e *modesta* de se exprimir. O estilo da conversação deve sêr em zig-zag, despreocupado, irregular, caprichoso, ingenuo, quasi humilde, quasi tímido. Nada de frases regularmente construídas, nada do tom de quem dá uma lição, revela uma verdade, repele um conceito ou profere uma sentença. Em conversa, mesmo quando tratamos do mais eloquente problema de filosofia, devemos têr as maneiras de uma criança que conta uma brincadeira com a criada. São ellas, as crianças, os grandes modelos de naturalidade, de candura, de ingenuidade. Elias estão *todas entregues ao que vão dizer*, não pensam em mais nada, em si, no effeito que fazem. Assim se aprende ao mesmo tempo a estar em toda parte igualmente bem e à vontade, naturalmente elevados, naturalmente nobres, à altura dos pequenos sem nos abaixarmos, à altura dos elevados e grandes sem fazer esforço. A Luisa dá a idéa de que não está entregue ao que diz: parece que despreza tanto o assumpto da conversa como a pessoa com quem fala. Dir-se-ia uma princêsa que não dá attenção aos seus vassallos: como tem que dizêr qualquer coisa, julgamos que repete uma frase já preparada, — e vae-se embora. Bem sei que não é assim, mas *parece*: faça o possível para perdêr essa apparencia. Não é um aperfeiçoamento *moral*, mas por assim dizêr quasi *físico*: questão de gestos e maneiras. Neste ponto os manos Frederico e Valentina são perfectos: dois fidalgos acabados. Gostava que os pudesse observar: completa natuarlidade, expontaneidade absoluta. Vi o Frederico um dia discutir historias com uma rapariguinha de 11 anos: digo-lhe que estava tão criança, tão ingenuo, *tão interessado*, tão innocente como a rapariguinha. Com a mesma naturalidade entra em combate, commanda um pelotão, estuda um problema de astronomia, e com a mesma se apresentaria a uma audiênciã do Imperador das Russias. Vim de casa d'elle, coitado, que está de cama com um febrão. É perto de meia-noite, e doem-me já os olhos porque tenho uma luz má no escritório. Minha Luch, coitadinha, teve de aturar um discurso muito maçador. Haja paciência. Tome attenção ao que lhe digo nesta carta e faça por empregar nella o tal «sentimento innato de justiça» que diz têr. Affianço-lhe que estou calmo, se bem que emmurhecido ainda, como uma planta que um verme mordêsse. Outro dia tive febre, e rugi de indignação e de revolta. Tudo isso passou, mas não estou ainda alegre, nem livre de um certo espanto e atordoamento. Não ha nada que resista a duas ou três pancadas como aquella. Emfim, eu bem sabia que a nossa união em espirito era coisa a fazer, longe ainda de realização: simplesmente verifiquei que estavamos mais atrasados do que parecia.

Minha Luisa: garanto-lhe que pelo que respeita à firmêza dos sentimentos confio absolutamente em si; que sabe atirar para longe todas as preoccupações mesquinhas acaba de m'o provar. O meu amor, a minha consideração, o meu respeito ficaram já absolutamente intactos; não se préoccupé pois com o que eu «teria pensado afinal», como me disse na carta de hoje. Pode repetir muito certa

para si mesma que o seu Antonio Sergio é muito seu e a ama muito; mas lembre-se de lhe fazêr sentir que o ama com toda a força que elle pode imaginar. Adeus, minha Luisa, meu amor, deixe-me têr a impressão de que lhe aperto muito as mãos e que lh'as beijo. Pertencemos desde já um ao outro, não é verdade? e respiramos já numa só vida. Minha Lueh, minha Luch: queria, minha pomba, senti-la vivêr no meu peito. Não se esqueça de sêr muito boa, muito meiga, muito acariciadora para o seu

A. Sergio

[15-6-09]

Minha bôa Luisinha: Não esteja abatida, minha flor, não ha motivo algum para isso. Nunca suspeitei da lizura dos seus sentimentos. Repito-lhe que sentiu uma coisa mas escreveu outra: a segunda parte da sua carta má foi escrita com o coração, e a primeira com a fantasia: eis tudo. Se eu lh'a desse a lêr perceberia o que não percebe. Foi uma falta de atenção: não reparou que o seu Sergio tinha dito umas coisas e que sem grandes razões não o devia contradizêr, principalmente com tanto fogo, e em tão delicado assumpto. Não me «escaparam», como diz, coisas cruéis: disse-as sabendo o que dizia; a sua carta obrigou-me a isso. Diz-me que precisa de sêr animada para mais não pensar em coisas tristes: parece-me que o tenho feito, meu amôr, mas diga-me que mais posso fazêr para a envolvêr numa atmosfera de caricias; não é por falta de vontade, minha rôlazinha, que a não encho de ternuras. Acordei muito cêdo, minha doce amada, e fiquei muito tempo a pensar em si, com grande desejo de a têr commigo: trata-la-ia com muito amôr, sacia-la-ia de meiguice. Se estiver de serviço na sexta-feira, seria sabbado bom dia[^] de nos encontrarmos. Encher-nos-iamos um do outro, com tanta sêde que d'isso temos; repita-me, Luisinha, que em espirito vive sempre commigo, em mim e para mim. Pede-me tanto que seja meigo, não sei se acha que o sou pouco: se tem muita satisfação em recebêr caricias minhas, não tenho eu menos em lh'as dizêr.

Esteja muito contente, alegre, feliz: encha-se de luz, respire muito bem pelo corpo e pela alma. Lembre-se de que a sua saúde me interessa muito mais que a minha própria, e tome muito cuidado com a sua cabeça, os seus olhos, o seu coração, os seus pulmões, porque são mais *meus* do que seus; todas as suas faculdades vão para mim, para se abismarem no meu amôr. Diga-me se sou mais, menos, ou tão «meiguinho» como me pede.

A Pilar queixa-se de que tem andado arisca com ella: crê que foi desde a história do concêrto. Veja se a attrai, coitada, que é estremosíssima commigo, e mais e mais dia a dia. Se fôr no sabbado fale muito com ella, e seduza-a quanto puder, para lhe tirar aquella impressão.

Fala muito bem do Misanthropo; eu entretanto também o acho impressionante, como o tal autor que leu, como acho sempre todo o homem que não tem a intelligencia e o coração à altura da sua bôa e honesta vontade. O pobre Alceste não tem uma alma grande, e é pouco intelligente: d'ahi uma paixão sem nobrêza; d'ahi o sêr cómico, e não trágico; d'ahi o seu carâcter superficial e acanhado. Nas escolas

conheci alguns rapazes muito estudiosos, cuidadosíssimos, exemplarissimamente comportados, mas tão acanhados de intellecto que faziam dó. Alceste em pequeno devia têr sido assim. A intelligência não se *aggrega* só ás qualidades moraes, transforma-as, dá-lhes outro aspecto. Pode-se sêr intelligente e baixo; mas um bello carâcter, quando se junta a uma boa cabeça toma outro brilho, e muito maior profundidade. O misanthropo tinha vontade de acertar, mas faltava-lhe tudo mais. D'ahi a melancolia que me produz a sua tristíssima aventura. É sempre doloroso vêr uma apreciavel qualidade absolutamente perdida por apparecêr desacompanhada; sempre doloroso o termos de rir de quem apparece com uma virtude rara. Seria este o ^sentimento com que o encararia o Hamlet: o sólido Horácio, esse, não era «escravo das paixões».

Já começou o Brunetière? Leia primeiro só o texto, a seguir, sem se importar com as notas-planos que o acompanham sempre. Leia depois as notas referentes aos escritores que a interessarem mais. Será bom fazer isto com Ronsard, Racine, Boileau, Rousseau, Voltaire, Chateaubriand, V. Hugo, Musset, Taine, Flaubert, Leconte de Lisle. Procure percebêr bem o movimento da Renascença, a doutrina clássica (exposta em Boileau, praticada exemplarmente em Racine), o Romantismo (Rousseau, Chateaubriand, V. Hugo...) e o Naturalismo (Flaubert, Taine, L. de Lisie). Veja que cada uma d'estas palavras indica uma maneira geral de concebêr o homem, as coisas, a sociedade, a arte, maneira que se revela na política, nos costumes, ^ nas obras, quer de literatura, quer de pintura, quer de musica, etc. É romântico por exemplo, (não saindo da França) o romance de Chateaubriand, a poesia de Musset, a critica de Sainte-Beuve, a historia de Michelet, o theatro de V. Hugo, a pintura de Ingres e Delacroix, etc., a política de Lamartine, os costumes, as ideas, as maneiras, os sentimentos. O mesmo se dirá do Classicismo e do Naturalismo. Como vê, é preciso conhecer a historia para comprehender a Arte. Deverá estuda-la pois como preparativo e introduccão á Esthetica, estudo do bello, estudo das artes. É a este estudo que vae dedicar-se, como sendo o mais interessante, o mais agradável, o mais fácil, o mais proprio para o seu sexo e aquelle para que já tem mais elementos. Examinada a producção da obra d'arte, seus elementos, suas condições, sua naturêza, — em geral —, poderá dedicar-se a conhecer mais detalhadamente uma arte que escolhêr: pintura, esculptura, música, poesia, etc. Tudo isto é de fácil comprehensão, não tem nada de pesado, de árido ou de pedantesco. Se fôr para os Vargos levará a *Philosophie de VArt* de Taine. Não se espante com o título: são coisas simplicíssimas, elementaríssimas. A palavra *filosofia* tem dois sentidos geralmente: um que indica um determinado estudo *sui-generis*, muito difficil, muito abstracto, muito complicado; o outro indica a teoria geral de qualquer assumpto: é assim que se diz a filosofia da química, a filosofia das paixões, a filosofia do amôr, a filosofia botânica, a filosofia da arte, a filosofia do casamento, a filosofia social, etc. Fará pequenos caderninhos e resumirá cada obra d'esthetica no respectivo caderninho, para eu depois vêr. Concorda com este plano? Um dia, quando fôr mais sabiazinha, poderá escrevêr um pequenino ensaio, uma análise, uma crítica... e fazêr alguns rabiscos nos papeis do seu marido...

Adeus, minha Luisa. Quis desfazêr em si todas as sombras, e cumprir o que me pediu: se acha que exaggerei na ternura ou na familiaridade, faça-mo sabêr, diga o que quer, e farei tudo que mandar

A. S.

16, meia-noite (Junho 09)

Minha Luisa:

Acabo de chegar de casa do pobre Chagas, que continua bastante doente. Não tencionava escrevê-lhe hoje porque, mal impressionado com a sua carta, esperaria desfazêr essa impressão com a de sexta-feira. Como porém virá cá no sabbado, quero que já então esteja tudo liquidado, para que tenhamos um dia verdadeiramente bom. Dê-me uma resposta definitiva. Estão de pé outra vêz as coisas «cruéis». Diz-me que não crê «cegamente» em mim. Não me é novidade, demais o provou. O que eu disse é que não *desejaria* tal, se tal acontecêsse. Mas o que succedeu foi o seguinte: 1.º a Luisa não acreditou o que lhe eu disse com *provas*; 2.º acreditou cegamente, *ceguissimamente*, sim, e acredita, mas é... no Joaquim Machado! Continuamos em comedia. Affirma-me que se lhe mostrassem provas contra mim mais facilmente duvidaria das provas. Não sei se fazia isso commigo, mas sei que o faz admiravelmente com elle. Por outro lado, não se esquece de me dizêr que me «*posso enganar*»... Não é pertinácia que lhe falta. Peço-lhe resposta da penúltima carta. Tem ou não tem intelligencia sufficiente das coisas humanas para distinguir um homem honesto de um safardana? Acabe de vêz com esta situação deprimente de me desmentir a mim para endeusar um biltre. Não haja idea alguma occulta, descubra até ao fim o seu pensamento. L impossível addiar seja o que fôr sobre questões de verdade, porque hoje, amanha, depois, sempre, serei sempre incansável a pedir-lhe a verdade absoluta, em coisas grandes ou pequenas, que isso para o caso nada importa. Para que eu possa socegar faça-me a esmola de dar respostas claras, rigorosissimas, concisas, definitivas, a estas três perguntas, ou quatro:

1. °: Acredita ou não no que digo?
2. °: Atira ou não o seu heroe para o lodo que merece?
3. °: Porque se contradiz?
4. °: Promette ou não em tudo sêr transparente como agua?

Tudo isto, Luisa, me custa extraordinariamente, mas mais extraordinaria foi a sua idea e pertinácia inconsciente de me fazêr engulir á força a canonização de S. Joaquim Machado Fadista. É capaz de estranhar muito a minha insistencia, mas eu estranho mais ainda a sua, e o seu louco enthusiasmo. Nunca esperei ter comsigo tão mesquinha discussão, mas não sei porquê a Luisa nada tem feito para desfazêr *positivamente* a impressão fulminante da sua extraordinarissima carta. Tenho ainda uma carta da Ruth, que lhe poderia mostrar, e onde me diz que a Luisa, em se tratando do J. M., era surda. Será verdade?

Seu humilde e respeitossissimo

Antonio Sergio

17, pela manhan (Junho, 09)

Minha Luisa bem-amada, querida Luisa do meu coração: Passei toda a noite incommodado pela carta desalentada que lhe escrevi hon-

tem. Se soubesse como me sentia cansado, abatido por não ter desfeito a impressão d'aquella malfadada carta sua! A minha Luisa sente muito bem com certêza, mas por má sorte não *escreveu* como sentia. Peço-lhe que esteja calma, e me mande agora dentro de qualquer coisa duas palavras a dizêr-me que está tão bem quanto pode, que não está mal com o seu Antonio Sergio, que só tem afinal o defeito de sêr muito sensível com tudo que vem da sua querida Luch. Peço-lhe mil perdões do mal que teem suscitado as minhas[^] palavras, mas pode crêr que se lêsse de fóra as suas havia de procedêr como eu fiz. Creia ainda que a amargura das minhas cartas só vem do soffrimento que me dá a idea de qualquer dúvida entre nós. Se fosse possível indicar-lhe o meu sentimento sem ao mesmo tempo lhe fazêr tristeza, ou melindre, ou amargor! Fico esperando duas palavras calmas e boas, e não deixe de mandar os retratos amanha. Tenho a impressão de que os novos retratos me falarão mais da *minha* Luch, a minha Luch cujo bem-estar eu desejo sobretudo. Pede-lhe mil perdões e beija-lhe carinhosíssimamente as mãos o seu noivo muito amante

A. Sergio

P. S. Se pudêr mandar os retratos agora dentro de um livro, faça-o.

37

[17-6-09]

Minha Luchezinha da minh'alma:

Tudo acabado, tudo acabado, tudo acabado, de vez, *completamente*, para sempre! Agora sim, bemdita seja a sua carta! Para sempre, não é verdade? — nem mais uma sombra ha-de haver entre nós dois, até que a morte venha ceifar aquelle de nós que irá primeiro. Quereria que lêsse esta carta chorando de alegria. Beijo em imaginação esses olhos queridos por cada lágrima que lhes fiz verter. Espero vê-la entrar no sabbado sorrindo, radiante, expansiva. Sentir-nos-emos definitivamente nós:

Realms where the air we breath is love.

Comecei emfim com o Shelley e roubo-lhe este verso do *Pro-metheu Libertado* para o mandar á minha Luch.

Muito obrigado pelos retratinhos. Fiz mal em lhe pedir tantos, mas pelo que me disse julguei que já tinha mandado tirar todos (de todas as especies) e que tendo já em seu podêr provas de todos, me dava a escolhêr. Se soubesse que ainda não tinha mandado fazêr de tudo não teria sido tão ambicioso. Gostei d'elles, mas vejo que tenho de desistir de não vêr a minha Luch desfavorecida nos retratos. Só então os meus é que ficam melhores do que sou! Repito-lhe que gostei e que os acho superiores aos outros de *poupa* e a olhar para o lado, mas acho-os também muito àquem do original...

Se amanha me falar às onze (ou das onze em diante) quero senti-la muito alegre. Não se admire se me ouvir grave e conciso: a casa do telefone está quasi sempre vasia, mas[^] são mesmo ao pé uma secretaria com vários amanuenses e o gabinête do almirante, — que não é nenhuma fera, coitado, mas cuja majestade de barbaças eu iria

chocar com as rútilas expansões da minha mocidade e do meu amor... Fica avisada para sempre: nunca estranhe de vêr que sou sêcco ao telefone, ou muito grave, ou que interrompo subitamente a conversa, ou não respondo a qualquer pergunta, ou me calo sem dar a entender porquê, etc. Se lhe falar alguma vêz sem sêr do Quartel, como ha dias, direi tudo como recado da Pilar, para o que inventarei combinações entre si e ella, passeios, etc. *A bom entender...*

Destrua a minha carta de hontem, e nunca se esqueça dos versos do Guyau. A propósito, vou-lhe mandar uns de Charles de Parn airols que agora me occorreram:

CONDITION

- 1 Ah! je suis un coeur infidèle,
Un coeur trop peu semblable au tien;
Je ne sais aimer que le Bien,
Cet idéal et froid modèle.
- 2 *Je t'adore présentement,
Parce que ton âme parfaite
Chaque jour me donne la fête
D'un éternel enchantement.*
- 3 Mais entends l'aveu, quoique étrange:
Je cesserais de te chérir,
Si tu cessais de me ravir
Par tes exquises boutés d'ange.
- 4 Car enfim tu n'es pas mon sang,
Je ne t'aime pas comme un père
De cet amour involontaire
Qui se gagne vieu qu'en naissant.
- 5 Si profond que je l'imagine,
Mon amour, jadis né du choix,
Ayant été libre une fois
Se souvient de son origine.
- 6 Qu'advierait-il, si tu changeais?...
*...Non, je vis, je n'ai pas la crainte,
Ta vertu stable sans contrainte
T'assure mon coeur à jamais.*

Gostou? E agora, uma pergunta: eu realizo, Luisinha, *completamente* o seu ideal? Faltar-me-hão faculdades, força de alma, sensibilidade, elementos, o que quizerem: mas pode estar convencida, meu amor, de que não podia encontrar melhor boa vontade e coração mais puro, mais cioso do *aceio* moral de si mesmo. Se houvesse Deus, e Deus falasse às criaturas, estou seguro de que lhe diria: «Podes ir com elle, minha filha, que sem acreditar em mim esse viveu sempre, desde que lhe dei intelligencia adulta, como viveram os meus santos, candido e innocente á face do Senhor; elle, que estudou todas as ideas, moraes e immoraeas, com o espirito completamente livre de todas as regras, todos os preconceitos, todos os dictâmes». Porque na realidade nunca ninguem me dictou leis ou disciplinas, e seguí sempre o meu

instincto. Meu Pae nunca me indicou um principio, minha Mãe nunca me ensinou uma oração. *Sentiu* elle que não era preciso, viu bem como eu era? Creio que sim: já o não tenho infelizmente, para lhe fazêr interrogatorio... Digo-lhe isto porque sinto doçura em me expandir assim comsigo, não por vaidade ou por orgulho: não pode haver vaidades entre nós, somos absolutamente humildes um com o outro, porque somos a mesma pessoa. Não é assim, minha Luisa? trato-a absolutamente como a mim mesmo, a sua vida é vida minha, a sua alma é minha alma. O que um pensa o outro faz, como faz o meu corpo aquillo que pensa o meu pensamento... A Luisa *pertence-me de uma maneira absoluta*, não porque esteja *sujeita* à minha pessoa, como tantas mulheres escravizadas, mas porque se *confunde* commigo, o que é muito differente. Pertence-me a mim como eu a mim mesmo me pertenço. Diga-me se concorda com isto, se é isto que sonha e quer.

Adeus, minha Luisa, receba a sua alma um grande abraço e um grande beijo que lhe dá o meu espirito, ajoelhado em oração num dia de sol purissimo.

A. S.

P. S. O retrato à americana acho-o m.^{to} elegante. AS.

38

Quartel, 18 de Junho, meio-dia (09)

Escrevo-lhe a olhar para o seu retrato. Sim, meu amôr, percebe-se, percebe-se o que me pergunta — e não calcula quanta doçura o seu Antonio Sergio nisso acha! Gosto muito d'elle, mas é mais bello o original. Minha Luisa, minha Luisa...

Faz-me lembrar um pouco a *Joconda* do Leonardo, mas a *Joconda* é fria, e o seu retratinho não é, — ou, pelo menos, é fria em comparação com elle. Como acabo de lhe dizêr ao telefone, posso restituir-lhe dois. O que talvez precise é de outro pequeno igual a este para quando este se estragar, — porque lhe dou muito uso, estou sempre a tira-lo da carteira. Agora reparo que comecei a escrever com o papel ao contrário. Tenha paciencia.

Diz muito bem que ha-de ser a minha companheira em tudo. Quero que me *ajude muito* nas minimas coisas que eu faça, não pela ajuda em si, é claro, mas para que nos unamos muito juntinhos precisamente nas acções mais bellas, mais fecundas, as que mais ficam de uma existencia. Se vivessemos como hoje ha mais tempo havia de têr escrito uma página do *Anthero* ainda que eu tivesse depois de a copiar para ir com a minha letra para a tipografia. Não se esqueça nunca que tem a realizar commigo a dedicação perfeita, absoluta, modelar; que cada um de nós hade fazêr que o outro dê o mais que pode dar, suba o mais que pode subir, produza o mais de que fôr capaz, desenvolva até o máximo todas as suas faculdades. Passaremos a vida a animarmo-nos, a ampararmo-nos, até que um dia possamos dizêr orgulhosamente que o termo-nos encontrado foi das maiores felicidades, foi a verdadeira *SORTE GRANDE* da nossa existencia.

Agora recordo que as ultimas paginas do meu livrinho foram revistas comsigo. Lembra-se, meu amôr? Que bem que isso me soube!

Na casa de jantar, á noite, a Pilar escabeceava na cadeira de palha... Tive um prazêr enorme em a consultar sobre se devia ou não exarar uma cita no inferior da pagina. Iria jurar que a Luisa teve então, como eu, um devancio vago de futuro, e sentiu uma doçura secreta naquelle trabalho ao pé de mim... Que me retinha e desanimava? A minha pobrêza, a pobrêza só, a que somente via esse inconveniente, porque por mim nunca ambicionei têr mais do que o que tenho.

Amanhan, meu Deus, que dia d'oiro poderá ser! Esteja muito à vontade commigo, porque no seu Sergio não ha peçonha. O meu lago não se turva, o meu ceu é sempre estivo. Fale commigo como d'antes, ou por outra lembre-se de que é minha irman, e não ha pois que «têr vergonha de deixar transparecêr o que sente lá por dentro...»

Minha rôla, meu amor, como o seu noivo a ama! Luisa, Luisa...

A. S.

P. S. Tire o chapéu depois de entrar, gosto mais de a vêr em cabelo. O tal penteado, é claro.

Não se esqueça do que me diz: é preciso que venha a têr *muito* orgulho na minha mulherzinha. Como lhe agradeço esses desejos!

39

[19-6-09]

Sinto baterem á porta,
Não és tu; porque não és?
Só uma coisa me importa,
O ciciar dos teus pés.
São teus olhos columbinos,
Columbino o teu andar:
Quaes pombos brancos, meus hinos
Vão para a pomba a voar.

Sinto passinhos na escada
Bate um e um; eu então
A cada dôce pancada
Sinto outra no coração

Sonho que vens de branquinho,
Toda de branco vestida:
Vamos a vêr se adivinho,
O vida da minha vida.

Estou impaciente; escrevinho
Para que o tempo me passe:
Oh se por cada vêrsinho
A distancia se encurtasse!

A esfera azul é mais clara;
Eis logo a aragem que vem
Dizer-me que se prepara
A recebêr o meu bem...

Vou cantar a minha amada,
A Naturêza me anima:
As aves dão-me a toada,
Os lírios vem dar-me a rima.

Eis a menina do lado,
Coitada! Pobre donzella!
Procura o seu namorado
Occulta pela janella

Cae uma gota, outra tomba
Na fonte d' aquelle jardim:
Porque não vens, minha pomba,
Porque te afastas de mim?

Sinto passarem os ventos,
Oíço cantarem pardaes:
São tudo contentamentos
Nos ramos e nos beirae

Troçando commigo, a brisa
Diz-me segredos risonhos:
«Já sei, Senhor, que é *Luisa*
O nome que diz nos sonhos...»

«Segue-o de noite o olhar vivo
D' uma esportíssima estrella:
Não seja muito expansivo,
Precisa de ter cautella...»

Indo-se embora, sorria
Troçando com ar de festa:
«Julgava que me illudia?...
Só me faltava mais esta!»

Já vae a leve andorinha
No ar immenso a correr:
Tudo no ceu diz que és minha,
Tudo na terra é prazêr.

Resôam por toda parte
Os trilos de alguma lira:
BemdiçÕes que a luz reparte
A todo o sêr que respira.

A acompanhar estas arias
Tudo me fala de ti
Tudo me diz coisas varias:
«Eu a vi, eu a não vi...»

Ai que o meu bem me não ama,
Ai que o meu se me esconde:
A minha voz tanto a chama,
A minha voz não responde.

Fujo de um lado a outro lado,
Corro de um canto a outro canto,
Repleto do meu cuidado,
Cheio de mêdo e de espanto...

Começo a perder a esp'rança,
O ceus, que idea tão má...
O coração não descansa,
Senhor, Senhor, não virá?

Tenho na alma uma guerra,
Com treva e luz aos baldões:
Não ha ventura na terra
Isenta de inquietações.

40

19 de Junho (09)

Minha irmanzinha e minha Virgem:

Como eu lhe estou grato, como lhe estou grato, como lhe estou grato! Juro-lhe, Luisa, que sou *absolutamente* digno da confiança que em mim tem. Como calcula, não tenho podido pensar senão em Si. A impressão que agora me enche é, na sua exclusividade e na sua grandeza, curiosissimamente extraordinária. Esperava tê-la, mas não imaginava que viesse a sêr tão exclusiva e dominadora: é a impressão da *santidade* do meu amor. Tenho lido, visto, ouvido tanto sobre o sentimento amoroso, conheço tantas analyses subtis de todas as nobres variedades d'esse sentimento, e no entanto não conhecia, não suspeitava d'esta feição tão especial do que eu sinto. Amo-a como se ama Nossa Senhora... Terá acaso havido mulheres *mais* amadas, não quero sabêr: não o houve *certissimamente melhor* amada, mais cristalinamente amada do que a Luisa. Se lêssem esta carta, noventa e nove por cento dos homens rir-se-iam de mim ou chamar-me-iam doido.

Si vous saviez que je vous aime,
Surtout si vous saviez COMMENT,
Vous entreriez peut-être mème,
Tout simplement...

(Julies Prudhomme, *Prière*)

Estou-lhe falando, Luisa, como a mim mesmo, não ha considerações, não ha preconceitos, não ha pensamentos que se interponham entre a minh'alma em si e a minha mão que está escrevendo. A minha ruminação interior não soffre variação alguma pelo facto de lhe sêr tjransmittida. Quando lhe falo sigo o meu monólogo íntimo absolutamente como se lh'o não estivesse transmittindo. Comsigo não tenho a impressão de estar *conversando* com alguém, mas sim a de estar a pensar solitário. Seria quasi absurdo o dizêr-lhe neste momento que a amo, como dizêr-lhe, por exemplo, que o sol dá luz. Não lhe saberia mesmo escrevêr agora uma palavra amorosa, porque me daria a impressão de a escrevêr a mim mesmo. Isto não é mesmo uma carta, mas um rápido apontamento íntimo sobre o dia mais extraordinário e mais importante da minha vida. Parece-me que não levei meio-minuto a escrevê-lo. Sinto-me absolutamente tranquillo, puro e com uma grande felicidade muito calma.

Adeus, minha Luisa mais-que-amada. Bem dita seja, bem dita seja, bem dita seja

A. S.

P. S. Acabei de jantar, vou ao Frederico. As suas cartas costumam vir mal fechadas. Oxalá goste do passeio, e seja muito boa com a Pilar.

41

19, 11 da noite (Junho - 09)

Minha adoradíssima Luisa.

Escrevi-lhe depois de jantar uma cartinha que lhe peço que leia antes d'esta. Volto do Frederico, que está muito melhor.

Minha adoradíssima, adoradíssima, adoradíssima Luisa: todo eu sou amôr por si. Tenho estado atordoado, allucinado pela sua imagem, pela imagem d'essas mãos queridas que sinto agarradas ao coração. Que alta, que nobre, que generosa, que pura que foi commigo! Só agora, um pouco mais em mim, começo bem a agradecer ao destino os momentos de profunda, de infinita felicidade que tive hoje. Só a recordação d'essa felicidade é uma felicidade tão grande! Minha Luisa, minha Luisa, como me satisfaço completamente no meu amôr, que celeste embriaguêz, que plenitude de vida que em mim corre! Como eu a amo, como eu a amo!

Luisa, estou doido de amôr por si; estou doido de amôr por si porque a amo immensamente, não porque não seja de um amôr calmo, profundo, consciente, claro, puro como nenhum. Vejo no ar as suas mãos santissimas e adoro-as como relíquias. Não lhe diz lá um illuminado instincto que eu sou eu, e que me pode tratar como um irmão? Pode, pode Luisa, não tem *nada* que se defendêr de mim, juro-lhe por tudo que pode haver para mim de sagrado, de imponente, de respeitoso. Não sei se haverá no mundo outra criatura com direito de falar assim, mas eu tenho, por alma de meu Pae que tenho. Rogo-lhe de joelhos que me trate sempre com a mesma confiança de hoje, porque o mereço. Nunca, *nunca* desconfie, sou completamente incapaz de me aproximar de si hoje em dia com o mínimo laivo de sentimento impuro. Comprehende-me, minha Luisa, comprehende-me?

Luisa, alento do meu alento, vibração da minha luz, aragem que me faz cantar como nas cordas de uma lira d'oiro: como a largueza e altura do seu procedimento a elevou a meus olhos! como eu a venero mais que nunca!. Tenho para consigo um sentimento novo: o respeito *filial*. Interpretei muito bem as suas palavras e os seus gestos. Tratou-me ao mesmo tempo como a um irmão e a um filho. F com que immensissimo respeito e gratidão lhe fiquei! Nunca venerarei, nunca venerarei pessoa ou coisa como agora a venero a si. Minha Luisa, foi *perfeita*; fiquei ajoelhado ante o seu alto espirito, teve para commigo a conducta *ideal*, que eu vejo assim porque a sei interpretar como ella foi no seu íntimo. Toda a minha ambição seria estar no seu conceito a metade da altura em que hoje ficou no meu. Mas fiquei, certamente, ou por outra já estava, porque tudo em si me

mostrou a conta em que me tinha, — justa, Luisa, justa, torno a repetir que completamente a merêço. Trate-me *em tudo* como a um irmão, deixe-me trata-la como a uma irman em tudo, porque nós somos nós, nascemos á altura um do outro. A que grande altar a elevei hoje ha-de vêr nas minhas maneiras de ora em diante. Uma criança pequenina não vae com mais humilde confiança e veneração socorrer-se da sua mãe numa occasião afflictiva, — do que aquella com que eu hoje dou a guardar a minha alma e o meu futuro ás suas mãos bem-amadas. As suas mãos bem-amadas! O que a imagem d'essas mãos são hoje para mim é impossivel que o calcule alguêm. Ah minha Luisa, o que eu sinto agora por Si basta para enchêr uma existencia! Luisa, Luisa, estou doido de amor por si...

Não sei se se morre de amor, mas sei que de amor se vive. As suas mãos, as suas mãos! Jamais me poderão sair da imaginação, trago-as cá dentro como dois lirios. As suas mãos! Columnas do portal de um templo onde eu queimo o mais puro insenso, urnas da agua santa que me ha-de curar todas as dores. Minha Luisa as suas mãos ficaram santas para mim, deixe-as supportar pacientemente todas as effusões do meu culto. Dê-m'as, dê-m'as, dê-m'as...

Chegou a Pilar, enthusiasmada com o passeio. Até amanha. Mostrar-nos-emos indifferentes quasi, para o publico, mas em havendo uma pequenina occasião faça-me sentir por uma palavra surda, por um olhar, de qualquer maneira, que sou o seu

Ant. S.

42

[20-6-09]

Minha Luisa muito minha e muito querida

Só lhe posso dizêr duas palavras por sêr mais de meia-noite e têr reparado que já não tenho estampilha alguma na caixa: hei-de pois procurar uma ainda, o que ha-de sêr difficil, hoje, domingo e a estas horas.

Fui tolo em lhe falar da minha partida. Não é para tão cêdo, e temos tempo ainda diante de nós, felizmente. Mas a perspectiva de um mês e mais dois separado da minha Luch aterrou-me... Esteja pois alegrezinha. Tomáva-me já amanha para lêr a sua carta: oxalá ella seja tão amorosa quanto eu quereria! Adeus, minha querida Luch. Beijo as *minhas* Mãos com muita veneração e *muito amor*

A. S.

P. S. Compuz-Lhes hontem às [sic] noite uns versos, ás minhas Mãos, ao adormecêr. Se me lembrar mandar-lh'os-ei amanha.

21 de Junho, 1909
(A tarde)

«Pobre do meu coração! A tua ultima carta pô-lo num estado singular: *tres saltos me dava no peito que parecia forcejar por arrancar-se de mim e voar para ti*». Isto diz a Marianna Alcoforado na sua primeira Carta, minha Luisa: isto é exactamente o que senti hoje lendo a sua. Mas ella estava triste, e eu sinto em mim uma felicidade inexprimível... Ella a freirá, já se vê, que a sua adoravel cartinha nada tem de triste, — muito antes pelo contrário.

Muito obrigado pelo bocadinho de telefone, que não esperava. Uma palavrinha de dia pode sempre sêr sem inconveniente; — e assim, durante um serviço falar-nos-emos três vezes. Diga ao homem que é de minha casa. Amanhan de manhan é escusado, porque não estou. Sairei do quartel ao amanhecêr para ir buscar com um pelotão quinze degredados a Paço d'Arcos. Serviço pouco agradável, este de custodiar facinoras.

Hei-de dar-lhe uma porção de sobrescritos dirigidos a mim para os Vargos com letra do França: é assim mais práctico do que o sistema que primeiro combinámos. As minhas ser-lhe-ão dirigidas a elle para depois as pôr no correio à hora que lhe parecêr melhor (naturalmente à noite, não?). Por mais que isso me custe, recomendo-lhe que me escreva todos os dias um pouquinho, mas envie espaçadamente, — para ahi de semana em semana, ou pouco menos. Um diariinho curto, mas muito affectuoso. Farei o mesmo.

Hontem á tarde, ao voltar de casa do Frederico para jantar, trouxe commigo a *Tempestade* de Shakespeare que encontrei sobre a mêsá por acaso, para me vir entretendo no caminho até casa. Achei graça abrir logo numa scena que lhe vou transcrevêr. A historia se bem me lembro é isto:

Havia um duque de Milão, Prospero, com uma filha, Misanda... Perdão: *era uma vêz* um duque Prospero e uma filha Misanda... O duque, todo apaixonado pelas artes e pelas letras, exclusivamente dedicado a ellas, encarregou um irmão, Antonio, dos cuidados do governo, e tornou-se progressivamente extranho ao Estado, perdido que andava em seus estudos... Como seria de prevêr, traição de Antonio, que se ligou com o rei de Nápoles, e d'ahi expulsão do duque e da filha, que foram parar a uma ilha deserta. Mas Próspero tornou-se senhor de uma divindade aerea que fez naufragar na ilha o navio em que iam Antonio, o rei de Nápoles e o filho d'este, Fernando. Prospero arranja que Fernando vá têr a um ponto da ilha differente d'aquelle a que chegam os outros, e aproxima-o de Misanda, porque gostando muito do rapaz os quer casar. Misanda è uma virgem ideal puríssima e boníssima, e como seria de prevêr também, as duas bellas criaturas gostam logo uma da outra. E entre os dois que se passa o diálogo a que me refiro. Ahi vae elle, e diga-me o que lhe faz lembrar:

Misanda:

...And all the more it seeks (*) to hide itself,

(*) o proprio amôr que Misanda sente

António Sérgio

The bigges bulk it shows. Hence, bashful cunning!
And prompt me, plain and holy innocence!
I am your wife, if you wil marry me;
If not, I'll die your maid: to be your fellow
You may deny mee; but I'll be your servant,
Whether you wil or not.

Fernando

And y thus humble ever. My mistress, dearest,

Misanda

My husband, then?

Fernando

Ay, with a heart as willing
As bondage e'er of freedom: here's my hand

Misanda

And mine, with my heart in't.....

Incantadôra esta Misanda, não é verdade? E para acabar com a historia, ahi vae por minha conta uma frase de Fernando: «I, beyond all limit of what else in the world, do love, prize, honour you». Minha Luhezinha, minha Luisa... Estou a vê-la como hontem, de pé, toda vestidinha de branco. Se tivesse um anel nos seus dedos por cada vêz que penso nelles, as mãos da Luhezinha eram as mais ricas d'este mundo. Quantas horas passaria eu a beijar essas mãosinhas... Ah! esqueceram-me os versos: ficarão para outra vêz — Quando puser as suas mãos nas minhas que venha nellas o coração também, como nas de Misanda. Não é certo que as mãos são a *feiçào*, por assim dizer, expressiva, significativa, simbolizadôra, nas criaturas bondosas? Ha um «milagre» de Maeterlink (*Soeur Béatrice*) em que a estátua da Virgem Maria se anima para substituir uma freirã ausente. Uma criancinha que a vê, pergunta-lhe porque tem Ella luz nas mãos... «Il y en a toujours aux mains qui font l'aumône», responde a Virgem. Não se admire pois a minha pomba de que lhe eu fale tanto nas suas. As mãos não revelam o futuro, mas indicam muito bem um temperamento e um carácter.

Tomára que acabe o Doumic, que a deve estar maçando. Oxalá o Brunetière a interesse vivamente. Emprestei um volume d'elle à D. Valentina, que por acaso ainda o não conhecia, volume que lhe agradou muito. A proposito: disse-me ella que a romancista D. Anna Ribeiro de Sá lhe dissêra que o estilo do meu *Anthero* era «perfeito». Não mereço a lisonja, mas communico-lh'a para lhe dar um prazêr, certo de que a apreciará mil vezes mais do que eu.

Adeus, meu amor, farei tudo o possivel para chegar a Lisboa a tempo de ainda ir amanhan á estação do comboio. Tenho quasi a certêza de o conseguir. Que boa idea têve! Já tinha pensado nisso, mas não julguei possivel. Por causa de me falar á noite ao telefone não fuja muito dos passeios de automóvel, para não desanimar o seu Pae e para se não privar de uma distracção util á saude. Olhe que não é para sêr amavel que lhe recommendo cuidado com ella, mas

porque na realidade me interessa muito. Adeus, adeus. Gostava de que a minha face pudesse ir como esta carta descansar nas suas mãos. Ame sempre com toda a alma o todo seu

Ant. S.

44

[23-6-09]

Minha Luhezinha:

Mando-lhe três voluminhos que ha-de t^{er} o incommodo de lêr, e os sobrescritos escritos pelo França. Está a Pilar a escrever-lhe no meu escritório, e por isso vae esta a lapis, no meu quarto. Pela mesma razão lhe mandarei só logo pelo correio os versos, que receberá amanhã.

Venha pois na sexta-feira, e lembre-se que vamos ficar depois muito tempo sem nos vermos: terá portanto de s^{er} muito boa com o seu Antonio Sergio, que a ama como a minha Luhezinha bem sabe. Adeus. Procure sempre as minhas cartas na pag. 178 dos livros (Meu antigo numero do Collegio Militar). Uma grande saudade do seu noivo muito amante

Antonio Sergio

45

Vespera do São João de 909, 8 H da noite.

Minha querida irmanzinha e companheira. Tencionava passar toda esta noite em casa e escrevêr-lhe là para as onze da noite, mas de casa do Chagas chamaram-me pelo telefone. As meninas que lá se reúnem vão fazer sortes e reclamam-me. Não lhes posso dizêr, minha pomba, que não esperei pelo S. João para me noivar, — e lá irei, depois de eserevêr duas linhas á minha Luch.

Não calculei que esperasse tanto carta minha, quando não teria escrito. Perdôa-me, Luisinha, e deixa-me que te trate por *tu* um momento, só um momento, para voltar já ao costume antigo...

Penso agora no que será ainda um serão em *nossa* casa. Depois de a minha mulherzinha t^{er} cantado, sentar-nos-emos muito abraçados a uma m^{ês}a de trabalho e lerêmos juntos o nosso estudo d'essa noite, discutindo em commun todas as coisas. A sua cabeça ficará á altura dos meus lábios, a tentar um beijo muito calmo, — tão calmo como as horas que passarão, batidas lentamente num relógio de parêde. Se fôr noite de S. João, ouviremos como agora as bombas, os gritos, os cantares, que me fazem um devaneio nostálgico de coisas vagas que eu fantasio, mimosas, ligeiras, aladas, deleitando como uma harmonia, seduzindo como um sonho, maravilhando de delicias como uma floresta fabulosa... A minha Margarida vae a uma festa, e a mim que a não posso vêr nem me deixam ao menos que fique escondido na minha cella.

Recordo saudosamente as noites dos Vargos no verão passado: sòmente a minha melancolia de agora me não deixa representar precisamente a alegre expansão d'essas noites bellas. A minha Lueh cantava, e eu ia desfrutando encantado a sua figurinha airosa. Gostava muito das expressões da sua bôca no «*Voulez-vous bien ne plus dormir...*». Quanto daria eu para lêr aqui agora essa boquita, a ciciar canções melifluas!... Minha Luizinha, meu amor, ha-de depois de amanha dizêr ao seu Sergio que o ama muito, hei-de sentir que com a sua mão me dá também a sua alma, para eu a conservar entre as minhas, como um passarito que se agarrou. Tenho muita pena de têr de largar agora este papelzito que com tanta vontade estou enchendo, para ir assistir às sortes. Paciencia. Adeus, minha Luisa muito minha. Já acabou o Doumic? Tomára vê-la em coisa mais atrahente. Estude, meu amor, estude quanto pudêr. «*Uintelletto nutrica l'affetto. Chi più conosce più ama; e più amando più gusta*». Nunca se esqueça d'essa frase, que tanto lhe tenho repetido. A alma engrandece-se de toda a corrente de pensamento que por ella fazemos passar. Só duas pessoas que percorrem muitas ideas é que teem sempre assumpto, sempre conversa, sempre acção em commum, sempre comunicação, sempre amor. Só assim conseguiremos realizar o conselho do Lafontaine, na sua fábula dos dois pombinhos:

«Soyez-vous l'un à l'autre un monde toujours beau,
Toujours divers, toujours nouveau».

Beija-lhe respeitosamente as mãos o seu marido respeitossimo

A. S.

46

[24-6-09]

Minha Luisa:

Gostei *immensa, completamente*, da sua carta de hoje: «Meu Sergio, havemos de trabalhar muito, *aproveitar bem o tempo*;... torna-lo útil para a humanidade e para o Bem deverá sêr o *primeiro objecto da nossa vida*». Nunca se esqueça d'estas palavras, minha Luisa, nunca se esqueça um só momento; pense tanto nellas que as imprima na sua alma como aspiração, plano, emprêgo, mira de todos os instantes. As condições da minha existência, a falca de direcção, a ignorância (em que ainda estou) do ramo para que tenho mais aptidões, tudo se tem juntado á minha preguiça para me fazêr perdêr tempo para a *produção*. Depois, nunca me lembro da produção, vou atrás de toda a especie de ideas, como um *gourmet* que come exclusivamente por prazêr, como um jogador que só joga para se divertir, e não para tirar do jogo um ganho positivo. Desprezei sempre a produção, e só entrei nella arrastado pelo França e pelo Chagas; mas reconheço que não deve sêr assim, porque ha o devêr de agir, concorrêr para a luz, sêr útil, comunicar o entusiasmo do bem e da justiça, falar aos homens nas bellas ideas e nos sentimentos generosos. «Vivre, c'est avancer», diz o Guy au nos seus versos, e o homem que se recolhe exclusivamente no interior do seu pensamento não pôde dizer-se que realmente *avance*, em toda a plenitude do termo. Tudo isto eu sei, tudo isto me digo por vêzes a mim mesmo, mas o meu genio leva-me

irresistivelmente a espalhar-me, desperdiçar-me, percorrêr tudo ao mesmo tempo, e a passar dias e dias desatentos, distrahidos, em que devaneio muito e não penso. Precisava de alguém que me obrigasse ao método, que me fizesse por exemplo trabalhar de noite, coisa de que ainda não fui capaz, e que tanta perda me tem feito. A noite é exactamente o tempo livre por completo, aquelle que todos os trabalhadores da intelligencia aproveitam, o mais próprio para o recolhimento.... Desde muito novo tive sempre amigos que me dirigiam, me tratavam nos pequenos actos da vida e que commigo se aconselhavam nos importantes. Eu governava-os espiritualmente, e elles governavam-me materialmente a mim. No Collegio Militar o mais tipico foi um rapaz Lusignan de Azevêdo. Era um anno ou dois mais adiantado do que eu. Dizia-me que aulas eu tinha nesse dia, mandava tratar das minhas coisas, lembrava-me as minhas obrigações a cada momento... Necessitava de que me fizessem isto para o trabalho intellectual, que me jungissem todos os dias como um boi ao meu arado, para que arasse a terra fecunda que planeava revolvêr. Os boisinhos vão aos pares, minha Luisa. Dardeja o sol pela risonha esfera com crinas de ouro; e as abelhas, voejando, scintillam em redór dos animaes pacientes de fontes calmas. Os bois teem seu quê de augusto e de sagrado. A terra, quando luz escaldando, embriaga-me: sinto que só integrada nella sou completo e natural. Um homem que immensamente invejo é o Charles de Pommairols. Puro fidalgo anti-quíssimo, dirigindo hoje as propriedades que são da sua estirpe desde o tempo das cruzadas. Quando trabalha no escritório vê pela janella os seus homens a tratar dos seus campos. Ha-de lê-lo. É interessante toda a parte que intitidou *A Poesia da Propriedade*. Lá conta como os avós lhe foram accrescentando o património.

«Comme de vaillants chefs et comme de bons rois...»

Quando começar a estudar a esthetica va-se exercitando a fazer resumos, análises, apontamentos, em livros em branco ou em caderninhos de papel. Comece por umas folhinhas separadas que lhe mostrei outro dia em casa e que cheguei a embulhar para irem para a sua, mas que ainda lá ficaram. Se fôr ao estrangeiro e visitar alguma cidade importante, aproveite instruir-se, deleitar-se e enriquecêr o espirito nos museus. Estude nos quadros e nas esculturas as ideas, as concepções, os costumes das época. Acostume-se a vêr a obra de arte não só como *arte* mas também como documento *historico* ou *psicológico*. Comparar o pintor classico David com o pintor romântico Delacroix corresponde a comparar uma tragedia classica com um drama romântico, quer dizer ainda uma concepção esthetica com uma outra concepção esthetica, reveladas em obras de diferente naturêza; mas por outro lado comparar uma escultura grega antiga com uma escultura moderna (por ex. a *Historia* de Teixeira Lopes) equivale a comparar, já não uma concepção esthetica com outra, mas uma concepção da vida, da naturêza, do homem, com outra concepção do homem, da naturêza e da vida. Quanto a psicologia, compare Rembrandt [sic] por ex. a Velasquez, e sentirá a differença de dois temperamentos de homem, de duas raças mesmo, — não falo agora de duas ideas, mas de duas criaturas de carne e osso. (Lerá Léailles, *Le Génie dans VArt*; Fromentin, *Les Maîtres d'autrefois*).

Ao principio poderá tudo isto parecêr-lhe um pouco maçador, mas juro-lhe que para o fim se apaixonará, e verá como é um estudo simples, elementar, bonito, fácil de comprehender como nenhum. Lidas as taes folhas que separei (questão de uma hora) começará pelo Taine (1.º prefacio da *Histoire de la littérature anglaise*, muito pequeno; 2.º *Philosophie de VArt*; 3.º *Lafontaine et ses fables*; 4.º *Essais*

de critique et d'histoire, alguns ensaios). Seguirá com o Guyau (*L'Art au point de une sociologique; Les Problèmes de l'esthétique contemporaine*); Léailles (*Le Génie dans l'Art*); Mario Pilo (*Lezione sul bello*), etc. Ao mesmo tempo verá estampas, quadros, etc., e estudará depois os escritores portugueses mais interessantes, como Camões, Herculano, Garrett, Castilho, Oliveira Martins, Anthero, etc. Gostava de que lêsse cêdo o Oliveira Martins, mas comparando-o ao francês Michelet e ao inglês Carlyle. Logo depois de conhecêr o Taine dar-lhe-ei um estudosinho de Moniz Barreto sobre O. Marcins, a seguir ao qual principiará com este (1.º *Camões, os Lusíadas e a Renascença em Portugal*; 2.º *História de Portugal*; 3.º *Portugal contemporaneo*; 4.º *Os filhos de D. João I*, etc.).

Minha Luchezinha do meu coração, verá que passar a nossa alma pelos bellos sentimentos expressos pelos bons artistas é um prazêr puríssimo, cheio, delicioso, que enche bem uma existência, e a melhor coisa que ha neste mundo depois de um santo amor como é o nosso. Lembre-se de que espero de si uma dedicação sem limites, um interesse infinito por mim nas mais pequeninas coisas, uma paixão lúcida e forte como o aço. Repare que me está prometiendo um ceu, e que a mais ligeira decepção agora seria uma terrível crueldade: *queira* sadsfazêr-me e conte commigo, minha Luisa. Vejo só um contratempo grave: as minhas condições materiaes. Não quero pensar nisso, minha Luisa, não quero pensar porque m'ô prohibe...

Minha Luisa, minha Luisa de olhos fechados, a palpar, estou fantasiando vagamente que lhe segredo coisas ternas... Minha pomba da minh'alma, ama-me muito, muito, muito: sê muito exigente com os sentimentos e a vida do teu Sergio, mas sê muixo boa para com elle; continua a sonhar que vives com elle e para elle, que lhe dedicas todos os momentos, que o acompanhas em todas as horas. Minha Luisa, minha mulherzinha, minha amante: quiereria atirar todo o meu coração para o teu peito, como se atira uma braçada de flores frêscas para o regaço de uma donzella; crê que o teu noivo te ama de uma maneira singular e unica, extravagante talvez, mas com certeza muito bella: alguma coisa se ganha em sêr doido como eu sou. É possível que o meu amor tenha menos embriaguêz que outro qualquer, mas julgo que tem muito mais doçura. Em logar de um meio-dia será talvez uma tarde deleitosa ou uma manhan rociada, — de que os orvalhos são, minha querida, as blandícias que fazes cair de cada frase que me dizes. Poderás amanha fitar bem os meus olhos e vêr nelles reflectida a limpidêz do coração...

Minha Luisa, Luisazinha suave e clara como um ribeiro entre juncaes: se lhe falo no meu amor não é porque tema que o não conhêça; a alma da minha noiva sabe como eu amo, porque sente como a minha; vê que nada ha de mais puro, mais alado, mais luminoso e cantante. Sôam-me as suas palavras como umas cascatas, musicaes como ellas, como ellas frescas, todas emperladas como ellas são; e sempre, sempre, sempre devem ellas cair amorosamente para o meu peito que se extasia...

Adeus, Luisa; ame-me o mais que é possível amar. Que a vida do seu Sergio seja um poema inspirado pelo seu esforço, pelos seus cuidados, pela sua vontade perseverante, para que eu possa dizêr que foi a asa do amor que alimentou, fortaleceu, sustentou em mim a asa branca do pensamento. Adeus, até amanha. Não se esqueça a minha adorada mulherzinha de que ninguem a poderia amar *melhor* do que o seu

Antonio Sergio



Pilar Sérgio de Sousa Silva, irmã de Antonio Sérgio (a qual casou, mais tarde, com o escultor João da Silva)

[26-6-09]

Minha boa e nobre irmanzinha: São onze e meia da noite, acabo de vir com a Pilar de casa dos Chagas, de quem nos fomos despedir. Não lhe escrevi mais hoje de dia para não demorar o rapaz e não complicar as coisas com a Pilar, que também lhe estava escrevendo, e com a minha Mãe, que andava atarefada.

A nossa conversa de hontem, fazendo-me entrar positiva, concreta, minuciosamente nas condições do futuro, deixou-me desanimado. Minha Luisa, se eu me fosse enllocar na dependencia de seu Pae havia de o pagar carissimo, e já a idea de qualquer dependencia d'esse género levanta em todas as gotas do meu sangue a mais viva repulsão. Dêvo-lhe muitos obsequios, porém obsequios que obrigam mas não rebaixam; ora, para nos podermos casar sem me ir pôr numa situação tristíssima, seria necessario cortar com elle, coisa que a minha Luch não deveria nem poderia fazêr. Nesta segunda^ dificuldade não toquei directamente até hoje porque como vê é bem mais delicada que a outra; em todo caso está nella comprehendida quasi totalmente, porque, se eu fôsse abastado muito natural e razoavelmente os attritos diminuiriam. Repare bem numa coisa, meu amor: deve a Luisa sêr a primeira a não querer que o seu marido ficasse numa situação pouco livre, por assim dizêr, ou pouco altiva. Posso dizêr tranquilamente que falei a tempo. «A menos de um milagre não lhe vejo solução»: lembro-me bem de que foram estas as minhas palavras ao finalizar e resumir. «O amor dos homens é o amor da dignidade humana»: lembro-me também de que lhe repeti em tempo esta frase de um escritor; é no amor da minha dignidade que eu quero que faça consistir em grande parte o seu amor à minha pessoa. Não queira uma situação menos livre para o seu marido, percebêu? não queira. Foi por tudo isto que a minha lealdade lhe propos uma situação de expectativa que a Luisa não comprehendeu bem, pois a interpretou como *pesando-me* a nossa situação actual. Todos estes avisos foram por attenção a si, porque eu por mim, considerado como independente da minha querida Luch, nada tenho a perdêr em *to(las as situações possíveis*. Peço-lhe agora só isto: seja a Luisa a primeira a repelir a idea da minha dependencia.

Minha Luisa, olhe friamente para estas coisas. Por amor de Deus não desate a apoquentar-se, quando não me dá meio de lhe falar seriamente. Se se mostra apoquentada continúo eternamente com medo de lhe falar, e vamos caminhando cegamente. O que me contou sobre as intenções de seu Pae veio collocar-me as coisas numa subjugadôra evidencia e realidade. Espero que já não poderá suspeitar de que me *pesa* a situação actual, etc. Chegou ocasião de lhe pedir que falemos prosaicamente e friamente nas positivas realidades do nosso caso. Parece-me que já o podemos fazêr, porque a minha adorada Luisinha já não poderia agora fantasiar suspeitas que a desgostassem. Não é verdade?

Muito seu, muito dedicado, muito amante, e muito saudoso

A. S.

Quartel, 27. 9 h da noite (Junho - 09)

Ainda bem, minha pequenina, que foi tão inteligente e tão lúcida. Passei toda a noite acordado e malquieto, com medo que me não tivessem interpretado bem. O que eu fantasiar de coisas más que tivessem podido passar no seu espirito!

O dia de hontem foi muito triste. Por mais que fizesse não conseguia encaixar o meu sonho na R. Antonio Maria Cardoso. Como elle ficava amachucado, coitadito! Só conseguia ver seu P. na attitude em que o deparei na manhan da tipografia. Apreciei muito então a minha carreira militar, essencialmente aristocrática. O militar póde sêr mais ou menos simpático ao seu superior, mas não depende de ninguém o seu pão. O empregado necessita de agrado ao seu patrão, que o póde despedir, deixando-o á fome; o comerciante necessita de agrado ao freguêz, que pode fugir-lhe e escolhêr outro caminho. Nada d'isso com o militar: se o castigarem injustamente, responde de cabeça alta, e reclama. Eu não sou nada altivo, vaidoso ou orgulhoso; mas até hoje não soffri a mais pequenina beliscadura, e a primeira que tivesse de soffrêr não sei que seria de mim. Adoecia com certêza. Tenho sido extraordinarissimamente feliz neste ponto. Só a idea da mais ligeira falta de atenção, que me visse obrigado a supportar, me faz mal aos nervos. Nunca se esqueça, Luisa, de que sendo eu extraordinariamente sensível, uma insignificante arranhadura basta para me entristecêr e abatêr completamente. Hontem á noite estava tão desanimado que lhe não queria escrevêr. Foi por pensar que se magoaria se nada recebesse que lá me decidi afinal, com immensa repugnância. Já fica avisada: notando silencio, concisão, tristêza em mim, não se apoquente com isso, porque uma nuvem momentânea é o bastante para me ensombrar como um eclipse total. Por amor de Deus capacite-se bem do que lhe digo: quando não, obriga-me a forçar-me, disfarçar, fingir animações que não sinto, quando estiver sombrio, e esse esforço, como sabe, é bem mais penoso ainda. Deixe-me estar no meu natural. Não tem que se apoquentar, porque me deve já conhecêr o genio. E esperar, com paciencia e confiança, que passe o temporal. Elle passará, com mais ou menos tempo.

Depois de procellosa tempestade
Escura noite e sibilante vento
Traz a manhan serena claridade,
Esperança de porto e salvamento.

Já lá dizia o Horacio que o genero «poeta» era irritável...

Olhae como este nos perora,
Com quanta graça! Ei-lo contente...
Porque será que ainda agora
Principiou tristonhamente?

Veja a minha Luch o que é sêr tolo: depois de Camões e Horácio, impinjo-lhe... Antonio Sergio!

O que a minha Luch não póde calcular é como as suas serenias e sensatas palavras ao telefone me fizeram bem. Seja sempre assim, serena, confiante, lúcida, quando me vir entristecido. Não me faça nunca afogar em pouca água, repetindo uma frase que meu Pae me

dizia muitas vezes. Por mais triste, arisco, abstracto, arredio que me vir, não desanime nunca. As vezes também, sem alguma apoquentação, mas só por andar muito enfronhado em qualquer pensamento, metto-me dentro de mim mesmo, esquêço este mundo, e é conveniente que me não accordem do meu somnambulismo. Não escrêvo á familia, e fujo dos amigos, os quaes, se são o França, o Chagas ou o Rego Botelho, que me conhecem, elles mesmos se affascam bondosamente, e se não importam do meu abandono, certos como estão de que eu voltarei finalmente. A Pilar também se affasta nesses dias, limitando-se a perguntar «se ando agora a fazêr sonêtos». Estes casos são inevitáveis em todos os homens de vida interior rica, e nada teem que fazêr espanto a uma pessoa intelligente. A minha Luch portanto ha-de acha-los evidentes, naturalísimos. Não é isto? Não se admire nunca da variabilidade das minhas maneiras.

Não calcula como lhe estou grato, minha Luch, pela sua sensata resposta de hoje: como me pacificou, como me cirou um peso de cima, *que contente -fiquei comsigo*, que satisfeito! Trate-me sempre maternalmente quando me vir apoquentado, como eu a trato paternalmente a si. A nossa sensibilidade infantil exige isto, e é preciso que successivamente nos amemos com todos os amores. Tem de sêr minha irmanzinha, minha mãe, meu amigo, minha noiva, tudo isto conforme as circumstancias, não se esqueça. Seja muito complexa e muito rica, porque eu sou muito rico e muito complexo. Permitta-me que hoje lhe fale como um filho, para lhe falar talvez amanha como um irmão e depois de amanha como um noivo. Tem que têr uma paciencia infinita para me aturar, e as minhas maluquices, e as minhas metamorfoses. Como eu a apreciei hoje, como eu lhe estou grato! Como gostei de que me tivesse comprehendido, *me tivesse achado razão!* Procure, tente sempre dar-me razão, entrar no meu ponto de vista, sêr justa commigo. Sirva-lhe sempre de modêlo o que se passou hoje; estou agora perfeitamente calmo e entrei apoquentadíssimo para o quartel.

Tomara-me nos Vargos, para vêr se me ponho absolutamente bem. A propósito: disse-me que o médico a mandava para o estrangeiro por causa do estomago. Vejo-a olheirenta, desconfio que terá realmente qualquer coisa. Peço-lhe *com todo o empenho* que faça um exame médico rigoroso e se trate *a valer, com muito cuidado*. Siga regras de hygiene, exercício ao ar livre, etc., tamo quanto puder. Aproveite o *mais possível* para a saude a sua estada lá fóra. Prometto-lhe começar agora a fazêr o mesmo. A saude è um bem inapreciável, e os nervos actualmente resentem-se [sic] de tudo. Chamo-lhe *muito seriamente* a attenção para estas recommendações. Por minha parte, consagrarei a isto toda a estada nos Vargos.

Acabou-se-me o papel, mas ainda encontrei esta folha com o competente sobrescripto dentro de um livro. E o Dournie? Acabado? Depois do Brunetiêre, as folhas (que ainda lhe não mandei) e o prefacio do 1.º volume da *Historia da litteratura inglesa*, do Taine, para seguir com a *Philosophie de VArt*, etc., e o resto da obra esthefica do mesmo autor. No fim de Julho já poderá têr escrito o seu esumo sobre Taine, para o que basta lêr com attenção a *Philosophie de VArt*. Como eu gostaria, minha Luisa, que se apaixonasse profundamente por estas coisas! Oxalá, meu amôrzinho, minha andorinha querida, minha companheira em tudo! Tem o exemplo da Mad. Bensaude, e a minha mulher ha-de sêr bem superior a ella em illustração e larguêza de espirito.

Não creio que lhe valha a pena lêr a biografia do Kropotkine que ella lhe emprestou. Vi lá uma bella maxima: nunca se deve lêr

um livro qualquer sem obedecer a um plano; antes de abrir uma obra devemos sabêr a que pergunta queremos que ella nos responda. O plano da minha Luisa é estar ao facto das doutrinas estheticas. Não se perca agora com outras coisas. Procure tirar partido de tudo, das suas lições de canto, das conversas com artistas, das suas viagens, etc. Não se aprende só com o que se lê, mas também em grandissima parte com o que se vê, o que se ouve e o que se faz. Attenção sempre acordada no sentido do nosso fim. Encarar muitas vêzes o mundo como uma matéria de exploração intellectual. Para que serve o universo? perguntaram uma vêz ao sábio Ampère: «para dar pensamentos aos espiritos». Tenha fê de que ainda o estudo lhe será uma fonte de prazêres purísimos. Estou agora a lembrar-me das mulheres de S. Mill, de Michelet, de Ibsen, de M^{me} Curie, Maeterlink, tantas outras...

Se fôr a Paris, far-lhe-ei um plano de visita ao Louvre: se o puder seguir, muito bem, se não, paciencia, nada de perdido. Segundo esse plano, estudará os pintores, não pelo seu mérito artístico intrínseco, mas como representantes das doutrinas e das correntes moraes e artisticas. Procurará lêr nos quadros os espiritos das épocas. Edade-Media, Renascença, Classicismo do tempo de Luis XIV, época de Luis XV, neo-classicismo da Revolução e do Imperio, Romantismo, Naturalismo, Realismo. Nas horas vagas percorra o *Apollo* de Salomão Reinach, e entretenha-se a vêr as figuras.

Adeus, minha Luisa, estão-me chamando não sei para quê. O seu Sergiosinho está abatido, mas confiante e calmo. Adeus. Uma grande saudade do muito e *muito* seu, que de si espera a maior das dedicações, a *maior*,

A. S.

Minha Luisazinha muito e *muito* amada:

Que diria agora o meu amor se a professora de linguas Miss Karp se lembrasse de ir dar lições de francês... aos socios de *VAcadémie française*, ao romancista Paul Bourget ou ao linguista Gaston Paris? Diria que era loucura, que as lições são para os ignorantes e não para os sabios, para a gente vulgar e não para as excepções. Ora fique sabendo que os moralistas vulgares escrevem para as criaturas vulgarísimas, para aquellas que mais precisam de que alguém as moralize. Amanhan poderá encontrar um «preceito» absolutamente contrário ao de que me fala na sua carta, e serão ambos igualmente bons, com a differença de que um dos mestres tinha na sua idea ao escrevêr uma certa espécie de discipulos, emquanto o outro tinha outra... *Voilà tout*. Não ha regras absolutas, porque não ha duas coisas iguaes. Oiça os medicos: um doente deve comêr muito, outro pouco, um carne, outro legumes, um deve sêr muito activo, outro estar na cama quasi sempre. A educação que o pae do Stuart Mill deu ao filho teve maravilhosos resultados, e levou-o a um rigor intellectual extraordinário; mas se o rapaz fosse outro ensandecia com certêza.

Um moralista pois que escreve para um grande público deve partir da realidade do maior numero: a maioria da humanidade é má; portanto devem-nos ensinar a defendermo-nos d'ella; não sejamos ingénuos, a Luisa sabe, por experiencia própria, em que pavorrosos enganos pode cair uma rapariga que não sabe ainda conhecêr os homens. As raposas abundam; já o Lafontaine bem avisa...

Le corbeau, honteux et con jus,
Jura, mais un peu tard, qu'on ne l'y prendrait plus.

Ora, a maioria dos rapazes tem tido varios namoros ou varios *flirts*; das boas palavras das raparigas tiram menos satisfação intima do que vaidade; todos se intumescem; gabarolam, contam. Depois, para o amador profissional tudo vae na conquista; uma vêz obtida uma certa ternura, já não ha nada a esperar, *já não tem graça*, passa-se a outra...

Concluindo, em grosso, (*grosso modo*, para falar latim), em geral, o preceito *do seu... moralista* é de primeira ordem; concordo absolutamente. Mesmo para a grande maioria dos já casados é muito bom, *porque é rarissimo que se obtenha aquella identificação absoluta que quasi todos nem mesmo se pode dizêr que cheguem a desejar, porque a não chegam a percebêr ou a conceber*. A maioria das esposas são o que eu lhe tenho já dito que são: e visto que os maridos as consideram subalternas, e subalternas as conservam, é *boa tactica* da parte d'ellas o conservar um certo ascendente neste ponto. Uma mulher deve sêr tanto mais cuidadosa e reservada neste ponto quanto vir que *só pela paixão* consegue prendêr o seu marido; e visto que o marido se lhe não prende pelos seus trabalhos, pela sua vida, pela sua ideação, pelos seus sonhos de ambição e de gloria, visto que em tudo isto a maioria das mulheres não são as companheiras do seu marido, seria tolice o não tê-los submettidos por outro lado, o não tomar, em outro campo, a desforra da inferioridade em que as collocam...

É verdade que os... «os moralistas» para a maioria, quando falam aos maridos, lá teem contra-receitas, outras *tácticas*, outras habilidades para oppôr victoriosamente ás habilidades femininas... Todas estas coisas, Luchezinha do meu coração, teem duas faces... Veja a fábula do Lafontaine em que lhe já falei. Ella ensina os corvos a pecatar-se contra as astúcias da raposa; mas ensina também ás raposas como é que os corvos caém, como se apanham bellos queijos... Tudo é duplo, minha Luisa, tudo é duplo. *Homo duplex*, vá lá mais de latinório.. Tudo é duplo. Nos assaltos das praças ha minas e contra-minas. Quando ler cavalheiros que dão conselhos ás meninas, será bom lêr também os que aconselham os rapazes, para completar o seu sabêr com o dos antidotos dos venenos...

Se quiser que lhe fale sério e a seu respeito, meu amor, dir-lhe-ei que faça como intendêr, é-me indifferente a *apparenda* ou o palavriado, contanto que a *realidade* se mantenha o que já era. Ame-me immensamente, e fale-me com frieza se intendêr que isso é bom. Se a minha Luisa pensar meio minuto, ha-de comprehendêr que eu tinha o *devêr* de lhe respondêr como respondo; e se tiver boa memória, ha-de recordar-se de que logo na 2.^a ou 3.^a carta eu lhe disse que não tinha empenho em que nos *namorássemos*, mas sim em que nos *conhecêssemos*. E parece-me que está dito tudo. Em este assumpto posso andar risonho e tranquillo, porque *desde o principio* tratei logo de lhe garantir *toda* a liberdade, de lhe dar *todas* as vantagens, de tirar das suas cartas o mínimo peso, a mínima difficuldade, o mínimo

compromisso. A sua união commigo ha-de sêr a verdadeira união livre, absolutamente racional e voluntária. Sou *eu* que defendo furiosamente a sua liberdade e a sua dignidade perante mim. A meus olhos a Luisa não pode fazêr coisas que a abaixem, *porque eu não deixaria*. Ora diga-me se é isto o que lhe agrada.

Notei com alegria que nos vamos compreendendo muito bem. Agradeço-lhe profundamente os seus sonhos de gloria para a minha pessoa, mas deixe-me dizêr-lhe uma coisa. Ha a gloria barulhenta, vistosa, universal, a gloria dos escritores e artistas populares, a dos politicos, a dos oradores; e ha a gloria que consiste no alto aprêço de uma minoria escolhida, de um escol. Compare o Béranger, cujas canções toda a gente cantou no seu tempo, com o Leconte de Lisle, que só meia-duzia lê; o João de Deus, que vae têr uma estatua, com o Anthero, que a não terá nunca, apesar da meia-duzia de admiradores entusiastas; compare o Vigny, que ninguem lê, com o Musset, que todos lêem, — o pobre Vigny, de quem uma senhora como a M.^{me} Bensaude ousa dizêr que nada presta a não sêr o *Cachet rouge* (? a propósito, vá relêr o *Mont des Oliviers!*) — Ora, minha bem amada, eu nunca poderei têr uma gloria retumbante, nunca o meu nome será conhecido nas ruas, como o do Alpoim, ou nas salas, como o do Julio Dantas. *Il Pensieroso*, ou a *Solidariedade* nunca terão a centésima parte dos leitores que lêem as *Rosas de todo o anno*. *Il Pensieroso* não é melhor, mas é de outra especie, como os trêvos de quatro folhas não são mais bellos, mas são mais raros. Olhe, minha Luisa, um escritor, como o Lopes Mendonça, falou-me na *Solidariedade* e na *Flôr campestre*: elogiou-me lisonjeiramente a forma, mas vi que não comprehendêra nada, completamente *nada* das ideas, o que se chama *nada*...

Se chama «gloria» o sêr-se conhecido, o sêr apreciado e incensado por muita gente, eu nunca terei a gloria, em vida pelo menos. Porem talvez consiga o impôr-me ao respeito e admiração da *élite* intellectual do meu pais, se tiver a sorte de lhe conseguir alguma atenção. Para isso preciso de vontade, tempo, socêgo de espirito, e incentivo da sua parte.

Espero que me não faltará nunca esse incentivo, meu amôzinho querido. Está hoje um bello dia de sol, sinto-me claro também por dentro, e com uma grande sêde de ter commigo a Luhezinha, — a minha noivasinha que se mostraria muito reservada, coitadita, — porque assim opina o moralista... Coitada da minha Luch! viu-me melancólico estes dias, e julga sêr falta de reservas... Coitada da minha Luch!...

Por esse andar, tem o Brunetière acabado. Entretive-me a folhear hoje de manhan o livro de educação em que me mandou a carta de hontem. Encontrei isto: «... La lecture sera tout autrement féconde si, avant de tourner les pages, vous vous êtes proposé un but et comme un plaude de travail... Les livres n'ouvrent complètement leurs trésors qu'aux lecteurs qui les consultent avec une sorte de parti pris: celui d'y trouver une réponse a des questions précises, l'éclaircissement d'une vérité qu'on a préalablement entrevue». Por isso a minha pomba vae fazêr o plano de escrevêr um *Ensaio* sobre as doutrinas estheticas v ctemporaneas. Esse ensaio escusa de sêr crítico: basta que seja historico, um resumo, um compendio, urna descrição analítica. Simples trabalho de estudar e resumir. Fará sobre o Taine, o Guyau, etc., sobre os esthetas contemporâneos, o que fez no seu collegio sobre Renan a filha de M.^{me} Bensaude. Basta mesmo que reúna agora algumas notas, para fazêr o trabalho mais tarde, sob as minhas vistas.

Não lhe pude escrever hontem, minha adorada cordeirinha, vou explicar porquê. O pobre Chagas já tinha licença do médico para sair. Estava precisado de que eu o acompanhasse, e por isso fui lá a casa, saímos juntos, jantei com elle e conversámos durante a noite. Entretive-o falando-lhe de coisas gregas, do teatro de Eschylo, dos diálogos de Platão, da vida atheniense, da morte de Sócrates, da escultura de Phidias. E a minha Luch, entretanto? Minha Luisa, queria têr-te ao pé de mim, beijar-te as mãosinhas, meu amor. Estou a vêr a tua boquitta a dizêr: «meu pequenino...»

É melhor escrevêr para os Vargos em dias determinados, 2.^{as} e 6.^{as}, por exemplo, para eu mesmo ir ao correio. Como conhecem a letra do França, nada mais natural fazerem-me perguntas, taes como: que diz elle? e o Chagas? etc. A propósito, mais uma vêz lhe peço que não ande a medir as meiguices que lhe escrêvo; é possível que tenhamos mais que dizêr do que meiguices, e mesmo as frases amorosas, repetidas, tornam-se habituaes, mecânicas, perdem a vida, ficam coisas tão convencionaes e insignificativas como o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor que escrevemos a toda gente. Não deixemos adormecer a alma ao som de cantigas bellas... Por tudo lhe peço, minha Luisa, não caia na puerilidade de avaliar o meu amor pela ternura das minhas frases. A maioria da gente habitua-se a repetir coisas amorosas como muitos rezam as *Avè-Marias*: mecanicamente, a pensar noutra coisa... As palavras são para alguns momentos: o sentir e o pensar é que são para sempre. Veja bem, minha Luisa, abra bem os olhos: habitue-se a querêr só a sólida realidade, o que e sério, verdadeiro e natural. Não acredite no fervor religioso das mulheres que balbuciam orações emquanto reparam no chapêu da visinha que chegou a Igreja... Bastaria eu suspeitar que avaliava a minha dedicação pelas frases meigas que lhe dissesse, para logo tomar odio a essas frases, — e para logo desanimar a seu respeito.

9 da noite.

Ah, minha Luisa, eu bem percebi, eu bem vi que não tinha lido em moralista nenhum. Faça o que quizer, mas seja muito sensata e muito verdadeira com sigo mesma. Não lhe levo a mal a invençãozinha do moralista, e seria capaz de parecêr tomar a sério, mas [sic].

10 e meia.

O Moraes Carvalho, passando por aqui lembrou-se de entrar e dizêr-me «duas palavras». As duas palavras d'elle nunca demoram menos de hora e meia. Adeus, minha Luisa, até amanha.

Não sei como, vim encontrar a carta cheia de nódoas. Perdoe, não tenho tempo nem papel para escrevêr outra. Muitas saudades do seu

A. S.

2 de Julho, 9 da manhan. (- 09)

Imagina, minha Luisa, que mal chegámos hontem á noite ao Guarda-môr, onde estamos alojados, começa a pobre Mathilde com uma dor que a levou a gritar como uma desesperada até agora, em que socegou depois de umas picadas de morfina que o medico lhe ministrou. Estão deitadas, desde ha poucos minutos, a Pilar e a minha Mãe; e eu, todo de branco, á luz de um ceu soberbo, ouvindo rumo-

rejar os patos e a passarada, comecei a escrevê-lo ao meu amor. E a propósito de branco, sabe acaso a minha noiva que as tancareiras de Macau diziam que *Si-an* tinha o coração branco como o fato que vestia? *Si-an*, Luchezinha, significa *Quatro-olhos*, homem de lunêtas, e era o apelido que me davam por ser o único do navio que as usava.

Durante o comboio vim entretido com os mimos da Pilar, que me «fazia amor», segundo a sua frase; e só ao chegar aqui, á casa de estar, senti *verdadeiramente* saudades tuas. Intenda-se: o que se chama sentir saudades, fundas, de rasgar o peito a uma criatura; e (talvêz aches curioso) e de tudo o candieiro, o candieirinho de petróleo da mêsá, o que mais se associa no meu espirito à tua imagem. Estou convencido de que é porque ainda não vi a sala, onde cantavas a *inhumaine*, ou o *croquet*, onde liamos o inglês e o Prudhomme... Que saudade, minha rola, que saudade! Vê tu esta sina: foi nos Vargos, ha uns dez anos, que tive a primeira impressão da Natureza e da terra; para os Vargos tenho vindo lenificar uma ou duas crises cruéis da minha vida; nos Vargos, meu amor, passei contigo um mês magnífico... Só tenho pena, meu amor, que cá estivesses uma vêz sem eu cá estar, — e ainda assim se cumpre a sina de têr sempre, e sempre, uma nuvenzinha triste no meu ceu.

A minha ultima carta, querida Luisa, foi uma pequenina brincadeira encoberta que não interpretaste muito bem. Encoberta, porque não quiz respondê-la a brincar claramente, quando seriamente me falavas; e brincadeira, apesar d'isso, vou agora explicar porquê. Se te respondesse completamente a sério só poderia dizêr que os teus receios eram injustos para commigo, que eu era sufficientemente digno para recebêr os teus carinhos sem os interpretar baixamente, etc. Ora isto tinha dois inconvenientes: 1.º o parecêr que me offendêra; 2.º o parecêr que o que eu desejava era ir continuando a lograr as caricias da minha dama... Portanto, quanto ao primeiro ponto, convinha fazêr-te sentir, brincando, que os teus receios não eram próprios ou fundados numa Luisa e num Sergio, como as lições de francês fariam dó dadas a um Bourget ou a um Paris; e quanto ao segundo ponto, era preciso afastar em absoluto a verosimilhança de tal hipótese, o que seria bem difficil se eu tomasse muito a sério a tua injustiça. Relê a carta, minha Luisa, e dize se é ou não uma obra de sensatêz. Convencêr-te-ás de outra coisa, e é que tendo-te eu dito que eras, ou antes, tendo-te implicitamente comparado, como mulher, ao que é um Bourget como escritor, não veio a proposito respondêr-me com certo entono «que me és igual *em tudo*», etc., como se eu jamais te tivesse mostrado a convicção de que te era superior, ou em intelligencia, ou em sensatêz, ou em dignidade, etc. Tenho-te dado as *maximas* honras, tive até às vêzes exaggêros talvêz nalguns cuidados; e nas pequeninas coisas em que por acaso, e apesar da tua frase, me não és igual, faço quanto posso para te elevar, educar, instruir, e convencêr-te quanto possível de que tens a capacidade e a intelligencia necessárias. Desde o principio te quiz dar a consciência de que te punha o mais alto possível; tenho humilhado a teus olhos os meus talentos, desviando a conversa quando pretendes elogiar-me; e até por minha vontade serias muito mais instruída do que eu em certos campos, já que outros te são vedados. Quando te conto de algumas homenagens que recebo, é para te dar alegria e não para fazêr que me admires, ou para me elevar no teu conceito. E ainda para têr o prazer de compartilhar contigo, minha querida, como se já diante de todos nos fossem communs as honras e os trabalhos. Nunca andei atrás de glorias ou de renomes; e se alguma alcançasse d'ora em diante, alegrar-me-ia a idea de que ainda ella te poderia dar honra



Matilde Sérgio de Sousa Cisneiros de Faria, irmã de Antonio Sérgio

a ti. Perdô o tratamento, vou seguir já como de costume., Nunca se mostre orgulhosa commigo, Luisinha, pode têr toda a certeza de que lhe não dou razões para isso. Não desço á mesquinhez de me preocupar com a minha personalidade perante qualquer dama, muito menos para comsigo. Diga-me se ficou convencida d'isto, e se está disposta a procedêr assim.

Quanto ás minhas severidades, de que fala, são ellas somente para a hipocrisia, para a falsidade, para as astucias femininas, sempre que ellas se me querem impôr como prata de lei. De resto, diante dos homens defendo, desculpo *todas* as mulheres, mesmo as de mais baixa esfera. O caso da prima Ruth foi o seguinte, que nada tem de mau, claro está, mas que a tornava incompatível commigo. (Compreheende naturalmente que *só a si* lh'ó contaria). Houve uma época em que ella me escrevia para a Escola Naval. Todas essas cartas eu rasgava e *ia deitar eu mesmo* ao rio, ou queimava em casa no meu laboratório. Pois convenceu-se ella (porquê?...) de que eu as dava a lêr à Mathilde, para depois procedêr como esta me aconselhasse (!!!). Pois negando-lhe eu o caso, respondeu-me *que não acreditava*, sem dizêr porquê, acho que devêra essa descoberta á sua «intuição», de que se gabava e gaba muito. Essas cartas, de resto, não eram cartas de amor, porque bem posso dizêr que jamais me escreveu de tal qualidade; não passavam de confidencias ligeiras a uma pessoa amiga. E aquelle factó, junto a outros semelhantes ou desemealhantes, fez-me desanimar profundamente da resolução que deliberadamente tomára em vista das circunstâncias. A quebra trouxe-me mêses de um remorso horroroso, pelo qual ainda tentei deixar-me vencêr, mas em vão. E aqui tem como o caso foi. Estou certo de que me darâ razão.

Minha companheira querida, julgo que o assumpto por mim está esgotado, mas quando me respondêr a esta faça ainda as observações que julgar convenientes. Que tem feito o meu amor? Seria tolice estar-lhe a dizêr como, e quantas vêzes me lembro de si e tenho saudades do anno passado. Desisto de falar nisso porque seria um nunca acabar. Tem lido, pintado, ido ao *atelier*? Conte-me as suas impressões, se estiver para isso disposta. O Brunetiêre continuou a interessa-la? Intreter-se-á talvez mais com o Taine, apesar de a forma sêr menos oratória. A respeito da minha pessoa, digo-lhe que neste momento me julgo um incapaz, parecendo-me que as *Rimas* e o *Anther* o foram dois acasos felizes que não voltarão: não sei ainda qual é a minha vocação verdadeira. Queria ao mesmo tempo fazêr qualquer modesto ensaio crítico e achar ou antes architectar uma obrasinha mais longa e verdadeiramente nova em poesia. Creio entretanto que o meu genio, como o meu gosto, me levam para pequenas peças bem sólidas, concisas, perfeitas, á Heredia. Mas neste caso gostaria de fazêr convergir todas as poesias num conjunto perfeitamente unido, como succede com os sonetos dos *Navegadores*: para isso seria preciso fixar um plano e escolher de vêz o assumpto a que me fosse inspirar, como com os ditos *Navegadores* succede. E de que especie seria esse assumpto? Filosófico, moral, histórico, lendário, religioso? Não sei se me fiz bem comprehender: desconho que em vêz de um só poema me seria preferível compor vários pequenos poemas ligados por uma mesma intenção geral, a qual intenção poderia sêr uma idea filosófica, ou uma aspiração moral, ou o carâcter de uma época histórica, ou a representação poetica de qualquer concepção religiosa, etc. Antes de me metter a um caminho, todos os outros me chamam ao mesmo tempo. Por outro lado, teem-me elogiado muito as aptidões críticas; mas a crítica exige um trabalho de erudição incompatível com a minha profissão de marinheiro e com a

escassêz dos meus recursos e, dentro em breve, do meu tempo. Só para estudar a doença do Camillo, teve o Paulo Osorio que gastar para cima de uma centena de mil reis em livros, afóra outros livros áe medicina que leu nas bibliotecas. O genero de vida d'elle é-lhe favorável, tem muito mais recursos, etc., e mais força de vontade também, muito mais. Não me queixo só das circunstancias, mas de mim principalmente: sou tão vil que ainda não consegui habituar-me a trabalhar de noite. Sêr-me-á fácil tendo companheira, em casando com a minha Luch. O curioso é que é precisamente a variedade das minhas aptidões que me traz perplexo. Sou uma cabeça equilibrada de mais: em vêz de mil pequenos talentos preferia têr um só grande talento. Já se não combateriam em mim faculdades cujos desenvolvimentos se excluem. Paciência. O que o berço dá a tumba o leva, diz o ditado.

11 da noite. Boa noite, minha Luisa. Não tenha mais frases orgulhosas. Fazem-me frio. Dão-me a impressão de que é outra pessoa, de que já não é *uma* commigo. Interessemos-nos infinitamente um pelo outro, a todos os momentos da vida inteira, sem preocupações nem temores sobre a nossa personalidade.

A Mathilde já não tem a dôr, mas está abatida e de cama. A Pilar manda-lhe muitas saudades. E eu, que lhe hei-de eu mandar? Não digo um grande beijo para que se não arrependa de me têr dado confiança para isso. E entretanto esse beijo seria, conforme a sua expressão, «infantil». «Em verdade vos digo que quem se não fizer pequenino como estes são pequeninos não encontrará no reino do ceu». Não me lembro bem como são as palavras textuaes de S. Matheus. Isso compete à minha Luch, que é uma Doutora da Igreja. Coitada da minha Luch, eu ainda por cima a troçar d'ella? Saudades da Pilar. Deixe-me dizêr-lhe que desde que a Luisa lhe escreveu aquella carta, não faço segrêdo com ella: sabe como nos escrevemos, etc., e ella mesma me acompanhará ao correio, ou me irá buscar as suas ás terças e sabbados. Adeus.

Antonio Sergio

51

CARTA DE LUISA STEPHANIA A ANTÓNIO SÉRGIO

Sexta feira 2 de Julho (1909)

Meu Sergiosinho

Recebe esta carta mais cedo do que espera, mas é que fiquei a pensar que não havendo correio aos domingos, podia acontecer ficar esta presa até segunda feira, e o meu pequenino ter um desapontamento. Assim...* -lhe só mais cedo do que esperava e isso não é de todo máo.

Não calcula a impressão que tive hontem ao ver partir o comboy, parecia que ia n'elle um pedaço da minha alma, via-o partir conchegado no meio dos seus queridos, só eu ficara, sósinha, sem ninguem que me consolasse... e n'aquella tarde alegre de sol senti

* [Illegível]

um *frio* muito grande. A partida hontem, trouxe-me á ideia outra mais longa, mais dolorosa, e já de antemão lhe provei a angustia e o amargor...

Meu pequenino, diga, foi boa a viagem? Chegaram bem?

Vim para casa, fui estudar, vou-me interessando cada vez mais; para o que concorre sem duvida, a lembrança de que lhe dou prazer, e que esse estudo agora, ha de servir muito para a nossa vida mais tarde. Dá-me a ideia de que estou tratando do nosso «ninho». E é n'este trabalho lento, — *peccit à petit* — d'educação e identificação que está a base da nossa felicidade futura. A minha memoria está «enferujadíssima», será preciso muita paciencia para a pôr em acção. Desanimo quando, depois de ter lido com toda a attenção qualquer cousa que desejo fixar, vejo que pouco ficou. Compreendo que seja falta de L'hábito, pois ha annos que não lhe dou o mais pequeno exercicio. Que de tempo desperdiçado, que pena me faz! Se a Miss tivesse sido outro genero de pessoa, como poderia estar adiantada! O que vale é que «it is never too late to mend», e agora nós dois, vamos recuperar o perdido. Estou-lhe muito grata, meu Sergiosinho, por todo o seu interesse e paciencia. Sabe que a filha de M.^{mti} Bensaude é «bachelier ès lettres, ès sciences»? Fez o seu exame agora. Durou 19 dias, calcule. Parece que na Suissa é costume em logar dos exames annuaes, fazerem só no ultima anno da escola o exame final, que é a recapitulação de tudo quanto aprenderam, desde o principio. É muito intelligente, aquella pequena e muito instruida, segundo parece, *sólidamente* instruida. Desde creacinha, foi sempre dirigida n'uma mesma orientação, sem interrupções, com segurança e criterio. E queria o meu Sergio comparar-me a ella!... Eu que que [sic] nunca tive direcção de especie alguma, ninguem que se occupasse da minha educação; só tres annos interrompidos estive no collegio, depois vim para casa, nunca me occupei senão do estudo das linguas nada que me educasse e formasse a intelligencia; nenhuma convivência intellectual, nada, nada. E eu sempre tive tanta sede de aprender! Que pena não me terem aproveitado! O pouco que sei aprendi sosinha. Que de vezes eu sonhei ter uma pessoa verdadeiramente superior que me dirigisse n'um plano de estudos! Realisei agora este sonho e não imagina que grande satisfação tenho n'isso! Até isto N. S. me fez! Quem sabe se os nossos sonhos não são como um pressentimento que nos dá a Providencia, do que ha de ser um dia a nossa vida. Como que uma preparação do que ha de vir. Agora por sonhos: tantas vezes penso no nosso futuro (n'este *nosso* refiro-me ao *seu*). Nunca esperei para si uma Gloria retumbante e vistosa, o vulgo nunca o poderá comprehender, por isso lhe serão negados os applausos da maioria, mas quanto mais consoladora e digna de apreço é a admiração da *élite*, dos verdadeiros intellectuaes? Já o estou a ver na *nosssa* casa, longe do bulicio do mundo, já *consagrado*, recebendo paternal e bondosamente os admiradores e enthusiasias que lhe vêm render os seus preitos e homenagens... Será então uma pessoa muito importante, de todo o *respeito* e *consideração*, eu também «hei de me pôr á altura», mas depois quando estivermos sós os dois, havemos de brincar e rir como agora nos temos em que eu era a Lueh e o Sergio o «meu pequenino». Apesar de todas as *glorias* e de todas as cousas havemos de ser sempre os mesmos noivinhos muito amiguinhos, muito juntinhos em tudo, não é assim? Muitas vezes penso, a que ramo se dedicará. Ao ler esta concepção d'Augustin Thierry sobre a Historia, lembrei me de si: «J'avais l'ambition de faire de l'art en même temps que de la science, de faire du drame à l'aide de matériaux fournis par une érudition sincère et scrupuleuse». O Doumic acrescenta: «C'est-à-dire résurrection

vivante mais exacte du passé, oeuvre d'art et de science, ;'imagination et la critique se complétant pour produire dans l'esprit le sentiment de la vérité historique». Que bem o meu Sergio estaria n'esses casos! Que programma de trabalho tão interessante está ahí apon-;ado, não acha?

A respeito da casa cá de baixo, não lhe fez grande impressão, não é verdade? A mim não me pareceu mal. Também tem communi-ção por dentro, para a.....*

Que grande poder tem a imaginação! quando lá estive já estava a ver tudo mobilado, arranjado á nossa moda. Enquanto o Boddallo Pinheiro nos mostrava sollicito os seus «poly-chromos» estava eu vendo no logar d'elles cousas bem mais bonitas!!...

3 de Julho

Meu queridinho estou doida de contente. Imagina que me parece que sempre vou uns diasinhos aos Vargos!!! O meu Pai hontem estava mjo bem disposto e disse me: «Porque não vaes tu estes dias que eu estou fóra, p.^a os Vargos?» Eu respondi que era muito provável que o Antonio Sergio lá estivesse também (não tive coragem de dizer positivamente que estava!) pois sabia que havia pedido licença p.^a o mez de Julho, e portanto eu não podia ir conforme ao que o Papá me havia dito já. Elle então disse, «Faz-me pena deixar-te cá sósinha, lá sempre estás mais distrahida, levo-te quando fôr e deixo te na estação». Ainda me parece um sonho, não acredito sem me ver lá. Não dormi nada toda a noite a pensar n'isto! Meu Sergiosinho que bom, que bom!! Vamos a ver se se réalisa este sonho! Vou escrever á Ruth, para ella preparar a Tia Pilar. O peor é se é preciso incomodá-la! Estou com mJo medo que o Sud-Express não pare em Torres Novas e para irem ao Entroncamento não seria possível é demasiado longe. N. Senhor arranja tudo!! Se fôr é no principio da proxima semana.

Adeus, meu Sergio, meu noivosinho, será verdade que m.to breve nos tornaremos a ver? Parece-me bom de mais!

Sua

Luch

52

3 de Julho, 2 da tarde. (09)

Sinto às vêzes uma tal onda de ternura, meu amor, uma vontade de a têr ao pé de mim, de que seja maternal commigo! Olhe, Luizinha, deixe-me fugir de pensar nisto, de lhe dizêr coisas d'estas; faz-me mal tudo que me torna mais sensível a sua ausência. Lembrando-me de que amanhan é domingo e estive para lhe não mandar hoje ainda, visto não havêr distribuição antes de segunda-feira. Em todo caso lá vae. Não se esqueça de que deve preparar-se a sêr um outro *eu* do seu Sergio, a minha providencia, o meu escudo. Não tenha um acto commigo que não seja um cuidado, uma palavra que não seja boa. Nunca mais tenha dúvidas de qualidade alguma, não repare se lhe falo nisto ou naquillo, de maneiras meigas ou de maneiras sérias, certa de que no fundo a minha alma para si está sempre

* [Ilegível]

alerta e sempre amante. O eu falar-lhe como a mim mesmo nos meus projectos, nas minhas dúvidas, em toda a minha vida interior, é uma prova de affecto bem maior que todas as palavras ternas. Diga-me se realmente vê que é assim mesmo, se *sente* isto. Queira-me muito, muito, muito, muito e esteja certa de que lh'o merêço. Mas se por infelicidade sentisse diminuir em si o amor um nadinha que fosse, não deveria deixar de m'o dizêr immediatamente. Verdade, verdade, verdade ,sempre verdade; é commigo o *único* processo bom. Ha pessoas que amam, por assim dizer exterior mente: eu só sei do que ha de mais interior e de mais íntimo. Adeus

A. S.

53

Pállida, crepuscular, anémica, gelada,
A lua appareceu por entre a ramaria,
Instillando em silencio a claridade fria
Através uma trama obscura e complicada
Onde se prende o canto e sonha a fantasia.

Silencio. Tudo dorme. A solidão descansa.
Nos troncos o luar varia o seu recorte,
E a branca luz que sobe e um novo ramo alcança
Mede o tempo a corrêr, pesado na balança
Onde a vida se abaixa, onde se eleva a morte.

3-7-09

54

Vargos, 5 de Julho (1909)

Como não calculo quando virá, estou sem sabêr, minha Luchezinha, se lhe devo escrevêr ou não. A sua carta veio enchêr-me de impaciência. Com a esperança da vinda tornou-se-me de todo insupportável a sua ausência. Oxalá não venha um desengano, porque seria agora bem cruel, e bem mais difficil a separação. Se somasse todos os instantes em que não tenho pensado em si desde que vim, não faziam mais de uns 5 minutos. E que mais seria preciso para provar à minha Luch que a ama, que a amo, que a amo muito?

A pobre Mathilde tem continuado sempre com a tal dor: parece que é da passagem de areias, coitadita. A Pilar não tem saído por isto. Vou de diá para a Cerrada do Pôço, depois de jantar fico um pouco na varanda com a tia Pilar, e depois deito até ao repuxo, onde me conservo quanto posso. Não lhe descrêvo a scena, minha amada immensa amada, para não parecêr pretencioso. Basta dizêr-lhe que para as bandas da serra o horizonte, todo recortadinho pelas arvores, se conserva alaranjado até tarde; o fiosinho de agua vae cantando continuamente na sua sombra, — e todo o folhêdo, lá nos altos, vae murmurando o seu murmúrio. Fico para ali a fantasiar coisas várias, sempre entermeiádas e combinadas com a imagem da minha Luch. Não roda um carro que me não venha a esperança irracional de sêr

ella que me chega. Cheguei até a julgar que me apparecia ali, feiticeiramente, a estendêr-me as mãosinhas e a sorrir. Depois a lua nasce, mesmo defronte do meu banco, de costas voltadas para o poente. Sóbe muito redondinha, toda branca, como a cara convalescente de um amigo, e toda tracejada por uma rêde de troncos pretos, de rami-nhos e de folhas. Volto com a noite fechada, senco-me na varanda,...— e ainda tremo—assustadamente com cada carro que vem rodando. Estou cheio de mêdos, minha cordeira, dos inconvenientes, de qualquer coisa que faça desistir o seu Pae. Receio escrevêr-lhe, não vá a minha carta sêr encontrada e fazêr mudar as resoluções... A prima Ruth recebeu hoje a sua, e só pô-de lê-la depois do almoço. Estava eu na varanda com a tia e com a Pilar, quando ella chegou dizendo a nova. Como calcula eu estava impaciente e á espera. Tinha na mão um livro com estampas que continuei a folhear sem levantar os olhos. E bem felizmente, porque senti que me fazia córado. Não houve mal, porque ninguem olhava para mim; ella, prima Ruth, continuava a lêr a carta...

Adeus, minha noivasinha do meu coração, minha[^] Luchezinha muito minha. Seria estúpido dizêr-lhe quanto estou anciôso pelo que isto dá. Receio mandar esta carta. Dá-me vontade de nem respirar, para que se não possa sentir que estou cá nos Vargos.

A. S.

55

CARTA DE LUISA STEPHANIA A ANTÔNIO SÉRGIO

5 de Julho (1909)

Que alegria me deu a sua carta querido noivosinho! Ainda bem que não esperou por hoje para a mandar. Já estava ansiosa por noticias. Quando o leio, parece que o estou a ouvir, de maneira que me é uma grande consolação. O correio hoje chegou mais tarde, já passava das 9 H- Já uma vez quando recebi duas cartas suas, succedeu assim. Já havia perdido a esperança, já estava desanimada e ia discursando comigo mesma — «pour me faire entendre raison» — que era preciso ter juizo, não ser creança etc. etc. Mas apezar de toda a «elo-quência» sentia-me muito desapontada; tinha[^] tanta sede de o ouvir! Meu pequenino, que boa cartinha escreveu á sua Luch, gosto tanto quando conversa assim commigo e me conta as suas cousas íntimas, assim sznto-me verdadeiramente a sua companheira; e não imagina como tomo a serio, a minha «importancia». Nem uma cousa que me diz, me passa, tudo fica muito gravadinho na lembrança e interessa-me tão profundamente. Não sei ainda o que faça a respeito d'esta carta, se a mande já hoje, ou se será cedo de mais, depois da que deveriam ter recebido hontem. Fiz confusão, quando me disse que escrevesse ás 2.^{as} e 6.^{as}, pensei que queria dizer que fizesse com que as recebesse n'sses dias, e por isso, receiosa de que, por ser domingo, houvesse demora e não recebesse na segunda feira, escrevi p.^a que recebesse no domingo. Como me disse hoje que ás terças e sabbados vão ao correio, receio que espere alguma cousa amanhã e tenha um desapontamento. Não sei o que será melhor!...

Coitada da Tuca, que pena tenho d'ella, que grande aborrecimento, mas a que seria isso devido?

Tenho andado n'uma grande anciedade, por causa da incerteza de ir ou não aos Vargos agora. Depois d'este renascimento de esperança e a alegria que ella me causa, era *cruel* se afinal não fosse. Ao mesmo tempo parece-me uma cousa tão boa, tão boa que é demaziada felicidade. Tornei a fallar n'isso a meu Pai, e disse-lhe positivamente que o Sergio lá estava, tinha escrúpulos de não haver sido completamente franca. Elle ficou assim atrapalhado, nem disse que sim, nem que não. Oh meu Sergiosinho que bom seria estarmos uns diasinhos juntos, já nos podíamos affigurar que estavamos casados e que nunca mais nos separavamos. Que bom, que bom!

O Brunetièrê já está acabado já li as notas referentes a todos os que me indicou e algumas mais que me interessaram. Vou agora passar para as folhas sobre a esthetica e em seguida para o Taine. Se fôr aos Vargos levo isso e também o Brunetièrê para o meu sabio fazer umas explicações. Levo também o Sully Prudhomme o Vigny e o Herédia para lermos juntos. Onde será a leitura este anno? Olhe, Sergiosinho, de manhã antes do almoço, era uma bella occasião de estarmos á vontade. Podíamos ir todos quatro para a Cerrada do Poço, a essa hora ainda as Senhoras (que afinal reduzem-se a uma(!)) estão recolhidas; encher-nos-íamos para todo o dia um do outro, e já poderíamos estar com *immense* juizo o resto do tempo!... Se ficarei ao pé de si á meza?!

Não tenho alma senão para pensar n'isto. Já puz tudo nas mãos de Deus. O meu livro de meditação diz que é preciso não desejarmos cousa alguma com exaggero, conservarmo-nos em paz no meio de tudo. Eu vou fazendo a diligencia de me unir á vontade de Deus e não querer senão o que Elle quizer, mas cá dentro está sempre uma cousa a pedir «Oh Jesusinho arrange isto que me dava *tanto* prazer!...» Vamos a ver se Elle me faz a vontade. Tem razão meu Sergio, «interessem-nos infinitamente um pelo outro a todos os momentos da vida inteira, sem preocupações nem temores sobre a nossa personalidade». Effectivamente cada um de nós deve abysmar-se completamente no outro a ponto de esquecer a sua individualidade. Perdoe á sua Luch as palavras orgulhosas, meu pequenino, ella já não torna a ter orgulho com sigo.

6 de Julho

Afinal pareceu-me melhor deixar ficar a carta para hoje. Pela que recebi esta manhã da Ruth, vejo que a Mathilde continua incommodada, coitadinha! Julguei que fosse uma cousa passageira e que já estivesse completamente bem, afinal ainda está doente. Deus permita que melhore depressa, pobresinha! Hontem fomos depois do jantar ao Estoril, gosto immenso d'aquelle passeio à beira-mar. Como me lembro de si, Sergio, quando alguma cousa me impressiona de qualquer maneira! Aquella noute linda de luar aquella paz, aquella silencio, recordavam-me intensamente o meu Sergio e uma saudade funda, funda, agarrou-se-me ao coração! Aquella mesma hora estaria provavelmente na varanda dos Vargos, talvez pensando em mim, quem sabe? Fomos visitar uma prima recentemente chegada de Shangaie onde o marido era consul. Estão casados ha 7 annos e teem lá estado sempre. São felizes e muito amigos. Lembrei-me de nós dois, depois de 7 annos de casados, e procurei realisar a nossa vida então! Fui à M.^{me} Bensaude que hoje não ficou extraordinariamente satisfeita comigo. Não estava disposta para cantar, lembrava-me todo o tempo dos Vargos — irei, não irei!... «Que j'aimezais savoir ce qui occupe ainsi vos pensées, dizia-me ella, si *enfin* vous

vous *décidez* que elle me ferait plaisir! Croyez-le, le jour ou j'apprendrai que vous avez fait votre choix, je serai *vraiment* heureuse, je ne puis pas penser q'une fille comme vous, ne se marie point». Que grande vontade tive de lhe dizer que podia começar a estar «*vraiment* heureuse»!...

Hontem esteve cá o Carlos Reis, que me fez immensa pena. Es Lá muito em baixo coitado! Impressionou me porque o vi muito scismatico e como se tivesse *alguma* preparada. Pobre homem, dá me a impressão que não tem ninguem que o ajude a levar a sua cruz. Disse-lhe muitas cousas, d'estas que nada remedeiam, claro está, mas sempre acalma um pouco quando se está muito amargurado o ver que alguém se interessa por nós, parecia tão agradecido, coitadito e começou a desabafar como quem já não podia mais guardar tudo para si. Tive pena de nada poder fazer por elle.

Meu Pai ainda nada me tornou a dizer a respeito dos Vargos nem quando partia. Disseram-me que o haviam ouvido dizer ao telephone que ia depois de amanhã, quinta feira. Sergiosinho, irei, não irei?!... Esta incerteza é insupportavel. Caso não possa ir — o que Deus não permitta! — mando carta na sexta p.^a chegar ahi no sabbado. Saudades á Pilar, diga-lhe que tenha muixo cuidado com a sua pessoa para ver se descansa e fica mais gordinha, estou desejsosa de a ver e abraçar. Sergiosinho, irei? Adeus 3 horas da tarde.

Agora mesmo n'este instante recebo a querida cartinha d'hontem. Também está impaciente, meu amor. Que pena tenho de não poder dár-lhe uma resposta definit'va. Por vezes perco a esperança cie ir, pois parece-me bom de mais para se realizar. Ha de ser o que Deus quizer!

Adeus meu Sergiosinho, meu noivo querido, abraço-te em espirito e em espirito vou repetindo «tudo o que tenho a arder no coração e te não digo já, porque»... não posso!

Luch

56

CARTA DE LUISA STEPHANIA A ANTÓNIO SÉRGIO

7 de Julho (1909)

Sergiosinho: acaba agora mesmo de sahir d'aqui uma pobre mulher minha conhecida, que coitada deve ir fazer amanhã uma operação muito séria. Creio que é qualquer cousa de carácter espinhoso que ella tem na canna do nariz, um olho já está perdido e a operação é indispensável e immediata. Andou ella 8 mezes no hospital a fazer tratamento, e deixaram-n'a chegar áquelle ponto. Pobresinha! Veio fazer-me as suas despedidas, e mais uma vez recomendou-me as filhas, que é tudo que ella tem no mundo. Não imagina quanto me impressionou esta conversa e quanto me edificou! Como ella estava serena, resignada, encavando a morte, pensando unicamente nas filhas, no futuro d'ellas. Que fé tão simples, tão nobre; que verdadeiro sentimento de religião n'aquella pobresinha que nem mesmo sabe ler! Tive uma grande impressão do poder e bondade de Deus. Como «Elle se revela aos humildes e lhes faz sentir a força do seu braço»!

«Oh minha Senhora, eu não tenho pena nenhuma de morrer, nem medo de cousa alguma que possa soffrer, só as minhas filhinhas me estão atravessadas!»... Quando vejo tantas desgraças que por todos os lados nos rodeiam, fico a pensar que direito temos nós de ser tão felizes, e chego a ter medo... Dá-me vontade de me agarrar a ti, meu Sergio, de maneira que nada, nada nos possa separar. Queria calar o meu coração, com medo que os seus cantos d'amor possam despertar maguas escondidas... Meu Sergio, meu Sergio, gosemos da nossa felicidade, saibamos apreciá-la devidamente: Enquanto nos temos um ao outro, enchamo-nos um do outro:

Já que tudo por fim leva á morte
E com força o prazer agarrar
Sabe Deus quão depressa ha de a sorte
Um ao norte, outro ao sul atirar...

Ai África, África, nunca pensei que este nome havia de bulir-me tanto com o coração!

II da noite.

Fui hoje ao *atelier*, as pequenas muito contentinhas, tudo muito bem, graças a Deus. Pediram-me licença para levarem a bandeira, (a sua bandeira) no proximo domingo. É a 1ª Comunhão lá na freguesia: 30 meninas e 40 rapazes. Sahe tudo lá de casa em procissão, os rapazinhos veem buscar as meninas, acompanhados com a musica, e de lá vão todos p.^a a igreja.

depois do jantar

Fui também visitar a Prima Adelaide. Como de costume, f aliou-me em casamento, nas observações que pessoas conhecidas lhe teem feito a esse respeito, e acrescentou logo: «Vi nos jornaes que havia partido para os Vargos, o Snr. Sergio de Sousa e pensei que a minha menina também lá estivesse». Eu, para dizer alguma cousa, respondi: «Como a minha Prima se interessa pelo Snr. Sergio.» — «Interesso-me sim, e muito, porque é elle o unico rapaz de quem eu a tenho ouvido fallar com enthusiasmo», e lembrou-me a *tal* phrase que me escapára no dia sua partida para Macau: «nunca esqueci a expressão d'aquellas palavras».

Ainda nada sei a respeito da partida do Papá. Quando voltávamos para casa, ouvi dizer ao Cisneiros Ferreira, (o primo da Tuca que está em Paris) que lhe perguntára quando elle partia, que ainda não sabia ao certo, que tivera de addiar por causa de negocios. Não imaginas, meu Sergio, os esforços que tenho de fazer para me conservar calma. Estou n'uma anciedade enorme, e tudo isto augmenta-me ainda extraordinariamente as saudades. O que eu daria por vê-lo, escar ao pé de si, um bocadinho, só um bocadinho!... Parece que tudo quanto digo não me allivia nada, e tenho o coração mJo apertado... Boa noute, meu amôr, estará ainda acordado?!

8-7-09 10 *Vi da manhã*

Estou vendo a varanda cheia de luz, as plantas, as cadeiras de palha, e o meu Sergio todo vestido de branco, sentado á espera que chamem para o almoço. Está certamente pensando na Luch, porque estou-lhe tão unida pelo pensamento, que é impossível que me não sinta junto de si. Sergiosinho, tenho vontade de chorar com saudades suas...

A tarde Já estou com a «Philosophie de l'Art». As folhas da *Esthetica* interessaram muito assim como a Introdução da Litteratura ingleza. Que bonito é este estudo, como se encara a vida de uma maneira differente. Sabendo-se *vêr*, tudo se torna interessante, que fonte

de gozo se tornam para nós todas as cousas. Compreendeu bem a phrase de S.^{ta} Catarina, porque com o espirito, dilata-se também o coração.

Nas folhas da Esthetica, encontrei um bocado que calha muito bem ao estado de expectativa em que se encontra o meu Poeta, do assumpto a que se ha de dedicar.

Dizia que o artista pôde preparar a sua alma p.^a as grandes concepções, formar o espirito e o coração, com altos pensamentos e sentimentos generosos, enriquecer a imaginação com imagens bellas, mas n'um dado momento a commoção que lhe dá um espectáculo da natureza, um livro de história um factó banal para todos, revela-lhe de repente o assumpto que convém ao seu genio. Está encontrada a obra d'arte que nasceu expontaneamente da inspiração, por uma especie de acaso providencial. — Espere portanto com paciencia, meu Sergiosinho, que ha de chegar esse momento, e quando menos esperar, depara-se-lhe de repente o caminho a seguir, aquillo para que foi destinado.

Em todo o caso vá já amontoando dados para a *nossa* grande obra. Tudo se aproveita. Analise os seus sentimentos, compare o presente com o passado, dedusa o futuro a ver se darão certo essas deduccões...

9-7-09. Não sei porquê, hoje pensei que teria uma cartinha, esperei as 3 horas com impaciencia, mas não veio nada. Pôde ser que venha logo ainda... ou amanhã! Recebi uma da Pilar; coitadinhas, que tempo tão apouquizado têm tido com a doença da Mathilde. Deus permitta que ella melhore depressa, que grande soffrimento tem tido! Mal sabe o Mene! Meu Sergiosinho, tomei uma resolução muito ajuzada. Não quero mais pensar na ida aos Vargos, vou fazer como se estivesse decidido não ir. Esta anciedade de nada aproveita e torna-me completamente inútil para tudo. Vou fazer um esforço — é preciso ler juizo, saber supportar as contrariedades da vida. Meu Pai ainda não sabe quando poderá ir.

Se estará uma cartinha sua no quartel e o França não terá lá ido hoje?! N'esse caso só amanhã á tarde a poderei receber. Ainda falta tanto tempo!!

Como terá passado o meu pequenino, terá adiantado muito o Shelley? Que grandioso é o poema de Goëthe, que me mandou! Se tivesses paciencia, meu amor, *mais tarde* aprendiamos juntos o allemão, que gracinha que isso tinha!

Adeus meu noivo muito, *muito* amado a sua Luch está com sigo, não sabe por onde anda, porque não vê nada senão o seu Sergio... Uma grande saudade

Luisa

S abb ado.

Recebi a tua carta, minha Luisa; não te tenho escrito uma linha porque tenho andado em espectativa, sem sabêr se me appareces por ahi. Na quinta-feira perdi por completo a esperança; julguei que teu

Pae teria partido; e agora, apesar de sabêr que assim não foi, nenhuma esperança me renasceu... Nunca mesmo tive senão bem pouca.

A Mathilde já vae muito melhor, mas o esculápio não lhe permite que se levante por emquanto. Esta doença tem-nos dado aqui uma vida excepcional e aborrecida. A Pilar entretanto já hontem á noite tocou o seu bocadinho. Lembrei-me de que gostaria de te ouvir tocar, e tive pena de que abandonasses o piano. Bastava-me que tocases meia duzia de coisas das que me fazem cantar cá por dentro.

Não tenho feito nada, e reduzo-me a vegetar. Poucas vezes abri o Shelley. Até agora não passei da sua obra-prima segundo a universal opinião, o *Prometheu Libertado*. O homem é admirável pela fecundidade de verbo e de imagens, mas pareceu-me muito rhetórico. Os críticos lá terão as suas razões, mas eu acho-o ainda bastante verde no pensamento. É verdade que morreu novo, creio de pouco mais de trinta annos, e eu não li senão uma coisa, e não estou á aluira de apreciar o estilo inglês. De resto, aborrece-me ler poesia com dictionário na mão.

O problema da obra futura é mais complicado do que tu imaginas, meu amôrzinho, e espero falar-te para te fazêr comprehendêr o essencial. Se fosse só a obra a escolhêr, era mais simples; o peor é que nem mesmo chego a escolhêr o *genero* da minha actividade, dada esta maçadora igualdade das minhas aptidões. Esta preocupação é nova em mim na sua feição actual: se sempre hesitei no meu estudo predilecto, só agora me préocupa a *produção*, porque não ambicionava sêr autor. Em especulações filosóficas vi-me mettido por curiosidade natural: fui a ella instinctivamente, inconscientemente, como uma criança bebe o leite. Hoje tomei nesse campo uma posição; posição vaga, em grande parte negativa, como a de todo o homem sincero e livre hoje em dia, mas em todo o caso uma posição. Descanso. Depois, a alta especulação abstracta faz grande mal a um homem que está obrigado a vivêr na vida prática e activa da maneira que eu estou obrigado. Não volto a ella.

Mas, se quizer pensar na *produção* (da qual, de resto, penso muito bem desistir, o que talvez ainda seja o melhor) além de todas as difficuldades pessoas, accrescem as do meio. Aborrece escrevêr coisas que ninguem lê; ora a minha predilecção e o meu genio levam-me exactamente para campos onde poucos sabem podêr, querem entrar. Entre nós só são lidos os generos populares (romance, história). Não me sinto nada romancista; e a história hoje já não é um género literário, artístico, como nos bons tempos do romantismo. Aquella narração animada, colorida, dramatizada, cuja fórmula aprendeste em A. Thierry, é sempre individual e arbitraria. Hoje arma-se a historia num grande aparelho de análise sociológica, económica, critica de leis, de textos, análise de documentos, etc., um miúdo trabalho de paciencia de condição que as condições da minha vida não permitem, e com que se não compadecem as tendencias do meu espirito, que eu te não posso definir agora porque sem explicações preliminares me não lograrias comprehendêr bem. Ficará para quando nos falarmos.

Alegra-me que a minha Luch vá achando razão á frase da Catharina de Sienna, mas quero fazêr-lhe a esse respeito uma observação. Tens um único defeitosinho, meu amor, que já sabes bem qual é, e sobre que já te escrevi em tempo. Repara pois que quem mais sabe mais obrigação tem de sêr modesto, mais conhece a sua immensa ignorância, menos ostentação deve fazêr dos seus conhecimentos e dos seus dons. Vê ainda que o accumular no nosso cérebro o que os outros por si mesmos pensaram é um grande prazêr, mas

não uma verdadeira superioridade da nossa natureza. Só é especialmente dotado aquelle que cria, o que inventa, e que tem ideas suas, pensamentos seus em assumptos difficeis, opiniões suas em profundos campos. Sei perfeitamente que te não has de tornar vaidosa á medida que te instruires, mas quero ainda que o não parêças. Melhor seria a ignorância. Se te digo isto, é por sêr pecha em geral no teu sexo. Bem o diz o Guyau:

La science devient pédante,
L'art se dessèche et se flétrit.

Os homens passam annos e annos nas Escolas, veem quanta sciencia ha, que infinidade de problemas; conhecem os professores, muitas vêzes sabedores a valêr na sua especialidade e em outras; viram condiscipulos ás centenas a estudar ao seu lado, quantos d'elles applicadíssimos. As mulheres, a quem em geral não succede isto, e que lidam com amigas ignorantes, em lendo dois livros logo lhes parece que agarraram tódo o saber profundo e essencial. Peço-te que leias a *Bibliografia* num livro que a tenha (o *Appolo* de Reinach, por ex.) e logo verás o que é preciso trabalhar para conhecêr um assumpto. (Acrecentado e entrelinado) (Lembra-te também da carta da Michaëlis).

Se te parecêr isto tolo, não lhe ligués importancia. Se nos fallarmos, meu amor, comprehenderás porque te digo isto. Impressionaram-me mais do que te quiz dizêr aquellas frases orgulhosas que me escreveste.

Adeus, minha Luisa, beija-te religiosamente as mãos o teu muito e muito saudoso

A. S.

58

CARTA DE LUISA STEPHANIA A ANTÓNIO SÉRGIO

10 de Julho (1909)

Sergiosinho, as 3 horas anciosamente esperadas, passaram e não me trouxeram nada! — Toda a manhã, tenho me occupado a enganar o tempo para o fazer passar mais depressa. A cada passo que ouvia no corredor ficava attenta, talvez fosse alguém com uma carta... Afinal as 3 horas chegaram — chegaram e passaram, não veio nada! Provavelmente não escreveu pensando que já não chegaria a tempo. Justamente p.^a evitar a falta de noticias suas, pedi na minha carta para a Pilar, que não deixassem de escrever, porque no caso de não estar em Lisboa me mandariam as cartas para aonde eu estivesse. Também pôde acontecer o França por qualquer motivo não haver ido ao quartel, e estar lá a carta presa, ou ainda ter-se perdido. Que pena isso seria! Não tenho juizo nenhum, estou desconsoladissima por não ter tido a alegria que esperava. Que pouca cousa somos na verdade, um nada transforma-nos!...

Agora vou sahir, tenho de ir assistir a uma reunião da «Liga da...* Social»; tenho de fazer um grande esforço; por m.^a vontade não me mexia agora, estou tão desanimada que todo o movimento

* [Ilegível]

me é penoso. É bem verdade que a vida é uma luta continuada, precisamos sempre lutar com as nossas fraquezas, as nossas mi-sérias...

à tarde

Voltei agora da reunião. Quer saber uma cousa curiosa? Sinto-me agora mal á vontade no meio de todas aquellas senhoras, serias, conselheiraes, imponentes pelas suas idades, seus trabalhos e suas virtudes. Antigamente era sim, a mais nova de todas ellas, mas sentia-me «at home», naquelle meio. A vida apparecia me com seu quê de solemne de triste... mas agora parece que atabafo allí, sinto me remoçar, cheia de alegria, parece que a minha alma canta com os passaritos nos bosques, que a natureza inteira me sorri e celebra o meu amor! Sergiosinho que grande revolução veio fazer na minha vida! Diga, também sente assim como eu? Quantas graças, quantas, devemos dar a Deus meu Sergio! Como eu queria ver *todos* felizes! Se até aqui me impressionavam as tristezas e as lamentações dos outros, agora ainda muito mais as sinto, parece que tenho vontade de pedir perdão a todos de ser tão feliz, affigura-se me uma injustiça. Por vezes uma impressão dolorosa junta-se á minha commiseração: sinto-me terrivelmente egoista. Lembro-me que havia pensado dedicar a minha vida a elles que soffrem, e agora abandono-os para pensar na minha propria felicidade...

Domingo 11

Hoje também não tive nada, não tinha que esperar cousa nenhuma, mas apesar d'isso esperava contra toda a esperança. Vamos a ver amanhã ás 9 H- Talvez venha alguma cousa. Todo o meu receio e que se tenha perdido e então n'esse caso, alem do desgosto que isso me daria, ainda a aggravante de ficar n'este aneio uns dias mais. Não se ria, nem me chame piegas, querido, se as suas cartas são a minha maior consolação! Não é porque esteja em cuidado na saude, nem na intensidade do seu affecto, mas é que me allivia *ouvi-lo* conversar comigo, gosto de saber o que lhe passa pela cabeça, de pensar que aquellas expressões eram o seu sentir da vespera, etc., etc. [Escrito no fim da página:] Não faça caso d'estas lamentações, estava assim piegas pela tristeza de não ir para os Vargos e nervosa com a expectativa.

A respeito de saude, peço-lhe me responda a estas perguntas. Tem dormido? Quantas horas? Come bem? Quantos leites toma durante o dia? A que horas se deita e se levanta ordinariamente?

Segunda 12 de manhã

Já estou descansada porque não se perdeu nenhuma carta e era isso que mais cuidado me dava. O meu pequenino estava um tanto tristonho não è assim? A doença da Mathilde, a Luch que não apparece tudo o dispoz mal, não é isso? Olha, meu amor, alegra-te porque podemos continuar a esperar. O meu Pai, ainda hontem me disse, d'esta vez positivamente, que me deixava nos Vargos enquanto fosse a Paris. Tem de ser esta semana, porque segundo telegramma recebido, o João chega no proximo dia 27 (graças a Deus!!) e elle quer estar de volta n'esse dia. Serão poucos dias, mas parece-me que podemos contar com elles. Sergiosinho, que bom, que bom! Já ficou mais alegre, não? Agora vamos fallar em cousas serias.

Então o meu amor pensou que quando disse que lhe era «igual em tudo», me queria comparar intellectualmente consigo? Ora pelo amor de Deus! Até dava vontade de rir! Coitada de mim! O que eu queria dizer é que ambos tinhamos os mesmos direitos. Tudo o que c Sergio tinha direito de exigir de mim eu tinha também de exigir de si; a mesma illimitada dedicação, a mesma confiança absoluta. Não

era por um sentimento de vaidade que eu dizia que sabia muito bem o que valho. N'essa estima referia-me ao que sou capaz em affecto e dedicação, e sabendo o que isso representa para mim, queria que o Sergio aprecie condignamente o thesouro que lhe entrego, e lhe dê o valor que elle merece. Sou muito ciosa do meu sentimento, e não poderia supportar que elle fosse rebatido ou mal estimado, e por isso fui levada a frisar bem que se o Sergio me dava muito, eu não lhe dava menos; não certamente porque tivesse alguma razão de queixa de si, bem pelo contrario, mas a sua carta havia-me causado uma impressão extranha e desrazoavel (concordo plenamente) de revolta, que eu não sei bem analysar, e como escrevi logo depois de a receber, a minha carta ressentiu-se d'ella. Como vê referia me unicamente aos sentimentos, nunca me passou pela ideia fazer outras comparações. Sei perfeitamente que sou muito ignorante e que a minha intelligencia não passa da do «vulgom pecus» (em todo o caso estou forte em latim!!) todavia não me afflijo com isso, sei egualmente que o exforço intellectual não é a nossa principal attribuição, Deus, que repartiu os seus dons, deu-nos uma esphera de acção, mais modesta, sim, mas não menos proveitosa, do que a vossa.

Queres ouvir o que diz Mgr. Landriot na sua «Femme Forte»? «Dans ce magnifique idéal de Turnon de l'homme et de la femme, il fallait deux caractères différents, l'un plus solide, l'autre plus souple..... Le mari, dans cette vie de confiance mutuelle, verse dans l'âme de la femme, l'intelligence, la lumière, la vigueur et le conseil; la femme de son côté, ombrage la tête de son époux avec une couronne de fleurs gracieuses, elle le dédommage des peines de la vie, elle essuie ses larmes, elle glisse dans ses veines une huile de joie et de bonheur». Fica descansado, meu noivosinho já estou muito emendada do meu feitio antigo, e não ha perigo nenhum que eu me m'en-vaideça com os exforços que estou fazendo por me instruir. Seja dito de passagem os resultados não têm sido muito brilhantes...

Todavia se achas que ainda não sou suficientemente simples na minha apparencia hei de diligenciar modificá-la.

Não me falta senão d'uma carta recebida no sabbado, não recebeu uma que lhe escrevi no dia 5? [Entrelinhado:] Devia tê-la recebido terça feira passada. Vou mandar esta já hoje para o alegrar um bocadinho. Se estiver disposto (olhe que é só n'esse caso, eu não *espero* nada) escreva logo que receber esta, sim? A minha próxima mando na quinta, chegará na sexta caso ainda ahí não esteja a Luch. Adeus queridinho, meu Sergio, meu amado, muito breve terá a sua noivasinha ao pé de si. Saudades á Pilar. Deus queira que a Tuca já se tivesse levantado!

Luisa

Disse o tio Raymundo, minha Luisa, que lhe contára teu Pae que só te traria em Agosto. Perde a esperanza, como eu perdi. Quando te tornarei eu a vêr, cordeirinha, quando se repetirá uma tarde que me não saia da imaginação? E podia sêr um tempo tão bom, meu amor, tem estado tudo tão bonito! Fui hontem à estação de tardinha esperar o tio Raymundo. Não era nada provável, mas enfim, não era

de todo impossível que viesses com elle. Apesar de me faltar qual-quer esperança séria, — quando o vi só fiquei triste.

E hoje domingo, são quatro e tanto da tarde, venho escrevêr-te um pouco até me ir preparar para o jantar. Não mando esta senão amanhã porque por sêr hoje feriado accumularia duas cartas no mesmo dia com a que hontem te escrevi. Temos tido muito fresco, e de noite mesmo frio. A propósito de noite, ahí tens um soneteto que no passado te compuz:

Mimosa cordeirinha, que encantados
Lhe trazes sonhos taes ao pensamento,
Emquanto me amontoas, cento a cento,
O afanoso tropel dos meus cuidados,

Repara os astros d'oiro, quão mudados
Os vês agora já no firmamento:
Levou a cada um seu movimento
Até serem nas ondas sepultados...

Andaram; mas no ceu, no ceu sublime,
A mesma face divinal exprime
A mesma santa e esplêndida harmonia:

Contemplando a infinita, excelsa Ophir,
Ante as visões eternas avalia
Como a vaidade humana faz sorrir...

No comboio do tio Raymundo tive a surprêza de vêr o Chagas, seguia agora para Entre-os-Rios pelo rápido. Gostei muito do encontro, e distraiu-me da estranha e pouco explicável decepção que tive.

Pensa bem em mim, minha Luisa, e serás humildemente amorosa para commigo. Podes procedêr assim com o teu Sergio, porque o teu Sergio é completamente alheio a vaidades e preocupações de si mesmo. Nunca me digas cousas menos modestas, em primeiro lugar porque é uma injustiça, uma grandíssima injustiça, em segundo logar porque me feres muito. Segue-me a lembrança do dia 25 Junho como uma garça segue um barco. Não foi a 25 de Junho a ultima vêz que estiveste no Bairro Andrade? Creio que sim. Vejo a tua face, o teu cabelo. Lembro-me d'elles, dos teus cabellos, quando olho para os fiosinhos orvalhados de aranha que brilham de manham entre duas folhas. Escreve tudo aquillo que sentires ao teu Sergio, recolhe em mim o teu pensamento como num pombal. Porque me escreves que não podes dizêr tudo que tens a ardêr no coração? Dize tudo, minha Luhezinha, como se monologasses lá comtigo, sem te julgares também *obrigada* a escrevêr-me com meiguices. Sinta eu a tua alma completamente entregue, e seja o resto de qualquer forma.

Teu, muito teu

A. S.

12, Julho, 11 da noite (1909)

Venho escrevêr-te duas linhas, minha irmanzinha muito querida, simplesmente pelo deleite de escrevêr para ti, sem que tenha

nada que te diga. A vida é-nos sempre a mesma santa monotonia que bem conheces: não esperas que te conte o que muito sabes, nem que te descreva os Vargas, os costumes, a paisagem, de resto pouco variada e pouco rica apesar de encantadora. O ceu de dia é sempre sem uma ruga; de noite, agora, estrelado e nêgro; o pôr do sol sem uma nuvem, um disco candente a escondêr-se na Serra d'Ayre. Saio de manhan, de dia e á tarde sempre só. A Mathilde já hoje se levantou e saiu do Guarda-mór, passando o dia lá em casa. A Pilar teve hontem uma febrita e já está boa. Hontem depois do jantar fomos de carruagem (tias Pilar e Mathilde, tio Raymundo, prima Ruth) até ao monumento, onde houve pelas 4 horas festa e sermão. Quando chegámos já tinha tudo retirado, excepto uma meia-duzia de criaturas. Calculo que saberás o que é esse monumento. Junto da estrada de Ourem(?) numa elevaçãosinha nua, um pedestal de pedra, cylindrico, atarracado, sustenta uma Nossa Senhora de Lourdes de aluminio. Uma grade quadrada e dois postes de pâr a-raios ao pé com um par de lanternas azues cada um. O sitiozinho é dominante, e para o lado de fóra a terra abaixa-se logo até á serra, cinzeirada de roxo, depois de uma massa recortada e folhuda de vinhêdo e oliveira. Fui triste todo o caminho, e comecei logo por me impressionar muito mal e fundamente com a entrada da pobre tia Pilarzinha para o trem. Imagina o portão cheio de gente, e a pobre senhora, que cairá de joelhos sobre a portinhola, a chorar, uma mistura de zanga, de lamento e de penitencia, e eu sem coragem de pegar nella como um fardo e colloca-la sobre o banco. Esta miséria fisica da arterio-schlerose e da senilidade impressiona-me mais que qualquer outra e lembro-me sempre do meu Pae. Que horror que é a doença, meu liriosinho; peço-te muito, e muito a sério, que trates bem da tua saude.

Quando te verei eu, minha Luisa, quando te terei eu! Tinha vontade de te dar um abraço que fizesse de nós uma só pessoa. Descansa, noivasinha, que o teu irmão t'ó não pede; basta que me dês a certêza de que estás mais agarradinha a elle em espirito do que uma flor á sua haste. Ainda quando as circunstancias nos não deixassem realizar *a obra* em que tanto sonhas, já é bello que realizes (e muito bello!) um amor muito completo e muito alto, um abandono maravilhoso ao teu Sergio, que t'ó recebe, minha assucena, cheio de amor, de santa aspiração e de vontade. Minha Luisa, minha querida, não podias deitar o teu incenso em urna mais pura e mais lavada.

61

Terça-feira, 13-7-09, meio-dia

Recebi hoje a sua carta. Não tenha mêdo de parecêr *piegas* quando fôr verdadeira. O *piegas* é o sentimentalismo com uma pontinha de ostentação, armando um quasi-nada ao effeito, três quartos de verdade e um quarto de convencionalismo. A verdade tem sempre um certo fogo, ou uma certa força, que se distingue á légua da piêguice. Seja verdadeira até ao fundo e não receie exprimir-se mal. Quando a gente se escraviza á realidade não ha perigos a esse respeito.

Ce que l'on conçoit bien s'énonce clairement,
Et les mots pour le dire se trouvent aisément.*

* o 2.º verso não pode sêr assim, mas não me lembro

Disse isto o emperrucado Boileau, menos poeta que urna tarruga, mas o bon [sic] -senso em pessoa *Concevoir bien* não é para todos, mas é muito fácil o *sentir bien* basta não têr preocupações d'outra ordem.

A noticia da sua vinda não me fez grande alvoroço pela simples razão de que não creio nella. Não creio, minha Luísa, que lhe heide eu fazêr? De resto felicito-me, por sêr este o melhor estado: posso têr uma grande alegria e não terei decepções. As coisas muito desejadas não succedem, diz o amigo La Bruyère, ou, se succedem, não é na occasião nem nas circunstancias em que fariam um grande prazer.

Gostei da citação do ecclesiástico. É pena que tanta gente leia, pense, diga aquillo, e tão pouca realmente se lembre de o praticar. Como viu, risquei a palavra «pense», que primeiro escrevêra, porque quem verdadeiramente *pensa* já começa a praticar. A maioria da gente escorrega pelas coisas e julga que as *pensa*, como olha para os objectos e julga que os *vê*. Pensar, meu amôr, não é isso. E entrar dentro das coisas, fazê-las nossas, vê-las nitidamente, traduzidas em imagens proprias para nosso uso, bem pregadas nas nossas cabeças, digeridas [?] e transformadas em sangue. Uma idea assim tratada gravame na nossa alma, modifica a nossa estructura e produz a sua acção ainda que nós não tenhamos d'isso consciência. É preciso ruminar bem as três ou quatro imagens essenceaes que hão de dirigir a nossa vida, e digo imagens porque é preciso traduzir o ideal em figuras concretas que se projectem na imaginação. Os estoicos liam as vidas, as acções dos seus modêlos, e esses pequeninos quadros tinham mais podêr que os preceitos e a eloquência.

Sinto uma grande doçura em vêr nas suas cartas o *tu*; mas é preciso que nos não acostumemos a elle, para não custar a maior cerimonia quando estivermos diante de gente. Vou respondêr ás perguntasinhas. Durmo bem, umas 6 horas, o meu máximo. Um copinho de leite pela manhan. Deito-me das 11 para as 12, já levantadinho e na rua às 6. Não como durante o dia senão às duas refeições.

Bem sei que lhe mandariam a correspondencia. Mas que cara faria a minha Luch quando a tia Mathilde ou a prima Ruth lhe fossem entregar cá nos Vargos uma carta minha recambiada de Lisboa?

A. S.

62

18-7-09

Prosegue, meu bem, que emquanto
Gorgeias ventura e maguas,
Eu vogo sobre o teu canto
Como um cisne sobre as aguas...

Envolvem-me, como um manto,
As tuas canções: e eu trago-as
Por um palacio d'encanto,
Longe da terra e das frágoas...

Prosegue, meu bem: cantando
Vaes o meu sonho embalando,
Onde o enlêvo não dorme...

Bem dita a que Deus envia
Para que as almas transforme
Em flutuações de harmonia!

63

21 Julho 1909 (À noite)

Senhora D. Luisa que eu odeio:

Havendo-me lembrado de si por acaso neste momento, tenho a dizêr-lhe que a acho uma criatura muito antipathica, e que preferiria o inferno a têr de supportar um anno comsigo na mesma casa. Saiba que ha um cavalheiro que saltaria agora de contente se lhe saísse a sorte grande e não fosse marinheiro. Diz elle que se tal acontecesse, em menos de 3 dias seria pedida ao seu papà certa Senhora muito prendada, como são todas as Senhoras cujo nome vem no jornal. E a dita senhora seria levada de casa de seu Pae para longes predios; e depois não haveria remedio senão sêr muito meiga com o dito senhor; e conservaria as mesmas iniciaes do seu nome, mas havia de mudar os seus dois apellidos em *S* por outros dois apellidos também em *S*; e depois o mesmo senhor todos os dias a havia de obrigar a ouvir-lhe coisas dôces; e depois acabar-se-ia esta historia para começar outra. E na outra historia haviam de apparecêr as mesmas duas pessoas muito juntinhas, como duas amêndoas na mesma casca (de que se fazem «filipinas»); e depois eram tão iguaes que já ninguem as distinguia; e a senhora constantemente se aperfeçoava, se aperfeçoava, cada dia mais bonita lá por dentro; e por fim era mesmo mesmo uma santa das que a gente põe no altar; e tanto gostava do seu senhor que fazia maravilha; e nunca se viu no mundo outra senhora que gostasse tanto de um senhor...

V. Ex.^a naturalmente não se commove com esta historia, porque tem o coração mais empedernido do que um pão de três dias; mas fique sabendo que ainda ha pessoas menos feras que sonham ás vezes com coisas d'estas. Aconselho-a a que vá perdendo esse genio, e se torne mais sensível, para se educar neste sentido habitue-se por exemplo a mostrar ternura ao seu amado: talvez com tal processo consiga abrandar alguma coisa a sua má indole e ruins figados.

Quando Orfeu tocava a lira, as proprias árvores o escutavam: até as coisas inanimadas são sensíveis ás falas dôces. Medite V. Ex.^a este exemplo, e envergonhe-se da sua esquivaça. Nem é preciso ir buscar os exemplos tão longe, á antiguidade e á fábula. Ha aqui no Quartel um moderno, um eléctrico, um industrial, um prosaico telefone que já parece uma alma christan, à força de vêr na cara de certo sujeito as expressões de caricias que não podem ir no fio. O patife do telefone guarda tudo — porque o outro nem tuge, com mêdo das meninas da estação. Porque elle sempre ha homens que teem mais mêdo das taes meninas que d'um esquadrão da Municipal...

Adeus, minha Luisa, não posso continuar. Receba um longo, um fundo aperto de mão. Seja dia a dia mais alta, mais ideal, mais nobre, tome muito cuidado em si para sêr em tudo o mais *bonita* possível. Repare que com a sua pessoa hade dar ao seu Sergio um thesouro acabado e inestimável. Dou-lhe em fantasia um abraço apertado, apertado, de maneira que no meu coração se viesse reflectir cada pancada do seu. Ah, minha Luisa, que bom seria encostar a minha cabeça

ao seu peito e ficar para ali a segredar-lhe muito baixinho... Luisa, Luisa, Luisa, *minha Luisa*, minha graça, minha pomba, hade-me convencêr um dia, com os seus labios, hade-me dizêr que me ama muito, como eu a amo...

A. S.

64

CARTA DE LUISA STEPHANIA A ANTÓNIO SÉRGIO

28-7-09

Meu Sergiosinho, meu pequenino

Tenho estado n'uma grande anciedade porque já me tardava o meu irmão. Haviam dito que o vapor chegava de madrugada e os passageiros desembarcavam logo de manhã de maneira que desde as 7 H que estou á espera d'elle e já começava a perder a esperança até que me animei a perguntar para o escriptorio e tive a alegria de saber pelo Snr. Teixeira, o guarda livros que elle chegou e está de saúde e que já o tinha abraçado. Que grande allívio, meu Deus! Não desembarcara ainda por uma razão qualquer que eu nem ouvi no meu alvoroço de o saber chegado! Meu querido Joãosinho! que N. Senhor lhe ponha a virtude! Estou com immenso medo de o ver, deve chegar a casa ao meio dia.

Meu Sergiosinho esta manhã ao acordar senti um grande pezo, que differença do acordar dos Vargos! Como eu me vestia tão alegre tão contente com a ideia de te ver d'ahi a bocado! Apezar de ter muitas saudades tuas, estou ao mesmo tempo muito calma. Estou segura de ti, meu amor e sei que estamos m.to agarradinhos um ao outro. Nós já fazemos uma só pessoa, não é verdade? A união das almas é a que mais importa e essa vai progredindo muito, graças a Deus. Sinto me cada vez mais tua, meu Sergiosinho e tu cada vez mais *meu*. Olha fui lá acima, examinei tudo com olhos de ver e muito attentamente. Compenetrei-me bem da m.^a responsabilidade e com franqueza fiquei desanimada. Parece-me que nada se poderá fazer por esse lado. Mas veio-me outra ideia e parece-me esta racional. Junto mando-te o plano da nossa casa. Lembrei-me que poderíamos occupar uma parte d'ella e estarmos completamente independentes. Para isso bastaria levantar uma parede que dividisse o corredor onde marquei com tinta encarnada. As outras 3 portas trancavam-se e estañamos na *nossa* casa. Em cima tinhamos uma boa cosinha e casa de jantar e era um ideal. Que pensas d'isto, não achas boa ideia? Não transtornava nada o Papá porque é justamente a parte que eu actualmente occupo. Manda me dizer o que te parece d'isto.

5 H da tarde

Meu Sergio já veio João eram quazi 5 horas da tarde quando chegou a casa!! Não teve muita pressa de abraçar a familia! Desde as 6 horas que chegou o vapor!

Vem com bom parecer mas dá-me a impressão que se julga uma victima de ter tido de voltar para casa. Impressionou-me a chegada d'elle. O Papá ainda o não viu. Esta manhã recebeu outra carta de Buenos Ayres fallando a respeito do João e pedindo 25 libras que elle estava a dever! Estava muito irritado contra o João e disse

mesmo que não queria jantar á mesa com elle eu lá dei-te agua na fervura conforme pude mas estou anciosa pela entrevista dos dois.

O João diz que vem disposto a entrar numa vida pacata e «dedicar-se á sua irmã» (palavras d'elle) mas coitado não sei o que será. A respeito da tal menina, escreveu lhe na vespera da partida p.^a aqui está á espera de resposta, vamos a ver não ha portanto nada decidido. Será o que Deus quizer.

Adeus meu filho meu Sergiosinho querido não me posso demorar mais. Recebe toda a m.^a alma e todo o amor da tua

Luch

65

Vargos, 29 de Julho (-09)

Minha Luisa

Mergulhou a carruagem do alto da estrada, voltámos para a Cerrada do Pôço, caiu a noite: aqui tens, em quatro palavras, o resumo de uma coisa triste. A tia Pilar, ao serão, dizia chorando que lhe fazia muita pena toda a pessoa que se ia dos Vargos: faltava a cantora, a leitora... Depois a conversa rolou toda sobre ti, o teu Pae, o mano João: se viria, se não viria, como seria recebido, o que teria feito, que censuras merecia o seu procedimento no Brazil, a quem mais caberiam culpas do seu estouvamento. Eu ia ouvindo. As 10 e tanto retirou tudo, sem esperar pelas damas que voltariam do Entroncamento. Fiquei só na casa de estar, puxei a poltrona para o candieiro, abri um livro, esperei e não li _____ Estavam de volta às 11.

Só hontem estive na varanda à noite. Havia lua já clara e muito rumor [?] nos plátanos. Não tive a visita branca de passinho leve. Porque nunca consegui eu estar de alma larga, sem a preocupação das mesquinhas considerações que estariam fazendo os outros? Mas assim é. Uma coisa electrizada, em tocando a terra fica loga desiletrizada absolutamente: tal me succede a mim. Paciência.

Passei hontem o dia lendo *Os Cenci* de Shelley. Apesar dos elogios do crítico, não me enthusiasmaram. Achei francamente construido, e os caracteres muito elementares e de um vago esboço. As personagens não foram verdadeiramente vistas e sentidas por dentro. D'ahi a impressão de rhetórica superficial. Em compensação as pequeninas poesias teem bellas e poeticas imagens.

Para que te heide eu dizêr, meu amôr, que tenho saudades tuas, que procuro realizar em imaginação a tua figura girando de sala em sala, com o vestido do primeiro dia, e me vou embalando nessa imagem como uma criança no seu bêrço? As sombras do plátano lá continuavam hontem a oscillar com doçura no muro aluado, e a fazer lembrar carícias brandas. E tu, que farias? Conta-me que se passou. São agora nove da manhã, estou no Guarda-mór e a Pilar e minha Mãe foram à missa. É possível que tenha d'aqui a pouco carta tua, mas só realmente espero amanha. Hontem foi o dia consagrado á recepção do mano, e a tudo mais que a isso se liga. Tenho grande curiosidade de sabêr como se teriam passado as coisas, e se terias tido muito que te apoquentasse. Adeus. Se receber

carta tua acrescentarei um *Post-scriptum* no espaço que para isso aqui fica.

Teu

A. S.

P. S. Recebida a tua carta. Oxalá o mano João cumpra. Vê se lhe aproveitás agora as boas disposições.

A. S.

66

[2-8-09]

Não me admiro de que te fizessem profunda tristêza as palavras do livreco, porque também a mim me succederam coisas semelhantes várias vêzes, até comprehendêr bem que as palavras e os sentimentos representam coisas completamente diferentes conforme as almas que as concebem. Em almas lamacentas é tudo lama, e as almas lamacentas são neste mundo a esmagadora maioria, — gracinha de que deverias louvar o Deus em que acreditas. É essa mesmo a primeira razão por que eu não acredito n'Elle — com E grande em consideração por ti.

Foi em nome da justiça que crucificaram Jesus-Christo; é sob a palavra «amor» que a maioria da gente esconde as paixões mais vis, e os mais repugnantes dos cinismos. Como se não pôde inventar uma palavra para cada objecto particular, fica sabendo que ha tantos «amores» neste mundo quantas as almas, — e se quizeres conhecêr o teu, ou o meu, procura exemplares nas almas que nos assemelhem. Querer que o *amor* de um Sully-Prudhomme, por exemplo, seja o mesmo do que elle é para um bebedor do *Moulin-Rouge*, seria o mesmo que pretendêr que o mel que segrega a abêlha fosse a mesma coisa do que a baba venenosa que segrega a vibora. Os animais são diferentes — *voilà tout*:

Cada um dá o que tem,

Comforme a sua pessôa...

Deves abster-te de lêr esses livrecos que a canalha de Paris produz para a canalha de todo o mundo. Mesmo em livros de bons e nobres autôres podes encontrar coisas semelhantes, porque o autor expõe as opiniões e os costumes das suas personagens, e não as opiniões próprias. Shakespeare não tem responsabilidade no que diz lago; e Camillo defendeu-se de uma accusação semelhante dizendo que se a sociedade queria que elle lhe apresentasse retratos menos repugnantes, tratasse ella, sociedade, de se apresentar menos vil. É muito podre, a humanidade, mesmo em grande numero d'aquellas pessoas que te convencem da dignidade do seu feitiço, e da sua pureza de intenções. Escrevia o Flaubert a um amigo que não era preciso entrar na sociedade para se avaliar do que ella fosse, — como bastava passar por certas cosinhas nausebundas para sem provar a comida percebêr que ella seria «à faire vomir». É melhor abster-te de entrar nessas coisas, mas não sejas ingénua em relação ao bicho homem.

O teu exerciciozinho de resumo para principiante é de primeira ordem. É preciso entretanto que *repenses* mais, apegando-te menos ao texto. De resto, sem exagêro algum te digo que o resultado foi *muito* lisonjeiro. Se te vou fazêr reparos é porque não tendo tu attingido ainda a perfeição, acho conveniente indicar-te o caminho em que está a meta a attingir. Colloca-te de longe, de maneira a vêres a carcassa e as linhas essenciaes, para podêres escrevêr o verdadeiro esqueleto da doutrina. Sente-se até que te agarras ainda de mais ao texco porque escreves em francês com palavras portugûesas. Exemplo: «Na literatura do tempo principalmente isto se torna notório», etc. A construcção portugûesa seria: «Torna-se isto principalmente notório, etc». Nota em linguagem tua as ideas essenciaes, como fizemos nos Vargos; lê e relê attentamente essas notas, procurando vêr bem a ligação entre ellas; deita depois os apontamentos para o lado, e escreve a exposição como se se tratasse de ideas tuas, manejasas bem por ti, mas sem deturpar o pensamento do autor. Consegui-lo-ás facilmente, porque a primeira prova foi já muito boa. Tenho muitas saudades tuas, minha querida Luisinha. Vê se harmonizas teu Pae e o João, mas como *quem não quer a coisa*, diplomaciando por detrás da cortina, sem falares directamente a teu Pae no assumpto, sem que elle te supponha intenções de intervir. Acompanha teu irmão o mais possível, *seduze-o, conquista-o*, enlaça-o, fazendo-lhe apparecêr o mais florida possível a nova estrada em que pretende mettêr-se, mesmo que não tenhas esperanza de successo. Seja elle, agora, a tua primeira e importantissima occupação. Varia os meios de o entretêr, vae recebê-lo mal elle vier de fóra, arranja-lhe pequeninas surprêzas todos os dias, um bonito ramo de flores a enfeitar-lhe o quarto hoje, amanha um retrato, etc., de maneira que elle sinta constantemente a tua presença a velar por elle. Não lhe faças pregações nenhumas por enquanto: é preciso primeiro *encantar* as pessoas para depois as podêr levar. Diz-se que o jacaré se deixa comêr pela hiena porque esta o encanta. Aprende o segrêdo da hiena, e repara que tudo isto é para um grande e bello fim: o conseguir que elle seja ainda o perfeito rapaz que pôde sêr.

Adeus, minha Luisa. Estou amanha de serviço (3). Tenho cá dentro um montão de saudades. Manda-me um resumo do *Idéal dans VArt* (2.º volume do Taine) Lê depois o Guyau (*L'Art au point de vue sociologique*),

Teu e muito teu

A. S.

67

4 de Agosto, (1909) 2 h. da manhan.

Minha Luisinha:

Assim é, meu amôr, são esses os principios da «sociedade», do «mundo», de «toda a gente»: convence-te de uma vêz que assim é, mas não percas nunca a *santa indignação*, as....*

«haines vigoureuses

* [Ilegível]

Que doit donner le vice aux âmes vertueuses», como diz o Misanthropo. Por essas e por outras é que elle era era misanthropo. A acção é sempre moral quando nos não leva á cadeia, nos não traz pancada, ou nos não custa dinheiro. Roubar uma mulher pôde sêr uma má ou boa acção, conforme o marido nos desanca ou nos não desanca. Não estou contundido nem arruinado, não necessito arnica nem um empréstimo? Procedi honradamente e sou um Santo.

Sentes o rapaz escapar-te. Hontem á noite, ou antes, ante-hontem, visto que já te escrevo a 4, falando commigo e com o Raymundo, lamentou-se da falta de divertimentos: que Lisboa estava uma sensoria, etc. O Raymundo confessou-lhe que aborrecera já tudo isso e estava pacatissimo. Teu irmão retrucou que era porque o meio não prestava: se elle fosse lá para fóra veria como retomava o gosto, etc. E ahi tens.

Queres que te fale de mim, meu amor? No dia 1 apresentei-me, fui á Ruth, e depois jantámos no Quartel do Carmo; em dois (2) emendei todo aquelle *Refugio* dos Vargas, porque o caso historico se não passou com uma esquadra, mas com um navio, e escrevi um sonêto ao Infante Santo. Eu te digo porquê: o França quiz por força que eu mandasse essas duas coisas a uns jogos floraes que vae haver em Salamanca (uma das coisas a concurso é um sonêto a uma figura histórica portugüesa). Eu não tinha vontade nenhuma, entre outras razões porque o juri são uns sujeitos portugüeses que hão de premiar os seus amigos. As peças são simplesmente assignadas com um lemma, o qual se põe sobre um sobrescrito fechado que contem o nome do concorrente: só é aberto o sobrescrito cujo lemma for o da peça premiada: mas isso não impede que elles saibam particularmente das peças dos amigos. Depois, o *Refugio* não é grande coisa, e as subtilêzas descriptivas, puramente maritimas, não as comprehendem elles; o sonêto é abstruso, e terá a mesma sorte, como obscuro, incomprehensivel, etc. Pois se os senhores literatos até acharam incomprehensíveis certas poesias das *Rimas* claras e simples como água! É com muita repugnância que concorro, mas o diacho do rapaz não me largou, e não o quiz contrariar mais. (Não diga nada a ninguem, porque nestas coisas o segrêdo absoluto é da praxe, como bem comprehendes que deve sêr). Há mais duas peças a concurso, uma bucólica e uma satírica, mas lá isso decididamente é que não mando nem mesmo me sinto bucólico, nem vou satirizar ninguem, porque não estou indignado com pessoa alguma. Hontem estive de serviço, e levantei um auto. Agora estarei de quarto até às 5 (alvorada), deitar-me-ei a essa hora, tentarei dormir um *ratito*, falar-te-ei ás dez, sairei ás onze. Depois, não sei ainda que farei, e se me ficará descaramento sufficiente para ir vêr a minha pequenina com o pretexto um tanto hipócrita da solicitude por uma doente que já está boa. Que cuidado tem este maldito com a saude da sua prima, que nem pôde esperar pela noite como é sempre seu costume!...

Adeus, minha Luisa, tenho de me interrompêr aqui porque o serviço de Sua Majestade me reclama. Passei o dia um pouco tristonho, por mil coisas várias, geraes e particularissimas, mas nada de novo e que menção merêça. Como vês não me aproveitei da tua dispensa de te escrevêr, mas apreciei o bom-senso e intelligencia com que me dispensaste. Adeus, meus amor: mando-te um grande, grande, grande abraço.

Teu marido muito grato

A. S.

[4-8-09]

Minha Luisa:

Escrevo-te de casa do França. Saí de casa às 7 da manhã, para que me não viesse algum acesso de mau génio com um certo cháos e um certo barulho, que hoje começou cedo. Fui lêr para o jardim de Santos, e agora vim almoçar com o rapaz. Aqui tens a vantagem de se têr amigos. Dão-me de quando em vêz refúgio contra o meu próprio lar. Emfim, tenhamos paciência.

Ficou-me remorso d'aquella historia do E grande. Minha Luisa, nada ha que eu mais vénéré e admire que a religião christan. Adóro o teu Deus sempre que me apparece na sua bondade e na sua justiça. Como *Criador* é que hesito... Por isso arranjei para mim esta concepção original, que acharás extravagante: um Deus que não foi o criador d'este pessimo mundo material que nós vemos, mas que es cá actualmente na faina de criar sobre elle um outro mundo, o mundo das Ideas, o mundo moral que se vae formando. O meu Deus é pois um Transformador, um Redemptor, que sobre a matéria da primitiva e obscura criação, vae fazendo surgir a sua criação moral. Estamos no seu início: é essa idéa que expendi no ultimo sonêto da *Palestra fantástica*, cujo alcance ninguem me mostrou ainda que tivesse comprehendido:

É que Deus mal desponta. É como infante
Que balbucia apenas, treme e chora
Nos corações que anceiam pela aurora
D'um ignorado Sol que vem distante...
... Tu reinarás talvez no todo immenso,
ó Supremo Ideal das almas puras!

E essa seria a Criação.

Sê cada vêz mais religiosa, minha Luisa, mas cada vêz mais *interiormente* religiosa. «Louvores infinitos ao Deus santo que outorgou o dom da fé a um punhado de terra» diz o Saadi.

Até logo á noite, lembra-te muito e ama muito o teu

A. S.

6-8-09

Sabe a minha pequenina que é sempre uma coisa melancólica o jantar-se só num navio ou num quartel? Sabe que achei certa delícia em têr na sobremêsa um pedaço do bolo inglês que nos offertou? E sabe ainda que nunca, ou bem poucas vêzes, senti mais a definição do V. Hugo, que a melancolia — c'est le bonheur d'être triste?...

Ora, se queres conhecêr teu *maridito* no seu quartel depois de jantar, direi que às 5 H fui commandar um exercício de infantaria, — que é assim uma coisa de um homem a berrar e 50 mari-

nheiros a mexêr, mail' uma fanfarra a fazêr barulho. E ás 7 horas acabou a dansa; e depois passei revista aos reforços, que são uns marinheiros formados e a gente a vêr se elles estão bem postos; e depois foi a revista aos presos, a verificar como estão sob os ferros d'el-rei todos aquelles que devem estar. E depois passo a escrevêr á minha Luch, até que ella me fale ao telefone. E aqui está o que se chama escrevêr em estilo biblico.

Tirando o professor, o verdadeiro professor, que educa as gerações novas; tirando o homem de laboratório e de gabinête, a quem se lhe permite que consagre a vida, professionalmenxe, ao saber; tirando o verdadeiro artista que realiza a bellêsa alta, e vive com ella; — as outras profissões da cidade não são, realmente, mais bellas, mais poeticas do que esta minha de marinheiro e militar. E d'ahi... O commercio não é mais bello, o escritorio, o *Deve e Haver*; mas algumas indústrias talvez o sejam... «Mas por outro lado, etc.» — diz urna canção do *El-rei que rabió*...

Alegra-me o sabêr que estás fazendo um «catecismo», como lhe chamas, porque isso me mostra o teu sério desejo de termos precisamente os mesmos gostos, o mesmo gênio, as mesmas aspirações, — o que seria, meu amor, o próprio ideal, a suprema e verdadeira união! Oxalá te não aborrêças nunca da monotonia do vivêr caseiro e retirado, que eu tanto ambiciono, da existência exclusivamente íntima, retirada, *emsimismada* (imitando um termo hespanhol) simplicíssima. *Sì je croyais encore au bonheur, je le chercherais dans l'habitude*, disse o homem do *Genio do Christianismo*; eu creio nelle ainda, e quero procura-lo onde indica o mesmo senhôr de Chateaubriand: *dans l'habitude*, na vida retirada, (nesta altura fui falar-te ao telefone) — na vida retirada, simples, com a minha Luch...

Lembraste-te muito dos dois annos, meu amôr. Alegrar-me-ia a idea d'essa ausência se me dessem agora a certeza de que acabada ella poderíamos sem difficuldades e sem sacrificios grandes para tí, realizar o nosso sonho. Ai hontem, hontem, Luisa, minha Luisa, que fugitivos e bellos segundos tu me dêste, dizendo-me que estavas plenamente descansada em mim, fazendo-me entrevêr que eu preenchia a tua alma e o teu ideal, que profundamente agradecias a sorte que me deparára ao teu caminho. Adeus, minha Luisa, ama-me, educa-te á minha imagem, faze qualquer coisa por mim, que tenha relação commigo, de maneira que sejas uma só vontade e uma só pessoa com o teu muito amante

A.S.

Minha Luisa bem-amada:

Gostei muito, muito, muito da tua carta. Se sinto vontade de dizêr muitas coisas, meu amôr, se sinto!—mas é que, sabes tu, faz-me mal pensar nos instantes d'ouro que tenho tido ao pé de tí, porque me irrita de impaciência, porque me exaspêro de estar ausente, porque me quebram, porque perco toda a serenidade, todo o equilibrio, toda a resignação. Se soubesses como desanimo, como toda esta mächina se estilhaça e se extenúa pela vivacidade das minhas imagens! Um minuto de emoção fervente disequilibra-me. Perdôa-

-me este contra, que é a consequência, o acompanhamento inevitável e natural de certas qualidades. Se aprecias estas, aceita resignadamente o reverso da medalha. Quando era aspirante levava uma ginga, ida e volta, a remos, d'aqui à Trafaria, — e desembarcava fresco. Com meia-hora de emoção imaginativa era desandar certo.

Quanta vêz me tenho agarrado a um livro para deixar de pensar em ti! E depois, meu amor, teria receio de te dar aquella mesma impressão que tu, sem motivo algum, te arreceias de me dar a mim: porque eu não poderia em caso algum julgar mal do teu amor, e tu poderias interpretar mal o meu, se as minhas expressões não fossem, como tu dizes, «ajuizadas»: — poderias julga-lo, como são tantos (tantos!...) um capricho sensitivo, uma explosão de adolescente, com muito mais imaginação fantasista do que seriedade e profundêz, verdadeira affeição, verdadeira *alma*. Não sei se disse claro, não sei se me comprehendes, minha pequenina bem-amada...

E mais ainda: tenho sempre um mêdo pueril que uma carta se perca, outra pessoa a leia, que logo torcêsse as coisas pelo viés da sua malícia. Saberiam ou não quem a escrevêra, o que me era indifférente; mas sabiam certamente, pelo sobrescrito, quem era a destinatária— e era isso que me ralaria.

Ouve, minha querida, minha doce, meu refúgio lenitivo, *domus aurea*, como dizes na tua ladainha: não tenhas mêdo de parecêr criança, nem de coisa nenhuma, dize-me tudo que te vier á alma, fala sem preoccupações, porque t'as não merêço, deixa-te ir nessa *necessidade* de deixar expandir toda a ternura, toda a doçura, toda a vibração e commoção e cicio do teu peito; — porque tudo isso sente, e muitas coisas mais do que isso, (diga-t'ó muitas vêzes ou poucas, com insistencia ou fugidio) o teu muito grato, e muito amante, e muito fervoroso

A. S.

71

8-8-09

Domingo, meia-noite.

Luisa, confessa-te uma grande, uma profunda, uma apaixonada e dilacerante saudade o teu muito amante

A. S.

72

CARTA DE LUISA STEPHANIA A ANTÓNIO SÉRGIO

Meu Sergio bem-amado

s. d.

As tuas duas linhas d'hoje tão repassadas de sentimento, causaram-me uma grande, uma funda alegria. Meu Sergiosinho como tudo que me vem de ti entra-me tanto cá dentro! Estou tão feliz

hoje, parece-me ainda um sonho ter fallado hontem com o Papá e ter sido tão bem succedida. Meu Sergiosinho parece-me que podemos alegrar-nos muito, muito.

Eu contei tudo como se havia passado, sublinhando bem a maneira por que sempre te portaste comigo, nunca deixando transparecer o teu sentir procurando evitar-me durante tanto tempo, até que um dia as cousas chegavam a uma crise e eu deixei-te entrever o que se passava na minha alma. Disse-lhe então as nossas ideas de futuro quanto estava ainda longinqua a realisação, e o desalento que me fazia a perspectiva de uma ausencia de 2 annos para só depois, podermos pensar no nosso casamento. Lembrei-lhe que já não tinha 20 annos e portanto não me podia reconciliar com a ideia de desperdiçar ainda mais dois annos da minha mocidade longe de ti, sem haver para isso uma absoluta necessidade. Disse-lhe que nunca havia gostado de ninguem senão de ti, que só contigo poderia casar, que preenchias completamente o meu ideal, tinha a certeza de que me havias de fazer feliz; fallei-lhe nos teus sentimentos, na tua vida, no teu talento, enfim disse tudo o que sentia.

Elle, ao principio, expondo as suas razoes, fez difficuldades. Eu respondi que todas essas considerações, já tu as havias feito antes d'elle, e que eram ellas justamente que te haviam impedido de me fallar antes, e agora, de dar o passo definitivo, apresentando-te ao meu Pai. Disse-lhe também que toda aquella minha conversa era de motu-proprio, que tu nem sabias que eu estava fallando sobre o assumpto, e que eu, como sua filha, que sabia que elle tanto estima, lhe vinha pedir para coadjuvar a nossa felicidade já que só por ti, eu podia ser feliz. Houve depois um bocado de silencio.

Depois, meu Pai, agarrou-me a cara, e acarinhando-me disse: — «Tu sabes que consegues tudo de mim. Não te apoquentes que tudo se ha de arranjar. Para que estou eu cá n'este mundo?? Tudo quanto eu tenho é de vocês e para vocês o tenho ganho. Não posso é supportar a ideia de que possas passar alguma privação. Deixa estar, eu hei de fallar com elle, tudo se ha de arranjar». Depois abraçou-me muito, estava commovido e chorou, coitado! Disse-me que sabia que eras um excellente rapaz, que gostava de ti, que estava bem ao facto da tua vida.

Com franqueza, com franqueza, meu Sergiosinho eu não esperava que tudo corresse tão bem. Sabia que elle havia de acabar assim, mas esperava muito maior «*introducção*» a julgar pelo costumeado. Sinto-me feliz, parece-me que temos um grande passo dado. Tenho ideia que será o meu Pai o proprio a apressar as cousas, eu disse lhe tanto, tanto que d'ahi dependia a minha felicidade! Quem sabe, talvez eu podesse ir agora contigo? Que bom, que bom que isso era! Meu Sergiosinho pensa que talvez d'ahi a 6 mezes podessemos estar casados, quer dizer juntos para sempre, sem receios de ninguem nem de cousa alguma; um do outro á face do ceu e do mundo inteiro!... Meu amor, meu amor, que felicidade tão grande! Chega-me a parecer demaziada para este mundo! Dize-me que não vês difficuldades, que tudo se ha de arranjar, que estás também muito feliz, muito feliz como a tua Luch. Oh meu Sergiosinho, pensa como havemos de ser felizes. Como eu queria ter-te agora ao pé de mim!...

Adeus, a tua Luch é toda tua, e ama-te muito, muito, muito. Meu Sergiosinho!!

[escrito verticalmente:]

O Papá hontem estava m.^{to} bem disposto comigo, creio que tudo lhe correu bem não me deu pormenores. Saudades á Pilar.

73

Segunda-feira, 9 de Agosto (1909)

Minha Luisa:

Comecei muito melancólico o dia d'hoje, e acabei-o muito bem. Hontem á tardinha appareceu-me o França. Saí com elle, que ia jantar com o irmão e um conhecido a um d'aquelles restaurantes da Praça do Duque da Terceira, ao ar livre. A coisa ao principio interessou-me, porque estavam bem illuminados, pittorêscos, com sextetos, damas de certo tom, e outras elegantes de vestido claro que passavam na luz áurea. Era uma fantasmagoria nova para mim em Lisboa, sentia-me em terra estranha. Mas depois foi preciso afinar pelo meio, entrar na conversa, achar graça ás anécdotas, etc. A volta, como havia música no Terreiro do Paço, tive occasião de observar as turbas, — e veio-me um tédio enorme do bicho homem, este meu antigo horror á falta de limpidez de tantas almas, á bestialidade ingênita, feróz, sanguinária. A noite ia seguindo muito lenta, — e diluía-me na saudade de não sei quê de muito vago e de indistincto, e depois dos dias dos Vargos, e do teu canto, e da tua imagem, e das tuas palavras, — a sua doçura suavíssima, os seus arrobos, os seus extâsis, que eu gosava muito no íntimo, sem t'ó dizer, sem t'ó fazêr suspeitar talvez. Todas as lembranças me iam caindo dispersas, tremulando, como borbolêtas que desmaiassem. Tenho muitos momentos de pura contemplação interior, são mesmo os meus momentos mais naturaes, todo eu transformado em alma aerea, numa surda palpação, num respiro, — e vem-me o receio de que te não agrade muito afinal este genio, por abstracto, por sonhador, por maluco: arreceio-me de que não haja de sêr bem o marido de uma mulher, mas um devaneio, chimera ou sombra que a acompanha. Cheguei a casa cansado, com uma grande vontade a uns tempos de exercício, de gymnástica, de esgrima, de natação e de passeio, de qualquer coisa que me fizesse entrar na vida real, activa e física, attentar nas formas nítidas, sentir que tenho peito e tenho braços. Dormi pessimamente e acordei negro. Chego ao Quartel e dás-me a noticia da conversa com teu Pae, — primeiro acontecimento feliz. Como me não tivessem encarregado ainda de nenhum serviço especial, num intervallo abro o Mario Pilo que mandei vir para ti e começo a encontrar objecções ao homem, — e logo reparo que das minhas objecções vae saindo o esqueleto de uma construcção, o vulto de uma teoria esthetica minha; — segundo acontecimento feliz. Que dizes ao caso? Fiquei perplexo. Não estava isto nos meus planos: irei dedicar-me a desenvolvê-la, abandonando o que tencionava fazêr? Deixarei a arte, para passar a criticá-la?

Aquí ia, minha pequenina, uma d'aquellas cartas que tu chamas muito ajuizadas e muito sérias. Mas quê? — Já te expliquei tudo na minha penúltima. Além do que, se souberes sentir bem a vida das palavras, percebêr as meias-tintas, adivinharás sentimentos que se entremostrom sem se confessar precisamente. E é às vêzes bem

melhor o que se adivinha do que o que se ouve claramente. Não m'o disseste tu das quatro linhas que te escrevi hontem à noite?

Não tornes a falar ao teu Pae em mim, mostra-te plenamente confiada nelle, paciente, supportadôra das delongas. Sê com elle o mais carinhosa possível, grata, cheia de vontade para lhe satisfazêr os desejos, os passeios, etc.

Adeus, minha Luisa, são quasi duas horas. Acabo de dar uma volta pelas paradas. Vi o crescente na direcção em que devia estar a tua casa. Oxalá elle pudesse suscitar sonhos em que sonhasses commigo. Manda-te um beijo de cristal o teu

A. S.

Sempre me acharás «ajuizado» de mais. Meu amor, meu amor, se soubesses quanta vontade tenho de te abraçar já talvez não disseses isso.

74

[10-8-09]

Terça-feira, no Correio geral, 3 da tarde.

Minha Luisa: o Mene dá amanha um jantar ao Pereira de Mattos e pediu-me para sêr da companhia. A eu ir, teriamos de addiar a tua visita para 6.^a ou sabbado. Custa-me muito, mas lembro-me ao mesmo tempo que as tuas visitas se não podem repetir muito, e que é melhor esperar a festa que têr saudades d'ella. Manda-me dizer o que queres e decides, para eu procedêr segundo o teu desejo e determinação. Estou na baixa porque tive de tratar de coisas e fazêr horas para uma visita.

Teu

A. S.

75

[Agosto] (1909)

Minha Luisa:

São 10 e meia da noite, escrevo-te de casa da Mathilde. Vim acompanhar-la desde a minha até aqui, porque foi para lá seroar. Eu entretanto, desde as 7 até agora estive na sala palestrando com o Sr. Dr. Henrique Vilhena. O Dr.[?] Henrique Vilhena é um professor da Academia de Bellas Artes que acaba de publicar um trabalho muitissimo paciente, muito erudito, muito honesto sobre a Expressão da *cólera na literatura*. Homem que não é um muito grande talento, mas um inteligente, sério, simpático, honesto, infatigável trabalhador. Escrevi-lhe duas palavras de aprêço, — e o digno homem de tal maneira ficou grato que logo no dia seguinte me foi procurar

a casa, vindo ao todo 4 vezes sem me encontrar. Finalmente hoje à tarde resolveu-se a ficar na sala mais de uma hora até que eu viesse. Como não appareci, retirou deixando-me recado de que voltaria às 7. Veio, foi muitíssimo simpático, immensamente amável, e palestrámos sobre tudo e mais alguma coisa durante 3 estiradas horas: arte, filosofia, historia, critica, religiões, o diabo. Somos dois espiritos egualmente sinceros e abertos, mas elle caminha a pé, pacientemente e seguramente, accumulando factosinhos: «sou *todo paciência, e só paciência*», me confessou com simplicidade. Eu devia têr-lhe feito uma impressão estranha, com os meus saltos, as minhas rajadas, os meus voos, as minhas largas ideas geraes suggeridas em dois traços. Ficámos amigos. E a propósito, tive hoje coisas muito lisonjeiras, que depois contarei.

Escrevi-te um cartão postal esta tarde. É uma simples consulta, decide tu como quizeres. O Mene tem empenho em que eu venha, mas não se perderia o Universo se não viesse.

As noticias que me dás são muito alegres. Pena é a estação. Em ires não devemos pensar, porque não vou para estar num ponto, mas para girar, além de mil outros inconvenientes de detalhe. Casarmos dentro de seis mêzes seria em si um Paraíso Terreal, mas lembra-te que eu partiria e ficarias viuvinha por dois annos logo três dias depois do casamento, o que era mil vezes mais custoso e estupidíssimo. Perante isto (maldita marinha!) talvez a melhor solução seja ainda esperar os dois annos, — e não calculas minha pequenina, com que aborrecimento, com que confusão, com que desespere o digo. Se eu pudesse sair d'esta carreira!... Mas voltando, ás circumstancias reaes, a estação, os dois annos d'espera, teem ainda a vantagem de me permittir accumular um magríssimo pecúlio para a casa. São estas, minha pérola, as tristes mas positivas realidades...

Adeus, noivasinha, a Mathilde quer naturalmente deitar-se e preciso de te escrevêr a corrêr. Quando poderemos falar de tudo isto e mais, sem sêr ao maldito telefone, bicho do progresso com que sempre embirrei, sendo preciso havêr uma Luch para eu me rezolvêr a usa-lo?

Adeus. Hoje ainda tive uma esperançanita de te encontrar na baixa. Sempre poderia sêr que te tivesses resolvido a sair para qualquer coisa. E depois, não sei se seria maior o prazêr de te vêr se a raiva de não podêr ir para o pé de ti. Mesmo quando te falo, metade de mim mesmo está na preocupação da D. Critica, do protocolo, do frio que em mim produz a simples presença de um estranho. Eu que tão pouca importancia dou a Suas Ex.^{as} quando se trata de mim só! Adeus, adeus, a Mathilde já me deve estar rogando pragas.

Teu, teu e teu

[Agosto 1909]

Minha Luisa: Se fosse eu a correspondêr-me com o Provedor da Misericórdia, estava muito bem, porque ha já as fórmulas consagradas a que a gente se deve submettêr em todas estas coisas officiaes e semi-officiaes. Para damas é que não ha fórmulas consuetudinárias: que havias de pôr antes da assignatura? — o melhor é talvez não pôr nada. Saiu-me esse rascunho que mando, e que não sei

se te agradará. Faze em uma folha grande de papel de linho, ou coisa parecida, com a dobra que vae indicada.

Não te arrependas de mandar cartas como a de hontèm, porque gostei *muitíssimo* d'ella, assim como dos «ímpetos de paixão», como lhe chamas; falavas melhor do que na de hoje, porque estavas mais profundamente emocionada. Nada melhor do que sentir, por trás das palavras, uma criatura verdadeira e viva.

Se te não mandei a minha, não foi talvez tanto pelo tristonho, como pelo pedido, ou antes pela hipótese que suggeria, de ires a minha casa com a *miss*. E porventura melhor não pensar nisso, não e verdade? E demais, já podemos têr na segunda-feira a *indemnização* em que naquelle momento eu sonhava, — um instante em que te pudesse falar nos nossos planos e na nossa vida.

Se continuas com essa assiduidade ao animatógrafo, arranjas uma doença de olhos; será melhor não dar muita atenção ao espectáculo. Manda-me dizêr quando queres que nós vamos também, e a hora. Seria melhor que fosse um bom, mas pouco concorrido.

É meia-noite, minha Luisa, e cá estou nas coisas do costume. Se eu effectivamente pudesse arranjar qualquer coisa que me librasse finalmente de passar a vida nas Guinés, Angolas e Moçambiques, longe de tudo, entre uma gente absolutamente alheia a tudo que me interessa, num meio que me não deixa sêr quem sou, ruidoso, mexido, pequenino! A vinda para esta profissão foi um suicídio moral. Paciência, paciência! Não falta quem me diga que sou o homem mais feliz d'este mundo, e que Nosso Senhor me deu tudo... Daria, daria, mas tira-me o meio de o gosar, ou por outra, tireim'o eu a mim mesmo com uma resolução que me foi suggerida por toda a minha vida em criança, passada em navios e entre officiaes de marinha. Quem me diria, aos 16 annos, que havia de sêr quem sou aos 25? Ora, a raça dos lamentadores é aquella com que eu mais embirro depois da dos vaidosos: portanto, escorropichemos do Collares, e um viva à rainha Jacintha. Como ao outro, plantem-me sobre a cova uma vinha, — para que possa dar ao mundo, depois de morto, uma parte do vinho que lhe bebi.

A. S.

77

[13-8-09]
Sexta-feira, 10 da manhan.

Escrevi-te hontem á noite, minha Luisa, uma carta tristonha que tencionava mandar hoje para o correio. Já agora vae antes este cartão postal. Fiquei muito desapontado, porque formára um lindo plano de podêr conversar á vontade contigo sobre as nossas coisas. Tudo em fumo. Paciência. Depois de saires fiquei tão vasio que sai também, á toa, e fui dar ao Calvário. Quando te tornarei a ver?

Convir-te-ia um andar, Direito e Esquêrdo, em que morássemos com a minha Mãe e a Pilar, como succede em S. Paulo com a Ruth e as tias? Já podia sêr uma casa mais pequenina porque tomávamos conta de parte da d'ellas. Se eu fosse para a Guiné talvez me pudesse demorar menos que os dois annos, e tu com a Pilar escolhiam cá a casita, ellas mudávam-se, mobilavam e arranjavam a nossa, de

maneira que ao desembarcar estaria tudo prompto e era só ir para a Igreja... Escreve-me, cordeirinha, e dize se isto poderia ser, e se te é fácil desistir da Rua Antonio Maria Cardoso. Um enorme, amantíssimo abraço do teu muito fervoroso

A. S.

P. S. A Pilar está triste porque tens sido pouco amorosa com ella. Não lhe respondeste á carta.

78

[14-8-09]

Sabbado, 9 da manhan.

Minha Luisa:

Muito e muito grato pela tua cartinha. Fizeste muitíssimo bem em m'a escrevêr, e repete sempre que pudéres. Chegou-me minutos depois de eu mandar o meu cartão para o correio, em logar da tal carta.

Podes crêr, meu amor, que não passei uma noite menos triste e aborrecida do que tu; também para mim teria sido melhor que não viesse, porque não haveria o desapontamento que tivemos.

Combina com a Pilar a hora em que devemos ir à tia Helena. Espero que terei agora carta no quartel, respondendo ao meu cartão.

Vê se consolas e animas o mais possível a Pilar, que tem andado muito abatida com a idea da separação; agora, para a Guiné; e depois, para ti. Pergunta-me várias vêzes se nós a não esquécere-mos, se eu gosto muito mais de ti do que d'ella, etc., etc.. Ficou muito triste com o não lhe responderes à carta. Tem, coitada, a maior vontade de sêr verdadeiramente tua irman, e de procedêr e sentir como tal, mas teme muito que tu não correspondas com igual boa vontade. Depois, ha quem lhe faça muita festa, e d'ahi comparações que a desanimam. Vê portanto se consegues desfazêr hoje todos os receios, desconfianças e abatimentos.

Não tenho a certêza se ficarei no quartel hoje, ou não. Se afinal tiver de ficar só amanhan, posso eu mesmo ir buscar a Pilar, se assim quizeres. Combinarei com ella pelo caminho.

Hontem fomos á tia Maria José (Rua da Escola do Exercito) e depois á Julianna, que passára mal. Encontrámo-la bem, e o Roberto, que lá jantára, desafiou-nos para a feira de Agosto. Era para mim a primeira vêz. Coisa muitíssimo abaixo do que devêra sêr. Joguei uma duzia de argolas ás garrafas, e ganhei uma, de vistosos rótulos dourados: «Clarête tinto do D. Fulano de Tal, fornecedor de Sua Majestade, taes premios em taes exposições». Chegámos a casa quasi á meia noite. Junto de uma barraca a Pilar perguntou-me: «E se encontrássemos agora a Luch?» Eu, francamente, não estava a pensar nisso, porque me não parecia nada possível. Adeus, minha joia, até segunda-feira

A. S.

s. d.

Minha Luisa:

Por várias razões não me foi possível escrevêr-te antes de agora, que é 1 H da noite: fica pois a carta ao teu Pae para amanha. Hontem o infame tremor de terra acordou-me às 3 h., e como de costume, uma vêz acordado não consegui dormir mais; como este sistema dura já ha um tempo a somno curto, estou positivamente a cair. E lembra-me que ás 5 h. tenho cornêtas, alvoradas, barulho! Uma verdadeira tortura. Isto só com cabêças de pedra, a fogo lento, modorrentas, como teem a maioria dos meus camaradas. Para mim é um martírio.

Não sei se te desagradou a minha reluctância em lá ir antes de me intendêr com teu Pae: parece-me desta forma mais correcto, menos abusivo, e elle naturalmente assim o achará. Como sabes, custa-me infinitamente o sêr molesto a alguém, e d'esta maneira parece-me que já o poderei sêr um nadinha menos. Tenho muita pena de que isto succêda depois de já têres pedido e obtido a licença, mas emfim, talvez valha a pena o contratempo.

Adeus, minha pequenina, até quando pudêr sêr. Mil saudades muito affectuosas do teu marido

A. S.

[19-8-09]

Minha pequenina:

São seis e meia da manhan, vou para o comboio muito bem disposto e muito bem dormido. Hoje deve ir um portador lá a casa levar a carta para teu Pae. Escreve para eu recebêr amanha no quartel. Se a Pilar quizer, levo-a de caminho a passar o dia comtigo.

Teu e muito teu

A.S.

CARTA DE ANTÓNIO SÉRGIO A MANUEL JOSÉ DA SILVA

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor
Manoel Jozé da Silva
Rua Antonio Maria Cardoso, 24, 2.º

Ex.^{mo} Senhor Silva da minha muita consideração:

Sei que sua Ex.^{ma} filha lhe falou de assumpto que nos diz respeito:— e parece-me que já agora é devêr meu falar também. Não tenho que lhe fazêr a minha apresentação, porque honrando-me ha já bastante tempo com a sua amizade e os seus obsequios, me conhece perfeitamente; lamento-me de não têr uma menos modesta situação social, mas nesse ponto, como julgo que também sabe, não me accusa a consciência de me não têr a mim mesmo combatido suficientemente espero também que me fará a justiça de acreditar que esquèci e esquècerei o que me diz respeito para só olhar ao interesse, ao bem-estar e á vontade de sua filha. Como se avaliam das árvores pelo fruto, aquilatam-se os homens pelas acções e pela vida: tem todo o direito de sêr com as minhas exigentíssimo, e eu todo o devêr de lhe pedir que o seja. Em breve seguirei para África, onde me demorarei um, ou, o máximo, dois annos; depois de chegar procurarei conseguir uma situação mais estável e supplicar-lhe, se m'ò consente, a união que muito me honraria. Receberei onde, e quando mandar, as suas ordens. Podia-lhe agora falar, não é verdade? com firmes promessas e fervorosos protestos sobre a qualidade dos meus sentimentos, — mas creio que, como eu, dá muito mais valor a factos do que a discursos, e julga bem o que as palavras valem: um pouco menos do que nada. Resta-me pedir-lhe que me creia, como realmente sou,

Seu muito grato, venerador e
respeitoso

Antonio Sergio de Sousa

[20-8-09]

Quinta-feira, 11 da noite.

Minha Luisa:

Cheguei agora a Lisboa. Passei bem. Passeio no Sado em canoa, maravilhoso banho de mar, musica no passeio á noite, almoço e jantar com a mana Emilia do Amor de França. Muitas saudades do teu

A. S.

[21-8-09]

Minha Luisa: Pidida a mão de Quinota. *Muito bem*. Acabámos com um abraço, e elle com lágrimas. Já vêes que o menos sensível... sou eu! Tratámos da coisa como dois diplomatas *e como dois amigos*. «Que eu, é claro, não ia contar com têr que recorrêr e andar a pedir a elle...» Cara minha de absoluto e categórico assentimento. «Que eu me não melindrava, mas bem via as coisas...» Pois então! Lemos pela mesma cartilha, entendemo-nos perfeitamente. Ficou combinado eu tê-lo ao facto das coisas que me conviriam, e que lá iria passar a noite de terça-feira. Vou vêr o João.

Teu A. S.

(21-8-09)

Sabbado, meia-noite.

Acabo de chegar a casa, tendo tido uma conversa com o almirante Capello, que me marcára entrevista para esta noite. Parece que a ida para a Guine se arranja. Parto provavelmente a 4 de Novembro.

Mandas-me que conte miudamente os acontecimentos com teu Pae. Cheguei, sentámo-nos fronteiros, disse-me que me queria ouvir. Que tenções tinha? Respondi o que sabes. Teve a palavra: «eu sabia perfeitamente que os meus 60 e tantos mil reis não são nada, que nessas condições não podia pensar em formar familia, etc., etc., etc. Seria preciso arranjar pelo menos o dobro d'isso: como tencionava consegui-lo?» Declarei, que primeiramente, não abandonaria a marinha; tentaria arranjar uma commissão *da arma*. Approvou. No professorado era impossivel pensar, porque ainda não sou primeiro-tenente. Além d'essas ha, commissões especiaes, os observatórios. Está o pessoal cheio, tenho de esperar vaga. Vencimentos, não sei, vou indagar. Ha mais outras commissões especiaes, mas nada d'isso se pode precisar com dois annos de antecedência, ou com um. Ficou combinado que eu indagaría com tempo, e o iria prevenindo do que encontrasse conveniente.

(Aqui para nós, arranjáda a commissão especial, eu poderia ganhar muito soffrível e facilmente quantia superior a aquella se desistisse de vêr do pensamento, da arte, da cultura. Mas antes d'isso quero tentar obtêr a coisa sem essa desistência. Vamos a vêr).

Continuando. Dizia teu Pae que eu não podia pensar, certamente, em lhe pedir a elle. Este ponto é que deveria estar, desde principio, implicitamente admittido sem discussão. Mas foi, também, uma observação fugidia e leve. Esteve *amabilissimo* commigo, disse que levava a bem a tua escolha, que visto eu sêr tão bom filho bom marido havia de sêr também, etc. Que não tinha que me melindrar com esta historia dos vencimentos, porque eu não tinha culpa de sêr pobre e de elle têr mais alguma coisinha, etc. Encontrou, e devia esperar encontrar, homem que visse o assumpto com a positividade que elle requer. Foi *perfeito* de amabilidade e *quasi* perfeito de estilo.

Ora, como sabes, o estilo, o *modus faciendi*, todo composto *d'esprit de finesse* é a coisa mais difficil e rara neste mundo ...

Falou vagamente, e com muito tacto, na questão da casa; achou muito rasoáveis *todas* as minhas palavras, concordando sempre plenamente; convidou-me a ir lá a casa todas as semanas, explanando considerações muito sensatas; convidou-nos outrosim para o dia 4, gentil, finissimamente; e acabou com o abraço do estilo e as lágrimas que te contei...

Adeus, minha querida Luisa, falando poderei satisfazêr melhor a tua curiosidade. Vamos a vêr, vamos a vêr... Até lá, ama quanto puderes o teu marido, que te manda um grande, grande, profundo e amoroso abraço.

A. S.

[23-8-09]

Minha Luisa: Como te já disse, teu Pae foi *encantador* commigo; — mas fiquei com a impressão de que elle não conhecia perfeitamente como as coisas se passaram. Deprehendi julgar que eu, *levado pelo natural enthusiasmo d'estes casos*, (palavras suas), *via facilidades*, e via facilidades, naturalmente, por contar com aquilo corn que não contei. Não sei se me comprehendes. Tu, querendo apressar e simplificar as coisas, dás-me uma bella prova de affeição, mas apresentas-me a teu Pae com uma figura triste, pouco digna, e tanto mais triste quanto é falsissima. Eu, minha Luisa, já não estava com coragem de te contrariar: ia-te dizendo que sim, mas intimamente convencido de que as demoras haviam de ser maiores. Repara nisto, meu amôr: que, como te já disse, acima de tudo, *de tudo*, devo procurar que não possa havêr más comprehensões sobre a minha maneira de encarar o problema. Quasi me indignavas quando me dizias que este ponto era secundário, quando para mim sobreleva infinitamente todos os outros; uma vêz, ao telefone, não pude vencer uma certa vivacidade na resposta, — em que tu reparaste, e me fizeste sabêr que repararas. Ora, é triste que eu tivesse estes cuidados para agora parecêr que os não tivêra. «Fama sem proveito faz mal ao peito», e as preocupações não são tão poucas que se despreze o fruto que podem têr: conservar illesa a nossa modesta dignidade. Só havia para nós dois caminhos: descêres até mim, ou eu subir um pouco para ti, — economicamente falando. Ora, sabes que a segunda hipótese estava absolutamente fóra da verosimilhança nos meus cálculos. Mas, dir-se-á, nesse caso eu ia sujeitar a minha mulher a sacrificios, etc. A resposta é, que porisso mesmo estive tanto tempo sem admittir a possibilidade de casar contigo, e porisso mesmo foi a primeira coisa em que depois falei, — e constantemente repeti. Hontem, no escritório, por natural delicadêza não insisti neste ponto. Não era momento de parecêr renegar-te, desapprovando perante elle os teus planos rápidos. Mas preciso de que teu Pae se inteire bem das circunstancias: sempre achei necessárias as condições que elle intende, o dobro do que tenho hoje. Cá em Lisboa, dentro da marinha não é fácil arranja-lo para breve, e portanto a solução é a que te sempre disse: esperar, dar tempo ao tempo. Se soubesse como as coisas se passa-

ram, se pudesse lêr alguns períodos das minhas cartas!... Meu amor, estamos cada qual no seu papel, mas tu não deves exagerar o teu, porque dás triste idea do teu noivo...

Helas, je compte les ombres
Quand tu comptes les clartés!

Sabe elle bem isto? Não sabe. Não sabe e é preciso que o saiba, — elle e todos.

Perdoa este discurso massudo, e não te esqueças de sêr muito gentil com teu Pae, *que o foi extraor dinar issimamente commigo*. A Pilar lá estará ás 10 horas da manhan a batêr-te á porta. Se te vir, espero encontrar-te tão bem disposta como eu estou. Começa desde já a sêr misericordiosa com as imperfeições do teu marido, que te ama *muito*, e que muito devotadamente te beija as mãos

A. S.

86

[23-8-09]

Minha Luisa, *stella matutina, turris davidica, janua coeli*, etc., toda a ladainha, ores ou não por mim. São seis da tarde, acabei de jantar, escrevo-te agora porque tenho medo de logo á noite me sêr difficil. Ficam-me remorsos não te escrevendo, apesar de que amanha... faço a primeira visita á minha Luch na qualidade official de seu noivo. Cáspite! Pois então? Noivinha «de verdade»: Parece-lhe a V. Ex.^a um sonho?... Muito me conta! «É o noivo da minha filha e portanto...» disse teu Pae ante-hontem. Como te já escrevi, falou-me incidentalmente na casa. A propósito de não sei quê da minha familia, — «eu não tenho nada com isso é claro, insinuou, mas naturalmente pensa em vivêr com sua Mãe...». Respondi que no mesmo *prédio*, ou visinhos, e não sei se elle reparou bem em que ficáramos *separados* d'ella, com casa áparte, pela mesma razão por que nos separaremos d'elle. Se não ficou inteirado, tu lh'o dirás. Mal calcula quanto me custa o pensamento de lhe têr que tirar a sua filha!

Oxalá, pomba minha, as malditas finanças nos não obriguem a demorar muito. Se obrigarem, far-se-á tudo de cara alegre. Saberás apreciar e comprehendêr a maneira de sêr do teu irmãozinho, não é verdade? Dizem que sou um homem só feito de intelligeneia, porque me não manifesto em grandes frases, em grandes gestos, em caricias espumantes. Sou simpes e puro, eis tudo. Reduzi-me completamente a uma alma, recatada, íntima, a uma chamma direita, sem turvações e faúlhas, transparente e muito clara. Gosto que me chames *pequenino*, porque sou realmente *pequenino* na minha affectividade, pequenino como uma criança. Estava hoje a satisfazêr-me em te *espreme*r as mãos ,como tu ao corpito do Antoninho. Sou nisto tão infantil como precocemente grave e velho na minha vida e no pensamento. Gostava de que fosses também assim, para me não estranhares a extravagância...

Porque te ficou de memória o que te disse em casa da tia Helena, — que me dava ás vezes vontade de uma coisa que á falta de outro e melhor termo chamei *dormir*, quer dizêr, sentir corrêr a vida sem angústia, como uma linha de água nos meandros de um jardim florido? Sentes também assim? Deixar corrêr, deixar corrêr... Achas também que não ha prazêr mais puro, nem mais bello, nem

melhor, nem mais suavemente intenso do que pegar nas mãos de quem se ama, — e deixar esquêcêr o resto, e deixar fugir as horas? Dormir, dormir... Porisso eu gosto tanto das tuas mãos, minha Luisa, ponsso eu gosto tanto d'ellas: porque me conduzirão assim a vergeis em que repouse. Muito consolado de tudo que é mau e malperfeito, sentir-se levado, embalado, descansado. Dormir, dormir...

Adeus, Luisa, estou-te a dizêr asneiras. Até amanha. Oxalá nos sintamos bem. Adeus. Tenho de ir vêr uns homens que saêm para uma guarda. *Espreme-te* muito o teu irmãozinho que te *odeia* cordeamente

A. S.

87

[25-8-09]

Minha pequenina — Tive um sonho que vaes achar exquisito: eu era cego; guiava-me a Pilar, e dizia-lhe: «leva-me para onde está a Luisa, leva-me para onde ella está...». Ella procurava-te, sem te encomrar, e eu seguia atrás, de mão dada, subindo umas escadas: tu devias estar no cimo, lá no cimo...

Está um dia maravilhoso, e penso alegremente em ti. Gostei muito da noite de hontem, e tiveste uma idea adamantina em apparecêres d'aquelle vestido. A tia Helena, ao despedir-se, á tua porta, expandiu-se risonhamente. A Pilar te responderá sobre amanha.

E o mano João? Coitado, lá teve de aturar a estopada. Agradece-lh'o. Ponho ponto para não fazer esperar o Senhor Ricardo, cujo retrato ainda não vi: não tens comtigo o desenho original? Naturalmente não, nem terão talvez feito a gravura ainda.

Um abraço como um raio de sol do muito teu

A. S.

88

[26-8-09]

Minha cordeirinha que eu amo----- quanto? Não sei, pequenina, seria preciso inventar uma palavra nova. E tu sabes isso, não é verdade? Adivinha-lo quando t'ó não digo, e sente-lo perfeitamente se t'ó digo.

Preciso de passar pela baixa antes de ir para o Quartel, e porisso aproveito metter um bilhetinho na *Posta interna*. Accordei muito cedo, e a pensar na sabbado, que espero com uma impaciência de que te não posso dar uma idea se a não sentes tanta como eu.

Infelizmente a Pilar não podia ir hoje porque vêem cá a tia Maria José e a Adrianna.

Adeus, minha Luisa, ando fóra de mim porque estou sempre comtigo, e já não sei pensar senão em ti.

Teu

A. S.

Deu-me muito prazêr a tua carta, minha cotovia, que me vieste cantar pela manhan, e segundo me dizes, alegre como um passarito. Hontem à noite houve uma pequenina coisa que me apoquentou, mas hoje acordei com o pensamento de que o meu amor por ti é uma riqueza bastante grande para me fazêr contente apesar de tudo, seja o que fôr. Li algures que o amôr é como um templo que se eleva a quem se ama: — como a verdadeira felicidade está em se amar, muito antes que em se sêr amado, vale mais a capella que o deus, ou antes, verdadeiramente sublime e bom é a construcção do templo, o carinho com que se guarnece o altar, o enlêvo com que se exerce o culto. Não sentes isto, meu amôr, e não tinha eu razão de te dizêr outro dia que te devia lamentar se fosse eu quem mais amasse?

Nisto, eu é que com certeza não mereço lamentações. Penso em li, minha Luisa, como se pensa numa aurora que illumina tudo. Ando, respiro, falo, leio, converso, mas entre todos os pensamentos, todas as palavras, todas as acçOes, mette-se sempre por um momento a tua imagem, como entre as folhas de uma floresta apparece o firmamento. De vêz em quando posso entrar em campina raza,[^] e não vejo senão tu, como se estivesse em pleno oceano, e o mar fosse tu e o ceu tu também. Se é muito bom o sêr-se amada, alegra-te muito, muito, muito, repete-te a ti mesma que és feliz, expande a tua alegria pela luz, pelas flores, pelas águas, pelo mundo!

Não te tenho perguntado pelo estudo porque tens tido muitas coisas em que pensar agora, e não queria sêr importuno ou descon-solar-te, obrigando-te a confessar que pouco lêras. Dás-me uma intensa e profunda satisfação ligando importancia a este ponto. O grande divino amôr é o que liga dois corações e duas intelligencias. Eu por mim faço quanto posso, promptificando-me a dedicar a minha attenção a assumptos que possas comprehendêr bem e que te possam interessar. Pareceu-me que a arte é o que ha de mais próprio para ti, mas se vires que assim não é, escolhe outro. Não desanimes com as difficuldades, porque as ha para todos ao principio, emquanto se não está senhor de um certo número de factos, de algumas maneiras de vêr, etc., emquanto, emfim, se não conhece bem o nome aos bois. Depois tudo se facili....* Arago, um grande astrónomo e matemático, dizia que quando em estudante encontrava um ponto que não comprehendia passava adiante, e mais tarde, ao revêr e repetir, se admirava sempre de não têr comprehendido uma coisa tão fácil. Assim te succederá a ti. Quasi sempre será de não sabêres bem o valor de certas palavras, que conheces na sua significação geral, mas não particular e precisamente. Estuda quanto pudêres, meu amôr: mais tarde verás que bom conselho é este, que grande consolação, que grande thesoiro, que grande fonte dos mais puros prazêres são as ideas que se trocam entre duas almas, os pensamentos que respiramos e vivemos, os livros que se discutem, se absorvem, se commentam. Depois saberás, quando aprendêres a apreciar a belleza da *música* intellectual, dos movimentos, dos sistemas de concepções, quanto as ideas reflectem nas almas que as frequentam, a divindade que lhes é própria.

* Rasgado no original

Veio-me hoje á cabeça esta frase, que me agradou: duas criaturas que bem se amam formam *um* anjo no ceu. *Um* anjo! Que me dizes? Pensa nisto, minha pequenina, e tem uma firme, assidua, inquebrantável vontade de formar desde já o anjo. Podes crêr que seria impossível encontrar em todo o universo quem mais seriamente o quizesse tentar do que eu contigo. Parece-me que isto resgata, minha Luisa, todos os defeitos que eu possa ter, e me faz digno de me amares com um amor enorme, sem restricções, sem desiallecimentos, sem limites. Por mim, deixa-me dizêr-te uma vêz por todas que te amo o mais verdadeiramente, e bellamente, e santamente que é possível.

E sabbado? Não tenho sonhado com outra coisa. Sempre poderá sêr? Não obtivemos ainda o indispensável convite da tia Helena. Deus queira não surja qualquer inconveniente. Leva o *Breviário* para me mostrares, não te esqueças .Sim? Não te esqueças.

Recebi hoje um bilhete postal do França, que está em Santa-rém. Pergunta-me o que ha sobre a minha ida para a Guiné. Hontem recebi uma carta do Capêllo dizendo que o lugar já estava promettido a um rapaz Rebello, mas houve engano, porque esse não pediu o que eu pedi. Não deverá portanto havêr grande difficuldade.

São três horas da tarde. Escrevo-te agora porque por felicidade as coisas se arranjaram de maneira a estar agora livre. Tenho hoje exercicio de infantia, o que me fará deitar tudo para mais tarde. Ao vir para o Quartel deitei um cartãozinho na *Posta interna*. Acho muito cómodos e práticos os taes cartões. Mais uma vêz te peço que não olhes ao *comprimento* das cartas. Se te escrevesse proporcionalmente ao que penso em ti, não tinha tempo para outra coisa, e se me deixasse vencêr pelas saudades já tinha adoecido de desespero. Minha noivasinha, quando te poderei eu guardar de vêz, de mim, commigo, para mim? Quem me dêra no sabbado, quem me dêra no sabbado! Penso com angústia em que possa vir alguma difficuldade, ou mesmo alguma demora, como outro dia. Luisa, minha, minha Luisa!... O teu marido está mais unido a ti do que o meu coração ao meu peito. Amo-te, e não sei dizêr quanto te amo. Não se pôde medir, não é verdade? Mas sei dizêr-te *como*, e já t'o tenho dito. Minha, minha pomba: mando-te num beijo toda a bellêza das minhas aspirações, todo o meu idealismo, toda a minha alma —

A. S.

P. S. Da ultima vêz falei-te muito sêcamente ao telefone porque tinha gente ao pé de mim. Podíamos combinar uma frase qualquer que eu dissesse para te avisar nessas occasiões.

Minha Luisa que muito amo: Que bom me soube, meu amor, que bem, que bem, que bem, a noitesinha de hontem! Como já estavam as coisas sabidas e tratadas, parecia-me que não só as pessoas, mas os próprios moveis, sabiam, concordavam, approvavam. Senti-me



Eduardo Augusto de Oliveira Pessoa, cunhado de Antonio Sérgio (casado com Juliana) e a quem este chama «o Cavalarias»

casado contigo, e pôdes talvez calcular por ti a impressão doce, repousada, que essa impressão me fazia. Era como alguém que fugindo a um temporal se sentisse acolhido e aquêcido e agasalhado sob um tecto protector; a tua casa era uma ilha, — e tudo mais um torvo mar que ali parasse.

Veio-me a Pilar dizêr que teu Pae perguntara porque nos retirámos tão cêdo. Antes ache cêdo que o contrário.

Tenho passado o dia, — escrevo-te pela tardinha, — tenho passado o dia a arrumar papeis. Entre esses *papeis*, tirei os sobrescritos *L* empacotei as tuas cartas — meu amôr! — e guardei-as numa caixinha. Pediu-nos a Mathilde que fossemos passar a noite a casa d'ella, e é o que faremos. *Toto corde tibi prostratum.*

91

[27-8-09]

São, minha Luisa, quatro horas da manhan, e penso, penso, penso em ti. Cada vêz me é mais difficil o estar sem o meu amôr, cada vêz penso com mais angústia na despedida. Está uma noite doce, um pouco húmida, muito escura. O ceu parece um manto de veludo negro bordado a pontos de oiro. Mesmo ao Sul, alto, grande e immóvel, Jupiter, que não conheces; por cima da tua casa Aldebaran, Orion, Sirius, a mais brilhante das estrellas. Porque não heide eu estar contigo, minha pequenina, para te dizêr que te amo como um doido?

Só mandarei pôr este cartão no correio amanha pelas nove horas, para que o não recebas ao mesmo tempo que a carta, e possas têr à tarde uma surprêza. Espero pelo sabbado como pela entrada no Palacio da Grau Ventura. Uma grande saudade até lá. Mil vêzes mais teu do que meu próprio

A. S.

92

[22 ou 28-8-09]

Minha garçazinha branca: Não te mandei resposta pelo Ricardo porque não estavas de dia em casa para a recebêr, e de noite deves encontrar lá o cartão que mandei pôr no correio esta manhan.

Deus permitta que durmas ótımamente, minha amada muito amada, e que acordes muito bem disposta para um dia felicissimo. Por sorte chegaram-me uns livros novos a que me atirei quanto pude para distrair a minha impaciência, e para abrandar as saudades de certa imagem, que fluctua nos meus olhos...

Adeus, minha pequenina, nem te posso dizêr o que sinto quando penso em amanha. Não te esqueças de levar o *Breviario.*

Teu

A. S.

[2-9-09]

2 da noite.

Minha Luisa: Ia-me deitar quando me arrependi de te não têr escrito para recebêres de manhan. Tencionava escrever só amanha, para te chegar à tarde. Mas ficou-me a remordêr a idea de que terias às 9 h um desapontamento... Mil saudades do todo teu

A. S.

[5-9-09]

Quem hontem merecia receber parabéns era eu e não tu: a tia Helena deu-m'os...

Acordei como sempre muito cedo, mas se tenho certa somnolencia estou em compensação muito bem disposto. Tu dormiste pouco certamente: deves evitar isso, porque não estás como eu acostumada e não tens muito provavelmente uma resistencia á fadiga como a minha quando conservo o espirito e os nervos afinados. Não deverias têr-te levantado: duas palavras escritas hoje pela manhan e mandadas pelo Ricardo não valiam menos que uma cartinha atuchada: não se medem expressões amorosas pela quantidade, principalmente sabendo eu que te escasseava o tempo.

O teu presente é um mimo. Metti-lhe hoje pela manhan o Taine, porque a Pilar se queixou tristionalmente de que eu não dera a mesma importancia ao d'ella... Todos se queixam de mim, e vejo que sou uma fera. Não sou, mas divertem-se a exprobar-m'os como se o fosse: tu é que o és, porque me accusas sabendo que o fazes sem razão. Luisa, minha Luisa: porque não procuras tu mesma justificar-me? Se o caso se desse com outro e com outra, hontem, tu approva-lo-ias altamente, e criticarias o contrário. Lembra-te de que as pessoas que estão de fóra vêem forçosamente as coisas por outro prisma, e teem para comnosco exigências exactamente contrárias ás do nosso coração.

Gostei muito das tuas primas: o peor era que ellas só falavam para respondêr com nitidêz e concisão ás minhas perguntas, de maneira que a conversa parecia uma inquirição judicial, e começava a entrar na bisbilhotice. E o tio? (Augusto? Alfrêdo?...). Um cattura muito simpático. Falta-lhe a aduela da energia prática. Estuda a' linguas simplesmente pelas linguas, sem as usar depois como instrumentos, que é o que ellas são. Isto caracteriza um homem. Os d'aquella especie, tendo muitas qualidades são incapazes de uma obra, porque o pôr uma obra em pé é sempre um acto de energia, (— digo uma obra de pensamento). Estão para o sabio como o colleccionadôr de borbolêtas para o naturalista. Encantadores como as crianças, porque são infantis.

A tia è o tipo da mãe de familia mimosa e venerável. As filhas são como rebentinhos novos, tenros, tenros... A familia dava para

um d'estes romances inglêses de edificação moral, cuja acção corre como uma arroio, que nos arrancam pelo meio uma lagrimazinha suave e fugidia, e veem a acabar em alegrias transparentes.

A tua amiga Maria é outra classe de gente. Já não um rebenzinho, mas um tronco frondoso que balança ao vento. Tem mais paixão do que mil das outras; o romance poderia sêr de fulgurações. Emquanto teu tio não é pratico por falta, a tua amiga poderia acaso não o sêr por excesso. Eu me explico: nem todos chegam cêdo á conclusão de que o ideal não deve pairar no ar como um balão, ou, pelo menos, sempre no ar. O primeiro contacto com a terra amachuca-o; mas mas devemos lembrar-nos depois de que elle é mais util se descêr à realidade, para dar e levar, apanhar o seu encontrão e respondêr. Uma boia tem a sua âncora bem firme no fundo, baloiça com cada onda e não foge do seu logar. Quando veem as decepções a gente não pensa nisto, mas a verdade é que tem de sêr assim. Se uma coisa me parece irremediável: a indignidade de alguém que amamos muito. Nem mesmo é precisa a verdadeira indignidade: lembra-te do Vase brisé do Sully Prudhomme.

Entre parenthesis: a prima mais velha pareceu-me differir muito das outras duas: é certo? Como sabes, não consegui *ouvi-las*, falo só pelas caras.

Minha Luisa, porque exiges que te diga que te amo, quando tens maneira de sentires que assim é? Não repares de te não escrever sempre muito. Pareço que não faço nada, porque não sou espalhafatoso, mas olha que não é assim. Vou-te dizêr como tenho gasto o meu tempo nos ultimos dias. Tive visitas de dia do França, do Pessoa e Julianna, do Mene, etc., em dias diversos. Não posso deixar de estar a dar-lhes conversa. Nos dias em que saio do serviço não chego a casa em geral antes da uma hora. Um dia perdeu-se em casa do Chagas, onde fui almoçar para vêr uns artigos sobre marinha que elle está publicando. Outro dia tive de ir á Biblioteca da Escola Naval, vêr umas coisas indispensáveis. Tenho tido que tratar de uns negocios de uns marinheiros: uns querem entrar para marinha, outros vão respondêr a conselho de guerra e teem não sei que pretenções, etc.; estes querem passar de navio, aquelles mudar de classe. As vezes são recommendados por pessoas que se offenderiam se se lhes não dá attenção. Não durmo em media mais que quatro horas por noite, e as noites do quartel são muito más pelo esforço de estar acordado e depois pelo barulho, passagem de gente, luzes, de maneira que é sempre um somno muito fraco. Pois agora exactamente é que me é indispensável estudar umas coisas que me são impossíveis de fazer na Guiné, e agora é que me estão ocorrendo as ideas da Esthetica que convinha pôr a limpo. Não calculas bem o que é a gente pensar *por si*, arrancar cá de dentro ideas *originaes*. Novecentos e noventa e nove por mil das pessoas que fazem livros não escrevem mais do que a repetição em forma rarissimamente nova d'aquilo que já está dito. O peor é que é preciso verificar a exactidão das ideas geraes por meio de pequeninas investigações eruditas para que não tenho paciencia alguma. Nasci para cavalgar afortunadamente por cima dos factos, mas esse sistema já se não tolêra hoje, época de accumulãozinha paciente. Has de vêr o livro do Vilhena. Depois de transcrevêr em trezentas e tantas paginas todos os poetas do mundo apresenta uma página de conclusão em que conclue... que um dos objectivos da literatura tem sido a expressão dos sentimentos humanos!!!! Aposto que já tinhas descoberto, sem estar seis annos a lêr os poetas a tiragem forçada!

Lembra-te de que se elles dizem difficil de digerir o «*Anthero*»

apesar de o acharem bem escrito, muito mais difficil deverá ser concebê-lo. Francamente, eu bem quereria deixar a esthetica para mais tarde, mas as ideas veem-me, e que lhes heide eu fazêr? Andam-me a bailar essas e outras coisas na cabeça apesar de eu as querêr expulsar. Tenho pena de me não poder dedicar a sério do assumpto, porque na Guiné falta-me completamente o campo de acção, o espaço, o socêgo, as bibliotecas. Se tu soubesses como a estação è *completamente* incompativel com o trabalho intellectual! Cà também me não deixam. Se me fecho à chave no gabinete a Pilar e a minha Mãe ferem-se, de maneira que constantemente me veem falar e distrair. O Pessoa magôa-se todo se o não visitamos, e queixa-se à minha Mãe de que não sou amigo d'elle, «apesar de elle o não sêr menos meu do que o França», segundo elle diz. Em cada três dias, só um é totalmente meu, sem serviço. Sou um pateta, não é verdade? Que tens tu com tudo isso? Rebente, não trate de coisa nenhuma, corra os marinheiros, abandone os amigos, afaste com mais energia as matutices, deserte se fôr preciso, mas escreva testamentos à sua Luche. Não sei como tenho ainda a cabeça no seu logar. Os camaradas no dia seguinte ao serviço vão para casa e deitam-se. Ao menos descansam, e eu nem posso trabalhar nem descansar. Estou bem de saúde, muito alegre e bem disposto, mas tenho a cabeça dispersa por mil direcções e fantasias. Não me repousa um instante. Tenho fome e como de duas em duas horas. O que é triste é que toda esta dispersa actividade é interior, não se vê, de maneira que ninguem a suspeita, e talvez ninguem acreditasse se eu a dissesse. Estou moralmente quietissimo, mas intellectualmente inquietissimo. Garanto-te que o teu irmão com oito dias d'este regime caia de cama. Tenho o sistema nervoso a trabalhar muito, se bem que alegremente e sem esforço algum, trabalhando o que os francêses dizem à *vide*. Olha o Mene: em seguida ao serviço dorme 13 horas a fio — e como aquella cabeça gira muito mais pacatamente do que a minha! Perdôa a porcaria desta carta. E domingo, tudo fechado, e pena, papel mata-borrão, é tudo uma desgraça.

Adeus, não sejas má com o teu noivosinho e não o trates como um vadio e *flanante* (do francês *flâner!*) porque és muito injusta. Olha que tem havido occasioes em que te escrevo muitissimo, é justo que me consintas algumas épocas de menos assuiduidade [sic], mormente quando te vejo com a frequêcia destes ultimos dias. Supporta esta extravagancia por algum tempo, que ainda heide sêr tão regrado e estúpido como uma tartaruga. Nesse dia não te amará menos, nem mais, por impossivel, quem agora te beija os pés.

A. S.

[5-9-09]

Gostei immensamente da tua carta, minha Luisa, immensamente, immensamente. Não te escrevi porque ante-hontem á noite sahi com a Julianna, o Mene e o Eduardo, e porque esperava estar comtigo à tarde. Assim m'ô disse a Pilar. Quando lá cheguei não me quiz demorar por causa dos homens dos candieiros e porque sendo dia dos teus annos calculei que poderia ir lá gente visitar-te, com a

qual, como bem percebes, não me convinha encontrar-me. Não te falei mais á noite porque, 1.º não queria dar espectáculo e entreter-te dos teus devêres de dona de casa que recebe visitas, e 2.º queria cumprir a minha obrigação de dizêr duas coisas ao tio Alfredo, mulher, filhas, e principalmente á D. Maria Santos por sêr a tua primeira amiga. Se eu estivesse agarrado a ti em vêz de cada um de nós cumprir as suas obrigações *sociaes* desagradaria *com toda a razão* a teu Pae. Demais, sabes que não era fácil, para mim, por a conversa sêr difficil entre pessoas que se não conhecem nada, principalmente com pessoas pouco faladoras com estranhos e pouco desinvôltas como as tuas primas. Com a D. Maria Santos já a coisa foi mais fácil. Diplomacias a que não gosto de faltar, meu amor. Nem poderia falar-te á vontade num salão com tanta gente. A paixão não quadra nas salas mundanas, e eu mais do que todos *devia* sêr mundano e correcto. Competia-me fazêr o que fiz, põe-te tu no meu logar com um pouco *d'esprit de finesse* e verás que assim competia sêr.

Não sei se esta te chegará ainda a tempo, antes de partires para o passeio de automóvel. Fiquei pensando em ti, em ti e em ti, desde que de lá sahi até agora, com uma grande plenitude na tua lembrança. Tens o dom de me fazêr esquecêr tudo, e até a perspectiva da ausencia se desvanece no pensamento tranquillo de que te tenho. Quando o sol é forte e a terra exulta de primavera, não ha nuvens que durem mais do que o desfolhar d'uma corolla. As vezes, mas não muitas vêzes, vem-me o desânimo da partida, tanto mais pesado quanto o contraste é mais carregado. Paciencia, paciencia. Estou equilibrado, alto, e o teu amôr é para mim uma origem de força e de expressão. Que maior prova podes têr de que elle está na base da minha vida, e de que é são, e completamente abandonado a si mesmo, sem desfallecimentos e sem dúvidas?

A. S.

96

Quartel, 6 de Setembro (1909)

Escrevi-te hontem á noitinha e muito á pressa uma carta muito estúpida. Não ralhes commigo, meu amôr, não ralhes commigo. Fiquei tão desorientado por te vêr ralhar commigo! Bem sei que não devo mostrar apoquentação, porque é um exagêro e assim nunca me podes dizêr nada, e sêr franca, etc. Mas a verdade verdadinha é que ha 19 horas (são agora 6 da manhan) não tenho pensado noutra coisa. Estou com uma vontade louca de estar ao pé de ti, e recebêr de S. Ex.^a absolvição plenária. Fiquei admirado de me vêr tão criminoso. Se falhei ás praxes, tenho a athenuante de que as não conhecia, e julgava pelo menos que tinha sido *natural*. Mas enfim, não me quero justificar mais, para não parecêr que discuto as tuas opiniões, quando somente as acato com remorso. Peço-te que me escrevas, não discutindo o assumpto, mas socegando-me a este respeito. Sou ao pé de ti e para comtigo como uma bolinha de sabão: a minha pequenina sopra, e logo me faz mal. Peço-te que não sejas muito severa neste assumpto de cartas, e que te convenças de que não são os momentos em que te escrevo aquelles em que penso mais em ti. Sabes perfeitamente que mesmo cuidando de outras coisas te tenho sempre ao fundo da minha consciencia, como a imagem não

sáe do altar quando os feis interrompem o culto. Teu marido respeitoso e *ultra-amante*.

A. S.

97

[Setembro]
10, oito da manhan.

Minha ursazinha:

Quando hontem à noite, por volta da uma hora, te ia a escrevêr, lembrei-me de que já não tinha estampilha alguma na carteira, porque gastára todas que tinha, em casa, com cartas de agradecimento de parabéns a pessoas de respeito e amizade. Fiquei muito desolado, e tive de desistir de te mandar cartinha para de manhan.

Não calcúlo a que hora te poderá chegar esta, e como vaes ao Lumiar, só a tens provavelmente á noite. De dia não pude hontem pensar nisto, porque tive muitissimo que fazer, além de um exercido de infantaria e de um artigo que o Botelho me deu para limar, o que me obrigou a escrevê-lo de novo por meu punho todo inteirinho.

10 e meia

Tive de interrompêr, e cá estou, depois de te falar pelo telefone. Visto não queres que vá a anónima com esta, não irá. Levart'a-ei amanha se me lembrar. Pois é verdade: fiquei todo cheio de fiapos do teu urso...

A Pilar foi hontem à noite a casa dos Chagas, e falei-lhe às 10 horas pelo telefone. Vejo que já folheias os *Lusiadas*. D'aqui a pouco poderás defendê-lo contra o grande admirador da *Illiada*, — a qual *Illiada*, aqui entre nós é de vêz em quando uma bem enfadonha, longuíssima, interminável lista de pancadas dadas e recebidas. «Então Fulano atirou a lança a Sicrano, que caiu do seu carro como um mergulhador; e depois esfoutro matou aquelle; e um tal ficou a deitar sangue pelo nariz; e outro caiu, e mordeu a terra; e A matou B; e C furou o pesçoço a D; e E atirou abaixo F, G, H, I, J; e K insultou Lea seguir atirou-se sobre elle, e o trespassou, e a lança ficou no peito, etc., etc., etc...» Isto por páginas, páginas, páginas, páginas... Mas que queres? No collegio ensinaram o homenzinho a admirar a *Illiada*, sublimada, decantada, esmiuçada, commentada, por milhões de críticos, grammáticos, eruditos, archeólogos, linguistas, filólogos, hellenistas, historiadores, humanistas, etc., etc. Todos lhe ensinaram a mitologia, a historia, a arte, a filosofia, o espirito grêgo. Ninguém lhe ensinou a vêr claro nas crenças, na historia, na civilização, no espirito, na alma, na religião e no trabalho brilhantissimo do Portugal da Renascença. Lamentemo-lo a elle, e sobretudo lamentemo-nos a nós também.

Um grande, um fundo e luminoso abraço do sempre teu

A. S.

[13 Setembro]

Segunda-feira, 10 e meia da manhã.

Acabo de te falar ao telefone. Pareces-me triste, minha pequenina muito amada, e com a preocupação de que o estou também. Non è vero. Bastar-me-ia a consolar, se o estivesse, a lembrança de que me acompanhas sempre, e completamente, mettida dentro de mim, perfeitamente concorde com todos os meus sentimentos, muito identificada commigo mesmo.

Não pude hontem afinal lêr uma única página do livro de *Sourian* que me deste e que trouxera para cá. (*La suggestion dans Vart*); mas vi-lhe numa citação estes dois versos:

Ah! laisse que mon âme amène et boudissante
Déferle sur ton coeur.

Assim faria, se tivesse agora *Vâme amène*.
Teu e muito, sempre teu

A. S.

[14-9-09]

Correio geral (Terreiro do Paço) 8 e meia da manhã.

Minha ursazinha. Vim hoje cedinho com a Pilar para o Carmo. A minha Mãe chegou a casa ao amanhecer, tendo lá passado toda a noite. Contou-nos que a rapariga seguira toda a noite muito dolorosa. Depois de me demorar um bocado, sai, fui a pé pela Avenida acima, e retrocedi até ao Terreiro do Paço para te escrevêr. O medico diz que está tudo óptimamente disposto, mas que simplesmente hade sêr muito soffrido, em virtude da conformação orgânica interior. O resto o melhor possível. Ella está, coitada, com uma cara contorcida e abaladissima; ha 17 horas...

Teu muito amante

A. S.

Quartel, 16 Setembro 909.

Minha Luisa: Estive no Carmo das 10 às 10 H da manhã, com esperanças de te encontrar lá ainda. Disse-me a Pilar que irias lá hoje, e lembrei-me de que o poderias fazêr por essa hora.

Como calculas, tive também muitissima pena de que o França me apparecêsse tão cêdo. Luisa, minha Luisa, que doçura de ti me

vem, como és para mim como o sol para as rosas de S. Antonio, de que hontem me falaste! Sobre a Guiné, meu amor ouve: quanto menos tempo me demorar agora em Africa mais depressa tenho de voltar depois para lá. Já vêes que os dois annos não seriam um grande mal, comparados com o pesadello de nos casarmos com a perspectiva de uma separação breve. Minha Luisa, como não pôdes tu fazer idea da minha impaciência, meu amor, como me mandas perguntas como a da tua carta?

Estou convencido de que o Guyau não saberia quem *ella* era, porque então não falaria assim, ou, pelo menos, não conhecia de perto ainda a *ella* definitiva. Sei que casou, não me lembro com que idade, e que teve filho, um pelo menos, porque fala em um dos livros numas experiencias que com elle fez. Da morte, a minha frase, de que me não lembrava, parece-me mais nítida, ou por outra, acho mais natural e menos duvidosa a minha impressão. A proposito, sabes que me vem agora, pela primeira vêz, um horror fundo à morte, desde que sonhamos o nosso casamento, desde que *ella* me apparece como separando-me de ti? Não te podêr eu têr já, minha chammazinha vibrante, definitivamente apertada ao meu coração! Pequenina, pequenina, que fervorosamente eu te amo...

Ouve, gaivotazita: este espectáculo do soffrimento que agora tive, apesar de passageiro, apesar de absolutamente fisico, apesar de sêr o germinar escuro de uma esperança, como a semence na terra é a esperança escura e dorosia [?] de uma flor, — este espectáculo da Julianna chamou-me outra vêz, como tantas outras, á piedade plenamente consciente, aos pensamentos de bondade, de perdão, de doçura, a um hino interior de pacificação e tolerância. São tendencias que sempre tenho, mas por momentos inconscientes, adormecidas, menos claramente patenteadas no pensamento. E toda esta expansão serena eu queria têr ao pé de ti, mas seria preciso que estivesse completamente entregue a mim, o que não é possível com *misses*, e gente a passar, e balbúrdias. São estados de espirito em que nos não mettemos por vontade, mas em que nos sentimos de vêz em quando mergulhar, sem o prevêr, sem dar por isso—Hontem mais do que nunca — mais do que nunca, minto: mas emfim, hontem muitíssima falta me fizeste, mesmo quando te tinha á minha beira. Não me fazem impressão as coisas exteriores? Não, não é isso que eu disse, ou que eu quiz dizer, se acaso bem reparei no que falava. Mas que explicações necessito dar-te, meu amor? Ai de mim se o não soubesses, se o não adivinhasses, se o não sentisses sem precisão de palavras minhas!

Ainda bem, minha Luisa, que te vaes entretendo com os livros e a arte. Ha arte e arte, livros e livros; a erudição sêca, a arte pequenina e pretenciosa são coisas vans. Mas que differença para as verdadeiras bellas ideas e para a grande obra de arte! Li outro dia um capitulo de um sábio desdenhando dos pintores, dizendo que desprezava todos os quadros, e só tinha admirações para os espectáculos naturaes, para as florestas, para o pôr do sol... Pois este sábio bem podia estar calado neste assumpto, porque se não lembrou de que o que ha de maior e admirável no espectáculo do pôr do sol ou no espectáculo da floresta são os sentimentos e as ideas que suscitam numa alma. Faliam da Naturêza: — mas uma idea é um fenómeno *natural* como qualquer outro, e o mais alto, o que exige uma mais espantosa combinação de fenómenos naturaes, e muito provavelmente o fenómeno natural por excellência. O maior espanto não é o sol, nem a terra, nem os mares: é a espantosa marcha de uma célula que em poucos mêzes se torna um organismo tão miraculoso



Juliana Sérgio de Sousa Pessoa, irmã de António Sérgio

em todas as suas minúcias como é uma criança, a qual poderá dar uma tão alta actividade como aquella que produz as obras-primas do espirito. Na rosa se concentra e desabrocha toda a admirabilidade da roseira, e no cérebro humano toda a grandêza do universo. Quando ? idea admira o Cosmos admira-se a si mesma, que o resume, o prefaz e o concentra. Qual é a organização natural mais espantosa? — a do homem; nessa organização pode existir a verdadeira sublimidade d'este mundo: uma vontade amante e um pensamento generoso. — E aqui tens tu, meu amor, como o nascimento de um fedelho me fêz agora lembrar a opinião de um sábio sobre a arte... Adeus, ursazinha: não chames caturra ao teu maridinho, nem matuto. «O tipo é machucho mas é faiaco», dizia a filha da cosinheira, a pequenina de olhos todos pretos como uma azeitona. Sabes tu a historia? Pois o que ella poderia dizêr è que o tipo era matuto, mas havia ainda de gostar muito, e muito e muito da sua *ursa*.

A. S.

101

[?.-09]

Minha pequerrucha:

Parece-me que me decido pela geografia e historia. Ha tantas circumstancias a attendêr? Em todo caso, naturalmente, requeiro para os dois grupos. Na quarta-feira não posso ir á noite a tua casa, porque tenho que falar a um homem que chega do Bussaco nesse dia, o qual só á noite me poderá dar umas informações de que carêço com urgência. É um tal Senhor Fernandes, secretário do Collegio Militar. Uma coisa: um Ramos, de que me falaste um dia como frequentador do Bensaúde, é official do Estado-Maior e chama-se Manoel Maria de Oliveira Ramos?

Teu

A. S.

102

[19-9-09]

Minha Luisa:

Chegámos agora mesmo ao Carmo, e logo a Pilar recebeu a tua carta. Mandou o portador embora antes de me falar. Recebi a tua de manhan. Paciencia, minha pequenina, está o teu Pae na sua razão e no seu direito. Levo-te a Pilar na segunda-feira, mas continua a parecêr-me imprudente o eu entrar. A ida nada tem, porque vou com ella. Mas quem me vir sair *sozinho* da tua casa áquella hora pode muito bem architectar uma calúmnia, escrever carta anónima a teu Pae, etc. Ficaria eu numa situação desairosa com elle e com teu Irmão, que tanta confiança me teem dado. Que se pensa a este respeito no pólo d'onde V. Ex.^a é uma das ursas mais distinctas?

A calúnia é uma coisa terrível. A prima Leonildes disse-me que lhe tinham contado que a Valentina era de tal maneira doida por *toilettes* que o irmão se via grego para a vestir. Ora é, de saber que a pobre rapariga tem até um exagerado desprendimento por questões de fatiota. A cunhada é que lhe manda fazer os vestidos contra vontade e com absoluta distração d'ella a tal respeito.

O homem effectivamente ameaça-nos. Sentia para com elle as melhores disposições de boa vontade e simoatia, e tenho pena se me obrigar a modifica-las. Por minha iniciativa nunca o ódio me entrará na alma. Compete-me a defensiva, visto ser eu o feliz e elle o desditoso. Segundo o meu costume, entrarei com os meios mais serenos e prudentes: só subirei de tom á medida que a isso imperiosamente me levarem. Não vejo inconveniente em que a D. Adelaide lhe fale, pelo contrário. Acho bem o que dizes, e por ahí se devia têr começado, em logar das frases bombásticas da carta que me mostraste hontem. Pede-lhe que lhe fale chanmente, frio e simples, fazendo-lhe vêr que a paixão passará por falta de alimento e de se podêr tornar em alguma coisa de mais estável e profundo que o tempo dá, etc. Enfim, como quem aconselha um exaltado ou um doente, com amizade, com tolerância, sobretudo com muita simplicidade e sensatêz. Com frases de Michelet não fazem senão malucarse um ao outro, e não é possível entenderem-se. A D. Adelaide falta-lhe também a visão prática das coisas da vida. Não admira, calculo que não terá *vivido*, senão em imaginação. O rapaz precisa agora de um tratamento higiénico de sensatêz, e não de literatura e de adjectivos. A tal carta era uma embrulhada grammatical em 3 actos, quando se precisavam de coisas nítidas, pacatas e bondosas, — mas tudo isso *simples, simplesmente feito e dito*.

Calculas que uma Mãe falaria assim a um filho? Pois era esse o processo a adoptar, com uma certa cerimonia e cuidado, claro está, maneiras que a idade e qualidade da D. Adelaide impunham. Se o homem quer desabafar com ella, não vejo mal nisso, e era um bem que lhe fazia, mas devendo sêr um calmante e não um excitante, prática e não romântica. ; Mas como, se ella não sabe, se ella conhece a vida indirectamente, se não teve (provavelmente) a experiencia pessoal da acção, das paixões, das difficuldades reais da existência?

A Julianna continua bem, e o criancêlho modorra beatificamente. Estou á espera de que chegue o Senhor Adolfo para te mandar esta. Acaba de entrar o Senhor Bagôrro, homem baixo, cheinho, bigode e cabelo branco, cára côradinha de menino saudável. Uns 50 annos bem conservadinhos, farmacêutico, dedicado à familia Pessoa de longa data. É de Arruda, terra de vinhos, e não sei que tal de bacêlos. Acaba de sair. Diz-me a Pilar que convém esperar que passe a tua hora do almoço para depois te mandar estes papeis...

Raparigas, tomae tento,
Rapazes, não vos fiéis:
Palavras leva-as o vento,
Cartas de amor são papeis...

Ouvi cantar isto no Algarve. As minhas, pequenina, não são só papeis. Não são: e estou certo de que não será preciso que t'ò affiance o teu amantíssimo

A. S.

103

Quarta-feira, 22 de Setembro (1909)

Minha pequenina muito amada:

Mando-te umas *Rimas* que farás o favor de entregar a teu irmão, um *Anthero* para emprestares ao barão de Merk [?] e para ti o *Camões* de O. Martins, que folhearás quando tiveres tempo. Não é preciso que o leias já, nem a seguir.

Manda-me a morada do Sylvio Romero (no fim da carta em teu poder) para eu lhe enviar o *Anthero*; não precisando d'ella manda também a carta, para eu a mostrar ao Chagas.

Estava escrevendo a ultima linha da pagina anterior quando me chegou a tua datada de hontem à noite. Não posso ir na quinta-feira, porque me devo encontrar com o Raul Chagas às 3 h. afim de elle me informar o que se passou no conselho escolar do Collegio Militar, que reunirá nesse dia. Como vês, é um caso de força maior importantíssimo, que prima tudo, e de que talvez possa dependêr o nosso futuro. Esquèci-me de te dizêr hontem que fui com o França ao Estoril no comboio da 1 h. 40 m., conferenciar com o dito Raul, que lá está veraneando e que é professor de francês e inglês no Collegio. Combinámos então a entrevista de quinta-feira, na Avenida Resano Garcia. Sexta é a despedida do França, e sabbado estou de serviço. Na mesma sexta vou lá a essa á noite, se não vês nisso inconveniente.

Beija-te as *pontas das asas* o teu

A. S.

104

22, 10 da noite. [-9-09]

Minha pequenina: escrevo-te da farmacia Cisneiros, de volta para casa. Entrei e pedi venia para escrevêr duas palavras, afim de aproveitar um marco postal que aqui ha ao pé. Encontrei o Mario Chagas que me disse ir para casa do Sr. M. J. da Silva, — e se eu queria alguma coisa para lá... Esteve todo o dia, como sempre, em pensamento comtigo o teu marido extremosíssimo.

A. S.

105

CARTA DE SYLVIO ROMERO A ANTÓNIO SÉRGIO

Li o seu volume de poesias *Rimas* e venho dár-lhe a minha impressão infelizmente pouco desenvolvida. Sua poesia é larga e forte, como filha que é d'um pensamento disciplinado pela philosophia.

Nada de lyrismo piegas e meramente subjecti vista existe alli e revive em todo o livro certo desencanto materialistico e pessimista, quebrado de vez em quando por grandes surtos de esperança e d'enthusiasmo. Para mim, porem a nota capital do seu poetar está na doçura, no enlevo, no quebranto, ia dizer — na meiguice, com que sente e falla das horas crepusculares, da invasão das sombras, no descer das noites sobre a terra, os mares, as matas, as cidades, os homens... Então su'alma se dilue, se mistura como em todo ambiente e despede notas verdadeiramente commovedoras, porque sentidas, como filhas do coração. Em *Avé-Marias*, *Solidariedade*, *Brisa Marinha*, *Os Bois*, *Nocturno*, *Romanticismo*, *N'um Claustro*, e até em *A Ilusão* estão ellas. A scena opposta de irradiação da luz — toca-o também, mas a intensidade é menor, ainda que notável. É o caso em *O Pacifico*, admiravel soneto cujo final é bellissimo; em *Alvor*, em *Meio-Dia*, em *A Morte do Leão*, valente inspiração só por si sufficiente para sagrar um poeta.

Dou-lhe d'aquí o abraço ou o beijo que merecem todos os grandes Talentos, eleitos da eterna poesia.

De seu admirador
muito amigo

Sylvio Roméro

Rio de Janeiro 6 de Setembro de 1909
Rua Sete de Setembro 113

106

23-9-09

Não valia a pena mandares tão especialmente e tão depressa a carta do Sylvio Romero, minha pequenina muito amada. Esperava hoje carta tua, esperava, mas pelo correio. Como saberás em breve, enganáste-te, porque te escrevi hontem á noite um cartãosinho. Tenho pensado em ti, e pensado, e repensado, portanto deveria estar pensando no momento de escreveres. Dir-te-ei pelo telefone esta noite o que resolvi depois da conferencia com o Raul Chagas: nessa mesma occasião te direi da partida do França. Será, provavelmente, de casa do Dr. Mario.

Este ultimo falou-me hontem á noite do teu irmão com elogio: que estava entrando por um bom e serio caminho, fazendo-se um homem a valêr, e que se conseguisse o que está intentando prestaria um grande serviço a teu Pae. Gostei muito da tua frase sobre estares «*millionária*»: oxalá sempre julgues que o meu amor vale effectivamente alguma coisa, e lhe dês um preço que elle por si só merece no facto de sêr immensamente profundo, convicto, entusiasta, resplendente e sério. Valho muito pouco, pequenina, e ainda menos em comparação do amor que te tenho: podes estar certa e certissima de que mais bellamente se não pode amar.

No concurso de Salamanca ganhou o Monsaraz, como eu esperava por sêr amigo íntimo e obrigado dos membros do jury. Nem o meu soneto lhes chamaria a attenção, por não esperarem que elle contivesse o que contem: não é dos mais fáceis à interpretação. O *Refugio* é todo marítimo e technico: é preciso sêr-se marinheiro e mi-

Cartas da juventude de Antonio Sérgio

litar (artilharia, etc.) para lhe dar com as subtilidades, que sem tal parecerão absurdas, ou mesmo na linguagem (*gerba, prateados fios no cariz*, etc.). Emfim, só perdi com isso 750 pesetas. Teu e muito teu

A. S.

107

23, Setembro. Na Baixa. (-9-09)

Ainda bem que escreveste, meu amor, estava morrendo por palavras tuas. Todos os dias me parece que te amo mais, e todos os dias te amo como sempre. Está a tua imagem tão inseparável do meu pensamento como o sal da onda marinha, e o sussurro de uma fonte plácida. Ainda ha pouco te mandei uma carta (menos longa do que eu queria, para não fazêr esperar o homem) e já estou com uma vontade de rabiscar... Esta história do Collegio traz-me inquieto, e rebento se não desabafo contigo — Se pudesse sêr, se pudesse sêr! A que horas irás a Carnide? Não posso estar sereno ou indifferente, por mais que queira. Ficava a nossa vida arrumada, por alguns annos pelo menos.

A. S.

108

[29-9-09]

Minha Luisinha:

Não te pode a Pilar escrevêr porque está dormitando por têr passado mal a noite. Apareceram a chamar-me ao telefone, quando estava falando contigo. Mandar-te-ei o que souber hoje. Tenho pensado umas ideas que me surgiram hontem, e estou-as *organizando* antes que me escapem. Amanhan encontro-me com meu primo Silva Telles, professor do Curso Superior de Letras, e depois naturalmente começarei a folhear páginas de geografia.

Ama-te *muito bem*, muito *bôamente* o teu

A. S.

P. S. Não quero fazêr esperar o portador, que já da outra vêz julgou que nos esquécêramos d'elle.

30-9-09

Quinta-feira, meio-dia

Minha pequenina:

Muito obrigado pela tua carta. Tanta pena tenho de não poder agora ler em ti todo o meu pensamento! Paciência, lembro-me que por ti ando agora mettido em toda esta confusão. Hontem, com o tal Senhor Fernandes pouco adiantei. Infelizmente não ha dissertação, única maneira de eu poder mostrar superioridade. Paciencia. Sobre o assumpto da tua carta temos tempo de falar, não é verdade, meu amôr?

Hoje, indo a guardar algumas das tuas últimas cartas passei-as pelos olhos e só então me lembrei do teu pedido de versos cada mês. Como estamos hoje a 30, senti-me obrigado a fazer alguma coisa para o mês que acaba. Ah! tens um soneto, feito entre duas páginas de um compendio de história:

Pedes versos, meu bem, o verso loiro
Como a espiga suspenso e baloiçado:
Meu estro és tu, meu coração, meu fado,
Minha luz vespertina e meu tesoiro.

Porque se cala pois a terra d'oiro,
Porque não solta a ave o seu trinado?
Mantem-me a vida preso em seu cuidado:
Ceu, paraíso, abismo e sorvedoiro.

Ou mudo ou solto em auras d'harmonia,
Tenha a doce expressão de quem confia
Porque a alma sorri, serena e pura:

Tanto monta o silencio e a voz singela
Quando repousa a lira, em si segura
Porque um divino amôr a guarda e véla.

Não prestam, mas não ha tempo para mais. Vou almoçar para ir têt com o meu primo Telles, que me escreveu a dizêr que já está em Lisboa e me espera na Sociedade de Geografia.

Teu

A. S.

s. d.

Sabbado, 8 da noite

Minha Luisa:

Impressionou-te a arenga da M.^{me} Bensaude a proposito do Ferrer. Vejo que é a conversa geral e dominante. Como não leio jornaes e sei que se não deve julgar com aquelles *juizos ligeiros* de que

fala o Eça numa carta de Fradique sobre o jornalismo, — abstenho-me de têr opinião, coisa que deveria fazêr muita gente boa. *Abstine*. A explicação pelo jasuita (sic) é recurso constante e mirífico em pessoas «avançadas», «modernas», «intellectuaes», grandes espiritos profundamente nutridos depois de folhearem duas dúzias de folhas de *papier noir*. Quanto á historia da Julietta, com seu balcão, seus cabellos louros e seu envenenamento no 5.º acto, será tratada verbalmente na 2.ª feira, se V. Ex.ª levar isso a bem.

De Ferrers, revoluções sociaes, socialismos, anarchismos, etc., o que se deve concluir desde já de práctico é que a vida frivola, de prazêr e de ostentação, da gente rica, deve passar. A época exige seriedade, dedicação, trabalho, simplicidade de costumes, esforço de todos a favor do bem commum, para minorar quanto possivel o cataclismo que virá, — uma especie de invasão de barbaros interiores, de que Barcelona deu uma amostra pállida. Os millionários americanos sabem vêr as coisas, ao que julgo. Oxalá as vissem todas as criaturas de alguma illustração e de alguns recursos. Adeus, meu amor, fala-me amanha pelo telefone às 11 da manhan se puderes. Leio distrahadamente compendios de historia, um pouco mais interessantes que os de geografia. A Pilar, que está aqui sobre o meu Joelho, manda-te um beijo. Teu

A. S.

111

1-10-09

Minha Luisa:

Escreveste-me exactamente o que eu esperava e o que eu queria. Agora mais do que nunca preciso de uma palavra todos os dias. Falei hontem com o primo Telles. Disse-me que para quem nunca lêra uma palavra de geografia moderna, como eu, era preciso um trabalho formidável e um esforço de memória violentissimo, em virtude da pequenêz do tempo. O peor é ainda que no Collegio o estudo da geografia, segundo elle me disse (tem lá um filho) está desorganizado completamente, sem decidirem entre a orientação moderna e a orientação antiga, que me impingiram em menino. Decidi, claro está, orientar-me á moderna, mas corro o risco de me têr que havêr com coisa *completamente* differente. (*Bastante* differente é pela cêrta). Emfim, é um jogo de azar. Ponho o futuro numa carta.

Adeus, meu amor vêr-nos-emos amanha. Um *descomunal* e inexprimivel abraço cheio de saudades do immensamente teu

A. S.

O primo Telles começou por me aconselhar ir antes ao Francês e Português. Teime. Diz elle que tem pena. Com mais algum tempo poderia ir plenamente seguro de me mostrar todo armado a moderna. Ficaria ou não, mas ficava a segurança da figura. Paciência.

[1-10-09]

Minha Luisa:

São nove e meia da noite. Acabo de chegar da rua. Fui à livraria pagar o «*Anthero*» e encontro teu Paê. Recebeu-me com a cara mais amável e mais risonha que elle jamais teve em sua vida. Perguntou-me pelo Collegio, que seria realmente «muito bom» se se conseguisse, que desejava fazer a meu favor tudo que pudesse, etc. Porque é meu amigo bem sabe, hoje em dia, tenha-se o valôr que se tiver, os empenhos são tudo e por causa d'elles pode ser preterido. Achou muita pena em que elles naturalmente me guerreariam por sêr de marinha, e desabafou mais *móravidades* que na quinta-feira esmiiçarei.

Depois, quando soube que fóra liquidar a conta ralhou commigo: que não podia acceitar que eu fosse já fazer aquella despêza, etc. O Senhôr vae fazer-me o favôr de recebêr outra vêz o seu dinheiro, e pagará mais tarde, quando a venda dos livros estiver mais adiantada. E restitui-m'o á saída, ás escondidas dos empregados. Como vês, uma boa vontade admiravel, de que deixo para viva voz alguns detalhes interessantes. Cá vou andando. Passei o dia lazarento porque a cerveja que me deste hontem me não deixou dormir, duas noites a fio já pesam. Peço-te que nunca mais me offereças bebidas *L* noite, chás, cafês, cervejas, e ainda mais que nunca insistas quando eu rejeitar. La *-façon de donner* faz-me esquecêr que *ce qu'on donne* é um verdadeiro veneno para mim áquella hora.

Adeus, minha pequenina muito amada, vou têr com a Pilar que ja se deitou e quer que me eu vá despedir d'ella. Manda-te dizêr de quinta-feira: tê-la-has a passar o dia. Adeus, adeus. Saudades ou recommendações ao João. Um grandíssimo e saudosíssimo abraço do teu irmão muito amigo, muito respeitoso e muito amante

A. S.

[4-10-09]

Segunda-feira á noite.

Luisa minha:

Calcularás tu como as tuas bôas palavras me dão uma felicidade profunda, e quanto com ellas me sinto seguro? Quando todos me negassem tu havias de crêr em mim, e o que a inspiração, ou o talento, ou a bôa-vontade me podem dar de melhor é ainda a tua estima. Com ella me defendo, como a gente antiga nas calamidades alçava um crucifixo. Convence-te d'isso meu amor, e não te esqueças de m'as repetir. Vês? Treme-me o peito ao dizêr «meu amor», — exactamente como no primeiro dia. Estou-te escrevendo, minha Luisa, no mesmo sitio em que te falei tão turvado e tão vencido dos proprios sentimentos, e tão assaltado pela idéa das contrariedades que via ao nosso casamento. Gostaria de te têr commigo ago-

ra __tanto!__ ainda que tivesse de soffrêr as mesmas apreensões e as mesmas dúvidas.

Amanhan terça-feira vou lá á noite com a Pilar. Se houver nisso inconveniente manda dizêr pelo telefone.

Ainda bem que teu Pae já gosta da idea do Collegio. Como tenho pouca esperanza de ficar, receio que elle me passe a medir o valor pelo insuccesso. Os seis mêzes é que talvez não possam sêr emquanto eu não arranjar algum accrescimo aos magros 75. Hontem tive cá todo o dia o Henrique Vilhena, que me disse sêr esse o seu ordenado, e que lhe dava para vivêr com a mulher e duas filhas. Mas, mas... Mas digo eu, que não elle. Emfim, o mínimo seriam oito mêzes, para esperar pelo começo das ferias grandes.

Adeus, por 24 horas menos três quartos. São agora 8 e 15. Dá saudades minhas ao mano João, e lembra-te de que tens um marido que te amacom um amôr tão profundo como é profunda esta noite, e tão claro como ella è escura.

A. S.

114

[5-10-09]

Luisa minha:

Die Wirtschaftsformen der Erde, Dia Haustiere un ihre Beziehungen zur Wirtschaft des Menschen: manda-me a traducção d'estes dois titulos com que a não sei que pedante germanêsco aprouve baptizar seus alfarrábios. Malditos allemães! Porque não ^falarão elles português?... Porque não piam em bôa lingua de Camões que s'intenda?

«Mas, pois que estar ausente lhe é forçado,
Por Senhora de cá vos reconhece
Aos pés de imagens vossas inclinado.

E pois vêdes a fé que nos offerece,
Ponde os olhos de lá no meu cuidado,
Dar-lhe-eis inda mais do que merece».

Com que então, só V. Ex.^a é que se ralou com a coisa de sabba-do? Parece-lhe isso? Em todo caso, confesso que me não faz uma impressão *tão enorme* quanto me faria o faltar uma noite em sua casa ou um dia em casa da tia Helena. *Só* nesses casos é que estou á vontade,— o que não quer dizêr que os outros me não saibam m.^{to} bem.,

Gostei muito de que soubesses assim apreciar os cisnes. E preciso sabêr voltar a alma para tudo. Aviso V. Ex.^a a que não escreva «fazer o kilo». Kilo é peso, mil grammas. O ultimo producto da digestão, chama-se e escreve-se *chylo*. Se quizer, explicar-lhe-ei verbalmente o que isso é, mas como não tenciona sêr medica ou fisiologista não me parece indispensável. Entretanto não recolha o seu espirito, Senhora Joaquina: não recolha o seu espirito! Pense no seu *hóme!*

Está um dia maravilhoso, são 10 horas da manhan, depois do almoço saio e vou ao quartel entregar o requerimento. Desisto das distincções: não tenho quem vá á Luz. Acordei hoje ás 3, e tentei

em vão readormecêr até ás seis, hera a que me levantei. É verdade que me deitei antes de darem as 10. Estou maravilhosamente disposto, e com uma gana de vêr cá uma bicha.....

A. S.

115

[6-10-09]

Luisa minha:

No domingo, se puderes fala-me das 11 da manhan em diante para o quartel, que ha pouca gente nas secretarias por sêr feriado. Caiu a noite, vou jantar e estou um nadinha desanimado. Porquê? Não sei bem, meu amor, vem-me a idea de que não fico no Collegio.

Ora, deixemos isso. Passe V. Ex.^a muito bem, e lembre-se de que cá está um pateta a pensar muito em si.

Um grande beijo, minha. Luisa, um grandissimo beijo nas tuas mão do teu

A. S.

116

[8-10-09]

Quinta feira, noite.

Meu cysnezinho:

Vim do Quartel ás quatro, e passei pela baixa à hora do movimento, — que já começa a ter seus ares de inverno. Lembrei-me ce que se o passaria cá — e pareceu-me coisa boa de mais para se alcançar — Toda aquella gente me deu uma vontade louca e inquieta de vêr uma unica, uma unica ursa do Jardim Zoologico!

Minha Luisa, faço-te passar em fantasia como uma brancura evanescente pela noite calma. Lembra-te de mim e escreve-me. Que farias àquella hora? Terminavas a lição da Madame. Terminavas a lição da Madame e falavas acaso em mim.

Teu A.S.

117

[10-10-09]
Sabbado —

Irmãzita minha:

Ouçõ a noite, estou comfiado, penso em ti. Iremos na segunda-feira

Teu

A. S.

Amôr meu:

[12-10-09]

É de manhan, estou no meu gabinete muito fresco a decorar fiadas de nomes geográficos: golfos, cabos, ilhas, montes, cidades, villas, aldeias do mundo inteiro, Os rosários mais aborrecidos de corrêr neste universo. O que me vale é que dormi soberbamente das 11 de hontem ás 4 V_2 d'hoje, e em disposição magnifica me levantei. Aproveito o ir sair a Pilar para te mandar num cartão postal o mais bello abraço de que é capaz um homem que o sol só vê a pensar em ti, e a lua a sonhar comtigo.

A.S.

[13-10-09]

Quinta-feira, 1 H da noite:

Queria-te eu dizêr, minha Luisa, que me agrada muito e muito o movei, o sentimento que te faz têr o trabalho de vir á noitinha, pela calada, abreviar-me estas horas fastidiosas de serviço, — mas que infelizmente o meio de que dispomos, o antipático telefone, com barulho, meninas bisbilhoteiras (de que ainda hoje me falaram) e a maçada que tu corres, me não deixam têr uma sombra do grandissimo gôsto que me dá, meu amôr, só o pensar na intenção. — Tive desde menino a *fobia* do telefone, mal calculando quanto elle me havia de entrar na vida, Não me intendo com elle; não me serve o não vêr com quem falo. Arranha me os nervos o bocal, que cheira a tabaco, e o auscultador com uma cegarrega de cigarra em dia estivo. Meu Deus! em vêz da tua voz, — rrrrrr, r, r, r, Algumas vêzes lá consigo conjecturar o que me dizes, mas na maioria resolvo-me a fingir que percêbo. Ora faz-me afflicção, minha Luisa, esta idea de que te estou falando cheio de aborrecimento e de zanga. É estado de espírito que não quero ligar ao pensamento da tua pessoa. O progresso é uma grande coisa, — para o commercio, para a industria, para a fabricação das conservas, para a via não accelerada, — mas não para mim, minha Julieta, que não nasci para falar por fios. Suppõe que o Romeo, na scena do balcão, se lembrava de sêr surdo e replicava lá para cima:

— O quê? Hein? Que dizes tu? Não oiço nada...

e que se resolvia afinal a dizêr que sim com a cabeça, a fingir que percebia. Nesta altura um espectador de bom gosto ia a casa, tirava um embrulho da gavêta, sentava-se no seu logar com a calma de um juiz e a imponencia de um patriarca... Ao subir o panno para o terceiro acto levantar-se-ia e antes que o heroe marcasse o veneno para c suicidio ali mesmo o estenderia a tiro de pistola, — em nome da esthetica e em nome do bom-senso. Ora não queiras que venha a sêr victima de um justiceiro assim o teu irmãosinho que tanto te ama

A. S.

[18-10-09]

Minha Luisa:

Com que então essa narigada ia sendo origem de uma catástrofe perfeita, com todos os matadores? Já chegou o mano João? Temo-lo na 2.^a feira?

São 7 horas, estive deixando correr o tempo depois do jantar, enquanto a Pilar tocava ao piano e a prima Mia brincava commigo, com referencias a teu respeito, para réplica do que me metto eu com ella. Como era da *bicha*, fui ouvindo amenamente... Esteja-me alegre e pense no seu marido.

A. S.

27-10-09

Minha Luisa:

São 5 horas da manhan e escrevo-te doido de desespero. Não consegui dormir um minuto. O que mais me enfurece é passar assim uma noite inteira sem fazer coisa alguma, sem paciencia para nada, com a certêza de passar amanha um dia também incapaz de coisa alguma, 24 horas completamente perdidas depois de um dia de serviço, para na quinta-feira brincar aos soldados na parada e na sexta voltar a este inferno. E vêr que heide passar a vida assim, neste serviço de marinha todo feito de noite cortadas, que breve me hade escangalhar de vêz! Vaes julgar que é hoje uma excepção: não, meu amôr, é sempre assim no quartel, simplesmente hoje esgotei afinal a paciencia. E tudo porquê? Porque tenho de andar de um lado para outro até ás 2 H, a patetar, num trabalho de giro que qualquêr galego cumpriria. Paciencia, paciencia! Mas a paciencia perde-se, e depois —

Não fales para cá hoje, espera que eu para lá fale, que talvez não sinta resignação sufficiente para aturar um telefone. Porque te admiraste de eu dizêr que não gostava que me contrariassem? Tens razão. Não era isso que eu queria: não gosto que me contrariem *quando me não apresentam razões accetáveis e me atiram poeira aos olhos*. E só tenho paciencia para discutir com certas pessoas. Com a M.^{me} Bensaude não teria. Depois, eu não lhe poderia replicar á vontade, por via das conveniencias. É melhor, pois que não falemos no assumpto. O meu camarada que está de serviço tem dó de mim e de vêz em quando vem vêr-me ao quarto, desde que me viu apparecêr lá fóra com espanto seu. Levantei-me, vesti-me, puz-me a andar de um lado para outro. Pareço doido, e não sei se heide vir a sê-lo.

Adeus, meu amor, não dês importancia a isto, porque me impedirias de desabafar. Espanta-me como o organismo me tem resistido a tudo isto e a muito e muito mais por que tenho passado. Decididamente, sou um bicho muito exquisito, e não o pareço tanto porque me não confesso. Valha-me isso ao menos. Não sou dos «*montreurs*». Ficaram-me estas extravagancias como resaca de tormentas várias. Quem as poderia explicar? Nem me eu já lembro de como ellas foram.

Promène qui voudra son coeur ensanglanté... Ensanguentado ou não, minha pomba, está a teus pés, e está bem.

A. S.

122

s. d.

Minha Luisa:

Começo a recebêr avisos de que o fidalgo visconde de Ottolini vae fortemente protegido pelo Paço e que me acautele. O meu primo foi profeta. A Pilar saiu para a missa, e a minha Mãe disse-me que tu irias falar hoje não sei com quem para a Figueiró. Peço-te que, se o fizeres, seja dizendo que nos repugna immensamente a empenhóca, e de maneira alguma recorreríamos a ella: pretende-se unicamente que não protejam *ninguem*, *nem a mim*, nem aos outros, e tão somente equilibrar a influencia do outro, quanto possivel, de maneira que me garantam a *neutralidade* do jury. Neutralidade do jury e, sobretudo, *neutralidade dos interrogadores*. Isto e nada mais, mas peço que me garantam isto. Se teu Pae perguntar alguma coisa, explica-lhe bem isto, muito bem: pretende-se *só a neutralidade*.

Em minha opinião, o Senhor Ramos é o mais refinado dos hipócritas: amanha te contarei da nossa conversa. Convinha-me que não fosses á M.^{me} Bensaude antes de te indicar o que acabo de dizer sobre o fidalgo e a naturêza das minhas pretensões. Tenho também umas coisas para vêr se dizes diante do Ramos, e ficarão para amanha.

Teu

A. S.

123

s. d.

Luisa minha:

Farás saber à M.^{me} Bensaude que depois do que ella fez me julgo na obrigação de cumprir as suas ordens. Dirás outrosim ao jantar ao Snr. Ramos as coisas necessarias para lhe insinuar *douce-ment* que eu de forma alguma seria idea ou vontade de me encontrar com elle numa occasião d'estas, para o maçar ou para lhe pedir qualquer coisa, de maneira que fique assente que vou sim, mas porque julgo que seria incorrecto não obedecêr à Madame depois do que ella fez.

Morreu-me o Antonio Sergio, e fez-me o acontecimento grande abalo. Chorei como um burro durante algum tempo, e consolei-me um pouco fazendo-lhe um mau soneto que a Pilar copiou e que te mando. Que queres, allivia-me ás vêzes escrevêr qualquer coisa. Cheguei a casa á coisa de uma hora e deu-me a minha Mãe a noticia. Falaremos á noite. Teu e muito teu

A.S.

124

Vai pouco a pouco a rosa desfolhada
Caindo ao torvo pó que arrasta o vento;
Pelas aguas sem fim do esquecimento
Vae-se afundindo a pétala arrancada;

Vae-se apagando a face desmaiada,
Morre o lírio na dor do seu tormento,
E o sonho vão que erguera o pensamento
Mal o sol o tocou, se fez em nada.

Tudo o destino arranca, e murcha, e tira,
E até quem mal os olhos entreabrirá
Logo no peito a morte lhe aparece:

Nessas mãos infantis que mal beijei
A surda escuridão contigo desce
Todo um futuro d'oiro que sonhei.

[sem assinatura e data]

125

s. d.

Minha Luisa:

Disse-me a Pilar que querias os nomes dos homens do jury. Não pretendo nada do jury, meu amor: o unico cavalheiro que me fará partida, segundo julgo, será o Ramos. Só sobre o Ramos poderia haver vantagem em fazer pressão. De resto, dadas as relações que sei agora por ti que existem entre elle o fidalgo, tudo se torna talvez inútil. Só me poderá salvar um certo prestígio sobre os outros. Não creias que seja isto desânimo, porque não estou nada desanimado. Olho para o caso com bastante indiferença. Acho cómicas as contradições em que o nosso homenzinho caiu. Diz ter pena que não fosse eu á mathematica, porque tenho no Ottolini um adversário catitinha. Por outro lado, faz-me o favor de me achar mais mérito. Mas nesse caso, não deveria temer, por mim, mas pelo outro. Vão lá adivinhar como trabalha uma cabeça de um Ramos. D'aquelle *ramo* não me póde vir bom fruto.

Teu, do coração

A. S.

126

s. d.

Minha Luisa:

Espero que te não entristêça muito a chuva, e te não irrite a trovoadas.

Dizendo-te que me sentia bem fisicamente não queria só dizêr que me não sentia mal: mas que uma boa disposição me levava para claras e frescas coisas, apesar de têr razões moraes para não estar muito bem disposto, nem muito confiante. Mas não insistamos, que a fatalidade é a fatalidade. O mundo é o Inevitável, — d'onde se segue que a indiferença é o papel do sabio. Ora ainda bem que podemos chegar ao menos á solução definitiva das coisas!!!

A Pilar está aqui ao pé de mim a dizer-te em escritura não sei que lérias. Boa saude, e melhor cara ao Destino.

Teu

A. S.

127

â. d.

Minha Luisa:

Escrevo-te da casa do Mene. Recebi aviso do Collegio militar exigindo-me que apresente carta do curso de marinha. É um documento absolutamente inútil, porque na marinha não ha officiaes práticos; por outro lado apresentei uma certidão de todos os exames da Escola com os valores que tive, etc., certidão que diz muito mais do que a carta do curso. Esta custa muito caro, 30 ou 403000, e os sujeitos pensam assim levantar-me difficuldades. Pensando bem, é mais estúpido ainda do que mesquinho. Emfim, vamos aturando a humanidade e as suas virtudes.

Adeus, meu amôr, até amanha. Quando voltam teu Pae e o João? Ficas só muito tempo ainda? Muitas e muitas saudades do teu noivo e teu irmão

A. S.

128

[14 Novembro 1909]

Minha Luisa:

Pelo que vejo, ainda d'esta vêz não houve coragem para dizêr o tal occulto pensamento de outro dia. Porquê? Não sejas assim, minha Luisa, não ha e não deve havêr razão para que escrupulizes em

dizêr o que pensas. Maus pensamentos não os devemos têr; os bons não ha motivos para que os escondamos.

Sahi hoje ás 9 horas do quartel e deitei até á Estrella. Como cheguei cedo de mais entrei no jardim. Deu-me vontade de morar ao pé de um jardim. Vi os cysnes. Não sei se os mesmos que viste um dia. Um d'elles era defeituoso e tinha uma pata mal incerida que lhe saia, muito negra e muito feia, sobre a plumagem branquinha. Pobresinhos dos defeituosos!

«Let the swan
Float double, swan and shadow»...

Havia uma pequenina que se não queria arrancar de ao pé da grade e que os namorava. Empurraram-na para dentro: resistia, sorrindo, meio atraída e temerosa.

Let the swan
Float double, swan and shadow...

Vim para casa com as tias Mathilde e Carlota, Raymundo pae e filho, Julia, que se metteram no americano em que eu estava, á altura de S. Paulo. Saíam da missa e vinham visitar a Adelina pela morte do Pae. Agora entro de serviço de 3 em 3 dias: estarei pois na 4.^a feira e não na 3.^a.

Espero recebêr carta amanha, elucidando o grão misterio. Virá?
Teu

A. S.

E as duvidas sobre a *intensidade*, com que acabavas hontem? Porque teriam apparecido ellas, Deus meu, porque teriam apparecido! Lembra-te sempre de que tenho o espirito constantemente cheio de mil coisas, de que quasi tudo é fumo.

129

16-11-09

Minha Luisa:

Calculo que os teus receios venham de me sentires alheado nestes ultimos tempos. Repara que este concurso agora é o momento determinante e critico da nossa vida: do resultado dependerá uma differença radical no futuro. Ou uma existencia errante, e obscura, e estragada e triste pelas estações d'Africa, ou a fixação, a segurança, a despreocupação relativa de «o que virá». Emquanto tivêr esta espada da vida de marinha sobre mim, não me fica um segundo desanuveado. Tudo, desde o nosso casamento ás minhas occupações, está agora dependente d'este fiosinho. Quando se quer uma coisa A que depende de outra B, é preciso, e é natural, que nos fixemos nesta até que a obtenhamos. Não ha medo de que estes alheamentos se repitam, porque poucas vezes terei de me occupar ou antes preocupar com coisa ao mesmo tempo *tão incerta* e tão importante.

Depois, este alheamento relativo tem-se dado em relação a ti um pouco (não indo lá a casa, escrevendo-te menos) *mas não em relação á minha familia*, com quem estou em contacto directo, isto é, *nas circunstancias em que heide estar depois para contigo*.

Digo-te com toda a segurança que não tens razão alguma para receios. Contanto que te abras sempre, immediatamente, *corrément*, inteiramente commigo. Nunca deixes ficar lá dentro coisa alguma:

Le sévère dieu du silence

Est un des frères de la mort,
disse o Musset com muita razão. Sei-o muito bem por experiencia. Quando se vae para a frente das pessoas e se falia cruamente, de-sapparecem por encanto todas as dúvidas. A maneira de nos entendermos sempre é communicarmo-nos sempre. —

— «Tenho sempre o espirito cheio de mil coisas de que quasi tudo é fumo» —, quer dizêr: tenho-o sempre cheio de mil planos, de mil ideas, de mil luctas interiores a que não correspondem realidades palpaveis, utilidades vitaes, objectos que se vejam. São partes pois da minha vida em que só entrarás pouco a pouco, á medida que communicares intimamente commigo, em que trabalhares e pensares ao meu lado. Depois, quando estivermos juntos e occupados sempre nas mesmas coisas, *os nossos espiritos coincidirão*, e estaremos sempre, *espontaneamente*, um dentro do outro, pela força natural das coisas.

Dizes que te veem «medos», dúvidas da tua «força moral», receias «reacções». Coube-te a vèz de falar com palavras vagas. Creio que me calumnio: eu não fui vago, mas *curto*; tu, sendo prolixa, foste *vaga*. Ahi está um defeito a evitar. Peço-te que te exprimas sempre com toda a precisão, concretamente, chamando os factos pelos seus nomes particulares e próprios, sem a minima coisa que possa sêr um rodeio. Garanto-te que não ha motivos para te preocupares. Confia nas minhas palavras, para teu bem immediato e para meu, que fujo de cuidados neste momento.

Teu marido *muito* amante

A. S.

130

Manhan de 17(?) - 11-09

A tua carta deixou-me preocupado desde hontem. Vaes promettêr-me solemnissimamente uma coisa: passarás a dizer-me immediatamente tudo. Esse processo de guardar, de ruminar, de fazêr mysterio, um segundo que seja, é o que ha de peor. Se te tens confessado outro dia ficava tudo resolvido naquelle momento. Assim passei 4 dias apprehensivo e um preocupado. Com que vantagem? Para quê? Que motivo podia havêr para escondêres uma coisa tão simples? Nunca faças surgir preocupações escusadas, que já bastam as que sc teem necessariamente.

Repito-te, minha Luisa, que podes estar descansada a esse respeito. Gosto de ti *a serio* — não sei se comprehendes o alcance da palavra, — sou o homem de melhor vontade para entrar no espirito de outrem, e creio não sêr obtuso de todo. Parece-me que são todas as condições necessárias para não estares receosa no assumpto que te trouxe apprehensiva. Tudo depende de ti: de te resolvêres a sêr transparente, aberta, heroicamente franca e communicativa. Quando duas pessoas *querem* e se acostumam a dizêr *tudo*, hão de entenderle com certêza.

Fica assente isto: nunca mais, *nunca mais* te calarás a uma pergunta minha, nunca mais conservarás fechado um pensamento. Já me viste fazêr o contrário?

De resto, esta combinação foi já feita e repetida. A minha pequenina tem faltado. Não a tomou tanto a sério como eu queria. Pois é preciso tomar a sério todas as combinações. A vida deve compôr-se de pensamentos sérios, nítidos, particularizados, bem concebidos e ordenados. Ora isto, que parece prosaico, é a única coisa sólidamente poexica d'este mundo.

Muito teu

A.S.

131

21 Nov. 1909

Minha Luisa:

Não se ponha você a fantaziar contrariedades *possíveis*. A experiencia tem-me dada isto: nunca a confissão plena fez mal, só o silencio desgosta. Desde o momento que nós nos esforcemos por pensar coisas razoáveis e boas não pode havêr inconveniente em explica-las. Você podia calcular que se eu lhe pedia addiamento, tinha para isso alguma razão *que você approvaria logo que a conhecêsse*. Mas quando lhe falei pelo telefone ás 11 horas da manhan estavam as secretarias abertas, e não me era portanto possível sêr mais explícito. Compreendeu?... Os encontros comsigo augmentam extraordinariamente a minha natural distracção no decorar a geografia. Aproveito o tempo 10 vêzes menos do que devia, e você faz-me perder 20 vêzes mais. Quando eu disse ao Botelho que estava noivo, lembrou-se elle pouco depois de me dizêr: «não é agora boa occasião para concursos: vem numa época péssima...»

Aquí tem o meu amor como as coisas são. Privo-me da sua companhia e no final heide ficar preterido. É a Fatalidade. Depois, os meus pontos de vista são provavelmente muito diversos dos d'elles: leio coisas que talvez me não aproveitem nada. Estou a arranjar motivos de ralação?—não estou, pela simples razão de que me não ralo.

Seu irmão muito, muito amigo

A. S.

132

[22-11-09] *

Correio geral 1/2 dia e 1/2 hora

Meu amor

Cá passei pelo Correio geral para lhe mandar um cartãozinho. Que fez hontem de noite? Eu estive triste, e fez-me *afligam* não a vêr. Tinha vontade de me expandir comsigo, dizêr-lhe não sei bem o quê: os taes estados de espírito indefinidos, mas em que se é muito boa pessoa, muito puro, m.¹⁰ calmo.

Teu

A. S.

133

23-11-09

Quinta-feira, 1 da tarde.

Minha Luisa:

Dá-me cuidado o receio de que o mau estado da linha com as ultimas chuvas faça transtorno ao ceu comboio. Gostaria de te ir esperar á estação, mas ao mesmo tempo as pressas da occasião, o mau humôr com que regressam os viajantes, o falar-te a furto para te vêr partir tendo-se apertado a mão sem quasi podêr dar por isso, — são pequeninas coisas, ridiculas, cuja repugnancia será incomprehensivel para toda a gente, mas que a mim me desagradam com uma pontinha de revolta interior. Compreendes isto, margarita? Os ursos como eu são pouco adaptaveis a certas pequeninas cousas. De maneira que não sei ainda se vá, se não. Pouco geito para furtivo e para importuno. Não digas, meu amor, que sou um pateta inteirinho e completo. A desinvoltura muitas vezes não é mais que o resultado da falta de tacco, de impertinência, da indiscreção e da estupidez. Que diz V. Ex.^a a esta psicologia do importuno? Mandar-me-á dizêr se concorda com as suas observações pessoaes.

Amanhan passará por casa de V. Ex.^a o meu impedido para me trazêr as suas ordens: se quer que eu vá a sua casa, ou a S. Paulo. Se em S. Paulo já está a Maria, matavamos de uma cajadada dois coelhos. Mas em tua casa livrar-te-ás de têr de sair á noite, que talvez esteja chuvosa, e estarmos menos rodeados de respeitável público. Como quizeres.

Até que emfim, minha pomba, vamos conhecêr a unica vantagem das separações. Até vêr. Um bom e grande aperto de mão do teu muito teu

A. S.

[23-11-09] *

7 da noite.

Minha Luisa:

Escrevo-te da baixa, até onde deitei para ir á Sociedade de Geografia. Disseram á minha Mãe que te tinham visto hontem com o mano João na Avenida, a sair d'uma pastellaria. Ahi está um serviço de informações bem montado. Tem você pensado no seu irmãozinho? Encontrei um rapaz meu condiscipulo que é professor de equitação no C. Militar. Tendo elle dito lá, imprudentemente^ que o tal Chagas Franco era republicano, houve um professor caridoso que espalhou sêr eu quem reomendára o sermão. Veja você como o seu marido é patife! E nem por isso deixa de a amar a você como só sabem amar os que são brancos como um lyrio

Teu

A. S.

[25-11-09]

Minha Luisa:

Deu-me hontem á noite uma *gran gana* de te vêr e por isso te falei em ir a tua casa hoje. Espero para quando possa sêr, para evitar as duas horas de excesso em S. Paulo.

Contou-me a Pilar dos espantos do mano João a meu respeito. O mano João parece que não sabe o que é um homem precisar de prendêr a sua atenção numa coisa maçadora e têr ao mesmo tempo a imaginação a arrasta-lo para outras paragens. Já reparaste numa antinomia curiosa da minha pessoa? Sou criatura de acção geralmente (*geralmente*) plácida, e de imaginação irrequita. D'ahi a contradicção de um homem regrado por fóra, dando a apparencia de fundamentalmente metódico, e por dentro alvorotado. D'ahi ainda a disparidade de opiniões a meu respeito: este chama-me fleugmático e aquelle um feixe de nervos. O tal sujeito que me dizia empedernido pela matemática não sabe como, em vêz de um livro de equações, me sahi com um alfarrábio de versos...

Quando leio a geografia, meu amor, um quinto do meu espírito está realmente com a geografia, outro quinto com o futuro, dois quintos contigo, e o resto commigo, com a fantasia, com os homens do collegio e com as coisas do Snr. Ramos. Lá dizia o outro que para o trabalho «non vale se non la solitudine dura».

Voltando ao mano João, gostei muito do interesse e *môravidade* que revelam as suas observações. Dá-lhe boas, e quentes, e convictas saudades minhas.

Teu

A. S.

O peor é que a maldita geografia me traz fechado, baixo, prosaico, sem horizonte, sem ar, sem espaço. Não sou agora verdadeiramente uma alma; sou uma cisterna. E ainda por cima não posso deixar nella reflectir-se como eu queria, como num lago, a tua imagem. Esperemos. Amen.

136

[26-11-09]

25, á noite.

Minha Luisa, consola-me a idea de que estou trabalhando para nós dois, para o *nosso* futuro, e para que elle seja mais brevemente *nosso*. Se as coisas inevitáveis, injustas, cegas, se não voltarem contra mim — contra nós — serão bem empregadas todas as contrariedades e inquietações e privações d'agora, — e mais, e mais que fossem. Encontrei hoje pela primeira vêz desde o collegio um condiscipulo que me disse sêr impossivel que me preferissem outro, mas que eu fazia mal em me rnetter no professorado: achava que o meu destino era sêr... «o Pierre Loti portuguezs»!! Não sabe o que é uma estação, e não sabe que existe a Luch.

Vamos suportando isto, minha Luisa, e lembra-te de que depois terás a melhor cousa que se pode ter neste mundo: alguém que viva *connosco*, realmente e profundamente *connosco*, em nós e para nós.

A. S.

137

(26-11-09)

Ah, meu amôr, se fosse antes um concurso de filosofia! Isto de decorar nomes, accumular factosinhos ao lado de factosinhos, sem tirar uma idea, sem tirar uma conclusão! Dá-me a impressão de uma criancinha que vae collocando pedrinhas ao pé de pedrinhas, sem fim nenhum, sem plano, sem razão, só pelo prazer esteril de alinhar pedrinhas. Ha uma geografia interessante, ha, mas essa... será para depois, para eu a ensinar, — se m'a deixarem ensinar!

Dizes-me que estás desconsolada, minha Luisa. Porquê? Não sabes, ou sabes? Se sabes, dize-me — por extraordinario, por tudo que te pareça o motivo geral, por pequenino, por insignificante. Não ha nada extraordinario no mundo, nada do que incommoda é insignificante, — e os motivos que o poderão parecêr mais são ás vezes, para quem os sabe vêr por *dentro*, os mais naturaes e razoáveis. Se ha algum motivo, e se o sabes, tenho cá a convicção de que se m'o

dissesses tudo se esvairia em fumo. Acredita, meu amor, que compreendendo as coisas, e que portanto nunca deves escrupulizar em m'as dizêr. Se eu te pudesse convencêr, se tu chegasses a vêr bem que assim é!

O Augusto, hontem, — eu disse-lhe que não tinha resposta, porque effeccivamente não havia a que respondêr immediatamente, mas sempre que quizeres alguma coisa, não só para mim, mas para qualquer serviço teu em que o homem te convier, deverás ordenar-lhe nesse sentido e aproveitar-te d'elle.

Mando o primeiro volume do «Bonheur de vivre», que a Pilar acaba de lêr e me disse que te queria emprestar.

Adeus. Estou lendo quaes são os países que vendem o algodão o quaes os que compram as batatas. Calculo que te não interessará o assumpto.

Adeus, Luisa minha, até d'aqui a poucos dias, se o mano João vier em tua casa, e se não vier, em casa das tias. Depois de amanha entro de serviço.

Teu

A.S.

138

27-11-09

Estou immensamente desanimado, minha Luisa: ninguem me despersuade de que, não dando elles os pontos, o concurso vae sér urna burla. Porque os não dão, se é sempre costume?

Para mathemática ha *seis* concorrentes: é o tal concurso para que não havia *ninguem*, no dizêr do senhor Ramos. Exactamente o mais concorrido. O tal Ottolini, que o mesmissimo Sr. Ramos nos quiz impingir como terrivel, por toda parte me apresentam como não valendo um pataco. Quem mente deste feitio é capaz de se entendêr com um amigo, o que na realidade não é peor acção. E aqui tens tu no que eu accordei a pensar esta manhan. Para que me serve neste caso estudar? Para quê? Para a burla sér maior ainda?

Toda esta pequenêz me atabafa, sinto-me asfixiar. Se vejo isto acabado, se me torno a vêr no espaço livre!

Teu

A. S.

139

27-11-09

Minha Luisa:

Tinha-te escrito esse cartão postal esta manhan. Mando-t'ó para sér fiel á nossa combinação. Não julgues por elle que estou abatido, ou coisa que o valha: enjoado com todas estas ninharias e comedias de pigmeus, nada mais, e uma grande vontade de me sentir final-

mente eu. Sinto a impressão de têr caído numa teia de aranhaços. Ainda um mês de aranhaços!

Quando vem o João? Manda-me dizêr mal o saibas, para eu lá ir immediatamente. A M.^{me} Bensaude gostou já: optimo. Canta, lê e não te lembres das toupeiras.

Teu

A. S.

140

30-11-09

Minha Luisa:

Escrevo-te de casa da prima Adelina, às 8 horas e meia da noite. Como? Porquê? Explicação: como não encontrei estampilha na minha caixa, desci a pedir uma emprestada à prima *Miá*, a qual me chamou «descarado», desconfiando o uso que lhe eu ia dar... E como ella estava escrevendo a não sei quem, quiz-lhe provar que era mais «descarado» ainda do que ella julgava: roubei-lhe immediatamente esta folha, lancei mão da penna... e aqui me tem V. Ex.^a.

Tenho à roda de mim nem mais nem menos do que a prima Adelina, *Miá*, minha Mãe, Pilar, uma costureira e dois meninos! Excepto a bordo, creio que nunca escrevi cartas entre tanta gente.

Enfro amanha de serviço: adoeceu provavelmente algum camarada. É a época das gripes.

Já sabes quando partes? Deus queira que seja já, enquanto eu me não possa dedicar a ti completamente, — porque depois, acabada esta preocupação e incerteza, quero-me desferrar. Ouviu você, ouviu? Tenho visto hoje de vêz em quando um perfilzinho encostado ao meu peito...

Adeus, pequenina minha, até amanha, ao telefone.

Teu

A. S.

P. S. Saudades da prima *Miá*. Manda a Pilar dizêr que não pôde lá ir amanha porque está fazendo um vestido.

141

1 de Dez. 1909

Cordeirinha: acabei de jantar, e aqui venho, porque... porque, não sei como, *me da la gana*. Coisas inexplicáveis cujas razões subtis jazem no fundo de abismos fundos. Saberá vossa mercê porque se pescam peixes á candeia? Porque os peixes de agua salgada concorrem todos para a luzerna; ha pensamentos de cabêças ôcas que fogem todos para uma chammazinha...

Pois, ia-lhe eu dizendo a vossa mercê que acabava de jantar. Jantar tristonho, sozinho, numa sala verde, bellicamente ornada com trofeus. Por unica companhia Sua Majestade, — Sua Majestade, de grande uniforme, branquinho de gêsso. Um dia heide têr uma figurinha morena de *terra cotta*, mas que hade palrar como os meninos pequeninos, indefinidamente, raciocinando para aqui e para acolá, de fazer tonta uma alma christan. Sua Majestade, esse, coitado é mudo; nem uma palavra às suas tropas. Também, metteram-no entre vinte espadas ernçadas que nem as settas de S. Sebastião. Pobre «Young King»!

Ainda iá tens a Madamesinha? Diz que num leilão se lembrou «dos seus noivosmnos». Eu respondi-lhe que era cedo ainaa para pensar nos trastes, o que a espantou. Islão sabe ella da historia do collegio?

Adeus, meu amor; já visitei os encarcerados e estou à espera do teleione. um aoraço muito forte do teu irmãozmho m.^{to} amigo

A. S.

[2-12-09]

Sim senhor, cem a minha menina muito boa idea: como me disseram que o rapaz ia não sei aonde e voltava, aqui me tem a responder. Vejo que o «Bonheur de vivre» lhe trouxe um rejuvenescimento de boas tenções, bonitas, saudaveis e fôrtes. É preciso afazer a alma a uma tal idea da vida, como uma coisa bella formada de pequeninas accções simples, vulgares, quotidianas, mas transfiguradas pelo sentimenco e pela significação ideal que se lhes dá. Dizia Goethe (pouco mais ou menos) que se não trata tanto de realizar um ideal que póde ser mais ou menos vago e chimerico, mas de idealizar a realidade positiva de todos os dias. Se não foi isto que o Goethe quiz dizer algures, digo-o eu agora, e a minha pequenina não lhe oara por isso menos vaiôr. A veraadeira vida e significação das coisas não está nas acções que se veem, mas no munao interior, na serie de sentimentos e de ideas que correspondem a essas acções na aima que as pratica. Peia intenção, peia bondade, peia eiavação moral, pela consciência, transuguram-se os actos vulgares de tooos os dias, — como uma nuvem escura e vulgar, em lhe dando o sol, se transforma em arco-iris. Cervantes escreveu um dos livros mais alegres, memores, mais luminosos, mais bondosos, simpáticos, indulgentes,— quando se arrastava numa prisão escura e torpe. Era um corpo esfragado, arrastando-se em poeira? Eena, para quem vê as coisas de fóra: mas para quem as ve por dentro era um espirito de diamante a correr num ceu. Ora aqui tem a minha Luch como deve encarar as coisas, por mais que se sinta afastada do que os outros lhe dizem sêr a realidade, a vida, o *positivo*. E preciso ser-se excêntrico, e experimentar a realização em nós das loucuras bellas. O methodo tem além de muitas outras vantagens a de mudar em nosso proveito o valor relativo de muitas coisas que pelo criterio vulgar nos pareceriam muito peores. Já isso não seria pouco. Havemos de lêr juntos o Epicteto e o Marco Aurélio.



Sobrinhos de António Sérgio, filhos de Juliana: José (cujo nascimento é referido nas cartas), Maria Adelaide, Carlota Matilde e António

Cartas da juventude de Antonio Sérgio

«Ó Pan, e vós outras divindades que por aqui habitaes, dae-me a belleza interior!». Traduze christanmente esta^ oração pagan de Platão, e recebe um grande beijo divino do teu irmãozinho

A. S.

143

Quarta-feira, 8 de Dezembro.

Recebi hontem no quartel uma carta tua, e hoje, ao chegar a casa, outra, que se recebeu cá hontem á noite. Gostei d'ellas, meu amor, como podes calcular, e adensaram-me as sombras como podes calcular também. Fecha os olhos, bate na terra, e segue, como eu tenho procurado, e como quasi me tenho habituado a fazêr desde que me entendo. Já que nada podemos fazêr por emquanto, atiremos o pensamento para todos os caminhos até que o futuro se resolva: talvez se resolva breve! Se se resolver, minha Luisa, acabaram-se os cuidados: é questão de tempo e tudo que dependêr de meios Jumanos estará seguro. A esperança firme, bem ancorada e sem temores, é já a posse.

Cá vou indo. São quasi duas horas, só sahi do quartel depois do meio-dia, vou vêr se não perco hoje o dia como perdi hontem, e leio algo até às 5 horas, para ir depois à Avenida Ressano Garcia felicitar a D. Elisa e passar lá a noite. «A sociedade tem fórmulas», dizia um pateta que eu conheço. Suppõe tu um rapaz válido de 20 annos, acostumado a escalar montanhas, mettido dentro de uma doestas saias de verga com que se acostumam as crianças a andar, amparando-as. Assim estou eu. Obrigado como um estudantezinho à sua lição, veem-me à cabeça ideas, surprêzas, planos.

Belleza e atura se me vão em fumo!

Hontem não tive o telefone à hora do costume. Ahi está a queda de um habito a fazêr um vacuozinho. Si je croirais encore au bonheur, je le chercherais dans l'habitude. Muito se atormentou o Sr. de Chateaubriand, mas achou a formula, tarde, naturalmente, ou já impossivel, mas viu ao menos onde estava o segredo. Je le chercherais dans l'habitude. Nelle percebi eu ha muito o repouso da alma, que foi sempre para mim a imagem do bem neste mundo. E oxalá as circunstancias um dia nos permitam fundar sobre o habito o palacio da Gran Ventura! Ou estarei condemnado a deixar, como um judeu errante, a existencia pelo mundo em em [sic] pedaços repar-tida? Nem isso seria, mas sim desfeita, esfarrapada, apodrecida. Sumida em chavecos, obscuramente, ao pé de montes séceos. Separado de ti, — separado de tudo!

Hoje apeaste-te em S. Sebastiam, e foste à missa. Ha uma igreja interessante em S. Sebastiam, ao fundo de uma rua. Creio que ha. Estilo jesuita sem alma, mas parece que aprimorada, e não de todo *brutta*. Adeus, minha Luisa: interessa-te pela viagem, mostre-te animada quanto puderes, e faze boa companhia ao teu Pae.

Teu e muito teu,

A. S.

Lisboa, 12 de Dezembro, á noite.

Recebi hoje, minha Luisa, a tua carta de Londres. Número esta, para poderes verificar se alguma se perde: faze o mesmo as tuas. Que te direi? Estou como podes calcular: emquanto se não resolve esta historia ando fóra de mim, incerto, uma sombra por dentro. Veio cá a casa hontem o meu amigo Rego Botelho e troquei com elle o meu numero de embarque, por já estar em primeiro lugar: temi que me mandassem sair ainda antes do concurso, e preciso de estar livre d'esse cuidado. Se não ficar no Collegio, tenho tempo para pensar no que farei, pois esta troca garante-me um anno mais.

São agora dez e meia da noite. Vieram cá jantar o Mene, Cavallarias, e respectivas mulheres, que saíram ha pouco. A minha Mãe e Pilar foram-se deitar: da casa de jantar te escrevo. Passei o dia a remexer papeis, procurando livros de documentos antigos que já não sabia onde paravam. Comecei a lêr algumas paginas de historia. É triste, a historia: uma mistura de cemiterio e de manicomio. *A Origem e Estabelecimento da inquisição*, do Herculano, faz dôres de cabeça. Em nome da religião, e do Christo, e da purêza da fé, revolvem-se os homens no lodaçal mais torpe, no mais hediondo des-carro, numa hipocrisia de arripiar. Tudo se resume nisto: de um lado o pápa, do outro o rei. a roubar, roubar, roubar o desgraçado judeu. Erro: o rei roubava só o judeu; o pápa roubava o judeu e o rei; e a victima, depois de esvasiada a bolsa, era assada viva para gloria da nossa santa religião. Emquanto os homens forem as bestas-feras que são, as crenças, as opiniões, os interesses, não podem dar afinal senão bestialidade pura.

Minha Luisa, vê se te tornas cada vêz mais intimamente religiosa, mas cada vêz mais liberta das fórmulas, das exterioridades, dos ritos, da letra emfim. «A letra mata, o espirito vivifica», disse o Apostolo. Ora o espirito, minha Luisa, apparece-nos ao pé de quaesquer formas, porque no fundo as formas lhe são secundárias e indifferentes: os verdadeiros mysticos são realmente sempre herejes, porque começam por estalar e ultrapassar as formas banaes, mesquinhas, consagradas e cristalizadas em que os cultos apparecem. É preciso sêr-se elevado, e puro, e angelical até onde se pudêr, até ao absurdo: mas não se dê muita importancia às imagens pequenas, materiaes, infantis, de que não podem sair as imaginações inferiores. Tudo isto afinal é vão, porque resvala no teu espirito como uma seta enfraquecida numa couraça: só te convencerias com uma derrocada total, que eu nunca tentaria.

Adeus, meu amôr, por aqui me cêrro. Não te desgostes das tuas jornadas. Lê o *Mont des Oliviers*, *VEsprit pur*, la *Maison du berger*. J'aime la majesté des souffrances humaines!

Teu

A. S.

Quartel do Carmo, 15 de Dezembro: ³

Minha Luisa:

Escrevo-te de casa do Cavallarias, ao meio-dia. Vim almoçar com elle, saído do serviço do Quartel. Escrevi-te hontem uma muito longa carta, a lamentar-me e queixar-me de ti. Mas hoje, arrependido e concripto, não ousei pô-la no correio. A queixar-me de ti, minha pomba, vê que fêra! E que fiquei exageradamente impressionado com que mais uma vêz viesses com dúvidas e suspeitas: aquelles receios de parecer *piegas* da tua carta de Paris, o reflectires se eu sentiria tanto como tu a ausencia, o notares o *ajuisado* das minhas cartas... Quando, minha Luisa, serás completamente espontanea, abandonada, quando confiarás plenamente? Faltaste à nossa combinação, pequenina, faltaste uma vêz mais...

Mas deixemos isso tudo, não vá eu agora escrevêr-te uma carta tão tola e desanimada como a de hontem, que tive a boa inspiração de não pôr logo no correio.

Não sei bem se é verdade o que me disseram: que havia sud-express quotidiano, ou quasi. Escrevo-te hoje à toa, sem sabêr se hoje mesmo seguirá esta. A Pilar mandou-te ha dois ou três dias uma carta ao mesmo tempo do que eu. Como ainda não fui a casa, não sei se lá terei correspondencia tua. Se tu calculasses por ti o que me custa não te vêr, já não me sentiria constrangido agora: mas tu ainda te não habituaste a não têr comparações, reflexões, suspeitas, o não avaliar as coisas pelas palavras convencionaes! Quando te abandonarás tu plenamente ao teu natural, à emoção do momento, sem cuidados, sem medir, sem comparar?

Ai de mim, que lá volto ao assumpto! Minha pequenina, acredita em mim, que te amo muito e muito bem. Tem fé, não penses em como escrevo e em como escreves, manda para o inferno todas as duvidas e considerações. Está hoje um dia muito feio, com chuvashinha miúda, oxalá melhores tenhas tu ahi. Penso que sentirás talvez muito frio, e sinto-o eu com esse pensamento. Já me disseste que das outras vêzes o não tens sentido. Em lugar de te repetir que tenho muitas saudades, minha Luisa, prefiro dizêr-te que sou sempre, e sempre, o teu

A. S.

15 de Dezembro, 3 h. da tarde. (-09)

Acabo de chegar a casa e de receber 2 cartas tuas (de 11 e 12). Fiquei alegríssimo. Ainda bem, meu amor, que já não pensas em desconfianças e dúvidas! Peço-te, minha Luisa, que não repares no pouco que te escrevo. Não tenho tido mãos a medir. Autos, o Cavallarias offendido por eu lá não ir a casa, visitas do Rego Botelho, troca de numero para estação, o Frederico que vem hoje cá jantar, não me teem deixado tempo para lêr uma pagina. Já perdi completamente

3 dias a fio. Tinha tanta vontade de lêr a *Historia* do Chagas toda (8 volumes de 700 paginas de 2 columnas), aquella que o Frederico me offereceu nos annos, — tinha tanta vontade de lêr essas 12.000 columnas antes do concurso! Já perdi a esperança...

Não repares, meu amor: quando perco occasião de trabalhar ficam-me taes remorsos! Não é só o tempo em que escrevo: saio dos livros em que com tanto trabalho entro, começo a pensar em ti e depois custa tanto a voltar! Você, que nunca teve de se sujeitar a estas disciplinas e a estas torturas não sabe o que isto é. Você não sabe como estou impaciente, irrequieto, doido. Perdoa, minha Luisa, não me leves a mal tudo isto. Se calculasses a furia, a inquietação que me vae cá dentro! Vejo que não fazes idea alguma do que é a minha vida interior, quantas mil coisas por cá vão ao mesmo tempo! Não posso, positivamente não posso, Luisa. Não calculas como estou irrequieto. Se eu pudesse têr agora uns dias de placidêz e de socego! Impossivel, com a minha cabeça é impossivel. E tu a suppôr que me sobeja o tempo, a quietação para escrever longos testamentos! Adeus, meu amôr, faze por adivinhar a minha situação. Não me deixam. Hoje tenho a tarde tomada: veem cá jantar o Mene, o Frederico, não sei quem mais. Adeus. Três milhões de saudades do teu

A. S.

147

n.º 5

Aos 15 de Dezembro, 11 da noite. (-09)

São 11 da noite, minha Luisa, acaba de sair o Frederico, que depois do jantar, posto que tencionasse seguir immediatamente para S. Carlos, foi ficando a conversar commigo até agora. Seguiu finalmente[^] porque tem que acompanhar a casa a familia, que também lá está. O Mene, a Mathilde, a Pilar e o Roberto tinham saido para o mesmo teatro, a vêr a *Reine* qualquer coisa, opera francêsa, em recita popular. Vou-me recolher agora, porque tive quartel a noite passada. Deu-me a Pilar uma boa nova: disse-lhe a tia Helena que talvez tu viesses mais cedo do que se esperava. Terá ella razões para o dizêr? ou foi atrás de vagas supposições? Se ella pôde sabêr isso era provável que eu pudesse sabêr também, por teu intermedio. Não creio portanto muito na noticia.

Gostei de que fosses ao recreatorio[?] em que me falas, para ao menos teres algumas horas não de todo inúteis e não de todo estúpidas, como essas que se gastam a recebêr e retribuir conveniônaes jantares. Acostuma-te a tomar um *banho por dentro* depois d'esses sacrificios à deusa «Sociedade» e ao deus «*Mundo*»: pensar 5 minutos numa coisa bella. E o Vigny? Abriste-o mais alguma vez? Já te entretiveste a admirar os bellos símbolos? O lobo, — o estoico; a garrafa, — a intelligencia, a idea; o diamante,

Le DIAMANT! c'est l'art des choses idéales,
Et ses rayons d'argent, d'or, de pourpre et d'azur,
Ne cessent de lancer les deux lueurs égales
Des pensers les plus beaux, de l'amour le plus pur.

Les penses les plus beaux et l'amour le plus pur: eis, minha irmanzinha, urna bella divisa para urna existencia, — um bello programma para a nossa vida. Juremos ir sempre guiados pelo fulgor d'esse Diamante! Adeus. Um grande, um purissimo beijo do teu

A. S.

148

s. d.

Como tenho gostado das tuas cartas, meu amôr, como tenho gostado d'ellas! Chegam-me juntas, com grandes intervallos. Vieram-me agora duas de Londres, depois de 3 ou 4 dias sem nada. O serviço dos comboios pelo que vejo não consente que a distribuição seja regular. Ao chegar a Paris debes encontrar em monte as que te tenho escrito. Podes crêr que tenho apreciado as tuas acima de tudo que te possa explicar. Tudo que me dizes indica-me um modo de recebêr, comprehendêr, acceitar e encarar as coisas perfeitamente conforme ao que me agrada mais, e mais desejo. Pode estar certa a minha mulherzinha que estou satisfeito com ella o maximo possivel. Nada me poderia, como calculas, dar agora mais prazêr.

A tempo veem estes bons signaes, porque tenho andado sem grande sorte estes ultimos dias. Occasiões ha em que até as coisas parece que passivamente se revoltam contra nós. Para cumulo de aborrecimento cae-me em cima o auto de um preso que fugiu, e aqui tenho de andar de um lado para outro, e ouvir testemunhas, etc., quando mais me falece o tempo e a paciencia!

Com que então, não temos urso preto? Achei curioso falar-te eu no frio (carta do Carmo) e depois recebêr as tuas em casa, queixando-te do que irias apanhar em Londres. O bilhete postal para a minha Mãe chegou num dos dias em que nada recebi.

Estou de serviço nos dias 22 e 26. O tal camarada que adoeceira já melhorou, de maneira que voltámos a 4. E pois muito provável que esteja livre no dia da chegada. Escreves-me: «que bom quando te tornar a vêr!» Calculas que o mesmo sinto, com a mesma ou com maior intensidade, não é isto? Quando me poderei dedicar *completamente* à tua idea, com segurança, sem receios?! Se saiste de Londres na quinta, como dizes, já debes estar ha dois ou três dias em Paris. *Very low*? Porquê? Sê alegre, minha pomba: diz-te o teu marido que te ama muito e que está *multissimo*, e multissimo contente contigo.

A. S.

149

17 de Dezembro [1909]

Tenho a impressão de que estás mais alegre e bem-disposta, o que também me alegra e bem-dispõe. Como a imaginação *transforma o amador* na cousa amada, o imaginar-te satisfeita é para mim

a melhor origem de satisfação. O costume é quererem os noivos que suas noivas se mortifiquem quando estão ausentes: é amor isso? não, minha Luisa, é simplesmente aquelle egoismo que os homens sabem mascarar com nomes bellos; é ainda a desconfiança de muitos, que não fazem e não teem razões fortes para fazer das suas mulherzinhas aquella alta idea que tu sempre hasde querêr que eu de ti faça. Minha Luisa, radiquemos bem em nós esta idea de que não somos como quaesquer dois amantes, mas sim duas alminhas nascidas para se irmanarem numa muito grande e muito alta amizade, bem mais excelsa e mais diamantina que mesmo os melhores amores que nesta terra andam. Queiramos bem lucidamente e bem fortemente que assim seja, e assim será, minha cordeira.

Que pensará e que impressão terá você da sua ida a Londres? Na City, nas pontes, na Trafalgar Square, em Piccadilly, no Museu Britânico, na Galleria Nacional, em Westminster, em S. Paulo, — lembre-se de que ahí já estive, muito só, numa época triste.

Nos dias que se seguiram á recepção da tua primeira carta de Paris andei arreliado com varias cousas que depois de [sic] poderei contar: concorreu isso para me apoquentar com certas expressões da tua carta. Perdoa as tolices do teu marido, meu amor: elle não é tão mau, nem tão absurdo, nem tão tolo como às vezes te poderá parecêr. Se tudo isto se resolve a nosso contento com que felicidade eu me poderei então dedicar completamente a ti, livre de inquietações urgentes, como eu me poderei agarrar desanuviado á tua dedicação!

Adeus, minha pomba muito amada. Pensa no teu marido, e sê alegre.

A. S.

150

20 de Dezembro (1909)

Minha Luisa. Vou agora mesmo para o quartel, não porque entre de serviço, mas porque tenho lá que fazer. Decididamente, desde que saiste a má fortuna persegue-me. Recebi agora uma carta tua de Londres. Admiro-me de que nada meu te chegasse. No principio não mandei carta todos os dias porque não poderia desabafar senão coisas más: mil contrariedades, parte das quaes poderás advinhar. Mas mesmo assim deverias têr recebido alguma coisa se não tivesse havido extravio, que com certêza houve. Tenho agora tido insomnias, e passo mal as noites do quartel, de maneira que a dôr de cabeça se vem juntar ao resto. Resigno-me, e vou aproveitando a lêr o tempo em que de todo não estou impossibilitado. Tenho tido pena de que não fosse bôa a tua viagem, mas as impressões e a sensatez que mostras diante das coisas e dos acontecimentos dão-me uma grande consolação. Crê sempre, meu amor, no muito serio e muito sólido affecto do teu marido

A. S.

151

Quartel, 26 de Dezembro 09

Minha Luisa:

Mandei hoje o meu impedido perguntar a tua casa quando te esperavam, e responderam-lhe que talvez viesses hoje à uma da noite. Estou de serviço. Se puderes fala-me pelo telefone, porque até às 3 fico acordado. Se não puderes hoje, toca amanha á hora do costume. Se mesmo então não puderes, o que é natural porque as ultimas chuvas e ventanadas avariaram a rêde, manda uma carta à Julianna para que o Pessôa me communique a tua chegada pela rêde civil ou pela militar do quartel do Carmo, de maneira que eu o saiba antes de sair de cá ás onze horas. Isto no caso, claro está, de me não podêres mandar o teu rapazinho com carta tua tão cêdo, ou de me não podêres escrevêr ho je mesmo para me chegar pelo correio cá ao quartel ás 9 Va. Dirás também quando e onde nos encontraremos, — em tua casa ou em S. Paulo. Tenho muito que ouvir, não é verdade, meu amor?

La vem a nau Cathrineta
Que tem muito que contar...

Ora, é de sabêr que estou ainda mais impaciente pela chegada da nau do que pela historia. Non è vero?

Teu

A.S.

152

s. d.

Pequenina:

Chegou agora mesmo o rapazinho, Ainda não abri o embrulho porque o não quero demorar. Três mil milhões de saudades do teu

A. S.

153

28-12-09

Meu amôr:

Chegou-me a tua carta como uma alvorada. Lá estaremos às 7 Va. Nunca me passou pela idea que corresses perigo (nunca?... min-to, mas emfim, claramente me dizia a cabeça que eram tolices) — porém suppunha-te immensamente aborrecida, como eu estava. Caiu-

-nos por cima toda a serie de contrariedades. Foram umas semanas bem más, pequenina, quando virá a redempção completa?
Até logo. Um grandíssimo abraço do teu marido extremosíssimo

A. S.

154

s. d.

Acordei, meu amor, muito bem disposto e reconfortado com a idea de que já cá te tenho. Oxalá sentisses o mesmo. Até logo.
Teu

A. S.

155

Quartel, 29-12-09

Minha Luisa:

Ao sair de casa escrevi-te um bilheteinho que deverás recebêr logo pelo correio.

Foi hoje montado um telefone na casa dos officiaes de serviço, para funcionar depois de fechadas as secretarias. Tem para mim a vantagem de sêr limpo; e o inconveniente de quasi sempre não estar só a conversar contigo: estará presente, em geral, o camarada que passa commigo cá a noite. Lembro-te pois a combinação já feita: responderei *Antonio Sergio* se estiver só, ou mesmo *Antonio*; se estiver acompanhado direi *Sergio de Sousa*.

Estou muito bem disposto, minha margarita: a primeira vêz desde que saiste para o estrangeiro. Dar-se-á caso que seja você, finalmente, a *panacêa universal*? Aposto que nunca lhe chamaram coisa tão feia! Não sei se te diga que o tempo tem andado enublado, como eu, — e que hoje se vestiu de diamantes para me acompanhar. Cantam commigo as coisas. Recordo-me vagamente de que te ouvi hontem esta frase: *a joy -for ever*. Resôa-me cá dentro. *Perché?* Não é verdade que o illimitado nos apparece sempre como equivalente do eterno?

Parece-me que *une immense espérance a traversé la terre*. Se não fosse o querêr propositadamente afogar-me em prosaismo até ao dia do concurso escreveria hoje um hino ao sol:

Midi, roi des étés, épandu sur la plaine,

Tombe en nappes d'argent des hauteurs du ciel bleu!

Adeus, meu amôr, lê hoje duas estrofes bonitas. Bonitas e cheias de esperança. Medita qualquer pensamento santo e luminoso. Ama-me como Castor a Pollux, como um anjo a outro anjo. Um dia cantaremos juntos e *alzeremo una statua alla lihertà* —

Teu

A. S.



António Sérgio e a sua sobrinha-neta Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa Franco (em 1967)

156

31-12-09

Minha Luisa:

A Pilar manda-te essas luvas que hontem lhe emprestaste, com todos os devidos agradecimentos.

Então? Commungadinha, em paz com Deus e a sua Igreja, em estado de Graça, já — desde que horas?

Não te fez mal — o jejum de hontem? Calculo que me não poderás talvez falar hoje pelo telefone. Em todo o caso não perco a esperança. Não te dês a qualquer incommodo de maior por isso. Jantas talvez fóra, e de noite, pelo menos, deves ir com o Pae Silva e mano João a qualquer passatempo.

Adeus, minha Luisa, recebe muitas e muitas saudades, e acredita em muitos bons pensamentos do teu marido. Estou-te escrevendo no meio de officiaes que discutem, marinheiros que falam de serviço, etc. Não são propicias as circumstancias para uma longa carta tão longa como os bellos desejos que para ti formo, no alvorocêr d'este novo anno

A. S.

157

1-1-10

Minha Luisa:

Antes de tudo, é de justiça e de direito que comece por falar no encanto de bilhetinho do mano João. Apreciei-o o muito que merece e vale, e mais ainda, se é possível. Far-lhe-ás saber isto, e também que não cumpro o meu devêr de lhe agradecer já, porque estando tudo fechado e tendo-se-me acabado a minha provisão de papel aqui, tive de recorrêr ao Botelho, que só tinha estes bilhetes da *Liga*. Não me parece curial escrever-lhe nisto. E d'ahi, talvez vá.

Chegou-me a tua cartinha quando ia para jantar. O Botelho, que está de serviço commigo, combinou com a mulher jantarem cá juntos. Já chegaram, ella e duas filhinhas. Que dizes? Isto fez-me devanear coisas...

Adeus, meu amor — Comtigo estou, desde as 8 horas e tanto da noite de hontem. Ainda me não separei de ti, nem me separarei mais, por todos esses annos que nos hão de vir, risonhos ou não, cor de rosa ou cor de chumbo, mas que nunca poderão sêr muito maus, sempre que forem acompanhados de ti, do teu pensamento, e da certeza de que estás, neste mundo, para que eu sonhe em ti e para que tu me illumines o caminho. Uma grande, muito grande aspiração para ti do teu

A. S.

3-1-10

Minha Luisa:

Escrevo-te deitado. Estava tão aborrecido que me vim deitar, a lêr na cama. É menos frio, e impede-me de andar, andar, andar pelos corredores, que é o que não posso deixar de fazêr quando estou inquieto por dentro. Sinto-me calmo, porque já me desinteressei por completo da questão do Collegio. Vou ao concurso, para não ouvir e não desconsolar os outros: por mim, não iria. Podes calcular bem quanto é desesperadôr o que me succedeu. Engano-me: não podes calcular. E ainda bem que não podes.

Parece que tinha o presentimento d'isto. Se acreditasse em agouros, tomaria por agouro este mal-estar e desesperança em que andei nos ultimos dias. Mas que importa? É um contratempo, uma tentativa que falhou, não pensemos mais nella e tratemos de aproveitar este anno que me deu a troca com o Kego Botelho para tentar outra coisa.

Adeus, meu amôr, está o teu rapaz á espera e não quero demora-lo muito. Chega-te depois tarde de mais a casa. Até amanha. Amo-te muito, sinto por ti uma gratidão enorme, uma effusão de quem te devêsse tudo, o unico bem da terra. Rabisquei-te para ahi um soneto, quasi distrahidamente, a que por acaso falta um verso que me saiu defeituoso e que não tive paciencia de refazêr. Metti-o na gaveta do meu escritorio, porisso te não posso mandar (não esquêcer que estou deitado, como já disse). Um soneto, para mim, é às vêzes o único calmante. Equivale ao brometo, ou à agua de rosas. É ridiculo, mas é assim. Adeus, pequenina, até amanha. Mil lembranças do teu marido muito *grato*, como tu ás vêzes estarás para com a Virgem Maria,

A.S.

3-1-10

Chegou-me de manhan a tua cartinha, minha Luisa, que me fez bem. Estive effectivamente hontem muito aborrecido e bastante *negro*. Hoje sinto-me bem. Saí um bocado, depois de almoço, para apanhar sol. Passei pelo Carmo e fui vêr o meu sobrinho.

Decididamente, tenho andado com pouca sorte. Lembras-te de que me disseste, em casa da Mathilde, que o *concurso* versaria sobre historia patria? Ora, o *concurso* julguei eu que fosse a prova *oral*, aquella em que se fala, que é publica, para que se tira ponto. Ora, succede que me diz hoje o Pessoa têr-lhe communicado o Ottlini que a prova *escrita* seria de hist, patria, como eu naturalmente saberia. Ora, para isso não preparei eu as coisas: perdi pois todo o meu tempo e todo o meu feitio. Agora, à porta do concurso, venho a sabêr que tenho feito caminho errado. Deu-me ao principio uma furia, mas visto que a Fatalidade aposta em me contrariar nas mais pequenas

coisas, curvo a cabeça e abandono tudo. Não digas nada a ninguém, fazes cara alegre, e prepara-te para o golpe. Pensemos noutra coisa, e o vento que arraste tudo.

Teu

A. S.

Só um bamburrio, um acaso nos pode agora valêr. Virá?...

160

4-1-10

Não estejas com cuidado, pequenina minha; tu estás com certeza mais apoquentada do que eu, porque podes dedicar-te ao pensamento d'estas coisas desagradáveis. Não me succede o mesmo, porque estou tratando de remediar, o pouco que é possível, os resultados d'este mal-entendido, ou, antes, d'esta pequenina esperteza do Sr. Ramos. Sua Ex^a não se explicou bem, e ninguém me convence de que não houvesse intenção bem propositada da sua parte... Não ha que fazer as coisas por recadinhos, para isso é que se dão os pontos, mas isso não lhes convinha a Suas Ex.^{as}...

Haja alegria à beira-mar, como se diz no *Burro do Sr. Alcaide*. A mim, nesta opereta, compete-me o papel pouco agradável, mas simpático, de burrinho. Para passar o tempo, entretem-te a analisar os factos e verás que requintes de falsidão, de esperteza, de *jesuitismo* há no fundo dos homens de óculos pretos que apregoam aos 4 ventos a sua rectidão... Deixa-los. Digo-te que estou sereno, indifferente aos casos. Podes crêr que é certo. A Sina cumprir-se-á, e como tudo é geoméricamente determinado neste mundo, os patifes concorrem também para a Harmonia Universal. Cáspitê!

Não te apoquentes por mim, repito-te que estou perfeitíssimo. Vou lêr o que pudêr. Tudo se perdeu, menos a honra. Elles perdem a honra, que é coisa inútil, mas ganham tudo e ficam-se a rir de mim. Boa idea, seu Soares!

Adeus. Fantasio que estarás de ursa, — pelluda e branquinha. Viva a ursa, e que durma socegadinha a sua noite.

Teu

A. S.

161

[s. d.]

Minha Luisa:

Acabo de recebêr notícia de que foram annullados os concursos. Como vês, Deus-nosso-senhôr foi caridoso.

Dize-me se te convém que nos encontremos hçje, e onde.

Teu

A. S.

22-1-10

Minha pequenina:

Comment ça va? Acordei soberbamente disposto, e eis-me na baixa a vêr os linóleos que deveriam têr chegado hoje pela manhã da Alfandega para a loja. Não sei quê, Rua Augusta. Em breve estarás em S. Vicente; infelizmente Monsieur Phébus, Mr. Sun, Don Sol, entreoculta-se de quando em vêz. Occorreu-me agora o *Bonheur de vivre* para lêres. Queres? Traduze 2 ou 3 capítulos de que mais gostares, para desenferrujar a pena. Será depois apreciada a traducção por um *comité* composto de mim só. Valeu?

2-2-910

Minha Luisa:

A tua carta, vamos com Deus, não é muito animadora. Approvo as conversas «*profundas*», mas inquietam-me as conclusões desalentadas a que chegaste. Porque me falas no recurso a Deus «*quando tudo nos abandona*»? Em que falaram? Porque dizes de abandonos? Eu também não tenho passado muito alegre estes dois ultimos dias: esta surda inquietação em que me traz a indecisão prolongada tem de vez em quando os seus momentos agudos, mas não te quero vêr a ti desalentada. Não ha estado mais desagradável e abatido do que o de alguém que vê as suas coisas indecisas, e esse é actualmente o meu. Mas emfim, nada é de desespêro.. Por isso as tuas palavras me dessoaram agora. E ella, Pilar, tem agora pensamentos ennevoados? Porquê?

Adeus, meu amor: lembra-te de que tens um irmãosinho que vê para além das contingencias [sic] pequenas em que todos tanta tendencia teem a mergulhar-se, e que te é muito amigo, e muito grato, humilde amorosamente e meigo. Mais meigo e mais criança do que talvez suppões. Hontem à noite no teatro estive pensando nas vaidades humanas que são ingenuas, boas, simpáticas, e como a graciosa sombra que torna mais attrahente um quadro. E depois? Depois, ambicionei que sempre tu as visses com a mesma condescendencia e a mesma simpatia, — mas também com o mesmo desprendimento do que eu, — principalmente quando me fôr dado repousar nas tuas mãos a minha cabeça cansada, mas desannuveada de sombras vans.

Teu

A.S.

s. d.

Não, minha Luisa, não julguei coisa nenhuma por não falares ao telefone. Ouvi-te hontem mandar preparar o automovel para as dez: já vês que tinha elementos para avaliar a razão das coisas, *ce taes razões fossem precisas*.

Não se pode dizêr que seja em especial por *culpa* d'estes ou d'aquelles que se dão as tristes situações como a da pobre mulherzinha; o mal é da propria naturêza, da vida, do universo emfim. Ninguém mesmo é *no fundo* digno de expiação ou de castigo, por coisa alguma, porque não existe um *fundo* responsável no homem; nós pelo menos não o podemos concebêr. Porisso mesmo a toleranda e a abstenção são virtudes racionais por excellencia. Se não a podemos concebêr como a maioria a julga, a liberdade existe ao menos como idea directriz, e isso basta para a vida pratica, e é o sufficiente para nos dirigir.

O que porém causa tristeza é que haja quem não sinta toda a profundidade do mal e quem leve a vida frivola e despreoccupada de tanta gente. Quem tem olhos para vêr e coração para sentir, como tu, tem obrigação de medir pelo seu valôr todas as ostentações, as manias de opulencia, de grandeza material; bemaventurados os pobres em espirito, os que teem a imaginação, não cheia de imagens de opulencia, mas trasbordante de verdadeiros pensamentos humanos. Pena ó que quasi ninguem perceba o que ha de subtil e de profundo na frase do Evangelho tão grosseiramente interpretada. Podem-se possuir milhões e sêr-se pobre de espirito; tenho fé que ambos nós o seriamos, ainda que herdássemos amanha a fortuna do Rockefeller[?].

O estar-se mais ou menos livre de difficuldades materiaes é indispensável para que possamos effectuar no mundo aquella porção de acção espiritual de que somos capazes; mas os bens materiaes não nos devem entrar na alma. O mal vem todo, diz Camões nos *Lusiadas*, de se amarem as coisas que foram feitas «não para ser amadas, mas usadas». Bello e profundo verso, que é afinal precisamente o mesmo que a maxima de Jesus: «Bemaventurados os pobres de espirito!»

Já vês pois em que nos devemos afastar do ascetismo christão: a miseria é um ideal estreito, porque, se pode dar grandeza e liberdade ao individuo, priva-o de exercêr directamente uma fecunda acção na sociedade, e muito mais hoje em dia. A riquêza é um bem quando seja considerada como um *meio* e não um fim; e como um meio que nos dá liberdade para dedicarmos algum tempo ao bem social, quando é pequena; e, quando é grande, para a tornarmos a mola real de uma acção benefica directa. Os milionários americanos teem comprehendido óptimamente o seu papel. Consideram-se como peças indispensáveis para o melhoramento da sociedade, e tomam a sério o seu papel. *Richesse oblige*.

Minha Luisa, acostuma-te a olhar cada vêz mais para as *realidades interiores*. Estou e estarei sempre comtigo.

Pensa e lê alguma coisa alta e grande; sentir-te-ás confortar e fortalecêr.

Adeus, minha pequenina. Escrevo-te de casa do Mene. Este tem de ir para casa de um tio que está a morrêr, e eu vim com a Pilar fazêr companhia à Mathilde. Trouxe um livro para seroar — se pudêr, porque accordei com a cabeça a doer-me como se estivesse dentro uma pedra. Se quizeres que nos encontremos amanha, man-

da-me dizer; se te não faz diferença que seja antes quarta-feira, para mim era melhor. Não imaginas que pouca atenção estou dando ao que leio! De linha em linha surpreendendo-me (sic) a devanear em tão diferentes coisas! Ha dois mezes para cá não consegui lêr talvêz 200 paginas! Quero vêr se ao menos amanha consigo alguma coisa, e para isso convinha-me têr todo o dia meu, sem esperanças que me distráiam. Ai, Luisa, como tudo isto me contraria! Estou como um doente que tem que tomar à força uma tisana repugnante. Amanhan, tisana; será quarta-feira a convalescença.

Teu

A. S.

P. S. Ainda me não chegou a traducção em verso da *Imitação* que mandei vir para ti. Heide vêr se pergunto porquê. Oxalá seja uma leitura bella e consoladora!

165

s. d.

Minha Luisa:

Vou para a baixa, e passando por casa da Mathilde: «queres alguma coisa para a Luche?» — me disse ella, — «vou lá mandar alguê». Em sendo 3 1/2 volto a casa a buscar a Pilar e deitamos até a Avenida Pinto Coelho. Está avisado o carpinteiro? O meu impedido está ainda no Quartel, de forma que nada fiz nesse sentido. Se não fosse a hora do lanche falava-te agora pelo telefone da baixa, mas não quero interrompêr inoportunamente.

Até logo

Teu

A. S.

166

s. d.

Minha Luisa: Estou no quartel do Carmo. Falei ao telefone, mas não estavas.

Não entro amanha de serviço. Se tiveres occasião fala para cá (745), perguntando pelo tenente Pessoa.

Troquei o serviço para sexta-feira, a pedido de um camarada. Estamos aqui porque a Julianna caiu com *grippe*, de que vae já quasi arribada.

Que se fez hoje? Vejo que a amiga Perpetua ou retirou cedo, ou foi passear contigo. Escrevi-te um cartão da baixa.

Teu, *teuissimo*

A.S.

167

5 Fev. 1910

Obrigado, meu amor. Já não me sentirei abandonado ao jantar. Como hoje um só, e terei para os outros dias sem ser preciso dares-te a maçadã de repetir todos os 4 dias o foro. Avisaste a M.^{me} Bensaude para se addiar o jantarico de terça-feira? Vê não te esqueças. Vaes também à despedida do João na 2.^a? Ahi estão duas perguntas que tencionava fazêr-te hoje de manhan e que afinal escaparam.[^]

Em sendo noitinha poderei falar-te pelo telefone, não é isso? Não repares que interrompo logo de principio a conversa, porque passarei para o aparelho de cima, onde estou mais à vontade. Não calculas, pequenina, como te estou grato pelo bem que me fazes, dando-me ao menos um ponto forte de apoio na continuação d'este longo noviciado doloroso que tem sido a minha juventude, e que não sei já se acabará, — e quando!

Teu

A. S.

168

18-2-10

Minha pequenina:

Escrevo-te do botequim do teatro de D. Maria, até onde afinal vim dar, porque o Chagas está de serviço a bordo. E o 2.^o intervallo. Foi primeiro o *Salto mortal* comedia em redondilha, já antiga, do Lopes de Mendonça; depois, acabando agora a conferencia, que nada de novo me ensinou, como era de esperar de uma conferencia em teatro, coisa propria para espalhar conhecimentos elementares por um publico muito largo. Entretanto gostei de ouvir falar o homem, que sabe conservar-se sóbrio, elegante, fácil, construindo bem a frase e jamais descambando na rhetorica. Grande ovação. Enfim, uma grande vontade de te têr ao pé de mim, para palrar e commungar.
depois será.

Teu

A. S.

169

1-3-10

Correio geral, 4 h. da tarde.

Passando pela baixa de volta do Quartel, cá estou no meu devêr e doce costume. Sahi de Alcantara às 2, e estive em S. Paulo a sabêr da tia Pilar. Não está peor. É uma infecção (estomago) e reappare-

António Sérgio

ceu-lhe a mancha do braço esquerdo que sempre volta em casos tais. Depois de amanha entro de serviço. Fiquei pensando na visita de hontem.

Teu

A. S.

170

5-4-1910

Correio geral, 1 da tarde

Minha Luisa

Já fui hoje a casa. Como hontem de tudo que lá estava não era a mobilia que mais me interessava, só agora vi bem os teus móveis, de que gostei muitissimo. Teem toda a graciosidade do Luís XV sem certa sobrecarga, nem o esvaído das cores, nem o dourado de algumas. Adiantei um pouco a arrumação dos livros. Era favor mandares encerar primeiro a estante, para eu lá ir pondo as edições mimosas dos poetas: Hugo, Prudhomme, Vigny, etc. Vou preparar o contracto do gaz, mas precisava de que me disseses primeiro o que queres sobre fogão de gaz, etc.

Teu

A.S.

A agua fica prompta amanha de manhan

171

6-4-10

Luisa minha:

Como vae isso? Chegou-se bem a casa, dormiu-se bem? Quando escreves ao mano João? Preciso de lhe responder ao bilhete da Tjúca, mas não sei como ou para onde.

M.^{tas} saudades do teu irmãozinho

A.S.

172

7-4-1910

Minha Luisa:

Recebi o teu cartão. Já escrevi ao senhorio sobre o encerar da casa. Fui ao Soares: os moveis do escritório devem estar promptos dentro de uns três dias. Esperava que custassem mais os oleados.

Cartas da juventude de Antonio Sérgio

A Pilar propõe-te irem amanha as duas à Avenida Pinto Coelho; não sei bem para quê; cuido que para vêr a altura em que estão as coisas. Ou tu passas por lá, de caminho, ou o Mene a vae levar a tua casa, por volta da 1 hora.

Teu

A. S.

173

10-4-1910
Sabbado, 10 da noite

Minha Luisa:

Ora, tenho a dizer-lhe:

1. ° Que o homem da tiça de banho é primo do José Cisneiros, ? quem faz grandes abatimentos. É pois melhor suspenderes o negocio, porque o José me faz o favor de a comprar.

2. ° Que fui à loja da loiça. Vi 4 aparelhos da Vista-Alegre que me agradaram mais que o tal de borda azul. São os de 36\$, 21\$, 27\$ e 29\$000 reis. Se lá passares, examina.

3. ° Que decidas o caso da sala de jantar, e communiques á gente a decisão.

Parece-me que o Mene e a Mathilde foram lá à R. Antonio Maria Cardoso a vêr se me encontravam. Alugou a casa, por 450, segundo nos contam as primas Salter, em casa de quem te escrevo. E até segunda.

Teu

A. S.

ANTONIO SÉRGIO, BERNARDINO MACHADO
E AS *MEMÓRIAS* DE RAUL BRANDÃO

Correspondência inédita

Um livro de Raul Brandão, concluído pelo escritor no final da vida e só publicado em 1933 (*Vale de Josafat*, terceiro volume das *Memórias*), é o motivo fulcral da troca de cartas, do mesmo ano, de duas notáveis personalidades de Portugal contemporâneo—António Sérgio e Bernardino Machado — que hoje aqui tornamos públicas pela primeira vez.

Em resumo, nesta correspondência, António Sérgio (1883-1969), parecendo responder a um primeiro reparo do ex-presidente, provavelmente contido em carta que não conhecemos, dá-lhe conta das circunstâncias que levaram a *Seara Nova* a publicar aquele livro póstumo do autor de *Os Pobres*; Bernardino Machado (1851-1944) replica (se, realmente, a carta de Sérgio precede a sua), estranhando (voltando a estranhar?) que a *Seara* tenha editado tal livro, que *ultrapassa o limite moral* e no qual Raul Brandão *conta anedotas falsas, algumas das quais não podem infelizmente ser desmentidas pelas pessoas a quem diz que as ouviu*.

A permissiva *filosofia* em que se terá abonado Raul Brandão (1867-1930) para se decidir a publicar ou a deixar para publicação *post-mortem* as suas irreverentes memórias encontram-na expressa numa página do próprio *Vale de Josafat*.

Antes, porém, de desbravarmos terreno, seguindo este trilho, lembremos que a alusão bíblica contida no título da obra memorialista se refere à profecia de Joel segundo a qual o Senhor juntaria todas as gentes no Vale de Josafat (lugar do iuizo final?) para aí julgar os inimigos de Sião. Não se cuide, no entanto, que o escritor pretende assumir-se juiz dos seus contemporâneos que povoam o *Vale*; se não erramos,

* **Jornalista e Historiador.**

ele, que foi jornalista profissional, só quer ser o relator (o repórter?) do espectáculo, feito de grandezas e de misérias, que é a vida, inescapavelmente envolvente, e comprometedora, mesmo para o observador que se pretende neutro—e Raul Brandão não era, e talvez nem quisesse ser, neutro: debaixo da sua bonomia aparentemente compassiva tumultuavam a parcialidade e a paixão.

Refiramos, então, a *filosofia* do memorialismo de Brandão. Num capítulo do *Vale de Josafat* significativamente (comprometedoramente?) intitulado «A mentira», o escritor conta que Guerra Junqueiro, «antes da morte, mas já perto da morte», lhe pediu para retirar das *Memórias* algumas anedotas que lhe tinha contado sobre o rei D. Carlos. Porquê? — interroga-se a benévola e, ao mesmo tempo, amoral alma que é o autor de *Húmus*. E logo responde que Junqueiro «não teve talvez a coragem de dizer desassombadamente que não eram verdadeiras, nem é fácil tê-la diante dos homens».

E aí está, pois, a terrível *filosofia* que leva Raul Brandão a expor factos controversos e de fundamento duvidoso nas páginas dos seus livros de memórias, como se fosse nas colunas de um jornal sensacionalista (não esqueçamos — repetimo-lo — que ele foi profissional de jornalismo, além de militar, embora relutante; que conheceu não só a tarimba dos quartéis como a tarimba das redacções, ambas rudes e impiedosas). Num rebate de consciência, professa mesmo uma espécie de «mea culpa» quando escreve: «¿ Quantas vezes nos deixamos arrastar, fazendo um dito sobre um amigo, exagerando um quadro ou inventando um pormenor?» Mas logo, cínico empedernido —, a si próprio se absolve: «Quem é que diz a verdade nua e crua? Todos compõem, cada qual segundo o seu interesse. Só com a verdade extrema talvez não fosse possível a política, a literatura e a própria vida».

É agora chegada a altura de recuperarmos o eco dos *Factos e Documentos* a que António Sérgio alude na sua carta, e que se publicou, efectivamente, no n.º 348 da *Seara Nova* (22 de Junho de 1933):

«VALE DE JOSAFAT»

«Houve quem explorasse politicamente, houve até quem se afligisse, com certos lances anedóticos do *Vale de Josafat* de Raul Brandão. Não tomemos a cousa ao trágico, e mantenhamos o sentido das proporções. Uma parte da obra de Raul Brandão é feita de páginas alucinadas, que logram impressio-

nar o leitor sensível pelo exagero fantástico do claro-escuro. Um fantástico com efeito, era ou quis ser o seu autor: um visionário, um caricaturista, uma espécie de Goya das águas-fortes. Ninguém procurará nas suas memórias a verdade objectiva dos acontecimentos, mas as reacções nervosas de um grande satírico; não é aquilo um livro de história, mas de pura arte. Ao primeiro instante, pode ter-se o ímpeto de o desmentir; a intervenção do bom-senso, porém, dir-nos-á que protestar contra a sátira viva, desmenti-la, corrigi-la, seria tão absurdo, por exemplo, como uma pessoa caricaturada que viesse declarar ao respeitável público: «eu, meus senhores, sou mais bonito, mais regular de proporções, do que o caricaturista me desenhou». As *Memórias* de Raul Brandão são a caricatura de uma época: e fazer correctivos (cremos nós) será o cúmulo da ingenuidade».

Este pequeno texto sergiano é como que um resumo da explicação a que Sérgio alude na sua carta e que Câmara Reis publicou no *Diário Liberal*, a 6 de Junho de 1933, sob a rubrica genérica «Homens e Ideias», mais tarde reproduzido na secção de «Factos e Documentos» da *Seara* n.º 350, de 10 de Agosto de 1933, aliás sem indicação de procedência. Na sua explicação, o director da *Seara*, revela-se ciente dos engullios, mesmo indignação, que o livro estava a provocar nas hostes da oposição republicana à ditadura, as quais não veriam asado o momento para a exposição de factos e opiniões controversos e desprimorosos para o regime derrubado e vilipendiado pelos ditadores do 28 de Maio. Como que a deitar água na fervura republicana, Câmara Reis escreve no *Diário Liberal* que *Vale de Josafat* «não é a obra dum político — ele declara que nunca o foi — nem dum doutrinário, mas sim dum homem de letras e, até certo ponto, dum historiador». Ainda segundo o articulista, Brandão concebia a história «à maneira de Michelet, como uma ressurreição. Mas uma ressurreição realizada por vezes numa atmosfera alucinada e apaixonada». A par destas explicações subjectivas, desvenda Câmara Reis alguns factos que merecem reter-se. Assim, Brandão demorara propositadamente a publicação deste volume, porque «receava exacerbar as agruras de alguns vencidos». A viúva do escritor, D. Maria Angelina Brandão, tivera durante anos «a mesma hesitação e o mesmo escrúpulo». Tomara a peito acompanhar a publicação dos inéditos do marido, empenhando-se em «fazer a revisão escrupulosa das provas» (tarefa cujos re-

sultados, diga-se de passagem, apresenta não poucas falhas, que um profissional competente não cometeria). Essa missão, somada à «de se construir um mausoléu digno do autor do *Húmus* consome toda a energia do seu espírito enlutado e ardente». Mas talvez a explicação mais convincente seja a de que «esta obra-prima de observação, de ironia, de ternura e de sarcasmo, mais tarde ou mais cedo teria de ser publicada». Assim sendo, «melhor é que o seja antes de desaparecerem os que porventura forem atingidos pelas suas páginas satíricas, mas raramente cruéis».

No mesmo *Diário Liberal*, duas semanas depois, a 20 de Junho, M. S. (Mário Salgueiro?), não desistindo de apreciar criticamente *Vale de Josafat* e acaso não se satisfazendo com a explicação de Câmara Reis, classificava a obra de Brandão como «um livro triste» (título do seu artigo) e escrevia, designadamente: «Livros como o de Raul Brandão fazem... esmorecer e duvidar. E nós temos de criar e alimentar uma certeza— nem que seja à custa de nós mesmos, do nosso sangue e da nossa vida».

Bernardino Machado não podia deixar de sentir-se magoado ao ler, por exemplo, que Raul Brandão, apoiado num recorte de *O Primeiro de Janeiro* de Julho de 1911, lhe atribuía um procedimento menos consentâneo com a dignidade das funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, que naquela data exercera. Tomando como boa a informação do diário do Porto, o autor de *Vale de Josafat* repete-a sem uma palavra de desagravo em relação ao ilustre correligionário:

«Perante a atitude do governo espanhol, que pouca ou nenhuma consideração ligava às reclamações do governo português relativas à permanência, na fronteira, dos conspiradores e traidores à Pátria, entendeu o sr. Bernardino Machado dever officiar ainda uma vez ao governo do sr. Canalejas, mas em termos menos doces do que os usados até aí. Para cobrar coragem mostrou a sua nota ao ministro inglês, que, particularmente, a achou bem. Apenas enviada, tornou o sr. ministro dos estrangeiros conhecida do governo espanhol a aprovação do ministro inglês, que, ignorando a inconfidência que o atingia, recebeu do seu governo, com surpresa e mágoa, ordem de retirada, em 24 horas, não obstante a sua saúde não ser, nesse momento, das mais invejáveis...»

Esta a primeira, contundente, referência do *Vale de Josafat* ao eminente estadista, último Presidente da I República. As referências seguintes, puramente anedóticas, nem colocavam mal (ou tão mal) Bernardino Machado, uma vez que, bem feitas as contas, só especulavam, caricaturalmente, em torno de traços característicos, no fundo não desfavorá-

veis, da forte personalidade do autor das *Notas de um Pai* — a cordialidade, a afabilidade, democraticamente distribuída. E a rijeza de constituição: «É um homem de aço». Mas, pela boca de um terceiro (o verrinoso Junqueira, falecido em 1923), o estadista, dito «de ferro», é assim retratado, sem complacência, antes com o fito de, através da caricatura, se obter um efeito cómico:

«— De ferro? De borracha é que ele é. Pode passar-lhe um cilindro de estrada por cima que ele levanta-se logo, todo lépido, a tirar o chapéu».

Mas o autor do *Vale de Josafat*, ficcionista arrastado pela vertigem de criar ou avivar o perfil de personagens, mesmo à custa da verosimilhança e da verdade, não se limita a retratar Bernardino Machado como *um homem de ferro ou de aço*. No livro póstumo, é inconveniente, deselegante, desrespeitoso, para com o simpático estadista, de quem caricaturalmente, impiedosamente, malevolamente, escreve:

«Cansa toda a gente, extenua toda a gente — e teima até à morte. Promete tudo — falta a tudo. Não faz nem deixa fazer. Mas, como um velho moinho de café, não cessa de moer e remoer palavras sobre palavras».

Um traço de verdade, afinal, nesta verrina: o da teima até à morte — teimosia que nobilitou o homem que, até ao fim dos seus muitos anos de vida, teimou em não se vergar à ditadura.

Quanto ao diálogo entre Bernardino Machado e António Sérgio a que o ex-Presidente indirectamente se refere na sua carta — o próprio Raul Brandão o classifica como «anedota, que é posterior, fica aqui bem, completa o retrato»:

«Noutro dia, a conversar com o António Sérgio, disse-lhe [Bernardino Machado] :

«Meu amigo: é preciso fazer-se quanto antes uma reforma de instrução primária profunda.

«— Também assim o entendo.

«— É da maior urgência. É básico.

«— É esse o meu pensamento.

«Imagine que noutro dia minha neta chegou-se à minha beira e disse-me: — O avó: ¿ o Sidónio foi presidente? — Presidente? Nunca! — Mas neste livro em que estudo, vem que o Sidónio foi presidente, como o avô. — Ora veja o senhor António Sérgio que compêndios! que instrução! que professores!... É preciso fazer-se, quanto antes, uma grande reforma. Mas profunda».

Esta (anedota) não tem mesmo pés nem cabeça—, nem António Sérgio, na sua correspondência com o estadista, pro-

vavelmente, perderá tempo a mencioná-la ou a protestar que a desmentirá na primeira oportunidade. Só por bravata (que, aliás, seria defensável, como profissão de fé democrática, legalista), Bernardino Machado, Presidente eleito pelo Congresso da República, ignoraria ter Sidónio Pais ocupado, na Presidência, o lugar que fora, legitimamente, o seu. Talvez a *anedota*, como tal entendida por Raul Brandão, fosse, afinal, a expressão caricatural da dolorida, paradoxalmente significativa ironia do estadista que firmemente se recusou a ceder perante a violência e, coerentemente, não transmitiu os poderes presidenciais a Sidónio Pais, figura de proa da revolução reaccionária de 5 de Dezembro de 1917. E, por isso, foi preso, destituído, e banido do País, conhecendo o amargor do exílio.

A dolorosa experiência do exílio tê-la-ia de novo Bernardino Machado quando da sua renúncia presidencial, logo após o 28 de Maio. No seu folheto *A Política e o Poder Militar*, que publicou em 1926, Bernardino afirma ter «a certeza de que os republicanos que, com Cabeçadas, na sua exaltação revolucionária, promoveram o 28 de Maio, não pensaram jamais em instituir sobre nós a ditadura militarista, irmã gémea da ditadura clerical». Na importante Declaração com que finaliza o seu onúsculo, o estadista afirma:

«Quando transmitti os poderes presidenciais, fi-lo a um chefe de governo, de coração republicano, que eu sabia bem que se propunha restaurar o mais breve possível a ordem constitucional. Aos seus sucessores eu não os transmitiria. Até para não sujeitar a nação ao pungentíssimo desdoiro de ver à sua frente um poder militarista, a invocar a Constituição perante os estrangeiros, não se importando nada com ela perante os seus concidadãos, como se não houvesse entre nós um povo soberano».

E, mais adiante, comenta:

«Foi um grande mal que se não constituísse, logo à primeira hora, contendo a *marcha sobre Lisboa*, um governo nacional de homens públicos de toda a confiança da República, como felizmente temos dentro e fora dos partidos, que nos preparassem sem mais abalos, uma rápida solução legal, garantindo a todas as nossas forças políticas a sua livre representação».

São demonstrativas da rijeza da sua têmpera, as últimas, belas, palavras da declaração de Bernardino:

«A ditadura é congénere da Monarquia. Quem diz democracia, diz liberdade. E, enquanto a não recobramos, não estamos em República».

O 28 de Maio é, também, o objecto de uma interessante nota do punho de Bernardino Machado encontrada no seu espólio e que diz:

«Fiz tudo por conter a onda que vinha atrás de Gomes da Costa, contando subir ao poder sobre os seus desastamentos. E ainda estou convencido de que se Cabeçadas se dessemleasse dos seus excessivos escrúpulos de camaradagem com Gomes da Costa e organizasse de pronto o ministério, como tanto lhe aconselhei instantemente, o poder civil evitaria o movimento militarista».

Bernardino, *homem de aço!* Vem a propósito recordar que foi Bordalo quem caricaturou Hintze Ribeiro e Bernardino Machado com as incisivas fórmulas saídas do seu incomparável buril: o primeiro *aço por fora e canição por dentro*, o segundo *canição por fora e aço por dentro*.

Reconheça-se que só podia ter sido, como atrás se disse, uma personalidade muito forte o homem de quem, com crueldade típica de um criador de ficção (e de um jornalista não muito agarrado ao real), Brandão põe dentro desta moldura cómica:

«No ministério dos negócios estrangeiros ainda hoje se fala com espanto e terror nesse homem que só ao romper da manhã levava os secretários, meio mortos, para casa, cumprimentando ainda ao sair, com afabilidade, os puxadores das portas — e dos ovos estrelados que ele lá esqueceu entre a papelada oficial e que, com o leite, constituem toda a sua alimentação».

Já vimos a *explicação* que, no próprio *Vale de Josafat*, Raul Brandão dá do memorialismo fantasioso. Com o valioso auxílio do prof. J. Machado Vaz, que gentilmente nos facultou as duas cartas inéditas para divulgação pública, sempre fiel ao princípio de que é «dever de quantos têm em seu poder documentos que podem lançar luz sobre personalidades e factos da nossa História colocá-los ao dispor dos estudiosos», vejamos agora, extraídas do livro onde Oliveira Marques coligiu os *Manifestos Políticos* (1927-1940), de Bernardino Machado, a opinião do consequente estadista sobre os memorialistas em geral:

Página 484: «Alguns lidadores chegaram mesmo em memórias póstumas ao sadismo dos ataques mais destoantes das suas corajosas vidas». E na página 512: «Fiz inquebrantavelmente a campanha de atracção entre os meus correligionários. Muitas vezes tive de calar a minha própria sensibilidade magoada por alguns — e tenho ainda hoje, vituperado por malévolas memórias póstumas — para fazer justiça aos grandes serviços desses mesmos».

É certo que Bernardino Machado, ao longo dos seus escritos, foi também memorialista, como notou Júlio Brandão, mas, assoberbado pelo seu contínuo combate panfletário, não deixou senão algumas notas para Memórias. Sabe-o bem o prof. Machado Vaz, até por dois trechos de cartas que o avô lhe dirigiu e que aquele nosso amigo teve a amabilidade de transcrever, facultando-no-los para este nosso trabalho. De Paredes de Coura, 5.12.1941 — «Tens toda a razão, e quanto te agradeço também! no que dizes das minhas memórias, isto é das memórias que alguns homens aliás cultos, esquecendo-se de si próprios, escreveram contra mim para ser publicado postumamente. E não falo das memórias do Cabral, cuja insolência faz delas páginas por vezes tão odiosas como odientas. A minha pena é que, até pelas tuas imperativas obrigações, as nossas conversas se interrompam tantas vezes e com elas os teus extremos ocios de meu memorialista».

E ainda de Paredes de Coura, 13.1.1942 — «E não só já me basta de sacrifícios de toda a espécie para restabelecer a continuidade da minha vida particular, depois de tantos anos de exílio, mas até o teu gentil rebate, lembrando alguns incidentes da minha vida pública, me faz pensar que devo concentrar as forças que me restam, senão para lutar pelo futuro, ao menos para dizer do passado e dos seus homens, no meu lar, na minha vida académica de estudante e de professor, e na minha vida pública tão acidentada, aquilo que lhes devi. É um acto de gratidão que me cumpre não adiar mais».

E o prof. Machado Vaz diz-nos, ainda, a propósito das Memórias: «Se meu Avô as tivesse redigido, elas seriam, como me escreveu, o tal «acto de gratidão» e nunca as verrinas que, desgraçadamente, alguns dos republicanos nos legaram. Na verdade, como se sabe, o *Diário* de João Chagas, a *Correspondência* de Teixeira Gomes e as fantasias de Raul Brandão, foram aproveitadas, gulosamente, pelos inimigos da República, no ataque aos seus Homens mais representativos. Bernardino Machado e Afonso Costa foram os alvos preferidos. Essas demonstrações de complexos, mais ou menos aliterados, são ainda hoje o viático de certos «analistas» que medem os estadistas da República pela quase geral mediocridade dos políticos que aí temos. Assim se continua a campanha de calúnias forjada intencionalmente pela Ditadura».

Um derradeiro apontamento dar-nos-á ensejo de, por um lado, referir aquilo que António Sérgio pensava de Raul Brandão como criador literário e, por outro lado, mostrar um esquema de abordagem da obra de imaginação, em geral, tal como a pratica um paladino da «ideia clara» como o autor dos *Ensaio*s. Na sua apreciação crítica dos *Pescadores*

de Brandão, primeiramente aparecida na revista *Lusitânia*, em 1924, e depois recolhida no terceiro volume dos *Ensaio*s, Sérgio começa por definir duas grandes famílias de espíritos: aqueles «em que predomina a nebulosa», os espíritos «musicais» e aqueles outros «onde na nebulosa turbilhonante... se destaca o núcleo do pensar definido, do encadeamento lógico, das ideias nítidas...» Ora, «os nebulosos, por via de regra, cuidam que nos ideólogos não há canto, que não há emoção nos apolíneos; e, chamando ao sonho idealismo, e ao turbilhão profundidade, negam o dom de idealismo, e apodam logo de superficiais, a todos os sacerdotes da ideia clara». O apóstolo das «ideias nítidas», que Sérgio indisputavelmente é, adverte, em seguida (*para se anteparar contra os que lhe negarem simpatia para poder falar de Raul Brandão — simpatia intelectual, porque a amizade pessoal já os une há muito*) que «nunca se suponha... que o homem de ideias e de espírito crítico não pode simpatizar com o de sentimento»... Mais adiante, o ensaísta, utilizando já uma terminologia que tem pontos de contacto com a nota anónima de nove anos depois na *Seara*, delinea o molde de uma obra típica de Brandão: «Uma série de desenhos, muitos dos quais inacabados, em atraentes colecções mais ou menos fantasistas, donde se destacam, de quando em quando, águas-fortes alucinadas, impressivíssimas e goiescas, as quais se nos cravam na sensibilidade — na medula do nosso ser — como estudos de mão de mestre para um grande quadro que nos não quis dar; um longo monólogo interior, donde se elevam de espaço a espaço alguns trechos hamléuticos de humanidade...» Quanto aos *Pescadores*, Sérgio, aguardando agora «os grandes livros (e não somente as intensas páginas)», pede ao autor que sejam eles — como os *Pastores*, e os *Operários*, e os *Lavradores* — «a história humilde do nosso povo português (e não só a paisagem em que vive o povo), isto é, que sejam estudados e realizados, não só com os olhos e o colorido de um grande artista que vê aspectos, mas também com aquilo que o assunto exige: o exame generoso de um verdadeiro apóstolo, o sentir pensado de um reformador».

Oito anos depois, no prefácio (escrito no exílio de Paris) ao terceiro volume dos *Ensaio*s, António Sérgio presta sentida homenagem a Raul Brandão, o companheiro desaparecido dois anos antes. Entre os vários autores de que falara na *Lusitânia*, «um sobreleva que não tornarei a ver, porque dele a morte nos exilou para sempre»: o autor dos *Pescadores*. Eu era amigo de Raul Brandão, e seu companheiro na *Seara Nova*; devia-lhe simpatia, generosidade, louvor: nada disso influenciou, no entanto, na imparcialidade crítica com que

falei dele; e desejo aqui acentuar o facto para poder contrapor à de tantos outros a atitude desse admirável artista, que soube receber com a maior lhanza — e assentindo, até — o conjunto dos reparos que entendi fazer-lhe».

Estas palavras são anteriores ao mal-estar que a publicação de *Vale de Josafat* causou nos arraiais republicanos. Não teria António Sérgio razão para enjeitá-las, significativas que eram do entendimento essencial que, para lá dos dissentimentos circunstanciais, sempre se estabelece entre os grandes espíritos, por diferentes que sejam as *familias* intelectuais a que pertencem.

AS CARTAS

Sexta-feira

(TR. DO MOINHO DE VENTO, 4
LISBOA)

Ex.^{mo} Presidente

Muito obrigado pelo cuidado de V.^a Ex.^a No n.º 348 da *Seara Nova*, p. 180, na nota intitulada *Vale de Josafat*, poderá encontrar V.^a Ex.^a o meu comentário aos processos artisticos usados pelo Raul Brandão nas suas *Memórias*.

Os motivos da publicação deste 3.º tomo foram explicados pelo Camara Reys no *Diário Liberal*, no momento em que o volume appareceu. O Raul Brandão deixou os seus livros à *Seara*, que tem a obrigação de os publicar. A impressão do *Vale de Josafat* foi adiada até hoje, à espera de melhor oportunidade; succedeu, porém, que a viuva, a Ex.^{ma} Senhora Dona Angelina, que se sente — e com toda a razão — no dever de presidir à edição e de rever as provas, se tomou de medo de falecer antes de poder desempenhar-se de tal encargo. Era isso para Senhora um imperioso caso de consciência, que o Camara Reys teve de respeitar. Perante tais circunstâncias, V.^a Ex.^a faria certamente o que elle fez. A vida coloca-nos muitas vezes na necessidade de escolher o menor de dois males.

Afectuosos e agradecidos cumprimentos da Luisa.

De V. Ex.^a
com toda a consideração
mt.º at.^{to} vnrro admirador

António Sérgio

(Copia)

Em papel timbrado:

HOTEL DEL TECLA

— DE —

RAFAEL RODRIGUEZ

HABITACIONES CON CUARTO DE BAÑO
AGUA CORRIENTE EN TODAS LAS HABITACIONES

RESTAURANT
EN LA CIMA DEL MONTE SANTA TECLA

SIEMPRE MARISCOS

TELÉFONO 49

LA GUARDIA de 1933
(Pontevedra)

Meu Ilustre Correligionário: (Antonio Sergio)

Não recebi ainda o ultimo numero da «Seara Nova». Mas a minha filha Jeronima, que acaba de chegar, trouxe-me o exemplar do Aquilino. O que diz do genero caricaturista é perfeito, só falta traçar-lhe o limite moral. Ora o ultimo volume das Memorias de Raúl Brandão ultrapassa-o. Não sei mesmo como a «Seara Nova» o editou. Ela tem outra(s) responsabilidade(s), incomparavelmente maior do que as da viuva Chagas. O Raul Brandão conta anedotas falsas, algumas das quais não podem infelizmente ser desmentidas pelas pessoas a quem diz que as ouviu *. Mas julgue- [as] pelas palavras que lhe são atribuidas a meu respeito. Espero que lhe não será difficil ter occasião de as desmentir. Pedimos-lhe a fineza de apresentar os nossos mais dedicados e gratos cumprimentos a sua Ex.^{ma} Esposa de cuja bondade para conosco nunca nos proderer [mos] esquecer. E creia-me saudosamente

Todo seu

a) Bernardino Machado

* Mas houve pelo menos um caso em que o anedotário de Brandão sobre Bernardino Machado suscitou desmentido. Escreve o memorialista a páginas 62 e 63 do *Vale de Josafat*:

«Perguntando ao Santos Tavares o que êle [Bernardino] fazia no Brasil, respondeu:

« — Navega. Tem feito imenso. Os monárquicos estão calados. Cortou as crónicas ao Malheiro Dias, que teve de ir trabalhar para uma livraria. Conhece tôda a gente, fala a tôda a gente, maça tôda a gente. Um dia vínhamos por uma avenida fora, eu, êle e a senhora, quando ouvimos um cavalheiro gritar ao longe, de braços abertos:

«— Oh querido amigo!...

« — Quem é — perguntei rapidamente ao Bernardino.

« — Não sei...

«Mas já ele o abraçava, sorrindo, apresentando-o à mulher nestes termos:

« — Minha mulher... e... e escuso de te dizer quem êle ê!»

António Sérgio

Santos Tavares era o ministro de Portugal em Haia. De passagem por Lisboa, visitou *O Século*, deixando neste matutino a seguinte carta, publicada a 12 de Outubro de 1933, sob o título

«AS MEMÓRIAS DE RAUL BRANDÃO

— As referências a Bernardino Machado —

«Sr. Director: — Recém-chegado a Lisboa, pessoa amiga chama-me a atenção para umas palavras que Raul Brandão me atribuiu, no 3.º volume, póstumo, das *Memórias* — «Vale d Josafat», pag. 62. Repudio-as formalmente tais como ali foram rememoradas, se bem que da sua evidenciada contradição ressaltem, nítidos, os lapsos cometidos.

«Agradecendo a publicação desta carta, creia-me, sr. Director, seu antigo confrade * amigo — (a) E. Santos Tavares.»

ANTÓNIO SÉRGIO: CARTAS DO EXÍLIO A JOAQUIM DE CARVALHO (1927-1933)

As cartas que se seguem foram escritas por António Sérgio a Joaquim de Carvalho (1892-1958) num momento importante da nossa vida contemporânea: a liquidação da I República. Mais concretamente, foram redigidas entre a revolta demo-republicana de 3 de Fevereiro de 1927 e a consolidação do regime saído do golpe de estado de 28 de Maio do ano anterior. Como se sabe, a revolta fracassou e muitos dos seus promotores, incluindo o general Sousa Dias (*), seu líder, foram deportados para S. Tomé, Angola e Ilhas; outros, como Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, Raúl Proença, seguiram o caminho do exílio. A eles se juntou António Sérgio, particularmente perseguido pelo seu envolvimento na campanha contra o empréstimo que, por esta altura, a ditadura procurava obter nas praças financeiras da Europa. E depois de passar por Espanha, veio a fixar-se em Paris, cidade de onde escrevia a Joaquim de Carvalho a 4 de Abril de 1927.

Está por escrever a história da resistência nos primórdios do salazarismo (2), nomeadamente a que diz respeito à *Liga de Defesa da República* animada por Álvaro de Castro, Afonso Costa, Jaime Cortesão, José Domingos dos Santos, António Sérgio (3) e outros. Mas a leitura da documentação

C) Cf. A. H. Oliveira Marques, *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1975, p. 39.

(2) No entanto, a par da obra atrás citada, alguns dados importantes foram já compilados também por A. H. Oliveira Marques: *A Unidade da Oposição à Ditadura 1928-1931*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1973; *A Liga de Paris e a Ditadura Militar 1927-1928*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1973.

(3) António Sérgio tomou posse do cargo de vogal da *Junta Directiva da Liga* em 17 de Junho de 1927. Cf. A. H. Oliveira Marques, *A Liga de Paris e a Ditadura Militar*, p. 22.

já publicada transmite-nos uma ideia das intenções, dificuldades e divergências então vividas pelos activistas democráticos. No entanto, devido à sua natureza oficiosa, nada nos dizem acerca das condições existenciais dos protagonistas desses combates, lacuna que pode ser preenchida com a divulgação de testemunhos de cariz mais pessoal.

Para se compreender o contexto em que foram escritas, importa também sublinhar o perfil do seu destinatário. Joaquim de Carvalho, professor universitário em Coimbra, filósofo e historiador da cultura de inspiração neo-kantiana ⁽⁴⁾, situava-se politicamente nos terrenos de um republicanismo liberal a que não tinha sido estranho um ponto de partida jacobino-maçónico ⁽⁵⁾. A par das suas actividades docentes, desempenhava igualmente o cargo de director da Imprensa da Universidade ⁽⁶⁾. E a triplice condição de professor, editor e, dentro de certos limites, correligionário, conjugada com os interesses intelectuais de Sérgio e as suas necessidades económicas, ajuda a explicar o conteúdo desta correspondência. As cartas tratam, predominantemente, de projectos de tradução e de edição. Assim sendo, o seu interesse assenta, em grande medida, nas informações que nos dão não só quanto ao tipo de relações que então existiam entre ambos, mas também acerca das intenções iluministas que animavam a intelectualidade apostada em fazer contra-corrente ideológica ao avanço do salazarismo. Porém, embora a política esteja sempre em pano de fundo e a filosofia apareça amiúde no centro do debate, o seu valor decisivo radica, a nosso ver, no testemunho directo da vida de Sérgio transmitido num momento de verdade: o exílio, situação em que a sua personalidade moral e complexidade humana se revelam sem mediações. O exílio é sempre um lugar de solidão que convida à interro

⁽⁴⁾ Sobre a vida e o pensamento de Joaquim de Carvalho, para além da obra de Jorge Peixoto adiante citada, vejam-se: Barahona Fernandes, «Joaquim de Carvalho — Pessoa e Atitude Espiritual», *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, n.º 9, 1963, pp. 889-915; Alberto Ferreira, «Joaquim de Carvalho e a Cultura Portuguesa», *Vértice*, n.º 211, 1961, pp. 135 e ss., e n.º 216, pp. 325-33; Orlando Ribeiro, «Joaquim de Carvalho: Personalidade e Pensamento», *Biblos*, vol. 56, 1980, pp. 1-6.

⁽⁵⁾ Por informações de contemporâneos seus, sabemos que o próprio Joaquim de Carvalho não escondia ter militado na loja maçónica *A Revolta* entre 1912 e 1924.

⁽⁶⁾ Joaquim de Carvalho foi nomeado administrador da *Imprensa da Universidade* a 30 de Julho de 1921 e dirigiu-a até 1934. Cf. Jorge Peixoto, *A acção de Joaquim de Carvalho na Imprensa da Universidade de Coimbra*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1976, p. 28.

gação do sentido da própria existência. E em algumas cartas, encontramos Sérgio, não a interrogar os outros, como era seu hábito, mas a perguntar pela razão de ser da sua própria vida.

Assim, julgamos que a sua publicitação se justifica quer pelo que afirmam explicitamente, quer pelas achegas biográficas que ayançam, sobretudo se articuladas com outros testemunhos. E que, mesmo com uma temática ajustada à conjuntura e ao perfil do interlocutor, põem à disposição do leitor uma diversidade de dados que podem ser úteis tanto para os que se dedicam ao estudo da vida e da obra de Sérgio, como para os que se interessam pela história política ou pela história cultural da época contemporânea.

E para cumprirmos os propósitos últimos que presidiram a esta edição — revelar documentos que possibilitem um alargamento das perspectivas sobre o homem e o seu tempo— elaborámos breves anotações e um conjunto de dois índices, de modo a que um público tão vasto quanto possível tenha um fácil acesso ao enquadramento histórico e bibliográfico das situações e dos indivíduos referenciados por Sérgio nesta correspondência.

Por fim, queremos registar o devido agradecimento à família do Prof. Joaquim de Carvalho, que nos facultou esta parte das cartas escritas pelo ensaísta ao mestre de Coimbra, e nos autorizou a sua publicação. A todos o nosso obrigado.

*Fernando Catroga
Aurélio Veloso*

António Sérgio

1

CASA EDITORIAL
FRANCO IBERO AMERICANA
MUÑOZ ESCAMEZ, EDITOR
222, BOULEVARD St-GERMAIN, PARIS
Registro Comercial: Seine 329.264

Téléphone: FLEURUS 57-90

ADRIME-PARIS (Código ABC)

Paris, 4 de Abril [1927] *

Meu querido Amigo

Estou a dirigir a secção luso-brasileira, agora criada, desta Casa editorial 0). Lembrei-me de editar, sem demora, uma tradução da *Historia da Literatura portuguesa*, do Bell (2). Escrevi neste sentido ao Agostinho de Campos (3), que me respondeu o seguinte:

«A Imprensa da Universidade (4) comprou por x libras (não sei quantas) o direito de tradução em português, e eu comprometi-me a traduzir a 1ª parte do livro, para o que já tenho bastante trabalho feito, ficando a tradução da 2.ª parte a cargo do dr. Barros e Cunha» (5).

Pode ser que o que lhe vou dizer seja uma tolice formidável, mas diz o povo que é falando que a gente se entende:

É possível que a Imprensa da Universidade, que está cheia de trabalho, não possa por enquanto editar o livro, que, como sabe, faz muita falta à cultura nacional. Nesse caso, quererá vender-me os direitos de tradução, pois estou em circunstâncias de editar já a obra?

Tem falado ao Nemésio? (6) Ele conseguiu tratar daquele negócio editorial que lhe propus?

Um grande abraço do seu muito amigo e admirador

A. Sérgio

* Sempre que a data surgir sem qualquer sinal significa que foi escrita por Sérgio; quando inserida em parêntesis rectos [] quer dizer que foi tirada do carimbo do envelope; o parêntesis curvo () indica que foi induzida por nós a partir do seu conteúdo.

C1) Sérgio refere-se à *Casa Editorial Franco Ibero Americana Muñoz Escamez, Editor*, com escritórios no Boulevard St. Germain, 222, Paris.

O Aubrey Fitz-Gerald Bell (1881-1950). Lusófilo inglês. Viveu em Portugal entre 1911 e 1940. Dedicou-se ao estudo da literatura portuguesa, sobretudo dos períodos medieval e renascentista. A obra mencionada por Sérgio foi editada em Coimbra, pela Imprensa da Universidade, em 1931.

C3) Celso Azevedo Agostinho de Campos (1870-1944). Jornalista e escritor.

(4) A Imprensa da Universidade foi fundada pelo Marquês de Pombal em 1759.

Teve como seu último director Joaquim de Carvalho. Foi fechada por razões políticas em 1934.

(®) Professor Doutor João Gualberto Barros e Cunha.

(¶) Vitorino Nemésio (1901-1978). Professor da Universidade de Coimbra e depois da Universidade de Lisboa. Romancista, poeta e ensaísta.

Paris, 24 de Abril [1927]

Meu querido Amigo

Muito obrigado pela sua carta. Tenho pena de que o Agostinho de Campos demore a tradução do Bell, porque o livro faz falta às nossas escolas e estudantes, que não conseguiram até hoje um manual apresentável da nossa literatura.

Pedem-me às vezes que aconselhe um livro; aponto o Bell, mas nem todos lêem inglês, e o original, além disso, é caro.

Acabo de receber uma carta do Nemésio que começa assim: «*Carta suplementar para lhe dar uma novidade*». Isto faz-me supor que êle me escreveu outra carta, de que esta é suplemento, e que não recebi. Não recebi também os n.^{os} da *Gente Nova O*, cuja remessa êle me anuncia. Peço-lhe que lhe diga isto.

Diz-me também que o meu Amigo é de opinião que eu devia concorrer à cadeira de Filosofia, em Coimbra, pois parece que vão abrir concursos. Ora, eu agradeço-lhe muitíssimo a gentileza da ideia, mas fiz casa em Lisboa, não posso ir para Coimbra, nem fazer a viagem para lá ir dar aulas, como fazia a D. Carolina (2). O Porto está bem mais perto de Coimbra do que Lisboa. Além disso, ir a concurso representava agora a necessidade de escrever uma tese, coisa para que absolutamente me falece o tempo, com a vida ultra-complicada que tenho.

Diga-me uma coisa: de quem são os direitos da edição dos *Sonetos do Antero*? (3) Vou publicar uma colecção de livrinhos pequenos (Biblioteca Liliput) (4) com obras-primas, em português, originais ou traduzidas, e gostaria de incluir os *Sonetos* (5), se, fosse possível. São, como lhe disse, voluminhos pequenos de 150 páginas. Seria possível, por outro lado, publicar uma selecção das prosas anterianas (150 páginas pequenas?).

Eis um não pequeno número de perguntas!

Abraça-o o admirador m.^{to} amigo e grato

A. S.

C¹) *Gente Nova* (1927). Órgão próximo do *Centro Republicano Académico*, dirigido por Carlos Cal Brandão, Sílvio de Lima, Paulo Quintela e Vitorino Nemésio. O primeiro número saiu a 9 de Abril de 1927, e o último (n.º 18) a 12 de Maio de 1928.

O Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925). Lusófila alemã; adquiriu a nacionalidade portuguesa pelo seu casamento com Joaquim de Vasconcelos. Em 1911, foi nomeada professora da Faculdade de Letras de Lisboa, onde não exerceu pois transferiu-se para Coimbra, continuando, contudo, a residir no Porto. Ainda conviveu com os grandes vultos da *Geração de 70* (Antero, Teófilo, Adolfo Coelho) e dedicou-se à filologia e ao estudo da cultura portuguesa.

F²) Antero Tarquinio de Quental (1842-1893). Poeta e filósofo. A primeira edição dos *Sonetos Completos* saiu em 1886 com um prefácio de Ohveira Martins. Tanto o autor como o tradutor, foram das figuras que mais influenciaram o pensamento de Antônio Sérgio.

(4) Com o título «Biblioteca Miniatura» — e não «Biblioteca Liliput» —, Sérgio editou em Paris, nos anos seguintes, uma selecção das *Odes, éclogas, elegias e canções*, de Luís de Camões; em antologia separada, seleccionou algumas redondilhas do Épico.

O⁵) De Sérgio, nesta conjuntura, só conhecemos edição de *Sonetos escogidos* (Prefácio e selecção de Antônio Sérgio), Santiago de Compostela, Publicaciones del Instituto de Estudios Portugueses, 1933.

António Sérgio

3

CASA EDITORIAL
FRANCO IBERO AMERICANA
MUÑOZ ESCAMEZ, EDITOR
222, BOULEVARD St-GERMAIN, PARIS
Registro Comercial: Seine 329.264

Téléphone: FLEURUS 57-90

ADRIME-PARIS (Código ABC)

Paris, 25 de Maio [1927]

Meu querido Amigo

Muitíssimo obrigado pela sua resposta. Neste correio escrevo ao homem. Cá farei a assinatura. Recebi o 2.º número do jornal dos rapazes, de que gostei 0).

Apareça à frente do ministério português uma pessoa com quem nós possamos tratar, e que restabeleça a liberdade de pensamento e crítica, e entraremos em Portugal para lutar pelas reformas com meios pacíficos; mas com o P. e S. (2) não podemos ter relações (3).

E mais uma vez mil agradecimentos.

Há muito que não tenho notícias do Nemésio.

Muito ad.^{or} e amigo

A. Sergio

0) Referências à revista *Gente Nova*.

0 Iniciais do nome do tenente coronel Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa, então Ministro da Guerra.

0 Neste passo, António Sérgio faz eco da tomada de posição da *Liga de Paris* contra «a aproximação e entendimento entre o ministro da Guerra e alguns republicanos que estão em Portugal». O teor desta deliberação pode ler-se em A. H. de Oliveira Marques, *A Liga de Paris e a Ditadura Militar. 1927-1928*, p. 6.

4

CASA EDITORIAL
FRANCO IBERO AMERICANA
MUÑOZ ESCAMEZ, EDITOR
222, BOULEVARD St-GERMAIN, PARIS
Registro Comercial. Seine 329.264

Téléphone: FLEURUS 57-90

ADRIME-PARIS (Código ABC)

Paris, 10 de Julho [1927]

Meu prezado Amigo:

Telegrafei ontem ao Selvagem C) nestes termos:
«Li calunias *Imparcial* (?) dia 5. Diga que tenciono fazer».
Ao mesmo tempo mandei-lhe a seguinte carta:

Curtas do exílio de António Sérgio

«Acabo de lhe enviar um telegrama. Li, no *Imparcial* de 5, pulhissimas calunias a meu respeito. Diz o cabeçalho do periodico que o primeiro redactor principal é Carlos Selvagem. Rogo que me diga, o mais breve possivel, que tenciona fazer para ilibar completamente o seu nome de qualquer responsabilidade nessa infamia».

Na mesma ocasião, escrevi a um advogado, para que em meu nome chamasse o *Imparcial* aos tribunais, por crime de calunia contra mim. Lá, perante os juizes, se discutirão as provas que eles dizem ter. São bastante pulhas para afirmar, sabendo que mentem; mas também bastante imbecis para ter comprado provas falsas, vendidas por um espertalhão. A comedia promete ter graça. A ver vamos.

Rogo-lhe que faça constar por toda parte que vou chamar o *Imparcial* aos tribunais.

Seu amigo muito obrigado e admirador

António Sérgio (*)

(*) Carlos Selvagem (1890-1973). Historiador e ficcionista. Nome literário do escritor Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos. Militar de carreira, alcançou o posto de coronel em 1945. Depois de ter apoiado o regime instaurado em 28 de Maio, rompeu com Salazar. Perseguido, foi obrigado a reformar-se em 1947.

O *Jornal* fundado em 1927 por Carlos Selvagem e Henrique Galvão (1895-1970) para apoiar o novo regime. Por isso, combateu os elementos republicanos que se opunham à nova ordem e, em particular, ao empréstimo que a ditadura tentava obter junto de governos estrangeiros. Sérgio foi um dos principais activistas da campanha anti-empréstimo. Daí que a imprensa situacionista usasse de todos os meios para desacreditar a sua acção. Assim, *O Imparcial* acusava os «emigrados políticos, os chefes sinistros dos bandos a quem Portugal esteve entregue durante dezasseis anos de escândalos» de se terem mancomunado «com os bolchevistas para reconquistar a herdade que durante tão largos anos exploraram» (*O Imparcial*, n.º 59, 4-VII-1927, p. 1). Para a concretização desse plano, «António Sérgio vai a Londres e aí recebe dos bolchevistas 4 milhões de francos, que deposita nas mãos de Álvaro de Castro, tesoureiro da Junta Revolucionária» (*Idem, ibidem*). E, no número seguinte, adianta pormenores sobre «essa revolta bolchevista que a Junta de Paris marcou para antes de Setembro e para a qual Afonso Costa, Álvaro de Castro, José Domingues dos Santos, António Sérgio, Jaime Cortesão, António Maria da Silva, Sangremann Henriques e outros trabalham activamente» (*Idem*, n.º 60, 5-VII-1927, p. 1). A denúncia desta campanha visando ligar a oposição democrática ao bolchevismo foi feita num manifesto enviado aos jornais com a data de Julho de 1927 e assinado pela *Junta Directiva da Liga de Defesa da República* (Afonso Costa, Álvaro de Castro, José Domingues dos Santos, António Sérgio e Jaime Cortesão). Em particular, Sérgio desmonta a calúnia na *Carta aberta aos oficiais que ainda admitem a ditadura*, publicada ainda em 1927.

António Sérgio

5

CASA EDITORIAL
FRANCO IBERO AMERICANA
MUÑOZ ESCAMEZ, EDITOR
222, BOULEVARD St-GERMAIN, PARIS
Registro Comercial. Seine 329.264

Téléphone: FLEURUS 57-90

ADRIME-PARIS (*Código ABC*)

Paris, 29 de Novembro, 1927

Meu presado Amigo

Remeti-lhe ha dias um exemplar da minha tradução da *Vida em flor* (*). Simples trabalho de struggle for life: faina de proscrito.

Também não tive a menor noticia do Couto Martins (2). Teria com efeito morrido o homem? Que fazer? Este, e muitos outros casos infinitamente mais estrambóticos, me persuadem que a questão da propriedade literaria precisaria de uma reforma completa; mas nesse assunto, divirjo da opinião dos escritores, para me aproximar da do Herculano (3). Haverá algum amigo nosso que possua a *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 2.º ano, 1882, e que ma possa emprestar por tres dias?

O Silvio de Lima (4) appareceu-me por aqui. Aconselhei-o a ir para Genebra estudar com o Claparède (5), e ele assim fêz.

Um bom abraço do seu amigo e admirador

António Sérgio

C) Livro de memórias de Anatole France (1844-1924), publicado em 1922. A tradução, editada pela Casa Editorial Franco Ibero Americana, saiu em Paris em 1927.

O Editor, em cujos prelos Sérgio editou vários dos seus trabalhos.

(*) Alexandre Herculano (1810-1877). Combatente liberal, poeta, romancista e historiador. Um dos principais mestres de António Sérgio.

(4) Silvio de Lima. Nasceu em Coimbra em 1904. Professor universitário com trabalhos publicados nos domínios da psicologia e da filosofia.

(5) Edouard Claparède (1873-1940). Psicólogo suíço. Ensinou psicologia experimental em Genebra, e, em 1912, fundou o Instituto J. J. Rousseau vocacionado para a investigação no campo da psicologia infantil.

6

Paris, 7 de Maio (1929)

Meu querido Amigo.

Aqui lhe remeto inclusa a conferência C1) que quer ter a bondade— e dar-me a honra — de ler aos rapazes. Saiu uma coisa excessivamente abstracta e maçadora (2), mas não tenho tempo de fazer outra. Peço que interrompa de vez em quando a leitura, para explicar e criticar o que eu fôr dizendo. Enfim, dê-lhe o meu Amigo a vida e o interesse que a ela lhe faltam, e trate-a como uma má matéria pri-

ma para fabricar com ela uma conferência sua. Será a salvação, e a única solução da dificuldade.

Estive ainda ontem com seu cunhado (3), que passa bem, assim como a esposa e pequenitos. Soube que tencionou vir a Paris neste mês, mas que afinal desistiu. *Schade!*

Da *Seara Nova* (4) propuseram ao Fragoso sustentar na revista uma página dos moços de Coimbra (8), para o compensar do fracasso do projecto da *Humanidade* (6); mas êle apresentou a pretensão egoísta e ditatorial de ser essa parte da *única e exclusiva* direcção dele; ora, a *Seara Nova* não pode desistir de dirigir-se a si mesma, escravizando-se a quem quer que seja. Nisso, o rapaz revelou um espirito bem pouco *seareiro*. Fez-me pena.

Um agradecido aperto de mão do seu muito amigo e admirador

António Sérgio

0 Esta conferência foi lida na «Semana da Cultura» promovida pela Associação dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra realizada nos dias 20 a 25 de Maio de 1929. O programa era o seguinte: primeiro dia: discurso inaugural pronunciado por Aurélio Fragoso, presidente da Associação promotora, seguindo-se a conferência de Sérgio, *Considerações sobre o Problema da Cultura*. (Como Joaquim de Carvalho se teve de ausentar para Lisboa, a sua leitura coube a Silvío de Lima); no dia 21, Luís Simões Raposo, assistente da Universidade de Lisboa, falou sobre *O Pensamento Científico Contemporâneo*; no dia 22, Joaquim de Carvalho sobre *A Tradição Filosófica Portuguesa e o espírito contemporâneo*; no dia 23, Faria de Vascelos dissertou sobre *Educação Nova*; no dia 24, Reinaldo dos Santos apresentou a comunicação *A Arte expressão da Cultura*; e no dia 25, Rui Coelho falou sobre a *Vida Musical portuguesa*. Cf. *O Primeiro de Janeiro*, n.º 114, LXI ano, 17-V-1929, p. 5, col. 1; n.º 120, 24-V-1929, p. 3, col. 8; n.º 123, 28-V-1929, p. 5, col. 5.

0 As *Considerações sobre o Problema da Cultura* saíram impressas nos *Ensaio*s, t. III, Lisboa, Edições da «Renascença Portuguesa», 1932, pp. 33-80.

0 Trata-se de João Maria Santiago Prezado, escritor e político. Foi Governador Civil do Funchal (1912-13), deputado. Esteve exilado entre 1928 e 1933. Era cunhado de Joaquim de Carvalho pelo seu casamento com Dulce Montezuma Dinis Corte Real Câmara Leme, irmã da esposa do professor de Coimbra.

0 *Seara Nova*. Revista de acção doutrinária fundada em Outubro de 1921 para propagandear ideias de reforma intelectual e social de inspiração democrática. Teve como fundadores e primeiros directores: Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro, Faria de Vascelos, Ferreira de Macedo, Francisco António Gouveia, Jaime Cortesão, Azeredo Perdigão, Camara Reis, Raúl Brandão, Raúl Proença. Alguns destes saíram mais tarde, entrando para o seu corpo redactorial figuras como Azevedo Gomes, Sarmento Pimentel, Sarmento de Beires, António Sérgio. De entre todos, foi sem dúvida António Sérgio, a par de Raúl Proença, que lhe marcou a orientação doutrinária que a veio notabilizar.

0 Sérgio refere-se ao grupo que redigia a revista *Gente Nova* e animava a Associação de Estudantes da Faculdade de Letras. Aurélio Fragoso era então o seu presidente.

0 Deve tratar-se de um lapso, pois o ensaísta referencia o fracasso do projecto da *Gente Nova*, revista que acabou em 12 de Maio de 1928. Com efeito, é de acreditar que o nome *A Humanidade* lhe aparecesse por associação de ideias devido ao facto de ter existido alguns anos atrás, também em Coimbra e dirigida por Nemésio, uma publicação com aquele nome (15 de Março de 1925). Assim sendo, a *Gente Nova* deu continuidade a *A Humanidade*; e para suprir o desaparecimento daquela foi criada a revista *Humanidade*, agora no Porto (3 de Novembro de 1929), e sob a direcção do antigo redactor da *Gente Nova*, Carlos Cal Brandão.

Hotel des Etranges
Le Mont-Dore
(Puy-de Dôme)

8-8-29

Meu caro Amigo

Acabo de ler com delícia, na *Seara*, o terceiro dos seus artigos sobre o Antero (*). Muito interessante tudo, e designadamente o comentário aos *três cavaleiros* (2).

O Sylvio de Lima falou-me numa carta sua que não sei bem se será a que recebi e em que me falava do próximo aparecimento do livro do Hernani Cidade (3). Não lhe parece que seria interessante criar entre as edições da *Imprensa da Universidade* uma colecção de doutrinas político-sociais modernas? Traduções do francês, do inglês, do alemão. Quando a República fôr entre nós restabelecida, tomará grande actualidade para a nossa *elite* o problema da reorganização do Estado, da reforma constitucional, etc.: é de toda a probabilidade que tais livros se vendessem bem. Se aprovasse a ideia, poderíamos pensar depois nas obras a traduzir. Parece-me que seria uma interessante *Biblioteca de Cultura Política*, ao pé de uma *Biblioteca de Cultura Filosófica* (4), em que suponho que pensa, a avaliar pelo que me disse o Sylvio de Lima.

Um grande abraço do seu amigo muito grato e admirador

António Sérgio

0 Joaquim de Carvalho «A evolução espiritual de Antero», n.º 162, VII ano, 23-V-1929, pp. 275-80; n.º 166, 20-VI-1929, pp. 339-43; n.º 171, VIII ano, 25-VIM929, pp. 35-40; n.º 175, 22-VIII-1929, pp. 99-104; n.º 178, 12-IX-1929, pp. 147-53.

0 Sérgio destaca a leitura que o professor de Coimbra faz do poema anterior *Os vencidos*. Cf. Joaquim de Carvalho, *A evolução espiritual de Antero (Ensaio de breve interpretação)*, Lisboa, Seara Nova, 1929, pp. 57 e ss.

0 António Hernani Cidade (1887-1975). Professor universitário e historiador de literatura portuguesa.

0 Como se verá, se a *Biblioteca filosófica* foi concretizada, a *Biblioteca de cultura política* não foi por diante^.

8

108, Boulevard Berthier (17^e)

Monsieur

P. S. Seus cunhados estive- Le Prof. Joaquim de Carvalho
ram cá ontem. Bem. Oxalá Universidade de Coimbra - Portugal
para o ano ponham o rapaz
na Ecole des Roches!

Muito prezado Amigo. Recebi o discurso e o seu estudo sobre o Antero O, que vou ter o gosto de reler. Muitissimo obrigado.

Segundo a sua sugestão, escrevi a León (2), que me responde que transmitiu o pedido a Prat (3), herdeiro do Renouvier (4). Alegra-me a

Cartas do exílio de António Sérgio

notícia, que me dá, sobre as cartas do Antero (5). Vai ser um grande acontecimento. Logo que receba resposta do Prat lha transmitirei. Afetuosos cumprimentos do seu amigo e admirador — A. S. P. S. Endereço do Cortesão (6): Villa Saint-Georges, 35, Avenue Carnot, Saint-Germain-en-Laye.

16-11-29

O Referência ao estudo *A evolução espiritual de Antero*, Lisboa, Seara Nova, 1929.

(2) Xavier de León (1868-1935). Historiador da filosofia; fundador da *Revue de Métaphysique et Morale* e da *Société Française de Philosophie*.

(3) Louis Prat, filósofo neocriticista e o mais fiel discípulo de Renouvier. Na sua obra *La religion de l'harmonie*, 1922, defendeu as ideias sociais e religiosas do mestre.

(4) Charles Renouvier (1815-1903). Um dos principais representantes do neocriticismo francês. Sérgio refere-se às *Derniers Entretiens*, recolhidas por L. Prat, e editadas em 1905.

(5) Foram publicadas por Joaquim de Carvalho com o título *Cartas inéditas de Antero de Quental a Oliveira Martins*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

(6) Jaime Cortesão (1884-1960). Médico, poeta e historiador. Pertenceu ao grupo *Seara Nova* e foi um dos mais assíduos companheiros de Sérgio na luta em prol de uma nova República e, depois, no combate contra o regime salazarista.

9

108, Boulevard Berthier (17^e)
Le 21 novembre 1929

Meu querido e presado amigo. Recebi hoje resposta do Xavier Léon, concebida nos seguintes termos: «Je suis heureux de pouvoir vous dire que M. L. Prat accepte votre proposition de traduire en portugais les *Derniers Entretiens*».

Não sei se devo interpretar isto como uma autorização *sem condições*. Parece-me que sim; quando não, o Léon dar-me-hia o endereço do Prat para me entender com êle directamente. Como a minha situação financeira é agora muitíssimo delicada (penso até em abandonar Paris, para ir buscar trabalho a outra qualquer parte) convir-me-hia começar desde já a tradução, para receber o mais cedo possível a paga que à Imprensa da Universidade aprovar dar-me. A obra está esgotada, e não tenho comigo nenhum exemplar. Aguardo a., suas ordens.

Estive ontem em casa do seu cunhado. Continuam a passar bem. Palrámos da demissão do ministro da Instrução, que não sabemos que consequências poderá ter 0). Vou reler agora, em volume, o seu excelente *Antero*. Creio que já lhe disse que o Cortesão mora na Villa Saint-Georges, 35, avenue Carnot, *Saint-Germain-en-Laye*. Muito obrigado pelo envio da minha conferência. Já havia recebido a cópia do Frágoso, que remeti para o Porto. Emendarei nas provas o caso do Diógenes o Cínico O em vez de Demócrito de Abdera (3). Vejo pois que a minha memória me traiu (4). A minha vida errante obriga-me a confiar tudo à cabeça. Não tomo um apontamento; limito-me a marcar os livros, mas quasi nunca tenho os livros comigo! Seu

A. S. (*)

(*) Eco da demissão do então ministro da Instrução, major Eduardo Costa Ferraz, aceite em 13-XI-1929.

António Sérgio

O Diógenes o Cínico (413-323 a. C.). Filósofo grego.

(®) Demócrito de Abdera (séc. V a. C.). Filósofo grego.

(4) Na primeira edição impressa saiu assim: «Dom Francisco Manuel de Melo — o qual, na qualidade de autêntico português que foi, filho do povo dos Navegadores, era um verdadeiro cosmopolita, — escreveu que ‘entre os sábios não há nações, por onde já dissera um grego antigo que era cidadão do mundo inteiro’ (referia-se talvez a Diógenes o Cínico, ou a Demócrito de Abdera)» (A. S., «Considerações sobre o Problema da Cultura», *Ensaios*, t. II, pp. 51-52).

10

108, Boul. Berthier (17^e)
23-11-29

Querido e presado Amigo. Na Biblioteca do Museu Pedagógico há os *Derniers Entretiens*, que eu poderia trazer para casa se não estiverem emprestados a outra pessoa. Já lhe mandei ontem dizer que o L. Prat consente na tradução. Aguardo as suas ordens.

¿Não haverá uma livraria-editora de (...) * que me quisesse encarregar tam (...) * qualquer trabalho, tradução ou (...) *

Seu amigo muito grato e admirador

A. S.

108, Boulevard Berthier, Paris, 17^e
P. S. Seus cunhados bem.

* (...) falta no original

11

108, Boulevard Berthier (17^e)
2 de Dezembro * [1929]

Meu presado amigo. Recebi os *Derniers Entretiens*, que vou traduzir. Li a sua nota ao trecho do Lucrécio O. A melhor tradução portuguesa dêste que conheço é a do Leitão (2), — o tradutor do *Paraíso perdido* (3). Não lhe parece a preferível? Creio, porém, que êle não verteu tudo; suponho todavia que traduziu o trecho sobre a morte. Deverá ter recebido a minha *História* (4). E ainda uma vez, mil agradecimentos por tudo.

Seu muito grato admirador

A. S.

* Sérgio riscou Novembro e escreveu, por cima, Dezembro.

(*) Lucrécio (4- 98-55 a. C.). Pensador e poeta latino. Autor do *De Natura Rerum*.

(2) António José de Lima Leitão (1787-1856). Escritor, médico e político liberal.

Cartas do exílio de António Sérgio

A tradução com o título *A Natureza das Coisas*, saiu em Lisboa em 1851 (I tomo) e 1853 (II tomo).

C³) Milton, *O Paraíso Perdido*, Lisboa, 1840, em 2 tomos.

(⁴) *História de Portugal*, Barcelona, Editorial Labor, 1929.

12

108, Boulevard Berthier. Paris, 17^e
13 de Dezembro [1929]

Meu presado Amigo

Remeto-lhe por êste correio a tradução das *Últimas Conversações* do Renouvier. Ficar-lhe-ia muito grato se me encarregasse de mais trabalhos dêste género. A minha situação financeira é neste momento difficilima.

Parece-me tipograficamente mais belo colocar as anotações juntas, no fim do volume, e assim fiz; se não concorda, o remédio é fácil: basta dizer ao tipógrafo que as introduza no texto.

Procurei tornar a tradução mais clara do que o original.

Na Lauda 52, resolvi-me a criar uma palavra: *percepçionar*,— para tradução de *percevoir*, ter percepção, porque *perceber* tem na nossa lingua uma acepção vulgar que é bem diferente *. Parecia-me conveniente reunirmo-nos um dia algum amigos da filosofia, para fixarmos certos pontos de vocabulário filosófico em nossa lingua. Há vinte anos quando escrevi a *Natureza da affecção C*, tive que forjai essa mesma *ajecção*. Agora, que decidi publicar uma biblioteca filosófica, era boa ocasião ae fixarmos o vocabulário, para não ficar muito diferente de volume para volume.

Parecia-me conveniente dar à colecção um título, que se imprimiria como *sobre-título* em todos os volumes, os quais suponho conviria tivessem um aspecto tipográfico uniforme.

Nas provas poderei ainda fazer quaisquer aperfeiçoamentos.

Parecia-me também interessante levar cada volume um pequeno introito explicativo seu, como director da colecção.

Seus cunhados bem. Um grande abraço do Amigo muito dedicado, grato e admirador

A. S.

* Ver a anotação respectiva, na Lauda 108

[A. S.]

(1) *Da natureza da affecção. Ensaios de psychologia e pedagogia*. Separata da *Revista Americana*, n.º 9, IV anno, Rio de Janeiro, 1913.

16, rue Louis-Blanc
Levallois-Perret (Seine)

[9-1-1930]

Meu querido amigo:

Recebida a sua carta e os dois livros. As provas não chegaram ainda. Alegra-me que lhe não parecesse mal a tradução. Fica pois *percepcionar*. Qualquer termo me serve, contanto que designe *uma* ideia precisa, e que se não preste a confusões, como o *perceber*. Concordo absolutamente consigo em que é preciso usar palavras diferentes para ideias diferentes. A medida que nas traduções fossem aparecendo as dúvidas, poderíamos ir fixando o nosso vocabulário; a sua colecção prestar-se-ia assim a constituir uma espécie de código do nosso vocabulário filosófico. Como creio que sempre será um nadinha mais difícil encontrar tradutores e leitores para o inglês que para o francês, escolho o Russell O, se a coisa lhe é indiferente. Quanto ao Lucrécio, será mais exacto o Falcão (2), e nada tenho que objectar; mas creio que o Leitão será mais belo, porque êste sabia realmente escrever o verso franco. Tanto no Lucrécio como no Milton (3) tem versos felicíssimos. Não lhe parece? Mas acho que não valeria nada a pena atrasar a composição da obra por causa dêsse pormenor.

A minha proposta dos seus prefaciozinhos tinha por objecto explicitar a unidade de intuito da colecção. Não sendo o director da colecção que os faz, não me interessa que êles existam.

Quanto ao título geral, parece-me bem *Ideas e Estudos*. Talvez não ficasse pior *Filósofos e Sociólogos*, ou então *Filósofos e Moralistas* (4). Ou alguma coisa mais poética, como *O Voo no Crepúsculo* (5) (alusão à frase do Hegel de que a ave de Minerva ergue o seu voo no crepúsculo (6)).

Agora, para a *Atlantida* (7). Creio que teria venda uma série de livros sobre a mulher. As mulheres constituem talvez hoje um público mais extenso de leitores de literatura geral do que os homens. Começaríamos, por exemplo, por uma série de *Retratos de mulheres*, de Sainte-Beuve (8), autor que há uns dois anos caiu no domínio público. Não proponho traduzir integralmente o volume de Sainte-Beuve que tem aquele título, mas fazer uma selecção de estudos sobre mulheres, tirados dos *Retratos de mulheres*, dos *Lundis* e dos *Nouveaux Lundis*. O tomo teria a grandeza que os editores quisessem: era questão de incluir mais ou menos *retratos*. Como sabe, entre os estudos sobre mulheres figuram alguns dos mais encantadores escritos do Sainte-Beuve. Se o livro tivesse êxito, continuar-se-ia com traduções da Gina Lombroso (9) (*A aluna da mulher*, etc.) e outros livros sobre mulheres célebres, que os há interessantíssimos.

Outra colecção a tentar seria a dos estudos políticos de inspiração democrática, como o *Manual republicano* do Renouvier (10), a *Democracia perante a scienda*, as *Ideas Igualitárias*, de Bougie (11), Parodi (12), etc.

Já propus estas duas colecções, há uns dias, à *Parceria António Maria Pereira* (13). Se êles aceitarem uma delas, só poderei propor a outra à *Atlantida*. A resposta da *Parceria* não deve tardar.

A série política poderia contar com a protecção do Estado, mal a normalidade política se restabelecesse em Portugal. Tenho falado

sobre o assunto com Bernardim Machado ⁽¹⁴⁾, Afonso Costa ⁽¹⁵⁾, etc., e todos êles são da opinião de que é preciso divulgar largamente obras daquele género. Quanto a condições, proponho 5 francos por página; 1500 francos, pois, por um livro de 300 páginas.

Agradeço-lhe muitíssimo a idea de escrever uma notícia sôbre a minha *História*. Veja se sempre vem fazer a conferência sôbre os cripto-judeus. Estou com o maior gosto ao seu dispor para os informes a que alude.

Um bom abraço do seu amigo m.^{to} grato e admirador

A. S.

0 Bertrand Russel (1872-1970). Filósofo e matemático inglês.

(2) Agostinho de Mendonça Falcão de Sampaio Coutinho e Póvoas (1783-1854).

Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. A sua tradução foi editada em 1890 pela Imprensa da Universidade. António Sérgio, na tradução das *Últimas Conversações* utiliza a versão de Agostinho Falcão na parte consagrada à morte (Lucrécio, *De natura rerum*, Liv. III, Vs. 946-962, 1037-1072 e 1107). Cf. Renouvier, *Últimas Conversações*, (trad. de Antonio Sérgio), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, pp. 30-33.

0 John Milton (1603-1674). Poeta inglês.

0 Com efeito, foi este o título definitivamente escolhido para a colecção.

0 Tradução livre da célebre frase de Hegel inserta no prefácio aos *Grundlinien der Philosophie des Rechts*: «die Cule der Minerva beginnt erst mit der einbrechenden Dämmerung ihren Flug».

0 Hegel (1770-1831). Filósofo idealista alemão.

0 Casa Editorial de Coimbra ainda em actividade.

0 Charles Augustin Sainte-Beuve (1804-1869). Escritor e crítico literário francês.

As obras citadas nesta carta são as seguintes: *Portraits de femmes* (1844), *Premiers Lundis* 0 vols., 1874-75) e *Nouveaux Lundis* (1863-1870).

0 Escritora italiana filha do célebre antropólogo Cesare Lombroso. Primeiro interessou-se pelo estudo comparativo dos fenómenos religiosos no Ocidente e no Oriente; posteriormente, dedicou-se a investigações de carácter social e, em particular, ao estudo da condição feminina.

<¹⁰) Renouvier, *Manuel Republicain*, 1848.

0 Célestin Bouglé (1870-1940). Sociólogo francês discípulo de Durkheim e defensor do ideal democrático e laico. As obras aconselhadas por Sérgio, *Les idées égalitaires* e *La démocratie devant la science*, foram editadas em 1900 e 1904, respectivamente.

0 Dominique Parodi (1870-1955). Filósofo e moralista francês defensor de um racionalismo compatível com as aspirações metafísicas e religiosas.

0 Casa editora de Lisboa, ainda em actividade.

0 Bernardino Machado (1885-1944). Professor universitário e político. Primeiro monárquico e grão mestre da Maçonaria, aderiu depois ao republicanismo, voltando a ser ministro e chegando a Presidente da República (1915-1917; 1925-1926). Na conjuntura em que Sérgio escreve esta carta, era o principal dirigente da oposição democrática no exílio.

0 Afonso Costa (1871-1937). Professor universitário e político. Eleito deputado republicano sob a monarquia, em 5 de Outubro elevou-se à posição de principal dirigente do agrupamento republicano mais influente — o Partido Democrático. Chefiou vários governos e, por sua iniciativa, foi promulgada a legislação mais polémica da I República. Em 1929, encontrava-se em Paris e era um dos principais dirigentes da *Liga de Defesa da República*.

Novo endereço: 16, rue Louis-Blanc
Levallois-Perret (Seine)
[15-1-30]

Meu querido amigo:

Recebi só hoje a sua carta de 7; as provas das 48 primeiras páginas, que recambio, já chegaram porém há uns 2 ou 3 dias.

Na página 7 o compositor cortou a palavra *resignar* assim: *resig-nar*. Não sei se a ortografia moderna manda cortar desta forma; suponho que não, e que deve ser *resi-gnar*. No Lucrécio, p. 31, imagino que deve ser *Puños*, e não *Penos* (linha 15). Creio que a palavra *innato* se escreve na ortografia moderna com dois *nn* (página 22, linha 8; mas não corriji porque não tenho a certeza.

Já na minha carta anterior divaguei sobre a questão do título geral da colecção. Talvez o de *Filósofos e Mor ansias* pudesse incluir as duas colecções em que pensa, correspondendo a palavra *Moralistas* aos escritores a que chama «não puramente filosóficos».

O Clive Bell *C*) parece-me muito interessante; não sei se os direitos de tradução seriam muito fortes. O itodó ⁽²⁾ não conheço. Posso-me encarregar de escrever ao editor do Clive Bell, se quiser.

Na minha última carta, disse-lhe que preferia traduzir, dos dois livros que me mandou, o do Kussell, porque parti da hipótese que queria que eu traduzisse só um deles; mas se lhe agrada que traduza os dois, fá-lo-hei de bom grado.

Parece-me melhor faiar à *Atlantida*, por enquanto, só da série feminina, a começar nos *Retratos de mulheres* de Sainte-Beuve e a continuar (se o 1.º volume tivesse êxito) com a *Alma da mulher* e as *Vidas de mulheres*, da Gina Lombroso, as *Vitoriosas* da Dora Melegari ⁽³⁾, etc.

Um afectuoso abraço do seu muito amigo e admirador

António Sérgio

O Presumivelmente, trata-se do crítico inglês Clive Bell, estudioso dos fenómenos da arte e da cultura. Nasceu em 1881, e foi autor, entre outros, dos ensaios *Art*, 1913 e *Civilization*, 1928.

⁽²⁾ Jose Enrique Rodó (1872-1917). Escritor e político uruguaio, defendia o carácter idealista dos povos latinos contra o utilitarismo anglo-saxónico. Pugnou ainda por um laicismo voltado para a conciliação com o cristianismo. Obras principais *Ariel*, 1900; *Liberalismo y jacobinismo*, 1907; *Motins de Proteo*, 1908.

⁽³⁾ Dora Melegari. Escritora dos finais do século XIX, princípios do século XX, familiar do célebre revolucionário italiano Luigi Amadeo Melegari. Muitas vezes usou o pseudónimo Forsan. Escreveu ensaios políticos, nomeadamente *La Giovine Italia e la giovine Europa, dal cartaggio inedito di Giuseppe Mazzini a Luigi Amadeo Melegari*, Milano, Treves, 1906, e numerosos estudos sobre a condição feminina. Sérgio aconselhava a tradução das suas obras *Ames et visages de femmes. Les victorieuses... Sainte Catherine de Sienn. Christine de Pisan. Isabelle d'Este. Françoise d'Aubigné. Marie Thérèse. Juliette Récamier. Florence Nightingale. Helen Keller*. Desta obra, sabemos que, editada pela Payot, tinha saído um terceira edição em 1914.

16, rue Louis-Blanc
Levallois-Perret (Seine)
Sábado, 18-1-30

Querido Amigo:

¿Porque não, em vez de *Biblioteca de Filosofia*, — *Biblioteca de iniciação filosófica*? Já assim se lhe não poderia levar a mal que não desse um Hegel logo de entrada. Que lhe parece?

Já comecei a traduzir o Russell (1). São quinze capítulos, e vejo que posso fazer, em média, um capítulo por dia. Rogo que me diga se quer que, terminado o Russell, inicie a tradução do Ravaisson (2). ¿Parece-lhe bem que, no fim, ponha algumas anotações minhas, para esclarecer certos pontos ao jovem leitor que se inicia nas questões filosóficas? Claro, não abusaria disto, e anotaria o menos possível; mas há por vezes passos que, lidos pelo leitor vulgar, podem firmá-lo em convicções pouco críticas ou demasiado simplistas. O Russell, em uma brevíssima bibliografia que dá no fim, inclue as *Meditações* do Descartes (3) e o *Enquiry concerning human understanding*, do Hume (4). ¿Seria bom metê-las na sua Biblioteca?

Estou ansioso de conhecer a resposta da Atlântida, dadas as minhas míseras condições financeiras. Seria magnífico que êles aceitassem os *Retratos de Mulheres*, livro que me parece acharia público, e que pode ler o tamanho que êles quiserem, introduzindo-se mais ou menos retratos. Se o meu Amigo me pudesse dar um mínimo por conta da tradução do Renouvier (ainda que fôsse pouquíssimo, deixando para depois as contas definitivas) prestar-me-ia um grande serviço.

Vemos que se prolonga a crise ministerial, mas ignoramos o significado do caso e o que se passa nos bastidores (5).

¿Já se fixou no problema do título da colecção?

Ouvi dizer ontem que seu cunhado se muda para Saint-Germain-en-Laye. Eu mudei-me para fora de Paris, por motivos financeiros.

Um abraço do seu amigo muito grato, dedicado e admirador

Antonio S.

O Trata-se da tradução da obra de Russell, *The problems of philosophy*, 1912. Porém, devido ao alto preço a pagar pelos direitos de autor, a edição portuguesa não se concretizou de imediato, pois só saiu em Coimbra, numa edição de Arménio Amado, 1939.

(2) Félix Ravaisson-Mollien (1813-1900). Filósofo francês de orientação espiritualista. Sérgio não chegou a realizar a tradução de qualquer obra deste filósofo.

(3) René-Descartes (1596-1650). Filósofo francês iniciador do racionalismo moderno. A sua obra mais importante, o *Discours de la méthode, pour bien conduire la raison et chercher la vérité dans les sciences*, apareceu anonimamente em 1637, juntamente com os tratados de *Dioptrique, Météores et Géométrie* — dos quais constituía o prefácio —, e sob o título comum de *Essais Philosophiques*.

(4) David Hume (1711-1776). Filósofo inglês de orientação empirista. A obra *An enquiry concerning human understanding* apareceu em 1770.

0 Na sequência do litígio entre Cunha Leal, então governador do Banco de Angola e Salazar, desencadeia-se uma crise em que este ameaçou com a sua demissão. Na sequência desta posição, o gabinete dirigido por Ivens Ferraz entra em demissão colectiva, que é aceite. Para o substituir Carmona chama Domingos de Oliveira que forma governo a 21 de Janeiro de 1930. Salazar continuava como ministro das Finanças.

16, rue Louis-Blanc
Levallois-Perret (Seine)
Segunda-feira [10-2-30]

Meu presado Amigo.

Recebidas as suas duas cartas consecutivas. M.to obrigado. Recambio por êste correio as provas.

Não se incomode mais com os meus pedidos. Arranjei há dois dias umas lições de matemática que me permitirão viver por uns dois meses. Em todo caso, escrevi sobre a colecção feminina ao Hernani Cidade, a ver se êle acha no Porto um editor (que *não o Lelo*) O o qual queira realizar a idea. E muitos agradecimentos pelas tentativas que fez ai, com a Atlantida e com os Lelos.

Vejo que adoptou o título *Filósofos e moralistas*. Como me diz que anda em discussão com o editor do Russell, não sei se valerá a pena continuar a traduzir êste, antes de me comunicar que chegou a acordo com o homem. Que lhe parece? Passo ao Ravaisson? Já se entendeu com o Alcan? (2) Aguardo um postal com as suas ordens a êste respeito. Já há alguns dias que outras tarefas me obrigaram a suspender o Russell, do qual só tenho traduzidos os quatro primeiros capitulos.

Rogo-lhe que me diga com *tôda a franqueza* se acha má a minha idea de acrescentar à tradução do Russell umas notazinhas breves da minha lavra. Creia que se preferir que não haja anotações nenhuma me não causará com isso o menor desprazer. Anotado ou não anotado, farei o trabalho com igual gosto.

O que me diz da falange de moços é tudo quanto há de mais consolador. O necessário é que êles se unam e se *organizem* para intervirm concertadamente na vida pública. Peço que lhes diga isto.

Mais uma vez, mil agradecimentos por tudo.

Um bom abraço do

A. S.

C¹) Casa Editora iniciada no Porto por compra da Livraria Ernesto Chardron.

(2) Casa Editora francesa fundada por Félix Alcan (1841-1925).

16, rue Louis-Blanc
Levallois-Perret (Seine)
[28-2-30]

Meu querido amigo. Devolvo as provas. Deram-me grande prazer as folhas impressas, pois vejo que fica uma formosa edição, e que a sua série dos *Filósofos e moralistas* ficará tipograficamente gentil. Não recebi a carta que me anunciou, com a coisa que me deixaria estupefacto. Terá desistido de a escrever? Ficaria encalhada em alguma sirte. Aumentaram últimamente, ao que parece, os perigos para a navegação postal 0). Gostaria de que me anunciasse o recebimento desta.

Quanto aos livros a traduzir, o que mais importa é saber os que lhe conveem para a colecção. Se é do seu plano incluir as *Meditações metafísicas* (2) e os *Novos Ensaios* (3), traduzi-los-hei ainda que seja fraca a quantia a receber. O conto de reis pelas *Últimas Conversações* é de um mecenismo magnificante: nunca esperei tanto. Tenha cautela e não se alargue mais do que seria prudente! ;Que me diz à *Introdução à vida do espírito*, do Brunschvicg? (4) Como iniciação filosófica parece-me bom. O tamanho regula pelo do Russell. O Alcan, como todos os editores, tentará arrancar o mais que puder. Do autor estou certo que teríamos a melhor boa vontade, e que faria tudo quanto o contrato com o editor lhe permitisse. Quanto ao Ravaisson, não sei quais são as suas relações com o Baruzi (*) as minhas são excelentes. Mas suponho que um livro de iniciação, como o do Brunschvicg, será melhor para os comêços da série. Uma obra que seria interessante, mas que daria trabalho, seria uma selecção de todos os trechos do Montaigne que dizem respeito à cultura do espírito. Além das páginas sobre a educação e do capítulo sobre *VArt de conférer* (6), incluiria muitos trechos tomados aqui e além. Admiro-me que nunca ninguém (que eu saiba) tivesse tido a idea de organizar tal obra. Para execução imediata não me conviria, porque exigiria a releitura total dos *Ensaios*; mas talvez seja cousa para tentar mais tarde: ;que lhe parece? E uma parte da *Introdução à medicina experimental*? C) E uma selecção de *Ensaios* de vários ensaístas ingleses, não esquecendo entre êles alguns autores mais propriamente filosóficos, como Stuart Mill (8), de que alguns ensaios são tão interessantes? E o Ruskin? (?) E o Carlyle? (10) Para êstes não haveria direitos a pagar, e poderia fazer-se o livro do tamanho que se quisesse, editando segundo e terceiro tomo, se o primeiro tivesse êxito.

Gostaria de que fizesse o favor de enviar uns três ou mais exemplares das *Últimas Conversações* ao Luis Prat, a quem devemos a autorização para traduzir. Endereço: Route Nationale, 11, *Pr ades*, Pyrénées Orientales. Com os seus e os meus melhores agradecimentos. Um exemplar ao Xavier Léon, 39, rue des Mathurins, Paris, também com os nossos agradecimentos, pela intervenção que teve no caso. Ao Aquilino (ia), Villa Amestegia, Beyris, Bayonne; ao Bataillon (12), 47, avenue Eugène Etienne, Alger; ao Constantino dos Santos (13), rua do Salitre, 55, 3.º Esq., Lisboa; ao Sebastião da Costa (14), r. Castilho, 14, Faro; ao Hernani Cidade, Bonfim, 480, Porto; ao Silva Gayo (15), r. Sá da Bandeira, 89 A, Coimbra; ao Le Gentil (16), 7 bis, rue de Poliveau, Paris, 5.º; ao Phileás Lebesgue (17), La Neuville Vault, par *Savignies* (Oise); ao Nemésio, r. Borges Carneiro, 38, 3.º Esq.; a S. E. Francesco Nitli (18), ancien Président du Conseil d'Italie, 15, rue Duquay-Trouin, Paris (o Nitli é protestante, e lê o português); ao Valery-Larbaud (19), 71, rue Cardinal-Lemoine, Paris, 5.º; e uma meia-dúzia de exemplares para mim, para dar aos amigos companheiros de exílio.

Auxiliariam as Faculdades de Medicina a difusão da *Introdução à medicina experimental*?

Vejo que lhe não agrada a idea de se acrescentarem no fim dos volumes quaisquer anotações. Reconheço que o precedente pode trazer seus perigos, e acho igualmente fundados os dois arbítrios: anotar, o não anotar.

O excelente Hernani Cidade creio que nada me poderá conseguir dos editores do Porto. Agora, meti-me a dar lições, a 25 francos à hora. Já tenho um discípulo de matemática, e outro em negociações. Mas o trabalho de escrever é para mim mais sedutor, entre outras razões porque é mais recolhido, menos movimentado, mais in-

timo. Eu sou um rato de biblioteca que todo tempo tem sido obrigado a uma vida activa de aventureiro. A meu respeito, Deus pôs uma coisa, e dispôs outra. Uma experiência como qualquer outra. Mil agradecimentos do seu m.to grato amigo e admirador

A. S.

0 Referência à actuação da censura.

0 A obra de Descartes *Meditaciones de prima philosophia, ubi de Dei existentia et animae immortalitate; his adjunctae sunt variae objectiones doctorum virorum in istas de Deo et anima demonstrationes cum responionibus auctoris*, saiu em 1642. A tradução francesa das *Meditaciones*, feita pelo Conde de Luynes, e as *Objectiones*, feita por Clercier, apareceram em 1647. A tradução portuguesa de António Sérgio saiu na Imprensa da Universidade, em 1930.

0 Leibniz (1646-1716). Filósofo e matemático alemão, crítico do mecanicismo e defensor de uma concepção pampsiquista do universo. Os seus *Nouveaux Essais sur Ventendement humain*, terminados entre 1704 e 1706, só foram publicados em 1765. A tradução portuguesa de Sérgio veio a lume na Imprensa da Universidade, em 1931.

0 León Brunschvicg (1869-1944), *Introduction à la vie de l'esprit*, Paris, Alcan, 1900. Esta tradução nunca chegou a concretizar-se.

0 J. Baruzi. Professor de filosofia e doutor em Letras. Publicou vários trabalhos sobre Leibniz, Lutero, a experiência mística. Em 1927, introduziu e anotou igualmente a reedição da obra de Ravaisson, *De l'habitude*. Este facto leva-nos a crer que seria este texto que António Sérgio pensava traduzir para português.

0 *Vart de conférer* é uma parte da grande obra de Montaigne (1533-1592), *Essais*, escrita entre 1571 e 72.

0 Claude Bernard (1815-1878). Fisiologista francês e autor da célebre *Introduction à Vétude de la médecine expérimentale* (1865).

0 John Stuart Mill (1806-1873). Filósofo empirista inglês.

0 John Ruskin (1819-1900). Crítico de arte, sociólogo e escritor inglês.

0 Thomas Carlyle (1795-1881). Historiador e crítico inglês.

0 Aquilino Ribeiro (1885-1963). Escritor e co-fundador da *Seara Nova* então exilado em França..

0 Marcel Bataillon (1895-1977). Lusófilo, leitor de língua francesa na Faculdade de Letras de Lisboa de 1923 a 1926

0 Constantino dos Santos. Foi senador republicano e cônsul de Portugal em Bombaim. Colaborou na *Seara Nova* a partir de 1928 e traduziu para inglês a obra de António Sérgio, *Bosquejo da História de Portugal*, com o título *A sketch of the History of Portugal*, 1929.

0 Sebastião José de Costa (1883-1966). Capitão-tenente da armada e colaborador da *Seara Nova*. Esteve ligado à revolta de Fevereiro de 1927.

0 Manuel da Silva Gaio (1861-1934). Poeta e crítico simbolista.

0 Georges Le Gentil. Lusófilo francês autor de *La Littérature portugaise* 1935, e de estudos sobre Almeida Garrett, Camões, Fernão Mendes Pinto, Oliveira Martins.

0 Phileàs Lebesgue (1869-1958). Escritor francês. Durante trinta anos colaborou regularmente no *Mercur de France*, onde escreveu sobre literatura neo-grega, jugoslava, portuguesa e brasileira.

0 Francisco Severio Nitli (1868-1953). Antigo presidente do Conselho de Itália. Professor de economia na Universidade de Nápoles. Estava exilado em Paris.

0 Valéry-Larbaud (1881-1957). Escritor francês.

16, rue Louis-Blanc
Levallois-Perret (Seine)
2 de Março [1930]

Querido Amigo. Muito obrigado pela sua carta, de que mandei cópia ao Presado. É pelo elucidativo documento. Os jornais de aqui deram notícia de protestos apresentados ao governo português pela Alemanha e pelos Estados Unidos, a propósito de uma escandalosa concessão feita por *trinta* anos, a uma companhia francesa de aviação para monopólio comercial em terras portuguesas. Suponho que se tratará da Guome-Rhône, mascarada de portuguesa sob o nome de SAPEC (Sociedade Aeronáutica Portuguesa de Exploração Comercial). Disseram-me que o *Berliner Tageblatt* (C) traz sobre o caso um artigo violento. Vou ver se consigo lê-lo. Convirá não deixar que o govêrno atabafe ai a questão com a censura e os outros meios de que usa.

Em Espanha o movimento republicano é sério. A estudantada, após o discurso do Sánchez Guerra (2), percorreu Madrid aos gritos de *Viva a República* e *Abaixo o rei*. O arenga do homem causou pavor no rei e no Berenguer (3), que decidiram tomar uma atitude de tesura, proibir todos os discursos, protelar as eleições, não deixar passar notícia alguma telegráfica para o estrangeiro, salvo as do próprio govêrno. São isto actos que denunciam a gravidade do momento. Sánchez Guerra, com efeito, pediu a exigência de responsabilidades a *todos*, desde o ínfimo *ao mais alto* degrau da escada. A ditadura em Espanha, era talvez o único caminho para a República; em Portugal, a única via para a regeneração democrática. Deus escreve direito por linhas tortas, e dou, por isso, por bonissimamente empregadas as asprezas do meu exílio. Assim haja, entre nós, uma mocidade bem resolvida a deitar mãos à obra!

Propus-lhe na minha última carta várias obras para a sua colecção de *Filósofos e Moralistas*. Fale com toda a franqueza. Se está resolvido a incluir as *Meditações* do Descartes e os *Ensaíos* do Leibniz, eu os traduzirei, ainda que com pouca vantagem material. Estou curioso de saber a sua opinião sobre a *Introdução à vida do espírito*. Convirá? Não convirá?

Seu

A. S. (*)

(*) *Berliner Tageblatt* periódico de Berlim fundado em 1872 e desaparecido em 1945.

(2) José Sanchez Guerra (1859-1935). Jornalista e político monárquico-liberal. A princípio acomodado à ditadura de Rivera, contudo, participou na revolta de Valência em 1929. Fracassada esta, foi preso e pouco depois solto, seguindo desde então um caminho mais liberal. Testemunha essa mudança o célebre discurso pronunciado na Zarzuela em 1930, a que Sérgio se refere.

(3) Dámaso Berenguer Fuste (1873-1953). Militar e político espanhol. Chefe da casa militar do rei. Foi nomeado primeiro ministro quando se deu a demissão de Primo de Rivera, em Janeiro de 1930.

13 de Março [1930]

Querido Amigo: Tem a certeza de que as *Anotações* não foram com o resto do original? Tem a certeza de que não leu, por exemplo, a única anotação da minha lavra, a que justificava o novo termo *percepção*? Rogo-lhe que faça procurar bem. Se as não encontrarem, terei de traduzir novamente. Estou seguro de que as fiz, e iria jurar que as enviei. Peço resposta em postal na volta do correio, a dizer se as encontraram ou não. Vou iniciar as *Meditações*.

Amigo e admirador gratíssimo

S.

20

Querido Amigo. Recebido agora o seu postal de 19. Recambiei todas as provas; oxalá se não tenham perdido nenhuma. Comecei ontem a tradução das *Meditações*. Parece-me que seria muito interessante dar em apêndice uns trechos da *Crítica da razão pura* O que corrigem o nosso Descartes, sobretudo no que respeita ao *Eu* do *Cogito* e às provas da existência de Deus. Não acha?

Seu gratíssimo

22-3-30

A. S.

P. S. ;Conviria acaso, para apressar a composição, remeter o original das *Medit.* logo que tivesse, por ex., metade? Creio inútil traduzir a carta preliminar a Messieurs Les Doyens et Docteurs de la Faculté de Théologie de Paris. Que decide?

0) Obra capital de Kant (1724-1804), publicada em 1781, com uma 2.^a edição revista em 1787.

21

16, rue Louis-Blanc
Levallois-Perret (Seine)

[2-4-30]

Querido Amigo. Vou pois pôr em romance a untuosa Epístola, a qual, qualquer que fosse o cheiro de santidade do nosso homem (o que me abstenho de esmiuçar) me parece uma grandíssima gajice do Papá Descartes. Aqueles salamaleques fazem-me rir, e sinto-me numa farça de Molière 0). Malevolência minha, sem dúvida alguma: mas «cada um é como Deus o fêz, e ainda pior muitas vezes», como já dizia o bom Sancho. Comprarei uma pena de pato, que de outra for-

ma não sei dirigir-me Sapientissimis clarissimisque viris Sacrae Facultatis Theologiae Parisiensis Decano & Doctoribus.

Tenho-me esquecido de lhe enviar, em todas as minhas cartas, os cumprimentos do dr. Filipe Mendes ⁽²⁾, seu condiscipulo em Coimbra, o qual com muito empenho me tem recomendado êsse caso. Seria favor fazer referência a isto, para eu lhe mostrar. Ele fala de si como toda a gente, isto é, com a maior estima, e até carinho.

Tenho êstes dois ou três dias muito tomados, de maneira que só lá para o fim da semana lhe poderei remeter a *Epístola*, o *Prefácio* e as três primeiras *meditações*. Parece-me que a *Epístola* deveria ir em itálico, e não sei se em tipo menor. Que lhe parece? Lá para meiado do mês deverão ir as restantes *Meditações*. Depois começarei a traduzir o Leibniz. Creio que me disse que queria o *Avant-propos* e o primeiro livro.

Aqui estamos muito curiosos do caso de Angola, cujo verdadeiro alcance e significação ignoramos ⁽³⁾. E as suas conferências democráticas?

Rogo me diga se acha preferível não dar em apêndice às meditações os trechos do Kant sobre a prova ontológica e sobre o *Ego*.

Como põe nas *Conversações* o retrato do Renouvier, não quereria pôr no *Discurso do método* e nas *Meditações* o tão belo Descartes de Franz Hals? ⁽⁴⁾ Poder-lhe-ia arranjar aqui uma boa gravura

Seu

A. S.

P. S. Não lhe parece essencial explicar o significado dos termos *formal*, *objectivo*, e *eminente*, que o Descartes emprega na acepção escolástica?

0 Jean-Baptiste Poquelin, dit, Molière (1622-1673). Autor cómico francês.

0 Filipe da Silva Mendes, advogado, governador civil de Lisboa, de 1924 a 1926. Exilado em Paris depois de 1927, desempenhou os cargos de secretário da *Liga de Defesa da República* e, a partir de Março de 1928, secretariou igualmente as várias reuniões das facções republicanas que, sob a presidência de Bernardino Machado, tentaram unificar a opposição à ditadura militar.

0 Sérgio faz eco da revolta de alguns elementos da guarnição militar de Luanda, que, aproveitando a ausência do Alto Comissário, se sublevaram. Na sequência destes acontecimentos, foi morto o tenente Morais Sarmento, chefe interino do gabinete do Comissariado. No entanto, passados poucos dias a situação foi normalizada. Cf. *O Primeiro de Janeiro*, n.º 66, LXII ano, 2I-III-1930, p. 3, col. 4.

⁽⁴⁾ Franz Hals (1580-1666). Pintor holandês.

Querido Amigo

Tenho o gosto de lhe apresentar o portador desta, o meu jovem amigo Gonçalo de Reperaz Junior O. Este meu amigo é português,

tem vivido em Espanha, e é um sério cultor das sciencias geográficas. Vai agora fazer uma excursão a Portugal. Peço para êle a gentileza do seu acolhimento, pelo que lhe ficaria muito grato.

Seu amigo e admirador m.^{to} grato e dedicado

A. Sérgio

0) Gonçalo de Reperaz Junior. Colaborador da *Seara Nova*, onde publicou vários artigos dedicados a temas geográficos. Entre outros, escreveu os seguintes estudos «*Mestre Jacome de Malhorca*» *Cartógrafo do Infante. Contribuição para o estudo da origem da cartografia portuguesa*. Separata da revista «*Biblos*», vol. 6, 1930; *Os portugueses no Perú nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1967; *Os portugueses no vice-reinado do Perú (séculos XVI e XVII)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1976.

23

P. S. Seria favor
enviar também um exemplar
das *Últimas conversações*
ao presidente Teixeira Gomes O,
Poste Restante, *Tunis*

16, rue Louis-Blanc
Levallois-Perret (Seine)
8-4-30

Querido Amigo

Muitíssimo obrigado pela carta oficial da Imprensa da Universidade, que hoje recebi. Não sei se devo acusar a recepção também em carta oficial, dirigida à Administração da Imprensa. E mil agradecimentos pelo generoso da paga.

Já remeti mais de metade da tradução das *Meditações*. Servi-me bastante da lição latina, e procurei dar ao texto português mais ar, clareza e elegância que ao francês, e sobretudo, melhor ritmo, melhor musicalidade. Creio indispensável pelo menos uma nota de vocabulário, por causa das palavras que o Descartes emprega na sua acepção escolástica, bastante diferente da que tem hoje. Suponho que a coleção se destina sobretudo aos estudantes de filosofia, e que tem o carácter de iniciação. O meu Amigo decidirá, e mandará.

Acabadas as meditações — cousa de mais uns oito ou dez dias, — passarei ao Leibniz, se não ordenar o contrário. Rogo me diga se sempre valerá a pena pensar naquela selecção do Montaigne, de que em tempos falei: apanhado dos trechos dos *Ensaio*s relativos à educação do espirito, à hygiene intelectual.

Diz-me que tem estado doente. Espero que seja cousa breve. Vi ontem seu cunhado. Sua cunhada foi examinada por um Esculápio, o qual concluiu que ela nada tinha de gravidade. O pobre Cortesão é que tem andado com impaludismo e um forte ataque de reumático.

Corre que vai sair uma amnistia, — não sei se em termos aceitáveis.

Do Peres (2) nada recebi por enquanto.

Reitero-lhe os meus agradecimentos e peço-lhe que me creia
Amigo e ad.^{or} m.^{to} dedicado e grato

A. S.

Cartas do exílio de António Sérgio

P. S. Um jovem «seareiro» que tem vivido em Espanha, Gonçalo de Reperaz Junior, vai agora a Coimbra. Dei-lhe uma carta para si. É bom moço, e sério investigador de matérias geográficas.
Saudades do Felipe Mendes

0) Manuel Gomes Teixeira (1860-1941). Escritor, diplomata e Presidente da República de 1923 a 1925.

0 Presumivelmente, trata-se de Damião Peres. Historiador, então a dirigir a edição da *Historia de Portugal*, Barcelos, 1928-1937, obra em que Joaquim de Carvalho colaborava.

24

16, rue Louis-Blanc
Levallois-Perret (Seine)
22-4-30

Querido Amigo. Temo que a falta de notícias suas se origine na continuação daquela indisposição de que me falava na última carta. Ignoro se recebeu as três primeiras *Meditações*.

Seu

A. S.

25

16, rue Louis-Blanc
Levallois-Perret (Seine)
29-4-30

Querido Amigo

Remeto por êste correio, registrado, o resto das *Meditações*. Oxalá a primeira remessa se não tenha perdido!

Faço várias conjecturas sobre a causa possível do seu silêncio. Continuação da doença? Não me parece, porque o Le Gentil anuncia-me a sua vinda próxima a Paris, o que faz supor que está em contacto com sigo, e nada me diz de enfermidades. Espera que me possa mandar provas? Talvez. Se o que o faz adiar é a dificuldade de arranjar dinheiro para a Comissão de Assistência, pena foi que tal sucedesse: *peço-lhe que se não rale mais com isso*, que cá iremos resolvendo o problema por outros caminhos.

Nesta 2.^a quinzena de Abril tive outros vários trabalhos urgentes, e por isso se atrasaram as *Meditações*. Os *Novos Ensaio*s terão talvez de prosseguir mais lentos ainda. Veremos.

Segundo me diz o Le Gentil, o meu Amigo estará aqui por volta de 25, passará em Paris uma semana, e fará duas conferências na Sorbona, uma das quais sobre *Os humanistas portugueses e a França* e outra sobre *Antero de Quental*. Boa nova!

António Sérgio

O Luís Prat tem-me escrito, gentilissimamente. Diz que seguiu muito de perto a Tradução. O meu Amigo escreveu-lhe quando lhe mandou os livros?

Seria favor acusar num postal o recebimento das *Meditações*
Seu

A. S.

26

16, rue Louis-Blanc
Lev allois-P erret (Seine)
13-7-30

Querido e presado Amigo

Mil agradecimentos pela sua carta. Estimei imensamente que lhe não tivesse desagradado a tradução das *Meditações*. Já saiu mais algum outro volume da série *Filósofos e moralistas*?

O meu paradeiro em Agosto e segunda quinzena de Setembro será muitíssimo provavelmente aqui em Levallois-Perret. Espero com alvoroço o prazer da sua chegada. Madame Claparède, mulher de Eduardo Claparède, que é muito amiga minha e de minha mulher e que está agora em Paris, disse-nos ontem que iria ao Congresso de Oxford. Aproveitei logo o ensejo para lhe falar da sua esposa e lhe pedir que estabelecesse contacto com sigo. Estimaré de-certo o facto, porque ela é pessoa encantadoríssima. De mais, em perfeita concordância política connosco.

Recambio o recibo, com mil agradecimentos. O trabalho, que me falhou durante uns tempos, está ocorrendo agora em quantidade suficiente para o pão-nosso-de-cada-dia. Adaptei uma fita cinematográfica falante, faina bem paga, e vou traduzir agora do francês um romance de Tolstoi O para um editor do Brasil. Até fim de Agosto, com isto e um ou outro artigo de revista que apareça, devo ter a subsistência mais ou menos assegurada. Depois veremos.

Oxalá com efeito a gente nova possa mudar a fisionomia de Coimbra dentro de uns 4 anos. Suponho que o integralismo, entre a Academia, está estrebuchante.

Consola-me a idea de que a minha tradução das *Meditações* poderá servir para as suas prelecções cartesianas aos rapazes. Há mais algum Descartes (as *Regras C*), por ex.?) que lhe conviesse que eu traduzisse? Creio que do *Discurso* se encarregou já o meu Amigo ⁽³⁾. Até, pois, ao fim de Agosto. Um abraço muito agradecido do seu amigo e admirador

A. S.

■(* *) Conde Léon Tolstoi (1828-1910). Romancista russo. Trata-se da obra de Tolstoi, *Kadji Murat, O Diabo Branco* (Tradução indirecta c/ prefácio), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934.

(?) Descartes, *Regulae ad directionem ingenii*. Apareceram na sua versão original em latim em 1701.

(*) Ao que sabemos, esta tradução nunca chegou a ser editada.

Recebi aqui umas provas de
Ensaios políticos do Spencer 0).
Creio que vieram por engano.
Em todo o caso, aguardo instruções

16, rue Louis-Blanc
Levallois-Perret (Seine)
22-7-30

Querido Amigo

Incluso o recibo, com mil agradecimentos. Recebi agora um postal do Silvio de Lima, comunicando-me a sua chegada a Paris e perguntando-me como se vem até minha casa. Respondi-lhe que vivo perto da Porte Champerret, sitio fácil de atingir. Oxalá ele, Silvio de Lima, me diga cousas interessantes de Portugal. O Reperaz já deve ter chegado. Os dois periodicos de aqui publicam noticias das prisões e deportações para os Açores (2). O Jaime Cortesão mora agora no mesmo prédio que eu. O Proença (3) seguiu para a Saboia, meia altitude e clima sêco, por conselho dos Esculápios. Eu adapto fitas de cinema falado, traduzo Tolstoi (do francês) para um editor de São Paulo, e redigo reclames de produtos farmacêuticos. Rabisquei uma tragédia, com assunto na aparência antigo e na realidade modernissimo (4). Os amigos, que a quiseram ouvir 1er, insistiram por que a fizesse publicar já. Escrevi nesse sentido à *Seara* e à *Renascença* C). Espero a resposta. Dará um volumezito de umas 120 páginas, e há quem se ofereça para arranjar dinheiro para a edição. Peço segredo sobre este caso.

Cá o fico esperando na ida ou vinda do Congresso de Oxford, ou de ambas as vezes. De 1 a 2 de Setembro terei provavelmente de ir à Belgica, ao congresso da Acção Internacional Democrática para a Paz, de que me fizeram vice-presidente. Creio que não será nessa semana que o meu amigo passará por Paris.

Seu

A. S.

P. S. Na sua carta oficial pede-me que devolva o recibo; mas não veio com ela recibo algum. Vai êsse sem sêlo, porque não tenho sêlos portugueses. Creio que terá de ser provisório.

0) Herbert Spencer (1820-1903). Filósofo e sociólogo inglês.

(2) Devido a um dos muitos movimentos conspirativos de então, são presos e deportados para os Açores, entre outros: João Soares, Moura Pinto, Tavares de Carvalho, Carneiro Franco, Raúl Madeira, a que se seguiram Sá Cardoso, Hélder Ribeiro, Augusto Casimiro, Rego Chaves, Ribeiro de Carvalho, Maia Pinto, Correia de Matos, Pinto Garcia, Carlos Vilhena.

(3) Raul Sangreman Proença (1884-1942). Jornalista, pensador e polemista, foi um dos fundadores da *Seara Nova* em 1921. Devido ao fracasso da revolta de Fevereiro de 1927, exi'ou-se em Paris, onde permaneceu até 1931. Pela carta se verifica o seu débil estado de saúde, situação que paulatinamente o levará à loucura.

(4) Trata-se da peça *Antígona*. Drama em três actos.

(5) No entanto, a obra foi editada no Porto, Edição da República, 1930.

LES STUDIOS PARAMOUNT

Société anonyme
Au capital de 10.000.000 de Frs

—
SIÈGE SOCIAL

7, Rue des Réservoirs St. Maurice (Seine)
Adr. Télégr. Studpara - St. Maurice - Seine

TÉLÉPHONE

Studios — Gravelle 09-48 - 09-49
Paris — Opéra 03-70

R. c. Seine 243.708.B

BUREAU DES STUDIOS
7, Rue des Réservoirs

Maurice (Seine)

29 de Novembro, 1930

Querido e presado Amigo

Creio que lhe acusei em tempo o recebimento da biografia do Espinosa O. Recambiei há dias as provas da última dose das *Meditações* do papá Descartes, a que acrescentei uma pequenina nota final, acêrca de certos pormenores de vocabulário. Gostava de ainda um dia combinar consigo a fixação de um certo número de termos. Para nós, Portugueses, é trabalho particularmente útil, porque estamos no nascimento da nossa literatura filosófica em lingua vulgar, ou romance. Espero que concordará com a nota; se, porém, discorda de qualquer cousa, tenha a franqueza de mo dizer, porque ainda posso emendar nas provas. Aliás, é cousa pequenissima e sem importância.

Recebo boas noticias acerca do andamento dos negócios do nosso amigo Liberato (?); ignoro se lhe tem escrito, e que pensa o meu Amigo sobre o assunto.

Sabe indicar-me um meio fácil de eu ler agora o frei Agostinho da Cruz? (3)

Já saiu alguma das obras da coleção *Filósofos e Moralistas*? E o seu Espinosa? Tem podido trabalhar nele? E o «Discurso do Método»? O Sebastião da Costa tem-me escrito do Funchal. Como vai a sua última pequena?

Saudades do Proença e do Jaime.

Um grande abraço do seu muito grato e admirador

A. S.

C1) Baruch Espinosa (1632-1677). Judeu holandês de origem portuguesa. Filósofo. Sérgio refere-se à recepção da obra de Joaquim de Carvalho, *Sobre o lugar dos antepassados de Baruch Espinosa*, Coimbra, 1930.

(?) Trata-se de Liberato de Carvalho(?), segundo primo de Joaquim de Carvalho e afilhado de António Sérgio.

0 Frei Agostinho da Cruz, pseudónimo de Agostinho Pimenta (1514-1619). Em 1771, José Caetano Mesquita reuniu *Várias poesias do Venerável Padre Fr. Agostinho da Cruz*; em 1918, Mendes dos Remédios acrescentou alguns elementos a essa colectânea sob o título de *Obras de Frei Agostinho da Cruz*.

1.º de Dezembro, 1930

Querido Amigo

Deu-me muito prazer a leitura das palavras que escreveu nas provas das *Meditações*. Quanto à minha nota, concluo pela conveniência de acrescentar algumas linhas que esclareçam o meu intuito, o qual não foi ali o de pôr em dúvida a sinceridade do catolicismo do Descartes (se bem que também tenha razões para não acreditar nela) mas a sinceridade da atitude que êle tomou perante os teólogos da Sorbona na carta liminar, pretendendo arrancar-lhes uma aprovação que ele sabia imerecidíssima. Tenho pois duas teses:

1. ^a O papá Descartes pretendia intrujar os teólogos na carta liminar, arrancando-lhes uma aprovação na esperança de que êles não vissem quanto as doutrinas das *Meditações* eram contrárias às doutrinas que os ditos teólogos seguiam, e que defendiam a ferro e fogo: e foi a única cousa que eu quis significar na minha nota;

2. ^a Creio haver factos que nos levam a duvidar do Catolicismo do papá Descartes. Mas isto não quis eu significar na minha nota.

Razões da 1.ª tese: Como sabe melhor do que eu, na carta de 28 de Janeiro de 1641, o papá Descartes declara: «Mais je pense y avoir mis beaucoup d'autres choses (nas *Meditações*): et je vous dirai entre nous que ces six méditations contiennent tous les fondements de ma physique. Mais il ne faut pas le dire, s'il vous plait; car ceux qui favorisent Aristote feraient peut-être plus de difficulté de les approuver: et j'espère que ceux qui les liront s'accoutumeront insensiblement à mes principes et en reconnaîtront la vérité avant de s'apercevoir qu'ils détruisent ceux d'Aristote» C).

Esta carta parece-me decisiva. Intimamente, papá Descartes riase dos teólogos, e queria arrancar-lhes subrepticamente a aprovação de um livro onde êle havia posto, de maneira sonsa, principios filosóficos da maior heresia para os teólogos da Sorbona. Creio que cumpre ler as *Meditações* como um livro onde há muita cousa que foi dita à-demi e onde Descartes introduziu de passagem certos principios que ficam no ar, por assim dizer, e de que, por mêdo, êle não apresenta as conclusões. Bossuet (2) escreveu: «M. Descartes a toujours criant d'être noté par l'Église; et on lui voit prendre sur cela des précautions dont quelques-unes allaient jusqu'à l'excès». Eis uma frase que me parece deveria figurar na primeira página de todas as obras de Descartes, como um aviso ao leitor. «Este livro foi escrito a mêdo; está cheio de reticências, de imperfeições propositadas, de véus: cumpre lê-lo como tal». O que Descartes pensava dos teólogos podemos avaliá-lo pela frase em que afirmou que até nas matérias metafísicas «je me fie plus en lui seul *no matemático* Des Argues (3) qu'en trois théologiens» (4). No prefácio dos *Principios de Filosofia* (5) lemos que «on ne saurait mieux prouver la fausseté des principes d'Aristote qu'en disant qu'on n'a su faire aucun progrès par leur moyen depuis plusieurs siècles qu'on les a suivis» (6). Ao mesmo tempo, porém, procura convencer o jesuíta Charlet (7) de que êle, Descartes, jamais saiu «d'aucun principe que n'ait été reçu par Aristote» (8) (cartas de Out. 1644 e de 9 Fev. 1645). Ao P. Mersenne (9) confessa a idea de não pôr o nome no *Discurso* «afin d'avoir toujours la liberté de le désavouer» (10) (8 Out. 1629; 15 Abril 1630).

Dêstes, e de outros factos, creio poder concluir que Descartes, quando falava em teólogos, procurava sobretudo intrujá-los.

Ocorre-me ainda: em 1641, o papá Descartes escreve ao P. Mersenne ⁽¹⁾ que não faz imprimir na Holanda as *Meditações* porque não queria que os ministros protestantes holandeses as vissem antes dos doutores da Sorbona. Ora, já êle então comunicara o livro a dois professores protestantes, Aemilius ⁽¹²⁾ e Regius ⁽¹³⁾, assim como a Const. Huyghens ⁽¹⁴⁾.

2.º ponto. O *catolicismo do papá Descartes*. Não li o livro do Gouhier ⁽¹⁵⁾, nunca o vi, nem sei que método adoptou. Se foi o da análise dos *textos*, começarei por declarar que, neste caso, o acho contestável, porque exactamente o que se discute é a sinceridade desses textos. Por isso, apego-me aos *factos*. Concebe o meu amigo que um verdadeiro católico faça baptizar um filho na igreja protestante? Ora, como sabe, a filha do papá Descartes foi baptizada na igreja protestante de Deventer ⁽¹⁶⁾. Além disso, havia na igreja dois registos: um para as crianças ilegítimas, outro para os filhos legítimos. Ora, a filha do Descartes figura no registro das crianças legítimas. Devemos concluir que era legítima, e que papá Descartes casara secretamente com a mãe da pequena? Mas a mãe da pequena era *protestante*... No momento em que a pequena foi concebida, Descartes habitava em Amsterdão, em casa de um *protestante*, Thomás Sergeant. Os seus melhores amigos na Holanda são protestantes: Huyghens, Pollot ⁽¹⁷⁾, Regius, Aemilius, Beeckman ⁽¹⁸⁾, Reneri ⁽¹⁹⁾. O amigo Picot ⁽²⁰⁾ era ateu, assim como Barreaux ⁽²¹⁾. O *Discurso* foi traduzido em latim por um pastor *protestante*, refugiado na Holanda, Etienne de Coureelles ⁽²²⁾, a *Geometria* ⁽²³⁾, por Franz Schooten ⁽²⁴⁾, professor na Universidade *protestante* de Leyde. O texto latino das *Meditações* foi revisto por latinistas *protestantes* antes de ser submetido aos teólogos católicos de Paris. O *Tratado das paixões* ⁽²⁵⁾ foi traduzido por um *protestante* ⁽²⁶⁾. Os seus dois principais discipulos são protestantes. Protestante, filho de um refugiado Hugenoite francês, era o criado Gillot ⁽²⁷⁾, de que papá Descartes fez um professor de matemática. Ao sair da França, o nosso filósofo não vai para a Flandres católica, onde tinha uma célebre universidade, mas para os Países Baixos reformados. O padre Valois, da Companhia de Jesus, estava talvez na razão quando publicou *Les sentiments de Descartes opposés à ceux de VEglise et conformes à ceux de Calvin* ⁽²⁸⁾.

Conheço o grande cavalo de batalha dos católicos que querem hoje chamar a si o nosso homem: o voto da peregrinação a Nossa Senhora do Loreto. *¿Mas que é que nos diz que esse voto foi cumprido?* O que eu sei é que num passo do *Discurso* («et particulièrement», etc.) os votos são aproximados da inconstância e da fraqueza do espírito. Este passo foi atacado pelos bons católicos. Descartes defendeu-se como pôde: *mas não apresentou o argumento decisivo, que seria o da sua própria peregrinação em virtude de um voto*. Porquê? Naturalmente, porque o voto não foi cumprido. Creio, em suma, que o católico Maurice Blondel ⁽²⁹⁾ teve bons motivos para dizer: «Descartes ne retient de Dieu que ce qui lui permet de se passer de lui».

Acrescentarei sómente, para não prolongar demasiado esta carta, que me parece que papá Descartes tinha razões de sobejo para querer intrujar os teólogos. No *Traité du vide*, Pascal ⁽³⁰⁾ nota que «l'on ne peut plus avancer des nouveautés sans péril» ⁽³¹⁾. A pedido da Sorbona, o *Parlement* de Paris ordenou, a 4 de set. 1624, a laceração de 14 teses que atacavam Aristóteles ⁽³²⁾, acrescentando que ficava proibido «à peine de vie» o atacar os autores antigos. Sob o governo de Mazarino ⁽³³⁾ foram queimados Claude Le Petit ⁽³⁴⁾, d'Am-

breville C^{3*5}), Louis Jauffred í³⁶), Urbain Grandier (3^T). Ora, a excelente máxima do papá Descartes era «que nous ne devons véritablement craindre la mort, [mais] que nous ne devons aussi jamais la chercher» (3⁸) (Carta à princesa Isabel (3⁹), 3-XI-45).

Como não quero que na sua colecção de *Filósofos e moralistas* figure qualquer frase que lhe apareça dita no ar e indigna de uma biblioteca dirigida pelo meu amigo, rogo-lhe que me diga pela volta do correio, — se possível — se, por essa pequena amostra, lhe parece que com efeito eu poderei defender decentemente o meu dito sobre a sinceridade do papá Descartes, no caso de aparecer quem mo censure. O passo duvidoso da nota poderia ficar assim, um pouquinho acrescentado:

«Essa sinceridade é, em nosso juízo, simplesmente nula. | Note-se que dizendo isto não aludimos de maneira nenhuma ao possível catolicismo de Descartes (se bem que, também nesse ponto, haja uma importante colecção de factos que levam a dúvida ao nosso espírito) mas só à atitude do filósofo perante os teólogos a quem se dirigia j. Não cabe aqui, no entanto, o dar as razões de tal parecer, etc.» (4⁰).

Indiquei por traços verticais o período que proponho acrescentar.

Peço-lhe que me responda com a maior franqueza. Por minha parte, julgo-me habilitado a dar razões do que escrevi. E a opinião do católico Blondel pode ser alegada para livrar à minha toda a aparência de facciosismo. Mas talvez me iluda. Fale com toda a franqueza.

Um bom abraço do seu amigo mt.º dedicado, grato e admirador

A.

(*) Descartes, *Oeuvres... publiées par Charles Adam et Paul Tannery*, t.III, Paris, Léopold Cerf, p. 292. Os sublinhados são de Sérgio. Daqui por diante esta edição em 12 volumes (1897-1913) será indicada do seguinte modo. (A. T.).

(2) Jacques Bénigne Bossuet (1627-1704). Prelado francês, filósofo e orador. As suas reticências em relação a Descartes podem ler-se na carta a Pastel, doutor da Sorbona, datada de 24 de Março de 1701.

(3) Des Argues (1593-1662). Matemático francês.

(4) Descartes, *Ob. cit.* (A. T.), t. III, p. 262.

(6) Esta obra de Descartes apareceu em latim no ano de 1644. A sua versão francesa, feita por Picot, foi editada em 1647.

(6) Descartes, *Ob. cit.* (A. T.), t. IX, B, pp. 18-19

0 P. Étienne Charlet (1570-1652). Jurista, professor e depois reitor em LaFlèche. Foi um dos correspondentes de Descartes. Cf. Descartes, *Ob. cit.* (A. T.), t. IV, pp.139-41, 156-58.

(8) Descartes, *Ob. cit.*, (A. T.), t. IV, pp. 139-41.

(9) P. Marin Mersenne (1588-1648). Filósofo, físico e matemático francês; um dos principais correspondentes de Descartes.

(10) Descartes, *Ob. cit.* (A. T.), t. I, p. 135.

0) Cf. *Idem*, t. III, p. 262. Sérgio refere-se a uma carta escrita a 8 de Dezembro de 1640.

(12) Antoine Aemilius ou Emilius (1589-1660). Professor de história na Universidade de Utrecht a quem foi dado o manuscrito que serviu de base à primeira edição latina das *Meditações Metafísicas*.

(ia) Regius (1598-1684). Professor em Utrecht.

(i⁴) Constantin Huyghens (1596-1687). Secretário do príncipe de Orange e Conselheiro de Estado.

(is) Henri Gouhier (1898). Filósofo francês. A obra em causa é esta: *La pensée religieuse de Descartes*, 1924.

(16) Filha de Helena, veio ao mundo a 19 de Julho de 1635; foi baptizada com o nome Francine a 7 de Agosto em Deventer. Faleceu com 5 anos de idade.

O⁷) Pollot. Descartes dirigiu-lhe uma carta em Janeiro de 1641.

(18) Isaac Beeckman (1589-1637). Médico. Descartes conheceu-o em 1618 e, sob a sua influência, passou a dedicar-se aos estudos de física e geometria.

(b) Renier (1601-1668). Professor e filósofo.

P) Abade Claude Picot (1601-1668). Tradutor dos *Princípios de Filosofia* para francês.

(21) Jacques Valée, senhor des Barreaux (1599-1673). Poeta e libertino. Procurou Descartes para o interessar no estudo dos meios para o prolongamento da vida.

(“; Etienne de Courceiles (1586-1659; A tradução foi feita em 1644.

(^) Um aos três ensaios de Descartes que acompanhavam o *Discurso do Método*. Na edição de 1044 (Coucenes;, a *Ueometria* nao foi mciuaia; surgia, contudo, na edição latina ue ôcnooten (1649).

(**) Franz Senooten (1581-1646). Professor de matemática na Universidade de Leyden.

(-; *L.es tassions ae l’A.me*, de Descartes, apareceram em 1649, editadas em Amsterdam.

(*) A tradução latina veio a lume em 1650.

(2-) Jean Uniot, o jovem (1614-1644).

(20) Louis ue Vaiois (16Jy-i/00). Jesuíta e teólogo francês. Com o pseudónimo de L. de la Vine, atacou as teses ue .uescaries, acusauo-o de detuipar o sentido da eucaristia e de lavorecer o caivtmsmo. O litu.o aa sua oura é ligeirámeme diierente da citação de Seigio: *çsentiments de M. Descartes touchant iessence et Les propriétés du corps opposes à ta u oc ir i ne de Calvin sur le sujet de l’hucnaristie. Avec une dissertation sur la prétendue possibilité des ctioses impossibles*, r’aris, Etienne rviicnallet, 1680.

(*>) Maurice Blondel (1861-1949). Filósofo católico francês. A sua tese sobre o problema loi expenuida peia primeira vez no estuuo «Ee CiinsLanisme de Descartes», *Kevue de Meiapnysique et Morate*, IV^{me} annee, 1896, pp. 551-67.

(^{ao}) Pascal (1623-1662). Filósofo jansenista e matemático. Em 1651, redigiu um *Traité du vide*, uo quai so cnegou até nos um resumo em dois pequenos tratados: *De l’équilibre des liqueurs* e *De la pensanteur de la masse de l’air*, 1664.

(3i; Pascal, «Préface pour le Traité du Vide», *Opuscule 1*, Paris, Pléiade, p. 529.

(32) Aristóteles (384-322 a. C.). Filósofo grego.

(33) Jules Mazarini ou Mazarino (1602-1661). Cardeal e homem de estado francês de origem italiana.

(34) Claude Le Petit (1639-1662). Advogado e poeta francês. Denunciado por ter escrito poesias demasiado livres, foi condenado a ser queimado vivo depois de lhe terem cortado a mão. No seu *Paris ridicule*, apenas três estrofes atacavam os jesuítas.

(35) Senhor d’Ambreville. Foi queimado vivo acusado de heterodoxia.

(36) Aliás Louis Gofridi ou Gouffridy, eclesiástico francês. Nasceu em 1562 e foi queimado em Aix a 30 de Abril de 1611, acusado de libertinagem e feitiçaria.

(37) UrbainGrandier (1590-1634). Padre francês acusado de feitiçaria. Preso em 1633, foi condenado e queimado vivo em 1634.

(**) Descartes, *Oeuvres* (A. T.), t. IV, pp. 330-34. Os sublinhados são de Sérgio. Entre parêntesis colocámos a palavra que falta na transcrição de Sérgio.

(39) Princesa Elisabeth do Palatino (1618-1680).

(40) No texto definitivo ficou com ligeiras alterações: «Essa sinceridade é, em nosso juízo, bem contestável. Note-se que dizendo isto não aludimos de maneira alguma ao possível catóicismo de Descartes (se bem que, também nesse ponto, haja uma importante coleção de *factos* que nos inclinam a duvidar) mas só à atitude do nosso filósofo perante os teólogos a quem se dirigia. Não cabe aqui, no entanto, o dar as razões de um tal parecer» (A. Sérgio, «Nota do Tradutor», in Descartes, *Meditações Metafísicas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, pp. 135-36).

Querido Amigo.

Recambio, inclusa, a prova da nota. Em lugar de dizer que a sinceridade do papá Descartes me parece *simplesmente nula*, passo a afirmar que se me afigura *bem contestável*. Fica menos dogmático, menos forte. A frase da carta de 28-1-41: «mais *il ne fa ut pas le dire, s'il vous plait*, car ceux qui favorisent Aristote feraient peut-être plus de difficulté de les approuver» C) (às *Meditações*) parece-me provar simplesmente isto: que o papá Descartes sabia que os teólogos, se lessem com atenção, não poderiam aprovar as *Meditações*, mas que êle dissera as cousas propositadamente mascaradas para que os teólogos comessem gato por lebre, e aprovassem não devendo aprovar. E no entanto... «j'espère que ceux qui les liront s'accoutumeront insensiblement à mes principes et ne reconnaîtront la vérité avant de s'apercevoir qu'ils détruisent ceux d'Aristote» (2). Não me parece que estas intrugices fiquem mal ao papá Descartes: pois, se não havia outra maneira de fazer penetrar as ideas mais ou menos heréticas! Era preciso mascarar as cousas. *Larvatus prodeo* (3). Bem sei que esta frase é do Descartes ainda moço. Nem por isso pro va menos que cedo se lhe manifestou a tendência para mascarar-se. Quem se mascara em novo, mais o fará em velho, à medida que se acumula de experiência. A frase «Deus do meu rei e da minha ama», invocada como prova do catolicismo do nosso homem, sempre a mim me deu, pelo contrário, um som de scepticismo. Não imagino um verdadeiro crente — um Pascal, por ex_ a tratar assim o *verdadeiro* Deus. «Deus do meu rei e da minha ama» é o Deus do Poder e do Costume, aquele cuja adopção nos permitirá viver bem com o carrasco e com os vizinhos. Não, tem qualquer coisa de voltairiana; não é a expressão de um verdadeiro crente, — o que não impede, aliás, que êle fôsse um sentimental e um místico. Todos nós, sem sermos místicos e sem sermos Descartes, nem nada que se pareça, experimentámos os nossos momentos de exaltação intelectual. Lembro-me de que, quando eu tinha uns 16 anos, antes de ler quaisquer filósofos, numa carruagem de comboio, de Lisboa para Payalvo, pensando na geometria analítica e na tradução das figuras em puras relações intelectuais, tive a revelação fulgurante da tese idealista. E disse para mim mesmo: «Tudo se passa no interior do pensamento; as ideas só encontram ideas». Foram momentos de embriaguez. Que a idea da sciencia universal ocorresse ao papá Descartes num momento de grande exaltação, parece-me coisa naturalíssima. Seria o contrário que me espantaria. Que êle crê em Deus parece-me verdade. Que seja um católico muito firme, já me custa a acreditar. Que fôsse sincero ao inclinar-se respeitossíssimo ante os doutores da Sorbona — ná, isso já não aceito. Também eu casei na igreja do Deus da minha noiva e da minha família, por simples comodidade prática, a-pesar de já em criancinha ser absolutamente incapaz de tomar a sério a missa, os padres e o culto. O caso do baptizado protestante da pequena vem no Ch. Adam (4) e até no próprio Baillet C). Os catolicizadores do Descartes esquecem sistematicamente êsse caso, que me parece importantíssimo. Foi também pelo Ch. Adam que me fixei no facto das amizades protestantes do Descartes. A minha mulher, que é católica, perguntei se concebia que um

católico fizesse baptizar num templo protestante um filho seu. Respondeu-me redondamente que não.

Vou tratar do negócio do *Justice et Liberté!* (6).

Disseram-me que o meu afilhado e seu sobrinho Liberato foi muito recentemente vítima de um desastre — queda de bicicleta, ou cousa que o valha, — que causou apreensões à família. Peço-lhe que me diga se lhe parece que isso prejudicará os estudos do pequeno, que a avaliar peio que me diz na sua carta, iam tão bem. Sabe que tenho razões para não escrever à família ao petiz, e por isso lhe peço a si as notícias.

Eu não posso escrever por enquanto o *Exame*. Precisaria de me assegurar primeiro da plausibilidade de certas hipóteses por meio de uma cuidadosa confrontação de textos, etc.

Uns 14 empregados do comércio e indústria da Figueira da Foz resolveram constituir um centro de estudos em comunidade, e pedem-me uma bibliografia elementar de iniciação, sobretudo em questões políticas e sociais; mas impõem-me a condição de os livros serem escritos sómente em português ou em espanhol, o que me dificulta bastante o problema pois ignoro o que em Espanha se tem traduzido. Se me ajudasse nisto, far-me hia grande favor. Lembrei-me deste caso a propósito do *Justiça e liberdade*

Um grande abraço do seu m.^{to} amigo e admirador

A. S.

P. S. em 13. Muito interessante o que me conta sobre o que se passa na sua aula. Está o meu Amigo prestando um grandíssimo serviço. Esta carta foi escrita ontem; hoje recebi o livro do S. de Lima (7). Tenho gostado muitíssimo dele.

(* *) Descartes, *Oeuvres*, (A. T.), t. III, p. 292.

(*) *Idem, ibidem*.

(3) Descartes, *Oeuvres*, (A. T.), t. X, p. 213.

(4) Charles Adam (1857-1940). Filósofo francês; membro da Academia das Ciências Morais e Políticas. Sérgio refere-se à sua obra *Vie et oeuvres de Descartes*, 1910.

(5) Adrien Baillet (1649-1706). Escritor francês. Autor da obra, *Vie de Monsieur Descartes*, Paris, 1691.

(6) *Justice et Liberté*, obra de Edmond Goblot (1858-1935), publicada em 1912.

O Trata-se do estudo de Sílvio de Lima, *Notas Críticas ao livro do Sr. Cardeal Gonçalves Cerejeira <a Igreja e o Pensamento Contemporâneo>*, Coimbra, Livraria Cunha, 1930.

23-XII-30

Querido Amigo

Recambio as provas da *Nota do Tradutor*, com os meus agradecimentos pelos periódicos que me tem mandado. Creio que o caso do meu afilhadinho Liberato não tem afinal a gravidade que seu primo me disse. Não é assim? Suponho que está curado, e que já vai à escola.

Achei muito bem o livro do nosso Silvio de Lima, e soube com muito prazer que se esgotou depressa a primeira edição.

Mal tenha um ensejo, comunicarei com Brunschvicg sobre o caso da tradução do *Just, e Lib.* do Goblot.

Um abraço do seu mt.º grato e admirador

Boas festas!

A. S.

Volte, se faz favor!

P. S. Peço diga ao Silvio de Lima que lhe agradecerá se ele enviasse as *Notas Críticas* a:

D. Maria Luisa Teixeira, Travessa das Mercês 34, Lisboa.

Castelo Branco Chaves O, Companhia da Zambesia, R. do Alecrim, 53 Lisboa

O José Adjuto Castelo Branco Chaves (1900). Jornalista e crítico.

Le 8 Janvier [1931]

Querido e presado Amigo

Mil agradecimentos pelos recados que me mandou pelo Silvio, e pelos jornais.

Continua melhorando o meu afilhado?

Falei a M. Lisbonne, da casa Alcan.

Pede 2.000 francos pelos direitos de tradução do livro do Goblot. Pareceu-me excessivo, mas, como não tinha instruções suas, não apresentei contra-proposta.

O Silvio de Lima transmitiu-me a sua ordem de lhe remeter a lista das pessoas a quem gostaria de remeter as *Meditações metafísicas*. Segue inclusa.

Os nossos votos por um feliz ano de 1931.

Creia-me sempre

Amigo mt.º grato e admirador

A. Sérgio

António Sérgio

P. S. Estava escrita esta carta quando me chegou o recibo da Imprensa da Universidade, que recambio com os meus agradecimentos

Seu

A. S.

33

[20-1-31]

Querigo Amigo

Mil agradecimentos pelo cheque e pelos volumes. Recebeu a minha resposta sobre a negociação com o editor Alcan? Admirei-me do elevado da soma — 2.000 francos — depois de o meu amigo haver falado com o Globlot e Goblot com êles.

Vejo que andam por Lisboa as cousas movimentadas. Que alcance exacto poderá ter a saída do ministro da guerra? O

Nada sei do Sílvio. Estou com interêsse em receber notícias do meu afilhadito. Ignoro que tal vai ele agora nos estudos, e se não afrouxou na aplicação. Tem sido chamado à lição? Dá boa conta de si?

Um grande e agradecido abraço do seu mt.º grato amigo e admirador

A.S.

C¹) Trata-se de Namorado de Aguiã, que perdeu o apoio dos elementos militares mais conservadores. Domingos de Oliveira, então primeiro ministro — Salazar ainda só ocupava a pasta das Finanças—, exonerou-o a 19 de Janeiro de 1930 e nomeou para seu lugar o coronel Schiappa de Azevedo.

34

LES STUDIOS PARAMOUNT

Société anonyme

Au capital de 10.000.000 de Frs

SIÈGE SOCIAL

7, Rue des Réservoirs St. Maurice (Seine)
Adr. Télégr. Studpara - St. Maurice - Seine

TÉLÉPHONE

Studios — Gravelle 09-48 - 09-49

Paris — Opéra 03-70

R. C. Seine 243.708.B

BUREAU DES STUDIOS
7, Rue des Réservoirs

St. Maurice (Seine)
23 de Janeiro

Querido Amigo:

Mil agradecimentos por tudo. Inclusa uma carta oficial.

Não sei que pense do meu afilhadito. Perco a esperança de que êle acabe o liceu êste ano.

Não lhe quero impingir a maçada de ler as notas ao texto do Leibniz. Se as tivesse lido antes, poderia aproveitar-me das suas sugestões. Gostaria só de saber se acha preferível com notas, ou sem elas. Franqueza absoluta. Quanto ao livro II, como é muito grande, tenho medo de não poder chegar ao fim, e perder o trabalho feito. Eu creio que no seu caso não editaria o Locke (*), nem o S. Tomás (?). Para mim, tem havido progresso em filosofia, e o Locke e o S. Tomás parecem-me peças de museu, obsoletas. Daria Platão (?), Descartes, Espinosa, Malebranche (4), Kant, Fichte (5), Hegel, e alguns recentes. Quanto ao Platão, começaria talvez pelos sexto, sétimo e oitavo livros da «República». O «Fédon» já está traduzido em português — não sei como, porque não li essa tradução portuguesa. Os Alves Correia (6) parecem-me muito boa gente, e simpatizo muito com os franciscanos em geral.

Fiz em tempo a tradução de uns quatro ou cinco *retratos de mulheres* do Sainte-Beuve, verdadeiros encantos, tirados, um do volume intitulado «Retratos de mulheres», e os restantes dos «Lundis». Obra de superior moralista. Quere publicá-los na Imprensa da Universidade? Estão ao seu dispor, por uma remuneração mínima ou mesmo *gratis*, se lhe convier não me dar nenhuma. Posso mandar copiar à máquina, para o meu Amigo ler antes de se decidir.

Não se incomode a falar aos espanhóis na minha pessoa. A Paramount (?) acaba de me chamar para fazer uns trabalhos que possivelmente se prolongarão. Se esta última hipótese se der, fica mais ou menos resolvido o meu problema financeiro.

A sua acção editorial tem sido com efeito formidável. Muito admirativas felicitações.

Um abraço do seu

A. S.

P. S. Enquanto se imprimia o Descartes, a Imprensa ia-me enviando as folhas mas não me mandou as últimas, de pagina 94 em diante (o que se explica, porque remeteu o exemplar já completo). Gostaria, entretanto, de não ficar com aquele exemplar truncado, e de ter um jogo das folhas finais, para acrescentar às que tenho, e mandar encadernar, (p. 95 em diante). Não sei se na tipografia repararam que as notas do Leibniz não estão todas ainda compostas.

0 John Locke (1632-1704). Filósofo inglês.

0 S. Tomás de Aquino (1225-1274). Filósofo escolástico e teólogo.

0 Platão (429-347 a. C.). Filósofo grego discípulo de Sócrates.

0 Nicolas de Malebranche (1638-1715). Filósofo francês. Oratoriano.

0 Johann Gottlieb Fichte (1762-1814). Filósofo idealista alemão.

0 Manuel e Joaquim Alves Correia (1886-1951). Em particular este último, formado na Congregação do Espírito Santo, destacou-se como missionário na Nigéria (1919-20). Regressado a Portugal, revelou-se um escritor cristão sensível aos problemas religiosos e sociais. Mais tarde, nos Estados Unidos, leccionou sociologia na Universidade de Pittsburg até à data da sua morte.

0 Empresa cinematográfica, onde Sérgio trabalhou intermitentemente em 1930, 31 e 32. Tinha então a sua sede social na Rue des Réservoirs, St. Maurice (Seine).

LES STUDIOS PARAMOUNT

Société anonyme

Au capital de 10.000.000 de Frs

SIÈGE SOCIAL

7, Rue des Réservoirs St. Maurice (Seine)
Adr. Télégr. Studpara - St. Maurice - Seine

TÉLÉPHONE

Studios — Gravelle 09-48 - 09-49
Paris — Opéra 03-70

R. C. Seine 243.708.B

BUREAU DES STUDIOS

7, Rue des Réservoirs

St. Maurice (Seine)

27-1-31

Querido Amigo:

Espero as suas instruções acêrca da resposta a dar ao Alcan. Talvez lhe pareça (e assim creio eu) que, ante o resultado da soma pedida, não vale a pena pensar mais no caso.

Estou sem saber o que deva pensar da falta de notícias sobre o meu afilhado. ¿Teria sobrevivido complicação na doença do rapazinho? Do Silvio de Lima também nada sei.

¿Chegou a dar à *Seara* a nota acêrca da questão religiosa no México?

¿Das obras que figuram como estando *no prelo*, da colecção *Filósofos e moralistas*, quais estão realmente no prelo? Quem traduziu o Croce? (*) Quem a *Monadologia*? (*) ¿Tem achado cousas interessantes nas suas investigações sobre o pensamento republicano em Portugal? (*)

Espero que toda a sua meninada tenha escapado à gripe, que, se bem esteja bastante espalhada aqui, creio que tem atacado mais fortemente as Espanhas. Seu cunhado está de cama com ela, muito benigna.

Seu

A. S.

P. S. Poderia mandar-me mais exemplares das *Meditações*?

0 De facto, na contracapa da edição portuguesa das *Meditações Metafísicas*, anunciava-se a próxima saída da obra de B. Croce (1866-1952), *O que está vivo e o que está morto na filosofia do Hegel*. Julgamos que esta tradução nunca saiu do prelo.

(2) Obra de Leibniz escrita em francês em 1714. Ao que sabemos, uma tradução portuguesa, feita por António Novais Machado, só saiu em 1947, editada pela Casa do Castelo, Coimbra.

3) Isto quer dizer que, por esta altura, Joaquim de Carvalho coligia elementos para a sua *Formação da Ideologia Republicana em Portugal*, estudo que veio a inserir na *História do Regimen Republicano em Portugal*, vol. 2, Lisboa, Ática, 1932.

LES STUDIOS PARAMOUNT

Société anonyme

Au capital de 10.000.000 de Frs

SIÈGE SOCIAL

7, Rue des Réservoirs St. Maurice (Seine)
Adr. Télégr. Studpara - St. Maurice - Seine

TÉLÉPHONE

Studios — Gravelle 09-48 - 09-49

Paris — Opéra 03-70

R. C. Seine 243.708.B

BUREAU DES STUDIOS
7, Rue des Réservoirs

St. Maurice (Seine)

17-3-31

Querido Amigo

Soube, pela carta que escreveu ao Jaime, que o meu afilhadinho arribou bastante, e que passa, afinal, melhor do que eu supunha.

Estou sem saber se concorda com as considerações que lhe submeti a respeito da *Monadologia*. Se o meu Amigo arranjasse dinheiro da junta O para pagar os trabalhos sem que tivéssemos de esperar muito, atrever-me ia a pedir-lhe uma tradução. Sendo de obra de um grande *jacaré* (Descartes, Leibniz, Berkeley (?), etc.) é trabalho que faço com prazer. Infelizmente, não estou agora em circunstâncias de fazer seja o que fôr só por prazer. No fim dêste mês, antes mesmo, devo acabar umas notícias de quadros do Louvre que estou a escrever para um editor espanhol (?), e fico pronto para encetar outra faina, nos momentos livres do cinematográfico. Tudo é pouco para o equilíbrio do orçamento, já que não posso lançar impostos, como o Salazar (?).

Seu amigo muito grato, muito dedicado, e muito admirador

António Sérgio

O Deve tratar-se da *Junta de Educação Nacional*, fundada pelo ministro Cordeiro Ramos, e que tinha como 1.º secretário o republicano Luis Simões Raposo.

(?) Georges Berkeley (1685-1753). Bispo e filósofo irlandês.

0 Não sabemos se esta colaboração chegou a vir a lume.

(?) António de Oliveira Salazar (1889-1970). Professor universitário. Já então pres-tes a consolidar a sua liderança na ditadura instaurada a 28 de Maio de 1926.

St. Maurice (Seine)
21-3-31

Querido Amigo

Remeto-lhe incluso o artigo que o *Temps* (* *) de ontem publicou sôbre Portugal, e que de-certo o interessará. Rogo-lhe que o torne conhecido aí. O Camara Reis (2) mandou-me uma folha que os jornais (3) de Coimbra tiveram a optima idea de lançar contra a minha *Antígona*, — esplêndido reclame ao meu manifesto de propaganda em forma dramática. Parece que os patetas não perceberam que eu tomei como ponto de partida a primeira scena da obra do Sófocles (4), que segui quanto o meu tema mo permitia, e que supuseram (ou fingiram supor) que me inspirei no... Cocteau (5), que em tempos fez uma tradução ou paráfrase do Sófocles! Hão de em tudo mostrar que são ignorantes e imbecis. Tenho pena que não haja aí muitos exemplares do meu manifesto-drama para vender e distribuir, tirando proveito do reclame que acabam de lhe fazer.

Dizem-me que o meu afilhadito vai bem nos seus estudos, e que tem na escola caloroso ambiente de simpatia entre professores e camaradas.

E o meu Amigo, como tem passado de saúde?

Um abraço do seu muito dedicado, grato, e admirador

Antonio Sergio

0) Deve tratar-se do diário francês *Le Temps*, jornal fundado em Paris em 1861 por A. Nefftzer. Foi considerado um órgão da III República. Depois de 1944, o jornal *Le Monde* restaurou as grandes linhas de *Le Temps*.

0 Luís da Camara Reis (1885-1961). Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi professor do ensino secundário e cronista da vida política portuguesa. Foi um dos fundadores da *Seara Nova*.

(*) Sérgio refere-se aos artigos assinados por J. M., *Fraude Literária*, e *O ídolo tomba... Amparai-o na queda*, publicados no jornal de estudantes nacionalistas de Coimbra (Miranda da Rocha, Rolão Preto) *Acção*, n.º 8, I ano, 5-III-1931, p. 2, e n.º 9, 20-III-1931, pp 3-4. Em síntese, acusava-se António Sérgio de se inspirar «directamente da obra 'Antígona' de Jean Cocteau, que sendo uma adaptação de mediano valor, foi ainda inferiorizada neste caso pelo fanatismo sectário» (n.º 8, p. 2). Sérgio respondeu-lhes na nota anónima «A Antígona de António Sérgio e os mocinhos da 'Acção' de Coimbra», *Seara Nova*, n.º 243, 19-III-1931, pp. 45-46.

(4) Sófocles (497 ou 495 a 406 ou 405 a. C.). Poeta trágico grego autor de *Triptoloma*, *Antígona*, *Electra*, *Ajax*, *Édipo Rei*, *As Traquimianas* e outras peças.

0 Jean Cocteau (1889-1961). Dramaturgo e desenhador francês. Da vasta bibliografia em que retoma os temas da tragédia antiga, destacamos *Orphée* (1927) *Oedipe Roi*, *Antígona* (1929).

LES STUDIOS PARAMOUNT

Société anonyme

Au capital de 10.000.000 de Frs

SIÈGE SOCIAL

7, Rue des Réservoirs St. Maurice (Seine)
Adr. Télégr. Studpara - St. Maurice - Seine

TÉLÉPHONE

Studios — Gravelle 09-48 - 09-49

Paris — Opéra 03-70

R. C. Seine 243.708.B

BUREAU DES STUDIOS

7, Rue des Réservoirs

St. Maurice (Seine)

31-1-31

Querido Amigo

Muito obrigado pelos documentos que me remeteu. Pena é que não haja exemplares da *Antigona* à venda, para se aproveitar o excelente reclame.

Minha mulher foi ao Hotel Chomel. Felizmente, não dão agora comida (o que é mais prático para quem está pouco tempo em Paris, e deseja os movimentos livres); o quarto para duas pessoas custa 30 ou 35 francos diários. A situação é muito simpática, e a casa, agradável. Previna-me com *antecedência* do dia em que chega, para eu lhe reter o quarto.

Suponho que o meu afilhadito continua bem, e esperançado de fazer boa figura no seu próximo *match* de *foot-ball*.

E as conferências?

Seu

A. S.

LES STUDIOS PARAMOUNT

Société anonyme

Au capital de 10.000.000 de Frs

SIÈGE SOCIAL

7, Rue des Réservoirs St. Maurice (Seine)
Adr. Télégr. Studpara - St. Maurice - Seine

TÉLÉPHONE

Studios — Gravelle 09-48 - 09-49

Paris — Opéra 03-70

R. C. Seine 243.708.B

BUREAU DES STUDIOS

7, Rue des Réservoirs

St. Maurice (Seine)

5-4-31

Querido e presado Amigo

Muitíssimo obrigado pela sua última carta. Achei nela o dinheiro para o pagamento da assinatura das revistas que me encarregou de

António Sérgio

tomar, ou sejam duzentos francos. Serão cumpridas as suas ordens. Estou sem saber se vem ou não ao estrangeiro fazer as conferências. Espero que o meu afilhadito continue bem nos seus estudos, e que vá a exame perfeitamente preparado.

Está traduzida toda a advertência dos *Novos Ensaio*s, e já encetei o 1.º livro. Quere que remeta já essa advertência, para se ir compondo, ou que só envie com o resto? Creio que se não poderão dispensar algumas notas, postas no fim, como a das *Meditações*. Vem ou não vem às conferências?

Seu mt.º dedicado e mt.º grato amigo e admirador

A. S.

P. S. Traduzi em tempo alguns *Retratos de mulheres* do Sainte-Beuve, cousa para umas 150 páginas. Haveria um editor de Coimbra que os quisesse publicar, pagando-me, por exemplo, 6 e 12 meses depois da entrega do original? A razão, digamos, de 4 ou 5.000 por página numa edição de 2.000 exemplares?

Seu

A. S.

40

9-4-31

Querido Amigo

Remeto-lhe êsse recorte do *Temps* de hoje, que me parece interessante. Quando sai de Portugal? Quando passará por Paris? Que notícias me dá do meu afilhadinho?

Seu mt.º grato e dedicado amigo e admirador

A. S.

41

15-5-31

Querido e presado Amigo

Acabei a tradução do Leibniz. Vou fazê-la passar à máquina, para facilitar o trabalho dos tipógrafos. Como sabe, o texto dêste jaccaré exige muito mais anotações que o do Descartes. As notas poderiam ser de duas espécies: *filosóficas*, para esclarecimento doutrinal de certos passos do texto; *eruditas*, para explicação de muitas referências a pessoas, obras, etc. Que quere que faça? Nenhumas? De umas e de outras? Rogo-lhe que responda francamente. Farei como quiser, claro, mas além disso, cumprirei com gosto o que mandar.

A Paramount suspendeu por uns tempos a produção em português, de maneira que estou outra vez desempregado. Felizmente, tenho agora uns trabalhos a fazer para a *Labor C*) que me darão pão para mes e meio. Penso em procurar emprego em Espanha — jornalismo, livraria, ou cousa semelhante.

Afinal, vem ou não vem à estranja?

Tenho idéa de que em tempo me falou numa tradução do Berkeley. Quere que faça alguma, nas horas vagas? Mas há já talvez traduções de mais da minha pessoa.

E do meu afilhado, que notícias?

Seu amigo e admirador mt.º grato.

A. S.

C1) Casa editora de Barcelona onde Sérgio publicou, em 1929 a sua *Historia de Portugal*.

42

18-5-31

Querido Amigo:

O Boutroux (*) deu preferência ao texto do Gerhardt (2), por motivos que me pareceram fundamentados. Foi também pelo Gerhardt que se inclinou o mais considerável tradutor inglês dos *Novos Ensaios*, Langley (3). Os pequenos desvios do Boutroux em relação ao texto por êle escolhido afiguram-se-me, outrossim, plenamente razoáveis. Decidi, por isso tudo, utilizar-me da edição do Boutroux. Acha bem? Dentro de poucos dias irá o resto da tradução. Só falta passá-lo á máquina (para maior comodidade dos tipógrafos, apesar da minha letra não ser das piores). Como o estilo dos *Novos Ensaios* não é dos mais belos, procurei ter mais elegância e mais música que o original. Creio ser bom serviço à filosofia o tornar os seus textos atraentes e formosos, na medida do possível. No manuscrito que remeti, traduzi *Avant-propos* por *Advertência*. Parece-me agora que será talvez preferível *Preâmbulo*. Que diz?

Já me não lembrava bem do que me dissera em tempos sobre o Berkeley, e até supunha que eram os *Diálogos* (4) o que queria; mas concluo, pelo que agora vejo na sua carta, que convirá traduzir eu o *Treatise concerning the Principle of human knowledge* (5). Vou trabalhar nele. Mandei vir de Inglaterra um exemplar do original, porque o meu está em Lisboa. Marcarei na versão (entre colchetes, por exemplo), as adições feitas por Berkeley na 2.ª edição, a não ser que o meu Amigo me dê ordem em contrário. Não deixarei de ler, no entanto, a versão francesa, já que foi feita por um grande mestre, o Renouvier. Remeterei o manuscrito à medida que estiver pronto.

Obrigadíssimo pela intervenção junto de D. Pedro de la Calle (6). Não tenho razão muito forte para preferir Madrid a Santiago ou Salamanca; só vejo, pequena, o facto de já ter amigos naquela. Creio que com os galegos me daria muito bem. Alegraram-me as notícias que me dá do meu afilhado. Se as melhoras do pequeno se acentuarem, peço-lhe que mo diga em duas palavras. O que vejo é que êle

tem muito pouco método nos seus estudos. Precisa de organizar um plano rigoroso de trabalhos. Não sei se é capaz disso. Até hoje, não lhe descobri verdadeiras capacidades de atenção e vontade; parece-me daqueles que andarão ao sabor dos acontecimentos, sem os dominar.

Seu mt.º grato

A.S.

P. S. O nosso amigo seguiu hoje para Madrid. Está com o Alvaro Pope ⁽¹⁾ na Pensão Cubana, Pi y Margall.

⁽¹⁾ Émile Boutroux (1845-1921). Filósofo francês.

⁽²⁾ C. J. Gerhardt (1816-1899). Editor dos *Leibniz philosophische Serif ten e Leibniz matematische Serif tien*.

⁽³⁾ Langley. Tradutor inglês dos *Nouveaux Essais*.

⁽⁴⁾ *The Dialogus between Hylas and Philonous*. Com efeito, Sérgio veio a traduzir esta obra dando-lhe o título *Três diálogos entre Hylas e Filonous em oposição aos cépticos e ateus*, Coimbra, Atlântida Editora, 1948.

⁽⁵⁾ *Treatise concerning the Principle of Human Knowledge*, 1710.

⁽⁶⁾ Pedro Urbano González de la Calle. Historiador espanhol, professor em Salamanca. Colaborou na *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XI, 1933, com o estudo *Contribución a la biografía de Manuel da Costa, «Doctor Subtilis»*.

⁽⁷⁾ Aliás, Álvaro Poppe (1879-1972). Oficial do exército, militante republicano desde 1908 e deputado. Combatente da ditadura do 28 de Maio, esteve no exílio de 1927 a 1940.

Querido Amigo

Não lhe tenho escrito, porque todos os dias esperava a carta prometida. Vejo com alegria que melhoraram as cousas relativas à sua pessoa, e que pode continuar o seu teor de vida. Quanto ao meu afilhadito, já estou acostumado às asneiras do rapaz. Suponho também que tem que mudar radicalmente de plano de vida e preparar-se mais de acordo com o carácter dos tempos e as suas verdadeiras vocações. Seria convenientíssimo que os pais tivessem dinheiro, para o mandarem estudar fora do país, que é onde êle deveria preparar-se para o violento struggle-for-life actual.

Seria favor escrever ao Urbano González. Para curso de férias será já tarde; acaso se poderia arranjar um trabalho no jornalismo, em uma livraria editora, ou um preceptorado particular, como já tenho tido em França. Posso ensinar francês, rudimentos de inglês, matemáticas, física, geografia, etc.

A pessoa que me copiava à máquina o Leibniz teve agora de interromper. Dentro de alguns dias seguirá o resto. Depois, perante as provas de página, escreverei as notas, para serem todas no fim, à alemã. Como sabe, o texto é muito mais erudito que o do Descartes, e está cheio de alusões, algumas das quais convirá esclarecer. Digo-

-lhe que me diga com toda a franqueza se valerá a pena ir pensando no Berkeley, no qual em tempos falámos.

Mil agradecimentos por tudo. Desejo que Buarcos lhe faça bem. Não se rale por cousa alguma. Os males veem quasi sempre de onde os não esperamos, e não donde cuidamos que podem vir. Portanto, preocupar-nos com maus prenúncios é tolice

Seu

A. S.

44

[22-6-31]

Querigo Amigo

Recambio por êste correio as provas dos *Novos Ensaios*; vai com elas o resto do original. Rogo-lhe que me diga qual é a ortografia que quer adoptar na colecção para os nomes de Leibnitz e de Espinosa. Quere que o primeiro leve t ou não leve t? Põe-se no segundo s ou z? Rogo dê à tipografia as suas ordens a êsse respeito. Parecia-me bem ir fixando uma ortografia e um vocabulário para toda a colecção. Na tradução dos *Novos Ensaios* criei o neologismo *experenci-iar*, que me parece utilissimo. *Experenci-iar* ficará como o verbo correspondente a *Experiência* no sentido geral, e *experimental* como o verbo correspondente a *Experimentação* (verificação experimental, prova experimental, etc.). *Experenci-iar* ficará pois significando *ter* experiencia, etc.; *experimental* ficará significando *realizar* experimentação. Concorda? Na versão de Berkeley, o Renouvier traduz ambas as palavras *mind* e *spirit* por *esprit*. Tenciono traduzir a primeira por *consciência* e a segunda por *espírito*. Parece-lhe bem? Creio que no original do diálogo no Leibniz marquei um intervalo de *três linhas* entre as falas. Foi um engano que não sei como ocorreu (se é que ocorreu). O que eu quis indicar, foi tão só que me parecia bem um intervalo um pouco maior que o ordinário entre as linhas, a separar as falas das duas personagens. Escrevi o nome das duas personagens sempre por extenso; parece-me mais claro para o leitor e tipograficamente mais elegante. Pedi duas colecções de segundas provas para ficar com uma que me há de servir para escolher as frases a que será indispensável fazer uma anotação no fim do volume, à alemã.

Esteve aqui o Mendonça O, do Jardim Botânico, que me trouxe lembranças suas. Muito obrigado. Dizem-me que o Silvio de Lima deve aparecer por aí, a ver a exposição colonial. Não tenho grandes notícias do meu afilhado. O rapazinho precisa de alguém que o ensine a ter método nos seus estudos, a ligar e organizar os conhecimentos. Não se consegue fazer dêle uma cabeça bem arrumada.

Seu mt.º amigo, admirador e grato

A. S.

O Trata-se de Francisco de Ascensão Mendonça. Funcionário do Jardim Botânico de Coimbra, autodidacta, revelou-se um naturalista de mérito. Foi também professor na Universidade.

2.ª feira [29-6-31]

Querido Amigo:

Muitíssimo grato lhe estou pelos persistentes esforços que tem feito para me encontrar um emprêgo em Espanha. Já não espero que daquelas terras me venha solução para o meu duro problema actual. Recomeço a pensar nas Áfricas. Tenho passado a vida inteira a aprender o significado pleno da palavra *resignação*. Olho para trás, e vejo a minha existência tôda cheiinha de fainas de ganha-pão áridas, cordialmente detestadas por mim, avêssas às minhas aptidões e ao meu feito. Os momentos de trabalho a meu gosto teem sido raríssimos, fugidios, gozados como se goza um [cume?], e angustiosamente pagos logo depois. Sinto fugirem-me os últimos anos de lucidez, sem a menor esperança de a empregar. A minha vida foi tôda ela um naufrágio contínuo, suportado com uma resignação aparentemente riso-nha. Aí tem. Já duvido que me restem uns momentos para traduzir o Berkeley. Estes tempos vou ter de consagrá-los inteiramente a fazer esforços para me empregar, — no estado de espírito que calcula. Tinha ódio profundo ao cinema; mas antes a faina odiosa que as misérias do desemprego. O pior de tudo é a atmosfera moral que, nestas circunstâncias, se cria dentro de uma casa.

Lastimo que só venha em Novembro. Tenho a impressão de que de aqui até lá se poderá passar psicologicamente, um século, e não prevejo onde poderei estar a essa data.

Descreio de que o meu afilhadito possa ficar aprovado nos seus exames. O êxito nas cadeiras técnicas depende da cultura geral do rapazinho; e os seus professores de cultura geral, como sabe, foram sempre radicalmente incapazes, puramente verbais.

Quanto à ortografia de *Leibniz*: eu preferia sem t, mas acho melhor ainda haver uniformidade na colecção dos *Filósofos e moralistas*. Como sempre, o meu Amigo mandará.

Mil agradecimentos ainda.

Seu

A. S.

46

LES STUDIOS PARAMOUNT

Société anonyme

Au capital de 10.000.000 de Frs

SIÈGE SOCIAL

7, Rue des Réservoirs St. Maurice (Seine)
Adr. Télégr. Studpara - St. Maurice - Seine

TÉLÉPHONE

Studios — Gravelle 09-48 - 09-49
Paris — Opéra 03-70

R. C. Seine 243.708.B

BUREAU DES STUDIOS
7, Rue des Réservoirs

St. Maurice (Seine)

Sábado (Julho de 1931)

Querido Amigo

Remeto-lhe por este correio um exemplar do Livro do Norman Angeli O, recentemente aparecido: *Os assassinos que se não veem. A*

obra fez grande impressão em Inglaterra, e vai ser traduzida em francês, alemão e espanhol. É possível que se obtenha do editor e do autor, *gratis*, o direito de a traduzir *em português* (para as outras línguas exigem direitos). ¿Quere o meu Amigo publicar a tradução na sua Imprensa, caso se obtenha *gratis* a permissão? Quanto aos tradutores, creio melhor, para ir mais rápido, procurar uns três ou quatro rapazes, (dos quais um poderia talvez ser o António de Sousa (2), director da Associação Cristã da Mocidade em Coimbra, e que suponho sabe bem o inglês). Quem espera obter *gratis* o direito de tradução em português é uma senhora inglesa generosa e humanitária, que deseja difundir as humanitárias ideas do Norman Angeli. Dado o prestígio do autor e o carácter moralizador e político da obra, talvez pudesse a versão fazer parte da biblioteca de *Filósofos e moralistas*. Os «assassinos invisíveis» são os preconceitos, sofismas, mentiras, etc., que correm e que impedem o entendimento entre o povos. É um livro actualissimo e representativo da época. Que lhe parece? Peço-lhe resposta tão breve quanto possível. Talvez eu lhe pudesse conseguir aqui em Paris uma parte (um quarto, digamos) da tradução.

Com o livro, vão as provas do Leibniz. Remeteram-me com elas uma folha da Obra do Castelo Branco Chaves (3), creio que em vez da última folha já impressa do Leibniz. Recambio também essa folha.

Creio que lhe disse em tempo que, além do problema financeiro relativo ao Proença (4), tenho a meu cargo o da assistência aos emigrados necessitados em França e Bélgica. Aquele exige neste momento mais dinheiro; mas, em compensação, é mais fácil arranjar para êle cotizações. Explica-lhe isto um trecho da minha última carta, que poderia parecer obscuro.

Veja o meu Amigo o que é a nossa gente. Existem em Paris emigrados que não precisam de ganhar a vida, e que passam o tempo a conversar nos cafés. Pois, quando surge a necessidade de fazer qualquer coisa pelo bem comum (assistência; relações com o governo francês ou estrangeiros; dificuldades com a polícia por falta de passaportes, etc.) sou *sempre* eu o encarregado de resolver *todos* êsses problemas, a-pesar de estar prêso, nas minhas fainas de ganha-pão, das 8 da manhã às 11 da noite (de dia, das 8 da manhã às 8 da noite, toma-me a Paramount e a viagem *para* e *de* Joinville; à noite, das 9 1/2 às 11, tenho lições a discípulos; não posso abandonar os discípulos porque o trabalho na Paramount não é seguro, e pára às vezes). Bem sei que há cousas (relações com os governos estrangeiros, por ex.), que outro qualquer não poderia fazer por mim; mas da assistência outros se poderiam encarregar. Alegam-me que não são pessoas de actividade e de expediente; mas veremos que, quando as cousas mudarem, logo passam a ter actividade e expediente para concorrer a embaixadas, legações, ministérios, govêrnos civis, etc.

Um grande abraço do amigo

A. S.

0 Economista e jornalista inglês nascido em 1874. Em 1910 escreveu o livro *The great illusion*, obra traduzida em muitas línguas. Apóstolo da S.D.N. (Sociedade das Nações) e pacifista fervoroso, recebeu o Prémio Nobel da Paz em 1933.

António Sérgio

(2) António de Sousa. Poeta nascido em 1898, ligado ao saudosismo e depois à Presença. Em Coimbra, foi presidente da Associação Académica e secretário geral da Associação Cristã de Estudantes de Coimbra.

(3) Trata-se da obra de Castelo Branco Chaves, *Estudos Críticos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

(4) Sérgio refere-se à campanha de angariação de fundos para custear o tratamento de Raul Proença.

47

22-7-31

Querido e excelente Amigo:

Remeto inclusa uma carta oficial, agradecendo e acusando o recebimento do cheque de 454 francos.

Enviei há dias o resto da tradução do Leibniz e as notas relativas à parte já paginada. Se tiver tempo de as ler, rogo me diga com toda a franqueza se acha bem. Procurei anotar o menos possível; mas pareceu-me que o texto está cheio de alusões sobre que o principiante necessita de esclarecimentos: e aos principiantes me parece que se deverá dirigir sobretudo a colecção. Não pude ainda começar o Berkeley. Vi outro dia um volume da colecção *Pela Imagem*, do Leio, cópia de uma colecção semelhante do Hachette O. Eu poderia traduzir alguns volumitos dessa série, ou fazer alguns originais, mas não conheço os Lelos. Pedi ao Proença que lhes escrevesse. Creio porém que não tenho a simpatia desses editores, não sei porquê.

Como suponho que já lhe disse, seus cunhados foram para La Baule. A saúde do meu afilhadito parece que não vai mal, mas dizem-me que teve de adiar agora o início dos banhos de mar, talvez por pouco tempo. Ainda bem que conseguiu diminuir consideravelmente as exigências do editor Alcan.

Reitero-lhe os meus agradecimentos por todos os seus favores, e peço-lhe que me creia.

Seu amigo mt.º grato e dedicado admirador

A. S. (*)

(*) Hachette. Casa Editora francesa fundada em 1826.

48

16, rue Louis-Blanc
Levallois-Perret (Seine)
22-7-31

Ex.^{mo} Senhor Administrador da
Imprensa da Universidade de Coimbra

Ex.^{mo} Senhor

Acuso o recebimento do cheque da Casa Totta n.º 10673, de 454 francos, sobre Paris, importância relativa a traduções por mim feitas para a Imprensa que está sob a sua tão esclarecida e benemérita direcção. Aceite V. Ex.^a, com os meus agradecimentos, os protestos da muita estima e admiração do

Dev e Cr.
Mt.º atentamente e dedicado
António Sérgio

(Referencia ao seu officio
n.º 1507, L.º 34, fis. 177)

49

2.^a feira (Novembro, 1931)

Querido Amigo

Tenho aqui vindo pela manhã, sem o prazer de o encontrar.
Peço-lhe que me telefone das 10 ao meio-dia: Pereire 06.26.
Espero que no dia que passar por Paris poderá vir jantar
connosco a Levallois.

Da place Pereire a minha casa são uns 8 minutos a pé, 3 ou 4 de tramway.

Até breve

Seu

A. Sérgio

50

Domingo [7-2-32]

Querido Amigo

Esqueci-me de lhe dizer na minha última carta que a Paramount, que entrara num período de hibernação, vai reatar as suas fainas, e que eu terei lá que fazer, na direcção de uns trabalhos

técnicos laboratoriais: por consequência, já me não convém ir para Espanha, e peço-lhe que interrompa todas as diligências que tenho estado a dever à sua excelente amizade, a favor da obtenção de uma cátedra para mim. E milhões de agradecimentos.

Espero remeter-lhe dentro de uns dias as cópias dactilografadas dos três *retratos de mulheres*. Estou com vontade de saber a sua impressão. Eu acho-os deliciosos, obras de um superior moralista.

A biblioteca dos opúsculos pedagógicos poderia também ter o mesmo formato que a colecção clássica do Hachette, que me parece muito bem escudado. Cada opúsculo cabe na algibeira interior de um casaco, e, graças à altura e ao tipo, permite pôr bastante matéria em 64 páginas cozidas a ponto de arame. Quanto à venda da colecção de autores clássicos, precisamos de acabar com o velho e condenado sistema das selectas, que nenhuma nação civilizada usa, e obrigar os estudantes do liceu a estudar e comentar obras inteiras de autores nacionais. Como é fatal que um dia se decrete isto, a Imprensa da Universidade, iniciando a série, teria um avanço sobre todos os outros editores, além da honra de promover um melhoramento pedagógico que se impõe. Que lhe parece? Poderíamos começar por:

Líricas de Camões ⁽¹⁾;
Sonetos de Bocage ⁽²⁾;
Marília de Dirceu ⁽³⁾;
Joaninha de Garrett ⁽⁴⁾;
Dois *Apólogos Dialogais* ⁽⁵⁾;
Fernão Lopes ⁽⁶⁾;
Mendes Pinto (episódios de Antão de Faria) ⁽⁷⁾;
Frei Luís de Sousa, de Garrett ⁽⁸⁾;
Seleccção da *Carta de Guia* ⁽⁹⁾;
Dois Arrais ⁽¹⁰⁾;
Seleccção de Heitor Pinto ⁽¹¹⁾;
Causas da decadência dos povos peninsulares ⁽¹²⁾;
Sonetos de Antero ⁽¹³⁾

não deixando de incluir autores brasileiros (*Contos* de Machado de Assis ⁽¹⁴⁾, a *Inocência* de Taunay ⁽¹⁵⁾, *Poesias* de Castro Alves ⁽¹⁶⁾, etc.)

Qu'en pensez-vous, mon cher?

Quanto ao Proença, o melhor seria obter agora uma soma maior de empréstimo, para se pagar em pouco tempo. Um abraço do seu mt.º amigo e admirador

A.S.

(Volte, se faz favor)

P. S. Depois de escrita esta, recebi em casa a sua carta. Muito obrigado por tudo. As notícias do Proença que aqui me esperavam são muito más; piorou muito. A solução agora é seguir o conselho do Pulido Valente ⁽¹⁷⁾ e fazê-lo transportar imediatamente para Portugal, onde ingressará no Conde Ferreira ⁽¹⁸⁾; mas não temos dinheiro para a viagem. O prático seria obter já um empréstimo que poderíamos ir pagando com as contribuições mensais futuras, pois que se consegue que o recebam no Conde Ferreira *gratis* ou só por 300 escudos mensais, e o irmão encarrega-se da família.

Vou pensar nos folhetos pedagógicos, e fazer copiar os *Retratos de mulheres*, que são os de Madame Récamier ⁽¹⁹⁾, Madame de Sévigné ⁽²⁰⁾ e Madame de Geof-

frin C²¹). Se aprovasse a idea da bibliotecazinha clássica no tipo da Hachette a um franco e cincoenta (de que remeto um espécime) poderão já pertencer a ela os *Re-tratos*.

Perfeitamente de acordo no que diz do *Parmenides* (2²) e alegro-me com a idea de que o vai dar na colecção dos *Filósofos e moralistas*. Seria inadmissível dar só extractos do Locke?

Quanto ao alemão, estou muito esquecido, porque o não leio há cêrea de dez anos: há dez anos ter-me-ia oferecido para traduzir. O Bradley C²³) iria, se não fosse o tamanho. Todo volume que seja maior que os que já fiz do Descartes e do Leibniz me aterroriza, com mêdo de não ter tempo de o acabar. Mas os ingleses exigem direitos de tradução muito grandes, não é verdade? Ainda ali tenho, encahada numa gaveta, uma boa parte da tradução que fiz do B. Russell.

Seu

A. S.

P.S. Se aprovasse a idea da bibliotecazinha de literatura, poderia dar-lhe em breve uma selecção dos sonetos do Bocage, dispostos por uma ordem psicológica — evolução psíquica — uma antologia de Maria de J^Qirceu e a parte das *Viagens na minha terra* relativa à *Joaninha*.

O A. da Silva (2⁴) não tem ambições universitárias, nem filológicas. Sonha com ir para um liceu de provincia e dedicar-se à crítica e história literárias.

(1) Luís de Camões (1525-4-1580). Poeta. As *Líricas* resultam da compilação de vários poemas (Rodrigues Lobo Soropita, 1595; Estevão Lopes, 1598; Domingos Fernandes, 1616; Faria e Sousa, 1685; Visconde de Juromenha, 1860-69; Teófilo Braga, 1873). G. Storck e Caro¹ * ina Michaëlis procuraram reconstituir o texto original; J. M. Rodrigues e A. L. Oliveira ordenaram internamente a obra, em 1932; em 1946, Hernâni Cidade fixou uma primeira edição correcta.

(2) Bocage (1765-1805). Poeta. Em 1791 saiu o primeiro tomo de *Rimas*; em 1799, o segundo; em 1804, o terceiro. Os *Sonetos* são uma colectânea que apareceu pela primeira vez em 1915, editada por Hernâni Cidade.

0 Título da obra de Tomás António Gonzaga (1744-1810).

(4*****) João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799-1854). Escritor e político liberal. A «Joaninha» citada por Sérgio refere-se a uma parte da obra de Garrett, *Viagens na Minha Terra* (1834), nomeadamente aos capítulos XXXI a XXXVI e XLI a XLIX.

(?) Obra de D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666) publicada em 1721.

(e) Fernão Lopes (1380-4-1458). Cronista.

(?) Fragmento da *Peregrinação* obra de Fernão Mendes Pinto (1510 ou 1514-1583).

(?) Obra de Garrett (1799-1854) editada em 1844.

(?) *Carta de Guia de Casados*, de D. Francisco Manuel de Melo. Obra editada em 1651.

C¹⁰) Sérgio refere-se a duas histórias de Herculano tiradas das *Arras por Foro de Espanha* insertas nas *Lendas e narrativas*.

António Sérgio

C¹¹) Frei Heitor Pinto, frade jerónimo falecido em 1584.

O³) Conferência de Antero de Quental feita no Casino em 22 de Maio de 1871.

C¹³) Primeira edição organizada por Oliveira Martins em 1886.

(¹⁴) Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908). Escritor brasileiro, co-fundador da Academia Brasileira de Letras. Sérgio deve referir-se aos *Cantos Fluminenses*, publicados em 1872.

C¹⁵) Alfredo d'Escagnoble, visconde de Taunay (1843-1899). Romancista brasileiro. *Inocência*, romance publicado em 1872, é a sua obra mais conhecida.

O⁶) António de Castro Alves (1847-1871). Escritor brasileiro romântico cognominado o poeta dos escravos. Livros mais importantes: *Espumas Flutuantes* (1870); *A Cachoeira de Paulo Afonso* (1876), *Vozes d'Africa* (1880) e *Navio Negreiro* (1880).

(^{*7}) Francisco Pulido Valente (1884-1963). Médico e professor universitário.

O⁸) Hospital Psiquiátrico.

O⁹) Jeanne-Françoise Bernard Récamier (1777-1849). Célebre pelo seu «salon» literário.

O⁹) Marie de Rabutin-Chantal, marquesa de Sévigné (1626-1696). Escritora francesa.

(i) M^{me} Marie Thérèse Geoffrin (1699-1777). Mulher célebre pelo seu espírito e pelos seus serões literários frequentados por filósofos.

(M> Refere-se ao diálogo de Platão.

(⁹) Francis Herbert Bradley (1846-1927). Filósofo idealista inglês. Principais obras: *The Presuppositions of Critical History* (1876), *Appearance and Reality* (1893), *Essays on Truth and Reality* (1914).

i²⁴) Agostinho da Silva.

51

Société Anonyme Française LES STUDIOS PARAMOUNT

au Capital de 10.000.000 de Frs.

R. C. Seine 243.708.B

Siège Social:
7, Rue des Réservoirs
Saint-Maurice

Robert T. Kane
Administrateur - Délégué

(Seine) Télégr. & Cables: *Studpara - Paris*

— Téléphone: *Gravelle 25-48 - 17-91*

Bureau à Paris, 1, Rue Meyerbeer

Saint-Maurice, 18-2-32

Querido Amigo

Mil agradecimentos pelo prazer que me deu a leitura do seu *Discurso C*. A Academia é que infelizmente não era digna de lhe ouvir a arenga, nem de o contar entre os seus membros.

Remeti-lhe há dois ou tres dias os *Retratos de mulheres*. Espero a sua opinião, não só quanto à edição deles mas também quanto à minha idea de uma *Biblioteca Clássica* (originais e traduções) para uso dos rapazes do liceu. O Agostinho da Silva diz-me que nos liceus de província não é possível fazer ler os autores exactamente porque não há edições ao alcance dos rapazes. Greio que umas brochuritas

de 64 a 74 páginas, iguais às do Hachette, cozidas a ponto de arame, não sairiam muito caras.

Quanto aos opúsculos pedagógicos (que poderiam ser iguais aos da *Biblioteca clássica*, só diferindo deles na cor da capa) talvez pudéssemos começar por uma exposição do plano Dalton ⁽²⁾, junta a: uma exposição do método Cousinet ⁽³⁾ escrita por êle próprio. As brochuras sobre o plano Dalton estou eu autorizado a traduzir pela *Dalton Association*; quanto ao Cousinet, era pedir-lhe licença: estou convencido de que a concederia *gratis*.

Aguardo as suas ordens.

Parece-lhe que se poderá arranjar algum dinheiro para a assistência?

Já há uma semana escrevi aos médicos de Lisboa (Pulido Valente, Francisco Gentil ⁽⁴⁾) sobre a ida do Proença para o Porco, mas ainda não tive resposta. Ele continua muito mal, a pontos de se temer o irreparável.

Que consequências terá o escândalo da Comissão Municipal de Lisboa? (*) Nem aquilo convencerá o exército de que êle não pode senão prejudicar-se chamando a si a política, e sobretudo a política *não fiscalizada*?

Como tem passado o meu afilhadito.

Um abraço do seu Amigo e admirador mt.º grato e dedicado

A. S.

0 Possivelmente, referencia a edição do *Discurso proferido na sessão inaugural do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.*

0 Organização escolar inspirada no pragmatismo de Dewey (1859-1952) e nos princípios metodológicos da pedagoga italiana Maria Montessori (1870-1952). A primeira experiência, animada por Helen Parkhurst, foi feita em Dalton (E.U.A.) em 1920.

(®) Roger Cousinet, pedagogo ligado ao movimento da «Escola Nova».

(4) Francisco Soares Branco Gentil (1878-1964). Professor de cirurgia na Faculdade de Medicina de Lisboa.

(5) Sérgio faz eco da crise no município lisboeta desencadeado pelo pedido de sindicância feito por Artur da Silva e Ribeiro Santos, aos seus actos como director e sub-director das oficinas municipais. Esse pedido resultou de divergências destes funcionários com o vereador do pelouro, Quirino de Jesus. A sindicância foi considerada desfavorável ao vereador. Toda esta questão levantou grande polémica, pois este acusou publicamente o presidente da Comissão Administrativa, o general Vicente de Freitas, de «corruptor e encobridor de ladrões». Na sequência do diferendo, este solicitou ao Ministro do Interior a exoneração da Comissão Administrativa, que então governava a Câmara Municipal de Lisboa, e o levantamento de um inquérito aos seus actos. Foi depois nomeada uma nova Comissão presidida pelo coronel Adriano da Costa Macedo. (Veja-se *O Primeiro de Janeiro*, n.º 35, LXIV ano, 12-11-1932, p. 3; n.º 36, 13-11-1932, p. 5; n.º 37, 14-11-1932, p. 3).

Querido Amigo

Muito obrigado pela sua carta, e pelos Leibniz. Gostaria de ter um exemplar da *última folha*, para juntar às outras folhas que cá tenho, e fazer um volume. Remeteram-se a alguém?

António Sérgio

Agradeço a minha inclusão na comissão espinoseana O. Claro que concordo com a inclusão de todos os outros nomes. O Romão ^(?) é professor de filosofia da Universidade de Lisboa, facto de que o meu Amigo não tem culpa alguma. *Que função tenho eu que exercer como membro do comité?* Nenhuma?

De acordo com o que diz sobre o meu artigo de *Reforma do legislativo* ⁽³⁾. Reunimo-nos em tempos aqui uma dezena de amigos, combinámos um plano de reforma, e cada um foi encarregado de tratar certos pontos. A mim incumbiram-me daqueles, e só daqueles. De aí o incompleto do artiguinho. Os outros, dos restantes companheiros, nem foram publicados, porque eles desistiram de fazer o folheto que planeáramos.

Estou em miserável situação financeira. Constou-me que a *Junta espanhola de Ampliação de Estudos* organiza um curso de férias. Poderia dar algum passo no sentido de me encarregarem de umas prelecções sobre Portugal nesse curso de férias?

Um abraço mt.º grato do seu

A. S.

P. S. De acordo com o círculo unico. Não poderia dar à *Seara* um artigo sobre o assunto?

^(?) Este congresso espinoseano realizou-se na Haia em 1932.

^(?) João António de Matos Romão. Professor catedrático da Faculdade de Letras, onde se doutorou em 1912.

^(?) Referência ao ensaio de Sérgio, *A reforma do legislativo*, escrito em 1929 e publicado em *Ensaíos*, t. III, Porto, Renascença Portuguesa, 1932.

53

7 de Julho [1932]

Querido Amigo:

Muito obrigado pela remessa da ordem de pagamento, que recambio devidamente assinada.

Que significa este novo ministério? C) Quais as suas intenções? Que poderá sair dele?

Peço-lhe que se não esqueça de me dar as suas ordens quanto às minhas funções de membro da comissão do centenário do Espinosa, se é que alguma função tenho a desempenhar.

Amigo muito grato e admirador

António Sérgio

^(?) Interrogações feita a propósito da subida de Oliveira Salazar a Primeiro Ministro. De facto, dando força jurídica ao poder real do ministro das Finanças, Carmona aceita o pedido de demissão de Domingos de Oliveira (24-VI-1932), convoca o Conselho Político Nacional (27-VI) de maioria salazarista e, a 29 de Junho, encarrega Salazar de formar governo. A 5 de Julho, o novo gabinete toma posse em Belém. Era composto pelos seguintes

Cartas do exílio de António Sérgio

ministros: Salazar (Presidência e Finanças), Albino dos Reis (Interior), Manuel Rodrigues (Justiça), Daniel de Sousa (Guerra), Mesquita Guimarães (Marinha), Duarte Pacheco (Obras Públicas e Comunicações), César Mendes (Estrangeiros), Armindo Monteiro (Colónias), Cordeiro Ramos (Instrução), Sebastião Garcia Ramires (Comércio e Indústria).

54

16, rue Louis-Blanc
Lev áллоis-P erret (Seine)
19-7-32

Querido Amigo.

Aqui vai inclusa a carta oficial, com os meus melhores agradecimentos.

A Imprensa poderia fornecer-me a lista das pessoas a quem remeteu a tradução? E mais uns três exemplares, e um exemplar da última folha, para acrescentar às outras folhas que cá tenho? Perdoe tanto pedido!

Falei outro dia como o director da Biblioteca da Sorbona. Manifestou-me vivo interesse em receber para a sua biblioteca um exemplar de todas as teses apresentadas à Universidade de Coimbra, e, se possível, das publicações da respectiva Imprensa. Prometi transmitir-lhe este pedido.

Não poderia agora em férias dar algumas palavras à *Seara* sobre a reforma política?

Creio que efectivamente o meu afilhadito não poderá seguir os estudos. Não sei qual poderá ser o futuro daquele rapaz.

Recebi já provas dos *Retratos de mulheres*, que vou recambiar. Não sei se tenciona incluir o volume na série *Filósofos e moralistas*, como obra de moralista, se em outra série.

Seu cunhado está em Vichy.

A Senhora Dona Dulce seguiu para Portugal.

Rogo me diga, quando puder, se estou obrigado a fazer qualquer cousa como membro da Comissão do Centenário do Espinosa.

Procuro trabalho por todos os lados. Até agora nada encontrei. Telegramas do Rio de Janeiro dão meu sogro como muito doente, sem esperança.

Um abraço muito grato do seu

A. S.

55

Domingo (16-10-32)

Querido Amigo

Recebi ontem carta do Cadarso O convidando-me a exercer um leitorado em Santiago de Compostela do meiado de Janeiro a meiado de Maio. Que posso tomar para assunto o tema que eu quiser. Parece-me que o de maior actualidade para os Espanhóis de hoje será

a nossa geração de 1870: Antero, Oliveira Martins (2), Eça (3), Junqueiro (4), Guilherme Braga (5), Gomes Leal (6)—os revolucionários, enfim. Ficar-lhe-ia muito grato se me fizesse remeter as obras do Antero, edição da Imprensa da Universidade — menos os *Sonetos* e as *Cartas inéditas a Oliveira Martins*, que tenho aqui. A importância poderia talvez ser-me debitada para ser deduzida no crédito que tenho da venda dos livros que traduzi — Renouvier, Descartes e Leibniz. Seria favor emprestar-me ao mesmo tempo os trabalhos do Carlos França (7), de que me falou.

Felizmente, vieram-me agora uns pequenos trabalhinhos da Paramount. Se não fora isso, não sei como haveria de me aguentar. Mas não calculo quando poderei ter vagar para escrever a meia dúzia de palavras sobre a Holanda do tempo do Espinosa (8). ¿Em que dia deverá chegar a Coimbra o discursozinho? (comprimento, um quarto de hora, não é verdade?)

Com a vida que tenho tido, não me foi possível adiantar nada, desde a sua partida, na noticiazinha sobre Portugal, em francês, de que lhe falei.

Aquele negócio do Jaime de que palrámos, encalhou. Ele achou novas razões para não andar, satisfazendo assim os desejos do amigo. Uma trapalhada.

E o meu afilhadinho? Dará melhor conta dos seus estudos neste ano lectivo?

Um grande abraço do seu

A.S.

0 Alexandre Rodrigues Cadarso (1887-1933). Anatomista, professor catedrático na Universidade de Santiago de Compostela, de que foi nomeado reitor em 1930. Em 1931, lançou o Instituto de Estudos Portugueses no qual leccionaram ou fizeram conferências, entre outros, escritores como Hernâni Cidade, Fidelino de Figueiredo, Joaquim de Carvalho, Morais Frias, Jaime Cortesão e António Sérgio.

0 Oliveira Martins (1845-1894). Jornalista, historiador, político e sociólogo. Um dos mestres de António Sérgio.

0 Eça de Queirós (1845-1900). Romancista e diplomata. Sérgio dedicou-lhe alguns penetrantes ensaios.

(4) Guerra Junqueiro (1850-1923). Poeta. Sérgio criticou-lhe a vacuidade do pensamento subjacente aos seus poemas.

0 Guilherme Braga (1845-1924). Poeta.

0 Gomes Leal (1848-1921). Poeta.

0 Carlos França (1877-1927). Médico parasitologista e zoologista. Dedicou-se a estudos da história das ciências, sobretudo do período renascentista.

0 Ao que sabemos, esta comunicação nunca chegou a efectivar-se.

Querido Amigo

Muito obrigado pela sua carta, pelos seus magníficos conselhos, pelos opúsculos do Carlos França e pelos livros do Antero. A minha vida tem andado bastante contrariada, crescendo, nestes últimos

tempos, a complicação de uma mudança de casa com todos os mil aborrecidos trabalhos correspondentes. Estou agora em 234, rue du Faubourg Saint-Honoré, Paris 8^e. Desde que saiu, quasi não pude meter mão no tal trabalhito em francês. Entreguei há uns doze dias ao editor os capítulos relativos à geografia, à historia, à literatura, à arte e às colonias; falta-me achar tempo para começar a redacção dos capítulos sobre a ciência e a economia 0). Sobre o Espinosa não poderei de-certo fazer nada.

Gostaria, com efeito de ter a *Alma Nova* (2); mas peço-lhe que ma faça remeter mais tarde, para Santiago. E as folhas já impressas do seu Heitor Pinto? (3)

Já revi as ultimas provas dos *Retratos de mulheres*. Acaso não levarão muito tempo a aparecer. Os *Estudos Críticos* do C. B. Chaves C) pareceram-me muito bem. Quando aparece o seu *Discurso do Método?* Se bem me lembro, disse-me que já estava impressa uma boa parte. E o discurso na Haya? Não pode dar um trecho à *Seara*?

Quanto ao meu afilhadito, vejo que não tem emenda. Nasceu com todos os vícios nacionais: pensamento aéreo, verborreia, incapacidade de organização, puerilidade no conceber... Uma desgraça!

Bom seria que na Biblioteca da Universidade de Santiago houvesse as obras do O. Martins e do Eça!

Um bom abraço do seu mt.º grato amigo e admirador

A. S.

P. S. 234, rue du Faubourg Saint-Honoré, Paris, 8^e

¿Teria o Nascimento (5) da tipografia, recebido a minha *Tréplica*, ao Malheiro Dias? (6)

O Se julgamos bem, trata-se de um estudo que foi publicado para a reunião da *Association des Anatomistes*, realizada em Abril de 1933, em Lisboa, por iniciativa de Celestino da Costa, e que saiu com o seguinte titulo *Le Portugal*, s.a., s.ed., s.d., impresso na Ocogravura, Ld.ª d'Oliveira Ld.ª, R. Nova do Almada, 53, 2.º, Lisboa, 156 p. Como se depreende pela carta, António Sérgio encarregou-se dos capítulos relativos à Geografia, à História, à Literatura, à Arte, às Colónias. Incumbia-lhe ainda redigir partes respeitantes à Ciência e à Economia.

09 Guilherme d'Azevedo, *A Alma Nova*, 1874.

C3) Joaquim de Carvalho, «Literatura religiosa do séc. XVI (Fr. Heitor Pinto, Fr. Amador Arrais e Fr. Tomé de Jesus)», *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, vol. 3, 1932.

(4) Castelo Branco Chaves, *Estudos Críticos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

(®) Trata-se de Adriano do Nascimento, secretário-revisor da Imprensa da Universidade.

(6) António Sérgio, *Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a questão de O De-sejado*, Lisboa, Seara Nova, 1925.

Hotel España. Rua Nueva
Santiago de Compostela
15-3-33

Querido Amigo

Muito e muito obrigado pelos exemplares dos *Retratos de mulheres*. Poderia dar ordem de remeterem um *Leibniz* ao Ezequiel de Campos O, Praça de Carlos Alberto, 71, Porto?

Como tem passado agora? Eu cá vou, sempre muito bem. E a sua revista filosófica? ⁽²⁾ E o *Espinosa*? E o *Descartes*?

Os socialistas não poderiam ajudar a fazer sair uma tradução das *Cooperativas de consumo* do Gide? (última edição?) ⁽³⁾ A edição antiga já foi traduzida em português, mas está esgotada.

Sabe se é muito difícil conseguir os *Falsos Apóstolos* e o *Bispo* do Guilherme Braga? ⁽⁴⁾

O Bustamante ⁽⁵⁾ a que o meu Amigo se referia nas suas cartas só há pouco chegou de uma viagem de estudo a Itália. Eu supus que aludia a um outro Bustamante, que é bibliotecario da Universidade. Os livros não estão ainda acabados de catalogar. Espero que o estejam para, com o seu Bustamante — professor de historia — os dispor na sala especial destinada à livraria do Instituto de Estudos Portugueses. Já lhe falei em lhe acusar oficialmente o recebimento da sua última remessa. Ele respondeu que sim, mas não me anunciou depois que já o houvesse feito. Mas tem andado com o espírito prêso por um conflito universitário que se estendeu por toda a Espanha. Os rapazes exigem uma depuração do professorado. Tem razão, mas achar a fórmula do *modus faciendi* é que não é simples.

O Bustamante pediu-me um artigo para um livro de homenagem ao Cadarso. Sei que o meu Amigo também tem de contribuir. Rabisquei uma coisita ⁽⁶⁾ em que volto à questão do *Ser e Não-ser*, no Antero de Quental e do que eu chamei (naquelas minhas antigas *Notas*, redigidas no primeiro ano da Escola Naval, e publicadas por um amigo em 1908) ⁽⁷⁾ e do que eu chamei «a passagem do vocabulário de Hegel para o de Schopenhauer» ⁽⁸⁾. Lá me refiro, com a devida homenagem à sua *Evolução espiritual de Antero*.

Um grande abraço do seu

A. S.

⁰ Ezequiel de Campos (1874-1965). Economista e político. Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Porto, chegou a professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Foi ainda deputado à Constituinte em 1911, e Ministro da Agricultura (Novembro de 1924 a Fevereiro de 25) no governo de José Domingos dos Santos, com o apoio da *Seara Nova*. Dedicou-se sobretudo ao estudo dos problemas agrícolas, à electrificação e à hidráulica. Aproximou-se do corporativismo, tendo sido membro da Câmara Corporativa de 1935 até morrer.

⁰ Este projecto só foi realizado por Joaquim de Carvalho em 1951, ano em que, dirigida por ele, saiu em Coimbra a *Revista Filosófica*, publicação quadrimestral de estudos filosóficos e histórico-científicos.

⁰ Charles Gide (1847-1932). Economista francês defensor do cooperativismo. Um dos mestres de Sérgio no campo das ideias económicas.

Cartas do exílio de António Sérgio

(4) Guilherme Braga (1845-1874). O poema *Falsos Apóstolos* saiu em 1871; *O Bispo* foi editado em 1874.

(5) C. Perez Bustamante, historiador, colaborador da *Revista de História*, X ano, 1921, e XVI ano, 1927.

(6) Ignoramos se esta colaboração se chegou a concretizar.

(7) António Sérgio, *Notas sobre os sonetos e as tendências gerais da filosofia de Antero de Quental*, Lisboa, Livraria Ferreira Editora, 1909. Este ensaio foi escrito entre 1903 e 1908.

(8) Arthur Schopenhauer (1788-1860). Filósofo pessimista alemão.

58

Hotel España. Rua Nueva
Santiago de Compostela
22-3-33

Querido Amigo

Seria possível obter eu por empréstimo — da Biblioteca da Universidade ou de outra origem — o *Traité de Venchaînement O*, etc. do Cournot, e o *Portugal e o Socialismo* do Oliveira Martins? (2) Tenho ainda em Lisboa uns folhetos que o meu Amigo me emprestou, e que restituirei mal regresso. Sou dos raros que restituem os livros tomados de empréstimo. Não tenha medo!

Quando aqui cheguei recebi uma oferta de livros e certas amabilidades do consul português em Vigo, Sr. Pestana de Vasconcelos (3). Supus que se tratasse de algum correligionário nosso ou meu leitor, e ofereci-lhe um folheto, com agradecimentos. Ontem tive que ir ao nosso consulado em Vigo tratar do negócio de uma procuração, e conheci pessoalmente o homem. Foi amabilíssimo, falou-me na sua pessoa, etc., mas mostrou-se um grande partidário da ditadura, sem deixar por isso de ter a maior consideração por certos adversários da Dita. Fiquei um pouco embaraçado, ante as relações cordiais que já tivera com o homem, em resposta às amabilidades dele. Que informações me dá do cavalheiro? Que me aconselha?

Saudações da minha mulher.

Seu mt.º grato e dedicado amigo e admirador

A. Sérgio

0) Antoine-Augustin Cournot (1801-1877). Matemático e filósofo francês. O *Traité de Venchaînement des idées fondamentales dans les sciences e dans l'histoire* foi publicado em 1861.

(2) Oliveira Martins, *Portugal e o Socialismo. Exame constitucional da sociedade portuguesa e sua organização pelo socialismo*, 1873.

3) Deve tratar-se de João António Pestana de Vasconcelos (1877-1955). Oficial do exército, esteve em comissão de serviço no Ministério dos Negócios Estrangeiros entre 1911 e 1922 e, depois, entre 1929 a 1944. Aderiu ao 28 de Maio e ao Salazarismo, tendo exercido vários cargos importantes entre os quais o de director do jornal *Portugal*, órgão situa-tuacionista.

Gran Hotel ESPAÑA
TODO CONFORT
RUA NUEVA, 40
Teléf. 1200

30 Março 1933

Querigo Amigo

Muito e muito obrigado pelo *Traité*, que será tratado com todo o mimo.

Os estudantes de aqui estão em *huelga*, e de-certo já não voltam às aulas antes das férias. Lembrei-me por isso de ir a Portugal passar o tempo até o fim das ditas férias. Não posso ir para Lisboa porque aluguei a minha casa até Maio. Haverá em Coimbra ou arredores um hotelito ou pousada baratinha? Por que preço? O meu Amigo, provavelmente, ignora, mas talvez algum dos rapazes — Silvio de Lima, etc _____ pudesse informar-se, e informar-me

Ex corde

A. S.

Quinta do Mosteiro. Leça do Bailio.
Senhora da Hora C)

14-4-33, digo 13

Querido Amigo

Afinal, tenho de desistir de ir a Coimbra. Aqui tenho passado umas férias excelentes em casa do Ezequiel de Campos.

Estou com muita curiosidade de ler o seu artigo sobre Antero e Hartman (2), ou sobre a influência do Feijoo (3) em Portugal, tema também muito atraente, e que creio inteiramente novo. Eu, pelo menos, nunca li nada sobre o assunto.

Ao acabar o curso de Santiago, de aqui a um mês, vou defrontar o difícil problema de encontrar um emprêgo em Lisboa. Não sei ainda em que rumo hei de lançar as minhas buscas.

Falou-me em tempo no regime adoptado pelo Mexico com o Vaticano, e prometeu-me dar-me sobre o assunto um artigo para a *Seara*. Conviria. Dominam ideas de um simplismo brutal.

Em Maio, ao regressar a Lisboa, gostaria de dar à revista um carácter mais interessante, mais actual, mais europeu. Posso contar com a sua colaboração?

Seria possível dar ordem de que remetessem para aqui (para dar ao Ezequiel) um exemplar do *Leibniz*? E o *Discurso do Método*?

Cartas do exílio de António Sérgio

Tenho em Lisboa aquela metade da tradução do Russell, que mandou interromper.

Muito dedicado e grato amigo e admirador

A. S.

0 Trata-se da primeira carta escrita de Portugal, depois de 1927. Sérgio, beneficiando de recente amnistia, preparava-se para regressar a Lisboa.

0 Joaquim de Carvalho, «Antero de Quental e a filosofia de Eduardo Hartmann», *In Memoriam de Delfim dos Santos*, 1934.

0 Não conhecemos nenhum estudo de Joaquim de Carvalho especificamente dedicado ao Padre Feijoo (1676-1764).

61

TR. DO MOINHO DO VENTO, 4

LISBOA

2-6-33

Querido Amigo

Eis-me instalado em Lisboa há uma dúzia de dias. Rogo-lhe que, se aqui vier, não deixe de me avisar.

Trouxe comigo o exemplar da *Lirica* de Camões que ofereceu ao Instituto de Estudos Portugueses da Universidade de Santiago; seria favor remeter outro ao Bustamante, por *minha conta* (fazendo-me debitar da importância respectiva) afim de substituir o que eu trouxe. Leu o meu artiguito sobre o assunto na última *Seara*? O Pa-receu-lhe razoável?

Estivemos outro dia na casa da sua cunhada. Estava de bom aspecto, mas queixava-se de não sei que padecimentos que um Esculápio alvitrou fosse uma úlcera no estomago, mas que outro declarou não poder ser tal cousa.

Um grande abraço do mt.º amigo e admirador

A. Sérgio

0 António Sérgio, «Questão prévia de um ignorante aos prefaciadores da lírica de Camões», *Seara Nova*, n.º 343, 18-V-1933, pp. 99-115.

62

Lisboa, 18-7-33

Querido Amigo

Felicito-o pelo seu excelente artigo *Democracia e Liberalismo*, no *Diário Liberal* de ha dois dias 0). Aquelas palavras lúcidas estavam sendo bem necessárias, porque os nossos jovens amigos da *Ren-*

António Sérgio

vagão Democrática (2) resolveram fazer-se notar pela audácia na asneira, infelizmente.

Suponho que irá passar as férias à Figueira da Foz: resolvi por isso entregar ao Reis Machado (3), que para lá parte brevemente, os livros que fez o obséquio de me emprestar.

Que tenciona fazer êste verão?

A mim suspendeu-me a censura um livro que estava já composto, e há dias a policia politica teve-me preso incomunicável durante cinco horas. Situação financeira péssima, que vou procurando remediar com pequenos trabalhitos.

Seu mt.º grato

António Sérgio

0) Sérgio refere-se ao artigo «Liberalismo e Democracia ou Glosa de um juízo de Herculano», *Diário Liberal*, n.º 247, II ano, 16-VII-1933, p. 1. O *Diário Liberal*, era um órgão republicano de cuja redacção faziam parte Carlos Lopes de Alpoim, Hernâni Cidade, Azevedo Gomes e o próprio Joaquim de Carvalho.

0 Agrupamento político-cultural que lançou em 1933 o manifesto *A organização da Democracia* e o opúsculo *Princípios Democratistas*. Dele faziam parte, entre outros, Lobo Vilela, Domingos Monteiro, Delfim dos Santos, Álvaro Ribeiro, Adolfo Casais Monteiro, Freitas e Silva, José Marinho, Joaquim Magalhães, Eduardo Salgueiro, A. Sarmento, Manuel Anselmo, Mário de Castro. Publicava os *Cadernos de Literatura Democrática* de que saíram vários números.

0 Augusto Reis Machado. Nasceu em 1887. Bacharel pela Universidade de Lisboa, foi professor da Escola Normal Superior a partir de 1918. Em 1934 foi nomeado metodólogo de História e Filosofia no Liceu Normal de Lisboa.

63

TR. DO MOINHO DO VENTO, 4
LISBOA

22-7-33

Querido Amigo

A Aliança Republicana O vai organizar as suas comissões distritais. Entendemos que não deveríamos escolher o nosso representante (da *Seara*) na Comissão de Coimbra sem primeiro o consultar. Rogo-lhe que nos diga com absoluta franqueza se por qualquer motivo (que não é necessário explicar-nos) lhe desconviria representar-nos nesse organismo. Caso assim sucedesse, seria favor convidar em nosso nome o Silvio de Lima; não podendo o Silvio de Lima, o Nemésio; não podendo o Nemésio, o Lopes Graça (2).

Não sei se tem alguma cousa a dizer na questão *Infante D. Henrique*, que a imprensa de Lisboa agora agita (3), sobretudo no que respeita à tese da ignorância cosmográfica do homem, que o Duarte Leite (4) sustenta: se sim, teríamos muito gôsto de a publicar na *Seara*

Cartas do exílio de António Sérgio

(a não ser que se reserve para o *Liberal*). E não terá qualquer outro artigo para nós?

Seu

A. S.

P. S. Pareceu-lhe bem o meu artiguinho sobre a lírica de Camões?

0 Numa reunião efectuada a 5 de Julho de 1931 no *Centro Republicano Magalhães Lima*, foi apresentado oficialmente o Directorio da Associação Republicana Socialista. Nas comissões da A.R.S. estavam representantes dos partidos Democrático, Socialista, Esquerda Democrática, União Liberal, Radicais, e independentes. Compunham o Directorio Adriano António Crispiniano da Fonseca, Amílcar Ramado Curto, António de Almeida Arez, Carlos Belo de Morais, José Francisco de Azevedo e Silva, José Mendes Cabeçadas Júnior, J. M. R. Norton de Matos, Mário de Azevedo Gomes, Mário de Castro, Maurício Costa, Tito Augusto de Morais. Em Coimbra, Joaquim de Carvalho estava ligado à Associação. Esta tinha em funcionamento comissões em numerosas localidades. O seu manifesto era de inspiração demo-liberal e descentralizador (veja *República*, 3-7-1931). O fracasso das intencionas contra a ditadura levadas a cabo em 1931 deve explicar a rápida extinção do activismo da A.R.S.. A carta de Sérgio, datada de dois anos depois, só pode significar, assim, uma tentativa de a fazer reviver, não deixando de ser importante o facto de ter perdido a caracterização socialista.

(2) Fernando Lopes Graça. Nasceu em 1906. Compositor e musicólogo.

0 Eco dos artigos que Duarte Leite publicou no *Diário Liberal* (Julho e Agosto de 1933) subordinadas ao título *A cultura científica do Infante*. Pensamos que Joaquim de Carvalho não chegou a satisfazer o pedido de António Sérgio.

(4) Duarte Leite Pereira da Silva (1864-1950). Professor, embaixador e historiador.

64

TR. DO MOINHO DO VENTO, 4
LISBOA

Domingo 30 [7-1933]

Querido Amigo

O Reis Machado leva-lhe o Cournot e a biografia do Espinosa. Irá morar para o Largo do Pinhal n.º 5, telefone n.º 3. Pedê-lhe que lhe escreva ou telefone a dizer *precisamente* onde o meu Amigo vai morar nos Palheiros, de maneira que possa dar com a sua pessoa sem glande dificuldade. Ainda me ficam duas ou tres cousas suas, que não posso restituir neste momento por se acharem encaixotadas em caixas que trouxe de Paris.

Na secretaria da *Aliança* nada consta sobre a Comissão municipal e distrital de Coimbra. Rogo que escrevam ao secretario (Simões Raposo O, o mais velho) a comunicar-lhe os nomes dos membros da Comissão, e, se possível, os das comissões concelhias.

Agradeço as diligências a meu favor para o próximo ano em Coimbra. Não posso ir morar para lá; mas assim como o Nemesio vem a Lisboa dar a sua aula, poderia eu ir todas as semanas até o Mondego. Não sei para que especie de curso me destinam. Preferiria ser agregado à sua pessoa, para uma espécie de aula prática e comen-

António Sérgio

tada de uma obra (a sua tradução do *Discurso do Método*, por exemplo, se já estiver impressa nessa época). Seu mt.º grato, dedicado e admirador

A. S.

O Luís Robertes Simões Raposo (1898-1934). Formou-se em Medicina, na Universidade de Lisboa, em 1923. Seguiu a cadeira docente e de investigação integrando inicialmente a equipa do prof. Celestino da Costa. Interessou-se igualmente pelos problemas pedagógicos. Quando em Dezembro de 1923 António Sérgio foi ministro da Instrução, escolheu Simões Raposo para seu chefe de gabinete. Em 1929, quando foi criada a *Junta de Educação Nacional* pelo ministro Cordeiro Ramos, foi nomeado seu 1.º secretário.

65

ALIANÇA REPUBLICANA

SECRETARÍA DO DIRECTORIO

Séde provisoria.
(CENTRO 10 DE JANEIRO)
Rua do Mundo, 17, 2.º
Telef. 2 5440
LISBOA

14-8-33

Meu querido Amigo

Rogo-lhe o obséquio de mandar comunicar para aqui, o mais breve possível, a composição da Comissão Municipal da Aliança em Coimbra, pois que se ignora nesta sede tudo quanto diz respeito a tal assunto.

Amigo mt.º atento e ad.ºr

António Sérgio

66

TR. DO MOINHO DO VENTO, 4
LISBOA

Domingo [11-9-33]

Pedi-lhe há dias a bibliografia portuguesa *do século XIX* sobre o Padre Feijoo. Era para transmitir (declarando, claro está, donde ela provinha) ao Dr. G. Marañón C), Serrano 43, Madrid. Ele precisa da cousa acé 15 deste mês. ;Quererá fazer-me o obséquio de lha remeter directamente, declarando que o fez a meu pedido?

Mil agradecimentos antecipados

Seu

A. Sérgio

P. S. Tive grande prazer em verificar que o meu amigo não assinou a mensagem dos catedráticos (2). Porque o fizeram homens como o Geraldino Brites? (3)

C¹) Gregorio Marañon (1887-1960). Catedrático da Faculdade de Medicina de Madrid. Marañon recolhia elementos para os estudos «Revisión de la historia del hombre-pezu», *Revista Occidente*, n.º 125, 1933, pp. 162-83; *Vocación, preparación y ambiente teológico e medico del P. Feijoo. Discurso de ingreso en la Real Academia Española*, Madrid, 1934; e *Las ideas biológicas del P. Feijoo*, Madrid, 1934.

(2) Trata-se de uma mensagem sobre a situação pedagógica e financeira do professorado superior feita por muitos catedráticos da Universidade de Coimbra.

O Geraldino Brites. Nasceu em 1882. Formou-se em Medicina no Porto, em 1907. Colocado em Lisboa, transitou para Coimbra em cuja Universidade leccionou a cadeira de Histologia, tendo chegado a professor catedrático. Como chefe dos serviços de Tanatologia, foi um dos peritos encarregados de autopsiar o cadáver de Sidónio Pais.

67

Querido Amigo

Muito obrigado pela sua carta. O que o Marañon quer é uma simples bibliografia, a mera lista dos títulos das obras ou artigos que se publicaram em Portugal sobre o Feijoo no século XIX. Pode valer-me neste caso?

Cá tenho lido com o máximo interesse os seus artigos O, lúcidos e oportunos, e espero a continuação. Quanto à representação dos lentes claro que, *se todos fossem o que deviam*, precisariam de mais dinheiro e menos horas de trabalho; porém, ha aquela questão prévia de êles merecerem a cátedra, de serem verdadeiros mestres, e de terem, portanto, o direito de reclamar. *Nessa questão prévia a Seara Nova* terá de pôr-se ao lado do Rocha-Martins (2), se bem que discordo da sua maneira de discutir o problema da pecúnia. A sua intervenção no debate é delicadíssima. Conviria que não desse a menor impressão de defender os cavalheiros. A *Seara* vai de-certo indignar altamente os seus colegas. Paciência (3). A Universidade de Coimbra tem, como sabe, a antipatia de toda a parte democrática e progressiva do paiz. O artigo do Hernani Cidade (4) pareceu-me impolítico.

Um abraço e agradecimentos do seu mt.º admirador e amigo

P. S. Dizem-me que o redactor da mensagem foi o Cabral de Moneada (5). É verdade?

13-9-33

O Sérgio refere-se aos artigos escritos por Joaquim de Carvalho com o título «Com a razão nas mãos e ao lado, um cálice de bom senso. Aos Srs. Domingos Monteiro, Manuel Anselmo e Mário de Castro», *Diário Liberal*, n.ºs 292, II ano, 30-VIII-1933, p. 1; 295, 2-IX-1933, p. 1; 300, 7-IX-1933, p. 1.

O Francisco José Rocha Martins (1879-1952). Jornalista e historiador.

António Sérgio

(3) Embora não assinada, mas sem dúvida da autoria de António Sérgio, a *Seara* publicou a nótula «Esclarecimento a um tradicionalista sobre a corporação sebenteira de Coimbra» em que se criticava o tom corporativista da petição. Veja-se *Seara Nova*, n.º 359, XII ano, 12-X-1933, pp. 356, 369.

(4) Sérgio critica o artigo de Cidade, «A representação do professorado de Coimbra», *Diário Liberal*, n.º 302, II ano, 9-IX-1933, p. 1.

(5) Luís Cabral de Moneada (1888-1974). Professor catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra. Escreveu numerosos trabalhos sobre Direito, História do Direito, Política e Filosofia. As suas ideias sóciopolíticas foram contestadas por Sérgio em polémica que ficou célebre.

68

EMPRESA DE PUBLICIDADE

S E A R A N O V A

Depositário: Rua Nova do Almada, 89

Oficinas: Ca'çada do Tejolo, 37 - A

LISBOA Telefone: 2 8451

[8-10-33]

Querido Amigo

**Mil agradecimentos. Mas peço que não pense mais no assunto,
pois me é impossível ir morar para Coimbra.**

E gratíssimo pela ideia e boa vontade

Muito seu

A. Sérgio

BREVE NOTA SOBRE DUAS CARTAS DE NORTON DE MATOS

A acção de António Sérgio para derrubar o regime de Salazar tem um traço característico: a teimosia conspirativa. Insiste sempre em encontrar um chefe militar e oficiais capazes de um golpe de Estado. O regime devia ser destruído pelos seus principais sustentáculos. Para tanto não parece que se deixasse impressionar pelo passado daqueles com quem conspirava. O que era preciso era encontrar quem se dispusesse a levar de vencida o governo e abrir o caminho à Liberdade f¹) - Desde o exílio, ou mesmo talvez antes, à frustrada revolta de 11 de Março de 1959, chefiada pelo major Pastor Fernandes, António Sérgio persiste, apostando em General, em Almirante, em Tropa. De entre o grupo castrense que impusera a ditadura devia partir o gesto libertador (2). A procura de um chefe orienta-se até, muito especialmente, para o campo do inimigo onde poderia encontrar-se o «arrependido» capaz de arrastar camaradas (3).

Se esta linha revela o aristocrata que autenticamente sempre foi, na prática creio que isso se traduz na pouca e distante *

* Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

(1) Na falta de uma história das oposições temos de contar com depoimentos e testemunhos dispersos, especialmente de Raul Rêgo, Fernando Piteira Santos e Manuel Sertório. A mais completa das obras sobre este período é a de Mário Soares, *Portugal amordaçado, depoimento sobre os anos de fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974.

(2) «É curioso que por detrás de quase todos os dissidentes da situação, vindos às fileiras oposicionistas, se pode sempre descortinar o lento trabalho de captação de António Sérgio. Na verdade, Sérgio não foi só um intelectual de primeiríssimo plano e um lutador cívico sempre presente — foi também um conspirador de todos os dias....»: Mário Soares, *ob. cit.*, p. 201.

(3) *Ibidem*, p. 220.

colaboração com partidos ou associações partidárias. Vem isto de uma desconfiança nas organizações que tinham já levado à perda da Monarquia constitucional e da República? Alguma coisa. Talvez conjugado com uma apetência pela eficácia da acção governativa sem peias, num País de cidadania pouco esclarecida. O homem real encontrava-se ainda longe do homem ideal do seu apostolado cívico. Não fora iluminado pela Razão estruturante o que só aconteceria pela educação cívica e pela criação de um escol dirigente que destruísse o Reino da Estupidéz. Mas não haveria libertação fora da Liberdade, e havia que encontrar quem desse o passo primeiro e indispensável liquidando a ditadura. Assim se afasta mesmo dos que ideologicamente lhe estariam mais próximos, como os componentes da União Socialista (1944), como o vamos ver apagadamente junto do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (1943) e do Movimento de Unidade Democrata (1945).

É o que se ouve e lê da acção política — não cuido aqui da cívica — de António Sérgio.

No entanto António Sérgio também participou activamente num projecto para erguer um partido político. Naturalmente socialista ou socializante. Tratou-se de uma Frente Socialista, preparatória de um novo Partido Socialista. Por discordâncias com a União Socialista? Decerto. Foi uma tentativa de reagrupar os elementos que ainda restavam do velho Partido Socialista Português, amalgamado com pequenos grupos que se tinham formado e enquistado e com gente nova que não pertencera a nenhum dos partidos mas que se queria nesse campo ideológico.

A Frente Socialista constituiu-se em 12 de Maio de 1946 «algures em Lisboa» (lê-se no impresso de apresentação), nela ingressando o Partido Socialista Português, o Partido Trabalhista Português e socialistas não filiados em agrupamento algum. Na base as «conclusões» aprovadas numa reunião efectuada em 27 de Janeiro de 1946 no Centro Escolar Republicano Almirante Reis.

Esta frente comum «existirá como tal até à queda da ditadura, momento em que todos os socialistas representados entrarão no Partido Socialista, mediante prévia decisão dos seus Congressos» (4). O Plano nacional de acção fora apresentado por Ramada Curto e aprovado por aclamação. Ramada Curto era ainda presidente da Junta Central do Partido Socia-

(4) A documentação, creio que inédita, que permitiu esta nota, pertenceu ao Dr. Teófilo Carvalho dos Santos que generosamente me ofereceu várias pastas do seu arquivo pessoal. As cartas publicadas agora são autógrafas.

lista Português, eleita pelo último congresso, realizado em Coimbra, em 1933.

Depois de uma saudação aos trabalhadores portugueses — camponeses e operários, da indústria e do comércio — bem como trabalhadores intelectuais, o plano propõe o restabelecimento das liberdades fundamentais — pensamento, consciência, expressão, habeas corpus, associação e reunião, formação e reorganização de partidos políticos e de «controle permanente dos actos governamentais pelos eleitos da Nação e crítica livre dos mesmos actos nos termos da mensagem de Churchill ao povo italiano». Propõe-se a entrada de Portugal na ONU. Aos sindicatos operários se dirige, declarando a sua solidariedade, «mas não enjeita a cooperação de todos os intelectuais que queiram servir os seus princípios, ainda que provenham doutras classes —, desde que reconheçam o primado dos interesses proletários». Quer-se participar na «acção Trade-Unionista mundial» e especificamente na «União Internacional dos Sindicatos Operários (Trade-Unions), como a Secção Portuguesa da Internacional Operária (S. P. I. O.)», reclamando a abolição da tutela estatal. Em matéria religiosa condena-se o espírito de intolerância e defende-se a liberdade de todos os cultos, condenando-se que, em nome de doutrinas religiosas, «haja quem se proponha contrariar as legítimas aspirações e interesses dos trabalhadores». Na parte dedicada à Economia, respeitando-se embora o interesse individual, declara-se que este será sacrificado aos interesses colectivos em caso de conflito. A planificação económica estará de acordo com as realidades: o económico limita o social; as medidas sociais «não se devem realizar, — apenas condicionadas pela lógica, e, justiça das doutrinas, mas de acordo com as realidades e ser rentáveis para a colectividades. Põe então a tónica nos grandes aproveitamentos hidro-eléctricos e na urgência de «efectivar a reforma agrária essencial, base da planificação económica nacional». A banca emissora devia ser nacionalizada, vindo a constituir com a Caixa Geral dos Depósitos o Banco do Estado Português. O sistema bancário seria reformado e condicionado pelos interesses do Estado e não pelos dos directores e accionistas.

Nacionalizadas seriam também as explorações hidro-eléctricas, transportes ferroviários e marítimos, os Seguros, os Tabacos e os Fósforos. Explica-se que às nacionalizações «prezide o princípio de aproveitar todos os técnicos que nelas exercem as suas funções, — de ouvir a opinião dos operários que nelas trabalham — pela criação de legações permanentes dos mesmos junto das suas administrações, (cujas linhas gerais e de interesse colectivo o Estado se limitará a determinar) — tornando assim inteiramente impossível o comunismo buro-

crático e parasitário, — grande mal de todos os regimes capitalistas». Em Educação seria elaborado um plano para durante 5 anos acabar com o analfabetismo. A orientação profissional merece destaque como meio de «se fornecer ao País uma elite intelectual, — única admissível, — para exercer as funções directivas, ao serviço do interesse nacional». Preconiza-se «a integral reforma dos métodos de recrutamento do professorado das Escolas Superiores, e Universidades». Devem criar-se imediatamente seguros sociais. A Justiça deverá ser mais barata. Abolir-se-á a sucessão abintestato excepto para filhos, ascendentes directos e cônjuges. Os territórios ultramarinos formarão com Portugal um todo único «sem distinção de elementos raciais» e considera-se dever nacional elevar o nível de higiene, cultura e educação dos portugueses nascidos nesses territórios. Em matéria orçamental recomenda-se a «redução substancial e impiedosa das despesas improdutivas», dizendo-se que absorvem em Portugal metade dos réditos públicos.

Era este, em resumo, o programa que a Frente devia propor «no caso de em Portugal vir a ser possível a pública e livre discussão desses problemas».

Ramada Curto — e certos tópicos não deixam de ter um arzinho da linguagem de Oliveira Martins tal como Sérgio a empregava — viu este plano aprovado por aclamação. A partir dele se estabeleceram contactos para a formação de uma comissão executiva e de comissões de estudo por especialidades. António Sérgio, Viveiros Pinto, Ramada Curto, Carlos Sardinha e Castanheira Lobo — estes pelo menos — fazem convites a potenciais membros da Frente. Em Janeiro de 1947 já vários grupos tinham aderido. Gente nova, desvinculada, tinha entrado e tinha saído. Não era fácil nem cómodo estruturar um grupo partidário estando vivo o ideal de unidade do M. U. D.. Alguns dos solicitados consideravam inoportuna a empresa.

António Sérgio e os seus companheiros devem ter então procurado um bom trunfo: conjugar a organização partidária com uma liderança militar. E para isso escolhem, nada menos, que o prestigiado general Norton de Matos. O general, que não era nem fora nunca socialista ⁽⁵⁾, empenhado como estivera no unitário MUNAF e viria a estar na sua campanha para a presidência da República, recusa entrar na Frente. Coerentemente. Em duas cartas muito serenas mostra bem como o seu empenhamento estava num bloco forte «de oposição contra o fas-

⁽⁵⁾ Norton de Matos, *Memórias e trabalhos da minha vida*, Lisboa, Editora Marítimo Colonial, Ld.^a, vol. I, 1944, p. 72; *Idem, Os dois primeiros meses da minha candidatura à presidência da República*, Lisboa, ed. Autor, 2.^a ed., 1949, pp. 30-31.

cismo». Esta escolha de Norton de Matos vem revelar que quando Sérgio, mais tarde, vai preferir a candidatura do general Costa Ferreira à de Norton de Matos, ou avançar com a do almirante Quintão Meireles, ou bater-se por Humberto Delgado em detrimento de Jaime Cortesão está a seguir, *tão-só*, uma linha de coerência (6). Exclusivamente política, não pessoal nem ideológica.

A Frente Socialista «tem por objectivo transformar-se, em ocasião oportuna, num partido socialista único, propõe-se trabalhar pelo progresso económico e social do País, pela defesa dos interesses das classes trabalhadoras, pelas liberdades populares e pela gradual instauração de um regime de planificação económica, onde a produção seja realizada com o objectivo primacial da satisfação das necessidades de todos, devendo tal regime ser promovido e fiscalizado pelos representantes de toda a população, em igualdade de direitos políticos». A definição é indiscutivelmente de Sérgio (7). A Frente vai morrer. Como tantas outras da frustração oposicionista. E com ela, creio, a única intervenção deste tipo de Sérgio. Fique a breve nota. Para que conste.

CARTAS

Lisboa, Travessa da Bela Vista, á Lapa, 5-2.º
22 de Dezembro de 1946

Ex.^{mo} Sr. Doutor Antonio Sergio
Lisboa

Meu muito Prezado Amigo:

Tenho presentes palavras da «Frente Socialista», assinadas por V.^a Ex.^a e pelos Srs. Dr. Ramada Curto, Carlos Sardinha e Castanheira Lobo, que muito estimei ler e que agradeço muito penhorado.

Creio que a «Frente Socialista» deve empregar todos os esforços, compatíveis com a intransigência que é indispensável manter em relação aos actuais governantes e ao regime em vigor, para se constituir em partido político e poder abertamente fazer propaganda e apresentar estudos, trabalhos e projectos, tendentes a conseguir a modificação completa, em breves anos, da triste vida da população de Portugal e o estabelecimento de justiça social que entre nós não existe.

Sem desejar ingressar em qualquer partido, sendo meu dever conservar-me onde sempre estive, como Liberal e Democrata, pois a minha idade me aconselha a deixar aos novos as novas tarefas na-

(6) Como se sabe António Sérgio colaborou na campanha de Norton de Matos com extraordinárias páginas de polémica política.

(7) Autógrafo.

António Sérgio

donâis, sou de opinião que para levar a cabo aquela profunda modificação são necessários partidos diversos, muito diversos, dos que existiram.

Ao «Partido Socialista unico» que muito desejaría ver em actualção, darei a minha inteira solidariedade, com a certeza de que ele será altamente benefico para o estabelecimento da vida sã, sem miséria e sem medo, que todos desejamos.

Acceitem V.^{3*} Ex.^{as} os protestos da minha mais elevada consideração,

a) Norton de Mattos

Lisboa, 16 de Fevereiro de 1947

Ex.^{mo} Sr. Doutor Antonio Sergio:

Meu muito Prezado Amigo:

Que dizer-lhe mais sobre o que lhe tenho dito e escrito sobre a Frente Socialista?

O meu desejo seria que os Socialistas portuguezes soubessem e pensassem nesta altura da vida politica do paiz unir-se num movimento unico que, pondo de parte quaisquer divergencias, constituissem um forte bloco de opposição contra o fascismo.

Teria esse factio palpaveis vantagens presentes e futuras.

Mas não sendo isso possivel, e sendo o caso que o Antonio Sergio, o Ramada Curto e tantos outros democratas, a quem muito considero, conseguirem realizar, em breve parte, essa aspiração com a organização da Frente Socialista, mais uma vez venho dar a essa Frente oposicionista o meu encorajamento no seu proposito de derrubar o Fascismo e de bem resistir entretanto com todos os meios ao seu alcance.

Escusado será dizer-lhe, meu bom Amigo, que os esforços da Frente Socialista terão de contar inteiramente com os dos outros movimentos de opposição ao fascismo.

Se as oposições ao fascismo (e desgraça é que eu tenha de dizer isto por ver que não ha uma opposição unica, como tanto será para desejar) não trabalharem harmónicamente e se cada uma delas passar a puxar para o seu lado, nada se conseguirá.

Creio que os fascistas nos ensinaram cousas que são de aproveitar temporariamente:—para se manterem criaram o partido unico; para os derrubarmos teremos de constituir a Frente Unica de Oposição.

Mando-lhe as minhas amigas saudações e os meus desejos da melhor sorte

a) Norton de Mattos

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA DE ANTÓNIO SÉRGIO

Bibliografia de António Sérgio, eis o título com que uma primeira versão deste trabalho foi publicada no n.º 319-320 da revista *Vértice*, em 1971 e, de seguida, já melhorada, em separata do mesmo ano.

A ideia da presente reedição desse material resultou do convite que nos dirigiu o dr. Fernando Catroga, ao entender que constituiria obra de préstimo para figurar no número da *Revista da História das Ideias*, da Faculdade de Letras de Coimbra, comemorativo do centenário do nascimento do autor dos *Ensaíes*.

Desde logo nos ocorreu não só actualizar, rever e refundir a versão da *Vértice*, que contava já uma década, mas de a completar com elementos respeitantes à bibliografia passiva do ensaísta, ou seja, essencialmente, os estudos publicados sobre a sua obra, matéria esta que poderá vir a constituir, também, útil instrumento de investigação e de consulta.

Quanto à bibliografia activa, o que agora aqui surge de novo, além de alguns volumes das obras completas publicados pela Sá da Costa, de uns tantos textos de carácter político e de muita colaboração em jornais diários, é, eminentemente, a correspondência do escritor, capítulo imenso, com foros de infundável. Repare-se que numa missiva a João de Barros, recentemente publicada (x), Sérgio confessa que naquela tarde já havia escrito 16 cartas!

Desta imensa actividade epistolar, que vai surgindo dia a dia em livros e publicações periódicas, ressaltam dois as-

* Ensaísta

(¹) *Cartas Políticas a João ãe Barros*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1982, p. 298.

pectos essenciais da vida de António Sérgio: a sempre vivíssima e indefectível actividade do resistente político ao fascismo salazarista, a cuja queda não chegou a assistir, e o irrequieto labor intelectual deste fulgurante *maître à penser* no convívio com os melhores espíritos do seu tempo e na faina de expor, clarificar e esclarecer o seu ideário de reformador social.

Não foi possível, ainda desta vez, proceder à prospecção total da colaboração de Sérgio em jornais como o *Diário Liberal*, *Diário da Noite*, *República*, *Diário de Lisboa*, *Diário Popular* e *Primeiro de Janeiro*, para só mencionar os principais. Recolhemos, no entanto, um acervo importante da sua colaboração em alguns desses periódicos, em áreas fundamentais do seu pensamento cooperativista e político (períodos eleitorais do salazarismo).

Como novidade, que supomos desconhecida para grande parte dos sergianistas: conseguimos referenciar a publicação *Le Portugal*, desenvolvido bosquejo de 156 páginas publicado em 1933 para uma reunião internacional da *Association des Anatomistes*, realizada nesse ano em Lisboa. Sérgio enviara em Novembro de 1932, do seu exílio de Paris, ao prof. Celestino da Costa, cinco capítulos de um trabalho constituído por «geografia, história, literatura, artes, colónias». Possuía o prof. Jaime Celestino da Costa, seu filho, um exemplar da publicação a que tal trabalho se destinava, confirmando a sua origem. É uma obra abundantemente ilustrada, tendo na capa uma excelente vista do palácio velho de Sintra, mas sem qualquer referência de autor, editor e data. Ajudou ainda a esclarecer este caso o prof. Xavier Morato, que fora assistente do prof. Celestino da Costa, ao relatar-nos as circunstâncias que envolveram a publicação. Doía a Celestino da Costa, de há muito, o desconhecimento com que na Europa se referia Portugal, nos congressos internacionais que frequentava. Isto levou-o a aproveitar a oportunidade de uma reunião internacional de anatomistas em Lisboa, para lançar, em língua francesa, esse amplo bosquejo sobre o seu país. Quem melhor do que o seu amigo Sérgio, então exilado em Paris, e já autor em 1923 e 1929 de dois trabalhos do género, o *Bosquejo da História de Portugal* e a *História de Portugal* (ed. Labor), para elaborar o corpo principal do texto? Por outro lado, tratava-se também de uma oportunidade de ajudar economicamente o ensaísta. E assim se publicou esse trabalho, anonimamente, por motivos políticos.

Esclarecemos ainda que somos levados a considerar esta versão da bibliografia de António Sérgio, mau grado o curtíssimo prazo que tivemos para a desenvolver e o facto de se

Bibliografia de António Sérgio

tratar de um trabalho empreendido nas horas livres, como mais um passo, necessariamente não completo, que só futuras reedições poderão aperfeiçoar.

Concluiremos com uma palavra de agradecimento para a prestantíssima e constante ajuda que nos proporcionou o dr. Jacinto Baptista, fraterno e sergiano Amigo, a quem se deve a publicação e o estudo da correspondência de Sérgio com Sarmento Pimentel e com Bernardino Machado, ele próprio tão interessado como nós na qualidade deste trabalho. Também os nomes do Arq.to Cabeça Padrão e de Castelo Branco Chaves, que figuraram na sua primeira versão, não poderiam deixar de aqui voltar, pela utilíssima prestação das suas informações.

Devemos mencionar, finalmente, a colaboração excelente do dr. António Ribeiro de Almeida quanto à recolha efectuada, nomeadamente em jornais diários.

ÍNDICE

I — BIBLIOGRAFIA ACTIVA

- a — Livros, opúsculos e separatas
- b — Colaboração em publicações periódicas
- c — Prefácios, notas e organização de edições *
- d — Colaboração em obras colectivas
- e — Epistolário: e 1 — em livros
e 2 — em publicações periódicas
- f — Entrevistas e inquéritos f 1 — em livros
f 2 — em publicações periódicas
f 3 — em disco
- g — Traduções
- h — Representação em antologias

II — BIBLIOGRAFIA PASSIVA

- a — Estudos exclusivos sobre a obra
- b — Publicações com estudos ou referências sobre a obra
- c — Artigos, em publicações periódicas, com estudos ou referências sobre a obra.
 - cl — não assinados
 - c 2 — assinados
- d — Publicações especiais de homenagem ou comemoração
- e — Representação em dicionários e enciclopédias
- f — Sobre as polémicas: f 1 — artigos não assinados
f 2 — artigos assinados
- g — Artigos sobre a casa de Antônio Sérgio e sua biblioteca:
 - g 1 — não assinados
 - g 2 — assinados
- h — Necrologia
- i — Bibliografias
- j — Elementos biográficos

III — RESENHA DAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS CITADAS NESTA BIBLIOGRAFIA

* Ver também prefácios e notas relativos às traduções.

Ia LIVROS, OPÚSCULOS E SEPARATAS

- Rimas*. Lisboa, Tip. do Anuário Comercial, 1908, 160 p.
- Notas sobre os sonetos e as tendências geraes da philosophia de Antero de Quental*. Lisboa, Livraria Ferreira Editora, 1909, 189 p.
- Da natureza da affecção*. Ensaio de psychologia e pedagogia. (Separata do n.º 9, ano IV da Revista Americana). Rio de Janeiro, 1913, 39 p.
- O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*. Porto, Renascença Portuguesa, 1914, 67 p.
- O navio dos brinquedos*, s. 1. (Porto), Biblioteca Renascença Portuguesa, 1914. Ilust., 15 p.
- Educação cívica*. Porto, Renascença Portuguesa, 1915, 145 p. 2.ª ed., Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, 1954, 85 p.
- Um programa*, s. e., s. d., s. 1. (Lisboa), (1915?), 4 p.
- Considerações histórico-pedagógicas*. Antepostas a um Manual de instrução agrícola na escola primária (Separata). Porto, Renascença Portuguesa, 1916. 2.ª ed. Porto, Renascença Portuguesa, 61 p.
- Educação geral e actividade particular*. Duas cartas a Cardoso Gonçalves sobre a distinção entre ensino primário e profissional. (Opúsculo), 1916.
- Cartas sobre a educação profissional* escritas ao director da Academia de Estudos Livres. *Educação profissional na Casa das Crianças e na Escola Primária*. Porto, Renascença Portuguesa, 1916, 39 p.
- Questões pedagógicas*. Carta ao director da Academia de Estudos Livres Dr. Cardoso Gonçalves e segunda carta. Lisboa, Anais da Academia de Estudos Livres, Universidade Popular. N.º 2, 1915—1916, 175-190 pp.
- A função social dos estudantes e a sua preparação para a intervenção futura na Sociedade Portuguesa*. Porto, Renascença Portuguesa, 1917, 44 p.
- Noções de zoologia (Mamíferos)*. Compendiadas e coordenadas. Porto, Renascença Portuguesa, 1917, 103 p.
- Comentários. Aspectos morais. Os católicos portugueses. História para o Povo. A Polémica Ricardo-Teófilo a propósito da biografia de Rodrigues Lobo*. Parte do 1.º capítulo foi suprimida pela censura). Lisboa, Oficinas do Anuário Comercial, 1917, 30 p.

- O ensino como factor do ressurgimento nacional. Defeito dos nossos métodos de ensino e maneira de os corrigir; linhas gerais de uma nova organização.* Porto, Renascença Portuguesa, 1918, 53 p.
- Ensaio I*, c/ prefácio e os ensaios seguintes: ciência e educação; educação e filosofia; espectros; a educação cívica, a liberdade e o patriotismo antigos e modernos; da opinião pública e da competência em democracia; interpretação não romântica do sebastianismo; a conquista de Ceuta; o caprichismo romântico na obra do sr. Junqueiro. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1920, 444 p. 2.^a ed. Coimbra, Atlântida, 1949 (c/ novo prefácio), 461 p. 1.^a ed. das Obras Completas, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1971, 412 p.
- O problema pedagógico*, in *União Cívica*, Conferências de Propaganda. Lisboa, Sociedade de Geografia. Ed. da Comissão Directiva do Norte, 1923, 29-34 pp.
- Bosquejo da História de Portugal.* Lisboa, Publicações da Biblioteca Nacional, 1923. 2.^a ed., 60 p.
- Virtudes fundamentais da reforma da educação.* Lisboa, s. e. (Sociedade de Geografia de Lisboa?), 1923, 31 p.
- Um crime*, Lisboa, Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional, 16 de Nov. de 1923, 4 p. (c/ colab.)
- Oliveira Martins.* Impressões sobre o significado político da sua obra. Lisboa, Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1923, 88 p. (Separata do prefácio aos *Dispersos* de Oliveira Martins)
- O Desejado. Depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião* sobre este mesmo rei e sua jornada de África, precedidos de uma carta-prefácio a Carlos Malheiro Dias. Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924. 2.^a ed., Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924, 374 p.
- Introdução histórica.* In Guia de Portugal, 1.^o volume, generalidades, Lisboa e arredores. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924, 672 p.
- Na terra e no mar* (cinco contos infantis; a guerra do grilo e do leão; a esperteza da rapoza; história da baleia; o príncipe encantado; história do José Maria). Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924. Ilust., 61 p. 2.^a ed. Col. Obras Infantis de António Sérgio, vol. III, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1978, 59 p.
- Sobre a política de Camões.* In 4.^o Centenário do Nascimento de Camões, 1524-1924, 24-27 pp. Lisboa, 1924.
- Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a questão de O Desejado.* Lisboa, Seara Nova, 1925, 94 p.
- Camões e D. Sebastião.* Rudimentar organização de documentos para o estudo de um problema curioso. Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1925, 54 p.
- Contos gregos.* (Três contos infantis: Filémon e Báucis; História dos Argonautas; o cão de Ulisses). Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1925. 2.^a ed., Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1925. Ilust., 46 p. 2.^a ed., Col. Obras Infantis de António Sérgio, vol. IV, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1978, 59 p.
- O seiscentismo. Reprodução do artigo em que, segundo dizem os que me odeiam, insultei um morto e falsiquei textos*, s. 1. (Lisboa), Seara Nova, 1926, 48 p.
- A dança dos meses.* (Três contos infantis: a dança dos meses; as duas bonecas; o menino que teimou). Lisboa, Seara Nova, 1926. Ilust., 30 p. 2.^a ed., Col. Obras Infantis de António Sérgio, vol. II, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1978, 45 p. (Vol. intitulado: *Os Conselheiros do Califa*)

Bibliografia de António Sérgio

- O ratão pelado.* (Dois contos infantis: o ratão pelado e a cabana dos lobos). Lisboa, Seara Nova, 1926. Ilust., 32 p. 2.^a ed., Col. Obras Infantis de António Sérgio, vol. I, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1978, 56 p. (Vol. intitulado: *Os Dez Anõezinhos da Tia Verde Agua*)
- Os Conselheiros do Califa.* (Dois contos infantis: os conselheiros do califa; o cavalo de Alexandre). Lisboa Livrarias Aillaud e Bertrand, 1927. Ilust., 24 p. 2.^o ed., Col. Obras Infantis de António Sérgio, vol. II, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1978, 47 p. (contém os contos: O cavalo de Alexandre, A dança dos meses, As duas bonecas e o Menino que Teimou em não querer comer a sopa)
- Carta aberta a alguns dos oficiais republicanos que não estiveram com a Revolução.* (Lisboa). Ed. da «Liga Republicana», s. d. Ia (1927?), 12 p.
- Carta aberta aos oficiais portugueses que admitem a ditadura* 136-148 pp. *Para a preparação do após-ditadura* 148-157 pp. *Acta n.º 9*, 25-26 pp. (dois textos-proposta), in: *A Liga de Paris e a Ditadura Militar 1927-1928*, História de Portugal Contemporâneo. Documentos, vol. IV, direc. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Publ. Europa-América, 1976, 298 p.
- A sketch of the History of Portugal.* Lisboa, Seara Nova, 1928, il., 204 p. (Traduzido pelo dr. Constantino dos Santos)
- Ensaio II*, c/ prefácio e os ensaios seguintes: o reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal; as duas políticas nacionais; o clássico na educação e o problema do latim; a propósito dos «Ensaio Políticos» de Spencer; divagações pedagógicas a propósito de um livro de Wells. Lisboa, Seara Nova, 1929, 266 p., 2.^a ed. Publicações Europa-América, Lisboa 1957 (c/ novo ensaio intitulado: notas de esclarecimento). Ia ed. das Obras Completas, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1972, 299 p., 2.^a ed. idem, 1977
- História de Portugal.* Barcelona, Editorial Labor, S. A., 1929. «Coleccion Labor 206. 2.^a ed., 190 p. Barcelona, Editorial Labor S. A., 1958 «Coleccion Labor 206, com alterações ao texto da 1.^a ed. não perfilhadas pelo autor, 166 p. Versão portuguesa com o título: *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1971, 412 p.; 8.^a ed. para a Secretaria de Estado da Cultura, em 1978, 125 p.
- Antígona.* Drama em três actos. Porto, Edição da República, 1930, 123 p.
- Ensaio III*, c/ prefácio e os ensaios seguintes: considerações sobre o problema da cultura; notas de literatura portuguesa — a Sulamita de Silva Gaio; o século XVIII por Ernani Cidade; Os Pescadores por Raul Brandão; Espanha por Antero de Figueiredo; Ressurreição por Manuel Ribeiro; A Língua Portuguesa por Jaime de Magalhães Lima; Literatura Portuguesa por Aubrey Bell; Fialho de Almeida por Castelo Branco Chaves; Literatura Portuguesa por Fidelino de Figueiredo; As Conferências do Casino por Alexandre Herculano; Antologia de E. de Queiroz por Agostinho de Campos. Notas de política — a reforma do legislativo; democracia e ditadura; o espírito dos partidos políticos; o espírito devaneador e a política; depois de uma ida ao parlamento; autonomia para uso externo e para uso interno; a formação de Portugal e a política; ainda a política do transporte e a política de fixação; teses integralistas; para a ressurreição de lázaro; sobre a aplicação política da ideia de igualdade; a reforma da instrução popular. Porto, Renascença Por-

tuguesa, 1932, 428 p. 2.^a ed., Lisboa, Seara Nova, 1937, 343 p. Nesta ed. foram suprimidos pelo autor os ensaios seguintes: *A Língua Portuguesa*, por Jaime de Magalhães Lima; *Literatura Portuguesa*, por Fidelino de Figueiredo; *a Reforma da Instrução Popular*, 1.^a ed. das Obras Completas, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1972, 313 p.; 2.^a ed. 1980

Le Portugal, s. a., s. e., s. d. Impresso na Ocogravura, L.da, C. d'Oliveira L.da, R. Nova do Almada 53 2.º, Lisboa, 156 p. índice: *Le Pays*, 1-25 pp.; *Histoire*, 26-57 pp.; *Littérature*, 58-95 pp.; *Art*, 96-112 pp.; *Science et Enseignement*, 115-135 pp.; *Aperçu Economique*, 136-145 pp.; *Le Portugal et les Portugais au-delà des Mers*, 146-145 pp. (Publicado para a 28.^a reunião da *Associação des Anatomistes*, 10-12 de Abril de 1933, em Lisboa, por iniciativa do prof. Celestino da Costa que supomos ser o autor do artigo *Science et Enseignement*. Geografia, História, Literatura, Arte e referências coloniais pertencerão à pena de A. S. Ficanos uma dúvida sobre a autoria do capítulo *Aperçu Economique*)

Diálogos de doutrina democrática. Diálogo I: Da expressão do pensamento e da democracia. Diálogo II: Da liberdade da autonaade e do socialismo. Diálogo III: Da reforma agrária. Diálogo IV: Do Maquiavelismo e do jesuitismo. Diálogo V: Da sociedade nova e do Estado Novo. Diálogo VI: Da opinião individual e da revolução cristã. S. d. — s. I. — s. e. (obra proibida pela censura salazarista de que existem apenas três ou quatro exemplares, sem rosto), 1933?, 143 p. 1.^a ed. das Obras Completas, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1974, 393 p. (Obra incluída no vol. intitulado *Democracia*)

Aspecto do problema pedagógico em Portugal. Lisboa, Sociedade de Estudos Pedagógicos, 1934, 40 p.

Democracia. Lisboa, Seara Nova, 1934. «Estudos Políticos e Sociais».

2.ª ed., Lisboa, Seara Nova, 1937. «Estudos Políticos e Sociais».

3.ª ed., Lisboa, Seara Nova, 1938. «Estudos Políticos e Sociais» 1.^a ed. das Obras Completas, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1974, 393 p. (este vol. inclui as obras: *Diálogos de Doutrina Democrática*, *Alocação aos Socialistas no Banquete do 1.º de Maio de 1947* e *Cartas do Terceiro Homem*. Publicado também em opúsculo, col. Cadernos Livres n.º 2, Livr. Sá da Costa, 1974, 29 p.)

Ensaio IV, c/ prefácio e os ensaios seguintes: questão prévia de um ignorante aos prefaciadores da lírica de Camões; em torno das ideias políticas de Camões; Camões panfletário; os dois Anteros; sobre o socialismo de Antero; Guilherme Meister, Cândido e Gonçalo Mendes Ramires; repercussões de uma hipótese— Ceuta, as navegações e a génese de Portugal. Lisboa, Seara Nova, 1934, 292 p., 2.^a ed. Guimarães Editora, Lisboa 1959 (c/ novo ensaio: laudas escritas para o segundo volume da «História de Portugal», 307 p., 1.^a ed. das Obras Completas, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1972, 289 p., 2.^a ed. 1981

Em *torno das ideias políticas de Camões, seguido de Camões Panfletário*, opúsculo com os 2 ensaios de *Ensaio IV*. Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1977, 63 p.

Ensaio V, c/ os ensaios seguintes: Oliveira Martins — a influência política do historiador. A significação política do publicista; a propósito de dois jesuítas; em torno da «ilusão revolucionária» de Antero; nótula sobre Nicolau Tolentino; apêndice ao ensaio sobre a lírica de Camões. Lisboa, Seara Nova, 1936, 301 p. 2.^a ed. Lisboa, Publicações Europa-América, 1955, 331 p., c/ no-

- vo ensaio: *Glosas sobre o miguelismo de Oliveira Martins no «Portugal Contemporâneo»*. 1.^a ed. das Obras Completas, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1973, 279 p.
- Cartesianismo ideal e cartesianismo real*. Seara Nova, 1937. «Estudos filosóficos e científicos», 45 p., 2.^a ed., Lisboa, Editorial Inquérito, L.da s. d. (1959?), 45 p.
- Em torno do problema da «Língua Brasileira»*. (Palavras de um cidadão do mundo, humanista crítico, a um estudante brasileiro seu amigo). Lisboa, Seara Nova, 1937, 35 p.
- Introdução actual ao programa cooperatista*. Lisboa, Seara Nova, 1937. «Estudos Políticos e Sociais», 30 p.
- Sobre educação primária e infantil*. Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, 1939. Cadernos «Inquérito», 89 p.
- Em torno da designação de «Monarquia Agrária» dada à primeira época da nossa história*. Lisboa, Livraria Portugaláia, 1941, 69 p.
- História de Portugal*. Tomo I — Introdução geográfica. Lisboa, Livraria Portugaláia, 1941, 253 p. (esta obra foi também publicada c/ uma nova capa e c/ o título «Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal, Lisboa, s. e., s. d., 253 p.). (Sobre as diferentes versões desta obra consultar a ed. das Obras Completas, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1973, que manteve o título: *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*, 273 p.)
- Um problema anterior*. (Sobre a ideia e a realidade do desprendimento activo na peregrinação moral do autor dos «Sonetos»). Lisboa, Ed. do Autor, s. d. (1943), 54 p.
- Os dez anõezinhos da tia verde-água*. (Texto redigido sobre um tema popular português). Lisboa, Editorial Ática, 1945, ilustr., 18 p. 2.^a ed. Col. Obras Infantis de António Sérgio, vol. I, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1978 (contém ainda os contos: *O Ratão Pedalado* e *A Cabana dos Lobos*), 59 p.
- Ensaio VI*, c/ prefácio e os ensaios seguintes: Antero de Quental contra Oliveira Martins; o problema psicológico-moral em Eça de Queiroz; sobre a revolução de 1383-85; a aspiração comum dos luso-descendentes; sobre cristianismo e cristãos, verdadeiros e falsos — a religião no oriente e no ocidente segundo Radhakrishnan; o jogral de Deus; em torno da expressão «civilização cristã»; a propósito do precedente artigo; resposta a um comentarista católico a alguns que julgam dever opor-se a Francisco de Assis e a Teresa de Ávila; diante de um presépio. Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, 1946, 289 p. 1.^a ed. das Obras Completas, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1971, 220 p.; 4.^a ed. 1980
- Alocação aos socialistas*. Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, 1947, 32 p. 1.^a ed. das Obras Completas, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1974, 393 p. (obra incluída no vol. intitulado *Democracia*)
- Antero de Quental e António Vieira perante a civilização cristã dos seus próprios tempos*. Porto, Biblioteca Fenianos, 1948, 32 p. 2.^a ed., com o título: *Perante a inexistência de uma civilização cristã*. Depoimentos de Antero de Quental e António Vieira. Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, s. d. (1958?)
- Confissões de um cooperativista*. Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, 1948, 2.^a ed. Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, s. d. (1957?)
- Depoimento contra Depoimento*. Lisboa, ed. dos Serviços Centrais da Candidatura, 1949, 7-43 pp. (prefácio de Mário de Azevedo Gomes contendo ainda: «Uma carta ao sr. dr. José de Magalhães»; «Testemunho» de João de Barros; «O conceito do homem livre, segundo o sr. Presidente do Conselho, e segundo nós» de Azevedo Gomes; «O Recurso ao Medo» de José Régio)

- Notas de esclarecimento com forçados lances de olhos sobre o moi Haïssable e alegações enjoativas Pro Domo Mea.* Separata da revista *Portucalé*, dos n.ºs 25-27 de Jan.-Junho, 1950 e 28-30 de Julho-Dez., 1950, Porto, s. e., 1950, 71 p.
- Um caso típico da pseudo-cultura nacional.* Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, 1952, 8 p. 2.ª ed., Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, s. d.
- Cartas de problemática, dirigidas a um grupo de jovens amigos, alunas e alunos da Faculdade de Ciências.* Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, 1952-55, 12 fols.
- Nota sumária sobre as minhas «heresias» epistemológicas.* Separata da revista *Lusíada*, Porto, do n.º 1, vol. I, 1952. Opúsculo, s. d., 2 p. Ia
- Cartas do terceiro homem.* Porta-voz das «Pedras vivas» do «País Real». Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, 1953-57, 3 vols. 1.ª ed. das *Obras Completas*, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1974, 393 p. (obra incluída no vol. intitulado *Democracia*)
- Ensaio VU*, c/ prefácio e os ensaios seguintes: I Glosas sobre algumas pègadas na areia do tempo: sobre a canção segunda de Camões; ainda sobre o carácter «congeminitivo da lírica camoniana»; sobre o carácter do socialismo do Antero; sobre o apostolado cívico de Luiz Verney; sobre o problema da liberdade em André Gide; sobre o carácter da poesia de Teixeira de Pascoais; sobre o «Amor de Perdição»; sobre a universalidade do espírito de Viana da Mota. II Miudezas de música, de poesia, de cultura e de cinema: sobre cultura portuguesa; sobre as minhas reacções perante a música; sobre a interpretação de dois sonetos célebres; sobre o filme «Vida de Pasteur»; sobre o filme «Milagre em Milão». III Explicações a uma catedrático de direito sobre a doutrina ética dos meus «Ensaio». IV Relanços de doutrina democrática. V Migalhas de filosofia em palestra amena com realistas comuns, com bergsonistas e com empiristas lógicos. VI Paideia (sugestões e conselhos de há mais de trinta anos). Lisboa, Publicações Europa-América. 1954, 315 p. 1.ª ed. das *Obras Completas*, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1974, 246 p.
- Antologia Sociológica.* Trechos portugueses e estrangeiros seleccionados, comentados e prefaciados. Lisboa, Edição do Autor, 1956-57, 10 fols. 1.ª ed. das *Obras Completas*, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1978, 371 p. (inclui também a obra: *Pátio das Comédias, das Palestras e das Prêgações*)
- Pátio das comédias, das palestras e das prêgações.* Jornada primeira (a sexta), Lisboa. Editorial Inquérito, L.da, 1958, 6 fols. 1.ª ed. das *Obras Completas*, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1978, 371 p. (inclui também a obra: *Antologia Sociológica*)
- Crimes perpetrados pela Editorial Labor na segunda edição da «História de Portugal».* Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, s. d. (1958?), 13 p.
- Divagações conjecturais sobre o antigo pastor montanhês do noroeste da Ibéria.* Separata da «Revista de Guimarães», vol. 68, 1958, 20 p.
- Ensaio VIII*, c/ prefácio e os ensaios seguintes: desprezenciosos informes sobre lusitanos e romanos; em torno da «História Trágico-Marítima»; sobre o socialismo de Oliveira Martins; nota preambular à «Teoria do Socialismo» de Oliveira Martins. Lisboa, Guimarães Editora, 1958, 285 p. 1.ª ed. das *Obras Completas*, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1974, 251 p.
- Documento da candidatura à Presidência da República do General Humberto Delgado em 1958*, 26 p. in: *Eleições do Regime Fas-*

Bibliografia de António Sérgio

- cista*, 2* ed. Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros. Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo. Dez. de 1979. (Protesto ao Presidente da República após as eleições de 1958)
- Alocução no «Centro António José de Almeida»*. Lisboa, ed. do autor, s.d. (1958?), 6 p.
- Documento resposta a uma nota do governo contra a acusação de impatriotismo por se pretender trazer a Portugal Aneurin Bevan. In: *Missão em Portugal* de Alvaro Lins. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, S.A. 1960 (também assinado por: Humberto Delgado, Vieira de Almeida, Jaime Cortesão e Azevedo Gomes, 11 de Nov. 1958)
- Sobre o espírito do cooperativismo*. Lisboa, ed. do autor, (1958), 64 p.
- O *Cooperativismo. Objectivos e modalidades*. Lisboa, ed. do autor — **Ia**
Círculo do Livro, s. d. (1958-60?)
- Origem e evolução da nobreza*. In Armoriai Lusitano. Genealogia e Heráldica. Lisboa, Editorial Enciclopédia, L.da, 1961
- Canções de Bordo*. In António Sérgio, Páginas de Recordações do seu tempo de Marinheiro. In Memoriam por Castelo Branco Chaves. Lisboa, Separata dos Anais do Clube Militar Naval, N.º 1 a 3 Jan.-Março 1969, 8 p.
- O *conto de Eça de Queiroz O Tesouro, lido e comentado por António Sérgio*, c/ uma nota de Castelo Branco Chaves. Separata da revista Ocidente, n.º 387, Julho 1970, 15 p.
- NOTA: Das resenhas bibliográficas publicadas nas suas obras, consta um título: Quadros da Escola Francesa do Museu do Louvre. Trata-se de um trabalho feito no exílio para uma editorial Hispano-Americana. Desconhece-se o paradeiro do original e se foi, de facto, publicado. (Inform, de Castelo Branco Chaves)

Ib COLABORAÇÃO EM PUBLICAÇÕES PERIODICAS

AGROS — Boletim da Associação dos Estudantes de Agronomia e periódico de propaganda agrícola. Duração: 1917-1936. Local de publicação: Lisboa

Carta ao Director do «Agros» sobre a educação que nos falece, n.º 1, Jan. 1917, 18-27 pp.

Os Métodos do Regionalismo (Extracto de uma Conferência), n.º 2-3, Mar. 1917, 60 p.

Ainda sobre os Métodos do Regionalismo, n.º 4, Abr. 1917, 133-137 pp.

Notas e Comentários, n.º 7 e 8, Jul.-Ag. 1917, 247 e 248 pp.

A ÁGUA — órgão da Renascença Portuguesa. Director: Álvaro Pinto.

Duração: 1911-1932. Local de publicação: Porto

Ao Infante Santo (poesia), 1.ª série (n.º 5), Fev. 1911, 8 p.

De Noute (poesia), 1.ª série, (n.º 7), Mar. 1911, 15 p.

A ideação de Oliveira Martins, 2ª série (vol. I), 1912, 29-31 pp.

A lareira (poesia), 2.ª série (vol. III), 1913, 13-15 pp.

Transfiguração, nos jardins de Kew, inverno, 2.ª série, (vol. III), 1913, 83-84 pp.

Apostilha aos «Navegadores» (poesia), 2.ª série, (vol. III), 1913, 133 p.

Epistolas aos Saudosistas — I, 2.ª série, (vol. IV), 1913, 97-103 pp.

- Regeneração e tradição, moral e economia*, 2.^a série, (vol. V), 1914, 1-9 pp.
- Pela pedagogia do trabalho*, 2.^a série, (vol. V), 1914, 95-96 pp.
- Despedida de Julieta*, 2.^a série, (vol. V), 1914, 109-112 pp.
- Os que sonham* (poesia), 2.^a série, (vol. V), 1914, 147 p.
- O imperialismo de hoje e o imperialismo peninsular*, 2.^a série, (vol. V), 1914, 159-160 pp.
- Explicações necessárias do Homem da Espada de Pau ao Arcajo da Espada de um Relâmpago*, 2.^a série, (vol. V), 1914, 170-175 pp.
- O Self-Government na Escola*, 2.^a série, (vol. V), 1914, 187-189 pp.
- O Self-Government na Escola I. Objecto e princípios do município escolar. Papel do professor*, 2.^a série, (vol. VI), 1914, 25-29 pp.
- O Self-Government na Escola II. Organização dos municípios escolares*, 2.^a série, (vol. VI), 1914, 58-64 pp.
- O Self-Government na Escola III. A justiça e a disciplina. Os resultados*, 2.^a série, (vol. VI), 1914, 91-96 pp.
- Pela Grei. No Mar das Índias* (poesia), 2.^a série, (vol. VI), 1914, 112-114 pp.
- Phoibos Apollon* (poesia), 2.^a série, (vol. VI), 1914, 112-114 pp.
- O Self-Government na Escola IV. Combinação do Self-Government e do Self-Support. A junior republic.*, 2.^a série, (vol. VI), 1914, 118-124 pp.
- O Self-Government na Escola V. Combinação do Self-Government e do Self-Support. Razões que a recomendam para a escola portuguesa*, 2.^a série, (vol. VI), 1914, 157-160 pp.
- A opinião americana perante a guerra*, 2.^a série, (vol. VII), 1915, 46-48 pp.
- Carta a um amigo sobre a guerra*, 2.^a série, (vol. VII), 1915, 76-80 pp.
- Divagações a propósito de um livro, (A grei de Ezequiel de Campos)*, 2.^a série, (vol. VII), 124-128 pp.
- Pela Grei. Nas Estrebarias de Augias* (poesia), 2.^a série, (vol. VII), 1915, 179 p.
- Prefácio de um livro (O Método Montessori de Luisa Sérgio)*, 2.^a série (vol. VII), 1915, 253-255 pp.
- Crítica à revista «Estúdio»*, 2.^a série, (vol. VIII), 1915, 44-46 pp.
- Divagação a propósito de um livro*, 2.^a série, (vol. VIII), 1915, 73-79 p. (Trata-se do Ensaio sobre os factores essenciais do Império Britânico de Francisco Reis Santos)
- Demitir, Separar...* (Relendo alguns livros que vão citados), 2.^a série, (vol. VIII), 1915, 141-144 pp.
- Notícia crítica ao livro «Obras Públicas de S. Tomé do Príncipe» de Ezequiel de Campos*, 2.^a série, (vol. VIII), 1915, 175-176 pp.
- Pela Grei (Anunciação)* (poesia), 2.^a série, (vol. IX), 1916, 58 p.
- Pela Grei. Velando na Noite* (poesia), 2.^a série, (vol. X), 1916, 68-70 pp.
- Um Programa*, 2.^a série, (vol. X), 1916, 120-124 pp.
- Ciência e educação*, 2.^a série, (vol. XI), 1917, 78-96 p.
- Interpretação do Sebastianismo (A propósito da «Evolução do Sebastianismo» do sr. Lúcio de Azevedo)*, 2.^a série, (vol. XI), 1917, 179-184 pp.
- Prefácio para uma tradução dos «Ensaio Políticos» de Spencer*, 2.^a série, (vol. XII), 1917, 59-70 pp.
- Aditamento aos «Espectros»*, 2.^a série, (vol. XII), 1917, 153-157 pp.
- Bibliografia: «A Nossa Casa» de Raul Lino*, 2.^a série, (vol. XIII), 1918, 67-68 pp.
- «O Princípio da Nacionalidade» de João Perestrello*, 2.^a série, (vol. XIII), 69 p.

Ib

Bibliografia de António Sérgio

- Discurso imaginário. Pronunciado imaginariamente a uma imaginária assembleia dos que são chamados pelo Diário do Governo (em virtude de um conceito imaginário) «beneméritos da instrução pública», 2.ª série, (vol. XV), 1919, 23-27 pp.*
- Da necessidade de criar focos independentes para reforma da cultura por meio do recurso ao estrangeiro, 2.ª série, (vol. XV), 1919, 140-147 pp.*
- A conquista de Cênta (Ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara), 2.ª série, (vol. XVII), 1920, 175-186 pp.*
- Manuel Bento de Sousa e a Oligarquia pedagógica em Portugal (A propósito do livro «O Dr. Minerva»), 2.ª série, (vol. XVIII), 1920, 25-33 pp.*
- Notícia bibliográfica, 2.ª série, (vol. XVIII), 1920, 81-82 pp.*
- Aos estudantes promotores da trasladação dos restos mortais de Antero de Quental, 2.ª série, (vol. XIX), 1921, 52-55 pp.*
- O problema da cultura, 4.ª série, (vol. I), 1928-30, 315-320 pp.*
(duas críticas literárias), 4.ª série, (vol. I), 1928-30, 95 p.
(duas notícias bibliográficas), 4.ª série, (vol. I), 1928-30, 54 p.
- Sobre a reforma do legislativo, 5.ª série, (n.º 1), Jan.-Fev. 1932, 1-7 pp.*
- Sobre um poemeto de Silva Gaio, 5.ª série, (n.º 2), Mar.-Abr. 1932, 60-66 pp.*

Ib

ALMANAQUE DOS PALCOS E SALAS PARA 1926 Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco

O verdadeiro palco da tragédia, 10 p.

ANAIS DA ACADEMIA DE ESTUDOS LIVRES (1915-1916)

- Questões pedagógicas. Carta ao Director da Academia de Estudos Livres, 175 p.*
- 2.º Carta e resposta de Almeida Lima, reitor da Universidade Lisboa, 191 p.*

ANAIS DO CLUBE MILITAR NAVAL

Gráfico polar de desvios. Vol. 40, 17-19 pp., 1909 (artigo sobre técnica da navegação)

ANHEMBI — Director: Paulo Duarte. Local de publicação: S. Paulo, Brasil

- A correspondência alegórica nos sermões de Vieira, n.º 6 (vol. II), Maio de 1951, 443-454 pp.*
- Sobre o carácter do socialismo de Antero, n.º 21 (vol. VII), Ag. 1952, 428-443 pp.*

AQUI E ALÉM — Revista de Divulgação Cultural. Director: Carlos A. Dias Ferreira. Duração: de Março de 1945 a Out. 1946. Números publicados: 5. Local de publicação: Lisboa

Explicação e subsunção sob fórmulas gerais, n.º 3, Dez. 1945, 18-22 pp.

ATLÂNTIDA — Mensário Artístico Literário e Social para Portugal e Brasil. Directores: João do Rio e João de Barros. Duração: 1915-1919. Números publicados: 48. Local de publicação: Lisboa

Espectros, n.º 11, 15 de Set. 1916, 1052-1067 pp.

A educação cívica, a liberdade e o patriotismo antigos e modernos a propósito de Rousseau e de Camões, n.º 16, 15 de Fev. 1917, 250-260 pp.

A educação cívica, a liberdade e o patriotismo antigos e modernos a propósito de Rousseau e de Camões, n.º 17, 15 de Mar. 1917, 362-370 pp.

Ib

BOLETIM COOPERATIVISTA — Coordenado por António Sérgio — Lisboa

Cooperativismo, n.º 1, Fev. 1951, 1 p.

Busque o povo e o seu bem pela sua própria acção criadora; O Problema da venda ao público (sob o pseudónimo de Carlos Poládio), n.º 2, Maio 1951, 1 p.

A crítica no cooperativismo, n.º 3, Ag. 1951, 1 p.

A marcha para o cooperativismo integral, n.º 4, Set. 1951, 1-4 pp.

A marcha para o cooperativismo integral, Fiscalização (sob o pseudónimo de Álvaro de Clarival), n.º 5, Out. 1951, 1-2 pp., n.º 6, Nov. 1951.

Cooperativismo integral, n.º 7, Dez. 1951, 3 p.

Recapitulação ao fim de um ano, n.º 9, Fev. 1952, 1, 2 e 6 pp.

Exemplo a seguir, n.º 13, Out. 1954, 2 p.

O espírito cooperativo e a prática do retorno diferido, n.º 16, Jan. 1955, 3 p.

No quarto aniversário deste «Boletim», O cooperativismo e o Estado, n.º 17 Fev. 1955, n.º 25, Out. 1955

Glosa, n.º 26, Nov. 1955, 1 p.

Glosa, n.º 27, Dez. 1955, 1-4 pp.

Glosa, n.º 28, Jan. 1956, 2 p.

No quinto aniversário deste «Boletim», n.º 29, Fev. 1956, 1 p.

Glosa, n.º 29, Fev. 1956, 2 p.

Glosa, n.º 30, Março 1956, 1 p.

Que deverá ser de futuro o «Boletim», um órgão de doutrina, uma folha recreativa, ou uma combinação das duas coisas?, n.º 34, Jul. 1956, 1 p.

Aspectos do sector cooperativo, n.º 40-41, Jan.-Fev. 1957, 1-2 pp.

Em torno da ideia de aliança cooperativa internacional, Cooperativas de abono e crédito, n.º 46, Jul. 1957, 4 p.

Sobre o ideal da criação de um sector cooperativo, n.º 52, Jan. 1958, 1-4 pp.

Entrevistando António Sérgio, n.º 53, Fev. 1958, 1 p.

Cooperativismo e reforma moral e cultura, n.º 58, Jul. 1958, 4-6 pp.

Notas sobre Caixas Cooperativas de Aforro e de Crédito, n.º 63, Dez. 1958, 1-6 pp.

Nota, n.º 65, Fev. 1959, 8 p.

Nota, n.º 66, Mar. 1959, 7 p.

Nota, n.º 67, Abr. 1959, 8 p.

Nota, n.º 68, Maio 1959, 3 p.

BOLETIM INFORMATIVO PARA AS COOPERATIVAS DO CONSELHO CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE LISBOA E ARREDORES. Rua Voz do Operário 64, 1.º Lisboa. (Boletim Policopiado). Duração: Julho de 1947 a Dez. de 1948. Números publicados: 16

Publica 4 palestras radiofónicas proferidas nos microfones do «Club Radiofónico de Portugal»

- 1.ª palestra — N.º 1 Julho de 1947
- 2.ª palestra — N.º 2 Set. de 1947
- 3.ª palestra — N.º 6 Março de 1948
- 4.ª palestra — N.º 7 Abr. de 1948

Ib

BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro. Duração: 1931-1938. Comissão directiva: António de Sousa Amorim, Domingos José Veloso e Francisco das Dores Gonçalves

Nota apensa a uma fotografia do dr. Álvaro de Castro, n.º 5 Abr., Maio, Jun. de 1933, 25 p.

Problemas coloniais e problemas metropolitanos, n.º 24, Dez. 1938, 36 p.

CADERNOS DE POESIA — Lisboa. Duração: 1940-1953. Números publicados: 15
Número dedicado a Teixeira de Pascoaes, III serie, fase. 14, 1953, 11 p.

CAMILIANA & VÁRIA — Revista Boletim do Círculo Camiliano. Director: Aquilino Ribeiro. Duração: de Jan. de 1951 a Maio de 1954. Números publicados: 7. Local de publicação: Lisboa

Monólogo do vaqueiro ou notazinha problemática sobre o «Amor de Perdição», n.º 1, Jan.-Março 1951, 2-4 pp.

A CAPITAL—(Suplemento de literatura e arte)

António Sérgio, um inédito: *Retrato do Almirante Carlos Napier*. 21 de Jan. 1970, (c/ uma nota de Castelo Branco Chaves)

CLARIDADE — Revista de Literatura. Director: Carlos Bastos. Números publicados: 3. Local de publicação: Porto

Em face da literatura contemporânea actual, n.º 1, Mar. de 1929, 11 p.

COLECÇÃO OFICIAL DE LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

Decreto 9.332 — cria no Ministério da Instrução Pública um organismo técnico permanente que se denominará Junta de Orientação dos Estudos. 29 Dez. 1923, 549 p.

Decreto 9.333 — cria em Lisboa o Instituto Português para o Estudo do Cancro. 29 Dez., 1923, 549-550 pp.

O COMÉRCIO DO PORTO—(Suplemento n.º 22 Cultura e Arte)
«O problema da afluência nos liceus», 11 de Out., 1955

DESCOBRIMENTO — Revista de Cultura. Director: João de Castro Osório. Duração: 1931-1932. Números publicados: 7. Local de publicação: Lisboa

Guilherme Meister, Cândido e Gonçalo Mendes Ramires, n.ºs 6 e 7, 1932, 180-190 pp.

O DIABO — Semanário de Literatura e Critica. Directores: Adolfo Barbosa, Artur Inez, Ferreira de Castro, Guilherme Morgado, Joaquim Madureira, José Antunes Carvalho, Manuel Campos Lima e Rodrigues Lapa. Duração: 2 de Jun. de 1934 a 21 de Dez. de 1940. Números publicados: 326. Local de publicação: Lisboa

ib

Dissertação sobre música popular, n.º 60, 18 de Ag. 1935, 1-6 pp.

Barroquismo, cultismo e conceptismo, n.º 95, 19 de Abr. 1936, 1-8 pp.

Do barroquismo parenético pelos «conceitos predicáveis», n.º 98, 10 de Maio 1936, 1-8 pp.

Diálogo de mortos. Fedra, n.º 105, 28 de Jun. 1936, 16 p.

Uma carta sobre bibliotecas públicas, n.º 108, 19 de Jul. 1936, 1 p.

Sobre uma opinião de Raúl Proença, n.º 112, 16 de Ag. 1936, 1 p.

Uma carta a propósito de bibliotecas públicas, n.º 115, 6 de Set. 1936, 1 p.

Resposta a Sant'Ana Dionísio. Relembrando que o assunto era a seriedade de pensamento, n.º 116, 13 de Set. 1936, 1-5 pp.

Procurando desembaraçar uma meada e dissipar um nevoeiro, n.º 119, 4 de Out. 1936, 3 e 7 pp.

Procurando desembaraçar uma meada e dissipar um nevoeiro mental, n.º 120, 11 de Out. 1936, 3 p.

Procurando desembaraçar uma meada e dissipar um nevoeiro mental, n.º 121, 18 de Out. 1936, 2 p.

Procurando desembaraçar uma meada e dissipar um nevoeiro mental, n.º 122, 25 de Out. 1936, 6-7 pp.

Resposta não ao panegirista de Leonardo Coimbra mas a três leitores que se me dirigiram, n.º 129, 13 de Dez. 1936, 7 p.

Em que trabalham os nossos escritores, (inquérito), n.º 149, 2 de Maio 1937, 5 p.

Carta a Abel Salazar, n.º 157, 27 de Jun. 1937, 11 p.

Segunda carta a Abel Salazar, n.º 158, 4 de Jul. 1937, 7 p.

(Carta de António Sérgio a propósito do artigo de Mário Ramos: «Para a crítica do crítico António Sérgio»), n.º 165, 21 de Nov. 1937, 5 p.

A pena de morte (depoimento), n.º 174, 23 de Jan. 1938, 1 p.

O antagonismo interno no cristianismo histórico, n.º 222, 24 de Dez. 1938, 1 p.

Resposta a uma consulta, n.º 231, 25 de Fev. 1939

O «Espaço Vital» e a abundância agrícola, n.º 241, 6 de Maio 1939, 1 e 4 pp.

A ciência, o progresso social e o regime do lucro, n.º 246, 10 de Jun. 1939, 1-8 pp.

Sobre a agrobiologia ou ciência da agricultura da abundância, n.º 248, 24 de Jun. 1939, 3 p.

Sobre a agrobiologia ou ciência da agricultura da abundância, n.º 250, 8 de Jul. 1939, 3 e 8 pp.

Sobre a agrobiologia ou a ciência da agricultura da abundância, n.º 252, 22 de Jul. 1939, 1 e 4 pp.

Bibliografia de António Sérgio

- Sobre a agrobiologia ou a ciência da agricultura da abundância*, n.º 254, 5 de Ag. 1939, 2 e 6 pp.
- Sobre a agrobiologia ou a ciência da agricultura da abundância*, n.º 256, 19 de Ag. 1939, 7 p.
- As surpresas agradáveis da viagem. Uns reparos de biologista e uma fantasia hidropónica I*, n.º 258, 2 de Set. 1939, 3 p.
- As surpresas agradáveis da viagem. Uns reparos de biologista e uma fantasia hidropónica*, n.º 259, 9 de Set. 1939, 7 p.
- Problemas da abundância. Em torno de uma decisão do governo inglês*, n.º 261, 23 de Set. 1939, 1 p.
- Uma entrevista com António Sérgio*, n.º 279, 27 de Jan. 1940, 3 e 7 pp.
- A paixão de Pedro o Cru: mera emotividade ou tragédia humana?*, n.º 285, 9 de Mar. 1940, 1 e 6 pp.
- Dialoguete, Angelo e Policiano*, n.º 287, 23 de Mar. 1940, 3 p.
- Crítica literária e crítica social*, n.º 293, 4 de Maio 1940, 1 e 6 pp.
- O genio inglês e a planificação da economia*, n.º 297, 1 de Jun. 1940, 3 p.
- Paixão e calvário das letras portuguesas. Uma carta de A. Sérgio*, n.º 300, 22 de Jun. 1940, 2 p.
- Evolução económico-social da nação portuguesa*, n.º 301, 29 de Jun. 1940, 3 p.
- Recapitulação*, n.º 306, 17 de Ag. 1940, 1-2 pp.
- Resposta a um irmão católico*, n.º 308, 17 de Ag. 1940, 6 p.
- Ainda ao irmão católico*, n.º 311, 7 de Set. 1940, 6 p.
- Incompreensão do portuguesinho valente perante a mulher estrangeira do nosso tempo*, n.º 325, 14 de Dez. 1940, 1-5 pp.

ib

DIÁRIO DE LISBOA

- A influência da Águia no movimento literário português*, 29 de Jun., 1935
- Carta a um jovem*, (ref. a um artigo de A. S. saído na *Seara Nova* c/ o mesmo título), de Set., 1937
- António Sérgio declara-nos que votará em Quintão Meireles porque este candidato promete liberdade ao país*, 12 de Jul., 1951
- Uma carta de António Sérgio a propósito de uma crítica que lhe fizeram no Diário da Manhã*, 16 de Jul., 1951
- Para além das eleições o escritor António Sérgio esclarece as razões porque não se propôs a deputado*, 12 de Out., 1953
- António Sérgio declara-nos que o acto eleitoral serviu aos oposicionistas para actualizar a sua experiência e refazer a consciência cívica do país*, 10 de Nov., 1953
- A cultura portuguesa*, 30 de Maio, 1956
- Um esclarecimento* (a propósito das declarações pronunciadas na sede do Comando Geral da Legião Portuguesa), 16 de Nov., 1956
- António Sérgio esclarece os propósitos da Comissão Promotora do Voto*, na qual diz que desejaria ver monárquicos e até elementos da União Nacional nas listas da Oposição, 23 de Jan., 1957
- Posições e objectivos da Comissão de Voto*, reafirmados por António Sérgio, 21 de Mar., 1957
- António Sérgio expõe as razões do seu apoio à candidatura do general Humberto Delgado e esboça uma crítica do Corporativismo*, 9 de Maio, 1958
- O I Congresso de Escritores Portugueses está em organização*, afirma Sérgio, 10 de Out., 1958

Antonio Sérgio

DIÁRIO LIBERAL — Jornal Republicano da Manhã. Director: Evaristo de Carvalho. Duração: 1932-33. Local de publicação: Lisboa

Do que se diz e do que se escreve, 13 de Maio, 1933

Do que se diz e do que se escreve, 16 de Maio, 1933

Do que se diz e do que se escreve, 4 de Jun., 1933

A liberdade e a pedagogia, 14 de Jul., 1933

Política Democrática, 3 de Jan., 1934

Política Experimental, 5 de Jan., 1934

Democracia Crítica, 12 de Jan., 1934

ib

EDUCAÇÃO SOCIAL — Revista de Pedagogia e Sociologia. Director: prof. Adolfo Lima. Duração: 1924-1927. Local de publicação: Lisboa

Coefficiente de assimetria dos indivíduos, n.º 1 (1.º ano), 10 Jan. 1924, 11-13 pp.

Sobre a educação dos sentidos e dos músculos, n.º 12 (1.º ano), 25 Jun. 1924, 207-208 pp.

A obra do professor Bensaúde no Instituto Superior Técnico, n.º 6 (2.º ano), 15 de Jun. 1925, 174-177 pp.

Liga Propulsora de Instrução, n.º 1 (3.º ano), 15 Jan. 1926, 12-14 pp.

Nota para um estudo sobre as ideias pedagógicas de Eça de Queiroz, n.º 4 (3.º ano), 15 Abr. 1926, 114-115 pp.

O ESTADO DE S. PAULO — (Brasil)

«Sobre as ideias filosófico-sociais em *Os Possessos* de Dostoiéwsky (a propósito de um livro recente)» 15 e 16 de Jul. de 1947. (O livro referido intitula-se: *Algumas notas sobre Os Possessos* de Dostoiéwsky. Lisboa, ed. Ática, 1947, 69 p. autor: Pedro Nascimento)

GLEBA — Semanário de Literatura e Crítica

Um problema pedagógico, 4 de Dez., 1934, 1 p.

GUIA DE LEITORES — Notas Críticas de Bibliografia Moderna. Director: Agostinho da Silva. Local da publicação: Lisboa

(Nota crítica à obra: «*La Turquie, Passé et Présent*» de Marcel Clerget, n.º 213 da *Collection Armand Colin*), fasc. 1.º (1941) s/data, 14-17 pp.

HOMENS LIVRES — Livres da Finança e dos Partidos. Red. Princ.: A. Sérgio. Ed. Reynaldo dos Santos. Números publicados: 2. Local de publicação: Lisboa

Vivos e mortos, n.º 1, 1 Dez. 1923, 1-2 pp.

O tropel dos escravos (poesia), n.º 1, 1 Dez. 1923, 6-7 pp.

Decadência física e apatia moral, n.º 2, 12 Dez. 1923, 8-9 pp.

Bibliografia de António Sérgio

COMENTÁRIOS:

Conferências e exposições, n.º 1, 1 Dez. 1923, 16 p.
Lapsos e mal entendidos, n.º 2, 12 Dez. 1923, 15-16 pp.
A Pátria, n.º 2, 12 Dez. 1923, 15-16 pp.
Hospitalidade, n.º 2, 12 Dez. 1923, 15-16 p.

JORNAL DE LETRAS E ARTES — Director: Azevedo Martins. Duração: 1961-1968. Números publicados: 267. Local de publicação: Lisboa **ib**

A investigação nas Universidades e a preparação Liceal, n.º 101, 4 Set. de 1963, 1-4 pp.

LER — Jornal de Letras Artes e Ciências. Editor: Publicações Europa-América. Duração: 1952-1953. Números publicados: 18. Local de publicação: Lisboa

Escritores, artistas e editores dizem o que pensam da publicação deste jornal. (Depoimento de A. Sérgio), n.º 1, Abr. de 1952, 1-2 pp.
A propósito de Camões. A crítica literária, a história da literatura e a biografia dos autores, n.º 3, Jun. de 1952, 6 p.
Resposta a um inquérito, n.º 18, Set. de 1953

LUSÍADA — Revista Ilustrada de Cultura, Arte, Literatura, História, Crítica. Director: Carlos de Passos. Duração: 1952-1960. Números publicados: 12. Local de publicação: Porto

Nota sumária sobre as minhas «Heresias Epistemológicas», n.º 1, (vol. I), Primavera de 1952, 18-19 pp.

LVSITANIA — Revista de Estudos Portugueses. Director: Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Duração: 1924-1927. Números publicados: 10. Local de publicação: Lisboa

Comentários críticos das seguintes obras:
Espanha, de Antero de Figueiredo, fase. 1 (vol. I), Jan. 1924, 106-110 pp.
O Heroísmo, a Elegância, o Amor, de Júlio Dantas, fase. 1 (vol. I), Jan. 1924, 110-111 pp.
Filho de Almeida, de Castelo Branco Chaves, fase. 1 (vol. I), Jan. 1924, 111-114 pp.
A Língua Portuguesa e os Seus Mistérios, de Jaime de Magalhães Lima, fase. 1 (vol. I), Jan. 1924, 119-121 pp.
Ensaio sobre a Psicologia da Intuição, de Faria de Vasconcelos, fase. 1 (vol. I), Jan. 1924, 140-142 pp.
Os Pescadores, de Raul Brandão, fase. 2 (vol. I), Mar. 1924, 255-259 pp.
Ressurreição, de Manuel Ribeiro, fase. 2 (vol. I), Mar. 1924, 262-269 pp.
História da Literatura Clássica, de Fidelino de Figueiredo, fase. 2 (vol. I), Mar. 1924, 279-287 pp.
O Seiscentismo em Portugal, de Manuel Múrias, fase. 3 (vol. I), Jun. 1924, 441-446 pp.
Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa, de António Baião, fase. 3 (vol. I), Jun. 1924, 446-448 pp.

Antonio Sérgio

(NOTA: — O «erratum» da pág. 491, fase. 3 de Jun. 1924, desmente a autoria de um comentário saído com a assinatura de A. Sérgio)

Alguns Aspectos da Literatura Portuguesa, de Aubrey Bell, fase. 1 (vol. II), Set. 1924, 96-100 pp.

Contos e Lendas da Nossa Terra, de Maria da Luz Sobral, fase. 1 (vol. II), Set. 1924, 122 p.

Uma carta de Jaime Magalhães Lima, fase. 1 (vol. II), Set. 1924, 122-127 pp.

As duas políticas nacionais, fase. 7 (vol. III), Out. 1925, 63-72 pp.

Comentário crítico da obra:

História de Arzila durante o domínio português, de David Lopes.

Coimbra, 1925, fase. 7 (vol. III), Out. 1925, 101-103 pp.

As duas políticas nacionais, fase. 7 (vol. III), Out. 1925, 63-72 pp.

Comentário crítico da obra:

A tomada e Ocupação de Ceuta, de Jaime Cortesão, fase. 9 (vol. III), Abr. 1926, 446-451 pp.

Ib

MUNDO LITERÁRIO — Semanário de Crítica e Informação Literária, Científica e Artística. Director: Jaime Cortesão Casimiro. Duração: de 11 de Maio de 1946 a 1 de Maio de 1948. Números publicados: 53. Local de publicação: Lisboa

A propósito de uma discussão entre Antero de Quental e Oliveira Martins, n.º 37, 18 Jan. de 1947, 1-2 p.

NOTÍCIAS DE HUÍLA

Do capitalismo de competição para o capitalismo de monopólio, 13 de Nov., 1937

Gualdim Pais, 15 de Fev., 1938

OCIDENTE — Revista Portuguesa Mensal. Director: Álvaro Pinto. Local de publicação: Lisboa

A acção de Álvaro Pinto na «Renascença Portuguesa», n.º 226 (vol. III), Fev. de 1957, 39-41 pp.

O Conto de Eça de Queiroz «O Tesouro» lido e comentado por A. Sérgio, n.º 387, Jul. 1970, 3-15 pp.

PELA GREI — Revista para o Ressurgimento Nacional pela Formação e Intervenção de Uma Opinião Pública Consciente. Director: António Sérgio. Duração: 1918-1919. Números publicados: 7 números e um Suplemento. Local de publicação: Lisboa

NO CORPO DA REVISTA:

Do Intuito e natureza desta revista, n.º 1, 1918, 1-9 pp.

Da opinião pública e da competência em democracia, n.º 1, 1918, 46-53 pp.

Bibliografia de António Sérgio

COMENTÁRIOS:

Sinais de desorientação. O Monumento ao Marquês de Pombal, n.º 1, 1918, 71-72 pp.

Mais desnorreamento. Extensão universitária e conferências para o povo, n.º 1, 1918, 72-73 pp.

Um livro para a regeneração dum povo: «La Nouvelle Cité de France», por Henri Mazel, n.º 1, 1918, 73-75 pp.

BIBLIOGRAFIA:

Contra um plágio do Dr. Teófilo Braga pelo Dr. Ricardo Jorge. Lisboa, 1917, n.º 1, 1918, 75-78 pp.

ib

NO CORPO DA REÍVISTA :

Insistindo...., n.º 2, Maio de 1918, 81-82 pp. (não assinado)

Alexandre Herculano e o problema moral e social do Portugal moderno, n.º 2, Maio de 1918, 111-119 pp.

COMENTÁRIOS:

Ainda o caso Pombal, n.º 2, Maio de 1918, 137-138 pp.

Em torno do problema da educação popular, n.º 2, Maio de 1918, 138- 139 pp.

Os católicos portugueses e a sua organização, n.º 2, Maio de 1918, 139- 140 pp.

Representação profissional, n.º 2, Maio de 1918, 141 p.

NO CORPO DA REÍVISTA:

Em ferro frio?...., n.º 3, Julho de 1918, 147 p. (não assinado)[^]

A situação moral e social. A escola portuguesa, órgão parasitário; Necessidade da sua reforma sob a ideia directrix do trabalho produtivo, n.º 3, Julho de 1918, 169-178 pp.

COMENTÁRIOS :

Revista e revistas, n.º 3, Julho de 1918, 179-187 pp.

Um apelo e um problema; têm a palavra as elites dirigentes, n.º 3, Julho de 1918, 186-187 pp.

Exemplos do estrangeiro, n.º 3, Julho de 1918, 187-188 pp.

Os estudantes e o partidarismo político, n.º 3, Julho de 1918, 188-189 pp.

Por um programa de ressurgimento nacional, n.º 3, Julho de 1918, 189 p. (não assinado)

BIBLIOGRAFIA:

Leivas da minha Terra, por Ezequiel de Campos. 1918. Porto, n.º 3, Julho de 1918, 189-191 pp.

NO CORPO DA REÍVISTA :

Da necessidade de as elites fazerem uma revolução pacífica, n.º 4, 2 de Out., 1918, 193-196 pp. (não assinado)

A situação moral e social. A escola portuguesa, órgão parasitário; Necessidade da sua reforma sob a ideia directrix do trabalho produtivo, n.º 4, 2 de Out., 1918, 210-222 pp.

COMENTÁRIOS:

Na igreja portuguesa, n.º 4, 2 de Out., 1918, 225-227 pp.

A «Nova Geração», n.º 4, 2 de Out., 1918, 227-228 pp.

O relatório da sub-comissão do partido laborista inglês, n.º 4, 2 de Out., 1918, 228-232 pp.

BIBLIOGRAFIA:

A Evolução e a Revolução Agrária, por Ezequiel de Campos. Porto, 1918, n.º 4, 2 de Out., 1918, 232-236 pp.

ib

NO CORPO DA REVISTA:

Dextrígrados e Sinistrígrados, n.º 5, 14 de Dez. 1918, 237-239 pp. (não assinado)

A Situação Moral e Social. O «Morbo Gaulês», n.º 5, 14 de Dez., 1918, 265-269 pp.

COMENTÁRIOS :

A crise económica, n.º 5, 14 de Dez. 1918, 272-273 pp.

A superstição da matéria em pedagogia, n.º 54, 14 de Dez. 1918, 273-274 pp.

Bibliografia, n.º 5, 14 de Dez. 1918, 274-280 pp. (não assinado)

NO CORPO DA REVISTA:

Breves anotações pedagógicas à última reforma de instrução secundária, n.º 6, Março de 1919, 290-309 pp.

COMENTÁRIOS:

Sobre o nosso «Esboço de um programa de fomento», n.º 6, Março de 1919, 319-320 pp.

Reforma de instrução, n.º 6, Março de 1919, 320 p.

NO CORPO DA REVISTA:

Para um plano de política nacional. A redacção de Pela Grei submete à Nação o seguinte esboço de um programa de fomento, Suplemento n.º 1, (11 p.)

NO CORPO DA REVISTA:

A função do político e a política nacional, n.º 7, 1919, 321 a 324 pp.

COMENTÁRIOS:

Reforma da instrução, n.º 7, 1919, 353 a 356 pp.

Mocidade académica, n.º 7, 1919, 359 a 362 pp.

PIM PAM PUM! — Suplemento Infantil de «O Século». N.º 1, Dez. de 1925

História do Lobo e dos Cabritinhos (De um conto popular francês) 5 de Jan. 1926. 4 e 5 pp.

Bibliografia de António Sérgio

PORTUCALE — Revista Ilustrada de Cultura Literária, Científica e Artística. Directores: Augusto Martins, Cláudio Basto, Pedro Vitorino. 1945 — Pina de Moraes e Veiga Pires. Duração: 1928-1955. Local de Publicação: Porto

- A religião no oriente e no ocidente segundo Radhakrishnan*, n.º 1, (vol. I), Fev. de 1946, 6-13 pp.
Inteligência e emoção nos poemas e nos leitores (trecho de um prefácio inédito), n.º 7-9, (vol. II), Jan.-Jun. de 1947, p. 32-35
Notas de esclarecimento I — Com forçados lances de olhos sobre o «Moi Haïssable» e alegações enjoativas «pro domo mea», n.º 25-27, (vol. V), Jan.-Jul. de 1950, 18-32 pp.
Notas de esclarecimento II — Com forçados lances de olhos sobre o «Moi Haïssable» e alegações enjoativas «pro domo mea», n.º 28-30, (vol. V), Jul.-Dez. de 1950, 193-244 pp.
Sobre a minha colaboração na obra da «Renascença Portuguesa», n.º 3, (vol. I), Primavera de 1955, 115-123 pp.

ib

REPÚBLICA

- O 31 de Janeiro e um dito do Sebastião do Quiosque da Praça Nova*, 30 de Jan., 1946
O dr. António Sérgio entrevistado pela República defende a mais completa liberdade individual e considera necessária a planificação económica, 10 de Jan., 1947
Um trecho da antologia de prosa doutrinal de autores portugueses, 18 de Mar., 1947
Confissões de um cooperativista, (Conferências de A. S. na Caixa Económica Operária em 25 de Nov.)
António Sérgio fala à República sobre o movimento cooperativo português, 4 de Jun., 1948
O Apóstolo e o Político, 27 de Jun., 1948
Quem quer República deve não ser simplista e contar com os demais, 4 de Out., 1948
Eu posso fazer um depoimento. Comentário a certos conceitos políticos à luz da minha experiência pessoal, n.º 1, 9 de Jan., 1949 (Continuação: n.º 2 — 10 de Jan.; n.º 3 — 11 de Jan.; n.º 4 — 12 de Jan.; n.º 4 — repetido em 13 de Jan. por ter saído truncado no n.º anterior; n.º 5 — 14 de Jan.; n.º 6 — 15 de Jan.; n.º 7 — 16 de Jan.; n.º 7 a — 17 de Jan.; n.º 8 — 27 de Jan.; n.º 9 — 28 de Jan.; n.º 10 — 29 de Jan.; n.º 10 a — 30 de Jan.; n.º 11 — 1 de Fev.; n.º 12 — 2 de Fev.; n.º 13 — 3 de Fev.)
Do espírito barroco, 30 de Jun., 1949
Relanços de vulgarização sobre cooperativismo, 4 de Jul., 1949 (Continuação: 11 de Jul.; 18 de Jul.; 25 de Jul.; 1 de Ag.; 8 de Ag.; 15 de Ag.; 22 de Ag. 29 de Ag.; 5 de Set.; 12 de Set. e 19 de Set.)
Humanismo e valor do espírito, coisismo e valor das coisas, 11 de Nov., 1949
Desporto competitivo — negociata e alheamento do espírito, 8 de Jun., 1951
Ginástica educativa e interesse pelo desporto competitivo profissional, 21 de Jun., 1951
Nacionalismo verdadeiro e compreensivo. Nacionalismo falso e perseguidor, 10 de Jul., 1951
Os requisitos do verdadeiro espírito democrático, 12 de Jul., 1951

- Pontos e contrapontos* (em torno da afirmação de alguns oradores),
14 de Jul., 1951
- Ponto e contraponto* (em torno de afixação de cartazes), 18 de Jul.,
1951
- Pontos e contrapontos*, 20 de Jul., 1951
- Em torno da noção de Ligas Cívicas*, 30 de Jul., 1951
- Cartas do aprendiz de pedagogo I*, 2 de Jun., 1953
(Continuação: II — 11 de Jun.; III — 17 de Jun.; IV — 25 de
Jun.; V — 29 de Jun.; VI — 6 de Jul.; VII — 15 de Jul.; VIII —
29 de Jul.; IX — 6 de Ag.; X — 13 de Ag.; XI — 18 de Ag.;
XII — 25 de Ag.; XIII — 3 de Set.; XIV — 9 de Set.; XV —
15 de Set.)
- Transcrição de um artigo sobre o filme *Milagre em Milão* de Vittorio
de Sicca, do *Notícias de Lourenço Marques*, 27 de Jul., 1953
- Com o país liberto do medo combatamos pela decência e pela veraci-
dade de todas as operações do escrutínio, diz-nos Sérgio*,
7 de Out., 1953
- Com o recenseamento como foi feito e o medo que tolhe os cida-
dãos portugueses nenhum candidato independente pode ter es-
peranças de ganhar eleições*, 11 de Out., 1953
- Uma ditadura libertadora a de Kemal Ataturk*, 12 de Out., 1953
- Os regimes de absolutismo e a Arte de Furtar*, 15 de Out., 1953
- Resposta às críticas que lhe foram feitas numa sessão de propaganda
da União Nacional*, (uma carta de A. S.), 18 de Out., 1953
- Resposta às críticas que lhe foram feitas pelo Ministro do Interior*,
(uma carta de A. S.), 25 de Out., 1953
- Referência à intervenção de Sérgio na 1.ª sessão da oposição no Li-
ceu Camões*, 27 de Out., 1953
- Resposta ao comunicado da Comissão Distrital da União Nacional do
Porto*, (contra a acusação que lhe fizeram de plágio), 2 de
Nov., 1953
- Resposta a um apelo e a uma pergunta de Sua Excelência o Ministro
do Interior*, (porque não elogia Sérgio o Estado Novo?), 3 de
Nov., 1953
- Entrevista de Sérgio sobre a apresentação do programa submetido à
discussão por um grupo de oposicionistas*, 5 de Nov., 1953
- Como presidente da Comissão Eleitoral de Voto faz as 1.ªs declarações
acerca do acto eleitoral*, 10 de Nov., 1953
- Pela revolução continua do curto-circuito*, 14 de Nov., 1953
- Cartas do Terceiro Homem*, XVI, 21 de Dez., 1953
(Continuação: XVII — 15 de Jan., 1954; XVIII — 27 de Jan.;
XIX — 6 de Fev.; XX — 16 de Fev.; XXI — 3 de Mar.; XXII —
11 de Mar.; XXIII — 15 de Mar.; XXIV — 18 de Mar.; XXV —
27 de Mar.; XXVI — 1 de Abr.; XXVII — 3 de Abr.; XXVIII —
5 de Abr.; XXIX — 10 de Abr.; XXX — 16 de Abr.; XXXI —
10 de Maio; XXXII — 25 de Jun.; XXXIII — 4 de Dez.)
- O primeiro e o 2.º lema a propósito de liberdade, igualdade e frater-
nidade*, 4 de Out., 1954
- Liberdade, Igualdade, Ordem. Despotismo e Oligarquia segundo a
doutrina de Garrett*, 9 de Dez., 1954
- Novas Cartas do 3.º Homem*. Sobre a necessidade de criar uma es-
trutura cooperativa na economia portuguesa, 27 de Maio, 1955
(Continuação: 8 de Jun.; 15 de Jun.; 21 de Jun.; 29 de Jun.;
11 de Jul.; 19 de Jul.; 20 de Jul.; 7 de Ag.; 9 de Fev., 1956; 7 de
Mar.; 28 de Mar. (Em torno das discussões partidárias e histo-
ricistas); 6 de Abril.; 12 de Abr.; 10 de Maio; 16 de Jul.; 20 de
Jul.; 24 de Jul.; 1 de Ag.; 6 de Ag. (Cartas do Terceiro Homem

ib

Bibliografia de António Sérgio

- e dois contendores ordeiristas) ; 20 de Out.; 22 de Out.; 24 de Out.; 26 de Out.; 27 de Dez. 1957; 4 de Fev., 1958; 20 de Fev.; 8 de Mar.; 19 de Mar.)
- Palavras de António Sérgio na homenagem de Julião Quintinha na Sociedade de Belas Artes*, 15 de Jun., 1956
- Uma representação ao Sr. Presidente da República assinada por 50 intelectuais*. (1.º signatário — António Sérgio. C/ data de 3 de Jul., 1956) 11 de Jul., 1956
- O dr. António Sérgio responde ao Diário da Manhã, 30 de Jul., 1956
- Tornar efectivos os direitos políticos do art.º 8.º da Constituição — Cumprir os princípios da ONU — Fazer eleições honestas e criar um Conselho de Estudos Económicos-Sociais, são alguns dos aspectos da Reforma preconizada pelo ilustre pedagogo dr. António Sérgio antigo ministro da Instrução, numa entrevista concedida à República*, 30 de Jul., 1956
- Entusiasmo e espírito crítico*, 5 de Out., 1956
- Esclarecimento público* (5.11.1956), 17 de Nov., 1956
- Inquérito da República sobre as eleições. Peço a todos que saiam da inércia, que se recenseiem sem demora e se preparem para ir às urnas — diz António Sérgio*, 25 de Fev., 1957
- A criança e o adolescente. Os direitos fundamentais da criança* (Responde António Sérgio, 11 de Jun., 1957
- O momento político. *A legislação que existe e o que nos disse António Sérgio*, 9 de Out., 1957
- Liberdade do povo e governo do povo pelo povo*, 4 de Out., 1957
- Reclamo uma coisa, somente uma: o cumprimento não sofismado do art.º 8.º da Constituição*, (errata do art. a 25 de Out.), 24 de Out., 1957
- Recordando José Domingos dos Santos*, 30 de Ag., 1958
- Educação social e económica do povo que possibilite o governo do povo pelo povo*, 4 de Out., 1958
- Sobre uma doutrina socialista*, 20 de Nov., 1958
- Resposta de Sérgio ao inquérito efectuado pela República: Quais as características fundamentais do século actual até aos nossos dias?*, 24 de Dez., 1958
- Carta de Sérgio à redacção da República a propósito de um artigo saído num magazine brasileiro*, 25 de Abr., 1959, (resposta de A. S. transcrita na revista Manchete)
- Dez erros capitais da tirania fascista em Portugal*, 31 de Maio, 1974

ib

REVISTA AMERICANA — Local de publicação: Rio de Janeiro

Da natureza da afecção. Ensaio de Psicologia e Pedagogia, n.º 9, ano IV, 1913

REVISTA DE EDUCAÇÃO GERAL E TÉCNICA — Boletim da Sociedade de Estudos Pedagógicos. Direcção: Prof. Almeida Lima, Pedro José da Cunha e Prof. Celestino da Costa. Duração: 1911-1935. Lisboa

Comissão de Inquérito aos trabalhos manuais, n.º 2 (série VIII) Dez. 1921, 53-56 pp.

A função da escola primária em Portugal, n.º 1 (série IX) Dez. 1927, 97-100 pp.

REVISTA DE GUIMARÃES

Divagações Conjecturais sobre o Antigo Pastor Montanhês do Noroeste da Ibéria, vol. 68, 1958, n.º 1-2

REVISTA DO PORTO — Publicação Quinzenal de Arte e Cultura. Director: Carlos Bastos. Duração: de 30 de Out. de 1940 a 20 de Dez. de 1940. Números publicados: 4. Local de publicação: Porto

Diálogo de mortos, n.º 1, 30 de Out. de 1940, 5-7 pp.

Diálogo de mortos, n.º 2, 15 de Nov. 1940, 17-19 pp.

Diálogo de mortos, n.º 3, 30 de Nov. 1940, 31-32 pp.

Diálogo de mortos, n.º 4, 20 de Dez. 1940, 41-43 pp.

lb

REVISTA DE PORTUGAL — Director: Vitorino Nemésio. Duração: de Out. de 1937 a Nov. de 1940. Números publicados: 10. Local de publicação: Coimbra

Tese e antítese nos sonetos de Antero, n.º 1, Out. de 1937, 16-32 pp.

REVISTA PORTUGUESA — Edição da Câmara portuguesa de Comércio e do Club Português. Director: dr. Ricardo Severo. Local de publicação: S. Paulo, Brasil

Para a reforma democrática da Sociedade das Nações, fase. I (tomo I), 1930, 45-48 pp.

Portugal Colonial e Portugal Metropolitano, fase. II (tomo I), 1930, 136-138 pp.

REVUE BLEU — Revue Politique et Littéraire — Paris

Après la révolution portugaise, n.º 15, 6 Août 1927, 449-451 pp.

REVUE DE GENÈVE

Portugal — (La littérature portugaise d'aujourd'hui), Ag. 1925, 990-1002 pp.

LA REVUE MONDIALE — Ancienne «Revue des Revues». Encyclopédie de quinzaine — Paris

La S. D. N. et la Dictature Portugaise, n.º 7 (vol. CLXXXII), 1er Avril 1928, 233-236 pp.

Le Brésil et le Portugal devant la S. D. N. et le dessous de la dictature portugaise..., n.º 18, (vol. CLXXXIV), 15 Septembre 1928, 113-118 pp.

SEARA NOVA — Revista de Doutrina e Crítica. 1.º número: 15 de Out. de 1921. Local de publicação: Lisboa

Bibliografia de António Sérgio

- O problema da instrução religiosa nas escolas particulares*, n.º 21, Fev.-Mar. de 1923, 148-150 pp.
A União Cívica, os seus intuitos e os seus métodos, n.º 22, Abr. de 1923, 157-161 pp.
O sr. Afonso Costa sente-se português no estrangeiro, n.º 22, Abr. de 1923, 165 p.
O sr. Brito Camacho sente-se estrangeiro em Portugal, n.º 22, Abr. de 1923, 166 p.
Recorre-se ao sobrenatural e consulta-se a mesa de pé de galo; aparece a República-que-eles-sonharam, n.º 22, Abr. de 1923, 166-167 pp.
Ura diletante, adorador abstracto da competência que desdenha dos competentes, n.º 22, Abr. de 1923, 167-168 pp .

Ib

BIBLIOGRAFIA:

- Ricardo Jorge: *O óbito de D. João II*, n.º 22, Abr. de 1923, 173 p.
A. Lopes Vieira: *O romance de Amadis e Da reintegração dos Primitivos Portugueses*, n.º 22, Abr. de 1923, 173-174 pp.
A política de Oliveira Martins, n.º 23, Maio de 1923, 177-182 pp.
Junta de educação; Teatro regional e O desacato ao Sr. Arcebispo de Évora, n.º 23, Maio de 1923, 192 p.

BIBLIOGRAFIA:

- Nação Portuguesa*, n.º 23, Maio de 1923, 193-196 pp.
Não está certo, n.º 24, Jun. de 1923, 209 p.
O Sr. Bernardino Machado e a União Cívica, n.º 24, Jun. de 1923, 209-211 pp.
Colonização do Alentejo, n.º 24, Jun. de 1923, 211 p.
Traidores à pátria, n.º 24, Jun. de 1923, 211-212 pp.

BIBLIOGRAFIA:

- Revista Portuguesa*, n.º 4, Jun. de 1923, 216 p.
Primeiro Livro de Zoologia, por H. Parreira e F. Cabral, n.º 24, Jun. de 1923, 218-219 pp.
Álvaro Pires de Évora, por Reinaldo dos Santos, n.º 24, Jun. de 1923, 218-219 pp.
Congresso agrícola de Viseu, n.º 25, Jul. de 1923, 18 p.
Reforma da educação, n.º 25, Jul. de 1923, 19 p.
Brincadeira de mau gosto, n.º 25, Jul. de 1923, 19 p.
Eça de Queiroz e a sociedade portuguesa (a propósito de um prefácio de Agostinho de Campos), n.º 26, Ag.-Set. 1923, 39-42 pp.
Relações com a França; ensino livre, ensino obrigatório?; O parlamento, n.º 26, Ag.-Set. 1923, 42 p.
O caso de Espanha, n.º 27, Out.-Nov. 1923, 64-65 pp.
Irrigação da região de Moura, n.º 27, Out.-Nov. 1923, 65 p.

1924

- Ideas educativas de um candidato trabalhista. «A Chama Imortal»*, de Wells, n.º 31, 15 de Fev. 1924, 134-140 pp.
As juntas de freguesia e a carestia de vida, n.º 32, 1 de Mar. 1924, 162 p.

Coisas do Demo no papel do Nemo, n.º 33, 20 de Mar. 1924, 178-180 pp.
No governo (relatório que A. S. apresentou ao seu sucessor ao entregar-lhe a pasta da Instrução Pública), n.º 34, 9 de Abr. 1924, 195-197 pp.

Um programa, n.º 35, 15 de Maio 1924, 226 p.

Instrução, n.º 35, 15 de Maio 1924, 226 p.

Colecção assíria, n.º 36, Jun. 1924, 242 p.

Nação e governantes, n.º 36, Jun. 1924, 242 p.

O que se chama uma questão «literária»... em Portugal. Explicações aos meus leitores sobre as afirmações de um artigo do sr. Fidelino de Figueiredo, n.º 37, Jul.-Ag. 1924, 7-9 pp.

Escolas primárias superiores, n.º 37, Jul.-Ag. 1924, 10 p.

Palavras de António Maura, n.º 37, Jul.-Ag. 1924, 10 p.

Problemas pedagógicos, n.º 38, Set.-Out. 1924, 25 p.

Um opúsculo político, n.º 38, Set.-Out. 1924, 36 p.

O sindicalismo e o movimento das «Forças Vivas», n.º 38, Set.-Out. 1924, 38 p.

O programa do governo e o da Seara Nova, n.º 39, Nov.-Dez. 1924, 44 p.

Paixão clerical e paixão anti-clerical, n.º 40, Jan. 1924, 72 p.

1925

A União Agrária, n.º 41, 1 de Fev. 1925, 84 p.

Carta aberta a Trindade Coelho, n.º 42, 15 de Fev. 1925, 109-110 pp.

Questão de estética literária, n.º 42, 15 de Fev. 1925, 115 p.

Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a questão do Desejado, n.º 43, 15 de Mar. 1925, 123-130 pp.

Um exemplo, n.º 43, 15 de Mar. 1925, 130 p.

Melros, n.º 43, 15 de Mar. 1925, 135 p.

Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a questão do Desejado, n.º 44, Abr. 1925, 153-158 pp.

Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a questão do Desejado, n.º 45-46, Maio 1925, 173-177 pp.

Carta aberta a um conservador lusitano, n.º 45-46, Maio 1925, 180-181 pp.

Nota (sobre um artigo de Francisco Aragão), n.º 47, Jun. 1925, 202 p.

Soberania do povo, n.º 47, Jun. 1925, 202 p.

Burocracias, n.º 47, Jun. 1925, 202 p.

Explicações ao Ex.^{mo} Sr. Prof. Martinho Nobre de Melo sobre as doutrinas morais dos meus «Ensaio», n.º 49, 15 de Jul. 1925, 6-10 pp.

O calor da máscara, n.º 49, 15 de Jul. 1925, 4 p.

Voltairianismo de pechisbeque, n.º 49, 15 de Jul. 1925, 4 p.

Vida literária, n.º 49, 15 de Jul. 1925, 15 p.

Explicação ao Ex.^{mo} Sr. Prof. Martinho Nobre de Melo sobre as doutrinas morais dos meus «Ensaio». (Conclusão), n.º 50, 1 de Ag. 1925, 35-38 p.

Sobre o problema da instrução pública, n.º 51, 15 de Ag. 1925, 50 p.

De Pacheco e da crítica, n.º 53, 15 de Set. 1925, 89-90 pp.

O problema da cultura em Portugal e o significado do Seiscentismo na sua história, n.º 56, 17 de Out. 1925, 148-151 pp.

Institutos de investigação científica, n.º 56, 17 de Out. 1925, 151 p.

As colónias portuguesas perante a Sociedade das Nações, n.º 56, 17 de Out. 1925, 157 pp.

Sobre o julgamento de 18 de Abril, n.º 57, 24 de Out. 1925, 168 p.

O problema da cultura em Portugal e o significado do Seiscentismo na sua história. (Conclusão), n.º 57, 24 de Out. 1925, 169-171 pp.

Ib

Bibliografia de António Sérgio

- Um manifesto eleitoral*, n.º 57, 24 de Out. 1925, 164 p.
Sociedade das Nações, n.º 57, 24 de Out. 1925, 173 p.
Um jornal, n.º 58, 31 de Out. 1925, 198 p.
Virá outra igual?, n.º 59, 7 de Nov. 1925, 213 p.
Monumento a Antero de Quental, n.º 59, 7 de Nov. 1925, 215 p.
Secção oriental da Seara Nova, n.º 59, 7 de Nov. 1925, 217 p.
Os dois critérios, n.º 65, 19 de Dez. 1925, 88 p.
O presépio, n.º 66, 22 de Dez. 1925, 104 p.

1926

ib

- Liga Propulsora da Instrução Pública em Portugal*, n.º 67, 2 de Jan. 1926, 129-130 pp.
O duelo, n.º 67, 2 de Jan. 1926, 134 p.
Ocidente e Oriente, n.º 67, 2 de Jan. 1926, 135-136 pp.
Misticismo, n.º 70, 16 de Jan. 1926, 189 p.
Água mole em pedra dura, n.º 70, 16 de Jan. 1926, 196 p.
Monumentos, n.º 71, 23 de Jan. 1926, 206 p.
Cartas a jovens portugueses, n.º 71, 23 de Jan. 1926, 214-216 pp.
Uma homenagem, n.º 71, 23 de Jan. 1926, 216 p.
Pensões de estudo no estrangeiro, n.º 71, 23 de Jan. 1926, 216 p.
Liga Propulsora da Instrução Pública em Portugal, n.º 72, 30 de Jan. 1926, 230-231 pp.
Deficit mental, n.º 72, 30 de Jan. 1926, 224 p.
Um bom livro, n.º 72, 30 de Jan. 1926, 224 p.
Paradoxo explicado, n.º 72, 30 de Jan. 1926, 229 p.
Liga europeia para a defesa da liberdade, n.º 72, 30 de Jan. 1926, 231 p.
Liga Propulsora para a Instrução em Portugal (prefácio para a tradução das «Lições de Coisas» de Murché, a sair brevemente), n.º 74, 13 de Fev. 1926, 35-36 pp.
Lições de civismo, n.º 75, 20 de Fev. 1926, 47 p.
Duas revistas pedagógicas, n.º 75, 20 de Fev. 1926, 53 p.
*Cartas leves sobre temas graves. Educadores, pedagogistas e carti-
histas*, n.º 76, 27 de Fev. 1926, 77-78 pp.
A mentalidade nacional, n.º 79, 20 de Mar. 1926, 129 p.
Ainda a questão dos monumentos, n.º 79, 20 de Mar. 1926, 133 p.
Política, ideias e palavras, n.º 80, 27 de Mar. 1926, 149 p.
O homem público e os cidadãos, n.º 80, 27 de Mar. 1926, 155 p.
*Cartas leves sobre temas graves. A propósito da conferência do prof.
Magalhães Colaço*, n.º 81, 1 de Abr. 1926, 170-173 pp.
Por Coimbra, n.º 83, 15 de Abr. 1926, 209 p.
Ainda sobre o problema dos monumentos, n.º 83, 15 de Abr. 1926, 209 p.
Os hormones da «Época», n.º 85, 29 de Abr. 1926
Explicação sobre os partidos aos partidários da Reconquista, n.º 86, 6 de Maio 1926, 276 p.
Cartas leves sobre temas graves. Aos jovens Seareiros de Coimbra, sobre a maneira de lidar com os inimigos da Luz e dçi Razão, n.º 87, 13 de Maio 1926, 292-294 pp.
Cartas leves sobre temas graves. Aos meus jovens amigos que me pediram que Respondesse Aquilo, n.º 88, 20 de Maio 1926, 311—313 pp.
Cartas leves sobre temas graves. A Actual situação política e a instrução pública, n.º 93, 23 de Jun. 1926, 414 p.
Palavras de sinceridade, n.º 93, de 23 de Jun. de 1926, 418 p.
Observações e ideologia, produtor e cidadão, n.º 94, 8 de Jul. de 1926, 428-429 pp.

Um homem de princípios, n.º 95, 15 de Jul. 1926, 444 p.
Dogmatismos, n.º 95, 15 de Jul. 1926, 455 p.
Onde pô-los?, n.º 95, 15 de Jul. 1926, 455 p.
Guarda-sol, n.º 96, 12 de Ag. 1926, 474 p.

1927

Uma lição de inteligência, n.º 98, s. d., (1927)
O oriente, o ocidente e a nova civilização ecuménica, n.º 99, 12 de Maio 1927, 46 p.
Carta de agradecimento a D. Basílio, n.º 100, 9 de Jun. 1927, 78-79 pp.
Sobre a inter-cultura de Portugal e Espanha, n.º 102, 14 de Jul. 1927, 177-118 pp.
(*Crítica ao livro «Diálogo de Doutrina Cristiana» de Juan Vaidés*), n.º 108, 20 de Out. 1927, 237 p.
(*Crítica ao livro «Christophe Colombe Catalan» de Luís Ulloa*), n.º 111, 8 de Dez. 1927, 297 p.

Ib

1928

Ao jovem leitor. (Prefácio do 2.º vol. dos «Ensaio» no prelo), n.º 129, 20 de Set. 1928, 164-165 pp.
Alocação aos Voluntários da Paz, n.º 137, 15 de Nov. 1928, 333-334 pp.
A reforma da instrução primária, n.º 138, 22 de Nov. 1928, 350-351 pp.
O problema da cultura em Portugal, (dos «Ensaio», no prelo), n.º 141, 13 de Dez. 1928, 401-403 pp.
(*Nota bibliográfica: J. Preto Pacheco «D. Sebastião à Margem de uma Polémica»*, Porto, Imprensa Moderna. 1928), n.º 143, 27 de Dez. 1928, 436-438

1929

Ideal e facto sensível, política e ciência, meios e fins, n.º 144, 3 de Jan. 1929, 443-446 pp.
O clássico na educação e o problema do latim, n.º 146, 17 de Jan. 1929, 19-21 pp.
Nótulas de leitura (Camoneana), n.º 150, 28 de Fev. 1929, 94 p.
Método científico, história, política e tradição — I, n.º 151, 7 de Mar. 1929, 99-104 pp.
Sinceríssima resposta à resposta sincera do Sr. Pacheco, n.º 152, 14 de Mar. 1929, 124-126 pp.
Método científico, história, política e tradição — II, n.º 153, 21 de Mar. 1929, 134-138 pp.
A educação para a paz, n.º 157, 18 de Abr. 1929, 201-202 pp.
Palavras supérfluas, n.º 158, 25 de Abr. 1929, 222-233 pp.
Dois capítulos da «História de Portugal» de A. Sérgio. O descobrimento da Índia, n.º 159, 2 de Maio 1929, 227-231 pp.
O jogral de Deus, n.º 160, 9 de Maio 1929, 249-250 pp.
O meu reino não é deste mundo, n.º 162, 23 de Maio 1929, 280 p.
Idealismo e realismo. «Morale d'abord» e «Politique d'abord», n.º 163, 30 de Maio 1929, 293-301 pp.
Trechos da «História de Portugal» de A. Sérgio, n.º 165, 13 de Jun. 1929, 327-328 pp.
Trechos da «História de Portugal» de A. Sérgio, n.º 167, 27 de Jun. 1929, 363-364 pp.

Bibliografia de António Sérgio

- Ora essa: pois não....*, n.º 168, 4 de Jul. 1929, 379-382 pp.
Ora até que enfim!, n.º 170, 18 de Jul. 1929, 19-25 pp.
Despedida, n.º 174, 15 de Ag. 1929, 87-93 pp.
Para matar saudades, n.º 183, 17 de Out. 1929, 227-231 pp.
Para matar saudades. Continuação primeira, n.º 186, 7 de Nov. 1929, 276-281 pp.
Para matar saudades. Continuação primeira, n.º 186, 7 de Nov. 1929, 339-345 pp.

1930

ib

- Em torno de um livrinho*, n.º 201, 29 de Fev. 1930, 140-142 pp.
Portugal colonial e Portugal metropolitano, n.º 214, 24 de Jul. 1930, 339-340 pp.
Em torno da crise mental do séc. XVIII (a propósito de um ensaio de Hernâni Cidade), n.º 215, 31 de Jul. 1930, 355-359 pp.
Sobre a aplicação política da ideia de igualdade, n.º 216, 7 de Ag. 1930, 371-377 pp.
A Seara Nova e o conceito de revolução (c/ Jaime Cortesão e Raul Proença), n.º 224, 30 de Out. 1930, 115 p.
Sociedade e espírito, acção política e sinceridade intelectual, n.º 230, 25 de Dez. 1930, 211-215 pp.
Sobre uma crise de consciência, n.º 231, 29 de Dez. 1930, 232-233 pp.

1931

- A veracidade, o idealismo e a política*, n.º 237, 5 de Fev. 1931, 323-329 pp.
A Antígona de António Sérgio e os mocinhos da «Acção» de Coimbra, n.º 243, 19 de Mar. 1931, 45-46 pp. (não assinado)
A democracia em Espanha, n.º 248, 14 de Maio 1931, 120-121 pp.
Por Espanha, n.º 258, 20 de Ag. 1931, 280-1 pp. (assinado S.)
Para a anulação racional do déficite económico, n.º 274, 3 de Dez. 1931, 151-155 pp.

1932

- Razão e poesia, razão e mística*. (Fragmento de uma nota do 3.º vol. dos «Ensaaios» no prelo), n.º 286, 18 de Fev. 1932, 348-353 pp.
(Nota a um texto de Fabien France), n.º 288, 3 de Mar. 1932, 380 p.
Razão e poesia, razão e mística. (Fragmento de uma nota do 3.º vol. dos «Ensaaios» no prelo) —continuação, n.º 289, 10 de Mar. 1932, 5-10 pp.
Nota a um texto de Fabien France, n.º 289, 10 de Mar. 1932, 12 p.
Sobre a reforma do legislativo (de *A Águia* de Jan.-Fev. 1932), n.º 293, 7 de Abr. 1932, 76-78 pp.
(Nota a um texto de Fernand Corços), n.º 294, 14 de Abril 1932, 90 p.
Tentando desfazer equívocos. Resposta sincera e amiga ao sr. João Gaspar Simões, n.º 296, 28 de Abr. 1932
(Nota ao artigo *O sindicato e o Estado*), n.º 297, 5 de Maio 1932, 140 p.
(Nota ao artigo *Considerações soltas sobre cooperativismo*), n.º 299, 19 de Maio 1932, 168 p.
Um inquérito (resposta a um inquérito aberto pelo *Diário da Noite*), n.º 300, 26 de Maio, 178, 190-191 pp. (as perguntas a este inquérito constam do *Diário da Noite* de 3-2-1932)
Mais uma facada e, por consequência, mais um feliz pretexto para me explicar, n.º 300, 26 de Maio 1932, 182-184 pp.

- (Várias notas ao artigo de Ernest Poisson intitulado *A produção governada pelo consumo como verdadeira realização do ideal socialista*), n.º 302, 9 de Jun. 1932, 216-217 pp.
- (*Notas a um texto de Charles Gide*), n.º 303, 16 de Jun. 1932, 234-235 pp.
- Ainda e sempre o pessoalismo*, n.º 304, 23 de Jun. 1932, 243-246 pp.
- A república e a religião*, n.º 305, 30 de Jun. 1932, 259-260 pp.
- Historicismo arquivístico, miragem retórica e problemática intelectual*, n.º 310, 4 de Ag. 1932, 339-345 pp.
- Refutação resignada e serena de uma caluniosa acusação de má fé*, n.º 311, 11 de Ag. 1932, 355-363 pp.
- Nota a um texto de Ernest Poisson: *A intervenção dos teóricos contabilistas e financeiros no funcionamento das sociedades cooperativas*, n.º 312, 18 de Ag. 1932, 382 p.
- (Nota ao artigo de Ernest Poisson *Democracia de consumidores e democracia de produtores*), n.º 313, 25 de Ag. 1932, 8 p.
- (*Nota a um texto de Carlos Gide*), n.º 314, 1 de Set. 1932, 24 p.
- (*Nota de bibliografia*), n.º 314, 1 de Set. 1932, 24 p.
- (Nota a uma passagem de *Le Programme Coopératiste* de Charles Gide), n.º 320, 13 de Out. 1932, 123 p.
- (Nota a uma passagem de *Le Programme Coopératiste* de Charles Gide), n.º 321, 20 de Out. 1932, 143 p.
- (Nota a uma passagem de *Le Programme Coopératiste* de Charles Gide), n.º 322, 27 de Out. 1932, 156 p.
- O programa, a organização e a acção como fontes permanentes de concórdia*, n.º 323, 3 de Nov. 1932, 166-167 pp.
- (Nota a uma passagem de *Le Programme Coopératiste* de Charles Gide), n.º 324, 15 de Dez. 1932, 187 p.

Ib

1933

- Retalhos de doutrina democrática*, n.º 327, 12 de Jan. 1933, 230-233 pp.
- Nota crítica ao livro do Prof. A. Ferreira de Macedo — *Os programas e o ensino das matemáticas no liceu*, n.º 327, 12 de Jan. 1933, 329 p.
- Mais retalhos*, n.º 332, 2 de Mar. 1933, 310-312 pp. (Este artigo e os *Retalhos de doutrina democrática* de 12.1.1933 estão na base dos *Diálogos de Doutrina Democrática*)
- Cousas*, n.º 333, 9 de Mar. 1933, 325 p.
- A ideia*, n.º 335, 23 de Mar. 1933, 363 p.
- Notas à tradução de um artigo de J. M. Ludlow sobre *O socialismo e cristianismo*, n.º 335, 23 de Mar. 1933, 366 p.
- Grupo Renovação Democrática*, n.º 336, 30 de Mar. 1933, 371-373 pp.
- Um exemplo: o novo porto de pesca de Lorient-Kéromen*, n.º 336, 30 de Mar. 1933, 381-382 pp.
- Nota ao livro: *Sobre a Falsa solução do estatismo comunista*, de Harold Laski, n.º 338, 13 de Abr. 1933, 29 p.
- Para a reforma democrática da Sociedade das Nações*, n.º 339, 20 de Abr. 1933, 35-37 pp.
- Diálogo de um democrata e de um estadista burguês*, n.º 340, 27 de Abr. 1933, 51-55 pp. (Corresponde ao *Diálogo V* dos *Diálogos de Doutrina Democrática*)
- Notas a um texto de Carlos Gide: «Cooperativismo agrícola», n.º 340, 27 de Abr. 1933, 61-62 pp.
- Sobre o filologismo* (não assinado), n.º 341, 4 de Maio 1933, 77 p.
- (*Pequenas notas sobre Antero de Quental*), n.º 342, 11 de Maio 1933, 93-94 pp.

Bibliografia de António Sérgio

- Questão prévia de um ignorante aos prefaciadores da lírica de Camões*, n.º 343, 18 de Maio 1933, 99-115 pp.
Declaração, n.º 344, 25 de Maio 1933, 119 p.
Cooperativa e parlamento, n.º 344, 25 de Maio 1933, 126-127 pp.
Um mau inimigo de si próprio e bom inimigo da Seara Nova, n.º 345, 1 de Jun. 1933 (não assinado)
(Notas a um passo antológico de Antero), n.º 346, 8 de Jun. 1933, 157-159 pp.
Tradução e nota a uma passagem do livro *The Theory of Political Economy* de Stanley Jevons, n.º 347, 15 de Jun. 1933, 173-174 pp.
Vale de Josefat (nota sobre este volume de *Memórias* de Raul Brandão, não assinado), n.º 348, 22 de Jun. 1933, 180-193 pp.
Nota a *O Programa Cooperativo* de Carlos Gide, n.º 349, 29 de Jul. 1933, 206 p.
Nota a *O Programa Cooperativo II* de Carlos Gide, n.º 351, 17 de Ag. 1933, 239 p.
(Notas a um trecho de B. Lavergne Les Régies Coopératives), n.º 352, 24 de Ag. 1933, 253-257 pp.
A propósito dos dizeres de um jornalista, n.º 353, 31 de Ag. 1933, 260-272 pp. (não assinado)
Uma opinião sobre o falso Corporativismo à fascista, n.º 357, 28 de Set. 1933, 324-336 (não assinado)
Nótulas soltas, n.º 357, 28 de Set. 1933, 3 p.
Livros e periódicos (não assinado e identificado por V. Magalhães Vilhena), n.º 358, 5 de Out. 1933, 351-352 pp.
Esclarecimento a um tradicionalista sobre a corporação sebenteira de Coimbra, (não assinado), n.º 359, 12 de Out. 1933, 356-369 pp.
Sobre a política de Camões, n.º 359, 12 de Out. 1933, 359-365 pp.
Sobre o socialismo de Antero, n.º 362, 2 de Nov. 1933, 24-27 pp.
Sobre Antero (nota bibliográfica não assinada e identificada por V. Magalhães Vilhena), n.º 365, 23 de Nov. 1933, 65 p.
Aclarando (sobre a acusação de monarquismo, não assinado), n.º 366, 30 de Nov. 1933, 82-93 pp.
Ainda a propósito das eleições em Espanha, n.º 366, 30 de Nov. 1933, 93-94 pp.

1934

- Notícia crítica sobre o livro de Casais Monteiro, *Considerações Pessoais*, n.º 370, 4 de Jan. 1934, 154-159 pp.
Breve aditamento do não-percebe-nada. (Carta a Casais Monteiro) N.º 2, n.º 373, 25 de Jan. 1934, 199-200 pp.
Cartas despretenciosas a um anti-intelectualista bergsoniano — Carta I, n.º 375, 8 de Fev. 1934, 227-229 pp.
Cartas despretenciosas a um anti-intelectualista bergsoniano — Carta II, n.º 376, 15 de Fev. 1934, 243-245 pp.
Cartas despretenciosas a um anti-intelectualista bergsoniano — Carta III, n.º 377, 22 de Fev. 1934, 259-261 pp.
Cartas despretenciosas a um anti-intelectualista bergsoniano — Carta IV, n.º 378, 1 de Mar. 1934, 275-278 pp.
Cartas despretenciosas a um anti-intelectualista bergsoniano — Carta V, n.º 380, 15 de Mar. 1934, 310-313 pp.
Cartas despretenciosas a um anti-intelectualista bergsoniano — Carta VI, n.º 381, 22 de Mar. 1934, 328-333 pp.
Cartas despretenciosas a um anti-intelectualista bergsoniano — Carta VII, n.º 382, 29 de Mar. 1934, 348-351 pp.

ib

- Sobre o ensino da filosofia nos liceus.* (Proposta apresentada à Sociedade de Estudos Pedagógicos), n.º 385, 19 de Abr. 1934, 13 p.
A propósito dos *Quatro de Espanha — I*, n.º 391, 31 de Maio 1934, 103-106 pp.
A propósito dos *Quatro de Espanha — II*, n.º 392, 7 de Jun. 1934, 120-122 pp.
O Bacamarte e a Persuasão (resposta a Tomás Ribeiro Colaço, não assinada), n.º 393, 14 de Jun. 1934, 142-143 pp.
Prólogo ao artigo de Castelo Branco Chaves sobre Raul Brandão, n.º 394, 21 de Jun. 1934, 147 p.
Questões de ensino. Escolas de ensaio e bibliografia pedagógica, n.º 396, 5 de Jul. 1934, 183-185 pp.
Nota a *O cooperativismo agrícola no Egipto* de J. Rashad, n.º 397, 12 de Jul. 1934, 205 p.
Sobre a alta fortuna de uma laracha, n.º 398, 19 de Jul. 1934, 218 p.
Notas sobre a actividade estética (sob o pseudónimo de Álvaro de Clari vai), n.º 399, 26 de Jul. 1934, 230-232 pp.
Democracia crítica, experimental e cooperativa. (Matéria de 3 artigos publicados no *Diário Liberal*), n.º 401, 9 de Ag. 1934, 259-263 pp.
Notas sobre a actividade estética (sob o pseudónimo de Álvaro de Clarival), n.º 401, 9 de Ag. 1934, 267-268 pp.
Notas sobre a actividade estética (sob o pseudónimo de Álvaro de Clarival), n.º 404, 30 de Ag. 1934, 314-317 pp.
Em torno da *Ilusão Revolucionária* de Antero, n.º 406-408, 11 de Set. 1934, 366-376 pp.
Esclarecimentos e interrogações de um idealista — I, n.º 410, 11 de Out. 1934, 19-23 pp.
Explicações de um amador de ideias que não ambiciona ser importante, n.º 410, 11 de Out. 1934, 28-29 pp.
Esclarecimentos e interrogações de um idealista — II, n.º 411, 18 de Out. 1934, 35-40 pp.
Uma explicação, n.º 412, 25 de Out. 1934, 59 p.
Programas dogmatizantes — I, n.º 416, 22 de Nov. 1934, 119-123 pp.
Programas dogmatizantes — II, n.º 417, 29 de Nov. 1934, 135-138 pp.
Programas dogmatizantes — III, n.º 419, 13 de Dez. 1934, 166-169 pp.
Um debate, n.º 419, 13 de Dez. 1934, 170 p.

1935

- Programas dogmatizantes — IV*, n.º 422, 3 de Jan. 1934, 211-214 pp. *
Nota (a um artigo de José Marinho), n.º 423, 10 de Jan. 1934, 229-230 pp.
Nota da redacção (à resposta a um inquérito respondido por Fernando Lopes Graça), n.º 423, 10 de Jan. 1934, 236 p.
Programas dogmatizantes — V, n.º 424, 17 de Jan. 1934, 243-248 pp.

1935

- Programas dogmatizantes — VI. Conclusão: sugestões para a organização de um programa racional de Ciências da Natureza*, n.º 426, 14 de Fev. 1935, 280-284 pp.
Programas dogmatizantes — VII. Prosseguimento da conclusão: sugestões para a organização de um programa racional de Ciências da Natureza, n.º 427, 21 de Fev. 1935, 293-297 pp.

* A notação do ano 1934 surge por gralha da revista

- (*Notícia crítica acerca de um estudo de L. Araquistain sobre Ortega Y Gasset*), não assinado, e identificado por V. Magalhães Vilhena, n.º 430, 14 de Mar. 1935, 347 p.
- Da função da ironia no diálogo de ideias*, n.º 431, 21 de Mar. 1935, 362-366 pp.
- A propósito de uma resposta a um inquérito*, n.º 434, 11 de Abr. 1935, 18 p. (do *Diário de Lisboa*)
- Em torno da teoria bergsoniana sobre o instinto e sobre as suas relações com a inteligência — I*, n.º 434, 11 de Abr. 1935, 19-24 pp.
- A Seara Nova e a Acção Política* (não assinado e identificado por V. Magalhães Vilhena), n.º 435-436, 16 de Maio 1935, 55-56 pp.
- Rectas-Pronúncias* (sobre o purismo da língua e os neologismos, não assinado), n.º 435-6, 16 de Maio 1935, 53-55 pp.
- Em torno da teoria bergsoniana sobre o instinto e sobre as suas relações com a inteligência — II*, n.º 437, 30 de Maio 1935, 70-75 pp.
- Ainda a propósito de uma resposta a um inquérito*, n.º 437, 30 de Maio 1935, 66 p.
- Rápidas explicações a propósito de um relatório*, n.º 439, 13 de Jun. 1935, 99-104 pp.
- Nótulas. Crítica de papel-de-tornesol*, n.º 442, 4 de Jul. 1935, 150-152 pp.
- A «Renascença Portuguesa» como corrente doutrinal e como organização editora*, n.º 443, 11 de Jul. 1935, 162-164 pp.
- Romantismo e equilíbrio* (não assinado e identificado por V. Magalhães Vilhena), n.º 459, 5 de Dez. 1935, 34-46 pp.

ib

1936

- Resposta a uma consulta — I*, n.º 466, 20 de Fev. 1936, 153-156 pp.
- Canções de bordo* (conferência realizada num concerto da Universidade Popular Portuguesa), n.º 468, 5 de Mar. 1936, 183-188 pp.
- Fragmento de um diálogo*, n.º 476, 4 de Jun. 1936, 307-314 pp.
- Calendário seareiro* (não assinado), n.º 477, 11 de Jun. 1936, 322-334 pp.
- Carta a Hernani Cidade*, n.º 478, 18 de Jun. 1936, 339-345 pp.
- Sobre os inconvenientes de se desprezar a clareza do entendimento*, n.º 482, 13 de Ag. 1936, 18-31 pp. (crítica a Sant'Anna Dionisio)
- (*Notas apostas a um trecho do P.º António Vieira*), n.º 487, 17 de Out. 1936, 108-110 pp.
- Cronistas retóricos e testemunhas verídicas*, (de um artigo de A. S. publicado num jornal da província), n.º 488, 24 de Out. 1936, 125 p.
- Explicações sobre «Os dois Anteros»*, n.º 488, 24 de Out. 1936, 115-118 pp.
- (*Notas apostas a um sermão do P.º António Vieira*), n.º 489, 29 de Out. 1936, 135-139 pp.

1937

- Em torno dos barroquismos musicais e de música espanhola dos sécs. XVI e XVII (palestrazinha introdutória a um concerto) — I*, n.º 498, 18 de Fev. 1937, 279-282 pp.
- Em torno dos barroquismos musicais e de música espanhola dos sécs. XVI e XVII (palestrazinha introdutória a um concerto) — II*, n.º 499, 25 de Fev. 1937, 299-301 pp.
- O humanismo da «Seara Nova»*, n.º 500-503, 1 de Abr. 1937, 342-343 pp.
- Factos e documentos* (transcrição de uma entrevista dada ao *Primeiro de Janeiro*), n.º 500-503, 1 de Abr. 1937, 372-373 pp.
- (*Nota que acompanha a primeira colaboração de Abel Salazar na «Seara Nova»*), n.º 505, 15 de Abr. 1937, 3 p.

- Um problema de estética*, n.º 507, 29 de Abr. 1937, 42-55 pp.
Religião, clericalismo, anti-clericalismo e reformas sociais, n.º 508, 6 de Maio 1937, 62 p.
Em torno da expressão «civilização cristã», n.º 509, 13 de Maio 1937, 83-85 pp.
Pequeninos pontos que o acaso vai trazendo, e que submeto à meditação de jovens amigos que planeiam uma obra de vulgarização, n.º 510, 20 de Maio 1937, 103-107 pp.
Dr. Afonso Costa, n.º 510, 20 de Maio 1937, 118 p.
Ainda o problema da vulgarização, n.º 511, 27 de Maio, 1937, 122-138 pp.
A propósito de discussões sobre um artigo, n.º 511, 27 de Maio 1937, 124-125 pp.
Ideias de um mundo extinto, n.º 512, 3 de Jun. 1937, 142 p.
Uma explicação, n.º 514, 19 de Jun. 1937, 182-197 pp.
Notazinha ao artigo de Abel Salazar, n.º 515, 26 de Jun. 1937, 208-211 pp.
Ainda o problema da divulgação, n.º 515, 26 de Jun. 1937, 202-216 pp.
Sobre o método mais próprio para converter o incrêu, n.º 515, 26 de Jun. 1937, 215-216 pp.
Palavras a Abel Salazar, n.º 515, 26 de Jun. 1937, 216-217 pp.
O português e a cultura, n.º 516, 3 de Jul. 1937, 222 p.
Cartesianismo ideal e cartesianismo real — I, n.º 517, 10 de Jul. 1937, 243-247 pp.
Ainda a vulgarização, n.º 517, 10 de Jul. 1937, 242, 257-258 pp.
Sobre o método mais próprio para converter o incrêu, n.º 518, 17 de Jul. 1937, 262, 273-274 pp.
Cartesianismo ideal e cartesianismo real — II, n.º 519, 24 de Jul. 1937, 285-288 pp.
Explicação e reprovação de uma desmesura própria, n.º 519, 24 de Jul. 1937, 282 p.
Cartesianismo ideal e cartesianismo real — III, n.º 520, 31 de Jul. 1937, 307-309 pp.
Sobre o sistema cooperatista, n.º 522, 14 de Ag. 1937, 343-344 pp.
Notas a Protecionismo e cooperatismo de Carlos Gide (traduzidas sob o pseudónimo de Alvaro de Clarival), n.º 524, 28 de Ag. 1937, 394 p.
Línguas brasileiras faladas e língua brasileira escrita, línguas portuguesas faladas e língua portuguesa escrita (Palavras de um cidadão do mundo, humanista crítico, a um estudante brasileiro seu amigo), n.º 525, 4 de Set. 1937, 404-410 pp.
Viver com ideias, n.º 531, 16 de Out. 1937, 43-44 pp.
Um pedido e uma promessa, n.º 536, 20 de Nov. 1937, 177 p.
Temas para meditação, n.º 537, 27 de Nov. 1937, 196-197 pp.
Introdução actual ao programa cooperatista, n.º 539, 11 de Dez. 1937, 236-243 pp.
Explicação aos leitores da «Seara Nova» (não assinado), n.º 539, 11 de Dez. 1937, 243 p.

1938

- Em torno de um complicado caso de consciência*, n.º 543, 8 de Jan. 1938, 337-340 pp.
Resposta a uma consulta, n.º 544, 15 de Jan. 1938, 365-366 pp.
Resposta a uma consulta, n.º 545, 22 de Jan. 1938, 390-391 pp.
(Transcrição de um depoimento sobre a pena de morte), n.º 547, 5 de Fev. 1938, 22 p.
Os processos de traição na Rússia, n.º 553, 19 de Março 1938, 156 p.

Ib

Bibliografia de António Sérgio

- Sobre algumas imbecilidades (e não-imbecilidades) que continuam a ser-me atribuídas*, n.º 554, 26 de Mar. 1938, 167-169 pp.
Ainda em torno dos processos de traição na Rússia, n.º 555, 2 de Abr. 1938, 201-202 pp.
Nota sobre o artigo de Raul Proença, n.º 555, 2 de Abr. 1938, 205 p
Quatro pontos, n.º 557, 16 de Abr. 1938, 239-241 pp.
A polémica da «Arte Humana» e da «Arte deshumana», n.º 557, 16 de Abr. 1938, 255-256 pp.
Sobre Viana da Mota e a sua saída do Conservatório, n.º 559, 30 de Abr. 1938, 288 p.
Sobre a interpretação de dois sonetos célebres, n.º 560, 7 de Maio 1938, 313-314 pp.
Palavras escritas há mais de vinte anos. Carta a um amigo, durante a guerra, n.º 565, 11 de Junho 1938, 3-5 pp.
(Nota a um opúsculo sobre a tecnocracia), n.º 565, 11 de Junho 1938, 9 p.
Resposta a uma consulta, n.º 570, 16 de Jul. 1938, 121-122 pp.
Notas sobre Fernão Mendes Pinto, n.º 571, 23 de Jun. 1938, 153-156 pp.
Solução do problema social pelas régies cooperativas, n.º 572, 30 de Jul. 1938, 167 p.
O ateísmo, Voltaire e os gangsters, n.º 573, 6 de Ag. 1938, 208 p.
Genealogia intelectual, n.º 580, 24 de Set. 1938, 357-376 pp.
Anti-dogmatismo e cooperatismo, n.º 582, 8 de Out. 1938, 416 p.
Est modus in rebus, n.º 583, 15 de Out. 1938, 16 p.
Treze pontinhos, n.º 585, 29 de Out. 1938, 43-44 pp.
(Notícia crítica à obra: Subsídios para uma história da filosofia do direito em Portugal, de L. Cabral de Moncada. Coimbra, 1938), n.º 587, 12 de Nov. 1938, 105-106 pp.
Sobre o odioso «eu», n.º 588, 19 de Nov. 1938, 123-125 pp.
A Academia, a literatura, a disciplina mental e a gramática, n.º 592, 17 de Dez. 1938, 195-198 pp.
Racionalismo e gramática, vitoriosos e derrotados, n.º 593, 24 de Dez. 1938, 231 p.
História do Natal e do Ano Bom. O regresso do filho pródigo, n.º 594, 31 de Dez. 1938, 239 p.

1939

- O antagonismo interno no cristianismo histórico*. (Transcrição do n.º 24 de «O Diabo»), n.º 595, 7 de Jan. 1939, 258 p.
Pequena tentativa de dissipar duas confusões mentais e de esclarecer um espírito apaixonado, n.º 597, 21 de Jan. 1939, 303-306 pp.
Sobre A Vida de Lincoln, de Agostinho da Silva, n.º 598, 28 de Jan. 1939, 322 p.
(Notícia crítica a propósito do livro «Os Fins do Estado», de Afonso Rodrigues Queiró. Coimbra, 1938), n.º 599, 4 de Fev. 1939, 356-357 pp.
Cultura, n.º 600, 11 de Fev. 1939, 362 p.
Ainda a vernaculidade e o Prémio Malheiros, n.º 601, 18 de Fev. 1939, 2-17 pp.
Mais confusões mentais e mais pessoalismo, n.º 601, 18 de Fev. 1939, 8-11 p.
O cristianismo de Jesus, o cristianismo histórico e a paixão de atacar e descompor, n.º 602, 25 de Fev. 1939, 22-35 pp.
À margem da gramática, n.º 603, 4 de Mar. 1939, 57-58 (não assinado)
O regime da distribuição da abundância ou o reinado do consumidor, n.º 604, 11 de Mar. 1939, 66 p.

Ib

Num mundo onde se vive na miséria havendo todas as condições para a abundância. A ideia de uma conferência internacional económica, n.º 604, 11 de Mar. 1939, 77 p.

Num mundo onde se vive na miséria havendo todas as condições para a abundância. Fundou-se em França o Sindicato Nacional dos Consumidores, n.º 605, 18 de Mar. 1939, 95 p.

A crise, n.º 605, 18 de Mar. 1939, 95-96 pp.

Vida social moderna com vida escolar à antiga, n.º 609, 15 de Abr. 1939, 177 p.

Carta de A. Sérgio ao Director-Gerente da Empresa «Seara Nova» demitindo-se de co-director da revista, n.º 618, 17 de Jun. 1939, 346 p.

Ib

1947

Luís Verney apóstolo cívico, n.º 1016-1017, 25 de Jan. 1947, 35-38 pp.

1951

Uma carta de A. Sérgio, n.º 1224-1225, 7 e 14 de Jul. 1951, 520-523 pp.

Trechos escolhidos, n.º 1240-1241, 1, 8 e 15 de Dez. 1951, 650-651 pp.

1956

A cultura portuguesa, n.º 1319-1320, Maio 1956, 62-65 pp.

Uma representação ao Chefe do Estado (assinado por A. Sérgio e pelo prof. Mário de Azevedo Gomes), n.º 1323-1324, Jul. 1956

1969

Um inédito de António Sérgio, n.º 1481, Mar. 1969, 87 p. (poesia)

Nota: — Sob o pseudónimo de Álvaro de Clarival publica a *Seara Nova* as poesias seguintes:

Firmamento interior, n.º 398, 10 de Maio 1934, 52 p.

Eutaxia, n.º 392, 7 de Jun. 1934, 124 p.

Voz do crepúsculo, n.º 394, 21 de Jun. 1934, 155 p.

Panoramas do Oriente, n.º 412, 25 de Out. 1934, 60-61 pp.

Nevoazinhas de Paris, n.º 437, 30 de Maio de 1935, 76 p.

Recordações de Watteau, n.º 449, 29 de Ag. 1935

Canção do velho da Horta, n.º 451, 12 de Set. 1935

Maré enchente, n.º 455, 10 de Out. 1935, 362 p.

Nota: — A identificação que referimos da colaboração de A. Sérgio na *Seara Nova*, não assinada, feita por V. Magalhães Vilhena, foi extraída da obra deste autor intitulada: *António Sérgio o Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*. *Seara Nova*, 1964

SERÕES — A revista *Serões*, Revista Mensal Ilustrada (Lisboa, 1901-1911) adopca a direcção literária de António Sérgio, a partir do n.º 67 de Jan. de 1911, assim permanecendo até final da sua publicação, ou seja, até Dezembro de 1911 (n.º 78). Não aparece nunca colaboração sua assinada. Pendemos a crer, todavia, que a secção Notícia Bibliográfica dos n.ºs 68, 69 e 72, de Fev., Mar. e Jun. de 1911, se deve atribuir à sua autoria.

Bibliografia de António Sérgio

SÍNTESE — Revista Mensal de Cultura. Directores: João Ramiro e Ramiro da Fonseca. Duração: 1939-1941. Números publicados: 13. Local de publicação: Coimbra

Cultura, n.º 2, Fev. 1939, 30-31 pp.

Ib

SOL NASCENTE — Quinzenário de Ciência, Arte e Crítica. Comissão directiva: Carlos F. Barroso, Lobão Vital e J. Soares Lopes. Duração: 1937-1940. Números publicados: 45. Local de publicação: Porto

Dialoguete. No tribunal da História, n.º 2, 15 de Fev. 1937, 7 p.

Fim de uma polémica (transcrição da *Seara Nova*, n.º 519 de 24 de Jul. de uma nota de A. Sérgio com o título: *Explicação e reprovação de uma desmesura própria*), n.º 12, 1 de Ag. 1937

TERRA MÃE — Semanário regionalista. Pombal

Em vésperas de combate. A Abissínia e a sua História, 29 de Set., 1935

Em vésperas de combate. A Abissínia e a sua História, 3 de Nov., 1935

Em vésperas de combate. A Abissínia e a sua História, 24 de Nov., 1935

Roteirinho do leitor de romances, 8 de Nov., 1936

TERRA DE SOL — Rio de Janeiro

Camões, n.º 11-12, 1924, 156-163 pp. (palestra mais tarde reformulada no artigo «Em torno das ideias políticas de Camões», *Ensaio IV*)

UNICÓRNIO, BICÓRNIO, TRICÓRNIO, TETRACÓRNIO E PENTACÓRNIO — Antologia de Inéditos de Autores Portugueses Contemporâneos. Director: José Augusto França. Números publicados: 5. Local de publicação: Lisboa

Em torno do problema da importância dos escritores na sociedade portuguesa, Pentacórnio, 31 de Dez. 1956, 3-7 pp.

VER E CRER — Director: José Ribeiro dos Santos e Mário Neves. Duração: Maio 1945-Abril 1950: Números publicados: 57. Local de publicação: Lisboa

A realidade é o que se vê ou é o que se supõe?, n.º 13, Maio de 1946, 35-42 pp.

VÉRTICE — Revista de Cultura e Arte. Director: Raúl Gomes. Local de publicação: Coimbra

Nota a um passo de uma introdução a Berkeley, n.º 17 a 21, (fase. 4), Nov. de 1945, 42-48 pp.

Réplica sem severidade a um severo amigo, n.º 27 a 30, (fase. 6), Mar. de 1946, 42-61 pp.

António Sérgio responde ao nosso Inquérito, n.º 30 a 35, (fase. 7), Maio de 1946, 158, 159, 160, 161 pp.

- Explicações para os que entendem a língua que eu falo*, n.º 36 a 39 (fasc. 8), Jun. de 1946, 214-232 pp.
Diálogo com Antonio Sérgio, n.º 153, Jun. de 1956, 269-273 pp.
(Número de homenagem a Bento de Jesus Caraça onde se reeditam os três primeiros artigos atrás citados), n.º 301-302-303, Out.-Dez. 1968

A VIDA PORTUGUESA — Quinzenário de Inquérito à Vida Nacional.
Director: Jaime Cortesão. Duração: de 31 de Out. de 1912 a 2 de Nov. de 1915. Números publicados: 39. Local de publicação: Porto

Ib

- Variações do amigo banana, amador de estudos históricos, sobre Inquisição e Humanismo; divulgadas para entretem dos ociosos por um seu familiar indiscreto e também amador dos ditos estudos*, n.º 4, 15 de Dez. 1912
Carta a José Fagundes, poeta lírico, sobre o bacharel e suas causas, n.º 12, 17 de Abr. 1913
Golpes de malho em ferro frio. Aos portugueses de dezasseis anos que não ambicionam ser poetas líricos, n.º 16, 2 de Ag. 1913, 121-128 pp.
O parasitismo peninsular. Carta a Jaime Cortesão, n.º 20, 1 de Dez. 1913, 153-159 pp.
O livre-câmbio I, n.º 21, 15 de Jan. 1914, 2-3 pp.
O livre-câmbio II, n.º 22, 10 de Fev. 1914, 9-10 pp.
O problema da cultura, n.º 23, 1 de Mar. 1914, 21-22 pp.
Nota a propósito da criação da «Biblioteca de Educação» dirigida por António Sérgio, n.º 27, Jul. 1914, 49 p.
A implantação da indústria do ferro em Portugal, n.º 28, Ag. 1914, 57-58 pp.
Em que o autor, sem dar por isso demonstra a conveniência de se reimprimir a Arte de Furtar do Padre Vieira, discurso excellentissimo em que o recatado da doutrina se liga ao evidente da doutrina, n.º 30, Out. 1914, 74-75 pp.
Em que o autor, sem dar por isso demonstra a conveniência de se reimprimir a Arte de Furtar do Padre Vieira, discurso excellentissimo em que o recatado da doutrina se liga ao evidente da doutrina, n.º 31, Nov. 1914, 81-83 pp.
Uma página de Castilho, n.º 33, Jan. 1915, 97-98 pp.

VIDA MUNDIAL — Director: Carlos Ferrão. Lisboa

- Carta escrita por António Sérgio a José Régio a propósito de Encruzilhadas de Deus*, n.º 1633, 25 de Set. de 1970, 68 p.

Ic PREFÁCIOS, NOTAS E ORGANIZAÇÃO DE EDIÇÕES

- Sérgio, Luisa — *O Método Montessori* (advertência). Porto, Renascença Portuguesa, 1915, 142 p.
Castilho, Artur — *Manual de instrução agrícola na escola primária* (compilação e adaptação). Advertência cujo texto é o das *Considerações histórico-pedagógicas*. Porto, Renascença Portuguesa, 1916, 201 p.

- Coelho, Adolfo — *Cultura e analfabetismo*. (Prefácio). Porto, Renascença Portuguesa, 1916, 107 p.
- Le Châtelier — *Indústria e Ciência*. (Prefácio). Porto, Renascença Portuguesa, 1917, 62 p.
- Contribuição para o estabelecimento de uma escala de pontos dos níveis mentais das crianças portuguesas*. (Explicação prévia e colab. com Luisa Sérgio). Porto, Renascença Portuguesa, 1919, 98 p.
- Bernardes, Manuel — *Histórias várias* (Da «Nova Floresta»). Nota Preliminar, não assinada. (Por inf. de Castelo Branco Chaves). Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1920, 134 p.
- Martins, Oliveira — *Dispensos*. Artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos e críticos. Selecção, prefácio e notas. (De colab.). Lisboa, Biblioteca Nacional, 1923-24, 2 vols.
- Antologia dos economistas portugueses*. (Selecção, prefácio e notas). Séc. XVII. Obras em português. Lisboa, Publicações da Biblioteca Nacional, 1924, 392 p. 2.^a ed. Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1974, 226 p.
- Murché, Vincent — *Curso sistemático de lições de coisas*. (Prefácio). Lisboa, Liga Portuguesa da Instrução em Portugal, 1926, 219 p.
- Abreu, Casimiro de — *Cantos de Amor*. (Prefácio). Paris, Casa Editorial Franco-Ibero-Americana, s. d. (1928?), 160 p.
- Abreu, Casimiro de — *Cantos de tristeza e de saudade*. (Prefácio). Paris, Casa Editorial Franco-Ibero-Americana, s. d. (1928?), 158 p.
- Camões, Luís de — *Odes, éclogas, elegias e canções*. Prefácio e selecção. Paris, Livraria Francesa e Estrangeira Truchy-Leroy, s. d., 2 vols. «Biblioteca Miniatura», 159, 151 pp.
- Ferrière, Adolfo — *Transformemos a escola. Apelo aos pais e às autoridades*. (Prefácio). Paris, Livraria Francesa e Estrangeira, Truchy-Leroy, 1928, 239 p.
- Camões, Luís de — *Redondilhas*. (Prefácio e selecção). Paris, Casa Editorial Franco-Ibero-Americana, s.d. (1929?), «Biblioteca Miniatura», 174 p.
- Camões, Luiz — *Líricas escogidas*. Universidade de Santiago de Compostela, Publicaciones dei Instituto de Estudos Portugueses, 1933, 48 p.
- Quental, Antero de — *Sonetos Escogidos* (Prefácio e selecção). Santiago de Compostela. Publicaciones dei Instituto de Estudos Portugueses, 1933, 30 p.
- Almeida, Vieira de — *Lacrime rerum. II — Nocturna* (Prefácio). Lisboa, Seara Nova, 1934.
- História trágico-marítima. Narrativa de naufrágios da época das conquistas*. (Adaptação). Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1934. Ilust. 2.^a ed.: Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1942. Ilust. 3.^a ed.: Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1951. Ilust. 4.^a ed.: Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1957. Ilust. 5.^a ed.: Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1962. Ilust.
- Chaves, Castelo Branco — *Raul Brandão*. (Advertência). Lisboa, Seara Nova, 1934. «Estudos Literários», 31 p.
- Melo, Francisco Manuel de — *D. Manuel de Meneses*. (Da «Epanáfora trágica»). Prefácio e notas. Lisboa, Seara Nova, 1936. «Textos Literários», 30 p.
- Melo, Francisco Manuel de — *Relógios falantes (Apólogo dialogai)*. Com prefácio e notas. Lisboa, Seara Nova, 1936. «Textos Literários», 2.^a ed.: Lisboa, Seara Nova, 1938. «Textos Literários». 3.^a ed.: Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1940. «Clássicos do Estudante»

Ic

- Barros, João de — *O descobrimento do caminho da Índia (Livro IV Década I)*. Prefácio e notas. Lisboa, *Seara Nova*, 1936. «Textos Literários». 2.^a ed.: Lisboa, *Seara Nova*, 1936. «Textos Literários». 3.^a ed.: Lisboa, *Seara Nova*, 1938. «Textos Literários». 4.^a ed.: Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1939. «Clássicos do Estudante». 5.^a ed.: Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1940. «Clássicos do Estudante»
- Herculano, Alexandre — *Sobre história e historiografia (Da «História de Portugal» e dos «Opúsculos»)*. Selecção, prefácio e notas. Lisboa, *Seara Nova*, 1937. «Textos Literários», 138 p.
- Vieira, António — *Sobre as verdadeiras e falsas riquezas (sermão da 1.^a oitava da Páscoa)*. Prefácio e notas. Lisboa, *Seara Nova*, 1937. «Textos Literários», 56 p.
- Vieira, António — *Sermão sobre a paz (sermão da Segunda Oitava da Páscoa, pregado em Roma)*. Prefácio e notas. Lisboa, *Seara Nova*, 1937. «Textos Literários». 2.^a ed.: Lisboa, *Seara Nova*, 1938. «Textos Literários», 70 p.
- Ortigão, Ramalho — *As origens da Holanda (De «A Holanda»)*. Prefácio e notas. Lisboa, *Seara Nova*, 1937. «Textos Literários», 53 p.
- Gide, Carlos — *O programa cooperatista*. (Prefácio). Lisboa, *Seara Nova*, 1937-39, 2 vols. «Textos Económico-Sociais».
- Pinto, Fernão Mendes — *Peregrinação. Episódio da busca do corsário Coja Acem*. (Prefácio e notas). Lisboa, *Seara Nova*, 1938. «Textos Literários», 143 p.
- Lavergne, Bernard — *Régies Cooperativas em Inglaterra*. (Nótula preambular). Lisboa, *Seara Nova*, 1938. «Estudos políticos e sociais», 23 p.
- Dinis, Júlio — *As pupilas do Senhor Reitor*. Trechos escolhidos e apresentados em inserção num resumo da novela. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1940. «Clássicos do Estudante», 179 p.
- Camões, Luís de — *Os Lusíadas. Os seus mais belos trechos, apresentados em inserção num resumo do poema*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1940. «Clássicos do Estudante», 141 p.. 2.^a ed. Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1976, 124 p.
- Freyre, Gilberto — *O mundo que o português criou. Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colónias portuguesas*. Prefácio. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1940, «Documentos Brasileiros», n.º 28, 164 p. 1.^a ed. portuguesa: Lisboa, Livros do Brasil, L.da, s. d. (1951?), «Colecção Livros do Brasil», n.º 16. 2.^a ed. portuguesa: Lisboa, Livros do Brasil, L.da, s. d., «Colecção Livros do Brasil», n.º 16
- Quental, Antero — *Obras. Sonetos, Primaveras Românticas e Odes Modernas*. Edição organizada, prefaciada e anotada. Lisboa, Couto Martins, 1941-43, 3 vols. 2.^a ed.: Lisboa, Couto Martins, 1943-52, 3 vols. 3.^a ed.: Sonetos, Lisboa, Couto Martins, 1956
- Lopes, Ferrão — *Crónica de D. João I* (prefácio). Biblioteca Histórica-Série Régia, Porto, Livr. Civilização, 1945, 2 vols.
- Agudo, J. Dias — *A criança e a educação*. (Prefácio). Lisboa, Editorial Gleba, L.da, 1945, 296 p.
- Crossman, H. S. — Foot, Michael — *A Palestina outro Munique?* (Prefácio). Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, 1946, 64 p.
- Prosa doutrinal de autores portugueses*. (Selecção, prefácio e notas). Lisboa, Portugália Editora, s. d., 1947, 467 p. 2.^a ed.: Lisboa, Portugália Editora, 1965. «Antologias Universais — Ensaio», 1
- Vieira, António — *Obras escolhidas*. Prefácio, selecção e notas nos vol. I e II, *Cartas*. Restantes vols, de responsabilidade de Hernani

Ic

Bibliografia de António Sérgio

- Cidade. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 12 vols. «Colecção Clássicos Sá da Costa», 1951.
- Martins, Oliveira — *Teoria do socialismo. Evolução política e económica das sociedades na Europa.* (Prefácio). Lisboa, Guimarães & C.^a, 1952, 323 p.
- Martins, Oliveira — *Portugal e o socialismo.* (Prefácio). Lisboa, Guimarães & C.^a, 1953, 232 p.
- Estatuto da UNICOOPE. União Cooperativa Abastecedora.* (Prefácio). Coimbra, s. e. (Tipografia Loio), 1955
- Indicador Cooperativo* — (Prefácio) Porto, ed. Imprensa Social (Secção da Cooperativa do Povo Portuense) 156, 31 p.
- História trágico-marítima.* Anotada, comentada e acompanhada de um estudo. Lisboa, Editorial Sul, Limitada, 1956-57, 3 vols. Ic
- Costa, Fernando Ferreira da — *O movimento cooperativo britânico.* (Prefácio). Porto, ed. do Autor, 1956, 3-8 p.
- Vilela, António Lobo — *Do sentido Cómico e Trágico da Vida.* (Prefácio). Lisboa, s. e., 1956.
- Quental, Antero — *Cartas* (Cartas cujo principal assunto é de natureza filosófica), prefácio. Lisboa, Couto Martins, 1957, 158 p.
- Naufrágios e combates no mar.* Textos seleccionados, anotados, comentados e acompanhados de um estudo. Lisboa, Editorial Sul, Limitada, 1958-59, 2 vols.
- Cardoso Júnior, F. J. — *Em prol da educação popular.* (Colectânea de doutrinas). Prefácio, Porto, Ed. Marânus, 1960, 172 p.
- Quental, Antero de — *Sonetos.* Edição organizada, prefaciada e anotada. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1962. «Colecção de Clássicos Sá da Costa». 2.^a ed.: Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1963. «Colecção de Clássicos Sá da Costa». 3.^a ed.: Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1968. «Colecção de Clássicos Sá da Costa»
- Branco, João de Freitas — *Viana da Mota* (Prefácio). Lisboa, ed. Fundação Gulbenkian, 1972, 1-8 pp.

Id COLABORAÇÃO EM OBRAS COLECTIVAS

- Ferro, António — *Mar alto. Peça em 3 actos.* (Colab. em Nota final intitulada «O protesto dos intelectuais portugueses»). Lisboa, Livraria Portugália, 1923, 205 p.
- O jogral de Deus.* In Correia, Joaquim Alves e outros — Em louvor de S. Francisco. Braga, s. e., 1927
- Manifesto ao Paiz.* Colab. de: Afonso Costa, Álvaro de Castro, Domingos dos Santos e Jaime Cortesão. Paris, 3 de Dez. 1927, 1 p.
- Reis, Emma Romero Santos Fonseca da Câmara — *Divulgação musical.* (Colab. *Os quatro de Espanha*, vol. II, 529-537 pp.; *A canção popular pelo mundo fora*, vol. III, 95-103 pp.; *Canções de bordo*, vol. III, 353-361 pp.; *Música do renascimento*, vol. IV, 337-346 pp.; *Canções das províncias de Espanha*, vol. V, 287 a 291 pp. Lisboa, s. e., 1929-40, 5 vols.
- Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de Queiroz.* In Livro do Centenário de Eça de Queiroz. Lisboa, Livros do Brasil, L.da, 1945, 717 p.

- A ideia da liberdade*, in Álvaro de Castro, *In Memoriam*, Lisboa, s. e., 1947
- Depoimento contra depoimento. Comentários a certos conceitos voliticos à luz da minha experiência pessoal*. (De colab.). Lisboa, Serviços Centrais da Candidatura, 1949, 63 p.
- A Teixeira de Pascoais. Homenagem da Academia de Coimbra pela voz de escritores portugueses e brasileiros*. (Colab.). Coimbra, Associação Académica, 1951
- Viana da Mota. *Sobre o universalismo integrante da sua visão das coisas*. In Viana da Mota. *In Memoriam*. Lisboa, s. e., 1952.
- Um problema a propósito de certa resposta de Santa Clara*. In Augusto, Armindo — *Em louvor de Santa Clara*, 1253-1953. Braga, s. e., 1954
- Nobreza de Portugal e do Brasil*. (Colab.). Lisboa, Editorial Enciclopédia, L.da, 1960-61, 3 vols.
- Grande fabulário de Portugal e do Brasil*. (Colab.). Lisboa, ed. Artísticas Fólio, 1961-62, 2 vols. Ilust.

Id

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA — Direcção: Prof. Dr. António Mendes Correia e outros. Local de publicação: Lisboa. Vol, I, 1935

Colaboração Vária, não assinada

Ie

Ie EPISTOLÁRIO

ei EM LIVROS E OPÚSCULOS

- Azevedo, Manuela de — «António Sérgio (1883-1969)», *Cartas Políticas a João de Barros*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982, 292-302 pp. (contém 4 cartas de A. S. de 1927, 1932 e 1953 e uma notícia biográfica)
- Comissão do livro negro sobre o regime fascista — *Eleições presidenciais de 1951 e correspondência entre Oliveira Salazar e Craveiro Lopes*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1983. (Contém: cartão manuscrito do Ministro do Interior dirigido a Salazar c/ ref.^a a A. S. 49-50 pp.; documento sobre a candidatura do Almirante Quintão Meireles, c/ ref.^a a A. S., 51-52 pp.; cópia de uma carta dirigida por A. S. a um amigo do Porto, encontrada no arquivo de Salazar, 104-105 pp.; «informação» recebida por Salazar sobre A. S., 110 p.; carta de Craveiro Lopes c/ ref.^a a A. S. 166 p.)
- Fernandes, H. J. Barahona — *A propósito da expressão numérica de uma medida em física, com uma carta inédita de António Sérgio*, Lisboa, Memórias da Classe de Ciências, 1971
- Fernandes, Rogério — *Cartas de António Sérgio a Álvaro Pinto (1911-1919)*, Lisboa, ed. Revista *Ocidente*, 1972, 72 p. (Com introdução e notas)

e2 EM PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Ie

- «Epistolário da Biblioteca Municipal de Coimbra. De António Sérgio a Manuel da Silva Gaio», Coimbra, *Arquivo Coimbrão*. Boletim da Biblioteca Municipal, 1970, 331 a 376 pp. (40 cartas, entre 1911 e 1933)
- Pedroso, Alberto — «Uma carta inédita de António Sérgio. Em torno das suas objecções quanto aos fins da Universidade Popular», *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre, n.º 3, Fev. 1982.
- «António Sérgio», Carta de 1 de Fev. 1932. *Colóquio*, (Letras), n.º 16 Nov. 1973, 49-50 pp.
- Branco, Fernando Castelo e Pedro da Silveira — «Cartas inéditas de Guerra Junqueiro, Raul Brandão, Afonso Duarte e António Sérgio», *Colóquio* (Letras), n.º 16, Nov. 1973, 49-50 pp. ^
- Fernandes, Rogério — «Duas cartas inéditas de António Sérgio para Afonso Lopes Vieira», *Colóquio* (Letras), n.º 46, Nov. 1978, 57-65 pp.
- Fernandes, Rogério — «Cartas inéditas de António Sérgio a João Osório de Oliveira», *Colóquio* (Letras), n.º 59, Jan. 1981, 42-45 pp.

Correspondência António Sérgio - Bernardino Machado:

- Baptista, Jacinto — «Os Portugueses não sabem pensar, organizar e prever...—o ensaísta numa carta a Bernardino Machado». *Correio do Minho*, 15 de Jan., 1983
- Baptista, Jacinto — «Quando António Sérgio no exílio procurava *quaisquer meios de modestíssima subsistência*». *Correio do Minho*, 22 de Jan., 1983
- Baptista, Jacinto — «Socialização sem estatismo. A sociedade visionada por António Sérgio». *Correio do Minho*, 29 de Jan., 1983
- Baptista, Jacinto — «Cartas inéditas a Bernardino Machado. António Sérgio propoe-se (em 1932) congraçar os adversários da ditadura». *Correio do Minho*, 5 de Fev., 1983. (Carta de 14.8.932)
- Baptista, Jacinto — «Complicada a nossa vida de emigrados. — Luisa Sérgio (em 1932) a Bernardino Machado». (Carta de Luisa Sérgio de Sousa a Bernardino Machado comentada por Jacinto Baptista com, ainda: «A situação dos homiziados relatada pela *A Situação*»). *Correio do Minho*, 12 de Fev., 1983
- Baptista, Jacinto — «Sérgio dizia a Bernardino Machado em 1932 *Não sei que lhes hei-de fazer*, (Aos combatentes fugidos de Timor e falhos de recursos). *Correio do Minho*, 19 de Fev., 1983
- Baptista, Jacinto — «Quando António Sérgio se julga com direito a uma *demissãozinha*». *Correio do Minho*, 26 de Fev., 1983. (Carta de 21.9.1932)
- Baptista, Jacinto — «Estudantes e gente pobre — naturalmente contra a ditadura». (Carta de 13.10.1932. Em apêndice: «Vitorino Nemésio em sintonia com os emigrados de Paris», c/ referências a A. S.). *Correio do Minho*, 5 de Mar., 1983
- Baptista, Jacinto — «Acção! Acção! Acção! Bernardino Machado faz sua uma exortação revolucionária de Ribeiro de Carvalho». (Carta inédita de Bernardino Machado ao militar republicano Ribeiro de Carvalho, que Jacinto Baptista considera como texto de apoio à correspondência epistolar Sérgio - Bernardino Machado). *Correio do Minho*, 26 de Mar., 1983
- Baptista, Jacinto — «Citando Malaparte. Ofensiva técnica contra a di-

- tadura, alvitra Antonio Sérgio aos chefes políticos». *Correio do Minho*, 3 de Abr., 1983
- Baptista, Jacinto — «Onde se fala de inclusos e de exclusos de uma amnistia entre aspas» (carta de 15.12.1932). *Correio do Minho*, 9 de Abr., 1983
- Baptista, Jacinto — «António Sérgio quer responder às *baboseiras* de Salazar» (carta de 27.12.1932). *Correio do Minho*, 16 de Abr., 1983
- Baptista, Jacinto — «António Sérgio no limiar de 33: *vejo-me numa encruzilhada*» (carta de 2.1.1933). *Correio do Minho*, 23 de Abr., 1983
- Baptista, Jacinto — «António Sérgio derrota em Genebra o grande empréstimo externo da ditadura» (carta de 2.9.1933). *Correio do Minho*, 1 de Maio, 1983
- Baptista, Jacinto — «Sérgio utiliza processos artesanais para derrotar a ditadura em Genebra». *Correio do Minho*, 14 de Maio, 1983
- Baptista, Jacinto — «A ditadura derrotada por Sérgio no exterior desencorajada por Salazar no interior». *Correio do Minho*, 22 de Maio, 1983
- Baptista, Jacinto—«Os homens caem por falta de dinheiro pensa António Sérgio em 1928». *Correio do Minho*, 28 de Maio, 1983
- Baptista, Jacinto — «Para responder às entrevistas de Salazar a António Ferro coagido à auto-censura .*Correio do Minho*, 12 de Jun., 1983
- Baptista, Jacinto — «Há esperanças de vermos acabar a ditadura?» (carta de 27.2.1933). *Correio do Minho*, 18 de Jan., 1983
- Baptista, Jacinto — «O grande empréstimo reconstruído através do epistolário António Sérgio - Bernardino Machado, encaixam-se mais duas peças do *puzzle*». *Correio do Minho*, 23 de Jul., 1983
- «Uma carta de António Sérgio a propósito de uma crítica que lhe fizeram no *Diário da Manhã*». *Diário de Lisboa*, 16 de Jul., 1951
- «Uma carta de António Sérgio a Câmara Reis» (c/ notícia sobre a ed. crítica da Obra Completa de A. S.). *Diário de Lisboa*, 4 de Dez., 1970
- «Uma carta do sr. dr. António Sérgio» (esclarecimento ao Ministro do Interior). *Diário Popular*, 15 de Out., 1953
- «*Documentação inédita de excepcional valor para a história da oposição democrática à ditadura — Cartas de António Sérgio a Sarmiento Pimentel* publicadas pelo dr. Jacinto Baptista no *Diário Popular*

(1.ª SÉRIE)

Carta de Paris de 15 de Abr,	1927	—	3 de Mar,	1977
» » » » 17 de Abr,	1927	—	10 de Mar,	1977
» » » » 17 de Maio,	1927	—	17 de Mar,	1977
» » » » 4 de Set,	1927	—	24 de Mar,	1977
» » » » 10 de Set,	1927	—	31 de Mar,	1977
» » » » 27 de Set,	1927	—	7 de Abr,	1977
» » » » 16 de Out,	1927	—	14 de Abr,	1977
» » » » 8 de Nov,	1927	—	21 de Abr,	1977
» » » » 27 de Nov,	1927	—	28 de Abr,	1977
» » » » 16 de Dez,	1927	—	5 de Maio,	1977
» » » » 18 de Jan,	1928	—	12 de Maio,	1977
» » » » 26 de Jan,	1928	—	19 de Maio,	1977
» » » » 22 de Fev,	1928	-	26 de Maio,	1977

Bibliografia de António Sérgio

Carta de	Paris	de 16	de	Mar.,	1928	— 2 de Jun, 1977	le
		28	de	Mar.,	1928	— 16 de Jun, 1977	
	» »	»	»	27 de	Abr.,	1928	— 23 de Jun, 1977
				25 de	Jun.,	1928	— 30 de Jun, 1977
				30 de	Jun.,	1928	— 7 de Jul, 1977
				30 de	Jul.,	1928	— 14 de Jul, 1977
				7 de	Ag.,	1928	— 21 de Jul, 1977
				15 de	Ag.,	1928	— 28 de Jul, 1977
				19 de	Ag.,	1928	— 4 de Ag, 1977
				2 de	Set,	1928	— 11 de Ag, 1977
				6 de	Out,	1928	— 18 de Ag, 1977
				30 de	Out,	1928	— 25 de Ag, 1977
				10 de	Dez,	1928	— 1 de Set, 1977
				28 de	Dez,	1928	— 8 de Set, 1977
	» »	»	»	15 de	Jan,	1929	— 15 de Set, 1977
				28 de	Jan,	1929	— 22 de Set, 1977
							(assinada também
							Afonso Costa e
							Jaime Cortesão)
				28 de	Jan,	1929	— 29 de Set, 1977
				18 de	Jul,	1929	— 6 de Out, 1977
				14 de	Mai,	1930	— 13 de Out, 1977
	» »	»	»	15 de	Ag,	1930	— 20 de Out, 1977
	» »	»	»	27 de	Dez,	1930	— 27 de Out, 1977
	» »	»	»	9 de	Jan,	1931	— 3 de Nov, 1977
Carta s/1, s/d							— 10 de Nov, 1977
Carta s/1				9 de	Set,	1938	— 17 de Nov, 1977
Carta de Lisboa de				25 de	Jan,	1939	— 24 de Nov, 1977
»	»			26 de	Set,	1952	— 2 de Dez, 1977
»	»	s/d					— 9 de Dez, 1977

(2.ª SÉRIE)

«As coisas estão correndo bem para nós — escrevia de Paris em 1929 o ensaísta exilado pela ditadura»	_ 15	de	Nov,	1979
«Interessado num emprego em S. Paulo (Brasil) até a ditadura cair»	— 22	de	Nov,	1979
«Esperançado (em Junho de 1930) na iminente restauração da República»	— 29	de	Nov,	1979
«Anuncia que sai da <i>Seara Nova</i> e critica Câmara Reis»	— 6	de	Dez,	1979
«Comunica a ideia de fazer da <i>Seara</i> uma revista nova»	_ 13	de	Dez,	1979
«Dá notícias da nossa Gestapo»	— 20	de	Dez,	1979
«Aqui vai tudo na mesma»	— 27	de	Dez,	1979
«Há muitos meses que me não chega a Anhembí»	_ 3	de	Jan,	1980
«Em 1952 O país não sabe nada de Macau»	_ 10	de	Jan,	1980
«O inimigo ficou em desordem desde a nossa última campanha eleitoral»	— 17	de	Jan,	1980
«O Galvão tem-se portado admirabilissimamente»	— 31	de	Jan,	1980

«Na inércia é que não cairiei a não ser que adoeça»	12 de Jun., 1980	Ie
«O regresso de Cortesão: <i>Que seja para bem dele</i> »	19 de Jun., 1980	
«Que pensa do que se passa na Argentina?»	26 de Jun., 1980	
«Eu sem novidade ainda sem sinais de caruncho»	3 de Jul., 1980	

- Azevedo, Adalberto de — «Carta inédita de António Sérgio. Algumas considerações». *Diário Popular*, 4 de Out., 1979
- Costa, F. Ramos da — «Uma carta inédita de António Sérgio sobre Lord Keynes». *O Jornal*, 16 de Fev. 1979
- Baptista, Jacinto — «A *imensíssima* trindade do fascismo português», (c/ carta inédita a João Sarmento Pimentel, não datada, coetânea ou posterior a 1953). *JL*, *Jornal de Letras, artes e ideias*, 31 de Ag., 1982
- Baptista, Jacinto — «Dois democratas de escol» (Cartas inéditas de Bernardino Machado a António Sérgio). *JL*, *Jornal de Letras, artes e ideias*, n.º 57, 26 de Abr., 1983
- Figueiredo, Matilde Pessoa de — «Cartas inéditas da Juventude». *JL*, *Jornal de letras, artes e ideias*, n.º 57, 26 de Abr., 1983
- Fernandes, Rogério — «Cartas de António Sérgio a Alvaro Pinto (1911-1919). (Separata c/ o mesmo título, ed. da revista *Ocidente*, Lisboa, 1972, 72 p.) *Ocidente*, n.º 413-414, Set.-Out., 1972
- Machado, José Pedro — «Cartas dirigidas a David Lopes». (C/ nota introdutória e duas cartas de A. S. uma das quais e/ ref.as de importância a Herculano). *Ocidente*, n.º 421, Maio, 1973, 453-457 pp.
- «Carta de Nuno Simões a Sarmento Pimentel» datada de 19.8.1959 (refere-se à doença de A. S.). *O Ponto*, 22 de Jan., 1981
- «Carta inédita de António Sérgio a João Sarmento Pimentel de 14 de Março (de 1951?)». *O Ponto*, 22 de Jan. 1981. (Comentada por Cecília Barreira. Contém ainda: «Carta de Nuno Simões a Sarmento Pimentel», de 19.8.1959, referindo a doença de Sérgio)
- «Intervenção sergiana positiva em duas causas — uma defensável, detestável a outra» (Carta de A. S. a António Brotas comentada por Jacinto Baptista). *O Ponto*, 17 de Dez., 1981
- «Carta inédita de António Sérgio a João Sarmento Pimentel, datada de 2 de Maio (de 1931), sobre a revolta da Madeira». *O Ponto*, 1 de Abr., 1982
- «Cartas inéditas trocadas entre António Sérgio (2) e João Sarmento Pimentel (2) de 1953-54, com notícia do papel desempenhado pelo ensaísta na campanha eleitoral do Outono de 1953 e do caso da Índia portuguesa». *O Ponto*, 27 de Maio, 1982
- «Carta inédita de António Sérgio a Sarmento Pimentel, datada de 4 de Julho de 1954, na qual se trata da questão da Índia Portuguesa». *O Ponto*, 3 de Jun., 1982
- «Carta inédita de Bernardino Machado a Luisa Sérgio, de 17.12.1931, em que se alude à *protecção dispensada pela Igreja de Roma à ditadura militarista*». *O Ponto*, 8 de Jul., 1982
- «Duas cartas inéditas de Luisa Sérgio a Bernardino Machado de 18 de Julho de 1933 e de 19.12.1933» (a 1.ª dá conta de uma detenção de A. S.). *O Ponto*, 15 de Jul., 1982
- «Carta inédita de Bernardino Machado a Luisa Sérgio», datada de

Bibliografia de António Sérgio

- 25.6.931, em que diz: «atravessamos um novo momento de confusão». *O Ponto*, 22 de Jul., 1982
- «Observações de António Sérgio sobre um projecto de estatutos da União Geral dos Combatentes da República. Cópia da carta de 23 de Set. de 1932 espólio de Bernardino Machado e atribuída pelo prof. Machado Vaz ao ensaísta». *O Ponto*, 22 de Jul., 1982
- «Carta inédita de Bernardino Machado a Luisa Sérgio, datada de 19.11.931, agradecendo um livro de Alves Correia que classifica como *um dos mais notáveis documentos da mentalidade por-tuguesa dos últimos tempos*». *O Ponto*, 5 de Ag., 1982
- «Duas cartas inéditas de Bernardino Machado a Luisa Sérgio, datadas de 27 de Fev. de 1933 e de 16 de Set. de 1935, esta aludindo a um *revoltante procedimento* contra o ensaísta». *O Ponto*, 2 de Set., 1982
- Baptista, Jacinto — «Sérgio uma vez mais. Carta inédita de António Sérgio a António Broxas, apresentada e comentada por Jacinto Baptista». *O Ponto*, n.º 59, 17 de Dez., 1982
- «Duas cartas inéditas para a história do regime ditatorial» (A Sarmento Rodrigues). *Portugal Hoje*, 9 de Out., 1979
- Dionísio, Sant'Anna — «Lima obra de teatro clandestina e pouco conhecida de António Sergio» (c/ 4 missivas ae A. S.). *O Primeiro de Janeiro*, 30 de Aor., 1975
- Dionísio, Sant'Anna — «Mais algumas cartas de António Sérgio». *O Primeiro de Janeiro*, 2 de Jul., 1975
- Dionísio, Sant'Anna — «uma carta impressiva e arisca de António Sérgio». *O Primeiro de Janeiro*, 28 de Jul., 1975
- Dionísio, Sant'Anna — «Arrazoado típico, epistolar e pedagógico de António Sérgio». *O Primeiro de Janeiro*, 18 de Ag. 1975
- Dionísio, Sant'Anna — «Ainda três missivas de António Sergio». *O Primeiro de Janeiro*, 10 de Nov., 1982
- «Carta dirigida ao director da *República* respondendo ao artigo saído no *Diário da Manhã* pela pena do seu director, onde Sérgio é acusado do roubo de moedas de ouro na Biblioteca Nacional». *Republic a*, 16 de Jul., 1951
- «Resposta às críticas que lhe foram feitas pelo Ministro do Interior, uma carta de António Sérgio». *República*, 25 de Out., 1953
- «Carta de Sergio à redacção da *República* a propósito de um artigo saído num magazine brasileiro». *República*, 25 de Abr., 1959
- Rego, Raul — «António Sergio e o Cardeal Cerejeira. *Sou eu quem defende os interesses da Igreja* — diz o ensaísta numa carta ao antigo Cardeal-Patriarca». (Carta de 23 de Nov. de 1956). *República*, 25 de Abr., 1980
- Pedroso, Alberto — «Uma intervenção ignorada de António Sérgio». C/ carta inédita de A. S. a Alexandre Vieira). *Seara Nova*, n.º 1596-7, Out.-Nov., 1978, 27-29 pp.
- «Alguns documentos sobre a polémica entre António Sérgio e Bento de Jesus Caraça». (C/ 4 cartas de A. S.). *Vértice*, n.º 394-95, Mar.-Abr., 1977, 209-214 pp.
- Monteiro, Manuel — «Uma carta inédita de António Sérgio com um *complemento directo* de Manuel Monteiro». *Vértice*, n.º 420-21, Maio-Jun., 1979, 194-199 pp.
- «Carta escrita por António Sérgio a José Régio a propósito de *Encruzilhadas de Deus*». *Vida Mundial*, 25 de Set., 1970

IF ENTREVISTAS E INQUÉRITOS

if

f1 EM LIVROS

Baptista, Jacinto — «A entrevista concedida por António Sérgio a *A Batalha* (primeiro número)», *Surgindo vem ao longe a nova aurora... Para a história do diário sindicalista A Batalha*. 1919-1927. Lisboa, ed. Bertrand, 1977, 177-181 pp.

f2 EM PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Baptista, Jacinto — «Socialização sem estatismo. A sociedade visio-nada por António Sérgio». (Contém a resposta a um inquérito do *Diário da Noite*, datada de Paris, de Abr. de 1932, também publicada no n.º 300 da *Seara Nova*, mas, em ambos os casos, sem as perguntas que se publicam agora). *Correio do Minho*, 29 de Jan., 1983

«Em que trabalham os nossos escritores?». *O Diabo*, n.º 149, 2 de Maio, 1937, 5 p.

«A pena de morte» (Depoimento). *O Diabo*, n.º 174, 23 de Jan., 1938, 1 p.

«Uma entrevista com António Sérgio». *O Diabo*, n.º 279, 27 de Jan., 1940, 3-7 pp. (conduzida por Gentil Marques)

«Os democratas portugueses têm ideias precisas sobre os problemas administrativos da Nação». *Diário de Lisboa*, 12 de Out., 1945

«António Sérgio esboça uma crítica do corporativismo». *Diário de Lisboa*, 10 de Maio, 1958

«Uma entrevista de António Sérgio à *Revista Portuguesa*». *Diário de Lisboa*, 6 de Jan., 1981 (*Revista Portuguesa*, publicação semanal dirigida por Victor Falcão. Entrevista com a data de 28.7.1923)

«Inquérito entre os escritores: O valor artístico das grandes obras literárias depende mais do modo de ser dos escritores do que das tendências ambientais, diz António Sérgio». *Diário Popular*, 15 de Fev., 1945

«Se não fosse a muralha dos preconceitos todos os verdadeiros amf-gos do povo se poderiam entender». (Entrevista). *Diário Popu-lar*, 31 de Out., 1953

Carvalho, Montezuma de — «Ouvindo expoentes da cultura e da In-teligência. Diálogo à distância com António Sérgio». *Expoente*, n.º 59, ano VI, Out., 1957, S. Paulo, Brasil. (Publicado também em *O Primeiro de Janeiro*, de 6.1.1956)

«Um inquérito da *Gazeta Musical*. O que pensam da música os nossos intelectuais. Responde António Sérgio». *Gazeta Musical*, n.º 12, 1 de Set., 1951, 5-7 pp.

«Respondem a um inquérito de *Ler*. António Sérgio». *Ler*, Jornal de Letras, Artes e Ciências, n.º 18, Set., 1953

«António Sérgio fala de Eça de Queiroz e Oliveira Martins». *Primeiro de Janeiro*, 27 de Set., 1944

Carvalho, Montezuma de — «Diálogo à distância com o pensador por-tuguês António Sérgio». *O Primeiro de Janeiro*, 6 de Jan., 1956

«Um inquérito literário. António Sérgio diz que os intelectuais típicos da nossa terra se caracterizam pela incapacidade absoluta para

Bibliografia de António Sérgio

- o mais pequenino pensamento efectivo». *República*, 30 de Mar., 1943
- «O dr. António Sérgio entrevistado pela *República* defende a mais completa liberdade individual e considera necessária a planificação económica». *República*, 10 de Jan. 1947
- «António Sérgio fala à *República* sobre o movimento cooperativo português». *República*, 4 de Jun., 1948
- «Entrevista com António Sérgio. Apresentação do programa submetido à discussão por um grupo de oposicionistas». *República*, 5 de Nov., 1953
- «Tornar efectivos os direitos políticos do art.º 8.º da Constituição, cumprir os princípios da ONU — fazer eleições honestas e criar um Conselho de Estudos Económico-Sociais são alguns dos aspectos da Reforma preconizada pelo ilustre pedagogo dr. António Sérgio, antigo ministro da Instrução, numa entrevista concedida à *República*». *República*, 30 de Jul., 1956
- «Inquérito da *República* sobre eleições: Peço a todos que saiam da inércia, que se recenseiem sem demora e se preparem para ir às urnas, diz António Sérgio». *República*, 25 de Fev., 1957
- «Resposta de Sérgio ao inquérito efectuado pelo *República*: Quais as características fundamentais do século passado e quais as características fundamentais do século actual até aos nossos dias?». *República*, 24 de Dez., 1958
- «Factos e documentos». (Transcrição de uma entrevista dada ao *Primeiro de Janeiro*). *Seara Nova*, n.º 500-3, 1 de Abr., 1937, 372-373 pp.
- «Resposta a um inquérito promovido pelo *Diário da Noite* de 3 de Fev., 1932». *Seara Nova*, n.º 300, 26 de Maio, 1932, 178, 190-1 pp.
- «Iniciativas Patrióticas. A *Liga de Acção Nacional*». (Entrevista c/ o secretário geral da Liga e director do seu órgão na Imprensa, a revista *Pela Grei*). *O Século*, 8 de Mar., 1918
- «António Sérgio responde ao novo Inquérito». *Vértice*, n.º 30 a 35, (fase. 7), Maio de 1946, 158, 159, 161 pp.
- «Sobre o problema da cultura. Diálogo com António Sérgio». (Complemento ao depoimento de A. S. publicado no *Diário de Lisboa*, de 30.5.1956). *Vértice*, n.º 153, Jun., 1956, 269-273 pp.
- «Renovemos a Escola. António Sérgio fala à *Voz da Justiça* sobre o problema pedagógico». *A Voz da Justiça*, 19 de Jul., 1933

if

f3 EM DISCO

- «*Entrevista 4. António Sérgio*». Entrevista recolhida por Igrejas Caeiro e transmitida por Rádio Club Português na rubrica «Perfil de um artista», em 27 de Jul., 1958. Lisboa, Gravações em disco — Edições Sasseti, s/d

Ig TRADUÇÕES

- France, Anatole — *A Vida em Flor*. Paris, Casa Editorial Franco-Ibero-Americana, s. d. (1928?), 345 p.
- Descartes, Renato — *Meditações metafísicas*. (Tradução e nota final). Coimbra Imprensa da Universidade, 1930. «Filósofos e Moralistas», 136 p.
- Renouvier, Carlos — *As últimas Conversações*. (Tradução). Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930. «Filósofos e Moralistas», 106 p.
- Leibniz, G. W. — *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. (Tradução). Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931. «Filósofos e Moralistas», 155 p.
- Sainte-Beuve — *Retratos de mulheres*. (Tradução). Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, 86 p.
- Munthe, Axel — *Homem e bichos*. (Trad. e prefácio). Lisboa, Editorial Progresso, s. d. (1937?), 253 p.
- Kipling, Rudyard — *Lobos do mar*. (Tradução). Lisboa, Editorial Progresso, s. d. (1937?), 253 p.
- Vários Autores. *Galerias da Europa* (Álbum das Galerias de Pintura dos Museus Alemães, Álbum do Museu do Louvre, Álbum dos Países Baixos e Álbum de Pintura Moderna). Tradução, Barcelona, Editorial Labor, s.d. (1938?), 4 vols.
- Mc Taggart, John - Ellis — *Introdução ao estudo da filosofia*. (Tradução e prefácio). Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, 1939. Cadernos «Inquérito», 2.^a ed.: Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, s. d., Cadernos «Inquérito»
- Russell, Bertrand — *Os problemas da filosofia*. (Tradução e prefácio). Coimbra, Arménio Amado, 1939. Colecção Studium, n.º 16, 216 p., 2.^a ed., 1941, com um PS, e notas finais de A. Sérgio
- Rousseau, J. J. — *Emílio*. (Excertos seleccionados, traduzidos, anotados e prefaciados). Lisboa, Editorial Inquérito, L.da, 1940, 2 vols. Cadernos «Inquérito»
- Thomson, J. Arthur — *Introdução à ciência*. (Tradução e nota final). Coimbra, Arménio Amado, 1941. Colecção Studium, n.º 26, 237 p.
- Aurélio, Marco — *Pensamentos*. (Seleccção, tradução e prefácio). Lisboa, Edições Ática, 1947, 75 p.
- Berkeley, George — *Três diálogos entre Hilas e Filonous em oposição aos cépticos e ateus*. (Tradução, prefácio e notas). Coimbra. Atlântida Editora, 1948. «Biblioteca Filosófica», 4, 185 p. 2.^a ed.: Coimbra, Atlântida Editora, 1965, «Biblioteca Filosófica», 4
- Tolstoi, Leão — Khadji Murat — *O Diabo Branco*. (Tradução indirecta c/ prefácio). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934, 193 p.
- Tolstoi, Leão — *O demónio branco*. (Tradução indirecta e prefácio). Lisboa, Editora Arcádia, L.da, s. d. (1958?). «Colecção Autores Estrangeiros», 161 p.

Ig

Ih REPRESENTAÇÃO EM ANTOLOGIAS

- Campos, Agostinho de — *Paladinos da Linguagem*, II vol., Lisboa, Livr. Aillaud e Bertrand, 1922, 262 p. (António Sérgio, pp. 117-125)
- Costa, Fernando Ferreira da — *Doutrinários Cooperativistas Portugueses*. Subsídios para o estudo do sector cooperativo português.

Bibliografia de António Sérgio

- Lisboa, Horizonte Universitário, 1978, 468 p. (António Sérgio, pp. 297 a 408)
- Machado, Augusto Heis — *Antologia Histórico-Sociológica*. Lisboa, O Tempo e o Modo, edit. Moraes, 1964, 125 p. (António Sérgio, pp. 91—122)
- Marques, A. H. de Oliveira — *Antologia da Historiografia Portuguesa*, 2 vol., Lisboa, Publicações Europa-América, 1.º vol., 1.ª ed. 1974, 2.º vol. 1.ª ed. 1975. (C/ referências a A. S. na introdução do 1.º vol. No 2.º vol. contém: «António Sérgio» pp. 158-170, nota biográfica e textos de: *Introdução Geográfica à História de Portugal, Sobre a Revolução de 1383-85, A Conquista de Ceuta, Interpretação não romântica do Sebastianismo, O Reino Cadaveroso*)
- Pires, António Machado — *D. Sebastião o Encoberto*. Lisboa, ed. Fundação Gulbenkian, 1982, 453 p. (c/ antologia de textos sobre D. Sebastião. António Sérgio: 396-406 pp.)
- Quadros, António — *A Tese da História em Portugal* (I vol. O conceito de História; II vol. A dinâmica da História). Excertos dos *Ensaio*s. Lisboa, Col. Biblioteca de Cultura Portuguesa, ed. Espiral, s. d. (1968?) I vol. pp. 53-55, 96-97. II vol. pp. 153-158
- Serrão, Joel — *Iniciação ao filosofar* (c/ o texto de A. S. «Reflexão é o pensamento sobre o próprio pensamento» das *Cartas de Problemática*, n.º 4, pp. 173-183. Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1970
- Serrão, Joel e Jorge Macedo — *Introdução à Filosofia e Psicologia*. Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1.ª ed., 1948, 8ª ed., 1971. (De A. S.: «Do nível sensorial ao nível formal ou científico», 6-9 pp.)
- Serrão, Joel e Rui Grácio — *Filosofia, Antologia*. Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1.ª ed. 1966, 5ª ed. 1972. (De A. S.: «A criatividade do intelecto», 144-145 pp.; «Idealismo e verdade», 160-161 pp.)
- Serrão, Joel — *Prosa doutrinal de autores portugueses. Segunda Série. António Sérgio*. Col. Antologias Universais, Lisboa, Portugalia, s/d (1967), 553 p. (e/ o prefácio: «Breve introdução ao ensaísmo sergiano» e os textos seguintes: Sobre educação primária e infantil; prefácio a *Os Problemas da Filosofia* de Bertrand Russell; Cartas de Problemática n.º 9; Divagações proemiais ao jovem leitor sobre a actividade mental que presidiu a este ensaio in: *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*; Os «Espectros» Históricos, *Ensaio*s I; As duas políticas nacionais, *Ensaio*s II; A conquista de Ceuta, *Ensaio*s I; O povo dos nossos campos, *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*; O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal, *Ensaio*s II; Educação de autónomos pela autonomia, *Cartas do Terceiro Homem*; o Self-Government e a escola, *Educação Cívica*; Paideia, *Ensaio*s VII; A propósito dos *Ensaio*s Políticos de Spencer, *Ensaio*s II; *Democracia*; *Alocução aos Socialistas*; E porque não hão-de as obras nascer já humanas?, *Cartas do Terceiro Homem*; Questão prévia dum ignorante aos prefaciadores da Lírica de Camões, *Ensaio*s IV; Nótula sobre Nicolau Tolentino, *Ensaio*s V; Os dois Anteros (o luminoso e o nocturno), *Ensaio*s IV; Cristianismo ideal e cristianismo real, *Ensaio*s IV; Em torno da expressão *Civilização Cristã*, *Ensaio*s VI; Que empreenderia agora um S. Francisco de Assis, que faria agora um S. Vicente de Paulo?, *Cartas do Terceiro Homem*; Migalhas de filosofia, *Ensaio*s VII; Quando se passa do físico para a actividade vital, *Cartas de Problemática*; Deus como ideia na cons-

ih

- ciência do homem, *Cartas de Problemática; A radical espontaneidade criadora do intelecto, Prefácio a Três Diálogos entre Hílas e Filonous de Berkeley*
- Serrão, Joel — *Antologia do Pensamento Político Português*, 1. Liberalismo, socialismo, republicanismo. Seleção, introdução e notas de Joel Serrão. Porto, ed. Inova, 1970. (De A. S.: «O remédio para os erros de liberdade é uma liberdade mais bem entendida», 389-407 pp., publicado no tomo II dos *Ensaio*s sob o título: «A propósito dos *Ensaio*s Políticos de Spencer e publicado em *A Águia*, Jun. de 1917) ih
- Tengarrinha, José — *Tentativa de interpretação da História de Portugal*. (C/ prefácio do autor e dois ensaios: o que intitula a obra e «Importância do factor económico na interpretação da História». O 1.º é o prefácio à *Introdução Geográfica à História de Portugal*; o 2.º é o prefácio à *Antologia dos hiconomistas Portugueses*) col. Tempo de ensaio, n.º 6, Lisboa, ed. Tempo, s. d. (1962?), 40 p.

II BIBLIOGRAFIA PASSIVA

IIa ESTUDOS EXCLUSIVOS SOBRE A OBRA

- Abreu, Eng. José de — *Rescaldo da Revista «Camiliana & Vária»*. Lisboa, Separata do Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa, 1968, 11 p. (Sobre o artigo de A. S. «Monólogo do vaqueiro ou notazinha problemática sobre o Amor de Perdição, publicado na revista *Camiliana & Vária*)
- Carvalho, Montezuma de — *António Sérgio a obra e o homem*. Lisboa, ed. Arcádia, 1979, 491 p.
- Dionísio, Sant'Anna — *Objecções a António Sérgio sobre o valor da obra filosófica de Leonardo Coimbra*. Porto, s/ ed., 1938, 115 p.
- Dória, A. Alvaro — *António Sérgio um educador do povo português*. Braga, s/ ed., 1969, 5 p.
- Fernandes, Henrique J. de Barahona — «Da Psicologia para a Epistemologia — o humanismo criativo de António Sérgio», in: *Homenagem a António Sérgio*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Instituto de Altos Estudos, 1976, 71-122 pp.
- Ferreira, David Mourão — «Situação de António Sérgio na História da Crítica Literária», in: *Homenagem a António Sérgio*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Instituto de Altos Estudos, 1976, 53-70 pp.
- Lima, Pedro Manuel de Almeida — «Palavras de abertura no ciclo de conferências em homenagem a António Sérgio», in: *Homenagem a António Sérgio*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Instituto de Altos Estudos, 1976, 9-11 pp.
- Medina, João — *O Pelicano e a Seara, a Revista «Homens Livres»*. Lisboa, ed. António Ramos, s/d (1979), 133 p. (Reedição integral dos dois únicos números desta revista dirigida por A. S., c/ notas de interesse sobre a sua participação num grupo onde se reúnem integralistas e seareiros)
- Pacheco, J. Preto — *A História Sergista de Portugal*. Lisboa, s/ed., 1941, 127 p.

Bibliografia de António Sérgio

- Pimenta, Alfredo — *A História de Portugal do Sr. António Sérgio vista por Alfredo Pimenta*. Lisboa, ed. do autor, 1941, 46 p.
- Sá, Vítor de — *A historiografia Sociológica de António Sérgio*. Lisboa, Col. Biblioteca Breve n.º 34, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979, 112 p.
- Saraiva, António José — *O Caprichismo Polémico do sr. António Sérgio*. Porto, ed. do autor, 1952, 55 p.
- Serrão, Joel — «Breve Introdução ao Ensaísmo Sergiano», *Prosa Doutrinal de Autores Portugueses, Segunda Série, António Sérgio*. Col. Antologias Universais, Lisboa, Portugalíia, s/d (1967), 11 a 50 pp.
- Serrão, Joel — «O lugar da História no pensamento de António Sérgio», in: *Homenagem a António Sérgio*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Instituto de Altos Estudos, 1976, 45-52 pp. **lia**
- Silveira, António de — «Recordando António Sérgio — com forçados excertos autobiográficos e diversos comentários inactuais», in: *Homenagem a António Sérgio*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Instituto de Altos Estudos, 1976, 13-37 pp.
- Tengarrinha, José — Prefácio a *Tentativa de Interpretação da História de Portugal*. Lisboa, Col. Tempo de Ensaio n.º 6, ed. Tempo, s/d (1962?), 5-7 pp.
- Vilhena, Henrique J. de — «Relatório a pronunciar devidamente em prol da entrada do muito notável escritor senhor dr. António Sérgio de Sousa na classe de ciências da Academia das Ciências de Lisboa», in: *Homenagem a António Sérgio*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Instituto de Altos Estudos, 1976, 39-43 pp.
- Vilhena, V. de Magalhães — *António Sérgio e a Filosofia*. Lisboa, ed. Cosmos, 1960, 30 p.
- Vilhena, V. de Magalhães — *António Sérgio o idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa*. Lisboa, Col. Argumentos, n.º 1, *Seara Nova*, 1964, 197 p. 2.ª ed. Lisboa, ed. Cosmos, (reimpresão da 1.ª ed.)
- Vilhena, P. de Magalhães — «Em torno da génese do idealismo filosófico de António Sérgio», in: *Homenagem a António Sérgio*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Instituto de Altos Estudos, 1976, 123-145 pp.

IIb PUBLICAÇÕES COM ESTUDOS OU REFERÊNCIAS SOBRE A OBRA

- Almeida, Henrique — *O Clube Fenianos Portuense na Oposição ao Fascismo na década de 40*. Porto, 1982, 51 p. (Contém ref.^{as} a A. S. e largos trechos de «Antero de Quental e António Vieira perante a civilização cristã», etc.)
- Antunes, José Freire — *A Cadeira de Sidónio ou a Memória do Pre-sidencialismo*. Lisboa, ed. Europa-América, 1981, 192 p. (C/ ref.^{as} de interesse a A. S.) **IIb**
- Baptista, Jacinto — *Surgindo vem ao Longe a Nova Aurora... Para a história do diário sindicalista «A Batalha» 1919-1927*. Lisboa, Bertrand, 1977, 214 p. (De grande interesse para as relações entre sindicalistas e seareiros. Transcreve a entrevista dada por A. S. ao l.º n.º de «A Batalha»)

- Barbosa, Manuel — «Presença de António Sérgio». *Figuras & Perfis Literários*, Ribeira Grande, ed. do autor, 1983, 209-218 pp.
- Barreira, Cecília — «O ideário Seareiro. Alguns apontamentos para uma polémica (1921-1926)». *Sondagens em torno da Cultura e das Ideologias em Portugal (secs. XIX-XX)*. Col. Temas Portugueses, n.º 1, Lisboa, ed. Polemos, 1983, 101-119 p.
- Barreira, Cecília — «A Renascença Portuguesa. Sérgio, Pascoaes e a Renascença Portuguesa». *Sondagens em torno da Cultura e das Ideologias em Portugal (secs. XIX-XX)*. Col. Temas Portugueses, n.º 1, Lisboa, ed. Polemos, 1983, 59-65 pp.
- Barreira, Cecília — «Sérgio, Cortesão e *A Vida Portuguesa*». *Sondagens em torno da Cultura e das Ideologias em Portugal (secs. XIX-XX)*. Col. Temas Portugueses, n.º 1, Lisboa, ed. Polemos, 1983, 66-73 pp.
- Branco, João de Freitas — *Viana da Mota*, Lisboa, ed. Fundação Gulbenkian, 1972, 451 p. (além do prefácio da autoria de A. S., contém ref.^{as} de interesse ao ensaísta)
- Botelho, Afonso — *Origem e Actualidade do Civismo*. Lisboa, ed. Terra Livre, Direc. Geral de Divulgação, 1979, 144 p. (c/ ref.^{as} de interesse a A. S.)
- Caetano, Marcelo — *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, ed. Verbo, 1977 (c/ ref.^{as} a A. S. 30, 365, 469 pp.)
- Caraça, Bento de Jesus — «Resposta a uma crítica»; «Carta a António Sérgio crítico»; «Nota em guisa de conclusão». *Conferências e outros Escritos*. Lisboa, s/ed., 1970, 289-320 pp. (Em apêndice «Nota a um passo de uma introdução a Berkeley» de A. S., que originou a «Resposta a uma crítica»; «Réplica sem severidade a um severo Amigo» de A. S. e «Explicações para os que entendem a linguagem que eu falo» de A. S.)
- Carrilho, Manuel Maria — «Sérgio e a Filosofia», in: *Filosofia e Epistemologia II*. Lisboa, ed. A Regra do Jogo, 1979, 59-100 pp.
- Carrilho, Manuel Maria — «Ensaísmo e filosofia: António Sérgio». *O Saber e o Método*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982, 58 a 104 pp. (Segundo uma nota, este estudo retoma com alterações o artigo anterior)
- Carvalho, Joaquim Barradas de — «António Sérgio». *O Obscurantismo Salazarista*. Lisboa, ed. Seara Nova, 1974, 121-125 pp.
- Chaves, Castelo Branco — «António Sérgio e a sua primeira polémica». *Crítica Inactual*. Lisboa, ed. Arcádia, 1981, 163-171 pp. (Publicado pela 1.^a vez em *A Capital*, a 9 e 23.5.1969)
- Cidade, Hernani — «António Sérgio». *Portugal Histórico Cultural*. Lisboa, ed. Círculo de Leitores, 1973, 397-411 pp.
- Comissão do livro negro sobre o regime fascista — *Livros Proibidos no regime fascista*. (Contém ref.^a a duas obras de A. S. proibidas: *Educação Cívica* e *História de Portugal*, 83 p.). Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1981, 124 p.
- Correia, Joaquim Alves — *Cristianismo e Revolução*. (C/ ref.^{as} a A. S. no prefácio e introdução e um extracto dos *Diálogos de Doutrina Democrática*). Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1977, 227-229 pp.
- Costa, Fernando Ferreira da — *Doutrinadores Cooperativistas Portugueses*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, Nov. 1978, 468 pp.
- Costa, Fernando Ferreira da — *O Pensamento Cooperativo de António Sérgio e as correntes cooperativas francesas*. Col. estudos cooperativos - 1, Viseu, ed. Centro de Estudos Cooperativos de Viseu, 1983, 9-32 pp.
- Cunhal, Alvaro — *As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média*. Col. Teoria, n.º 27, Lisboa, ed. Estampa, 1975, 135 p. (C/

Ib

Bibliografia de António Sérgio

- alusões críticas ao prefácio à *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes)
- Fernandes, H. J. Barahona — «As estruturas do intelecto segundo as *Cartas de Problemática* de António Sérgio», in: *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Ciências*. Tomo XIII. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1968, 149-174 pp.
- Fernandes, Rogério — *O Pensamento Pedagógico em Portugal*. Col. Biblioteca Breve, n.º 20, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978, 144 p. (C/ ref.^{as} de interesse a A. S. Uma nota de pé de página no final do livro anuncia a publicação de uma obra, na mesma col. dedicada ao pensamento pedagógico de A. S.)
- Fernandes, Rogério — «António Sérgio: Uma pedagogia para o ressurgimento nacional». *A pedagogia portuguesa contemporânea*. Biblioteca Breve, n.º 37, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979, 43-110 pp.
- Ferreira, David Mourão — «António Sérgio crítico literário». *Motim Literário*. Lisboa, ed. Verbo, 1962, 38-64 pp.
- Fey, Édouard — «António Sérgio (1883-1969)». *O ensino da Filosofia em Portugal*, Lisboa, 1978, 68-69 pp. (artigo publicado na *Brotéria*, vol. 107, n.º 1 a 5, 1978)
- Freyre, Gilberto — *Aventura e Rotina*, Lisboa, Livros do Brasil, Ld.^a, s/d. (1952?) 453 p. (c/ ref.^{as} de interesse a A. S.)
- Godinho, Vitorino Magalhães — *Ensaaios*. Sobre História Universal I. Lisboa, ed. Sá da Costa, 1968, 289 p. (c/ particular referência a A. S. no prefácio)
- Godinho, Vitorino Magalhães — «Ao investigador cabe enfrentar os grandes problemas nacionais em inteira isenção e não ao serviço de conveniências». (Entrevista conduzida por António Borges Coelho). *Seara Nova*, n.º 1480, Fev. 1969. C/ uma resposta onde se foca o magistério sergiano e a reforma da mentalidade)
- Godinho, Vitorino Magalhães — «António Sérgio: o Portugal que somos e o Portugal que queremos ser»; «Excertos de António Sérgio» (1. Reforma da mentalidade 2. Como foi pensada, e para quê, a *Breve Interpretação da História de Portugal* 3. Os problemas de Portugal 4. Política de transporte e política de fixação 5. A prioridade da agricultura para o arranque do desenvolvimento). *Para a renovação da política nacional*. Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1978, 91-108 pp.
- Grácio, Rui — «António Sérgio» *Educação e Educadores*. Biblioteca da Educação Profissional. Lisboa, ed. Livros Horizonte, s/d (1968), 165-177 pp. (C/ breve análise do pensamento pedagógico de A. S.)
- Lapa, Rodrigues — «António Sérgio e o problema da língua literária». *Estudos Galego-Portugueses*. Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1979, 117-129 pp.
- Leite, Duarte — *História dos Descobrimentos*. 2.º Vol. Lisboa, ed. Cosmos, 1959
- Leite, João Salazar — «O sector cooperativo em Fauquet, em António Sérgio e na Constituição da República Portuguesa». *Cooperação e Interooperação*, Col. Formação Cooperativa, n.º 6, ed. Livros Horizonte, 1982, 28-31 pp.
- Lima, Sílvio — *Ensaio sobre a Essência do Ensaio*. Col. Studium, n.º 41, Coimbra, ed. Arménio Amado, 1944. (2.ª ed. 1964), 203 p. (C/ um estudo sobre o carácter do ensaísmo sergiano, sendo considerada por A. S. «a obra mais lúcida e de mais acerto acerca da natureza da literatura ensaística» no prefácio a: *Prosa Doutrinal de Autores Portugueses*)

iiib

- Lins, Álvaro — *Missão em Portugal* (1.º vol.) Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira S. A., 1960. (C/ ref.^{as} de interesse a A. S. e transcrição de um documento político assinado pelo ensaísta (11.11.1958) sobre a vinda de Aneurim Bevan a Portugal)
- Lopes, Fernando Farelo — «A aposta perdida de *Pela Grei*: o Tecno-liberalismo Nacional perante o sidonismo». (Comunicação apresentada ao colóquio — *A Formação de Portugal Contemporâneo: 1960-1980*, organizado pelo GIS (Gabinete de Investigações Sociais). Lisboa, Dez. 1981, publicado sob o título: *A revista «Pela Grei»* (doutrina e prática políticas) in: *Análise Social*, n.º 72-73-74, Abr.-Dez, 1982, 759-772 pp.
- Lopes, Fernando Farelo — «O liberalismo decadente da *Seara Nova* (Algumas hipóteses)». *O Fascismo em Portugal*. Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980. Lisboa, ed. A Regra do Jogo, 1982, 141-165 pp.
- Lopes, Fernando Farelo — «Liberalismo e rendição: a *Seara Nova*, 1921-27». (Comunicação apresentada no seminário: *O Fascismo e o seu advento em Portugal*, realizado em Maio de 1981, pelo GIS (Gabinete de Investigações Sociais), Lisboa, Dez. 1981
- Lopes, óscar — «Ensaio VIII»; «Sérgio visto por Magalhães Vilhena»; «A crítica literária nos *Ensaio*s». *Ler e Depois*. Porto, ed. Inova, 1969, 211-235 pp.
- Lopes, óscar — *História Ilustrada das Grandes Literaturas, Literatura Portuguesa*. II vol. Lisboa, ed. Estúdios Cor, 1973, 915 p. (C/ inúmeras referências e uma importante notícia crítica sobre o pensamento de A. S., 479-488 pp.)
- Lourenço, Eduardo — «Sérgio como mito cultural. É o autor de *Ensaio*s um ensaísta?». *O Labirinto da Saudade*. Lisboa, Public. D. Quixote, 1978, 175-191 pp.
- Marinho, José — *Verdade, Condição e Destino no pensamento português contemporâneo*. Porto, ed. Lello & Irmão, 1976, 311 p. (com ref.^{as} de grande interesse ao pensamento filosófico de A. S. especialmente entre 200 e 213 pp.)
- Marques, A. H. de Oliveira — *A Liga de Paris e a Ditadura Militar. 1927-1928. A questão do empréstimo externo*. Col. Estudos e documentos. Lisboa, Public. Europa-América, 1978, 298 p. (De A. S.: «Carta aberta aos oficiais portugueses que ainda admitem a ditadura», 136-148 pp; «Para a preparação do após-ditadura», 148-157 pp. e outros documentos de colaboração)
- Nogueira, Jofre Amaral — «Carta ao sr. António Sérgio e comentário para compreender». *Um Humanismo à Nossa Medida*. Porto, ed. Inova, 1971, 351-364 pp. (Publicado pela 1.ª vez em *Sol Nascente*, n.º 19 e n.º 21, 1937)
- Pimentel, Sarmento — *Memórias do Capitão*, col. Ofício de Viver, n.º 20, Porto, ed. Inova, 450 p., 2.ª ed. 1974 (c/ ref.^{as} de interesse a A. S.)
- Pimentel, Sarmento — *Sarmento Pimentel ou uma geração traída*, Diálogos de Norberto Lopes com o autor das *Memórias do Capitão*, Lisboa, ed. Aster, 1976, 133 p. (c/ ref.^{as} de interesse a A. S.)
- Pinto, Álvaro — «Para a história da *Aguia* e da *Renascença Portuguesa*». *Ocidente*, n.º 1, vol. I, Maio de 1938, 137-151 pp. (c/ continuação nos n.ºs 2, 4 e 6)
- Pinto, Jaime Nogueira — «Polémicas de António Sérgio. Questão Seibástica, O Seiscentismo, Idealismo e Realismo», in: *As Grandes Polémicas Portuguesas*. Lisboa, ed. Verbo, II vol., 1967, 439-441 pp.

Bibliografia de António Sérgio

- Pires, António Machado — *D. Sebastião o Encoberto*. Lisboa, ed. Fundação Gulbenkian, 1982, 453 pp. (C/ antologia de textos sobre D. Sebastião. António Sérgio, 396-406 pp.)
- Régio, José — «António Sérgio e o *Sol Nascente*». *Páginas de Doutrina e Crítica da «Presença»*. Porto, Brasília Editora, 1977, 326-327 pp. (Publicado no n.º 51 da *Presença*. Março de 1938. Refere-se à polémica de A. S. c/ o prof. Abel Salazar)
- Regio, José — «Discurso sobre Camões». *Ensaio de Interpretação Crítica*. Lisboa, Portugalíia Editora, 1964, 253 p. (C/ referências de interesse sobre os ensaios camonianos de A. S.)
- Ribeiro, Orlando — «Em torno de António Sérgio. Do ensaio à geografia». *Introduções Geográficas à História de Portugal*. Estudo crítico. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1977, 119-181 pp. (Estudo crítico sobre o 1.º vol. da História de Portugal de A. S., depois reeditado c/ o título *Introdução Geográfica e Sociológica à História de Portugal*)
- Sá, Victor de — «António Sérgio». *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal*. Col. Biblioteca Breve, n.º 17, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1978, 95-99 pp.
- Sá, Victor de — «A questão colonial na obra de António Sérgio». *No Mar do Futuro*. Lisboa, Livros Horizonte, 1980, 13-29 pp.
- Sá, Victor de — «Perspectivas para uma compreensão da Segunda República». *No Mar do Futuro*. Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1980, 51 a 66 pp. (C/ referências de interesse a A. S.)
- Sá, Victor de — «Mouzinho, António Sérgio e a Teoria das Duas Políticas Nacionais». *Época Contemporânea Portuguesa I*. Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1981, 115-120 pp.
- Saraiva, António José — *Para a História da Cultura em Portugal*. Vol I. Lisboa, ed. Bertrand, 1980, 259 p. (Prólogo da 3.ª ed. c/ interesse sergiano)
- Sena, Jorge de — *Trinta Anos de Camões*. II vol. Lisboa, ed. 70, 1980, 279 p. (C/ referências aos ensaios camonianos de A. S.)
- Serrão, Joaquim Veríssimo — *A Historiografia Portuguesa*. Lisboa, ed. Verbo, vol. III, séc. XVIII. (C/ referências a A. S. no capítulo: «Os estrangeirados e o labor da História», 20 p.)
- Serrão, Joel — «Para uma interpretação do ensaísmo histórico-pedagógico de António Sérgio». *Temas de Cultura Portuguesa*, Lisboa, ed. Ática, 1960, 169-184 pp.
- Serrão, Joel — «Para uma apologia de António Sérgio, I A Dialéctica dos Fins e dos Meios. II O Meio por Excelência — a Educação». *Portugueses Somos*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, s/d., 75 a 119 pp.
- Simões, João Gaspar — «Crítica Pedagógica — António Sérgio». *Crítica I, a prosa e o romance contemporâneos*. Porto, Livr. Latina, 1942, 59-62 pp. (Sobre o ensaísmo literário de A. S.)
- Simões, João Gaspar — «António Sérgio». *Crítica V, críticos e ensaístas contemporâneos (1942-1970)*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, 705-712 pp.
- Valente, Vasco Pulido — *O Estado Liberal e o Ensino. Os Liceus Portugueses (1834-1930)*. Lisboa, Col. Cadernos Gis, n.º 5, Gabinete de Investigações Sociais, 1973, 163 p. (c/ ref/* de interesse a A. S.)

lib

Ile ARTIGOS, EM PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS, COM ESTUDOS OU REFERÊNCIAS SOBRE A OBRA

cl NÃO ASSINADOS

- «Tópicos do ideário sergiano». *A Capital*, 26 de Mar., 1969
- «A primeira lição de António Sérgio nos *Estudos Sociais Económicos e Literários*. *O Diabo*, n.º 33, 10 de Fev., 1935, 6 p. (Resumo da conferência «A influência da Grécia na civilização europeia»)
- «António Sérgio escreveu para as crianças portuguesas». *Diário de Lisboa*, 14 de Abr., 1979
- «Transcrição dos *Conselheiros do Califa*». *Diário de Lisboa*, 5 de Maio, 1979
- «Eles bem mereciam.... mas assim não (sobre a reintegração na função pública». *Diário de Lisboa*, 24 de Jul., 1980
- «*Cartas do Terceiro Homem*» (ref.^a à obra saída a lume. *Diário de Lisboa*, 27 de Set., 1955
- Ref.^a à publicação do caderno de A. S. *Sobre o espírito do Cooperativismo*. *Diário de Lisboa*, 6 de Nov., 1958
- «Foram postos em liberdade os 4 indivíduos presos há dias (Sérgio, Cortesão e outros)». *Diário de Lisboa*, 29 de Nov., 1958
- «A estatura intelectual de António Sérgio». *Diário de Lisboa*, 12 de Set., 1962
- «*Lusitanos e romanos*, ensaio inédito de António Sérgio». *Diário de Lisboa*, 16 de Out., 1958
- «Um estudo do pensamento filosófico e crítico de António Sérgio pelo Prof. Magalhães Vilhena». *Diário de Lisboa*, 11 de Mar., 1965
- «António Sérgio o intelectual e o cidadão indomável». *Diário de Lisboa*, 25 de Jan., 1969
- «Homenagem em Lourenço Marques à memória de António Sérgio». *Diário de Lisboa*, 28 de Jan., 1969
- Ref.^a a um n.º especial consagrado a António Sérgio, no *Tempo e o Modo*. *Diário de Lisboa*, 21 de Jul., 1969
- «Nome de uma rua em Moçambique». *Diário de Lisboa*, 21 de Jun., 1974
- «Sérgio e Cunhal editados em Cuba». *Diário de Lisboa*, 22 de Jun., 1974
- «António Sérgio evocado no instituto com o seu nome» (ref.^a a palestras de A. S. na rádio a partir de 1948). *Diário de Lisboa*, 25 de Jan., 1979
- «Para a História do Cooperativismo: advertência de António Sérgio». *Diário Popular*, 8 de Out., 1982
- «António Sérgio e a sua influência mental nos homens de hoje». *Jornal do Comércio*, 7-8 de Set., 1963
- «Raízes da Social Democracia na obra de António Sérgio». *Povo Livre*, 24 de Set., 1974
- «Reedições. *Ensaios* (tomo I), de António Sérgio». *O Primeiro de Janeiro*, Suplemento das artes, das letras, 14 de Dez., 1949
- «António Sérgio profere conferências nos festejos da Cooperativa Sacavenense por ocasião do 48.º ano». *República*, 21 de Jul., 1948
- «António Sérgio e Rodrigues Lapa vão falar numa sessão promovida pelas freguesias do 3.º Bairro, na Voz do Operário». *República*, 1 de Fev., 1949
- «António Sérgio falou nas festas de encerramento do 50.º aniversário da Cooperativa de Crédito e Consumo *A Sacavenense*. *República*, 15 de Ag., 1950

Iic

Bibliografia de António Sérgio

- «Um livro oportuno» (ref.^a às *Cartas do Terceiro Homem*). *República*, 3 de Dez., 1953
- Ref.^a ao artigo de Lins do Rego no «Jornal» do Rio de Janeiro sobre as *Cartas do Terceiro Homem*. *República*, 19 de Jan., 1954
- «No Instituto Britânico Sérgio proferirá uma conferência sobre o almirante inglês de Portugal, Napier, realizar-se-á a 18 de Maio». *República*, 14 de Maio, 1954
- Alusão ao artigo de Olivio Montenegro que teria referido as *Cartas do Terceiro Homem*, no «Jornal» do Rio de Janeiro a 1.5.1954. *República*, 20 de Maio, 1954
- «Na sessão evocativa do centenário de Garrett, Sérgio preside e toma a palavra» (em Leiria). *República*, 16 de Dez., 1954
- Refere a alocução que Sérgio proferirá na *Cooperativa Trabalhadores de Portugal*. *República*, 14 de Maio, 1955
- «Palavras de António Sérgio na homenagem de Julião Quintinha na Sociedade de Belas Artes». *República*, 15 de Jun., 1956
- «Sérgio presidirá à sessão do 31 de Janeiro no Porto, no Coliseu e proferirá uma alocução». *República*, 25 de Jan., 1957
- «Alocução no encerramento da sessão de 31.1». *República*, 6 de Fev., 1957
- «Sérgio prefacia *O Movimento Cooperativo Britânico* de F. Ferreira da Costa. *República*, 22 de Fev., 1957
- «A comissão promotora do voto dirige-se ao Sr. Ministro do Interior». *República*, 6 de Maio, 1957
- «O Ministro do Interior responde ao sr. dr. António Sérgio». *República*, 7 de Maio, 1957
- «Publica-se a 3.^a série das *Cartas do Terceiro Homem*». *República*, 15 de Dez., 1957
- «Sérgio e outros intelectuais são detidos. Processo instaurado no Sub-secretariado de Estado da Aeronáutica». *República*, 26 de Nov., 1958
- «Postos em Liberdade». *República*, 29 de Nov., 1958
- «Homenagem comemorativa dos 50 anos do escritor» (c/ uma caricatura). *República*, 22 de Fev., 1959
- «Sérgio melhora». *República*, 5 de Maio, 1959
- «A revista *Manchete* transcreve a resposta de Sérgio» (vide *República* de 25-4-959). *República*, 15 de Jun., 1959
- «Uma justa reparação a António Sérgio. Recebe 50 mil escudos da Labor, afirma V. Soromenho seu advogado». *República*, 19 de Jun., 1959
- «Breve antologia de Sérgio; contributo a uma cronologia de António Sérgio; homenagem a um *Contemporâneo do Futuro*». *República*, 4 de Fev., 1969
- «A *Seara Nova* e *A Batalha*» (sobre o ataque que o jornal sindicalista *A Batalha* dirigiu a A. S.). *Seara Nova*, n.º 29, 20 de Jan., 1924, 114 p.
- «A *Batalha* e a *Seara Nova*» (sobre o ataque dirigido a A. S. pelo jornal sindicalista *A Batalha*). *Seara Nova*, n.º 31, 15 de Fev., 1924, 133 p.
- «António Sérgio» (sobre a morte do escritor). *Seara Nova*, aditamento ao n.º 1480, Fev., 1969
- «Para a História do Movimento Operário português. Uma intervenção ignorada de António Sérgio». *Seara Nova*, n.º 1596/97, Out.-Nov., 1978
- «A atitude do *Sol Nascente* perante um conflito» (sobre a polémica Abel Salazar - António Sérgio). *Sol Nascente*, 15 de Jan., 1938, 4 p.

IIc

- «O sr. dr. Antonio Sérgio falou...» (nota sobre a entrevista de A. S. a O *Diabo* de 27.1.1940). *Sol Nascente*, n.º 43-44, Mar., 1940, 3 p.
- «Antonio Sérgio teye para uma das suas obras um colaborador brilhantíssimo e gratuito —Oliveira Martins». A *Voz*, 20 de Out., 1953
- «Sérgio plagiou ou não Oliveira Martins? Responde-se também por desfastio a algumas perguntas da oposição». A *Voz*, 21 de Out., 1953
- «O Ministério do Interior responde, a uma carta do sr. António Sérgio». A *Voz*, 27 de Out., 1953

Ис

c2 ASSINADOS

- Almeida, António — «Lembrança de António Sérgio». *Brotéria*, n.º 7, Julho, 1970. 93-95 pp.
- Almeida, Ramos de — «Perfis indiscretos. António Sérgio». *Jornal de Notícias*, 13 de Jul., 1959
- Antunes, Manuel — «António Sérgio (1883-1969)». *Brotéria*, Fev. 1969, 266-267 pp.
- Azevedo, Adalberto — «António Sérgio duas palavras a um jovem a propósito de uma ideia do autor dos *Ensaio*s», seguido de: «Homagem» e «Recupere-se a casa onde viveu o grande ensaísta». *Diário Popular*, Suplemento, 14 de Jan., 1982
- Baptista, António Alçada — «Reflexões sobre a morte de António Sérgio». O *Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Março-Abril, 1969, 311-313 pp.
- Baptista, Jacinto — «Um simples episódio cooperativista». *Diário Popular*, 8 de Jan., 1969
- Baptista, Jacinto — «A propósito da reimpressão de *António Sérgio, o idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa* de Vasco Magalhães-Vilhena». *Diário Popular*, 26 de Jun., 1975
- Baptista, Jacinto — «Observações de António Sérgio sobre um projecto de estatutos da União Geral dos Combatentes da República». O *Ponto*, 22 de Julho, 1982. (C/ uma carta de Bernardino Machado a Luisa Sérgio)
- Baptista, Jacinto — «Artigo sobre António Sérgio. O *Ponto*, n.º 59, 17 de Dez., 1982
- Baptista, Jacinto — «Socialização s/ estatismo. A sociedade visionada por António Sérgio». *Correio do Minho*, 29 de Jan., 1983 (Inquérito publicado s/ as perguntas no *Diário da Noite*, 6.5.1932, e publicado aqui completo)
- Barreira, Cecília — «António Sérgio e a reforma pedagógica». *Diário de Lisboa*, 24 de Jan., 1981
- Barreira, Cecília — «António Sérgio: um modo de efabular». *Diário de Notícias*, 21 de Dez., 1982
- Barreira, Cecília — «Cronologia biográfica de António Sérgio». O *Ponto*, n.º 59, 17 de Dez., 1982
- Barreira, Cecília — «Uma entrevista de António Sérgio à *Revista Portuguesa* (28.7.927)». *Diário de Lisboa*, 6 de Jan., 1981
- Barreto, Luis Filipe — «António Sérgio, a História e o conceito de Renascimento». *História*, revista mensal, Ag. 1981, 56-74 pp.
- Barreto, Luis Filipe — «Em torno de Sérgio». *Brotéria*, n.º 3, Mar., 1979, 261-270 pp.
- Barreto, Luis Filipe — «Pensando Sérgio». *Brotéria*, n.º 5-6, Maio-Jun., 1978, 562-566 pp.

Bibliografia de António Sérgio

- Barros, Henrique de — «Breve nota sobre o cooperativista Sérgio»; *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar.-Abr., 1969., 319-321 pp.
- Barros, Henrique de — «Mário de Azevedo Gomes mestre, companheiro, cidadão». *Seara Nova*, número especial do cinquentenário, 1971. (C/ interesse sergiano)
- Barros, Henrique de — «Henrique de Barros evoca mensagem de António Sérgio». *Jornal de Notícias*, 28 de Jun., 1983
- Barros, Henrique de — «Um balanço das comemorações». *Diário de Notícias*, (Suplemento especial), 3 de Set., 1983
- Barros, Henrique de — «Sérgio e a era da Abundância». *JL, Jornal de letras, artes e ideias*, n.º 57, 4 de Abr., 1983
- Beires, J. Sarmento — «António Sérgio: último encontro». *Diário Popular*, 2 de Abr., 1970
- Boisvert, Prof. Georges — «Vitorino de Magalhães-Vilhena — António Sérgio o Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa, *Seara Nova*, 1965». *Bulletin des Etudes Portugaises*, Tomo 26, 1965, 253-256 pp. (Referido em: «Uma crítica a Magalhães-Vilhena». *Seara Nova*, n.º 1456, Fev. 1967, 44 p.)
- Branco, J. Freitas — «Homenagem a Sérgio? Filosofia em dinheiro graúdo» (depoimento). *Diário de Lisboa*, 7 de Mar., 1977
- Brás, João — «Um grande português». *Seara Nova*, n.º 323, 3 de Nov. 1932, 162 p., 173-174 pp.
- A. C. «Homenagem a um contemporâneo do Futuro». *República*, 4 de Fev., 1969
- Cabral, Manuel Villaverde — «Sérgio morto ou vivo». *Expresso* (Expresso Revista), 3 de Set., 1983
- Caleiro, Maria da Conceição — «Sobre o sentido da História e do dever nacional em António Sérgio». *Diário de Notícias*, 8 de Set., 1983
- Campos, Vieira de — «António Sérgio». *Seara Nova*, n.º 90, 3 de Jun., 1926
- Campos, Luis Vieira de — «O burro de Buridan». *Revista Portuguesa*, n.º 15, 23 de Jun., 1923, 3-8 p. (Sobre os *Dispersos* de Oliveira Martins organizados por A. S.)
- Canana, Alfredo — «In Memoriam de António Sérgio». (C/ reprodução dos discursos proferidos no cemitério dos Prazeres quando da morte do escritor, do Prof. Dias Amado e dr. Fernando Mayer G arção). *Diário de Lisboa*, Suplemento, 29 de Jul., 1982
- Caraça, Bento de Jesus — Correspondência trocada com a *Vértice*, a propósito da polémica c/ António Sérgio (5 cartas). *Vértice*, n.º 394-95, Mar.-Abr., 1977
- Caraça, Bento de Jesus — «Carta a António Sérgio-crítico». *Vértice*, n.º 30-35, Maio de 1946, 126-140 pp. (Resposta ao artigo de A. S. «Réplica sem severidade a um severo Amigo» do n.º 27-30 de Mar. 1946, da *Vértice*).
- Caraça, Bento de Jesus — «Resposta a uma crítica». *Vértice* n.º 22-26, Fev. 1946, 35-44 pp. (Resposta ao artigo de A. S. do número anterior: «Nota a um passo de uma introdução a Berkeley»)
- Cardia, Sottomayor — «Algumas palavras sobre António Sérgio». *Idem*, *Jornal de alunos da Faculdade de Letras de Lisboa*, 20 de Abr., 1964
- Cardia, Sottomayor — «Notas à margem, António Sérgio em 1910». *Espaço T Magazine*, n.º 21, Lisboa, Mar., 1982
- Cardia, Sottomayor — «O primeiro manifesto de Sérgio». *Espaço T Magazine*, n.º 22, Lisboa, Abr., 1982

Ilc

- Cardia, Sottomayor — «Sérgio crítico de Sousa Martins». *Espaço T Magazine*, n.º 25, Jul., 1982
- Cardia, Sottomayor — «O jovem Sérgio e o cogito cartesiano». *Espaço T Magazine*, n.º 27, Set., 1982
- Cardia, Sottomayor — «O pensamento filosófico do jovem Sérgio». Lisboa, in: *Revista Cultura-História e Filosofia*, Vol. I, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, 411-467 pp.
- Carrilho, Manuel Maria — «Um criticismo fútil». *Expresso*, (Expresso Revista), 3 de Set., 1983
- Carvalho, Montezuma de — «Ensaio todos os voos da mente não dogmática (*Primeiro de Janeiro* 4.7.962) e «Modelo de harmonia e concepção (*Jornal do Comércio* 7.9.963) *República*. 4 de Fev., 1969
- Castro, Mário de — «Alegações finais do queixoso António Sérgio, no processo por abuso de liberdade de imprensa que moveu contra o jornal *A Voz*». *Seara Nova*, n.º 122, 14 de Junho. 1928, 23-30 pp.
- Catroga, Fernando — «Egídio Namorado um racionalista dialéctico» Prefácio a *Ponto de Vista* de Egídio Namorado. Coimbra, *Textos Vértice*, 2.ª ed. 1977, 5-39 pp. (C/ interesse para a análise do pensamento filosófico de A. S.)
- Cautela, Afonso — «António Sérgio: a vacina antitotalitária». *Portugal Hoje*, 28 de Jan., 1982
- Chaves, Castelo Branco — «António Sérgio. Páginas de Recordações do seu tempo de Marinheiro (in Memoriam)». *Anais do Club Militar Naval*, Lisboa, n.º 1 a 3, Jan.-Mar., 1969. (Publicado também em separata)
- Chaves, Castelo Branco — «António Sérgio». *Ensaio*, jornal policopiado de estudantes. Director João de Freitas Branco, n.º 5, Abril de 1972
- Chaves, Castelo Branco — «Notícia de um trabalho projectado sobre António Sérgio». *Seara Nova*, n.º 1482, Abril, 1969, 129-131 pp.
- Chaves, Castelo Branco — «No quarto aniversário da morte de António Sérgio». *República*, 24 de Jan., 1973. (Artigo muito mutilado pela censura salazarista segundo informação dada pelo seu autor)
- Chaves, Castelo Branco — «A primeira polémica de António Sérgio». *A Capital*, 9 de Abril, 1969
- Chaves, Castelo Branco — «Análise rigorosa e solidez de pensamento». *JL. Jornal de letras, artes e ideias*, n.º 57, 26 de Abr., 1983
- Chaves, Castelo Branco — «António Sérgio e a censura salazarista». *O Jornal*, 2 de Jan., 1983 (artigo publicado na *República* em Nov. de 1973, c/ as passagens eliminadas pela censura fascista e agora repostas e assinaladas)
- Cidade, Hernani — «Ainda em torno da crise mental do séc. XVIII. Carta a António Sérgio». *Seara Nova*, n.º 220, 18 de Set., 1930, 51-53 pp.
- Cidade, Hernani — «António Sérgio». *O Primeiro de Janeiro*, 12 de Mar., 1969
- Correia, Natália — «Modernidade da doutrina social — mas rispidez filosófica...» *JL, Jornal de letras, artes e ideias*, n.º 57, 26 de Abr., 1983
- Cortesão, Jaime — «O Parasitismo e o anti-historismo». Carta a António Sérgio. *A Vida Portuguesa*, n.º 18, 2 de Out., 1913, 153-159 pp.
- Costa, Alberto — «Quel Héritage Renions-nous?». *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar.-Abr., 1969, 339 p.

Ilc

Bibliografia de António Sérgio

- Costa, Alberto — «António Sérgio contra José Régio». *Diário de Lisboa*, 5 de Ag., 1965
- Costa, Fernando Ferreira da — «Homenagem militante a António Sérgio». *O Ponto*, 7 de Jan., 1982
- Costa, Fernando Ferreira da — «Dimensão Nacional de homenagem a António Sérgio e Memória Descritiva de Utilização da casa da Travessa do Moinho de Vento». *O Ponto*, 21 de Jan., 1982
- Costa, Fernando Ferreira da — «Casa de António Sérgio (Memória descritiva de utilização)». *Diário Popular*, Suplemento, 28 de Jan., 1982
- Costa, F. Ferreira da — «O cooperativismo como filosofia política». *Diário Popular*, 24 de Jan., 1983
- Costa, F. Ferreira da — «Para a História do Cooperativismo. Advertências de António Sérgio». *Diário Popular*, 8 de Out., 1982
- Costa, Fernando Ferreira da — «Reformar a mentalidade portuguesa». *Diário Popular*, 26 de Mar., 1983
- Costa, Fernando Ferreira da — «Do socialismo libertário à sociedade alternativa». *JL*, *Jornal de letras, artes e ideias*, n.º 57, 26 de Abr., 1983
- Costa, Fernando Ferreira da — «O sector cooperativo em Sérgio e na Constituição». *Diário Popular*, 11 de Maio, 1983
- Costa, Fernando Ferreira da — «Uma pedagogia prospectiva». *Diário Popular*, 22 de Maio, 1983
- Costa, Fernando Ferreira da — «O socialismo cooperativista». *Diário de Notícias*, (suplemento especial), 3 de Set., 1983
- Costa, João Benard da — «Dez anos depois». *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar.-Abr., 1969, 323-325 pp.
- Costa, João Sá da — «Homenagem a Sérgio? Filosofia em dinheiro graúdo». (Depoimento). *Diário de Lisboa*, 7 de Mar., 1977
- Costa, Ramos da — «O problema básico da Nacionalidade em António Sérgio», c/ carta inédita de A. S. sobre a teoria geral de Keynes. *O Jornal*, n.º 199, 16 de Fev. 1979
- Cunha, Norberto — «Conhecimento e História em António Sérgio». *Gil Vicente*, *Revista de Cultura e actualidades*, Jan.-Jun., 1983, 21 a 28 pp.
- Dionísio, Sant'Anna — «Contestação das objecções de António Sérgio ao nosso modo de ver o pensamento de Leonardo Coimbra». *O Diabo*, n.º 118, 27 de Set., 1936, 3, 5, 8 pp.
- Dionísio, Sant'Anna — «O juízo crítico de António Sérgio sobre o valor da obra filosófica de Leonardo Coimbra». *O Diabo*, n.º 127, 29 de Nov., 1936, 4 p.
- Dionísio, Sant'Anna — «Sobre a questão levantada por António Sérgio, ao valor de Leonardo Coimbra como pensador e a suposta consideração de Raul Proença por ele, nessa qualidade». *O Diabo*, n.º 115, 6 de Set., 1936, 2-6 pp.
- Dionísio, Sant'Anna — «Terceira tentativa de rectificação dos juízos imprudentes de António Sérgio sobre o valor de Leonardo Coimbra como pensador». *O Diabo*, n.º 125, 15 de Nov., 1936, 2, 6 pp.
- Esteves, José — «Como António Sérgio ensinou um católico a ler os Evangelhos». *Diário de Lisboa*, 6 de Fev., 1969
- Fernandes, Barahona — «António Sérgio um *Homem Completo*». *A Capital*, Suplemento de Literatura e Arte, 5 de Mar., 1969
- Fernandes, Barahona — «Das *Cartas de Problemática* de António Sérgio». (1) *A Capital*, 9 de Abr., 1969
(2) *Idem*, 16 de Abr., 1969
(3) *Idem*, 30 de Abr., 1969

IIc

- Fernandes, Barahona—«A Psicologia na obra de António Sérgio», in: *Revista Portuguesa de Psicologia*, n.º 12-13, 1975-1976, 129-139 pp.
- Fernandes, Barahona — «Uma linha de cultura pós-sergiana». *O Jornal*, 9 de Jun., 1983
- Fernandes, Rogério—«Para a revalorização crítica da cultura nacional». *Seara Nova*, n.º 1435, Maio de 1965, 139-141 e 158 pp. (Sobre a obra de Magalhães Vilhena, *António Sérgio, o Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*)
- Fernandes, Rogério — «Comentário a um comentário» (sobre a crítica de José Régio ao livro de Magalhães Vilhena, *António Sérgio, o Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*) *Diário de Lisboa*, Suplemento, 12 de Ag., 1965
- Fernandes, Vasco da Gama — «Os últimos Ensaio de António Sérgio». *Seara Nova*, n.º 313, 25 de Ag., 1932, 13-14 pp. (Sobre o tomo III dos *Ensaio*. Transcrito da *Liberdade* de 24.7.1932)
- Fernandes, Vasco da Gama —«Os cem anos de António Sérgio». *Diário de Notícias*, 29 de Maio, 1983
- Ferreira, David — «O grupo da biblioteca rectificações e esclarecimentos para a história de um grupo que teve intervenção decisiva na vida e na cultura portuguesa das primeiras décadas deste século». *Diário de Notícias*, 25 de Jul., 1980
- Ferreira, David Mourão — «António Sérgio crítico literário». *Jornal de Letras e Artes*, 14 de Fev., 1962 e 21 de Fev., 1962
- Ferreira, David Mourão — «Em lembrança e louvor de António Sérgio». *Diário de Notícias*, 4 de Fev., 1980
- Ferreira, José Gomes — «Nota pessoal sobre António Sérgio extraída de um diário íntimo». *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar.-Abr., 1969, 330-331 pp.
- Ferreira, José Gomes — «Homenagem a Sérgio? Filosofia em dinheiro graúdo». (Depoimento). *Diário de Lisboa*, 7 de Mar., 1977
- Ferreira, José Gomes — «Homenagem a Sérgio? Filosofia em dinheiro graúdo» (depoimento). *Diário de Lisboa*, 7 de Mar., 1977
- Ferreira, José Medeiros — «António Sérgio e nós». *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar.-Abr., 1969, 331-333 pp.
- Ferreira, Vergílio — «Questões prévias de um ignorante a um comentador de Sérgio». *Crítério*, Revista mensal de cultura, n.º 2, Dez, 1975. (Texto de crítica ao ensaio de V. Magalhães Vilhena: *António Sérgio o idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa*), 18-26 pp.
- Fonseca, Tomaz da — «Do calcanhar do mundo» (o problema agrário, salientando os aspectos sociais na óptica de A. S.). *República*, 17 de Ag, 1954
- França, José Augusto — «Homenagem a Sérgio». (Sobre o livro de homenagem a A. S. publicado pela Academia das Ciências em 1976). *Diário Popular*, 3 de Mar, 1977
- Franco, A. L. Sousa — «Sérgio e a economia». *JL*, *Jornal de letras, artes e ideias*, n.º 57, 26 de Abr, 1983
- Gama, Jaime — «António Sérgio e nós». *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar.-Abr., 1969, 322-323 pp.
- Gama, José—«A polémica saudosista: Teixeira de Pascoais e António Sérgio». *Brotéria*, n.º 2, Fev, 1982, 185-193 pp.
- Garcia, Mário — «A campanha saudosista de Teixeira de Pascoais e a sua polémica com António Sérgio». *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, Jan.-Mar, 1976, 1-32 pp.

Bibliografia de António Sérgio

- Godinho, Vitorino Magalhães — «António Sérgio: Presença do Passado - Presença do Futuro». *Seara Nova*, n.º 1507, Maio, 1971, 36-38 pp.
- Godinho, Vitorino Magalhães — «O Portugal que somos e o Portugal que queremos ser» seguido de «Excerptos de António Sérgio». *Tempo Livre*, ano I, n.º 3, Out., 1977 (ed. da F.A.O.J.) 33 a 36 pp.
- Gomes, Fernando Costa — «Apontamentos para o estudo da pedagogia em António Sérgio». *Diário de Lisboa*, 16 de Fev., 1965
- Gomes, Manuel Teixeira — «Uma carta de Teixeira Gomes». *Seara Nova*, n.º 96, 16 de Jan., 1930. (Sobre a tradução inglesa da *História de Portugal* de A. S.)
- Gomes, Teixeira — «Carta a António Sérgio sobre o segundo volume dos seus *Ensaios*». *Seara Nova*, n.º 220, 18 de Set., 1930, 55-56 pp.
- Guisado, Alfredo — «Sobre o conceito de Civilização Cristã» (ref. à ed. da Biblioteca dos Fenianos, Porto, da conf. a que A. S. aí proferiu a 5.2. c/ transcr. de algumas passagens). *República*, 26 de Maio, 1948
- Graça, Fernando Lopes — «Testemunho». *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar.-Abr., 1969, 316-317 pp. IIc
- Grácio, Rui — «Pedagogia de Ação Social e Racional de António Sérgio». *Seara Nova*, n.º 1370, Dez., 1959, 389-398-399 pp.
- Lapa, Rodrigues — «António Sérgio e o galego». *Diário de Notícias*, 12 de Jun., 1979. (Publ. em: *Estudos Galego-Portugueses*, Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1979, 117-129 pp.)
- Lobo, Manuel de Sousa — «Adeus de gratidão». *Diário Popular*, 30 de Jan., 1969
- Lopes, Fernando Farelo — «A rendição da cultura liberal». *Análise Social*, n.º 64, 1980
- Lopes, Fernando Farelo — «Bernardino Machado e a União Cívica». António Sérgio em resposta a Bernardino Machado e por causa da União Cívica: o que era preciso era uma «ditadura de honradez» com «homens de boa vontade» e independentemente da sua cor política. *Diário de Notícias*, 20 de Abr., 1982
- Lopes, Fernando Farelo — «O socialismo sergiano: o Estado e a política». *Expresso* (Expresso revista), 3 de Set., 1983
- Lopes, Oscar — «A crítica do livro. António Sérgio. *Ensaios* tomo VII», Lisboa, 1954. *O Comércio do Porto*, 11 de Jan., 1955
- Lopes, Oscar — «A crítica literária nos *Ensaios* de António Sérgio». *Seara Nova*, n.º 1369, Nov., 1959, 341-42 pp.
- Lourenço, Eduardo — «Sérgio como mito cultural». *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar. de 1969, 250-260 pp. (Reproduzido em: *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1978)
- Lourenço, Eduardo — «António Sérgio e o estatuto da Razão». *Expresso* (Expresso Revista), 10 de Set., 1983
- Marinho, José — «Anotações a uma nota». *Seara Nova*, n.º 431, 21 de Mar., 1935, 355-361 pp. (Sobre uma «nota» que A. S. após ao texto de José Marinho publicado no n.º 423 da *Seara Nova*)
- Marinho, José — «Resposta a um idealista de um amigo de pensar incluído». *Seara Nova*, n.º 423, 10 de Jan., 1934, 227-229 pp. (Resposta aos artigos de A. S. dos n.ºs 410 e 411 da *Seara Nova*. «Esclarecimentos e interrogações de um idealista»)
- Marnoto, Isabel — «António Sérgio e os *frasquinhos de sabença*». *O Ponto*, 12 de Nov., 1981
- Marnoto, Isabel — «Viver à custa da obra dos outros — um pecado que Vergílio Ferreira não perdoa a António Sérgio...». *Diário Popular*, Suplemento de Letras e Artes, 6 de Maio, 1982

- Marnoto, Isabel — «Retrato a preto e branco». *JL, Jornal de letras, artes e ideias*, n.º 57, 26 de Abr., 1983
- Marques, A. H. de Oliveira — «António Sérgio Historiador». *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar., 1969, 303-310 pp.
- Martins, Guilherme d'Oliveira — «António Sérgio hoje». *Diário de Notícias*, 20 de Maio, 1983
- Martins, Guilherme d'Oliveira — «Uma atitude plenamente actual». *Diário de Notícias*, (suplemento especial), 3 de Set., 1983
- Matos, A. Campos — «Diálogo com António Sérgio». (Entrevista elaborada c/ textos sergianos, de um livro com o mesmo título no prelo). *JL, Jornal de letras, artes e ideias*, n.º 57, 26 de Abr., 1983
- Medina, João — «António Sérgio afinador de pianos». *O Ponto*, 13 de Nov., 1980
- Medina, João — «O ideário da Liga de Acção Nacional expresso na revista *Pela Grei*». *Diário Popular*, 28 de Dez., 1978
- Medina, João — «A Liga de Acção Social e o Sidonismo». *Diário Popular*, 21 de Dez., 1978
- Medina, João — «Sérgio Sidonista». *Diário Popular*, 14 de Dez., 1978
- Mendes, João — «Vida Literária». (Crítica ao 7.º vol. dos *Ensaio*s). *Brotéria*, Dez., 1954, 573-577 pp.
- Mendes, João — «Vida Literária» *Ensaio*s (crítica à 2.ª ed. do 2.º vol.). *Brotéria*, Abr., 1958, 459-462 pp.
- Mendes, Manuel — «Os *Ensaio*s de António Sérgio». *República*, 19 de Nov., 1949
- Mendes, Manuel — «A propósito da morte de António Sérgio». *O Primeiro de Janeiro*, 12 de Mar., 1969
- Mendes, Manuel — «António Sérgio — a Pertinácia da Razão». *Seara Nova*, n.º 1483, Maio, 1969, 169-170 pp.
- Mendes, Manuel — «O compromisso e o drama da Inteligência». *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar.-Abr., 1969, 333-335 pp.
- Mendes, Manuel — «Como Proença saudou o aparecimento de um grande livro». *Seara Nova*, n.º 1433, Mar., 1965, 67, 68 e 95 pp. (Sobre o Tomo I dos *Ensaio*s de A. S.)
- Mendes, Manuel — «Velhas leituras». *A Capital*, 29 de Jan., 1969
- Miguéis, José Rodrigues — «Os acordes dissonantes». *Seara Nova*, n.º 1440, Out., 1965, 309-311 pp. (Sobre uma reprimenda que o autor recebeu de A. S. a propósito do parágrafo final do *Bosquejo da História de Portugal*)
- Miguéis, José Rodrigues — «Uma flor na campa de Raul Proença, A crise mental». *Diário Popular*, 19 de Abr., 1979. (C/ uma ref. de interesse sobre tentativas de suicídio do autor dos *Ensaio*s)
- Miguéis, José Rodrigues — «Uma flor na campa de Raul Proença. O *Cacete Florido* e a obra de criação pessoal». *Diário Popular*, 26 de Abr., 1979. (C/ ref.as de interesse a A. S. polemista)
- Moncada, Prof. Cabral de — «Idealismo e Realismo. Fim de uma polémica inútil». *Nação Portuguesa*, Lisboa, Fase. 6, Tomo I, 1929, 57-78 pp.
- Morgado, Guilherme — «O programa cooperativo por Carlos Gide», trad. de um grupo de seareiros — pref. de A. S., ed. Seara Nova, Lisboa, 1939. *O Diabo*, n.º 229, 11 de Fev., 1939
- Múrias, Manuel — «Resposta à letra... António Sardinha e o sr. António Sérgio». *Nação Portuguesa*, n.º 7-8, 1925, 139-145 pp. Idem, n.º 9-10, 1926, 184-197 pp.
- Namorado, Egídio — «Uma carta a Joel Serrão». *Vértice*, n.º 394-95, Mar.-Abr., 1977, 193-206 pp.

- (Trata-se de duas cartas do autor a Joel Serrão sobre o ensaio daquele denominado: «Montagem de textos para uma interpretação do pensamento filosófico de António Sérgio»)
- Namorado, Egídio — «Em torno da obra e personalidade de António Sérgio: montagem de textos para uma interpretação do pensamento filosófico de António Sérgio». *Vértice*, n.º 394-95, Mar.-Abr., 1977, 171-188 pp. (Publicado pela 1.ª vez em *Vértice*, n.º 319-20, Ag.-Set., 1970. Contém: «Uma carta de Joel Serrão»; «Carta a Joel Serrão» de Egídio Namorado e «Alguns documentos sobre a polémica António Sérgio - Bento de Jesus Caraça»)
- Nogueira, A. Costa — «Dois historiadores e um crítico. Carta aberta ao sr. António Sérgio». *Acção*, 21 de Jun., 1945
- Nogueira, Jofre Amaral — «Carta ao sr. António Sérgio». *Sol Nascente*, 15 de Nov., 1937, 7 p.
- Nogueira, Jofre Amaral — «Comentário para compreender». *Sol Nascente*, 15 de Dez., 1937, 6-7 pp.
- Nogueira, Jofre Amaral — «Méritos e limitações de um apostolado». *Vértice*, n.º 314, Mar., 1970, 177-190 pp. IIc
- Oliveira, Barradas de — «António Sérgio e o Fascismo». *Gil Vicente* — Revista de Cultura e Actualidade, Guimarães, vol. I, n.º 3, Ag.-Set., 1980, 233-236 pp. (Reproduzido também em *A Rua* de 20 de Mar., 1981)
- Oliveira, Prof. J. Tiago de — «António Sérgio. Um exercício de racionalismo». *Seara Nova*, n.º 1484, Jun., 1969, 201-202 pp.
- Pacheco, J. Preto — «Ponto nos ii». *Seara Nova*, n.º 168, 4 de Jul., 1929, 377-379 pp. (Continuação da resposta do autor à crítica de A. S. ao seu D. *Sebastião*)
- Pacheco, J. Preto — «Resposta Sincera». *Seara Nova*, n.º 152, 14 de Mar., 1929, 122-124 pp. (Sobre a crítica de A. S. ao livro D. *Sebastião* do autor)
- Pacheco, Luis — «O problema dos dispersos». *Diário Popular*, 17 de Ag., 1983
- Pedroso, Alberto — «Uma intervenção ignorada de António Sérgio». *Seara Nova*, n.º 1596/97, Out.-Nov., 1978, 27-29 pp.
- Pedroso, Alberto — «Uma carta inédita de António Sérgio. Em torno das suas objecções quanto aos fins da Universidade Popular». *A Cidade*, revista cultural de Portalegre, n.º 3, Fev., 1982
- Pereira, Alice Vassalo — «António Sérgio crítico literário». *Diário de Lisboa*, 16 de Fev., 1965
- Pereira, Arnaldo A. — «A contribuição de António Sérgio na nossa historiografia». *Diário de Lisboa*, 16 de Fev., 1965
- Pereira, Vitorino — «A nossa estante. Democracia de António Sérgio». *O Trabalho*, Semanário Republicano. Viseu, n.º 251, 28 de Jul., 1938
- Pimentel, Sarmiento — «António Sérgio secretário e intérprete de um grande e famoso industrial português no Brasil». *O Ponto*, n.º 59, 17 de Dez., 1982
- Pinto, Álvaro — «A influência da *Águia* no movimento literário português. Álvaro Pinto responde a António Sérgio». *Diário de Lisboa*, 29 de Jun., 1935
- Pinto, Álvaro — «Uma carta sobre a questão do saudosismo». *O Diabo*, n.º 133, 10 de Jan., 1937, 8 p.
- Pires, José Cardoso — «Repensar Portugal», *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar.-Abr., 1969, 327-330 pp.
- Ponte, Bruno da — «António Sérgio, o Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa — de V. Magalhães Godinho O» *Jornal de*

- Letras e Artes*, 9 de Jun., 1965. O Por lapso. Trata-se de V. Magalhães Vilhena
- Portela, Artur — *História Trágica Marítima*, Artur Portela comenta e crítica a obra anotada e prefaciada por António Sérgio. *Diário de Lisboa*, 25 de Jan., 1956
- Portela, Artur — *Naufrágios e combates no mar*, Textos seleccionados e comentados por António Sérgio. *Diário de Lisboa*, Suplemento, 16 de Maio, 1958
- Proença, Raul — «Um livro de claridades e de sombras». *Seara Nova*, n.º 3, 20 de Nov., 1921, 77-81 pp. (e/ um retrato de A. S.)
- Proença, Raul — «António Sérgio e o seu monarquismo ante o olhar purissimo de certas vestais republicanas». *Seara Nova*, n.º 29, 20 de Jan., 1924, 100-101 pp.
- Queiroz, Alberto Gimenez — «Algumas considerações». *Diário de Lisboa*, 16 de Fev., 1965
- R. p. — «Antero de Quental e António Vieira perante a civilização cristã dos seus próprios tempos, por António Sérgio. *Vértice*, n.º 59, Jul., 1948, 31-32 pp. (Na secção de «Crítica»)
- Ramos, Mário — «Para a crítica do crítico sr. António Sérgio». *O Diabo*, n.º 164, 14 de Nov., 1937, 7 p. (Sobre o materialismo sergiano a propósito da *Tese e antítese nos sonetos de Antero*)
- Ramos, Mário — «Para a crítica do crítico sr. António Sérgio: segunda contribuição». *O Diabo*, n.º 168, 12 de Dez., 1937, 2 p.
- Rau, Virginia — «A exploração e o comércio do sal de Setúbal». Estudo de História Económica -1, Lisboa, 1951, obra resumida e ampliada em: «Rumos e vicissitudes do comércio do sal português nos sécs. XIV a XVIII, in *Revista da Faculdade de Letras*, Universidade de Lisboa, Ills. n.º 7, 1963. (Trabalhos relacionados com a hipótese proposta por A. S. no *Bosquejo da História de Portugal*, sobre ser o sal o principal produto da nossa exportação marítima)
- Rebello, Pequito — «Regionalismo Realista» (sobre as noções de raça e descentralização). *A Monarquia* — Diário integralista da tarde, 7 de Jul., 1917
- Rebello, Pequito — «A Suíça» (ref.^a ao regionalismo e descentralização) *Monarquia* — Diário integralista da tarde, 18 de Jul., 1917
- Rebello, Pequito — «Polémica terminada» (ref. resposta de A. S. no diário de *A Manhã* cujo director é Alvaro Pinto). *A Monarquia* — Diário integralista da tarde, 17 de Set., 1917
- Rebello, Pequito — «O caso da Suíça». *A Monarquia* — Diário integralista da tarde, 30 de Jul., 1917
- Régio, José — «António Sérgio e o *Sol Nascente*». *Presença*, n.º 51, Mar. de 1938, 14-15 pp.
- Régio, José — «Um livro a propósito de António Sérgio». (Trata-se do livro de Magalhães Vilhena: *António Sérgio, o Idealismo Crítico e a Crise da ideologia burguesa*). *Diário de Lisboa*, Suplemento, 22 de Jul., 1965
- Régio, José — «Comentário a um comentário» (conclusão). *Diário de Lisboa*, 23 de Set., 1965
- Rego, Raul — «António Sérgio o intelectual e o cidadão indomável». *Diário de Lisboa*, 25 de Jan., 1969
- Rego, Raul — «Centenário a não esquecer». *Correio do Minho*, 15 de Jan., 1983
- Rego, Raul — «O jovem Sérgio». *Diário Popular*, 22 de Mar., 1983 (sobre o estudo de Sottomayor Cardia da revista *Cultura*)
- Rego, Raul — «Livros raros. *Rimas* de António Sérgio». *Diário de Notícias*, 17 de Abr., 1983

lie

Bibliografia de António Sérgio

- Rego, Raul—«Livros raros. *Antígona* de António Sérgio». *Diário de Notícias*, 24 de Abr., 1983
- Rego, Raul — «Livros raros. *O Navio de Brinquedos*». *Diário de Notícias*, 1 de Maio, 1983
- Rego, Raul — «Livros raros. A *História de Portugal* da Labor». *Diário de Notícias*, 8 de Maio, 1983
- Rego, Raul — «Livros raros. *Educação Cívica*». *Diário de Notícias*, 12 de Jun., 1983
- Rego, Raul — «A questão do regime para António Sérgio». *Diário Popular*, 6 de Set., 1983
- Reis, Câmara — «Lealdade e boa educação». (Carta de Câmara Reis a João Gaspar Simões sobre a polémica deste autor com António Sérgio). *Seara Nova*, n.º 306, 7 de Jul., 1932
- Reis, Jaime Batalha — «Depoimentos». *Seara Nova*, n.º 98, Abr., 1927. (De Gago Coutinho e Jaime Batalha Reis sobre A. S.)
- Ribeiro, Afonso — «Resposta a um comentário». *Sol Nascente*, 15 de Maio, 1938, 9 p. (Resposta a José Régio sobre a polémica Abel Salazar - António Sérgio)
- Ruas, Henrique Barrilaro — «O exercício exemplar de análise crítica». *Diário de Notícias* (suplemento cultural), 3 de Set., 1983
- Sá, Victor de — «Homenagem a Sérgio». *Seara Nova*, n.º 1441, Nov., 1965, 329-330 pp. (Transcrição do artigo do autor, do suplemento cultural de *O Comércio do Porto*, de 10 de Ag., 1963 sobre o livro de Magalhães Vilhena: *António Sérgio, o Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*)
- Sá, Victor de — «António Sérgio». *O Jornal*, 29 de Dez., 1978
- Sá, Victor de — «O problema básico da nacionalidade em António Sérgio». *História*, Publicação mensal, n.º 4, Fev., 1979, 34 a 41 pp.
- Sá, Victor de — «Sérgio: Que nação somos, que poderemos ser?». *Vértice*, n.º 417-418, Mar.-Abr., 1979, 153-159 pp.
- Sacramento, Mário — «António Sérgio — o ensaísta e o doutrinário». *Vértice*, n.º 313, Fev., 1970, 89-100 pp.
- Sacramento, Mário — «Eis a crítica querido mestre e Amigo». *Diário de Lisboa*, Suplemento literário, 30 de Jan., 1969
- Salema, Alvaro — «Uma interrogação sergiana». *República*, 16 de Jan., 1959
- Salema, Alvaro — «António Sérgio e o espírito seareiro». *Seara Nova*, n.º 1391-92, Set.-Out., 1961, 205-210 pp.
- Santos, Fernando Piteira — «Uma antologia viva dos problemas nacionais escreve Fernando Piteira Santos a propósito das antologias de Sérgio». *República*, 17 de Set., 1956
- Santos, Fernando Piteira — «Um prefácio sombrio e um livro luminoso». (Sobre a 2.ª ed. dos *Ensaio* I). *República*, 19 de Maio, 1957
- Santos, Fernando Piteira — «António Sérgio e Fernando Pessoa, Uma carta inédita escrita do exílio e um inquérito literário no exílio imaginado». *República*, Suplemento, 18 de Abr., 1974
- Santos, Fernando Piteira — «Acerca dos *Ensaio* de António Sérgio e da sua atitude ensaística». *Diário Popular*, 6 de Fev., 1975
- Santos, Fernando Piteira — «Notas de Introdução a uma leitura de Sérgio». *Clio*, Revista do Centro de História da Univ. de Lisboa, 1979, 155-160 pp.
- Santos, Fernando Piteira — «António Sérgio: o Escritor e o Discurso Ensaístico». *Vértice*, n.º 446, Jan.-Fev., 1982, 7-15 pp.
- Santos, Fernando Piteira — «Breve depoimento sobre António Sérgio». *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar.-Abr., 1969, 317-319 pp.

IIc

- Santos, Fernando Piteira — «Proença e Cortesão leitores de António Sérgio». *República*, 16 de Mar., 1974
- Santos, Fernando Piteira — «Uma personalidade ímpar». *JL Jornal de letras, artes e ideias*, n.º 57, 26 de Abr., 1983
- Santos, Fernando Piteira — «Marx, Sérgio e o que adiante se lerá» (coluna política de A a Z). *Diário de Lisboa*, 30 de Set., 1983
- Santos, Nuno Carvalho dos — «António Sérgio: centenário do racionalismo». *A Tarde*, 11 de Out., 1983
- Salazar, Abel — «O bluff António Sérgio». *Sol Nascente*, n.º 22, 1 de Jan., 1938, 4, 5 e 13 pp.
- Salazar, Abel — «Carta a António Sérgio». *O Diabo*, n.º 155, 13 de Jun., 1937, 8 p.
- Salazar, Abel — «Uma carta do dr. Abel Salazar ao director do *Sol Nascente*». *Sol Nascente*, n.º 24 de Fev., 1938, 14 p. (para «suspender os 10 artigos em que definia o triste personagem que é o sr. António Sérgio»)
- Salazar, Abel — «As críticas de António Sérgio e a necessidade de actualização do pensamento português». *O Diabo*, n.º 156, 20 de Jun., 1937, 8 p.
- Salazar, Abel — «Pela segunda vez ao sr. António Sérgio». *Sol Nascente*, n.º 23, 15 de Jan., 1938, 4, 5 e 13 pp.
- Salazar, Abel — «A propósito da vulgarização do Círculo de Viena (resposta a António Sérgio)». *Sol Nascente*, n.º 10, 15 de Jun., 1937, 8-9 pp.
- Saraiva, António José — «Sobre a 2.ª edição dos *Ensaio*s de António Sérgio». *Vértice*, n.º 81, Maio, 1950, 279-292 pp. (Trata-se do tomo I)
- Saraiva, António — «António José Saraiva continua o artigo de Sérgio de 21 de Junho *Ainda a propósito do Cooperativismo*». *República*, 24 de Jun., 1955
- Saraiva, António José — «Sobre as polémicas na cultura portuguesa» (c/ ref.as a A. S.). *Vida Mundial*, n.º 1673, 2 de Jul., 1971, 17-18 pp.
- Sena, Jorge de — «Depoimento sobre António Sérgio». *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar.-Abr., 1969, 326-327 pp.
- Serrão, Joel — «Para uma interpretação do ensaio histórico-pedagógico de António Sérgio». *Seara Nova*, n.º 1365, Jul., 1959, 207, 214-216, 227 pp.
- Serrão, Joel — «Brevê nota sobre sergianismo ideal». *Diário de Lisboa*, 16 de Fev., 1965
- Serrão, Joel — «Para uma caracterização do ensaísmo de António Sérgio». *O Tempo e o Modo*, n.º 47-48, Lisboa, Mar.-Abr., 1967, 331-340 pp.
- Serrão, Joel — «Nota sobre a importância do método no ensaísmo de António Sérgio». *Seara Nova*, n.º 1461, Jul., 1967, 205-206 pp.
- Serrão, Joel — «António Sérgio, o Educador». *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar., 1969, 242-249 pp.
- Serrão, Joel — «Homenagem a Sérgio? Filosofia em dinheiro graúdo». (Depoimento). *Diário de Lisboa*, 7 de Mar., 1977
- Serrão, Joel — «Uma carta de Joel Serrão». *Vértice*, n.º 394-95, Mar.-Abr., 1977, 189-192 pp. (Esta carta diz respeito ao ensaio de Egidio Namorado publicado neste n.º da *Vértice* c/ o título: «Montagem de textos para uma interpretação do pensamento filosófico de António Sérgio»)
- Serrão, Joel — «Sérgio, historiador e pedagogo». *Diário de Notícias*, Caderno de História, 12 de Jun., 1979

Ис

Bibliografia de António Sérgio

- Sertório, Manuel — «Da cabeça para os pés». *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar.-Abr., 1969, 336-338 pp.
- Sertório, Manuel — «O Directorio Democrata-Social e a candidatura de Delgado» (c/ ref.^{as} de interesse sobre a actividade politica de A. S.). *O Jornal*, 1 de Jul., 1983
- Soares, João Pedro — «Reflectir António Sérgio ou o interesse dos consumidores». *O Comércio do Porto*, 9 de Set., 1983
- Soares, Luisa Ducla — «António Sérgio e a literatura infantil». *Diário de Notícias*, 16 de Dez., 1980
- Silva, Agostinho da — «Ombrear com Herculano». *JL* *Jornal de letras, artes e ideias*, n.º 57, 26 de Abr., 1983
- Silva, Carlos da — «António Sérgio e nós». *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar.-Abr., 1969, 313-316 pp.
- Simões, João Gaspar — «A propósito de uma nota sobre poesia, do sr. António Sérgio». *Seara Nova*, n.º 290, 17 de Maio, 1932
- Simões, João Gaspar — «Última contribuição para desfazer um equívoco do sr. António Sérgio». *Presença*, n.º 35, Mar.-Maio, 1932, 13, 17 e 20 pp.
- Sousa, Pedro de — «As Obras Completas de António Sérgio». *Broteria*, n.º 8-9, Ag.-Set., 1971, 209-210 pp.
- Taipa, Orlando — «José Régio e António Sérgio». *Vida Mundial*, 25 de Set., 1970
- Teixeira, António Braz — «Um filósofo mais conhecido pelos aspectos menores da sua obra». *JL*, *Jornal de letras, artes e ideias*, n.º 57, 26 de Abr., 1983
- Valdemar, António — «A questão sebástica nas polémicas de Sérgio». *Diário de Notícias*, 3 de Set., 1983
- Valente, Júlio — «António Sérgio e a auto-educação». *A Luta*, 6 de Set, 1976
- Valente, Vasco Pulido — «António Sérgio de Sousa: uma revolução interior». *O Tempo e o Modo*, n.º 69-70, Mar, 1969, 261-302 pp.
- Vilhena, V. Magalhães — «António Sérgio e a filosofia». *Seara Nova*, n.º 1368, Out, 1959, 305-308 pp. (Ensaio publicado em 1960 nas ed. Cosmos e desenvolvido em *António Sérgio, o Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa*, *Seara Nova*, 1964. (Esta última obra foi reimpressa pelas ed. *Cosmos* em 1975)

IIc

IId PUBLICAÇÕES ESPECIAIS DE HOMENAGEM OU COMEMORAÇÃO

Diário de Lisboa. Juvenil. Número dedicado a António Sérgio n.º 404, 16 de Fev, 1965. (Contém: «A. S. Crítico literário» de Alice Vassalo Pereira; «Breve nota sobre sergianismo ideal de Joel Serrão; «Apontamentos para o estudo da pedagogia em A. S.» de Fernando Costa Gomes; «Algumas considerações» de Alberto Gimenez Queiroz; «A contribuição de A. S. na nossa historiografia» de Arnaldo A. Pereira e «O pensamento de A. S.» trechos recolhidos por Alberto G. Queiroz

Diário de Notícias. Caderno História. 12 de Jun, 1979. (Contém: «Sérgio, historiador e pedagogo» de Joel Serrão; «António Sér-

- gio e o galego» de Rodrigues Lapa e «Carta aberta a um conservador lusitano» de A. S.)
- Diário de Notícias*. Suplemento especial dedicado a António Sérgio, 3 de Set., 1983. (Contém: Sete cartas inéditas a Carlos Malheiro Dias e uma resposta de Malheiro Dias; António Valdemar — «A questão sebástica nas polémicas de Sérgio»; Henrique de Barros — «Um balanço das comemorações»; Henrique Barrilaro Ruas — «O exercício exemplar da análise crítica»; Fernando Ferreira da Costa — «O socialismo cooperativista»; Guilherme de Oliveira Martins — «Uma atitude plenamente actual»)
- Homenagem a António Sérgio. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1976, 151 p. (C/ colaboração de Manuel de Almeida Lima, António da Silveira, Joel Serrão, David Mourão Ferreira, Henrique J. de Barahona Fernandes e Vasco Magalhães Vilhena)

Ild

- O Tempo e o Modo, n.º 60-70, Março-Abril, 1969. (C/ colaboração de: Joel Serrão, Eduardo Lourenço, Vasco Pulido Valente, A. H. de Oliveira Marques, António Alçada Baptista, Carlos da Silva, Fernando Lopes Graça, Fernando Piteira Santos, Henrique de Barros, Jaime Gama, João Benard da Costa, Jorge de Sena, José Cardoso Pires, José Gomes Ferreira, José Medeiros Ferreira, Manuel Mendes, Manuel Sertório e Alberto Costa)

- Vida Mundial*, n.º 1548, 7 de Fev., 1969. (C/ notas sobre o homem e a obra em «Um perfil e uma Obra»; documentação fotográfica; breve antologia e bibliografia, 34-45 pp.)

- Revista da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar, Lisboa, n.º 45, Nov.-Dez., 1976, 66 p. (Contém: «António Sérgio e os porquês de um número especial»; «António Sérgio o Colégio e a Associação» c/ um texto de A. S.; «Traços biográficos de António Sérgio»; «António Sérgio de Sousa, algumas datas»; «Caracterização de António Sérgio», c/ excertos dos *Ensaio*s, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, contra-capas das ed. Sá da Costa, Enciclopédia *Focus*, artigo do *Diário Popular* de António de Sequeira Zilhão de 13.2.1969 — «Exemplo de estoicismo», «o pensamento ao serviço da realidade» de Neves Águas da *Vida Mundial* de 7.2.1969 e «Idealismo crítico» de Vasco Magalhães Vilhena; «Carta de António de Sousa a seu filho António» de 26.5.1896; «Da psicologia para a Epistemologia — o humanismo criativo de António Sérgio» de H. Barahona Fernandes; «António Sérgio e a auto-educação» de Júlio Valente; «Os contos infantis de António Sérgio em cinema» de Eduardo Sérgio; «Uma carta e duas respostas» — respostas de: Bispo do Porto e de C. F. Torre de Assunção; «Retalho antológico»: «Ao jovem leitor» (pref. dos *Ensaio*s II), «Diante de um presépio» (*Ensaio*s VI), «O jogral de Deus» (*Ensaio*s VI), «Essa sim que é cristã!» (Perante a inexistência de uma civilização cristã), «O primado da cultura» (*Ensaio*s II), «Educação e filosofia» (*Ensaio*s I), «Divagações pedagógicas» (*Ensaio*s II), «O ensino como factor do ressurgimento nacional» (Conferência sobre a Reforma da Educação Nacional, 1918), «O self-government e a escola» (*Educação cívica*, 1915), «A função social dos estudantes», «Crise da democracia» (*Democracia*), «Confissões de um cooperativista», «O miguelismo e a Seara Nova» (artigo de 23.1.1926 no *Novidades*), «Duas palavras de advertência» — «Tentativas de remodelação metropolitana» (Breve interpretação da História de Portugal);

Bibliografia de António Sérgio

«O testamento intelectual de António Sérgio» (O Seiscentismo; «Album de fotografias colegiais» (3 fotos); «Medalha dedicada a António Sérgio»; «Novas homenagens a António Sérgio»; «Prémio camaradagem»).

JL, *Jornal de letras, artes e ideias*, n.º 57, 26 de Abril, 1983. «Dossier Sérgio (1883-1983). Pensar, pensar Portugal». (Contém: A. Campos Matos — «Diálogo c/ António Sérgio»; Matilde Pessoa de Figueiredo — «Cartas inéditas da juventude»; Jacinto Baptista — «Carcas inéditas de Bernardino Machado e António Sérgio, emigrados políticos, dois democratas de escol»; Henrique de Barros — «Sérgio e a *Era da Abundância*»; Fernando Ferreira da Costa — «Do socialismo libertário à sociedade alternativa»; A. L. Sousa Franco — «Sérgio e a economia»; Isabel Marnoto — «Retrato a preto e branco»; Natália Correia — «Modernidade da doutrina social — mas rispidez filosófica»; António Braz Teixeira — «Um filósofo mais conhecido pelos aspectos menores da sua obra»; Castelo Branco Chaves — «Análise rigorosa e solidez de pensamento»; Agostinho da Silva — «Ombrear c/ Herculano»; Fernando Piteira Santos — «Uma personalidade ímpar»).

Ile REPRESENTAÇÃO EM DICIONÁRIOS
E ENCICLOPÉDIAS

Dicionário de Literatura, 2.º vol.

Porto, Livr. Figueirinhas, 1969, 1015-1016 pp.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. 16

Lisboa, ed. Verbo, 1974, 1807-1808 pp.

Focus, *Enciclopédia Internacional*, vol. 4

Lisboa, Livr. Sá da Costa, 1968

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XXVIII

Lisboa, ed. Enciclopédia L.da, s/d. 409-411 pp.

Dicionário de História de Portugal (dirigido por Joel Serrão) vol. IV

Lisboa, Iniciativas Editoriais, 525-526 pp.

Hf POLÉMICAS

f1 ARTIGOS NÃO ASSINADOS

«Alguns documentos sobre a polémica entre António Sérgio — Bento de Jesus Caraça». *Vértice*, n.º 394-95, Mar.-Abr., Coimbra, 1977, 207-218 pp. (Correspondência trocada com a *Vértice* de A. S. e Bento de Jesus Caraça)

iiif

«Polémica Bento de Jesus Caraça - António Sérgio». *Vértice*, n.º 301-2-3, Out.-Dez., 1968, 798-880 pp. (Contém: «nota a um passo de uma introdução a Berkeley» de A. S.; «Resposta a uma crítica» de Bento de Jesus Caraça; «Réplica sem severidade a um severo amigo» de A. S.; «Carta a António Sérgio - Crítico» de Bento de Jesus Caraça; «Explicações para os que entendem a linguagem que eu falo» de A. S.)

f2 ARTIGOS ASSINADOS

Chaves, Castelo Branco — «A primeira polémica de António Sérgio». *Crítica inactual*, Lisboa, ed. Arcádia, 1981, 163-171 pp. (publicado pela 1.ª vez em *A Capital* de 9 de Abril, 1969)

Gama, José — «A polémica saudosista: Teixeira de Pascoais e António Sérgio». *Brotéria*, n.º 2, Fev., 1982, 185-193 pp.

Garcia, Mário — «A Campanha saudosista de Teixeira de Pascoais e a sua polémica com António Sérgio». *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, Jan.-Mar., 1976, 1-32 pp.

Pinto, Jaime Nogueira — «Polémicas de António Sérgio» in: *As grandes polémicas portuguesas*, ed. Verbo, fase. 29

Ilg ARTIGOS SOBRE A CASA DE ANTÓNIO SÉRGIO E SUA BIBLIOTECA

gl NÃO ASSINADOS

«Respeitado projecto de Raul Lino. Recuperação da casa de António Sérgio assinala centenário do seu nascimento». *A Capital*, 13 de Jul., 1983

«Casa onde viveu António Sérgio destruída por um incêndio». *O Diário*, 5 de Jan., 1980

«Casa de António Sérgio vai ser recuperada». *O Dia*, 13 de Jul., 1983

«A casa de António Sérgio vai ser expropriada». *O Diário*, 14 de Abr., 1980

«Casa de António Sérgio reconstruída de raiz». *O Diário*, 15 de Jul., 1983

Bibliografia de António Sérgio

- «Em ruínas a casa de António Sérgio». *Diário de Lisboa*, 28 de Set., 1977
- «Carta no *post scriptum* acerca do suplemento saído a 29.9.1977, pelo proprietário da casa onde viveu António Sérgio e resposta da nota da Redacção reafirmando os mesmos propósitos expressos por Sttaut Monteiro». *Diário de Lisboa*, 10 de Out., 1977
- «Em ruínas e ao abandono a casa de António Sérgio». *Diário de Lisboa*, 29 de Set., 1977
- «Finalmente a casa de Sérgio vai entrar no património nacional». *Diário de Lisboa*, 12 de Abr., 1978
- «Um escândalo nacional. Incêndio destrói parte da casa de António Sérgio». *Diário de Lisboa*, 5 de Jan., 1980
- «Biblioteca de António Sérgio finalmente em segurança». *Diário de Lisboa*, 5 de Fev., 1980
- «Terceiro incêndio na casa de António Sérgio». *Diário de Lisboa*, 12 de Fev., 1980
- «Casa de António Sérgio expropriada e declarada de utilidade pública». *Diário de Lisboa*, 14 de Abr., 1980
- «O espírito de educador» (texto de A. S. de «O cooperativismo e o Estado», c/ excelente foto de grupo tirada no interior da casa c/ os intelectuais que constituíam a sua tertúlia). *Diário de Lisboa*, 10 de Jul., 1981
- «Instituto António Sérgio na posse da casa do ensaísta». *Diário de Lisboa*, 26 de Jan., 1982
- «Casa de Sérgio protocolo assinado». *Diário de Lisboa*, 2 de Mar., 1982
- «Casa António Sérgio: obras de recuperação custam 40 mil contos». *Diário de Lisboa*, 3 de Mar., 1982
- «António Sérgio homenagem no Parlamento». *Diário de Lisboa*, 7 de Maio, 1982
- «Destruída por violento incêndio a casa que foi de António Sérgio». *Diário de Notícias*, 5 de Jan., 1980
- «Casa de António Sérgio é de utilidade pública». *Diário de Notícias*, 12 de Abr, 1980
- «Abertura pública das propostas para a empreitada. Nova casa de António Sérgio ficará concluída em 600 dias». *Diário de Notícias*, 13 de Jul., 1983
- «Um crime que é preciso evitar: destruir-se a casa de António Sérgio». *Diário Popular*, 19 de Fev, 1975
- «Um crime que é preciso evitar: a destruição da casa de António Sérgio. Intervenção do Estado ou da Gulbenkian — sugestão expressa num documento assinado por 100 cooperativistas». *Diário Popular*, 1 de Mar, 1975
- «Um crime que é preciso evitar: a destruição da casa de António Sérgio. Na hora presente o nome e a obra de Sérgio carecem de ser relembrados». *Diário Popular*, 24 de Abr, 1975
- «A casa de Sérgio um escândalo!» *Diário Popular*, 17 de Nov, 1977
- «Salve-se a casa de António Sérgio» (dois depoimentos). *Diário Popular*, 2 de Dez, 1977
- «Autor dos *Ensaios* nasceu há cem anos. Restaurar a casa de António Sérgio é homenagear o movimento cooperativo». *Jornal de Notícias*, 10 de Fev, 1983
- «Casa de António Sérgio será centro de estudos». *Jornal de Notícias*, 3 de Mar, 1982
- «Recupera-se a casa de António Sérgio». *O Ponto*, 14 de Jan, 1982
- «Casa de António Sérgio arde pela terceira vez». *Portugal Hoje*, 15 de Jan, 1980

Hg

g2 ASSINADOS

- Agudo, Prof. Dias — «Um crime que é preciso evitar: a destruição da casa de António Sérgio. Que ali se crie um centro de estudos do cooperativismo sugere o prof. Dias Agudo». *Diário Popular*, 17 de Maio, 1975. (C/ depoimentos de Fernando de Almeida e dr. João Luis Barroco da Fonseca. Apresenta documentário fotográfico de interiores. Fim da campanha em prol da salvação da casa)
- Branco, João de Freitas — «Ao que não deve servir a casa de António Sérgio». *Diário de Lisboa*, 23 de Mar., 1978
- Branco, Fernando Castelo — «A casa de António Sérgio». *A Capital*, 28 de Fev., 1975
- Cautela, Afonso — «António Sérgio: a vacina antitotalitária». *Portugal Hoje*, 28 de Jan., 1982
- Chaves, Castelo Branco — «Um crime que é preciso evitar: a destruição da casa de António Sérgio. Num país ilustrado a Campanha do *Diário Popular* desencadearia uma grande manifestação cívica, lembra Castelo Branco Chaves». *Diário Popular*, 26 de Fev., 1975
- Costa, Fernando Ferreira da — «Casa António Sérgio. Memória descritiva de utilização». *Casa António Sérgio* vol. I; *Relatório da actividade desenvolvida pela INSCOOP para a recuperação da casa de António Sérgio*, vol. II (vol. I: I — Memória descritiva de utilização II — A imprensa e a casa de António Sérgio (recortes) III — Fotografias; vol. II: Relatório, anexo I, anexo II, anexo III, c/ reprodução do projecto primitivo da casa, de Raul Lino). Lisboa, INSCOOP, Instituto António Sérgio do sector cooperativo. Departamento de Informação, Jan., 1982
- Costa, João Sá da — «Um crime que é preciso evitar: a destruição da casa de António Sérgio. Um ponto de encontro[^] e de reflexão. Objectivo defendido por João Sá da Costa». *Diário Popular*, 6 de Mar, 1975
- Dionísio, Sant'Anna — «Um crime que é preciso evitar: a destruição da casa de António Sérgio. A destruição não me causa espanto — está na linha de tantas outras expressões de incúria, grosseria, barbarismo e ingratidão — palavras de Sant'Anna Dionísio». *Diário Popular*, 1 de Abr, 1975
- Fernandes, Barahona — «As Pedras Vivas da casa de António Sérgio». *Diário de Lisboa*, 23 de Nov, 1977
- Ferreira, Jaime — «Um crime que é preciso evitar: a destruição da casa de António Sérgio. Para o homem de acção prodígio de humanismo — depõe Jaime Ferreira. *Diário Popular*, 11 de Mar, 1975
- Ferreira, José Gomes — «Um crime que é preciso evitar, a demolição da casa de António Sérgio. Não acredito! Exclama José Gomes Ferreira. *Diário Popular*, 22 de Fev, 1975
- França, José Augusto — «Um crime que é preciso evitar: negativo! Absurdo e criminoso! Depõe José Augusto França. *Diário Popular*, 20 de Fev, 1975
- Godinho, Vitorino Magalhães — «Um crime que é preciso evitar: a destruição da casa de António Sérgio. ...E se fossemos sergianos? Porque ventriloquos de outros pensamentos desconhecemos o contexto internacional e somos apenas parolos, palavras do prof. Vitorino Magalhães Godinho». *Diário Popular*, 8 de Mar, 1975

Hg

Bibliografia de António Sérgio

- Leitão, Ruben Andresen—«Um crime que é preciso evitar: Salve-se a casa de um dos nossos maiores pensadores! Depoimento de Ruben Andresen Leitão». *Diário Popular*, 21 de Fev., 1975
- Matos, A. Campos — «A casa de António Sérgio ainda...» *O Ponto*, n.º 68, 18-24 de Fev., 1982. (C/ comentários sobre problemas arquitectónicos e éticos decorrentes do projecto de recuperação da casa)
- Monteiro, Luis de Sttau — «A casa de António Sérgio». *Diário de Lisboa*, 29 de Set., 1977 (com 11 fotos de Rui Pacheco)
- Moura, Helena Cidade — «António Sérgio — a sua casa». *Diário de Lisboa*, 23 de Jan., 1978
- Pacheco, Luiz — «A casa derruída». *Diário Popular*, 18 de Dez., 1983
- Rau, Fernando — «Em casa de António Sérgio». *A Capital*, 7 de Maio, 1969. (C/ 4 aspectos fotográficos de interiores)
- Salema, Alvaro — «Um crime que é preciso evitar: a destruição da casa de António Sérgio. A dívida a pagar é de toda a nação, afirma Alvaro Salema». *Diário Popular*, 4 de Mar., 1975
- Santos, Fernando Piteira — «Um crime que é preciso evitar: antes uma ruína a envergonhar-nos do que consentirmos em sermos todos ofendidos — a opinião de Fernando Piteira Santos». *Diário Popular*, 25 de Fev., 1975
- Santos, Fernando Piteira — «A casa de António Sérgio; a obra de António Sérgio; Sérgio e a política do possível» (secção política de A a Z). *Diário de Lisboa*, 13 de Abr., 1978
- Serrão, Joel — «Um crime que é preciso evitar: a demolição da casa de António Sérgio. Para o centro de estudos uma coisa parece evidente: o local certo seria na casa da Travessa do Moinho de Vento». *Diário Popular*, 24 de Fev., 1975
- Silva, Agostinho da — «Um crime que é preciso evitar: a destruição da casa de António Sérgio. Os sábados em casa de Sérgio foram um pensar crítico e a descoberta do valor do povo — escreve Agostinho da Silva». *Diário Popular*, 10 de Mar., 1975
- Scusa, Eng.ro Carlos Marques de — «Post-Scriptum. Depoimento do Eng.ro Carlos Marques de Sousa». *Diário de Lisboa*, 10 de Out., 1977
- Tavares, Salette — «Um crime que é preciso evitar: a destruição da casa de António Sérgio. Há que acabar com as casas-museus mortas, afirma Salette Tavares». *Diário Popular*, 7 de Mar., 1975
- Tengarrinha, José — «Um crime que é preciso evitar: a destruição da casa de António Sérgio. Destruí-la é apagar algo de importante da vida de um dos maiores vultos da História do Pensamento Português, declara José Tengarrinha». *Diário Popular*, 5 de Mar., 1975

Ilh NECROLOGIA

- «Faleceu António Sérgio antigo Ministro da Instrução Pública. O ensaísta e escritor foi um dos mais devotados defensores do Cooperativismo». *O Comércio do Porto*, 25 de Jan., 1969
- «O funeral de António Sérgio constituiu imponente manifestação de pesar». *O Comércio do Porto*, 27 de Jan., 1969

- «O funeral de Antonio Sérgio reuniu centenas de pessoas de todas as classes sociais». *A Capital*, 26 de Jan., 1969
- «A morte de António Sérgio — grande pensador doutrinário e democrata». *Diário de Lisboa*, 25 de Jan., 1969
- «Milhares de pessoas no funeral de António Sérgio». *Diário de Lisboa*, 26 de Jan., 1969
- «O dr. António Sérgio ensaísta e escritor faleceu ontem». *Diário de Notícias*, 25 de Jan., 1969
- «O funeral de António Sérgio realizou-se ontem para o cemitério dos Prazeres». *Diário de Notícias*, 27 de Jan., 1969
- «A morte de António Sérgio — eminente cidadão pedagogo e ensaísta». *Diário Popular*, 25 de Jan., 1969
- «Sentida homenagem a António Sérgio». *Diário Popular*, 26 de Jan., 1969. (Sobre esta notícia e os cortes nela exercidos pela censura salazarista ver: «Perseguição do fascismo mesmo além da morte», *Correio do Minho* de 26 de Fev., 1983, por Jacinto Baptista)
- «Faleceu António Sérgio antigo Ministro da Instrução Pública». *O Primeiro de Janeiro*, 25 de Jan., 1969
- «Milhares de pessoas acompanharam o funeral do grande pensador António Sérgio». *República*, 26 de Jan., 1969
- «O funeral de António Sérgio constituiu uma grandiosa e comovente manifestação de pesar pela perda do eminente homem público e uma das mais altas figuras das letras pátrias». *República*, 27 de Jan., 1969
- «Morreu António Sérgio alto expoente da vida pública e da cultura». *O Século*, 25 de Jan., 1969
- «Milhares de pessoas acompanharam o funeral de António Sérgio». *O Século*, 27 de Jan., 1969
- Discursos proferidos junto ao ataúde, no cemitério dos Prazeres, às 12,30 do dia 26 de Jan., 1969, por: Prof. Luis Ernani Dias Amado (Presidente da A G da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem) e dr. Fernando Mayer Garção, in: *Diário de Lisboa*, n.º 70, 29 de Jul., 1982

iih

Ui BIBLIOGRAFIAS

- Águas, Neves — Bibliografia publicada na *Vida Mundial*, n.º 1548 de 7 de Fev., 1969, 42-45 pp. (O n.º 1553 de 14 de Mar., 1969, apresenta algumas rectificações a esta bibliografia: «Candido de Sousa — achegas à bibliografia de António Sérgio», 64 p.)
- Matos, A. Campos — «Bibliografia de António Sérgio». *Vértice*, n.º 319-20, Ag.-Set., 1970, 568-597 pp.
- Matos, A. Campos — «Bibliografia de António Sérgio», Coimbra, separata da *Vértice*, 1971, 47 p. (revisão da versão publicada na revista, c/ correcções, acrescentos e diferente critério de arrumação, acrescida de uma «Nota Prévia»)
- Sérgio, António — Bibliografia sumária organizada pelo escritor e aposta ao *Pátio das Comédias das Palestras e das Prêgações*, Lisboa, Ed. Inquérito, 1958

Hi

IIj ELEMENTOS BIOGRÁFICOS:

a — No Arquivo da Marinha:

Registo biográfico — Livro Mestre, livro G, 72 p.

Album fotográfico n.º 6 (foto n.º 934) (A. S. fardado com divisas de 2.º Tenente)

índice alfabético de oficiais (até 31-12-1910) caixa n.º 652 (onde se encontra o processo de A. S.)

b — *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 409-411 pp.

c — *Nobreza de Portugal*, vol. III, Lisboa, ed. Enciclopédia, 1961, 371 a 374 pp. (c/ desenvolvidas notícias, também, sobre os ascendentes)

d — Ficha do arquivo biográfico do *Diário de Notícias*, preenchida por A. S.

e — Apontamentos biográficos redigidos por A. S. para as *Notas de Esclarecimento*. Separata da *Portucale*, Porto, 1950

III RESENHA DAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS CITADAS

Acção

Agros

A Aguia

Almanaque dos Palcos e Salas

Anais da Academia dos Estudos Livres

Anais do Club Militar Naval

Análise Social

Anhembi (S. Paulo, Brasil)

Aqui e Além

Arquivo Coimbrão

Atlântida

A Batalha

Boletim Cooperativista

Boletim Informativo para as Cooperativas do concelho central das Cooperativas de Lisboa e arredores (policopiado)

Boletim Pedagógico

Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro

Brotéria

Bulletin des Études Portugais

Cadernos de Poesia

Camiliana & Vária

A Capital

A Cidade, revista cultural de Portalegre

Clareza

Clio. Revista do Centro de História da Univ. de Lisboa

Colecção Oficial de Legislação Portuguesa

Colóquio Letras

Correio do Minho

Crítério, revista mensal de cultura

Cronos

Descobrimento
O Diabo
O Diário
Diário Liberal
Diário de Lisboa
Diário da Noite
Diário de Notícias
Diário Popular
Educação Social
Espaço T Magazine
O Estado de S. Paulo (Brasil)
Expoente (S. Paulo, Brasil)
Filosofia e Epistemologia
Gazeta Musical
Gil Vicente, revista de cultura e actualidade
Gleba, semanário de literatura e crítica
Guia de Leitores
História, publicação mensal
Homens Livres
Idem, Jornal de alunos da Faculdade de letras de Lisboa
O Jornal
JL, Jornal de letras, artes e ideias
Jornal de Letras e Artes
Jornal de Notícias
Ler
Lusíada
Lusitânia
A Luta
A Monarquia, diário integralista da tarde
O Mundo Literário
Nação Portuguesa
Notícia de Huila
Ocidente
Pela Grei
Pim! Pam! Pum!
O Ponto
Portucale
Portugal Hoje
Presença
O Primeiro de Janeiro
República
Revista Americana (Rio de Janeiro, Brasil)
Revista da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar
Revista Cultura-História e Filosofia
Revista de Educação Geral e Técnica
Revista de Guimarães
Revista do Porto
Revista de Portugal
Revista Portuguesa
Revista Portuguesa de Filosofia
Revista Portuguesa de Psicologia
Revue Bleu (Paris)
Revue de Genève
Revue Mondiale (Paris)
Seara Nova
O Século
Serões

Bibliografia de António Sérgio

Síntese
Sol Nascente
O Tempo e o Modo
Tempo Livre (F.A.O.J.)
Terra Mãe, semanário regionalista (Pombal)
Terra de Sol (Rio de Janeiro)
O Trabalho, semanário republicano
Unicórnio
Ver e Crer
Vértice
A Vida Portuguesa
Vida Mundial
A Voz
A Voz da Justiça

VARIA

NO 5.º CENTENÁRIO DE MARTINHO LUTERO

A Teologia Católica e a Igreja sempre se preocuparam com Martinho Lutero como facilmente se compreende. Desde a sua excomunhão em 3 de Janeiro de 1521 até hoje a doutrina católica viu nas proposições protestantes problemas muito sérios, constantemente a originar polémicas, debates e críticas frequentes. Logo no séc. XVI isso se tornou bem patente a começar pelo teólogo católico Johannes Cochlaeus e pelas decisões tomadas em Trento.

Uma profunda revisão da perspectiva católica iniciou-se já no nosso século com os trabalhos de Franz Xavier Kiefl, Sebastian Merkle, Hubert Jedin e outros. Foram como que pioneiros de uma nova concepção da doutrina reformadora. Mas deve-se sem dúvida a Joseph Lortz com a sua obra *Reformation in Deutschland* (1939-40) o abrir de novas perspectivas quanto ao tratamento do assunto. A referida obra, apesar das resistências encontradas, principalmente por parte de certas esferas eclesiais, era editada em 1982 pelo sexta vez.

«Ohne Joseph Lortz gäbe es keine diesen Namen Verdienende Katholische Lutherforschung, ohne Joseph Lortz und seine Revision des Katholischen Lutherbildes ist auch der Einstieg der Katholischen Kirche in die ökumenische Bewegung, den sie auf den II. Vatikanischen Konzil vollzogen hat, kaum vorstellbar», escreveu Johannes Brosseder no opúsculo *Luther. Mitteilungen aus dem Lutherjahr 1983 in Niedersachsen* (Heft 2, p. 3), editado pela «Herzog-August-Bibliothek», de Wolfenbüttel.

Lortz descobriu e desenvolveu as teses de Lutero «católico». Ele é o autor das mais importantes e mais citadas teses das investigações católicas acerca de Lutero. «Luther rang in sich selbst einen Katholizismus nieder, der nicht Katholisch

war». Dieser Satz war bezogen auf Luthers Rechtfertigungsglauben; dies ist nach Luther der Artikel, mit dem die Kirche steht und fällt; Luthers Sehweise der Rechtfertigung wird von Lortz als grundkatholisch qualifiziert. Damit legte Joseph Lortz der Katholischen Theologie und Kirche den Blick auf den ganzen Luther frei und lud sie ein, diesen theologisch unbefangener, seriöser und mit Liebe zu lesen und zu würdigen. Mit Joseph Lortz war die Bahn geebnet für eine Katholische Lutherforschung. An ihrer Stellung zum Lortzschen Lutherbild, an welchem übrigens Joseph Lortz bis zu seinem Tod im Frühjahr 1975 ständig weitergearbeitet hat, indem er manches modifizierte, verdeutlichte, vor Missverständnissen schützte und gelegentlich korrigierte, können die in der gegenwärtigen katholischen Theologie und Kirche herrschenden Lutherbilder im Telegrammstil skizziert werden: Hinter Lortz zurück — mit Lortz (aber sich neuen Einsichten nicht verschliessend) — über Lortz hinaus»). São palavras de Brosseder.

De referir aqui as obras de Paul Hakker, *Ich im Glauben bei Martin Luther* (1966); de Theobald Beer, *Die fröhliche Wechsel und Streit. Grundzüge der Theologie Martin Luthers*, 1974, 2.^a ed. 1981; e de Remigius Bäumer, *Kleine deutsche Kirchengeschichte* (1980), que defendem pontos de vista ainda tradicionais de condenação aberta do programa luterano («hinter Lortz zurück»).

Recentemente surgiram alguns livros de capital relevância para um aprofundamento da doutrina reformadora («mit Lortz» e «über Lortz hinaus»). Temos presente *Weder Ketzer Noch Heiliger. Luthers Bedeutung für den Ökumenischen Dialog* de Erwin Iserloh, aparecido em 1982; e um de Peter Manns sobre Martinho Lutero do mesmo ano.

Segundo Iserloh é a concepção de Lutero acerca da justificação genuinamente católica tal como o Reformador a concebeu antes de 1515. O mesmo já não se pode dizer, diz Iserloh, sobre o que Lutero propôs quanto ao papado, ao magistério, ao concílio, ao sacerdócio e aos sacramentos.

São palavras do referido autor: «Sie stellten ihn ausserhalb der damaligen Kirche und sind auch heute noch kirchentrennend. Grund dafür, dass Luther sich dazu hat hinreissen lassen, waren neben der polemischen Ungeduld des Reformators das Unverständnis und die wenig pastorale und priesterliche Haltung, in der die damaligen Bischöfe und der Papst ihm begegnet sind».

Sobre a posição de Iserloh pronunciaram-se criticamente J. Brosseder em «Das heutige Katholische Lutherbild», in *Una Sancta*, 37 (82), 281-292; e O. H. Pesch em *Gerechtfertigt aus Glauben- Luthers Frage an die Kirche*, 1982.

Peter Manns, por seu turno, fala do Reformador de forma calorosa e elogia-o, procurando demonstrar os aspectos autenticamente católicos da sua doutrina. Refere-se-lhe como sendo «pai na fé»: «Wer sich auf Luthers Fragestellung einlässt und wer sich mit ihm auf den Weg Abrahams begibt, der wird sich sehr schnell der Tatsache bewusst, dass er auch in Luther einen Vater gefunden hat».

É recorda o autor as palavras proferidas pelo card. Willebrands em 1970 por ocasião da Assembleia Mundial da Igreja Luterana nas quais se encerra uma admiração e um elogio de determinados aspectos dos ensinamentos luteranos. O texto foi publicado na íntegra na revista *Herderkorrespondenz*, 24 (1970), 427431.

Otto H. Pesch discordando de Peter Manns em diversos pontos, centra a sua atenção na questão seguinte: o que se deve entender por católico e por não católico, tendo em consideração a mentalidade do séc. XVI e a nossa.

As obras de Otto H. Pesch (*zu Luther*, 1982; e *Gerechtfertigt aus Glauben. Luthers Frage an die Kirche*, 1982); e de J. Brosseder «Martin Luther», in *Klassiker der Theologie*, (ed. por H. Fries-G. Kretschmar, vol. I, 1982) partem todas do conceito luterano de justificação que necessariamente implica outras teses, como as relativas à Igreja, ao magistério, etc.

Trata-se de alguns dos muitos trabalhos publicados por ocasião do 500.º centenário do nascimento de Lutero e que vêm abrir novos horizontes na compreensão da doutrina reformadora e sua relação com as teses católicas, contribuindo assim para que o movimento ecuménico, lançado de forma decisiva pelo Concílio Vaticano II, prossiga e obtenha os melhores resultados. A distância de quatro séculos é sem dúvida alguma consolador recordar que certas ideias, como a da Bíblia em vernáculo e ao serviço do povo, a da renovação litúrgica, a da promoção dos leigos e outras, obtiveram de Lutero a sua aprovação, marcando profundamente a sua teologia e a vida das comunidades reformadas.

*

**

ACTOS COMEMORATIVOS DO CENTENÁRIO DE LUTERO NA REPUBLICA FEDERAL ALEMÃ

Entre as exposições realizadas na República Federal Alemã por ocasião do 500.º centenário do nascimento de Lutero, destacam-se as seguintes:

1. A TRADUÇÃO DA BÍBLIA DE LUTERO E A SUA TRADIÇÃO NOS SÉCS. XVI E XVII na «Herzog-August-Bi-

bliothek» de Wolfenbüttel, na «Staats-und Universitätsbibliothek» de Hamburgo e no «Deutsches Bibelarchiv» da mesma cidade.

Esta exposição foi elaborada principalmente a partir do vasto e riquíssimo conjunto de obras de carácter bíblico existentes em Wolfenbüttel relacionadas com a história da Bíblia de Lutero e sua influência posterior. Foram apresentados exemplos das traduções da Bíblia anteriores a Lutero, bem como do trabalho realizado pelo Reformador neste domínio, dos seus fundamentos e pressupostos, e ainda da obra do «Collegium Biblicum» e da Faculdade de Teologia de Wittenberg.

Foram também apresentados textos documentais da história da tipografia e da ilustração de obras impressas, da importância linguística da tradução da Bíblia de Lutero e suas versões para idiomas estrangeiros, do trajecto seguido pelas traduções concorrentes e da crítica feita ao trabalho do professor de Wittenberg. A crítica começou pelos autores católicos e depois veio a estender-se mesmo aos novos adeptos da Reforma.

Além disso, houve a preocupação de colocar à vista do público trabalhos relacionados com a actividade científica de Lutero, como orações, sumários, glossas, etc., que o magnífico catálogo organizado por Heimo Reinitzer e subordinado ao tema da exposição «Biblia Deutsch. Luther Bibelübersetzung und ihre Tradition» muito bem documenta e ilustra.

Enquanto na exposição de Wolfenbüttel a tónica é posta na revisão da Bíblia do Duque Augusto feita em 1658 e na sua ligação à Editora Stern de Lüneburg, já em Hamburgo se acentua mais a colecção de Bíblias levada a cabo pelo Pastor Goeze e se põe em destaque a crítica feita pelo mesmo à versão de Lutero.

2. O QUARTO DE LUTERO no Museu da cidade de Worms («Andreasstift»).

Até 1945 o Museu da cidade de Worms tinha nas suas instalações um «Luther-Zimmer». Nele se podiam admirar essencialmente escritos da Biblioteca Luterana de Worms. Por ocasião de 500.º aniversário de Martinho Lutero, que em 1521 esteve naquela cidade para participar na Dieta de Worms, o «Luther-Zimmer» foi reestruturado. Nele foram colocados vários objectos decorativos, como ilustrações e obras impressas de princípios do séc. XVI. E não foram esquecidos os aspectos históricos da cidade da época de Lutero.

3. LUTERO, MARTINHO/NASCIDO EM 1483, MORTO? no «Evangelisches Forum» de Berlim.

Trata-se de uma exposição feita à base de diapositivos. Quatro projectores apresentam imagens sobre Lutero e a sua época, ao mesmo tempo que se ouve um texto alusivo às mesmas. Pretende-se considerar não só o passado como também compreender o presente e até o futuro. Daí a interrogação posta no tema da exposição (à letra: «Luther, Martin / geb. 1483, gest. ?»).

4. MONUMENTOS DE LUTERO DO SÉC. XIX no «Mittlerl rheinisches Museum» de Mogúncia.

Além de textos, projectos e fotos, são expostos monumentos do séc. XIX, nomeadamente planos elaborados por Klenze e Schinkel, Gutzow e Weinbrenner, bem como trabalhos de Schadow, Rietschel, Donndorf, etc.

5. COMO VÊM OS ARTISTAS DO PRESENTE MARTINHO LUTERO EM 1983 no «Mittelrheinisches Museum» de Mogúncia.

Como o título indica, trata-se de trabalhos de artistas que pretendem representar Lutero e a sua obra à luz da actualidade.

6. UMA FORTALEZA É O NOSSO DEUS no «Stadthoch-Schulbibliothek-Museum» de Worms (Andreasstift).

Em 1868 foi inaugurado em Worms um monumento mundial em recordação da Reforma. Ernst Rietschel foi quem o concebeu em memória da Dieta de 1521 e do próprio acontecimento da Reforma. Serviu de «leit-motiv» o cântico «Eine feste Burg ist unser Gott». Agora teve-se a intenção de aludir também ao monumento do espírito: a Biblioteca de Lutero criada em 1883, uma colecção de 360 obras impressas de Martinho Lutero, 230 dos seus contemporâneos (amigos e adversários) e uma série imensa de manuscritos.

7. MARTINHO LUTERO E A REFORMA NA ALEMANHA no «Germanisches Nationalmuseum» de Nuremberga.

Esta exposição realizada sob o patrocínio do Presidente da República Federal Alemã, Karl Carstens, e com o apoio da União para a História da Reforma, apresenta em 15 secções 600 quadros, documentos, cartazes e panfletos, etc. Os primeiros mostram a Alemanha da Idade Média tardia nas vésperas da Reforma com incidência na vida económica e social e nas estruturas culturais e religiosas nas suas mais diversas formas. Seguem-se documentos dos primeiros anos de Lutero em Wittenberg, durante os quais se elaborou o conjunto de linhas mestras da sua teologia reformadora.

Os factos mais salientes do movimento da Reforma são depois amplamente desenvolvidos, procurando-se pôr em destaque a ideia da Reforma como movimento do povo. Os anos de 1530 a 1555 em que o Protestantismo se impôs política e religiosamente são muito bem documentados assim como a representação de Cristo como Redentor e da obra de salvação testemunhada na Arte da Idade Média posterior até à Reforma. A actividade bíblica de Lutero e a Música da época são também largamente documentadas.

8- LUTERO NA AMÉRICA no «Deutsches-Amerikanisches Institut» de Nuremberga.

Trata-se de uma pequena exposição alusiva ao tema em questão.

9. ORIGEM DA BÍBLIA EM ALEMÃO POR MARTINHO LUTERO na «Württembergische Landesbibliothek» de Estocarda.

Nesta preciosa exposição houve a pretensão antes de mais de apresentar o que significou a Bíblia na Idade Média e depois. Quando se chegou ao tempo do Humanismo, os intelectuais e homens das letras dirigiram-se aos conventos e sinagogas, onde se encontravam as mais importantes bibliotecas, para aí procurarem os textos — fontes nas suas línguas originais. As edições gregas da Bíblia e o ensino das línguas eruditas que serviam para descobrir a antiga literatura clássica documentam ao mesmo tempo a passagem da Idade Média para a Idade Moderna.

Para Lutero a Bíblia foi não só uma colecção de várias fontes literárias de diversas épocas mas também, e sobretudo, a Palavra de Deus criadora e actuante no tempo. Lutero utilizando as fontes e os conhecimentos humanísticos que possuía, procurou extrair da Sagrada Escritura e pôr ao serviço da comunidade a grande vitalidade que o texto sagrado encerra. Serviu-se da tradição que transmitiu a frescura sempre actual da Bíblia, entregando-a ao povo na sua língua corrente. E assim valorizou implicitamente o direito, a arte, a religião e a política, renovando-os profundamente.

A exposição patenteia claramente como nasceu a obra de Lutero, a qual como que se separou dele logo a seguir para se tomar num documento da língua, da cultura e da história. Igualmente mostra a grandeza e profundidade do trabalho de Lutero como tradutor, comentador, pregador e professor, o qual, tendo sido monge num convento em plena Idade Média tardia, soube dar do indivíduo e do mundo uma nova visão que abria perspectivas inteiramente diferentes das que o pre-

cederam, embora aqui convenha dizer-se que é não só a ele mas também a outros que se deve esse corte feito com o passado.

A «Württembergische Landesbibliothek» de Estocarda possui a maior colecção de Bíblias de toda a Europa e pode ser considerada como uma das mais significativas de todo o mundo. A esse vasto espólio junta-se a enorme série de obras humanísticas e teológicas ali existentes o que torna aquela instituição uma das mais célebres e mais frequentadas pelos estudiosos e investigadores.

9. A IMPRENSA COMO PRESSUPOSTO DA REFORMA no «Gutenberg-Museum» da cidade de Mogúncia.

Quando Martinho Lutero e os Reformadores editaram os seus escritos estava a arte de imprimir já no seu apogeu. Nesta exposição podem admirar-se edições da Bíblia, em baixo e alto alemão, do tempo de Lutero. Como ponto central da exposição vêem-se livros e outros textos de que Martinho Lutero se serviu ou que conheceu. Também se pretende mostrar como as novas ideias reformadoras alcançavam uma rápida divulgação graças aos folhetos espalhados por toda a parte.

10. LUTERO E SUA INFLUÊNCIA NA ARTE no «Hamburger Kunsthalle» de Hamburgo.

Dado que Lutero e os Reformadores se insurgiram contra as imagens e outras representações nas igrejas, compreende-se que tenha sido escolhido este tema para a dita exposição. Nela se remonta ao passado, ao tempo do conflito bizantino acerca da Bíblia (sécs. VIII e IX) e ao movimento reformista de Bernardo de Clairvaux e dos Cistercienses.

O exemplo de Calvino é o mais desenvolvido. A arte era considerada como obra do demónio que rejeita e se afasta da palavra de Deus. Era vista como um luxo material e uma ilusão estética. Mas, simultaneamente, os Reformadores encontraram nas obras de Arte armas na polémica contra os seus adversários. As ilustrações de livros e os folhetos tornaram-se instrumentos de condenação da Arte como era concebida pelos católicos. A sátira veio a ser bastante desenvolvida pelos Reformadores nas representações feitas em obras impressas e manuscritas.

Como sabemos, as decisões do Concílio de Trento e a expansão do Barroco contrapunham-se abertamente às pretensões da Reforma. Na Arte holandesa do séc. XVII atingiu a compreensão da imagem artística um ponto alto. Enquanto no interior das igrejas se evita qualquer embelezamento artístico, adquire a obra de Arte um significado especial no âmbito privado. Isto aplica-se sobretudo a Rembrandt que coloca os

acontecimentos bíblicos e a sua mensagem religiosa para este mundo. Esta viragem da concepção da Arte favoreceu também uma grande variedade de iconografias especiais por parte de particulares. A influência de Boehme sobre Blake e Runge está bem testemunhada na exposição.

Com Runge e Caspar David Friedrich desenvolveu-se um tipo particular da Arte protestante em que a pintura simbólica da natureza ocupou um lugar importante. Na natureza encontraram os artistas a esperança cristã de salvação. No séc. XIX desenvolveu-se ainda o tipo de quadro protestante histórico (Lessing e a Escola de Düsseldorf). No séc. XX, na sequência de Van Gogh, surgiram outras tendências de que foram representantes, por exemplo, Mondrian e Kandinsky. O sentimento e o afecto surgem como reacção contra qualquer ideia de magia da representação.

11. PANFLETOS DOS SÉCS. XVI E XVII em «Kunst-sammlungen der Veste» de Coburg.

Já em 1967 e em 1980 se realizaram em Coburg exposições sobre Lutero: a primeira por ocasião do centenário da afixação das 95 teses; a segunda no jubileu da Confissão de Augsburg. Agora volta a recordar-se nesta cidade a figura de Lutero com uma mostra de panfletos e folhas soltas que tiveram no tempo do Reformador a finalidade de divulgar as ideias protestantes. Esta exposição foi dirigida pelo Prof. Wolfgang Harms do Instituto de Filologia Alemã da Universidade de Munique.

12. ARTE E CULTURA NO TEMPO DA REFORMA E DA CONTRA-REFORMA no «Kunsthau Heylshof» de Worms.

No sítio onde Lutero compareceu perante o imperador, ergue-se hoje o palácio da Casa da Cultura Heylshof, onde foi realizada esta exposição que engloba quadros, bronzes, móveis, vidros, cerâmica, etc., da época de Lutero. Pela sua observação se podem acompanhar de perto os diversos aspectos da vida daquele período.

*
* *

Outras *manifestações* do centenário de Lutero levadas a efeito na República Federal Alemã por ocasião do centenário de Lutero: em Worms no dia 30 de Outubro a «Evangelische Kirche in Deutschland» organizou um acto solene sob o tema «Gott über alle Dinge fürchten, lieben und vertrauen»; em

Hannover de 24 a 26 de Maio o «Sprengel Osnabrück der Evangelische-Lutheranischen Landeskirche Hannovers» celebrou a efeméride com uma série de conferências subordinadas ao tema «Der eine Gott für alle Menschen». «20. Deutscher Evangelischer Kirchentag» é o tema de outra série de actos comemorativos do centenário de Lutero levados a efeito entre 8 e 12 de Junho em Fulda.

E recordamos ainda estes: «Musik um Martin Luther» entre 23 de Junho e 3 de Julho pela «Internationale Orgelwoche Nürnberg e. V.»; «Luther dort und hier» de 7 a 10 de Julho pela «Schul-und Kulturreferat der Stadt Nürnberg» e pelo «Evangelisch-lutheranisches Dekanat» da mesma cidade; «Die Reformatorischen Kirchen und das Bild» de 15 a 18 de Setembro pelo «Evangelisches Kirchbautag de Berlim»; «Generalsynoder der Vereinigten Evangelisch-Lutherischen Kirche Deutschlands» entre 20 e 24 de Setembro em Coburg pela «Vereinigte Evangelisch-Lutherische Kirche Deutschlands»; «Generalsammlung des Evangelischen Bundes» de 22 a 26 de Setembro pelo «Evangelischer Bund em Nuremberga»; «500. Geburtstag Martin Luthers» em 10 de Novembro na «Herzog-August-Bibliothek» de Wolfenbüttel;

E não deixamos também de enumerar os *simpósios* realizados: «Martin Luther — Reformator und Vater in Glauben» de Dezembro de 1981 a Novembro de 1983 pelo «Institut für Europäische Geschichte» em Mogúncia; «Martin Luther — Reich und Reformation» no Outono de 1982 e Primavera de 1983 pelo «Institut für Europäische Geschichte» também em Mogúncia; «Luther in der Neuzeit» entre 8 e 11 de Setembro de 1982 pelo «Verein für Reformationsgeschichte» em Heidelberg; «Ökumenische Erschliessung Luthers» entre 12 e 14 de Outubro de 1982 pelo «Institut für Europäische Geschichte. Abteilung Religionsgeschichte» em Mogúncia; «Die sozialgeschichtliche Bedeutung Martin Luthers» em Tutzing pela «Evangelische Akademie Tutzing» e pela «Evangelische Kirche in Deutschland (EKD)»; «Wissenschaftliche Gespräche na «Herzog-August-Bibliothek» de Wolfenbüttel entre Março e Novembro de 1983; «Leben und Werk Martin Luthers im Umbruch und in der Kontinuität von Spätmittelalter und Reformation» em Outubro de 1983 na Universidade de Tubinga (secção de «Sonderforschungsbereich Spätmittelalter und Reformation»); e «Luther und die politische Welt» entre 27 e 29 de Outubro pela «Akademie der Wissenschaften und der Literatur» em Worms.

A TRADIÇÃO DE LUTERO NA «HERZOG-AUGUST- -BIBLIOTHEK» DE WOLFENBÜTTEL

Inicialmente Martinho Lutero não foi bem recebido em Wolfenbüttel pois o Duque Henrique de Braunschweig-Lüneburg (1489-1568) era pessoa bastante ligada ao imperador e à religião católica. Entretanto Braunschweig e Goslar aderiram à Reforma.

Sucedeu a Henrique seu filho Júlio (1528-1589) que se envidenciou pelo grande interesse manifestado na aquisição de livros e de obras de arte. Com ele penetrava a Reforma em toda a região à volta de Braunschweig. Foi o fundador da «Wolfenbüttel Bibliothek» e criou em Helmstedt para difusão da doutrina protestante uma Universidade no ano de 1576.

O Duque Júlio foi o primeiro grande colecionador de livros em Wolfenbüttel. A biblioteca foi depois aumentando em número de livros, contando hoje 375.000 obras impressas do séc. XVI ao XVIII; 11.670 códices; 4.000 incunábulo e 4.500 mapas. Ao todo ronda no milhão o total de obras dos seus vários fundos.

As obras de Lutero começaram a entrar logo no séc. XVI, devido em grande parte a uma doação feita entre 1577 e 1580 pela própria viúva. Abrangia 32 volumes com manuscritos de Lutero e dos Reformadores. Com o Duque Henrique Júlio (1564-1613) esse espólio foi acrescido de mais obras, sendo de salientar aqui o legado do historiador da Igreja Matias Flacius Illyricus.

Quando a biblioteca voltou a Wolfenbüttel no séc. XIX (depois de ter estado na Universidade de Helmstedt desde 1618), foi impresso um inventário por Liborius Otho com as obras de Lutero em alemão e em latim, juntamente com os manuscritos recolhidos em Wolfenbüttel.

O Duque Augusto (1579-1666) que deu o nome à biblioteca foi um entusiasta apaixonado de colecções de livros. Ainda no seu tempo ela contava já 130.000 obras, sendo assim uma das maiores da época. Hoje tornou-se um centro cultural importante, graças em especial à obra realizada pelo Prof. Paul Raabe e seus colaboradores. O seu fundo teológico é um verdadeiro manancial de obras de primordial relevância para os investigadores.

Rudolfo Augusto (1627-1704) interessou-se igualmente pelos escritos de Lutero, assim como Elisabeth Sofia Maria de Braunschweig-Lüneburg (1683-1767) que adquiriu inúmeras

Bíblias em várias línguas e edições. O total de obras desse género ultrapassa os 3.000 volumes e pode considerar-se a parte fundamental da biblioteca.

A «Herzog-August-Bibliothek» guarda o mais antigo e mais importante manuscrito de Lutero: as suas lições sobre os Salmos de 1513/15 (Cota: 7.4. Theol. 4.º). O próprio Lutero o mandou imprimir e incluiu nele notas marginais e interlineares nas quais se encontram as primeiras ideias reformadoras. Dada a importância do texto, ele veio a ser reeditado em 1983 em forma fac-similada e com a transcrição do próprio manuscrito. Esse trabalho foi realizado por Eleanor Rocha e Reinhard Schwarz.

A biblioteca possui ainda muitos outros documentos de Lutero, bem como de Melanchton e de outros reformadores. O catálogo das obras de Melanchton foi publicado em 1982 por Walter Thüringer. De Lutero não se conhece biblioteca pessoal mas julga-se que na «Herzog-August-Bibliothek» existem muitas obras que lhe pertenceram. Há um Saltério de 1534 assinado por ele.

Ao todo são cerca de 7.000 as obras impressas de Lutero existentes na referida biblioteca, cujo catálogo está a ser preparado pela Dr.^a D. Maria von Katte. De algumas obras há mais de 30 exemplares. O que fica dito explica bem a larga divulgação que os escritos luteranos vieram a ter. O catálogo feito por Heimo Reinitzer, *Biblia deutsch. Luthers Bibelübersetzung und ihre Tradition*, por ocasião da exposição realizada em Wolfenbüttel dá uma ideia da preciosa riqueza de obras de Lutero existentes na «Herzog-August-Bibliothek».

A dita biblioteca com os seus cerca de 180.000 livros de carácter teológico do período anterior a 1830 possui evidentemente também todas as primeiras edições alemãs e latinas dos escritos de Lutero.

E podiam aqui referir-se ainda as obras protestantes sobre Lutero dos sécs. XVI e XVII que igualmente se conservam em Wolfenbüttel.

Entre as reproduções de Lutero, distingue-se a de Lucas Cranach de 1526, um original de pequeno formato do tempo áureo da Reforma. Também Catarina de Bora e Filipe Melanchton estão ali representados.

Os quadros de Lutero e outro material relativo à história da Reforma desde o séc. XVI ao pietismo e ao iluminismo documentam à saciedade a importância do movimento iniciado pelo célebre professor de Wittenberg.

Por tudo isto e pelo muito mais que havia a dizer se compreende que à «Herzog-August-Bibliothek» tenham merecido as comemorações do centenário de Lutero o interesse especial

que, de facto, vieram a ter, e que se traduziu na edição do já citado Saltério de 1513/15 e de outros textos, e na realização de colóquios e simpósios e de uma magnífica exposição.

Aliás toda a Alemanha, nomeadamente a Baixa-Saxónia deu à efeméride uma atenção muito especial, dado o papel que a Reforma teve nessa região.

*

**

SIMPÓSIO SOBRE LUTERO EM LISBOA

Entre os actos comemorativos do 500.º centenário de Lutero realizados em Portugal, conta-se o simpósio organizado pelo Instituto Alemão (Goethe-Institut Lissabon) em colaboração com a Faculdade de Teologia da Universidade Católica, o Seminário Evangélico de Teologia de Lisboa e a Igreja Evangélica Alemã de Lisboa, nos dias 16, 17 e 18 de Novembro.

No referido simpósio participaram o Prof. Doutor Gerhard Ebeling, da Universidade de Zurique, que falou sobre «Doutrina e vida na teologia de Lutero» e «A fundamentação controversa da liberdade. Entusiasmo e distância face a Lutero na era moderna». O Prof. Ebeling é hoje uma das personalidades mais notáveis e mais conhecedoras da obra e do pensamento do Reformador. Escreveu trabalhos importantes, como *Luther Studien I* (1971), *Evangelische Evangelienauslegung* (1942), *Disputatio de homine* (1977), *Martin Luthers Weg u- Wort* (1983), etc.

Tomaram parte ainda no referido simpósio os Profs. Doutores Jorge Borges de Macedo, Isaías da Rosa Pereira e José Sebastião da Silva Dias, que versaram os temas seguintes, respectivamente: «Damião de Góis e a Reforma»; «A inquisição e a Reforma no século XVI» e «O diálogo catolicismo-luteranismo».

Houve ainda uma mesa redonda sobre «Lutero e o Ecumenismo» dirigida pelo Prof. Doutor Fernando Mello Moser em que participaram os Profs. Doutores José Borges de Pinho e Bernardo Jerosch Heroldt, o Pastor António Dimas Almeida e o bispo da Igreja Lusitana D. Luis Pereira

E foram exibidos dois filmes sobre Lutero: «Onze anos da vida de Lutero» e «Lutero pobre homem», tendo-se assistido, a finalizar, a um concerto espiritual na igreja evangélica alemã com obras de Johann Hermann Schrein e Johann Sebastian Bach.

No 5.º Centenario de Martinho Lutero

*

**

Por sua vez o Instituto Alemão de Coimbra em colaboração com o Instituto Superior de Estudos Teológicos e com o Instituto Universitário Justiça e Paz promoveu no dia 16 uma conferência a cargo do Prof. Gerhard Ebeling que tratou do tema já versado em Lisboa: «A fundamentação controversa da liberdade». O encontro teve lugar no Instituto Universitário Justiça e Paz.

Na Casa Alemã foram também exibidos os filmes apresentados na capital.

Manuel Augusto Rodrigues

IN MEMORIAM FRIEDRICH STEGMÜLLER (1902-1981)

Um dos mais insignes historiadores da teologia espanhola e portuguesa e doutor *honoris causa* em Filosofia pela Universidade de Coimbra, o Prof. Doutor Friedrich Stegmüller, faleceu em 4 de Agosto de 1981 em Pertisau (Tirol).

Natural de Glatt, perto de Sluz an Neckar (Hohenzollem), onde nasceu a 8 de Dezembro de 1902, fez os estudos primários em Horb an Neckar (1913-1917) e os secundários em Sigmaringer (1917-1920), entrando depois para o Seminário de Friburgo em Brisgóvia, em cuja Universidade cursou Filosofia e Teologia entre 1920 e 1924. Ordenado Sacerdote em 5 de Abril de 1925, desempenhou a seguir várias actividades pastorais em Constanza e Friburgo, até que em 1927 se começou a dedicar intensamente ao trabalho científico. Em Munique continuou a sua formação teológica ao lado do célebre mestre da investigação escolástica Martin Grabmann. E em 1928 defendia a sua tese de doutoramento na Faculdade de Teologia de Friburgo. Dois anos mais tarde a mesma Faculdade aceitava o seu trabalho de concurso para professor agregado nas especialidades de Dogmática e História dos Dogmas. Em 1936 era nomeado professor catedrático de Dogmática na Universidade de Würzburgo, passando em 1949 a ocupar o mesmo cargo na Universidade de Friburgo. Nos finais de 1967, pouco antes da sua jubilação, um ataque de epilepsia afastou-o das suas actividades científicas.

Como pedagogo e investigador o Prof. Stegmüller revelou-se uma das personalidades mais notáveis no domínio da História da Teologia do nosso século. Para ele, a teologia dogmática está intimamente ligada à teologia histórica. O sistema neoescolástico só pode ser renovado mediante a investigação da sua história e mediante o regresso às fontes.

A obra de Marie-Dominique Chenu, *école de théologie. La Saulchoir*, que havia de ser incluída no índice dos livros proibidos mereceu dele todo o aplauso. O espírito de Drey, de Möhler e de Tomás de Aquino presente-se naquela obra do notável teólogo francês.

A sua grande preocupação consistiu em investigar a história da teologia escolástica. Impulsionado pelos dois mestres Engelbert Krebs e Martin Grabmann, tratou na sua dissertação doutoral do tema: *Die Prädestinationslehre der Scholastik I: Von Anselm his Thomas von Aquin* e no trabalho do concurso para professor agregado de: *Beiträge zur Gnadenlehre der Salmantizenser Schule mit besonderer Berücksichtigung des Dominikus Soto*.

Nestes dois estudos vêm ao de cima as duas grandes preocupações que haviam de marcar toda a sua obra científica: uma visão sintética da Idade Média e do Barroco; e a união da história das ideias com a história literária. Como escreveu: «Os temas da história das ideias não podem ser tratados com êxito se antes não foram estudados os pressupostos da história literária. Uma história das ideias sem uma história literária, uma história dos problemas sem um conhecimento das fontes, conduz unicamente a construções hipotéticas e, no melhor dos casos, a conjecturas».

A sua actividade de investigador em numerosos Arquivos e Bibliotecas foi deveras fecunda. A bibliografia apresentada em 1972, por ocasião do seu 70 ° aniversário, conta 130 títulos entre monografias e artigos (A. Riedlinger, *Bibliographie Friedrich Stegmüller*. Zum 70. Geburtstag am 8. Dezember 1972 überreicht von der Theologischen Fakultät der Albert-Luwig-Universität Freiburg Breisga). O referido H. Riedlinger escreveu mais tarde «Friedrich Stegmüller zum Gedächtnis», in *Münchener Theologische Zeitschrift*, 33 (1982), pp. 124-128.

A ele se ficou a dever a criação em 1957, na Universidade de Friburg, do Raimundus - Lullus - Institut que a partir de 1965 passou a incluir como subtítulo: «Institut für Quellenkunde der Theologie des Mittelalters». A sua missão era editar as obras latinas de Raimundo Lulo e fomentar o estudo das fontes da teologia medieval. No referido ano de 1957 passou a exercer o cargo de assessor científico da nova edição da obra *Lexikon für Theologie und Kirche*.

Como escreveu Klaus Reinhardt no artigo sobre F. Stegmüller aparecido na *Revista Española de Teología* (vol. 42, 1982, fase. 2), a qual dedicou à sua memória o vol. 42, em 2 tomos, na obra científica de Stegmüller podem distinguir-se

três aspectos essenciais: estudos sobre a história da polémica à volta do tema da graça, os repertórios de comentários às Sentenças e à Bíblia, e a edição das obras latinas de Raimundo Lulo.

Quanto ao primeiro, há a dizer que foi em Espanha e em Portugal que se concentrou a sua atenção relativamente ao estudo dos sécs. XVI e XVII, tendo publicado várias obras, como *Zur Gnadenlehre des jungen Suárez* (1933), *Francisco de Vitoria y la doctrina de la gracia en la escuela salmantina* (1934) ; *Zur Prädestinationslehre des jungen Vásquez* (1935); *Geschichte des Molinismus. Band I: Neue Molinaschriften* (1935) ; e *Zur Gnadenlehre des spanischer Konziltheologen Domingo de Soto*.

A estes trabalhos há a acrescentar ainda: *Filosofia e Teologia nas Universidades de Coimbra no século XVI* (1959) e os artigos «Barock-theologie» e «Gnadenstreit» publicados no *Lexikon für Theologie und Kirche* (1957-1960).

Quanto ao segundo aspecto, lembremos o índice notável aparecido na revista *Römische Quartalschrift* (1937); o *Repertorium Commentariorum in sententias Petri Lombardi* (1947), em dois volumes; e ainda *Repertorium Biblicum Medii Aevi* que, em 1980, contava já onze volumes. Esta obra compreende 11.854 títulos. O que significa que entre o ano 300 e o ano 1500 foram redigidos pelo menos 24.000 comentários latinos à Bíblia, os quais foram transmitidos em mais de 100.000 manuscritos e em milhares de edições. São repertórios dum valor extraordinário. Stegmüller insiste sempre nesta ideia: os escolásticos foram antes de mais exegetas.

O terceiro campo de actividades respeita à edição da obra de Raimundo Lulo. Em 1959 apareceu o primeiro volume e em 1982 havia já 10 publicados. Os cinco primeiros foram editados pela «Maioricensis schola lullistica» de Palma de Maiorca; e os restantes fazem parte da série *Corpus Christianorum, continuatio mediaevalis* (Turnhout).

O interesse do Prof. Stegmüller pela teologia espanhola e portuguesa foi enorme. Além das bibliotecas de Roma, Paris, Munique, Viena, Oxford, Upsala e Cracóvia, apreciava imenso as dos dois países ibéricos que frequentou amiúde.

Recebeu o grau de doutor *honoris causa* em Teologia pela Universidade de Salamanca; o título de *magister* pela «Maioricensis schola lullistica» de Palma de Maiorca; o de membro correspondente da Academia de Belas Artes e do Instituto de Estudos Catalães de Barcelona; o de membro honorário do Consejo Superior de Investigaciones Científicas de Madrid; o de membro correspondente da Bayerische Akademie der Wissenschaften, etc. Em 1959 foi a vez de Coimbra

lhe conceder, como já ficou dito, o grau de doutor *honoris causa* em Filosofia.

«Nulli antea tritas theologiae historiae vias indefesso labore munivit». Esta frase do diploma de doutor *honoris causa* concedido por Salamanca sintetiza bastante bem o pensamento e a obra de Stegmüller. As investigações de história da teologia, o cuidado de recorrer constantemente às fontes e a preocupação de conhecer e transmitir os novos dados da exegese histórico-crítica, eis em síntese o objectivo que sempre dominou a sua actividade científica. Uma teologia que esquece a história e a tradição não é verdadeira teologia.

Recordar a figura de F. Stegmüller é, sem dúvida alguma, uma obrigação de todos aqueles que o conheceram e conhecem a sua obra. A ele se deve, no que toca a nós, o levantamento exaustivo que fez nas nossas Bibliotecas e Arquivos das obras de filósofos e teólogos das Universidades de Coimbra e Évora do séc. XVI. E falar desta notável figura leva-nos também a pensar em Fr. Beltran de Heredia O. P., outro investigador não português (era do Convento de San Esteban de Salamanca) que muito fez pelo mesmo tema. A história da cultura teológica portuguesa ficou muito enriquecida com as obras de ambos, as quais são objecto de consulta obrigatória para quem se dedica a tais assuntos.

Manuel Augusto Rodrigues

JORNADA COMEMORATIVA DE ANTÓNIO SÉRGIO NA FACULDADE DE LETRAS DE COIMBRA

No dia 5 de Dezembro de 1983 realizou-se na Faculdade de Letras uma jornada comemorativa de António Sérgio.

Abriu a sessão o Presidente do Conselho Directivo, Professor Ludwig Scheidl, que se referiu ao significado do acto. Nomeadamente, registou o seu agrado pelo facto de uma revista da Faculdade ter dedicado um número especial a António Sérgio, louvou a iniciativa da organização, pelos bibliotecários da Faculdade, de uma Exposição Documental, que iria ser inaugurada, e apelou para que todos os estudantes a visitassem e que essa visita fosse o ponto de partida para repensar a personalidade e a obra do ilustre ensaísta.

Seguidamente, o Director da “Revista de História das Ideias”, apresentando o tomo I do número especial dedicado a António Sérgio, já publicado e em exposição, proferiu as seguintes palavras:

«No dia 3 de Setembro de 1883 nascia, em Damão, António Sérgio de Sousa. Celebra-se, pois, no presente ano, o 1.º Centenário do seu Nascimento.

Sérgio é, porém, uma figura do nosso presente histórico, das nossas esperanças e dos nossos dramas. Nunca esquecerei uma tarde de Fevereiro de 1969 — estava eu a cumprir o serviço militar na Guiné — em que li num dos jornais diários, que ali chegavam com alguns dias de atraso, a má nova da sua morte. E doloroso receber uma notícia dessas no ambiente de uma guerra que considerava inglória e em cuja legitimidade não acreditava. Sérgio era, para mim, então, com os meus vinte e poucos anos, uma das figuras exemplares da oposição a Salazar, cujo regime justificava a minha presença dramática no Ultramar, em missão de guerra. Mas Sérgio era também o «historiador proibido», cuja *História de Portugal* eu lia, em

edição espanhola da «Labor», na Biblioteca Central desta Faculdade, procurando encontrar nela uma interpretação diferente das concepções integralistas e nacionalistas que estavam ainda oficialmente em voga e, em particular, diversa de uma historiografia positivista que tinha ainda lugar no ensino universitário. Com ele, entre outros, aprendi a abrir os olhos para novas maneiras de ver a realidade histórica.

António Sérgio não terá sido, no entanto, um historiador no sentido preciso da palavra. Não foi um investigador que procurou debruçar-se exaustivamente sobre os documentos para elaborar as suas teses. Também Sérgio talvez não tenha sido rigorosamente um filósofo, um pedagogo, um crítico literário, um cooperativista... Mas ele foi tudo isso num outro sentido. Foi sobretudo um ensaísta e o ensaísta, embora não elabore obras científicas substanciais, recheadas de toda uma profunda argumentação, tem por objectivo debater questões, levantar hipóteses, interpelar os outros, interrogar-se, interrogar-se sempre..., sem nunca cair em certezas que por vezes se transformam em dogmas. “Não visio a dar dogmas, — escrevia Sérgio — mas a excitar os espíritos; formulo problemas, não dou soluções...” Por isso o ensaísta é também, quase sempre, um polemista, porque, mais do que o cientista convencional, a sua obra vai bulir provocadoramente com a consciência dos outros e sobretudo com a consciência ortodoxa. O Professor Sílvio de Lima, tantas vezes referido nas cartas de Sérgio ao Professor Joaquim de Carvalho (que agora publicamos), e também ele um ensaísta, um polemista e um pedagogo que nos ajudou a amar a dúvida metódica, afirmava: “O ensaio é uma atitude ginástica do intelecto que, repudiando o autoritarismo, pensa firmemente por si só e por si próprio. Quer dizer, o ensaio é o *espírito crítico, o livre exame*”.

Por isso Sérgio foi um homem polémico—polémico em relação aos outros e com os outros, e polémico consigo mesmo. Teve uma consciência dramática que o levava a balancear-se entre uma posição racionalista e agnóstica e uma atitude espiritualista e mística. Foi o intelectual conciliador da revista *Homens Livres*, que colaborava nas mesmas páginas com António Sardinha e Afonso Lopes Vieira, mas foi também o homem dos grandes debates ideológicos com os integralistas e os nacionalistas. Foi o político frustrado e desiludido da 1.^a República, à qual procurou inocular uma seiva revivificadora na *Seara Nova*, mas foi também o combatente da oposição democrática na campanha de Norton de Matos e de Humberto Delgado. Sérgio tinha a angústia do homem vertical, que vive para além do pragmatismo do poder. Daí a sua actualidade neste tempo de crise, em que Portugal procura de

novo — outra vez — a sua identidade, pela qual lutou tão denodadamente António Sérgio.

É esta a imagem — simultaneamente superficial e de contornos demasiado nítidos — que tinha de António Sérgio, como tinham muitos homens da minha geração. Perdoem a impertinência de tê-la apresentado. Mas, até que ponto ela corresponde à do verdadeiro Sérgio? A ciência não se compadece com imagens esfumadas ou simplistas. Procura indagar, descobrir, interpretar, com a maior exactidão possível, pese a quem pesar. Foi dentro deste espírito que a Redacção da "Revista de História das Ideias" deliberou dedicar o seu número de 1983 a António Sérgio, certa de que um contributo científico para uma mais correcta interpretação da sua personalidade, e não um oco panegírico, é a melhor forma de lhe prestar uma homenagem póstuma. O âmbito da investigação do Instituto de História e Teoria das Ideias, a que a Revista pertence, bem como a sua vocação interdisciplinar, conferia-lhe, de resto, uma responsabilidade própria para tomar esta iniciativa. Foram convidados para nela colaborar investigadores situados nos mais variados quadrantes científicos como também alguns companheiros de luta de António Sérgio, que deixaram nas páginas desta Revista os seus estudos interpretativos ou os seus vivos e palpitantes testemunhos. Desta forma, desfilarão perante o olhar atento do leitor as várias faces da sua complexa personalidade: o espírito filosófico, o cidadão e o político, o cooperativista, o pedagogo, o intérprete da história, o polemista, o crítico literário... Mais: Sérgio aparecerá retratado na intimidade de algumas das suas cartas.

Na qualidade de actual director da "Revista de História das Ideias" — lugar em que sucedi ao Professor Manuel Augusto Rodrigues e ao Professor Silva Dias, o seu fundador entusiasta — resta-me agradecer a quantos colaboraram nesta obra, cujo primeiro volume apresentamos hoje e que estará dentro de breves dias, em edição completa, nos escaparates das livrarias. Em primeiro lugar, permitam-me que saúde o Dr. Fernando Catroga, o verdadeiro incentivador desta ideia, que pôs em prática com a colaboração do Dr. Amadeu Carvalho Homem e da Dr.^a Maria do Rosário Azenha, bem como de todos os elementos do Instituto de História e Teoria das Ideias, que constituem o corpo redactorial da Revista. Pena é que, por razões pessoais e profissionais, não possa estar presente para assistir ao epílogo do seu trabalho. Seguidamente, o meu agradecimento a todos os que nos deram a honra de colaborarem com os seus estudos: os professores da Faculdade de Letras de Lisboa Jorge Borges de Macedo, Magalhães Vilhena e José da Costa Miranda; o Professor Barahona Fer-

nandes, da Faculdade de Medicina de Lisboa; o Professor Henrique de Barros, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa; Manuel Braga da Cruz, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Fernando Farelo Lopes, do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, de Lisboa; Cecília Barreira, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; o cooperativista Fernando Ferreira da Costa; o ensaísta pedagogo Rogério Fernandes; os professores do ensino secundário e básico Isabel Mamoto e Sérgio Campos Matos; o jornalista e historiador Jacinto Batista; o arquiteto e investigador da bibliografia sergiana Antônio Campos Matos; Joaquim Romero Magalhães, da Faculdade de Economia de Coimbra; e os docentes desta Faculdade de Letras, Miguel Batista Pereira, Carlos Reis, António Pita, Aurélio Veloso e Olga de Freitas Ferreira. Também o nosso agradecimento muito especial à Família do Professor Joaquim de Carvalho, representada pelo Professor João Montezuma de Carvalho, pela sua disponibilidade, ao ceder-nos, para publicação, a correspondência inédita de Antônio Sérgio para aquele que foi um ilustre Professor desta Faculdade. E ainda a nossa homenagem à Dr.^a Matilde Pessoa de Figueiredo de Sousa Franco, Directora do Museu Machado de Castro e sobrinha-neta de Sérgio, por ter tido a superioridade intelectual — que talvez lhe tenha trazido alguns dissabores — de publicar as cartas de juventude do nosso ensaísta, as suas cartas de amor, sem dúvida as mais íntimas que escreveu, que nos revelam em toda a sua pureza a sua personalidade apaixonada e apaixonante.

Finalmente, desejo agradecer às instituições que têm acreditado no valor do nosso trabalho e na nossa intenção de tomar a "Revista de História das Ideias" uma publicação nova. A Fundação Calouste Gulbenkian — e, neste caso, permitam-me salientar o mecenato do ilustre reitor-honorário desta Universidade, Professor Férrer Correia —, ao Instituto Português do Livro, à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e ao Conselho Directivo desta Faculdade, o nosso Bem Haja.

É tempo de acabar esta apresentação, já longa. Creio que o faço da melhor forma, passando a palavra ao docente desta Casa, Professor Carlos Reis, que vai focar uma faceta talvez pouco conhecida de Antônio Sérgio — o Sérgio crítico literário, o Sérgio Queirosiano. Muito obrigado, Professor Carlos Reis, por ter acedido a proferir esta conferência, que se encontra publicada na nossa Revista. Obrigado a todos pela Vossa presença».

Jornada comemorativa de António Sérgio

Após a conferência proferida pelo Professor Carlos Reis, subordinada ao tema *Sérgio Queirosiano*, a Professora Doutora D. Maria Helena Monteiro da Rocha Pereira, em representação do Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, encerrou a sessão, felicitando o conferente, dirigindo palavras de apreço pela iniciativa da "Revista de História das Ideias", ao publicar uma colecção de estudos dedicados a António Sérgio, e convidando os presentes a visitar a Exposição Documental, organizada pelos bibliotecários da Faculdade de Letras, que foi seguidamente inaugurada.

ÍNDICE

ROGÉRIO FERNANDES, <i>António Sérgio, Ministro da Instrução Pública</i>	603
MANUEL BRAGA DA CRUZ, <i>A oposição eleitoral ao Salazarismo</i>	701
CARTAS INÉDITAS DE ANTÓNIO SÉRGIO:	
<i>Da Juventude de António Sérgio: algumas cartas inéditas</i> (introdução de MATILDE FIGUEIREDO DE SOUSA FRANCO)	785
<i>António Sérgio, Bernardino Machado e as «Memórias de Raul Brandão. Correspondência inédita</i> (introdução de JACINTO BAPTISTA)	939
<i>Cartas do exílio a Joaquim de Carvalho</i> (introdução e notas de FERNANDO CATROGA e AURÉLIO VELOSO)	951
DUAS CARTAS DE NORTON DE MATOS A ANTÓNIO SÉRGIO (Breve nota de JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES) ...	1017
A. CAMPOS MATOS, <i>Bibliografia de António Sérgio</i>	1025
VARIA	1109

CORRIGENDA

O cumprimento tempestivo de compromissos anteriormente assumidos sobrepôs-se ao nosso intuito inicial de organizarmos uma corrigenda exaustiva. A que agora apresentamos é parcial e porventura lacunosa em muitos aspectos. Ela foi organizada com o concurso de alguns dos autores, não podendo outros acorrer aos apelos que lhes dirigimos nesse sentido, por terem sido formulados dentro de prazos extremamente apertados. Pedimos, portanto, a compreensão dos leitores para alguns erros que porventura venham a ser detectados.

<i>Pág.</i>	<i>Linha</i>	<i>Onde se lê</i>	<i>Deve ler-se</i>
28	1 (nts.) e 14-15 (nts.)	Chiedler	Schieder
30	5 (nts.)	Bb.	Bd.
37	30	liberta	libertas
38	16 (nts.)	Grundlinier	Grundlinien
40	2 (nts.)	(") M. Mendelssohn...	... zendentale Freiheit» in: <i>I.D. System und Freiheit, Gesammelte Aufsätze</i> (Freiburg - Muenchen 1980) 41-45.
67	5	excelência	moralidade
79	2 (nts.)	Saekaluririerung	Saekalarisierung
84	7 (nts.)	Einfunchrung	Einfuehrung
95	8	manifestam	manifestaram
99	31	não está só	está não só
103	23	face frente	frente
103	40	conhecimeento	conhecimento
104	34	Sérgio vivissimas	Sérgio em vivissimas
105	11 (nts.)	Bilbos	Biblos
130	10	concepção	concepção pedagógica
142	30	e falar-se	não é falar-se
294		Observação: No gráfico impresso nesta página cometeu-se a incorrecção de atribuir à abcissa VI a ordenada 48, quando de facto ela tem o valor 49	
357	10	que no seu exemplo	que o seu exemplo
395	10	paire	paira
418	36	Pierre de Rosanvallon	Pierre Rosanvallon
421	13	do colonialismo	ao colonialismo
536	10 (nts.)	o um outro a Câmara	e um outro a Câmara
		Reys	Reys
552	13	cara	clara

Observação: Fizeram-se alterações de paginação que determinaram que as remissões para os anexos feitas pelo Autor do artigo incluído a pp. 533-594 não coincidisse com as páginas indicadas. A corrigenda que se segue procura suprir este involuntário engano.

<i>Pág.</i>	<i>Linha</i>	<i>Onde se lê</i>	<i>Deve ler-se</i>
548	36	p. 74	P- 576
553		p. 79	P- 581
558	21	pp. 72-77	pp. 576-579
	23	pp. 77-78	pp. 579-580
	24	p. 78	P- 580
	35	p. 89	P- 591
559	11	p. 79	P- 581
561	17	p. 83	P- 585
	29	p. 86	P- 588
	37	pp. 80-81	pp. 582-583
562	12	p. 84	P- 586
563	10	p. 82	P* 584
	30	p. 81	p. 583
564	8	pp. 79-80	pp. 581-582
	12	p. 88	P- 590
	13	pp. 77-78	pp. 579-580
565	10	pp. 83-84	pp. 585-586
566	7	p. 82	P- 584
	37	p. 79	P- 581
567	2	p. 88	P- 590
	5	p. 80	P- 581
	12	p. 84	P- 586
	29	pp. 83-84	pp. 585-586
	34	p. 88	P- 590
	39	p. 84	P- 586
568	20	pp. 85-86	pp. 587-588
570	2	pp. 79-80	pp. 581-582
570	14	p. 80	P- 582
573	4 (nts.	p. 88	P- 590
581, cl. 1	9	(2) /democracia/	(D) /democracia/
582, cl. 2	38	com umas (4) férias de /uns/ meses	com (4) férias de /uns/ meses

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

ALGUMAS ACTIVIDADES EM 1983

PUBLICAÇÕES:

- Manuel Augusto Rodrigues — Prefácio e Apêndice das *Actos das Congregações da Faculdade de Leis (1772-1820)*. Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra por ocasião do 2.º centenário da morte do Marquês de Pombal. Vol. I, Coimbra, 1983.
- Prefácio e Apêndice das *Actas das Congregações da Faculdade de Matemática (1772-1820)*. Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra por ocasião do 2.º centenário da morte do Marquês de Pombal. Vol. II, Coimbra, 1983.
- «A obra exegética de D. Jerónimo Osório no contexto do Humanismo, da Reforma e da Contra-Reforma». Separata de *Theologica*, Fase. III-IV, Braga, 1983.
- «D. Miguel da Anunciação e o Cabido da Sé de Coimbra», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Vol. V, Coimbra, 1983.
- «Memorial das Cerimónias da Catedral de Coimbra», *ibidem*.
- Luís Reis Torgal — «Acerca do significado político do Pombalismo», *Munda*, n.º 4, Coimbra, Novembro de 1982.
- *Pombal perante as ideologias tradicionalistas e católicas. Notas para uma investigação*, comunicação ao colóquio «Pombal revisitado». No prelo.
- Luís Reis Torgal e Amadeu Carvalho Homem — «Ideologia salazarista e cultura popular — análise da biblioteca de uma Casa do Povo», *Análise Social*, Vol. XVIII, Lisboa, 1982.
- Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues — «La Réception des idées pédagogiques de la Révolution Française par le premier libéralisme portugais». (Resumo da comunicação apresentada), *Actes du sixième Congrès international des Lumières*, Bruxelles, Julho de 1983.
- Fernando Catroga — *A Formação do Movimento Republicano (1868-1883)*, Lisboa, 1982.
- «O Problema Político em Antero de Quental. Um confronto com Oliveira Martins», *Revista de História das Ideias*, Vol. 3, 1981.
- «Oliveira Martins e a encarnação do poder», Suplemento de História do *Diário de Notícias*, 10-III-1983, pp. 10-11.

- «Ética e sociocracia. O exemplo de Herculano na geração de 70», *Studium Generale*, n.º 4, Porto, 1982.
- «Dialogar com António Sérgio», no tomo I, deste volume.
- «António Sérgio: cartas do exílio a Joaquim de Carvalho» (introdução e notas com a colaboração de Aurélio Veloso), no tomo II, deste volume.

José Antunes — Recensão sobre «História das Instituições», de António Manuel Hespanha, *Vértice*.

Ana Leonor Pereira — «Júlio de Matos: a ciência e a política», Coimbra, *Psiquiatria Clínica*, 1983.

PARTICIPAÇÃO EM COLÓQUIOS:

Manuel Augusto Rodrigues — IV Reunião Internacional de Camonistas em 11-17 de Junho de 1983, para o qual enviou uma comunicação intitulada «Teologia Bíblica nas Redondilhas *Sôbolos Rios que Vão*».

- Congresso Internacional «Os descobrimentos portugueses e a Europa do Renascimento» na Fundação Calouste Gulbenkian de Lisboa entre 19 e 27 de Junho de 1983, para o qual enviou uma comunicação subordinada ao título «O Tratado da Imortalidade da alma de Samuel da Silva. Aspectos de índole teológico-bíblica».
- Congresso sobre a «Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo», na Faculdade de Letras na Universidade Clássica de Lisboa, entre 28 de Junho e 7 de Julho, no qual apresentou uma comunicação sobre «Influências do Hebraico na Língua Portuguesa».
- Simpósio sobre o 50.º centenário do renascimento de Lutero na «Herzog-August - Bibliothek» de Wolfenbüttel (República Federal Alemã) no verão de 1983, no qual apresentou uma comunicação sobre «A Polémica entre Diogo de Paiva de Andrade e Martin Chemitius».
- Simpósio sobre Arte, Ciência e Cultura através da actividade Missionária, promovido pela Universidade Católica Portuguesa e pela Universidade do Minho, sob a égide do Comissariado para a XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura, na Faculdade de Filosofia de Braga, entre 27 e 30 de Outubro de 1983, onde apresentou uma comunicação sobre «Contribuição da Universidade de Coimbra no âmbito da teologia».

Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues — VI^e Congrès International des Lumières realizado em Julho de 1983, em Bruxelas, onde apresentaram uma comunicação intitulada «Immobilisme, Réformisme et Révolution dans les idées, et les pratiques sur l'Instruction Publique du premier libéralisme portugais».

Fernando Catroga — Encontro Hispano-Português, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Banco Exterior, 22 e 23 de Junho de 1983, onde apresentou a comunicação «Nacionalismo e Economismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX».

Antonio Resende de Oliveira, José Antunes e João Manuel Filipe de Gouveia Monteiro — Participaram no colóquio «Jornadas sobre Portugal Medieval» realizado em Leiria nos dias 20, 21 e 22 de Outubro de 1983.

CONFERÊNCIAS:

Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro — Realizou uma conferência em 29 de Abril no Liceu José Falcão no Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário, sob o título «Inícios do socialismo em Portugal».

Luís Reis Torgal — Realizou várias conferências subordinadas ao título «Acerca do significado do Pombalismo», no âmbito do 2.º Centenário da Morte do Marquês de Pombal.

Amadeu José Carvalho Homem — Realizou conferências sobre epistemologia histórica em Lisboa e Coimbra, integradas em Cursos de Formação de Professores, e proferiu uma conferência sobre António José de Almeida em Penacova, em Setembro de 1983.

REVISTAS RECEBIDAS POR PERMUTA

Analecta Sacra Tarraconensia
Análise Social
Annali della Facoltà di Lingue e Letteratura Straniere
Annali della Facoltà di Magisterio
Annali della Fondazione Luigi Einaudi
Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa
Antonianum
Anuário Colombiano de História Social y de la Cultura
Archivo Storico per le Province Napoletane
Archivo Teológico Granadino
Arquipélago
Arquivos do Centro Cultural Português
Boletim de Trabalhos Históricos
Bulletin de la Société de l'Histoire du Protestantisme Français
A Cidade de Évora
Ciência Tomista
Clio
Colóquio/Letras
Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea
Dix- Huitième Siècle
Eglise et Théologie
Estúdios Eclesiásticos
Estudos Contemporâneos — *Studium Generale*
Franciscanum
Hispania Sacra
História e Crítica
Humanística e Teologia
Lateranum
La Licorne
Ler História
Memoria de ei Colégio Nacional
Munda
Nouvelle Revue Théologique
Nova Renascença
Rassegna Storica del Risorgimento
Revista Crítica de Ciências Sociais
Revista Espanola de Teologia
Revista de História
Revista da Universidade de Aveiro
Revue des Études Sud-Est Européennes
Scriptorum Victoriense
Synthesis
Triênio
Vértice

**PUBLICAÇÕES DO SEMINÁRIO DE CULTURA PORTUGUESA
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS**

Volumes disponíveis:

Luís Reis Torgal — *Tradicionalismo e Contra-revolução. O pensamento e a ação de José da Gama e Castro*

Jaime Raposo Costa — *A teoria da liberdade no período de 1820 a 1823*

J. E. Horta Correia — *Liberalismo e Catolicismo. O problema congreganista (1820-1823)*

J. Esteves Pereira — *Silvestre Pinheiro Ferreira. O seu pensamento político*

J. Francisco Almeida Policarpo — *O pensamento social do grupo católico de A Palavra (1872-1913), vol. I*



REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

Assinatura anual (pagamento adiantado):

*Portugal e Países de Expressão Portuguesa **

volume simples — 400\$00
volume duplo — 800\$00

*Estrangeiro **

volume simples — U.S.\$15
volume duplo — U.S.\$30

Preço deste número;

*Portugal e Países de Expressão Portuguesa **

Assinantes — 800\$00
Não assinantes — 950\$00

*Estrangeiro **

Assinantes — U.S.\$30
Não assinantes — U.S.\$35

Remessa por via normal

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

NÚMEROS ANTERIORES

VOLUME I: Esgotado

VOLUME II:

Maria Beatriz Nizza da Silva, *A repercussão da Revolução de 1820 no Brasil* s|c **João francisco de Almeida Policarpo**, *O «Bom Operario» — Estudo de uma mentalidade sjc* **António J. da Silva Pereira**, *Estado de Direito e «Tradicionalismo» liberal* |C **João Medina**, *Não há Utopias portuguesas* % **Zília Osório de Castro**, *A sociedade e a soberania — doutrina de um vintista* ijC **Albert Silbert**, *Les invasions françaises et les origines du libéralisme au Portugal* * **Maria Manuela Tavares Ribeiro**, *Teorias e teses literárias de António Pedro Lopes de Mendonça* * **Graça Silva Dias**, *De Gil Vicente a Camões*.

VOLUME III:

Amândio A. Coxito, *O Compêndio de Lógica de Manuel de Azevedo Fortes e as suas fontes doutrinais* H« **Amadeu Carvalho Homem**, *Do «Iluminismo» ao Positivismo*. **Joaquim António da Silva Cordeiro** e a sua obra >|« **João Maria André**, *Os Descobrimentos e a teoria da ciência* % **Manuel Augusto Rodrigues**, *Do Humanismo à Contra-Reforma em Portugal* **Isabel Nobre Vargues**, *Vintismo e radicalismo liberal*. **João Maria Soares de Castelo Branco** * **Johannes-Michael Scholz**, *Estado actual da investigação da história jurídica moderna em Espanha e Portugal* * **José Nunes Carneira**, *Camões Cristão Novo?*

Armando Marques, *O Elogio Fúnebre de Afonso de Albuquerque* s|c **Joaquim Chorão Lavajo**, *O Método Apologético de Raimundo Marti à luz da problemática de Raimundo Lulo* # **Fernando Úatroga**, *O Problema político em Antero de Quental — Um confronto com Oliveira Martins*.

VOLUME IV:

TOMO I

Luís Reis Torgal, *Acerca do significado do Pombalismo* ijC **Lqdwig Scheidl**, *Breves apontamentos sobre as reformas públicas na Áustria no período da missão diplomática de Sebastião José de Carvalho e Melo em Viena (1745-1749)* * **Maria Alcina Afonso dos Santos**, *A vida pública de Sebastião José de Carvalho e Melo em Viena de Áustria* s|c **Armando de Castro**, *A política económica do Marquês de Pombal e a sociedade portuguesa do século XVIII* **António Resende de Oliveira**, *Poder e sociedade. A legislação pombalina e a antiga sociedade portuguesa* * **Rómulo de Carvalho**, *O recurso a pessoal estrangeiro no tempo de Pombal* * **Maria Helena Carvalho dos Santos**, *Ribeiro Sanches e a questão dos judeus* * **José Gentil da Silva**, *A situação feminina em Portugal na segunda metade do século XVIII* ^ **Ma-nuel Augusto Rodrigues**, *Pombal e D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra* |J: **Claude-Henri Frêches**, *Pombal et la Compagnie de Jésus. La campagne des pamphlets* ^ **Eduardo Brazão**, *Pombal e os Jesuítas* j|c **Isaías da Rosa Pereira**, *O Auto-da-Fé de 1761* * **Maria Beatriz Nizza da Silva**, *A educação de um Príncipe no período pombalino* s|c **José Barreto**, *O «Discurso Político» falsamente atribuído ao Marquês de Pombal*.

TOMO II

Jacques Marcadé, *Pombal et l'enseignement: quelques notes sur la réforme des «Estudos Menores»* |« **J. Ferreira Gomes**, *O Marquês de Pombal, criador do ensino primário oficial; Duas listas de Professores: uma do governo do Marquês de Pombal e outra de D. Maria I* ij« **Pedro Ca'mon**, *A reforma da Universidade e os dois brasileiros que a planejaram* * **António Cruz**, *A reforma pombalina e as ciências auxiliares da História* ^ **Luís A. de Oliveira Ramos**, *Pombal e a reforma dos estudos monásticos. O caso beneditino* % **Américo da Costa Ramalho**, *Um programa de exame de Grego da reforma pombalina* **José Antunes**, *A propósito de um documento da Imprensa da Universidade. Algumas notas sobre o sentido ideológico da reforma pombalina* **Ofélia Paiva Monteiro**, *Sobre uma versão desconhecida de «O Reino da Estupidez»* * **Isabel Nobre Vargues**, *A «Ode a Fileno» e a reforma da Universidade de 1772* s|c **José-Augusto França**, *Nota sobre o Marquês de Pombal e a sua cidade* * **António Coimbra Martins**, *Pombal e Molière* # **Maria Leonor Buescu**, *Longino e Custódio José de Oliveira: um apontamento sobre a Retórica setecentista* * **Francisco Faria**, *A música no tempo de Pombal* s|c **Marie Hélène Piwnik**, *Image de la culture pombaline en Espagne* * **Rui Bebiano**, *O 1.º Centenário Pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica* * **Andrée Rocha**, *Vicissitudes de urna gloria* * **Miguel Baptista Pereira**, *Iluminismo e secularização*.

PRÓXIMO NÚMERO DA REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS DEDICADO
AO TEMA «REVOLTAS E REVOLUÇÕES EM PORTUGAL»

António Sérgio

TOMO*

- *NOTA INTRODUTÓRIA*: Dialogar com António Sérgio (FERNANDO CATROGA)
- MIGUEL BAPTISTA PEREIRA, O Neo-Iluminismo Filosófico de António Sérgio
- BARAHONA FERNANDES, «As pedras vivas» de António Sérgio
- ISABEL MARNOTO, António Sérgio: Claridades e Sombras
- ANTÓNIO PITA, Duas faces da Razão. António Sérgio e Jofre Amaral Nogueira
- MAGALHÃES-VILHENA, O idealismo histórico-social de António Sérgio
- AURÉLIO VELOSO, António Sérgio tradutor
- CARLOS REIS, António Sérgio queirosiano
- CECÍLIA BARREIRA, António Sérgio leitor de Nobre
- JOSÉ DA COSTA MIRANDA, Itália nos «Ensaio» de António Sérgio
- FERNANDO FERREIRA DA COSTA, O cooperativismo de António Sérgio
- HENRIQUE DE BARROS, Três nobres vectores da utopia Sergiana
- FERNANDO FARELO LOPES, António Sérgio na «Renascença Portuguesa»
- OLGA DE FREITAS DA CUNHA FERREIRA, António Sérgio e os Integralistas
- JORGE BORGES DE MACEDO, Significado e evolução das polémicas de António Sérgio
- SÉRGIO CAMPOS MATOS, Os Diálogos de Doutrina Democrática

TOMO**

- ROGÉRIO FERNANDES, António Sérgio, Ministro da Instrução Pública
- MANUEL BRAGA DA CRUZ, A oposição eleitoral ao Salazarismo
- CARTAS INÉDITAS DE ANTÓNIO SÉRGIO:
 - Da Juventude de António Sérgio: algumas cartas inéditas (introdução de MATILDE FIGUEIREDO DE SOUSA FRANCO)
 - António Sérgio, Bernadino Machado e as «Memórias» de Raul Brandão. Correspondência inédita (introdução de JACINTO BAPTISTA)
 - Cartas do exílio a Joaquim de Carvalho (introdução e notas de FERNANDO CATROGA e AURÉLIO VELOSO)
- DUAS CARTAS DE NORTON DE MATOS A ANTÓNIO SÉRGIO (Breve nota de JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES)
- A. CAMPOS MATOS, Bibliografia de António Sérgio